

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO**

KELLY TATIANE MARTINS QUIRINO

**ENQUADRAMENTOS E *ADVOCACY* SOBRE O GENOCÍDIO DE JOVENS
NEGROS: ANÁLISE DA COBERTURA DA *FOLHA DE S. PAULO***

BRASÍLIA/DF

2017

KELLY TATIANE MARTINS QUIRINO

**ENQUADRAMENTOS E *ADVOCACY* SOBRE O GENOCÍDIO DE JOVENS
NEGROS: ANÁLISE DA COBERTURA DA *FOLHA DE S. PAULO***

Tese apresentada ao PPG/FAC para obtenção do grau de Doutor em Comunicação.

Linha de Pesquisa: Jornalismo e Sociedade.

Orientadora: Prof^a. Dr^a Dione Oliveira Moura

**Brasília/DF
2017**

KELLY TATIANE MARTINS QUIRINO

Enquadramentos e *Advocacy* sobre o genocídio de jovens negros: Análise da Cobertura da *Folha de S. Paulo*

Aprovada ____/____/____

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília como requisito para obtenção do grau de doutor em Comunicação.

Banca Examinadora:

Presidente: Profa. Dra. Dione Oliveira Moura
Orientadora – UnB

Titular: Prof. Dr. Mauro Pereira Porto
Avaliador – Tulane University

Titular: Profa. Dra. Edileuza Penha de Souza
Avaliadora – UnB

Titular: Profa. Dra. Elen Cristina Geraldês
Avaliadora – UnB

Prof. Dr. Joaze Bernardino Costa
Suplente – UnB

Aos jovens negros que tiveram suas vidas ceifadas pela violência
Aos jovens negros que, apesar das opressões, mantêm-se vivos e em luta
Contra o genocídio e pelo bem viver
Vidas negras importam!

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais – Tica (*in memoriam*) e Ana – duas pessoas negras, pobres, que se amaram e decidiram me conceber me dando afeto, condições dignas de vida e todo um apoio para eu alcançar todos os meus sonhos. Apesar de todas as dificuldades, eles foram e ainda são os melhores pais que eu poderia ter.

Aos meus ancestrais. Desde os meus avôs e avós, que consigo identificar, até aquele ancestral que saiu da África, aportou contra a sua vontade no Brasil, foi violentado e humilhado e ainda assim concebeu uma descendência forte que culminou com a minha família. O meu mais profundo respeito e gratidão.

Aos meus irmãos – Alex, Leandro, Adriano e Carla. O elo mais terno e profundo que herdei dos meus pais foi receber quatro irmãos que me amam, me respeitam e me apoiam em minhas empreitadas.

Aos meus sobrinhos e sobrinhas – Gabriel, Yan, Ana Sofia, Agatha e Beatriz, que representam a descendência da nossa família e que herdaram a nossa força, o amor, o respeito e os valores que recebemos dos que nos antecederam e passamos com muita dedicação e cuidado. Hoje eles são a minha alegria e razão de viver.

Aos meus parentes e familiares – em especial as minhas tias, Isabel (*in memoriam*), Márcia, Helena, Ângela e Graça, que sempre apoiaram a minha educação, deram-me amor e a oportunidade de sempre viver férias incríveis durante a minha infância e agora se sentem orgulhosas, ao lado da minha mãe e de todas as minhas conquistas. Elas são a minha inspiração e força. A mulher negra, forte e guerreira que eu me tornei se deve, também, ao exemplo de cada uma delas.

Aos meus professores – a todas as pessoas que me formaram desde a pré-escola até o doutorado. Alguns eu carrego nas memórias até hoje, como a professora Mônica, que me alfabetizou; a professora Renata, que me deu aula de História no ensino fundamental; Márcia Buzalaf, que me ensinou a amar o jornalismo na graduação; e ao professor Ricardo Alexino Ferreira, que me apresentou o caminho de estudar questões raciais e jornalismo na graduação e no mestrado. Aos professores que, recentemente, contribuíram com a minha formação no doutoramento: Luiz Martins, que me orientou no período de 2013 até sua aposentadoria, no início de 2017; Joaze Bernardino, por me aceitar nas disciplinas de relações raciais e decolonialidades, o que me possibilitou conhecer novos autores sobre os estudos étnico-raciais; Renísia Filice, por ser a minha coordenadora na especialização de gênero, raça e classe, contribuindo para a construção dos conceitos de interseccionalidade de gênero, raça e classe; e

Elen Geraldles, por ter participado da minha qualificação de doutoramento e ter dado valiosas contribuições para esta pesquisa.

Quero agradecer em especial, ao professor Mauro Porto, que me aceitou como orientanda durante o doutorado sanduíche realizado na Tulane University, no período de agosto de 2015 a maio de 2016. Sou profundamente grata por ter me recebido, por ter me apresentado pesquisadores como Mohan Ambikaipaker, Chris Dannel, Megwen Loveless, Rebecca Atencio e James Huck e por ter me privilegiado concretizar um dos meus sonhos, que era morar no exterior e vivenciar a experiência de viver em uma cidade tão simbólica como Nova Orleans.

Aos meus amigos – o que seria a minha vida sem os meus amigos? Agradeço a todos meus amigos que acompanharam a minha trajetória – o grupo dos amigos de infância, do Martin Francisco, do cursinho da Poli, da faculdade, do Banco do Brasil, da Fundação BB, os novos amigos que fiz em Nova Orleans, inúmeras pessoas que formam o meu caráter e me fazem ser melhor a cada dia. Apesar de vários grupos, alguns se destacam e quero relacionar o nome deles.

Às amigas Luana Almeida, Lilian Martins, Verônica Lima, Gisele Cristina, Mara Karina, Monique Aragão, Samanta Dias, Tatiana Carvalho, Ariana Leotti, Silma Augusto e Keila Meireles, irmãs que escolhi para levar a vida toda. Independentemente da distância, estamos juntas sempre em momentos de alegria, tristeza, sofrimento, mas com garra, ternura e força que cada uma delas possui. Admiro cada uma e muito obrigada por terem participado da construção desta tese.

Um agradecimento especial a minha amiga Verônica Soares. No momento mais difícil, quando eu fiquei sem salário, casa e estrutura emocional, ela me ofereceu o seu lar para ser a minha morada. Não há nada que eu faça que pague o que ela fez por mim. Serei imensamente grata a por toda a vida.

O mesmo agradecimento a amiga Glória Santiago, que também me hospedou nos dias em que precisei, e me beneficiou com diálogos e experiências teóricas durante as nossas várias horas de conversas.

Alguns amigos devem ser destacados também como Claudio Coração, a pessoa que em 2007 estudou comigo os livros para a seleção do mestrado, que me estimulou, acreditou em mim e é um dos responsáveis pela conquista deste doutorado. Agradeço aos amigos, Thiago Varela, Emerson Weber, Claudio Brennand, Francisco Alves e Diego Reis, que foram muito importantes quando retornei do doutorado sanduíche e no meu retorno para o Banco do Brasil. Aos meus amigos, irmãos e parceiros, Romulo Osthues e Ivan Medeiros. Esses dois são

especiais demais para mim. Sou muito grata pela amizade deles e também por terem me ajudado a concluir a tese.

Às amigas que fiz no período em que morei em Nova Orleans – Juliana Gagliardi, Fernanda Sanglard e Aline Maia. Nola não teria sido a experiência incrível que foi na minha vida sem essas pessoas. Agradeço pelas conversas, trocas, risadas e por terem me ajudado muito a terminar esta tese.

Ao Wallison Brandão, por ter sido um parceiro e companheiro durante o período que vivi em Nola e no meu retorno ao Brasil. Vivi momentos difíceis e ele me deu apoio. Com ele, eu me tornei uma pessoa melhor, porque sabe tirar o melhor de mim e os nossos embates só existem porque somos dois gigantes. Obrigada por me ajudar a concluir esta tese, pois participou do processo e também é um dos responsáveis por esta conquista.

À militância, agradeço aos membros da Cojira – Comissão das Jornalistas pela Igualdade Racial do Distrito Federal – com destaque para as minhas parceiras da Cojira: Juliana Nunes, Jacira da Silva, Cecília Bizerra, Aída Feitosa – mulheres, negras, que lutam contra o racismo, o machismo e o genocídio da juventude negra. Esta tese tem muito mais sentido tendo pessoas assim, ao meu lado, na luta. É uma honra e um privilégio estar nesta caminhada ao lado delas.

Agradeço também a algumas pessoas que trabalharam diretamente com a pesquisa desta tese. À empresa de ciências sociais – Socius – que trabalhou na mensuração dos dados da *Folha de S. Paulo*, obrigada a cada um dos estudantes que contribuíram com os resultados alcançados. Às pessoas que me concederam entrevista gentilmente – o promotor Anderson Andrade, o advogado Gabriel Sampaio, o historiador Jefferson Lima, o professor Mário Theodoro, o bancário Arthur Araújo e os jornalistas Rodrigo Chia e Reynaldo Turollo Junior. A Cláudia Maciel, que, mesmo com a dor da perda do irmão, rememorou sua história e compartilhou para denunciar o genocídio da juventude negra; e ao Bernardo Monteiro (nome fictício) que também aceitou dar entrevista sobre sua vida, narrando experiências de jovem, negro, pobre e gay.

Aos três estudantes que fizeram as transcrições das entrevistas – Lucas Aroucha, Andresa Pereira e Julia Azevedo e à revisora Fabiola Barreto, que aceitou revisar a ABNT com um prazo muito curto para revisão. Agradeço profundamente.

Agradeço também aos professores que irão compor a banca avaliadora desta tese.

A minha orientadora, Dione Moura. Obrigada por me pegar pela mão e me acolher quando eu estava emocionalmente abalada por tudo que passei, no meu retorno ao Brasil, e me

conduzir à finalização desta tese. Agradeço as conversas, orientações, sugestões e por ter acreditado em mim, quando duvidei se realmente eu teria força e resiliência para concluir esta pesquisa. Serei eternamente grata pelo seu apoio e pela parceria.

Agradeço também a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes – por ter me concedido bolsa sanduíche no período de agosto de 2015 a abril de 2016 para realizar parte das minhas pesquisas de doutorado na Tulane University sob orientação do professor Doutor Mauro Porto.

Por fim, agradeço a Deus e aos orixás, que me deram fé e esperança em momentos que eu mesma não acreditava em mim.

RESUMO

A presente pesquisa faz uma análise de enquadramento dos autos de resistência no jornal *Folha de S. Paulo* para verificar se há interseccionalidade de gênero, raça e classe nas notícias que citam os autos de resistência. Este estudo parte da hipótese de que o enquadramento da *Folha de S. Paulo* não relaciona as notícias sobre os autos de resistência com a alta letalidade de jovens negros que aparecem nos dados do Mapa da Violência (2016), inclusão essa que permitiria entender de forma contextualizada o fenômeno do genocídio da juventude negra na cobertura jornalística. Foi realizada uma análise de conteúdo de notícias no período de janeiro de 2003 a julho de 2017. No total foram coletadas 133 notícias, dentre as quais 132 citaram os autos de resistência, 17 apenas citaram a raça, e apenas 5,3% das notícias citou a questão de classe. Nenhuma das notícias da *Folha de S. Paulo* sobre os autos de resistência relacionou esta questão com o fenômeno do genocídio da juventude negra. As CPIs da Câmara dos Deputados (2015) e do Senado (2016), que investigaram a alta letalidade dos jovens negros no Brasil, também não foram citadas. Também não houve nenhuma notícia que relacionou os autos de resistência com a redução da maioria penal. A conclusão é que a *Folha de S. Paulo* faz um enquadramento episódico da cobertura: dentre 99 notícias, apenas 35 apresentam um enquadramento temático, ou seja, a cobertura não relaciona os autos de resistência com o genocídio dos jovens negros e os temas correlatos. A pesquisa também analisa dois episódios relacionados ao genocídio da juventude negra: a morte de Michael Brown em Ferguson, Missouri, Estados Unidos, e a Chacina de Cabula, Salvador, Bahia, Brasil, que são analisados por meio de análise de enquadramento dos jornais *The New York Times* e *Folha de S. Paulo*. Na cobertura da *Folha*, os dois fatos foram tratados em um enquadramento episódico e não dentro de um processo amplo, complexo e consequente do racismo. Já o *The New York Times* faz um enquadramento temático sobre a morte de Michael Brown. Também entrevistamos atores sociais que possuem vínculo com o tema, e explicamos como as práticas de *advocacy*, *responsiveness* e *accountability* estão relacionados aos temas correlatos sobre o fenômeno do genocídio dos jovens negros.

Palavras-chaves: Jornalismo. Racismo. Genocídio. Autos de Resistência. Advocacy.

ABSTRACT

This study analyzes the framework of Autos de Resistência in the *Folha de S. Paulo* newspaper, in order to verify if there is an intersectionality of gender, race and class in news reports that cite autos de resistência. The research starts from the hypothesis that the framework of the *Folha de S. Paulo* does not relate news about autos de resistência to the high death rate of young black men, which is reported in the data of the Map of Violence (2016). This inclusion would permit a contextualized understanding of the phenomenon of the genocide of the black youth population in journalistic coverage. An analysis of the content of news reports was carried out in the period of January 2003 to July 2017. In total, 133 news reports were collected, among which 132 cited resistance to authority, only 17 cited race, and only 5, 3% cited the question of class. None of the news reports of the *Folha de S. Paulo* about autos de resistência related this question to the phenomenon of the genocide of the black youth population. The parliamentary committees of inquiry of the Chamber of Deputies (2015) and of the Senate (2016), which investigated the high death rate of young black men in Brazil, were not cited also. In addition, there were not any news reports that related the resistance to authority to the reduction of criminal liability. The conclusion is that the *Folha de S. Paulo* presents an episodic framework of the coverage: among 99 news reports, only 35 present a thematic framework. In other words, the coverage does not relate resistance to authority with the genocide of young black men and related themes. The research also analyzes two episodes related to the genocide of the black youth population: the death of Michael Brown in Ferguson, Missouri, the United States, and the slaughter in Cabula, Salvador, Bahia, Brazil, which are analyzed based on the framework analysis of the *The New York Times* and the *Folha de S. Paulo* newspapers. In the coverage of the *Folha*, both facts were treated in an episodic framework and not as being part of a complex extensive process, which is a consequence of racism. In contrast, *The New York Times* constructs a thematic framework regarding the death of Michael Brown. We also interviewed social agents who are associated with the theme, and we explain how the practices of *advocacy*, *responsiveness* and *accountability* are related to other themes connected to the phenomenon of the genocide of young black men.

Key-words: Journalism. Racism. Genocide. Autos de Resistência. Advocacy.

RÉSUMÉ

La recherche présent fait un analyse de l'approche des les *Autos de Resistência* (Actes de Résistance) dans le journal *Folha de S. Paulo* pour vérifier s'il existe quelque intersectionnalité de sexe, race et classe dans les nouvelles qui mentionnent ces registres. Cette étude part de l'hypothèse que l'approche de *Folha de S. Paulo* ne fait aucune corrélation entre les nouvelles sur les registres de les *Autos de Resistência* avec la létalité élevée des jeunes noirs qui apparaissent dans les données cartographiques de la violence (2016); cette inclusion permettrait quelqu'un de comprendre le phénomène du génocide de la jeunesse noire dans la couverture journalistique, d'une manière contextualisé. Une analyse du contenu des nouvelles a été effectuée de janvier 2003 à juillet 2017. Au total, 133 articles de presse ont été recueillis, parmi lesquels 132 ont cité les registres de la résistance à l'autorité, desquels 17 ont cité la race, et seulement 5,3% ont cité la question de classe. Aucun des reportages de *Folha de S. Paulo* sur les registres de la résistance à l'autorité n'a lié cette question au phénomène du génocide de la jeunesse noire. Les Commissions d'Enquête Parlementaire de la Chambre des Députés (2015) et du Sénat (2016), qui ont enquêté sur la létalité élevée de la jeunesse noire au Brésil, n'ont pas été mentionnés non plus. Il n'y avait pas de nouvelles qui reliaient les registres de la résistance à l'autorité à la réduction de la majorité pénale, non plus. La conclusion est que *Folha de S. Paulo* a fait une approche épisodique de la couverture: de 99 nouvelles, seulement 35 ont un approche thématique, ce qui signifie la couverture ne fait pas corrélation des registres de la résistance à l'autorité avec le génocide des jeunes noirs et des sujets connexes. La recherche analyse également deux épisodes liés au génocide des jeunes noirs: la mort de Michael Brown à Ferguson, Missouri, États-Unis, et l'abattage de Cabula, à Salvador, Bahia, Brésil; qui sont analysées à l'aide de l'analyse de l'approche des journaux *The New York Times* et *Folha de S. Paulo*. Dans la couverture de *Folha*, les deux faits ont été traités dans une approche épisodique et non dans un processus large, complexe et conséquent de racisme. *The New York Times*, en revanche, fait une approche thématique sur la mort de Michael Brown. Nous avons également interrogé les acteurs sociaux qui ont des liaisons avec le sujet et expliqué comment les pratiques de *advocacy*, *responsiveness* et *accountability* sont liées à des sujets connexes sur le phénomène du génocide de la jeunesse noire.

Mot-clès: Journalisme. Racisme. Genocide. Autos de Resistência. Advocacy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Tabela que apresenta dados de homicídios no Brasil, de 1980 a 2014.....	39
Figura 2 – Gráfico que apresenta participação masculina nos Homicídios (%).....	40
Figura 3 – Tabela que apresenta das vítimas (UF) divididas por sexo e média nacional (%)..	41
Figura 4 – Tabela com número de vítimas por ano (total/jovem)/Vitimização juvenil (%)	42
Figura 5 – Tabela que apresenta taxa de homicídios por arma de fogo por idade simples (%)	43
Figura 6 – Gráficos comparativos. O primeiro apresenta taxa de homicídio na faixa etária de 1 a 14 anos; o segundo, de 15 a 29 anos.....	44
Figura 7 – Gráficos comparativos. O primeiro apresenta taxa de homicídio na faixa etária de 30 a 59 anos; o segundo, acima de 60 anos.....	44
Figura 8 – Tabela com número de óbitos por causa e raça/cor	46
Figura 9 – Tabela que apresenta número/taxa de homicídios segundo cor e UF/região	47
Figura 10 – Tabela que apresenta crescimento das taxas de homicídios e vitimização negra .	49
Figura 11 – Gráfico com taxa de homicídios população branca por UF (100 mil habitantes).	50
Figura 12 – Gráfico com taxa de homicídios população negra por UF (100 mil habitantes) ..	50
Figura 13 – Gráfico com taxa de vitimização negra por UF (100 mil habitantes)	50
Figura 14 – Gráfico que apresenta Ato Infracional atribuído ao adolescente	77
Figura 15 – Folder do Programa Juventude Viva.....	80
Figura 16 – Folder Juventude Viva – São Paulo	81
Figura 17 – Folder Juventude Viva – Rio Grande do Sul	81
Figura 18 – Folder Juventude Viva – Rio Grande do Norte.....	82
Figura 19 – Busca Programa Juventude Viva (1).....	87
Figura 20 – Busca Programa Juventude Viva (2).....	88
Figura 21 – Busca pelo termo redução da maioridade penal.....	89
Figura 22 – Fundadoras do Black Lives Matter	102
Figura 23 – Convite para Protesto por Eric Harris	99
Figura 24 – Cartaz com nomes de jovens mortos ou com pedido de revisão de prisão	107
Figura 25 – Mãe e irmãos de Eric Harris.....	108
Figura 26 – Cartaz com a #black lives matter	108
Figura 27 – Manifestantes no protesto de Eric Harris I.....	109
Figura 28 – Familiares de Eric Harris	109
Figura 29 – Manifestantes no protesto de Eric Harris II	110
Figura 30 – Manifestantes no protesto de Eric Harris III	110
Figura 31 – Manifestantes no protesto de Eric Harris IV	111
Figura 32 – Manifestantes no protesto de Eric Harris V	111
Figura 33 – Capa do <i>The New York Times</i> – edição 14/11/2017.....	123
Figura 34 – Perfil do Leitor da Folha de S. Paulo	126
Figura 35 – Linha do Tempo – Protestos em Ferguson após morte de Michael Brown	135
Figura 36– Gráfico com número de notícias com citação de autos de resistência	166
Figura 37 – Gráfico com enquadramento dos autos de resistência	167
Figura 38 – Gráfico com menção à raça.....	167
Figura 39 – Gráfico com menção ao Programa Juventude Viva.....	168
Figura 40 – Gráfico com menção à situação econômica.....	169
Figura 41 – Gráfico que apresenta as editorias.....	170
Figura 42 – Gráfico com enquadramento das notícias	171

Figura 43 – Fim dos Autos de Resistência	185
Figura 44 – Folder da Campanha Jovem Negro Vivo	205
Figura 45 – Folder do lançamento da campanha	205
Figura 46 – Tags para as redes sociais	206
Quadro 1 – Cobertura Morte de Michael Brown, Ferguson, Missouri – EUA	136
Quadro 2 – FSP – Cobertura Morte de Michael Brown, Ferguson, Missouri – EUA.....	153
Quadro 3 – FSP – Cobertura da Chacina de Cabula, Salvador – Bahia – Brasil	158

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
1.1 METODOLOGIA.....	17
1.1.1 Análise sócio-histórica do objeto.....	18
1.1.2 Busca de notícias e análise de enquadramento.....	25
1.1.3 Realização de entrevistas.....	26
1.1.4 Identificação de práticas de <i>accountability</i>, <i>responsiveness</i> e <i>advocacy</i>.....	28
2 JUVENTUDE NEGRA E O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA.....	31
2.1 DADOS SÓCIO-HISTÓRICOS E O GENOCÍDIO DA JUVENTUDE NEGRA NO BRASIL.....	33
2.2 REALIDADE SOCIAL DE UM JOVEM NEGRO DA PERIFERIA.....	33
2.3 VIOLÊNCIA COLONIAL, DIRETA, INDIRETA E SIMBÓLICA.....	35
2.4 REALIDADE DA VIOLÊNCIA POR MEIO DE DADOS ESTATÍSTICOS.....	38
2.4.1 Sexo das vítimas.....	40
2.4.2 Idade das vítimas.....	42
2.4.3 Raça/cor das vítimas.....	45
2.5 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA PARA COMPREENSÃO DO GENOCÍDIO DA JUVENTUDE NEGRA.....	51
2.6 GÊNERO, RAÇA E CLASSE: A INTERSECCIONALIDADE COMO CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE DE JOVEM NEGRO.....	56
3 JORNALISMO, VIOLÊNCIA E RACISMO.....	59
3.1 A CARNE MAIS BARATA DO MERCADO É A CARNE NEGRA – A MORTE DE MATHEUS MACIEL.....	60
3.2 PESQUISA SOBRE IMPRENSA E RACISMO.....	62
3.3 REVISÃO DE ESTUDOS SOBRE MÍDIA E RACISMO.....	67
3.4 TEMÁTICAS RELACIONADAS AO GENOCÍDIO DA JUVENTUDE NEGRA.....	71
3.4.1 Redução da Maioridade Penal.....	72
3.4.2 Programa Juventude Viva.....	78
3.4.2.1 Juventude Viva e Redução da Maioridade Penal como valores notícias.....	86
3.4.3 Comissões Parlamentares de Inquérito sobre o genocídio da juventude negra.....	90
3.4.3.1 CPI Homicídio de Jovens Negros e Pobres da Câmara dos Deputados.....	91
3.4.3.2 CPI do Assassinato de Jovens do Senado Federal.....	93
3.5 A TESSITURA ENTRE JORNALISMO, VIOLÊNCIA E RACISMO.....	96
4 GENOCÍDIO DA JUVENTUDE NEGRA NOS ESTADOS UNIDOS.....	98
4.1 Violência Policial Americana contra os negros.....	99
4.2 Movimento Black Lives Matter.....	102
4.2.1 Black Lives Matter em Nova Orleans – Protesto pela morte de Eric Harris.....	106
5 O JORNALISMO DIANTE DO FENÔMENO DO GENOCÍDIO – ESTUDO DE CASO DE FERGUSON E CABULA.....	113
5.1 PERCURSO METODOLÓGICO.....	115
5.1.1 Etapa 1 – Análise sócio-histórica.....	115
5.1.2 Etapa 2 – Estudo comparativo e análise de enquadramento.....	116

5.1.3 Etapa 3 – Realização de entrevistas	116
5.1.4 Etapa 4 – Identificação de práticas de <i>accountability</i>, <i>responsiveness</i> e <i>advocacy</i>	117
5.2 POR QUE A COMPARAÇÃO ENTRE BRASIL E ESTADOS UNIDOS?.....	118
5.3 <i>THE NEW YORK TIMES</i> – HISTÓRICO E LINHA EDITORIAL	121
5.4 <i>FOLHA DE S. PAULO</i> – HISTÓRICO E LINHA EDITORIAL.....	124
5.5 JORNALISMO COMO CONSTRUÇÃO SOCIAL DA REALIDADE.....	126
5.5.1 Enquadramento	128
5.6 COBERTURA DA MORTE DE MICHAEL BROWN PELO <i>THE NEW YORK TIMES</i>	134
5.7 COBERTURA DA MORTE DE MICHAEL BROWN PELA <i>FOLHA DE S. PAULO</i>	152
5.8 COBERTURA DA CHACINA DE CABULA PELA <i>FOLHA DE S. PAULO</i>	157
5.8.1 Considerações sobre análise de enquadramento das coberturas de Ferguson e de Cabula	164
5.9 ANÁLISE DOS AUTOS DE RESISTÊNCIA NO JORNAL <i>FOLHA DE S. PAULO</i>	165
6 A PERSPECTIVA DE <i>ACCOUNTABILITY</i> , <i>RESPONSIVENESS</i> E <i>ADVOCACY</i> DOS MOVIMENTOS NO BRASIL	173
6.1 CONCEITUAÇÃO DE <i>ACCOUNTABILITY</i> , <i>RESPONSIVENESS</i> E <i>ADVOCACY</i>	176
6.2 ATORES SOCIAIS – PODER PÚBLICO	179
6.3 ATORES SOCIAIS – JORNALISTAS	190
6.4 ATOR SOCIAL – IRMÃ DE JOVEM NEGRO ASSASSINADO.....	195
6.5 ATOR SOCIAL – JOVEM NEGRO	200
6.6 A ATUAÇÃO DE <i>ADVOCACY</i> DA ANISTIA INTERNACIONAL.....	203
CONSIDERAÇÕES FINAIS	211
REFERÊNCIAS	217
APÊNDICE A – FICHA-NOTÍCIA.....	224
APÊNDICE B – NEWSPAPER CODING SCHEME – NOTÍCIA.....	225
APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTAS	231
APÊNDICE D – TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS	234

1 INTRODUÇÃO

O Mapa da Violência (WAISELFISZ, 2016) identificou que, entre as principais vítimas de homicídio no Brasil, enquadram-se no perfil: jovem, homem, negro e pobre. O movimento negro e o de juventude negra denominou esse fenômeno como “genocídio da juventude negra”. Este estudo tem como objetivo geral fazer uma análise de enquadramento dos autos de resistência no jornal impresso *Folha de S. Paulo*. Segundo Bezerra (2014), autos de resistência são ocorrências que registram civis mortos em abordagens policiais, nas quais houve resistência seguida de morte, ou, simplesmente, autos de resistência. A hipótese é que o enquadramento da *Folha de S. Paulo* não relaciona as notícias dos autos de resistência com os dados do Mapa da Violência (WAISELFISZ, 2016) para entender de forma contextualizada o fenômeno do genocídio da juventude negra.

Além de investigar o enquadramento do jornal *Folha de S. Paulo* sobre os autos de resistência, esta pesquisa de doutoramento possui outros 2 objetivos específicos, quais sejam: i) fazer uma análise comparativa da cobertura jornalística da morte de Michael Brown, em Ferguson Missouri, EUA e a Chacina de Cabula, Salvador, BA, Brasil nos jornais *The New York Times* e *Folha de S. Paulo*; ii) entender os processos de *advocacy* de atores sociais para verificar se há relação entre o enquadramento praticado pela *Folha* e as ações efetuadas por esses atores sociais.

A *Folha de S. Paulo* foi o jornal impresso escolhido por ser um importante jornal de circulação nacional. Segundo dados da Associação Nacional dos Jornais – ANJ, no ano de 2015, o jornal tinha uma circulação 189.254 exemplares ao dia. Esse número coloca a *Folha de S. Paulo* em terceiro lugar no ranking dos jornais em circulação no Brasil¹. No período da pesquisa foram analisadas notícias, com o termo autos de resistência, publicadas em 2003 até o primeiro semestre de 2017. Dessa forma, foram analisadas 133 notícias com o termo autos de resistência.

Quanto ao estudo comparativo entre Brasil e Estados Unidos, por meio de análise de dois jornais impressos, justifica-se por serem dois países com uma forte presença de negros na formação social e que também passam por processos de segregação racial. Atualmente, estima-se que há 207 milhões de brasileiros. Segundo dados da Agência IBGE (2017), a população negra no Brasil corresponde a cerca de 54% da população brasileira. Quando aos dados do IBGE de 2014, há mais de 100 milhões de pessoas descendentes de africanos. O Brasil possui

¹ Disponível em: <<http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil>>. Acesso em: 26 dez. 2017.

a segunda maior população com pessoas negras, perdendo apenas para a Nigéria, país africano com 186 milhões de pessoas.

Os Estados Unidos possuem uma população de 323 milhões de habitantes² e cerca de 12% da população é negra, uma estimativa de 40 milhões de pessoas negras. Durante o processo de colonização, o sul dos Estados Unidos foi a região que mais recebeu negros para trabalhar nas *plantations*³ de algodão e milho. Assim como o Brasil, houve uma violência forte contra os negros escravizados nos Estados Unidos, tornando-se mais perversa após a Guerra Civil Americana, com a abolição da escravidão e a promulgação da lei Jim Crow, que durou de 1876 a 1965, que separava os espaços públicos entre negros e brancos além de impedir o direito ao voto.

Por causa desses históricos, além dos casos de violência policial contra jovens negros, nos últimos anos, nos Estados Unidos, e a alta letalidade de jovens negros no Brasil (WAISELFISZ, 2016), optou-se por fazer um estudo de enquadramento dos casos da morte de Michael Brown, em Ferguson, Missouri no jornal *The New York Times* com a *Folha de S Paulo*; e, da Chacina de Cabula, Salvador, Bahia-Brasil também no jornal *Folha de S. Paulo*.

Para alcançar os objetivos propostos, realizamos um percurso metodológico a partir de uma revisão bibliográfica buscando compreender o contexto sócio-histórico do objeto de pesquisa, por meio de estudo comparativo e análise de enquadramento, realização das entrevistas e identificação de práticas de *accountability*, *responsiveness* e *advocacy*. Essas etapas serão explicadas na metodologia da pesquisa.

1.1 METODOLOGIA

Para elaboração da tese, foi realizada uma triangulação entre o fenômeno sociológico do genocídio, a pesquisa empírica nos jornais e as entrevistas com os atores sociais. Optou-se por essa construção metodológica como forma de ampliar o olhar sobre esse objeto. Por tal escolha, dialoga-se com a construção das notícias pelos jornais e a com a forma como os atores sociais analisam o tema em questão a partir de experiências pessoais, de atuações profissionais

² Segundo dados do U.S. Census Bureau. Statistical Abstract of the United States. 2011. Disponível em: <<https://www.census.gov/prod/2011pubs/12statab/geo.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2017.

³ Em português, significa plantações. Foi um sistema de monocultura empregado durante o período colonial dos Estados Unidos para a exportação de algodão e milho. Após a abolição da escravatura, alguns negros se tornaram empregados dessas fazendas e isso resultou que muitas continuaram preservadas no século XX. Em Nova Orleans, há várias plantations que podem ser visitadas. Dessas, a mais famosa é a Whitney Plantation. Disponível em: <<http://whitneyplantation.com/index.html>>. Acesso em: 14 nov. 2017.

e política. Sendo assim, iremos apresentar as 4 etapas do percurso metodológico, de forma a compreender o objeto de pesquisa, os quais apresentaremos a seguir.

1.1.1 Análise sócio-histórica do objeto

A questão racial é uma temática ainda não resolvida na contemporaneidade, inclusive na sociedade brasileira. Como defende o filósofo argentino Enrique Dussel, com a chegada da Europa nas Américas, em 1492, há uma hierarquização do sistema mundo entre o eu – Europa – e o Outro – que naquele momento era a América e hoje é todo o resto do mundo.

Nessa hierarquização eurocêntrica, os conhecimentos produzidos no Ocidente foram considerados elevados e melhores do que os outros e, durante o processo de colonização, a Europa expandiu e normatizou modelos já concebidos de: classe, étnico-racial, gênero, sexualidade, particular de organização de Estado, espiritualidade, epistemologia, institucionalização da produção de conhecimento, idioma, pedagogia e economia orientada para acumulação de capital (GROSGUÉL, 2012, p. 342). Nos países latino-americanos, mesmo após a independência, predominaram os modelos ditados pelas metrópoles europeias, ou seja, oriundos das elites locais. A reprodução desse poder colonial continuou sendo exercida pelas elites crioulas nos países latinos. Esse fenômeno foi denominado pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano de “colonialidade do poder”, que assim o define como:

As novas identidades históricas produzidas sobre a ideia de raça foram associadas à natureza dos papéis e lugares na nova estrutura global de controle do trabalho. Assim, ambos os elementos, raça e divisão do trabalho, foram estruturalmente associados e reforçando-se mutuamente, apesar de que nenhum dos dois era necessariamente dependente do outro para existir ou para transformar-se (QUIJANO, 2005, p. 204).

A ideia de colonialidade do poder pode ser exemplificada como a manutenção do homem branco, capitalista, heterossexual, militar, cristão (GROSGUÉL, 2012, p. 343) em todos os espaços de poder, em países como Bolívia, que tem maioria da população indígena ou como o Brasil, em que mais da metade da população é negra. A naturalização dessas identidades/raças associadas a um status de trabalho e poder criou uma hierarquização entre raças que só aconteceu no período Moderno.

A ideia de raça é um fenômeno moderno e se tornou vinculada a aspectos fenotípicos (características físicas dos indivíduos), ainda presente nos dias de hoje no senso comum, reproduzidos durante o processo de colonização do Brasil. Essa ideia de raça, vinculada à Biologia, foi superada devido aos estudos de genética no século XX. Na atualidade, raça é uma construção social diretamente relacionada com as diferenças fenotípicas e os lugares sociais

herdados historicamente e que, muitas vezes, utiliza-se hoje para manutenção do modelo eurocêntrico de gênero, classe e raça. Segundo Quijano, a ideia de raça, em seu sentido de hierarquização, não tem história conhecida antes da colonização da América. A hipótese é que as diferenças fenotípicas entre conquistadores e conquistados tenham sido utilizadas para criar diferenciais entre os grupos. Dentro dessa perspectiva:

A formação de relações sociais fundadas nessa ideia, produziu na América identidades sociais historicamente novas: *índios*, *negros* e *mestiços*, e redefiniu outras. Assim, termos como *espanhol* e *português*, e mais tarde *européu*, que até então indicavam apenas procedência geográfica ou país de origem, desde então adquiriram também, em relação às novas identidades, uma conotação racial. E na medida em que as relações sociais que se estavam configurando eram relações de dominação, tais identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, com constitutivas delas, e, conseqüentemente, ao padrão de dominação que se impunha. Em outras palavras, raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população (QUIJANO, 2005, p. 202).

Com o passar do tempo, a questão da raça ficou diretamente relacionada com os traços fenotípicos dos colonizados e os colonizadores definiram como sendo características emblemáticas da categoria racial. A colonização da América foi a primeira experiência de hierarquização do Outro, tendo como base a raça, o que legitimou as relações de dominação impostas pela conquista. A expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo, a partir do século XIX, empreendeu a expansão do eurocentrismo e a naturalização das relações colônias e de superioridade de uma raça em detrimento de outra, normatizando o modelo europeu. Conforme Grosfoguel,

Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas ideias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados. Desde então demonstrou ser o mais eficaz e durável instrumento de dominação social universal, pois dele passou a depender outro igualmente universal, no entanto mais antigo, o intersexual ou de gênero: os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e conseqüentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais. Desse modo, raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade. Em outras palavras, no modo básico de classificação social universal da população mundial (QUIJANO, 2005, p. 203).

Para Quijano, raça está diretamente ligada com o êxito da colonização europeia no mundo, pois é a vitória de um modelo em que as pessoas acreditam que são naturais os espaços de poder que cada grupo racial ocupa na sociedade e os bônus e ônus que acarretam esses lugares para os grupos subalternizados.

A hierarquização criada pelo europeu e levada, por meio da colonização, para todos os países colonizados, como defende Ramon Grosfoguel, normatizando diferenças superiores e inferiores, cria o racismo assim definido como:

[...] uma hierarquia etnorracial, na qual os grupos construídos\identificados como ocidentais dominam em termos de poder, status e prestígio os grupos etnorraciais construídos como não ocidentais, isto é, como “o outro” cultural e/ou biologicamente inferior (GROSFOGUEL, 2012, p. 343).

O racismo foi se remodelando com o passar dos séculos e se tornou peculiar conforme as realidades sócio-históricas de cada país. No Brasil, o racismo se estruturou entre brancos portugueses subordinando negros e indígenas. No caso da população negra, segundo estatísticas, de 1532 até 1850, cerca de 5 milhões de negros chegaram ao Brasil para serem escravizados. Após 1888, a população afrodescendente teve de encontrar por si só maneiras para sobreviver no país.

Durante o período de colonização, a mão de obra negra foi a base da economia. No período do Império, a mão de obra negra gradativamente foi substituída pelo trabalho livre dos imigrantes europeus. Porém, esse processo se dá numa perspectiva excludente o que perpetua racismo, porque o Estado Brasileiro cria mecanismos que beneficiam os brancos em detrimento dos negros. Leis criadas como a de Terras de 1850 (que legaliza a apropriação desigual da terra entre grupos étnicorraciais), a Lei da Abolição de 1888 (sem políticas direcionadas à inclusão da população negra do ponto de vista social, econômico, político), e o processo de estímulo à imigração, na virada do século XIX para o XX, que remodelaram o racismo como um mecanismo de reprodução das desigualdades.

Além das legislações e da incorporação no mercado de trabalho de forma excludente, outra característica do racismo brasileiro foi no campo das relações sociais. A figura do mestiço como símbolo do Brasil fomenta a ideia de uma mistura harmônica das relações e livres do racismo. Gilberto Freyre, ao falar das características gerais da colonização portuguesa no Brasil, já destacava o hibridismo nas sociedades coloniais portuguesas como um triunfo em relação aos ingleses e franceses. “É certo que através de muito maior miscibilidade que os outros europeus, as sociedades coloniais de formação portuguesa têm sido todas híbridas, umas mais outras menos” destaca Freyre (1981) na obra *Casa Grande e Senzala*.

Outro destaque na obra de Freyre, apontado por Boaventura de Souza Santos, no artigo *Entre Próspero e Caliban – Colonialismo, Pós Colonialismo e Interidentidade* é a miscigenação entre o homem branco e a mulher negra ou indígena que vai sustentar a colonização portuguesa. Primeiro, porque o português não tinha gente suficiente para povoar as colônias e também já

tinha contato com outros povos africanos que os tornavam mais tolerantes em relação à raça do que outros colonizadores. Freyre destaca que:

O português [...] por todas aquelas felizes predisposições de raça, de mesologia e de cultura a que nos referimos, não só conseguiu vencer as condições de clima e de solo desfavoráveis ao estabelecimento de europeus nos trópicos, como suprir a extrema penúria de gente branca para a tarefa colonizadora unindo-se com a mulher de cor. Pelo intercurso com a mulher índia ou negra multiplicou-se o colonizador em vigora e dúctil população mestiça, ainda mais adaptável a ele puro ao clima tropical. A falta de gente, que o afligia, mais do que a qualquer outro colonizador, forçando-o à imediata miscigenação – contra o que não o indispunham, aliás, escrúpulos de raça, apenas os preconceitos religiosos – foi para o português vantagem na sua obra de conquista e colonização dos trópicos. Vantagem para a sua melhor adaptação, senão biológica, social (FREYRE, 1981, p. 13).

A relação entre o colonizador e a colonizada negra/indígena, o mulato e a formação do Brasil tendo a família aristocrática como estrutura fundamentou, a partir da década de 1930, a formação social do país sob a égide de uma harmonia racial defendida por Freyre. Nesse sentido, há, no imaginário brasileiro, o mito (por meio do discurso), criado por Gilberto Freyre em *Casa Grande & Senzala*, de que o Brasil é uma democracia racial. Há um consenso na formação racial de que brancos, índios e negros formaram a população brasileiro. Porém, na década de 1960, Florestan Fernandes, Octávio Ianni e Fernando Henrique Cardoso, comumente chamada escola sociológica paulista, vão defender que abolição de escravatura do Brasil não incorporou o negro na estrutura econômica do Brasil.

Esses intelectuais vão defender que o processo de abolição no Brasil se deu por uma questão econômica. No processo de transição de um país agrícola para um país industrializado, o país precisava de uma população consumidora e, para isso, era necessário ter trabalhadores assalariados. A esse processo econômico, juntou-se o pensamento positivista do final do século XIX, de que para o Brasil progredir não podia ter a enorme população negra que existia no país no início da República. A imigração europeia como massa trabalhadora assalariada foi a solução para a questão econômica e também para o embranquecimento da população brasileira, já que o negro era associado a um ser inferior e atrasado.

O êxito do racismo brasileiro é a democracia racial. Gilberto Freyre, ao colocar o mestiço como o símbolo da união das três raças na formação social brasileira, negou que houvesse conflitos raciais no Brasil e isso naturalizou os brancos nos espaços de poder e os negros em situação de vulnerabilidade. O modelo eurocentrizado de poder manteve-se intacto. O modelo foi naturalizado no imaginário do brasileiro e os imigrantes europeus se beneficiaram rapidamente disso, mesmo com menos tempo no Brasil em relação aos negros e indígenas. O discurso da democracia racial se disseminou por isso mesmo.

A todo esse processo, entendemos como um racismo sistêmico que alijou a população negra das benesses produzidas no Brasil e beneficiou os brancos, entendendo o racismo como essa hierarquização de grupos baseadas na raça. Só que o racismo pode se manifestar de diversas formas, como preconceito direto na forma de ofensa racial e também como racismo institucional. O termo foi usado pela primeira vez na década de 1960, nos Estados Unidos, e explica as ações explícitas ou não em instituições públicas que dificultam ou impedem o atendimento dos cidadãos devido a sua cor/raça/etnia. Esses fatos, além de não contribuir com a Promoção da Igualdade Racial, evidenciam o racismo dentro do próprio Estado e se contrapõem à Constituição Nacional no que tange ao artigo 5º onde “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”. Segundo definição de Elias Sampaio:

O racismo institucional é aqui entendido como o fracasso coletivo das organizações e instituições em prover um serviço profissional e adequado às pessoas por causa de sua cor, cultura ou origem racial. Ele se revela por meio de processos atitudes e comportamentos discriminatórios resultantes do preconceito da ignorância da falta de atenção ou de estereótipos racistas que colocam pessoas negras em situação de desvantagem política, econômica e social⁴

O racismo institucional inaugura uma prática de discriminação diferente da tradicional. Essa é uma manifestação individual e consciente de agir de forma preconceituosa para com o outro indivíduo. Aquela é um mecanismo discriminatório, que geralmente ocorre à revelia das pessoas e dentro de instituições sociais. Também conhecida como racismo estrutural, essa prática não está em manifestações explícitas de diferenciação racial, mas acontece de forma difusa no funcionamento cotidiano de instituições e organizações, as quais agem de forma diferenciada na distribuição de serviços, benefícios e oportunidades aos diferentes grupos raciais (JACCOUD, 2009, p. 157).

O racismo institucional ocorre em qualquer esfera governamental ou institucional que atenda pessoas negras (ou de outros grupos étnicos minorizados). Jaccoud vai afirmar que essa prática é mais cruel do que o racismo tradicional porque incide diretamente na efetivação de políticas públicas para a Promoção da Igualdade Racial. Segundo a pesquisadora:

Este tipo de discriminação tem efeitos extremamente relevantes. Ele extrapola as relações interpessoais e instaura-se no cotidiano organizacional, inclusive na implementação efetiva de políticas públicas, gerando de forma ampla, mesmo que difusa, de desigualdades e iniquidades. Nesse sentido, a utilização do conceito de racismo institucional permite não apenas uma compreensão mais ampla sobre a produção e a reprodução das desigualdades brasileiras, como também aumenta as

⁴ Disponível em: <http://www.direitos.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=4453&Itemid=2>. Acessi em: 17 jul. 2010.

possibilidades de resgatar, nas políticas públicas e nas políticas organizacionais, novas frentes de combate ao preconceito e à discriminação e de promoção da igualdade racial, desalojando-se o debate do plano exclusivo das relações interpessoais e realocando-o nos termos de sua dimensão política e social (JACCOUD, 2009, p. 157).

O termo “racismo institucional” é utilizado desde a década de 1960 em diversos países. Nos Estados Unidos, o conceito emerge no contexto da luta pelos direitos civis dos negros e na implementação de políticas afirmativas. Já na Inglaterra, o racismo institucional é incluído na década de 1980 na proposição de políticas públicas “como resultado do empoderamento da população negra e da ineficiência do Poder Judiciário em responder de forma adequada às demandas dessa população” (JACCOUD, 2009, p. 158).

No Brasil, a problemática entrou na agenda pública em meados dos anos 1990 e foi levada pelos movimentos sociais até o Estado para que este formulasse políticas públicas específicas de combate ao racismo institucional. A área da saúde é o campo no Brasil em que há mais discussões e regulações para o combate ao racismo institucional. A pesquisa *Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça* aponta que, na área da saúde, a população negra possui os piores índices na qualidade e no acesso a saúde. No caso específico da saúde feminina, o percentual de mulheres que nunca fizeram o exame clínico de câncer da mama é maior entre as negras do que as brancas. Isso não está relacionado apenas ao acesso e à renda, pois em mulheres que possuem mais de 12 anos de instrução, o índice de não ter feito o exame permanece maior entre as negras.

Outro conjunto de dados apresentados no Retrato das Desigualdades são os referentes a questões específicas da saúde da mulher. Neste caso, são informações sobre exames preventivos dos tipos de câncer mais frequentes na população feminina: o de mama e o de colo do útero. O câncer está entre as principais causas de morte de mulheres que têm entre 30 e 60 anos, ao lado das doenças circulatórias e mortes provocadas por causas externas. A realização de exames específicos para que possa haver detecção precoce do câncer é fundamental para reduzir a quantidade de óbitos provocados por esta doença.

Os dados da Pnad apresentados no Retrato mostram que a proporção de mulheres que nunca realizaram os exames específicos ainda é alta e há desigualdades no acesso ao exame entre brancas e negras. Os dados mostram que no Brasil 36,4% das mulheres de 25 anos ou mais de idade nunca fizeram o exame clínico de mama, sendo que entre as brancas a proporção é de 28,7% e entre as negras a proporção sobe para 46,3%.

Em um primeiro momento esta desigualdade poderia ser explicada pelo fato de que as mulheres negras têm menos educação formal e menores rendimentos – o que dificultaria seu acesso aos serviços. No entanto, mesmo entre as mulheres que têm mais de 12 anos de estudo, as desigualdades permanecem: 10,5% das mulheres brancas com este nível educacional e 18% das negras nunca fizeram exame clínico de mama. Estes números apontam para desigualdades na qualidade do atendimento relacionadas com práticas e comportamentos discriminatórios adotados no cotidiano de trabalho, resultantes de preconceitos e estereótipos racistas, próprios do racismo institucional.⁵

⁵ Retrato das desigualdades de gênero e raça. 3ª Ed. IPEA. Brasília, 2008.

O Ministério da Saúde, no II Seminário Nacional de Saúde da População Negra, reconheceu a presença do racismo institucional no sistema de saúde no Brasil e, a esse respeito, por meio da portaria 992, que instituiu a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, assumiu o compromisso de combater o racismo institucional⁶. Esse reconhecimento só foi possível porque setores de organizações não governamentais e o movimento negro mobilizaram-se e pleitearam junto ao Estado políticas de combate ao racismo institucional. Isso é resultado da participação popular que foi efetiva na construção de uma política pública de saúde da população negra. Mas, é importante ressaltar, que na atual conjuntura, para consolidar essa política, as pessoas precisam ter acesso às informações sobre as doenças e como são suas instruções preventivas e curativas.

No campo da segurança pública, a polícia é uma das principais estruturas responsáveis pelo racismo institucional. Luis Eduardo Soares (2005) aponta que a figura do elemento suspeito é orientada pelo preconceito de sexo raça e classe: homem, jovem, negro e pobre.

Em uma palavra, está aqui desvendada, a dimensão recalcada da performance policial típica: a seleção do suspeito orientada pelo preconceito contra o jovem, sobretudo do sexo masculino, pelo estigma aplicado aos pobres, e pelo racismo contra os negros. Não por acaso o censo penitenciário nacional retrata uma distribuição perversa de cor, idade, gênero e classe social. O quadro não é fiel à distribuição da prática de crimes, na sociedade, mas ao filtro que constrói a suposta realidade do universo criminoso, segundo critérios seletivos bastante específicos. A miopia histórica de nossas políticas criminais raramente as autoriza a olhar para cima; habituaram-se a olhar para baixo, para a base da pirâmide social, para as chamadas classes subalternas –eis o legado de nossa tradição oligárquica e autoritária, que conduziu nossas desigualdades ao paroxismo (SOARES, 2005).

No que tange ao legado oligárquico e autoritário, acrescentaríamos racista porque é uma instituição que vem reproduzindo essa lógica e não tenta desconstruí-la. Daí podemos designar a polícia como uma estrutura racista institucionalizada. O racismo institucional pode ser uma das causas da problemática do genocídio da juventude negra.

Dessa forma, para esta tese, foi realizado um levantamento sobre os dados que denunciam a morte desses jovens negros. Para tanto, o principal documento utilizado é o *Mapa da Violência*, organizado pelo pesquisador Júlio Jacobo Waiselfisz (2016). Nesta tese, tabelas e gráficos que serão apresentados apontam para uma maior mortalidade dos jovens negros devido à violência urbana e ao racismo institucional como um sistema estruturante que ratifica essas mortes numa perspectiva genocida. Serão também apresentados os trabalhos desenvolvidos que têm relação com o tema de jornalismo e racismo, as discussões sobre a

⁶ “Promover a saúde integral da população negra, priorizando a redução das desigualdades étnico-raciais, o combate ao racismo e à discriminação nas instituições e serviços do SUS”. Portaria 992 de 13/05/2009

redução da maioria penal e o Plano Juventude Viva (BRASIL, 2014b), criado pelo governo federal, em 2012, para reverter o cenário de alta letalidade de jovens no Brasil.

Devido aos resultados desses estudos, ocorreram duas CPIs, uma na Câmara e outra no Senado Federal, para entender o porquê dessas mortes e para apontar possíveis soluções para o país enfrentar tal fenômeno. Os relatórios resultantes dessas duas CPIs também serão utilizados como material para entender os processos que vitimizam o jovem negro, levando-o à morte.

Os teóricos que serão utilizados para a compreensão desse fenômeno são Abdias do Nascimento (1978) e Franz Fanon (1961), que serão referenciados para conceituar o genocídio, e Kimberlé Crenshaw (1993), que dará respaldo sobre o conceito de interseccionalidade de gênero, raça e classe. Diante desses dados e conceitos, pretende-se definir, no tempo e no espaço, a complexidade desse fenômeno sociológico e histórico, para, a partir disso, entendê-lo como valor notícia e enquadramento dentro do campo do jornalismo.

1.1.2 Busca de notícias e análise de enquadramento

A segunda etapa do processo foi buscar notícias relacionadas ao tema do genocídio da juventude negra. Nesse sentido, foram escolhidos dois caminhos, a saber: o primeiro foi realizar um levantamento das notícias que tinham a palavra-chave “autos de resistência”. A escolha se deu porque o significado da palavra remete à problemática que se pretendeu observar. A classificação de autos de resistência é administrativa; realizada, portanto, pela polícia. Nesse sentido, realizar uma pesquisa empírica sobre como os autos de resistência são valorados na condição de notícias no jornalismo, observando como ocorre o enquadramento desse fato relacionando-o com conceitos de raça, classe, programa juventude viva, redução da maioria penal e extermínio da juventude negra foi a forma encontrada para verificar como o jornalismo impresso está agendando essa temática.

O segundo caminho foi fazer uma análise de enquadramento de um caso de mortes de jovens negros no Brasil, a Chacina de Cabula, e um caso de morte de jovem negro nos Estados Unidos, a morte de Michael Brown, em Ferguson. Para esses estudos, os jornais *Folha de S. Paulo* e *The New York Times* foram os escolhidos para entender aspectos relacionados a análise de enquadramento sobre o genocídio da juventude negra.

1.1.3 Realização de entrevistas

A terceira etapa surgiu da necessidade de ouvir atores sociais, que não estavam bem representados no jornalismo, mas que são agentes importantes na construção de *advocacy*, *responsiveness* e *accountability* no tema genocídio da juventude negra. Para tanto, foram entrevistadas 9 pessoas: um promotor público da vara da infância e adolescência; um ex-secretário nacional da juventude; dois ex-servidores da Secretaria de Políticas Públicas de Igualdade Racial; dois jornalistas; um ex-funcionário do ministério da justiça; a irmã de um jovem negro assassinado; e um jovem negro residente em Brasília.

Nessa perspectiva, os entrevistados desta tese podem ser divididos em 4 categorias, quais sejam: os relacionados ao **poder público**, que estiveram ou estão no espaço de governo convivendo com a realidade de exclusão, ou que estão propondo políticas públicas para mudar essa realidade (Anderson Andrade, Gabriel Sampaio, Jefferson Lima, Mário Theodoro e Arthur Araújo); **jornalistas** que trabalham com a pauta de segurança pública e acompanham os processos produtivos do jornalismo, como forma de entender os resultados da pesquisa nos jornais impressos (Rodrigo Chia e Reynaldo Turollo Júnior); **mães ou irmãs** que tiveram os filhos ou irmãos assassinados (Claudia Maciel); e o **jovem negro** que carrega o perfil de vítima desse genocídio para narrar suas experiências (Bernardo Monteiro).

Os entrevistados do poder público foram 5: o promotor público, Anderson Andrade; o advogado, Gabriel Sampaio; o historiador, Jefferson Lima; o economista, Mário Theodoro; e o bancário, Arthur Araújo. No campo do jornalismo, entrevistamos 2 jornalistas: Rodrigo Chia, advogado e jornalista do Senado Federal; e Reynaldo Turollo Junior, repórter da *Folha de S. Paulo*.

A dificuldade encontrada durante a pesquisa foi entrevistar mães que perderam os filhos para a violência. A partir de chacinas como as de Cabula e de Costa Bairros, tentamos entrevistar as mães desses jovens na cidade de Salvador e do Rio de Janeiro. Em Brasília, também tentamos estabelecer contatos com mães que tiveram seus filhos assassinados, porém, nas três cidades, não logramos êxito. Por meio de Gabriel Sampaio, conseguimos o contato com Débora Dias, líder das Mães de Maio. Débora teve seu filho assassinado em maio de 2006, na baixada santista, em retaliação de grupo de extermínio contra as ações dos crimes orquestrados pelo grupo Primeiro Comando da Capital – PCC. Desde então, ela criou o grupo Mães de Maio e vem dando visibilidade à morte dos jovens negros no Brasil e no exterior. Conversamos informalmente por telefone, em maio de 2017, mas não conseguimos fazer uma entrevista

formal, apesar de inúmeras tentativas por e-mail e por telefone. Diante desse cenário, conseguimos encontrar a jornalista e ativista, Cláudia Maciel, que teve seu irmão – Matheus Maciel – assassinado em janeiro de 2015. Devido à relação de amor materno que ela desenvolveu com o irmão e a importância do tema, ela aceitou nos conceder entrevista que, sem sombra de dúvida, foi a entrevista mais dolorosa desta pesquisa.

Para falar sobre os dilemas e as vulnerabilidades da vida de um jovem negro, conseguimos entrevistar o estudante Bernardo Monteiro. O nome é fictício, a pedido do entrevistado, devido ao tema da pesquisa. A decisão de entrevistar Bernardo foi dar voz aos jovens negros que conseguem sobreviver as estatísticas de alta letalidade. Os jovens negros são sub-representados nos meios de comunicação e ainda vivem com estereótipos e estigmas que herdam do racismo e que os meios de comunicação insistem em reproduzir. No que tange ao jornalismo, atualmente, há vários telejornais que cobrem temas relacionados à violência em que aparecem jovens negros e, por sua vez, os apresentadores já os julgam como culpados, bandidos, criminosos. A vida de Bernardo Monteiro traz a complexidade de ser uma pessoa negra em espaços racistas e as estratégias para enfrentar as privações e violências que enfrentou durante a infância, que tem enfrentado no período da juventude junto com as vitórias conquistadas por meio do acesso à educação e a outros direitos básicos a que teve acesso, mas que são negados a vários jovens negros.

Dar visibilidade à complexidade da vida de um jovem negro também é uma estratégia de enfrentamento do racismo e o jornalismo poderia ser um campo para dar voz e apresentar a complexidade da vida de outros jovens negros como o Bernardo. Nessa perspectiva, para o desenvolvimento das entrevistas, foi montado um roteiro semiestruturado (Apêndice C) considerando desde questões pessoais do entrevistado até a forma como se deu seu envolvimento com a pauta sobre genocídio da juventude negra. Além disso, para os profissionais que tiveram a oportunidade de trabalhar no governo com políticas públicas, buscamos analisar a vulnerabilidade social, a visão de como os jornais fazem a cobertura do tema e aspectos de participação política e de *advocacy* dentro do governo ou junto à sociedade civil. Com os jornalistas entrevistados, as questões foram sobre as práticas jornalísticas de produção da notícia sobre a redução da maioria penal e os autos de resistência.

1.1.4 Identificação de práticas de *accountability*, *responsiveness* e *advocacy*

A quarta e última etapa foi apresentar as entrevistas dos 9 atores sociais e as práticas de *accountability*, *responsiveness* e *advocacy* durante esse processo. Nesse sentido, tomamos por base os pressupostos de Levine e Molina (2011) de que *accountability* está diretamente relacionado a uma variedade de meios sociais e institucionais disponíveis para os públicos, sejam funcionários das instituições, sejam cidadãos que podem cobrar controle e estão sujeitos a sanções; já *responsiveness* seria a capacidade de resposta “que ocorre quando o processo democrático induz o governo a formar e implementar políticas que os cidadãos desejam”. Ademais, Cohen, Vega e Watson (2001) apontam para uma cadeia de capacidade e *advocacy* (como sendo esforços organizados e ações baseadas na realidade, ações organizadas que buscam solucionar problemas críticos que foram ignorados ou negligenciados).

Durante as análises do estudo de caso da Chacina de Cabula, na *Folha de S. Paulo*, verificou-se que a Anistia Internacional (AI) é a principal entidade que denuncia a ação da polícia militar da Bahia, quando do assassinato dos 12 jovens negros no bairro de Cabula. No ano de 2015, das 17 notícias que citam os autos de resistência, a Anistia Internacional é citada em 5, ou seja, em aproximadamente 30% das notícias relacionadas aos autos de resistência, a Anistia Internacional é uma das fontes. Esse acontecimento fez com que a autora decidisse verificar o porquê de os jornalistas optarem pela AI como uma das fontes jornalísticas. Apesar de fundar a sede no Brasil em 2012, a AI produz relatórios sobre segurança pública e violência no Brasil desde a década de 1970. Seus principais relatórios foram sobre o Massacre do Carandiru (1992), a Chacina da Candelária (1993), o Vigário Geral (1993) e a violência em maio de 2006, em São Paulo, período no qual 493 pessoas foram mortas em 9 dias.

Além disso, a AI lançou uma campanha em 2014 como forma de combate ao genocídio da juventude negra. Intitulada Jovem Negro Vivo⁷ – a campanha possui release, vídeo, infográfico, tags para as redes sociais, brinde promocional por meio de camiseta, para as pessoas que quiserem fazer doações para a campanha (doando a partir de 50 reais, o doador ganhava uma camiseta “Jovem Negro Vivo”) e também um manifesto on-line, que as pessoas assinam cobrando um basta no homicídio e clamando pela vida dos jovens negros.

Quando da entrevista do jornalista Reynaldo Turollo Junior, repórter da *Folha de S. Paulo* (FSP), que trabalhou na cobertura do caderno Cotidiano e atuou na pauta de segurança pública no período de 2013 a 2015, este informou que a AI faz um trabalho de envio de releases

⁷ Disponível em: <<https://anistia.org.br/campanhas/jovemnegrovivo/>>. Acesso em: 23 out. 2017.

para a redação da FSP, além de ter o telefone pessoal dos jornalistas para pautá-los e também para ser fonte.

Tomando como exemplo a atuação da AI, verificaram-se outras ações de *accountability* junto à sociedade brasileira ao denunciar os homicídios dos jovens negros no Brasil e de *advocacy*, ao realizar uma campanha de comunicação para mobilizar a sociedade civil no jornalismo brasileiro, no caso específico, *Folha de S. Paulo*.

1.2 JUSTIFICATIVA

Os dados do Mapa da Violência (WAISELFISZ, 2016) são razões mais que suficientes para justificar esta pesquisa – compreender o enquadramento dos autos de resistência no jornal *Folha de S. Paulo*. Todavia, o fenômeno de alta letalidade dos jovens negros – no Brasil e nos Estados Unidos – é multifacetado por isto esta pesquisadora decidiu entrevistar atores sociais porque são os movimentos sociais negros e de juventude que vem denunciando um genocídio sistemático dos jovens negros em razão do racismo. Dessa forma, os relatos que serão mencionados a seguir serão em primeira pessoa como forma de explicar as motivações desta pesquisadora para a realização deste trabalho.

Entender que o racismo é um fenômeno estrutural, que desumaniza a pessoa negra e a expõem a inúmeras violências – desde o nascimento até a morte como aponta Nascimento (1978) é uma das principais razões que motivaram a realizar esta pesquisa. Além disso, ser uma mulher, negra e jornalista, que sofre com todos os efeitos do racismo no Brasil, coloca a pesquisadora em um lugar de fala que legitima essa escolha, que passa pela construção de uma militância política contra o racismo e também contribui para a nossa formação como intelectual e pesquisadora.

As experiências pessoais também são motivações. Apesar de não ter familiares próximos que tiveram seus filhos assassinados, durante a trajetória de vida, vimos muitos jovens negros serem exterminados, e daí surgia o pensamento: poderíamos estar no lugar daquela mãe, esposa, filha, irmã. Muitas dessas mulheres não conseguiram chegar em uma universidade para tentar entender o porquê seus filhos, maridos e irmãos foram assassinados, mas a tentativa desta pesquisa é tentar encontrar algumas explicações e também dar voz a essas mulheres.

Durante o processo de coleta de entrevistas, tentamos falar com Débora Dias, uma das líderes das mães de maio em São Paulo (SP, Brasil) e com as mães da Chacina do Cabula, Salvador (BA, Brasil), porém, não foi possível. Ouvir essas mulheres seria uma forma de dar voz a um segmento que não é representado de forma adequada pelo jornalismo. Apesar de não

termos conseguido ouvir essas mães, a entrevista com Claudia Maciel dá a dimensão de angústias, dores e sofrimentos que a morte de um jovem negro gera em uma família. Como mulher, negra e jornalista foi a entrevista mais difícil de realizar porque, muitas vezes, pensamos: o Matheus poderia ser um dos meus irmãos. Tendo 3 irmãos homens – Alex, Leandro e Adriano – muitas vezes refletimos sobre o porquê de eles escaparem das estatísticas. Esta pesquisa, por si só, não responde a essa pergunta, mas assim como nossa família, outras também sofrem com os efeitos do racismo todos os dias e lutam diariamente para não entrar nestas estatísticas negativas.

Dessa forma, o racismo, a falta de representação, os dados estatísticos, as dores, os sofrimentos e o amor que vimos pelo caminho motivaram a tentar entender os enquadramentos que existem na cobertura jornalística sobre a alta letalidade dos jovens negros. A caminhada foi árdua, este projeto não foi aceito durante a seleção para o doutorado. E assim, foi necessário entrar com recurso para poder aprová-lo. Durante a pesquisa, não pudemos usar o termo genocídio porque alguns na academia não concordam que a alta letalidade dos jovens negros seja genocídio, entendendo genocídio apenas com o que aconteceu com os judeus na Segunda Guerra. A caminhada foi de reconhecimento, porque tivemos amigos e militantes parabenizando este trabalho, sentindo-se representados, ficando felizes por cada conquista alcançada – desde a ida para Nova Orleans (LA, Estados Unidos) até fazer apresentações dos resultados desta pesquisa na Organização das Nações Unidas – ONU Brasil.

O caminho percorrido foi muito mais desafiador e enriquecedor do que os resultados que serão apresentados nesta tese. Percebemos que chegamos em espaços de privilégios só alcançados por ter antepassados que lutaram no passado para que pudéssemos estar nesses lugares e fazer o que fazemos atualmente. Compreendemos, assim, que fazemos isso de forma individual e também coletiva, porque só é possível fazer História por meio de um grupo do qual fazemos parte e representamos.

Por tudo isso, assumimos o lugar de mulher, negra, jornalista e pesquisadora como forma de desenvolver a presente pesquisa. As próximas seções desta pesquisa serão apresentados da seguinte forma: *Juventude negra e o enfrentamento a violência; Jornalismo, violência e racismo; Genocídio da juventude negra nos Estados Unidos, Jornalismo diante do fenômeno do genocídio – estudo de caso de Ferguson e Cabula e a Perspectiva de accountability, responsiveness e advocacy dos movimentos no Brasil*

2 JUVENTUDE NEGRA E O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA

Soldado do Morro

MV Bill

[...]

Um pelo poder dois pela grana
 Tem muito cara que entrou pela fama
 Plantou na boca tendo outra opção
 Não durou quase nada amanheceu no valão
 Porque o papo não faz curva aqui o papo é reto
 Ouvi isso de um bandido mais velho
 Plantado aqui eu não tenho irmão
 Só o cospe chumbo que ta na minha mão
 Como pássaro que defende seu ninho
 Arrebento o primeiro que cruzar meu caminho
 Fora da lei chamado de elemento
 Agora o crime que dá o meu sustento
 Já pedi esmola Já me humilhei
 Fui pisoteado só eu sei que eu passei
 Eu to ligado não vai justificar
 Meu tempo é pequeno não sei o quanto vai durar
 É pior do que pedir favor
 Arruma um emprego tenho um filho pequeno, seu doutor
 Fila grande eu e mais trezentos
 Depois de muito tempo sem vaga no momento
 A mesma história todo dia é foda
 É issu tudo que gera revolta
 Me deixou desnorteado mais um maluco armado
 Tô ligado bolado quem é o culpado?
 Que fabrica a guerra e nunca morre por ela
 Distribui a droga que destrói a favela
 Fazendo dinheiro com a nossa realidade
 Me deixaram entre o crime e a necessidade
 Feio e esperto com uma cara de mal
 A sociedade me criou mas um marginal
 Eu tenho uma nove e uma hk
 Com ódio na veia pronto para atirar⁸
 [...]

De acordo com Andrade (2017, informação verbal⁹)

Ele pode ser cooptado pelo tráfico também, o de classe média, o de classe média alta, mas por uma questão de consumismo, de querer ter dinheiro para luxo. Não é o caso do menino da periferia! O menino da periferia muitas vezes aquilo ali é uma forma até dele ajudar a família, dele prover o sustento da casa. Então ele se insere numa lógica de mercado de trabalho até e aí incide que ajam repetidas apreensões em flagrante.

Por que começar com uma seção com uma epígrafe de letra de rap junto com a fala de um promotor público? Qual a relação que há com o objeto de pesquisa desta tese? O rap é a

⁸ MV BILL. **Soldado do morro**. Disponível em: <<https://www.letas.mus.br/mv-bill/68014/>>. Acesso em: 18 nov. 2017.

⁹ Tráfico como trabalho. Anderson Andrade, Promotor Público do MPDFT – DF.

parte da poesia do movimento hip hop, em que os poetas recitam suas realidades, contextos sociais e também denúncias. Pode-se dizer que a letra do rap dialoga com o campo do jornalismo na medida em que, como no jornalismo, faz um recorte sobre um determinado fato e o narra para, no caso, seus ouvintes.

A letra do soldado do morro, escrita pelo rapper MV Bill, pode ser comparada a uma crônica, um gênero jornalístico, no qual o narrador, em primeira pessoa, conta o que o levou a ser um traficante em um morro carioca. O verso “Fora da lei chamado de elemento, Agora o crime que dá o meu sustento” dialoga diretamente com a fala do promotor público Anderson Andrade, um dos entrevistados desta pesquisa, quando explica porque alguns jovens da periferia vão para o tráfico de drogas, como ressalta Andrade (2017): “O menino da periferia muitas vezes aquilo ali é uma forma até dele ajudar a família, dele prover o sustento da casa. Então ele se insere numa lógica de mercado de trabalho¹⁰”.

Nesse sentido, o rapper tenta explicar que o mesmo menino que é reconhecido como um bandido por um segmento social é o homem que leva comida para casa por meio do tráfico de drogas. Por sua vez, o promotor elucida que para esse jovem da periferia o tráfico de drogas é um trabalho pois é uma das poucas opções que lhe resta por causa do racismo.

Esta tese é sobre jornalismo. É sobre jovem negro. Para acrescentar mais um ingrediente, que não foi dito explicitamente nem letra do “Soldado do Morro” nem pelo promotor Anderson Andrade, esta tese trata especificamente sobre os altos índices de mortes dos jovens, homens e negros no Brasil e nos Estados Unidos e como essa realidade é ou não abordada pelo jornalismo nos dois países. O jovem “soldado do morro” ou da periferia tem cor, tem classe e tem gênero. Ele tem uma história. História esta que é apropriada pelo jornalismo, como valor notícia, quando da divulgação dos dados sobre as mortes no país.

A seguir, iremos trazer alguns elementos sócio-históricos e teorias para entender o porquê de esse jovem ficar “entre o crime e a necessidade”.

¹⁰ Durante a banca de avaliação desta tese, foi destacado que a morte do jovem negro não está relacionada com a questão de morar na periferia e de alguns praticarem o tráfico de drogas, mas devido ao racismo institucional que não respeita os corpos negros. Os jovens assassinados nem sempre estão em conflito com a lei. Muitos jovens negros são assassinados sem terem antecedentes criminais como no caso da Chacina de Costa Barros e o assassinato do dentista Flávio Ferreira Santana ocorrido em fevereiro de 2004 na cidade de Guarulhos (SP, Brasil) quando a polícia disparou dois tiros contra o jovem que voltava do aeroporto por acharem que ele era bandido. Os policiais tentaram mudar a cena do crime, alegando que houve troca de tiros entre a polícia e Flávio, e os policiais enquadraram a morte de Flávio como autos de resistência. Devido a repercussão midiática deste caso, os policiais foram condenados a 17 anos de prisão. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2010200520.htm>>. Acesso em 28.dez.2017

2.1 DADOS SÓCIO-HISTÓRICOS E O GENOCÍDIO DA JUVENTUDE NEGRA NO BRASIL

Nesta seção, será apresentada a história de Bernardo Monteiro, um jovem, negro, pobre, que cresceu na Estrutural – cidade administrativa de Brasília. O objetivo é que a narrativa sobre a vida de Bernardo seja um fio condutor para a apresentação sobre como são as condições socioeconômicas dos jovens, negros, periféricos e como isso se relaciona com a violência. Os dados do Mapa da Violência e os de conceitos de Franz Fanon (1961), Abdias do Nascimento (1978) e Kimberle Crenshaw (1993) que serão relacionados para a compreensão sobre racismo, genocídio e interseccionalidade de gênero, raça e classe.

2.2 REALIDADE SOCIAL DE UM JOVEM NEGRO DA PERIFERIA

Bernardo Monteiro¹¹, 22 anos, um dos entrevistados para esta pesquisa, é um jovem negro que nasceu no Rio Grande do Norte e, aos 5 anos, veio morar em Brasília, com a mãe, mais especificamente na cidade Estrutural. Essa região, em Brasília, surge como um lixão, em torno do qual se forma um bairro com moradores que se sustentam como catadores de matérias recicláveis. Não há infraestrutura social e educacional nesse espaço. Na época de sua criação, não havia uma organização urbana, sanitária, espacial para a região. Segundo Bernardo, a primeira escola chega a Estrutural em meados dos anos 2000: “A gente nunca teve escola lá, então eu estudei na primeira escola que foi fundada em 2006, 2007”.

Como a escola demorou a chegar a Estrutural, as crianças eram encaminhadas para estudar em um bairro vizinho, mais bem estruturado chamado Guará. Porém, por serem da Estrutural, eram estigmatizadas. Bernardo narra o seguinte episódio:

Então eu sempre fui uma criança muito dócil, muito paciente, muito comportado. Então assim, se você era uma criança negra da Estrutural, mas era dócil e comportada, você tinha um tratamento, agora se você não era você tinha outro comportamento diferente. Então assim, a gente tinha os nossos amigos da Estrutural, crianças negras que já eram mais rebeldes, nesse sentido e que a professora realmente não olhava. Então tinha essa repulsa. Inclusive, normalmente essas crianças que eram mais rebeldes e menos dóceis, eram as que viviam uma situação de vulnerabilidade extrema. Normalmente era crianças em situação de fome extrema ou a gente tinha história de crianças que era violentada ou que já tinham que trabalhar desde muito cedo. Era a criança que vinha suja, malcuidada, que de repente era a irmã mais velha que levava para ir para a escola (MONTEIRO, 2017, informação verbal¹²).

¹¹ Nome fictício, a pedido do entrevistado.

¹² Entrevista concedida à autora em 15 jul. 2017

A experiência de vida do Bernardo sustenta o que o promotor Anderson Andrade viveu durante os 20 anos de sua atuação na vara da infância e da juventude no Ministério Público do Distrito Federal e Território (MPDFT). Ao ser indagado sobre os desafios que enfrentou ao trabalhar nesta vara, o promotor respondeu:

Ausência de políticas públicas para auxiliar as famílias na criação das crianças na primeira infância; depois uma política pública escolar falha que não inclui essa criança, que muitas vezes já chega com defasagem cognitiva, encontra uma escola também pouco inclusiva. E aí você tem essa criança que teve uma primeira infância difícil, com muitas carências, entra na escola e essa escola é pouco receptiva, pouco inclusiva e muitas vezes essa criança, especialmente se for um adolescente do sexo masculino e morador das periferias, ele vai muitas vezes ser expulso dessa escola e quando ele é expulso dessa escola é o primeiro passo para ele partir para a delinquência (ANDRADE, 2017, informação verbal¹³).

Considerando o que afirmou Andrade (2017), a escola e a família são duas instituições que, quando fracassam no processo de formação e crescimento de um jovem, podem gerar um custo social. A esse respeito, Munanga (2005) critica os educadores por se absterem de discutir os preconceitos em sala de aula e aproveitar o ensejo como forma de afirmação das diferenças e, conseqüentemente, elevação da autoestima do aluno discriminado:

No entanto, alguns professores, por falta de preparo ou por preconceitos neles introjetados, não sabem lançar mão das situações flagrantes de discriminação no espaço escolar e na sala como momento pedagógico privilegiado para discutir a diversidade e conscientizar seus alunos sobre a importância e a riqueza que ela traz à nossa cultura e à nossa identidade nacional. Na maioria dos casos, praticam a política de avestruz ou sentem pena dos “coitadinhos”, em vez de uma atitude responsável que consistiria, por um lado, em mostrar que a diversidade não constitui um fator de superioridade e inferioridade entre os grupos humanos, mas sim, ao contrário, um fator de complementaridade e de enriquecimento da humanidade em geral; e por outro lado, em ajudar o aluno discriminado para que ele possa assumir com orgulho e dignidade os atributos de sua diferença, sobretudo quando esta foi negativamente introjetada em detrimento de sua própria natureza humana (MUNANGA, 2005, p. 15).

Quando Bernardo relaciona o tratamento que as “crianças negras rebeldes” recebem no sistema de ensino por parte do professor, o jovem fala desse “não olhar” dos educadores para o preconceito. Como sugere Munanga (2005), o “não olhar” é uma prática que pode gerar sentimentos de rejeição e de não pertencimento àquele lugar. Considerando a escola como um espaço de produção de conhecimento, é possível entendê-la também como um espaço simbólico. A definição parte do conceito desenvolvido por Bourdieu (1989) de que os sistemas simbólicos, como instrumentos de conhecimento e comunicação, só podem exercer um poder

¹³ Entrevista concedida em 15 maio 2017.

estruturante porque são estruturados, ou seja, o poder simbólico é um poder de construção da realidade.

Nesse sentido, o professor só possui tal poder porque a escola é uma instituição estruturada socialmente que legitima tais práticas pedagógicas. Ao não olhar para o “aluno negro rebelde”, o educador reitera o preconceito estruturante de que há alunos que não merecem a sua atenção, e conseqüentemente, reforça, por este poder simbólico, a realidade de exclusão social e evasão de jovens negros, ou seja, reafirma uma construção de realidade excludente para este grupo, conforme a fala do promotor Anderson Andrade, já citada em trecho anterior: “ele vai muitas vezes ser expulso dessa escola e quando ele é expulso dessa escola é o primeiro passo para ele é partir para a delinquência”.

Na prática da expulsão da escola do jovem, negro e pobre, por inadequação, há uma violência. A mesma violência acontece quando o próprio jovem desiste da escola por entendê-la como um território inóspito. Este tipo de violência sobre os jovens negros pode ser considerada a primeira etapa do genocídio desse grupo. O conceito de genocídio, que será utilizado, baseia-se na obra *Genocídio do Negro Brasileiro* (1978), de Abdias do Nascimento, que afirma:

O uso de medidas deliberadas e sistemáticas (como morte, injúria corporal e mental, impossíveis condições de vida, prevenção de nascimentos), calculadas para a exterminação de um grupo racial, político ou cultural, ou para destruir a língua, a religião ou a cultura de um grupo (NASCIMENTO, 1978, p. 8).

Mais adiante, será mais bem discutido o conceito de genocídio dentro da prática de extermínio da juventude negra. Para sintetizar esse pensamento e relacioná-lo à trajetória vivida por Bernardo Monteiro, da sua infância até o caminho para a delinquência, e aos apontamentos feitos pelo Promotor Anderson Andrade, serão apresentados os conceitos de violência com base nos pressupostos de Pierre Bourdieu (2002) e John Galtung (1968). Tais autores explicam como a violência é um poder estruturante nas sociedades contemporâneas.

2.3 VIOLÊNCIA COLONIAL, DIRETA, INDIRETA E SIMBÓLICA

Um dos aspectos sócio-históricos que o Bernardo recebeu ao nascer, na condição de uma criança negra, é que ele é um afrodescendente, herdeiro da diáspora africana. Os seus antepassados foram submetidos à violência, por meio da escravidão, por mais de 300 anos no Brasil. Na abertura do livro os *Condenados da Terra* (1961), Sartre sintetiza o que é a violência colonial:

A violência colonial não tem somente o objetivo de garantir o respeito destes homens subjugados: procura desumanizá-los. Nada deve ser poupado para liquidar as suas tradições, para substituir a língua deles pela nossa, para destruir a sua cultura sem lhes dar a nossa, é preciso embrutecê-los pela fadiga (SARTRE, apud FANON 1961, p. 9).

A violência sofrida pelos corpos negros possui esse componente histórico de desumanização como garantia de poder por aquele que domina. A construção de uma identidade se dá por meio da diferença entre o subjugado e o dominador. Quando questionado como constrói a identidade como criança negra, Bernardo responde:

Entrevistadora: Pela sua mãe ser branca e você veio morar com cinco anos aqui com um padrasto branco, como você constrói a sua identidade racial? Como você se percebe enquanto um menino negro?

Bernardo: Então assim, eu sempre construí em torno dessa diferença.

Entrevistada: Você era o diferente na casa?

Bernardo: Exatamente. Então assim, por ser a única criança negra dentro daquela família, isso sempre me condicionou também a me perceber enquanto negro desde muito cedo.

Entrevistadora: Mas para você era evidente que você era negro?

Bernardo: Era. Não tinha discussão em torno disso. [...] situações que meu padrasto já me violentou e tudo mais descaradamente mesmo (MONTEIRO, 2017, informação verbal).

Acerca dessa temática, não serão aprofundadas questões raciais, uma vez que será abordado em outra seção, mas a característica da formação da identidade a partir da diferença é um fenômeno que só aconteceu por meio da violência colonial¹⁴. Por mais que não seja aprofundado o processo de escravidão no Brasil, que já foi exaustivamente discutido na academia, cabe destacar que um jovem negro brasileiro, ao nascer, herda esses componentes históricos, mesmo sem ter consciência do que se trata (MOURA, 1988). Como destaca Bernardo, ele descobriu ser negro por ser a única criança negra da família e pela violência familiar que ele sofre, por ser o diferente dentro daquele núcleo.

Essa violência, que começou no período colonial, é introjetada nas relações familiares e muitas vezes ela é reiterada por fazer parte de um imaginário social, o qual é naturalizado. Acerca do conceito de imaginário, Motta (2002) esclarece que:

O entendimento do imaginário como uma categoria com essa amplitude ajuda-nos na compreensão do pensamento de uma determinada formação social porque assim concebido, o imaginário transforma-se numa categoria analítica que engloba tanto a contraditória história das representações das relações sociais concretas assim como das complexas manifestações simbólicas de um povo – a complexa potência dramática e poética de cada sociedade. Queremos com isso dizer que o imaginário de um povo

¹⁴ Franz Fanon, no livro *os Condenados da terra* (1961), vai explicar melhor essa violência colonial, principalmente no processo de dominação da França sobre o território da Argélia, abordando como o colonizado passa, por meio da violência que sofre, a desconstruir sua mente de colonizado para descolonizado.

abarca tanto as representações e práticas ideológicas que são parte de confrontos sociais objetivos entre os diversos segmentos e classes sociais num determinado contexto histórico como as alegorias, metáforas e práticas que expressam os sentimentos individuais ou coletivos mais profundos e inconscientes (MOTTA, 2002, p. 105).

É dentro do imaginário que são construídos valores simbólicos que podem ser usados para humanizar ou desumanizar um grupo, um segmento social ou um povo. Munanga (2005) mostra que o impacto dessa violência no imaginário causa um apagamento da história, da cultura e da identidade no sistema educativo, justificando a evasão dos jovens negros da escola, o que dialoga com a fala do Bernardo sobre “as crianças negras rebeldes”.

Nesse cenário, escola, família e jornalismo são instituições que estruturam a sociedade contemporânea e possuem poderes simbólicos estruturantes dentro das relações sociais. Os sujeitos podem ter consciência, ou não, de que há uma relação de dominante e dominado, porém, todos são afetados por essas práticas. Para Bourdieu (2002):

A violência simbólica não se processa senão através de um ato de conhecimento e de desconhecimento prático, ato este que efetiva aquém da consciência e da vontade e que confere seu ‘poder hipnótico’ a todas as suas manifestações, injunções, sugestões, seduções, ameaças, censuras, ordens ou chamadas às ordens. Mas uma relação de dominação, que só funciona por meio desta cumplicidade de tendências, depende, profundamente para a sua perpetuação ou para a sua transformação das estruturas de que tais disposições resultantes (BOURDIEU, 2002, p. 27).

Além da herança dessa violência colonial e da violência simbólica, há a violência direta e indireta que atinge o jovem negro e pobre. Nesse sentido, John Galtung (1968), sociólogo norueguês, escreve em seu artigo mais famoso, *Violence, Peace and Peace Research*, que a paz é a negação ou a redução de qualquer tipo de violência. Tendo como ponto de partida esse conceito de senso comum, Galtung define o que é a violência:

Violence is here defined as the cause of the difference between the potential and the actual, between what could have been and what is. Violence is that which increases the distance between the potential and the actual, and that which impedes the decrease of this distance. (...) In other words, when the potential is higher than the actual is by definition avoidable and when it is avoidable, then violence is (GALTUNG, 1968, p. 169)¹⁵ present.

Dessa forma, se o efetivo é inevitável, não existe violência ainda que o efetivo esteja situado em um nível muito baixo. Galtung dá exemplo de como a esperança de vida de trinta

¹⁵ Violência é aqui definida como a causa da diferença entre o potencial e o efetivo, entre aquilo que poderia ter sido e aquilo que realmente é. A violência é aquilo que aumenta a distância entre o potencial e o efetivo, e aquilo que cria obstáculo para o decréscimo desta distância. Em outras palavras, quando o potencial é maior que o efetivo e ele for evitável, existe violência (GALTUNG, 1968, p. 169, tradução própria).

anos, no período neolítico, não era uma expressão de violência; porém, a mesma esperança de vida na atualidade (devido às guerras, à injustiça social, ou a ambas as coisas) deveria entender-se, segundo Galtung, como violência. Assim:

O nível potencial de realização é aquele que é possível com um nível dado de conhecimentos e recursos. Se o conhecimento e/ou os recursos estão monopolizados por um grupo ou uma classe, ou se são utilizados para outros propósitos, então o nível efetivo cai por debaixo do nível potencial, e existe violência no sistema (GALTUNG, 1985, p. 31-32, tradução própria).

A definição de violência proposta por Galtung (1985) evita uma tendência de reduzir a violência à incapacidade somática ou à privação de saúde imposta intencionalmente por um agente determinado, ou seja, evita reduzir a violência a apenas uma de suas formas: a violência direta e física. Nesse contexto, a juventude negra brasileira é privada, desde o nascer até a morte prematura, de toda uma estrutura de bens materiais e simbólicos o que aumenta a diferença entre a potencialidade deste jovem e a realidade efetiva e concreta que este jovem vive nos dias atuais.

Ao nascer, muitas vezes, esse jovem negro nasce em condições desfavoráveis de estrutura familiar, de acesso a bens fundamentais como alimentação, saúde, moradia educação e segurança. O promotor Anderson Andrade corrobora essa tese:

Eu não tenho dúvida que nascer em determinadas famílias, em determinados locais, com determinada cor, porque é predominante a cor determinada, vai lhe fazer ter um prognóstico muito maior de ter a sua vida abreviada durante a juventude (ANDRADE, 2017).

É a violência em decorrência do processo de colonização e também simbólica, direta e indireta, que determina o lugar social desse jovem.

2.4 REALIDADE DA VIOLÊNCIA POR MEIO DE DADOS ESTATÍSTICOS

A história do Bernardo é similar à de vários jovens negros periféricos, que ao sobreviver à violência direta contra seus corpos são obrigados a ver seus “irmãos” e “irmãs”, negros e negras, sucumbindo. “Dentro dessa minha trajetória, eu vi outros jovens negros sendo assassinados ou meninas pretas virando mãe muito cedo, se submetendo a violências inúmeras...”, acrescenta Bernardo (2017).

A violência está cada dia mais próxima das pessoas comuns nas sociedades modernas, principalmente nos espaços urbanos, onde há uma grande concentração demográfica, ocupação

desordenada dos espaços e concentração de renda. Esses são componentes que, unidos, geralmente provocam uma violência direta que resulta em mortes.

A esse respeito, desde os anos 1970, o pesquisador Júlio Jacobo Waiselfisz sistematiza as formas de mortes no Brasil por meio do Mapa da Violência¹⁶. A primeira publicação data de 1980, com os dados das mortes de 1979. Naquele ano, o Brasil tinha uma população de 121 milhões¹⁷, segundo o IBGE (1980) e ocorreram 13.900 mortes por homicídio. Dados do Mapa da Violência 2016¹⁸ apontam que foram 58.946 mortes, para uma população de 207 milhões. Grosso modo, houve um aumento de 423% de 1980 a 2014. É possível identificar essa evolução a partir da Tabela presente na Figura 1, a seguir.

Figura 1 – Tabela que apresenta dados de homicídios no Brasil, de 1980 a 2014.

Ano	Homicídios		Dif. %	Ano	Homicídios		Dif. %
	Total	Por AF			Total	Por AF	
1980	13.910	6.104	43,9	1998	41.950	25.674	61,2
1981	15.213	6.452	42,4	1999	42.914	26.902	62,7
1982	15.550	6.313	40,6	2000	45.360	30.865	68,0
1983	17.408	6.413	36,8	2001	47.943	33.401	69,7
1984	19.767	7.947	40,2	2002	49.695	34.160	68,7
1985	19.747	8.349	42,3	2003	51.043	36.115	70,8
1986	20.481	8.803	43,0	2004	48.374	34.187	70,7
1987	23.087	10.717	46,4	2005	47.578	33.419	70,2
1988	23.357	10.735	46,0	2006	49.145	34.921	71,1
1989	28.757	13.480	46,9	2007	47.707	34.147	71,6
1990	31.989	16.588	51,9	2008	50.113	35.676	71,2
1991	30.750	15.759	51,2	2009	51.434	36.624	71,2
1992	28.435	14.785	52,0	2010	52.260	36.792	70,4
1993	30.610	17.002	55,5	2011	52.198	36.737	70,4
1994	32.603	18.889	57,9	2012	56.337	40.077	71,1
1995	37.129	22.306	60,1	2013	56.804	40.369	71,1
1996	38.894	22.976	59,1	2014*	58.946	42.291	71,7
1997	40.507	24.445	60,3				

Fonte: Processamento Mapa da violência 2016¹⁹.

¹⁶ Para mais informações sobre os dados do Mapa da Violência consultar <<http://www.mapadaviolencia.org.br/>>.

¹⁷ Disponível em: IBGE <<https://www.ibge.gov.br/>>.

¹⁸ WAISELFISZ, Júlio Jacobo. **Mapa da Violência 2016** – homicídios por armas de fogo no Brasil. Brasília: Flasco Brasil, 2016.

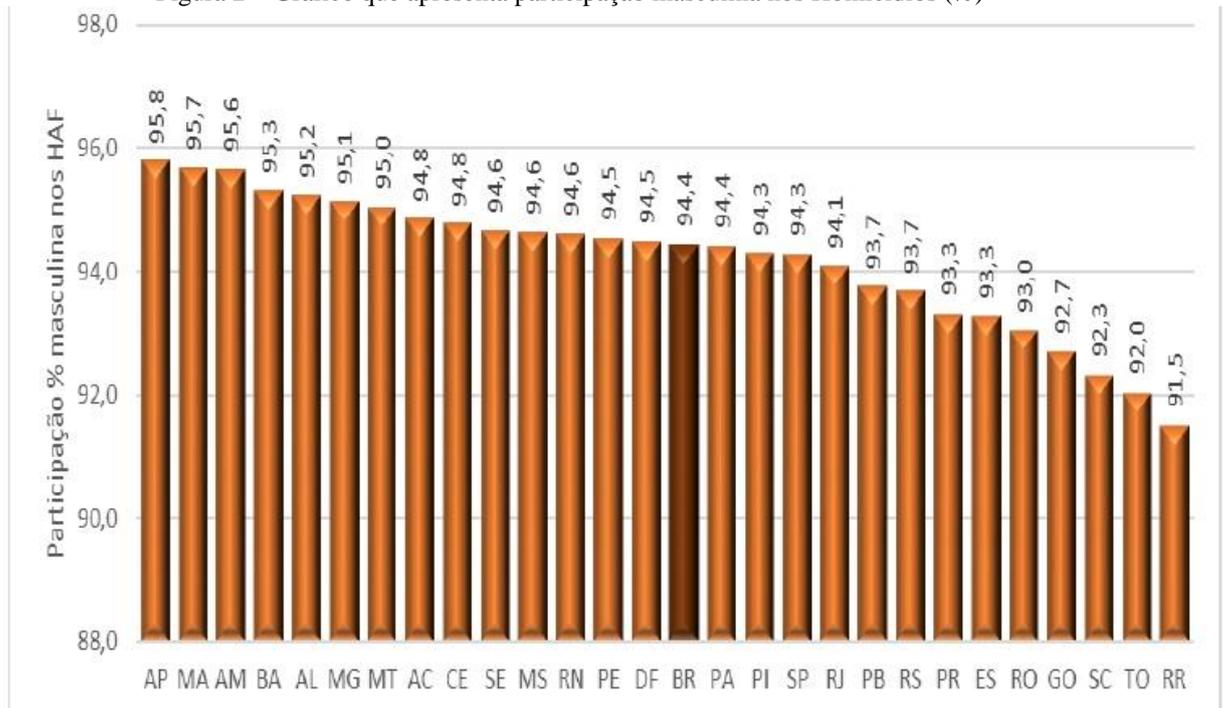
¹⁹ Adaptado de WAISELFISZ, Júlio Jacobo. **Mapa da Violência 2016** – homicídios por armas de fogo no Brasil. Brasília: Flasco Brasil, 2016. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2016/Mapa2016_armas_web.pdf>. Acesso em: 28 out. 2017.

No período, a taxa de homicídios no Brasil cresceu 423%. Esse dado assustador, para a Organização Mundial de Saúde (OMS), é considerado um índice epidêmico. De acordo com a OMS²⁰, para não ser considerada uma epidemia deveria haver dez homicídios para cada 100 mil habitantes. Atualmente, o Brasil possui um índice de 29,1 mortes para um grupo de 100 mil habitantes. Para além da característica epidêmica da alta taxa de letalidade no país, há segmentos mais expostos a esse tipo de violência: homem, jovem e negro.

2.4.1 Sexo das vítimas

Segundo dados do Mapa da Violência 2016, as principais vítimas de homicídio por arma de fogo no Brasil, são homens. O índice nacional é de 94,4% e, na comparação entre os estados, a média varia entre 91% e 96%. Confira abaixo dados apresentados nas Figuras 2 e 3 (WAISELFISZ, 2016).

Figura 2 – Gráfico que apresenta participação masculina nos Homicídios (%)



Fonte: Processamento Mapa da Violência 2016.

*2014: dados preliminares.

Fonte: Waiselfisz (2016)

²⁰ Segundo Relatório da OMS, com dados de 2015, já aponta o índice de 30,5 mortes a cada 100 mil habitantes no Brasil. Informações podem ser obtidas em World Health Statistics 2017 em <<http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/255336/1/9789241565486-eng.pdf?ua=1>>. Acesso em: 28 out. 2017.

Figura 3 – Tabela que apresenta das vítimas (UF) divididas por sexo e média nacional (%)

Uf/Região	Masc	Fem	% Mas
Acre	110	6	94,8
Amapá	136	6	95,8
Amazonas	723	33	95,6
Pará	2.186	130	94,4
Rondônia	360	27	93,0
Roraima	43	4	91,5
Tocantins	150	13	92,0
Norte	3.708	219	94,4
Alagoas	1.731	87	95,2
Bahia	4.228	209	95,3
Ceará	3.593	199	94,8
Maranhão	1.586	72	95,7
Paraíba	1.167	78	93,7
Pernambuco	2.381	138	94,5
Piauí	428	26	94,3
Rio Grande do Norte	1.222	70	94,6
Sergipe	848	48	94,6
Nordeste	17.184	927	94,9
Espírito Santo	1.203	87	93,3
Minas Gerais	3.173	163	95,1
Rio de Janeiro	3.360	212	94,1
São Paulo	3.316	202	94,3
Sudeste	11.052	664	94,3
Paraná	1.933	139	93,3
Rio Grande do Sul	1.922	130	93,7
Santa Catarina	455	38	92,3
Sul	4.310	307	93,4
Distrito Federal	666	39	94,5
Goiás	1.838	145	92,7
Mato Grosso	803	42	95,0
Mato Grosso do Sul	334	19	94,6
Centro-Oeste	3.641	245	93,7
Brasil	39.895	2.362	94,4
Fonte: Processamento Mapa da Violência			
2014*: Dados Preliminares			

Fonte: Waiselfisz (2016)

Pelos dados, apresentados nas Figuras 2 e 3 (foram 39.895 homens assassinados no ano de 2014), é possível identificar que os homens estão mais expostos à violência direta e a assassinatos por arma de fogo.

2.4.2 Idade das vítimas

Os homens são as maiores vítimas dos assassinatos no Brasil. São os jovens que estão morrendo mais nessa epidemia de alta letalidade que ocorre no país. De acordo com o Mapa da Violência (WASELFSZ, 2016), de 1998 até 2014, os índices de crescimento das mortes de homens e jovens, na faixa etária entre 15 a 29, são maiores comparado com o restante da população.

Figura 4 – Tabela com número de vítimas por ano (total/jovem)/Vitimização juvenil (%)

Ano	Vítimas		Vitim.	Ano	Vítimas		Vitim.
	Total	Jovem	Juvenil		Total	Jovem	Juvenil
1980	6.104	3.159	51,8	2000	30.865	18.252	59,1
1981	6.452	3.325	51,5	2001	33.401	19.800	59,3
1982	6.313	3.118	49,4	2002	34.160	20.567	60,2
1983	6.413	3.215	50,1	2003	36.115	21.755	60,2
1984	7.947	4.061	51,1	2004	34.187	20.827	60,9
1985	8.349	4.482	53,7	2005	33.419	20.336	60,9
1986	8.803	4.750	54,0	2006	34.921	20.939	60,0
1987	10.717	5.711	53,3	2007	34.147	20.546	60,2
1988	10.735	5.760	53,7	2008	35.676	21.475	60,2
1989	13.480	7.513	55,7	2009	36.624	21.912	59,8
1990	16.588	9.193	55,4	2010	36.792	21.843	59,4
1991	15.759	8.560	54,3	2011	36.737	21.594	58,8
1992	14.785	7.718	52,2	2012	40.077	23.867	59,6
1993	17.002	9.317	54,8	2013	40.369	23.984	59,4
1994	18.889	10.455	55,3	2014*	42.291	25.255	59,7
1995	22.306	12.168	54,6	Total	830.420	481.683	58,0
1996	22.976	12.428	54,1	Δ % 1980/2003	491,7	588,7	16,4
1997	24.445	13.680	56,0	Δ % 2003/2014*	17,1	16,1	-0,9
1998	25.674	14.643	57,0	Δ % 1980/2014*	592,8	699,5	15,4
1999	26.902	15.475	57,5				

Fonte: Processamento Mapa da Violência 2016. *2014: dados preliminares.

Fonte: Waiselfisz (2016)

Nas séries dos Mapas da Violência, a concepção que se tem de vitimização é oriunda de um conceito jurídico que está diretamente ligado a um processo complexo pelo qual alguém se torna, ou é eleito por fatores externos, objeto-alvo de violência por parte de outro. Tendo como parâmetro a Figura 4, no período de 1980 a 2003, houve um crescimento de 16,4% na vitimização dos jovens no Brasil. De 2003 a 2014, há um decréscimo que, segundo o relatório, tem uma relação com o Estatuto e a Campanha do Desarmamento, iniciados em 2004,

e que demonstram que houve queda dos homicídios de forma geral. Porém, no acumulado de 1980 a 2014, o índice de vitimização foi de 15,4%.

Destaca-se que, no período de 1980 a 2014, morreram mais de 830 mil jovens. A vulnerabilidade se inicia quando o adolescente completa 12 anos e cresce alcançando o pico aos 20 anos, com um índice de 67,4 mortes para cada 100 mil jovens, conforme demonstra a Figura 5 (WASELFSZ, 2016).



Fonte: Processamento Mapa da Violência 2016.

*2014: dados preliminares.

Fonte: Waiselfisz (2016)

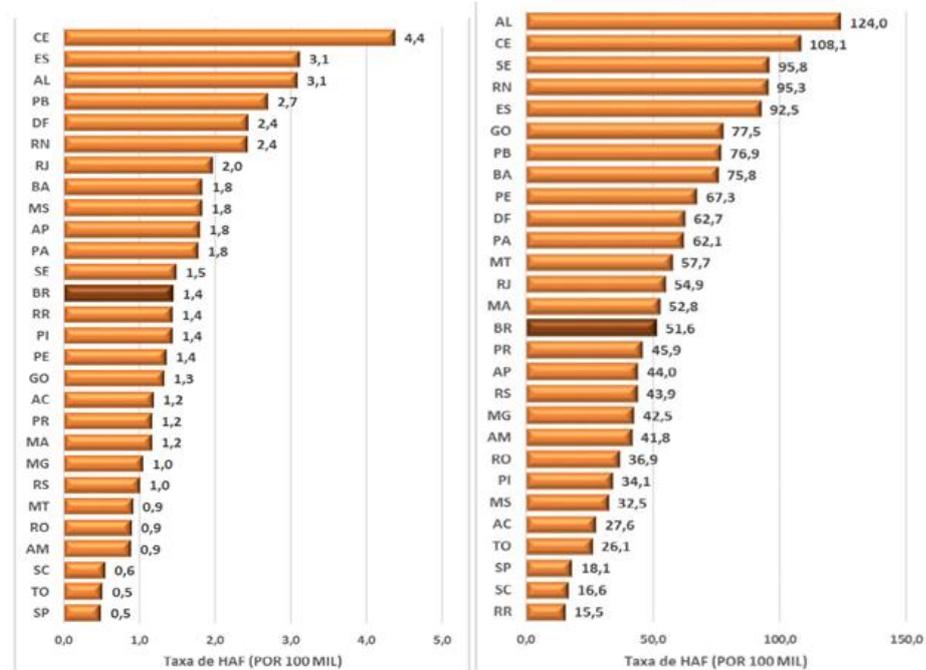
Há vários fatores que explicam a maior vitimização dos jovens, como a que está sendo destacada nesta tese, a saber: fatores socioeconômicos, ausência de políticas públicas e a exposição à criminalidade. Além disso, durante a entrevista com o promotor público, Anderson Andrade, o especialista destacou estudos que comprovam que, nessa fase da vida, o homem e jovem transgride as leis penais.

Chamo a atenção para o fato de que quase todo adolescente transgride a lei penal, comete algum tipo de delito. A doutrina, ou seja, os estudiosos do Direito, as pessoas que se debruçam sobre isso, os europeus, os americanos que fazem estudos empíricos sobre isso, eles mostram que é tão comum, durante o desenvolvimento do adolescente, especialmente do sexo masculino, transgredir a lei penal e que espantoso seria se ele não transgredisse (ANDRADE, 2017).

O sexo, a idade, junto com a necessidade de transgressão penal aliados à questão da raça, torna os homens, jovens e negros, os detentores dos maiores índices de letalidade do país. Quando se especificam os dados por faixa etária e por estado da federação, é possível

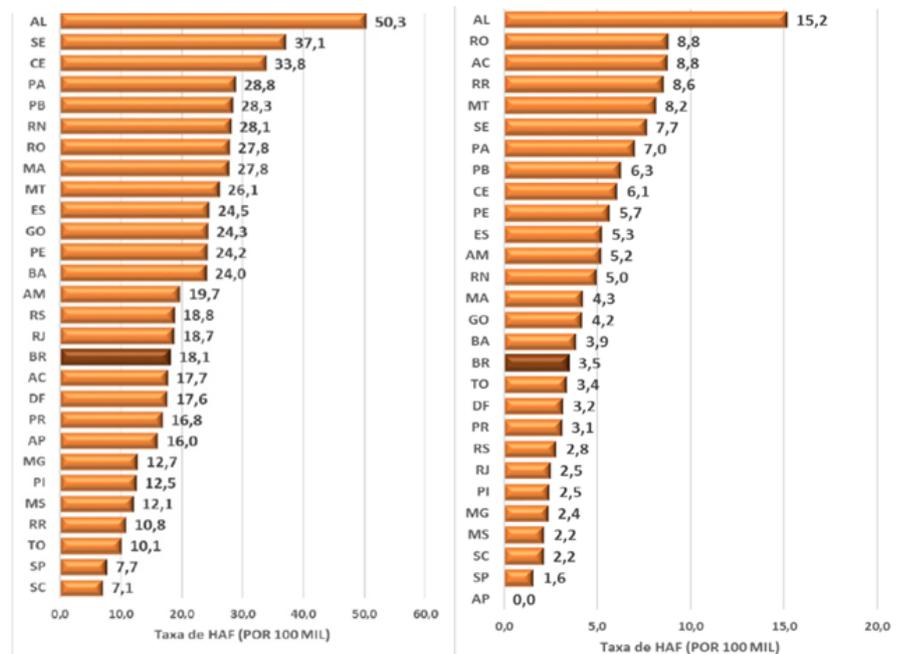
estabelecer comparações entre vitimização por idade e também identificar os estados da federação com maiores índices de homicídios por faixa etária.

Figura 6 – Gráficos comparativos. O primeiro apresenta taxa de homicídio na faixa etária de 1 a 14 anos; o segundo, de 15 a 29 anos.



Fonte: Waiselfisz (2016)

Figura 7 – Gráficos comparativos. O primeiro apresenta taxa de homicídio na faixa etária de 30 a 59 anos; o segundo, acima de 60 anos.



Fonte: Waiselfisz (2016)

Em comparação com os índices de epidemia da Organização Mundial da Saúde (OMS), de 10 homicídios para 100 mil pessoas, apenas os índices relacionados a crianças e adolescentes até 14 anos são menores em todos os estados. A partir dos 15 anos, em todas as faixas etárias, os índices são maiores que 10. O destaque está na faixa de 15 a 29 anos, com índices acima de 50 em 14 estados da federação; e acima de 100 vítimas nos estados de Ceará e Sergipe. Aliás, dos 9 estados da região Nordeste do Brasil, 8 estão com o índice acima de 50 homicídios por 100 mil habitantes, sendo, assim, a região que mais vitimiza os jovens entre 15 a 29 anos no país. Na faixa de 30 a 59 anos, há uma redução, mas ainda é um índice elevado para os padrões da OMS. Para os que estão acima de 60 anos, há uma diminuição mais drástica se comparado à faixa etária anterior.

Se os dados sobre a juventude já despertam a atenção, quando se faz um recorte que apresente raça/cor, os números são alarmantes. A seguir, serão apresentados os índices de mortes de homens, jovens e negros.

2.4.3 Raça/cor das vítimas

O Mapa da Violência (WAISELFISZ, 2016) utiliza a categoria negro como a soma dos grupos preto e pardo, conforme metodologia adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE – nos censos demográficos. O IBGE utiliza a autodeclaração, porém, nos óbitos, é um agente externo ou um documento preexistente, com a inscrição da cor da pessoa, que irá determinar a cor das vítimas.

Os pesquisadores do Mapa da Violência obtêm os dados dos óbitos por meio do Sistema de Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/MS). Porém, nos anos 1980, as informações sobre raça/cor não eram categorizadas, por isso, não havia uma fidedignidade em relação ao cenário de mortes dos jovens negros. Em 1996, o indicador foi adotado e em 2002 alcançou o índice de 92,6% das vítimas de homicídio, o que tornou mais realista os dados sobre raça/cor dos jovens assassinados.

Em 2004, tendo como dados os óbitos de 2002, o Mapa da Violência (WAISELFISZ, 2004) conclui uma maior vitimização do jovem negro em comparação ao jovem branco, conforme trecho a seguir:

Além de trazer à tona importantes dados sobre mortes juvenis em acidentes de transporte, homicídios e suicídios, o presente estudo destaca que os homicídios vitimam principalmente a população de sexo masculino (em torno de 93% das vítimas

são homens) e de raça negra que tem vitimização 65% superior à população (total) e 74% superior entre os jovens (WAISELFISZ, 2004, p. 7).

O Mapa da Violência (WAISELFISZ, 2012) destacou que no período de 2002 a 2010, houve uma queda de 20,6% para 15% de homicídios em cada 100 mil brancos. Entre os negros, houve um aumento de 30% para 35,9% em cada 100 mil negros. Os dados preliminares do Mapa da Violência 2014 continuavam apontando a mesma tendência. No período de 2002 a 2012, houve uma queda no índice de homicídio entre os jovens brancos e um aumento na taxa de homicídio entre os jovens negros.

A tendência nos homicídios segundo raça/cor das vítimas foi unívoca: queda dos homicídios brancos – diminuem 24,8% – e aumento dos homicídios negros: crescem 38,7%. Tomando em consideração as respectivas populações, as taxas brancas caem 24,4% enquanto as negras aumentam 7,8%. Com isso o índice de vitimização negra total passa de 73,0 % em 2002 (morrem proporcionalmente 73% mais negros que brancos) para 146,5% em 2012, o que representa um aumento de 100,7% na vitimização negra total (WAISELFISZ, 2014, p. 129).

Com os dados de 2014, que subsidiam o Mapa da Violência 2016, o cenário não mudou. Na Figura 8, é possível verificar o número de mortes discriminado por acidente, suicídio, homicídio, indeterminado e total de mortes relacionado com a raça/cor das vítimas.

Figura 8 – Tabela com número de óbitos por causa e raça/cor

Raça/Cor	N.					%				
	Acidente	Suicídio	Homicídio	Inde-term.	Total	Acidente	Suicídio	Homicídio	Inde-term.	Total
Branca	104	569	9.766	296	10.735	28,0	59,5	23,1	23,8	23,9
Preta	21	37	3.459	155	3.672	5,6	3,9	8,2	12,5	8,2
Amarela	0	4	61	1	66	0,0	0,4	0,1	0,1	0,1
Parda	233	324	26.354	737	27.648	62,6	33,9	62,3	59,3	61,6
Indígena	1	4	59	4	68	0,3	0,4	0,1	0,3	0,2
Ignorado	13	18	2.592	49	2.672	3,5	1,9	6,1	3,9	6,0
Total	372	956	42.291	1.242	44.861	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Processamento Mapa da Violência 2016.
*2014: dados preliminares.

Fonte: Waiselfisz (2016)

Em todas as causas mortes, os índices dos pardos são superiores. Se o foco for apenas homicídio, o número absoluto foi de 26.354 mortes, representando, em termos de porcentagem, 62,3%. Quando os índices entre pretos e pardos são somados, os números são os seguintes: foram 29.813 mortes em números absolutos e em porcentagem um índice de 66,45%.

Figura 9 – Tabela que apresenta número/taxa de homicídios segundo cor e UF/região

UF/REGIÃO	Homicídios por AF				Taxas (por 100 mil)			
	Branca		Negra		Branca		Negra	
	2003	2014*	2003	2014*	2003	2014*	2003	2014*
Acre	12	27	33	86	9,9	3,0	10,5	14,5
Amapá	4	13	68	123	3,1	6,9	18,7	21,8
Amazonas	18	50	152	686	2,8	5,9	8,8	23,3
Pará	96	136	754	2.115	7,5	8,4	21,1	33,3
Rondônia	109	105	251	275	30,5	19,1	38,3	23,0
Roraima	7	6	30	32	13,0	5,4	12,9	8,8
Tocantins	31	37	82	122	10,4	11,2	8,8	10,5
Norte	277	374	1.370	3.439	9,6	9,8	17,6	26,1
Alagoas	47	60	473	1.702	5,2	6,4	23,6	71,7
Bahia	114	289	1.241	3.999	3,8	9,5	12,0	33,3
Ceará	92	193	382	1.956	3,5	7,2	7,5	31,7
Maranhão	50	150	275	1478	3,4	11,6	6,3	26,7
Paraíba	34	64	368	1.075	2,5	4,5	16,8	43,4
Pernambuco	433	281	2.967	2.178	13,9	9,1	59,1	35,6
Piauí	17	26	120	369	2,5	3,3	5,4	15,3
Rio Grande do Norte	67	166	202	1054	5,4	12,0	12,3	52,0
Sergipe	51	69	200	822	10,9	12,4	14,3	49,7
Nordeste	905	1.298	6.228	14.633	6,1	8,6	18,2	35,9
Espírito Santo	229	169	648	1.077	15,3	10,9	37,2	46,4
Minas Gerais	768	795	1.921	2.471	8,2	9,0	21,1	20,9
Rio de Janeiro	2.145	966	3.905	2.512	24,1	12,4	65,2	29,1
São Paulo	5.388	1.763	4.042	1.697	19,9	6,5	36,2	10,3
Sudeste	8.530	3.693	10.516	7.757	18,2	8,2	37,6	19,8
Paraná	1.431	1.645	270	401	19,3	22,0	11,4	11,6
Rio Grande do Sul	1.094	1.521	263	500	12,2	17,0	17,7	22,6
Santa Catarina	301	385	66	98	6,0	6,8	10,5	9,2
Sul	2.826	3.551	599	999	13,2	16,1	13,3	14,8
Distrito Federal	91	96	539	601	9,4	8,0	44,1	36,6
Goiás	218	454	439	1.507	9,3	17,7	14,9	38,2
Mato Grosso	197	197	363	642	18,9	17,6	23,0	30,6
Mato Grosso do Sul	180	103	237	235	16,0	8,4	23,3	17,2
Centro-Oeste	686	850	1.578	2.985	12,5	14,0	23,3	33,0
Brasil	13.224	9.766	20.291	29.813	14,5	10,6	24,9	27,4

Fonte: Processamento Mapa da Violência 2016.

*2014: dados preliminares.

Fonte: Waiselfisz (2016)

De acordo com os dados da tabela (Figura 9), é possível identificar que: se no ano de 2003 foram cometidos 13.224 homicídios contra a população branca; em 2014, esse número decresce para 9.766, o que representa uma **queda de 26,1%**; em contrapartida, o número de vítimas negras passa de 20.291 para 29.813, tendo **aumento de 46,9%**. Incorporando às análises as respectivas populações, obteremos as taxas de homicídios (por 100 mil), tendo como resultados: para o país como um todo, queda nas taxas de HAF brancas de 14,5 por 100 mil, em

2003, para 10,6, em 2014, **diminuição de 27,1%**; concomitante crescimento de 24,9 homicídios por 100 mil negros, em 2003, para 27,4 em 2014, **aumento de 9,9%**.

Segundo Waiselfisz (2014), quando da divulgação do Mapa da Violência, há uma seletividade social dos jovens negros para serem as maiores vítimas dos homicídios no Brasil.

Foi devido a essa associação inaceitável e crescente entre homicídios e cor da pele das vítimas, na qual, progressivamente, a violência homicida se concentra na população negra e, de forma muito específica, nos jovens negros, [...] há uma crescente seletividade social dos que vão ser assassinados (WASELFISZ, 2014, p.8).

A seletividade social dos que estão sendo assassinados e dos que serão, também pode ser identificada por meio da Figura 10, que apresenta o Mapa da Violência no que diz respeito aos índices de mortes entre brancos e negros, por unidade da federação, no período de 2003 e 2014. O relatório faz uma especificação do conceito de vitimização negra, definindo-a como a relação entre as taxas de homicídios de brancos e as de negro, cujo índice positivo indica o percentual (%) a mais de mortes negras sobre as brancas; ou o percentual (%) a mais de mortes de brancos, quando o índice é negativo (WASELFISZ, 2016).

Figura 10 – Tabela que apresenta crescimento das taxas de homicídios e vitimização negra

UF/REGIÃO	Δ% HAF 2003/2014*		Vitimização Negra (%)	
	Branca	Negra	2003	2014*
Acre	-69,7	38,3	6,1	384,1
Amapá	122,9	16,8	503,2	216,1
Amazonas	111,2	164,5	214,3	293,6
Pará	11,5	57,6	181,3	297,8
Rondônia	-37,5	-39,9	25,6	20,6
Roraima	-58,8	-31,7	-0,8	64,6
Tocantins	8,1	19,0	-15,4	-6,9
Norte	2,0	48,2	83,3	166,4
Alagoas	22,3	204,0	353,8	1028,2
Bahia	150,1	177,5	215,8	250,5
Ceará	107,1	322,2	114,3	336,8
Maranhão	241,7	324,4	85,3	130,1
Paraíba	79,1	158,1	572,0	868,3
Pernambuco	-34,7	-39,8	325,2	291,8
Piauí	33,9	182,8	116,0	356,4
Rio Grande do Norte	121,6	323,0	127,8	334,8
Sergipe	14,0	247,2	31,2	299,5
Nordeste	40,2	97,1	198,4	319,6
Espírito Santo	-28,9	24,7	143,1	326,7
Minas Gerais	9,8	-1,0	157,3	132,1
Rio de Janeiro	-48,7	-55,3	170,5	135,6
São Paulo	-67,2	-71,5	81,9	58,2
Sudeste	-55,1	-47,4	106,6	142,2
Paraná	13,7	1,5	-40,9	-47,3
Rio Grande do Sul	39,2	27,5	45,1	32,8
Santa Catarina	13,6	-12,0	75,0	35,5
Sul	21,8	11,4	0,8	-7,8
Distrito Federal	-14,4	-17,0	369,1	355,0
Goiás	90,6	156,6	60,2	115,7
Mato Grosso	-6,7	33,2	21,7	73,7
Mato Grosso do Sul	-47,2	-26,1	45,6	103,7
Centro-Oeste	11,7	41,7	86,4	136,5
Brasil	-27,1	9,9	71,7	158,9

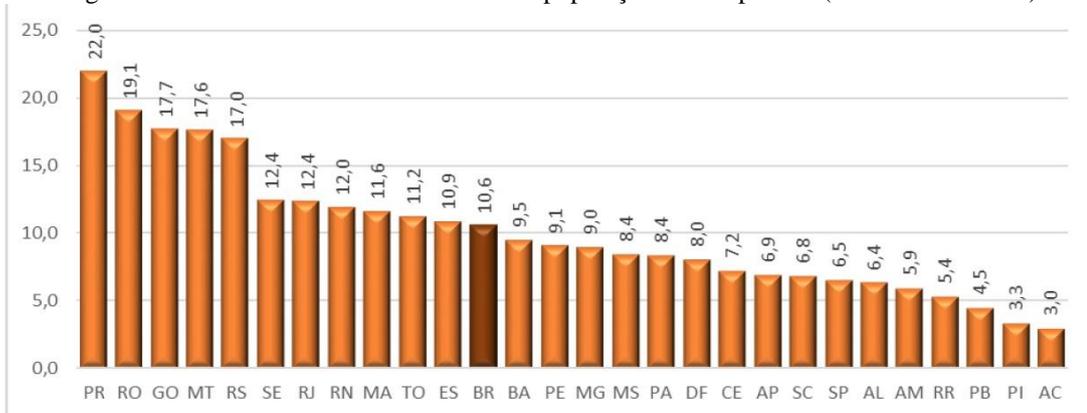
Fonte: Processamento Mapa da Violência.
*2014: dados preliminares.

Fonte: Waiselfisz (2016)

A vitimização negra, em 2003, era de 71,7%, ou seja, proporcionalmente, morriam 71,7% mais de negros em 2003 comparado aos brancos. Esse índice salta para 158,9% no ano de 2014. Os índices demonstram que o jovem negro tem 158,9% mais de possibilidade de ser assassinado do que um jovem branco no Brasil. Há um aumento significativo desses índices entre os negros, e um decréscimo entre os brancos, apontando uma seletividade negra nos homicídios no país.

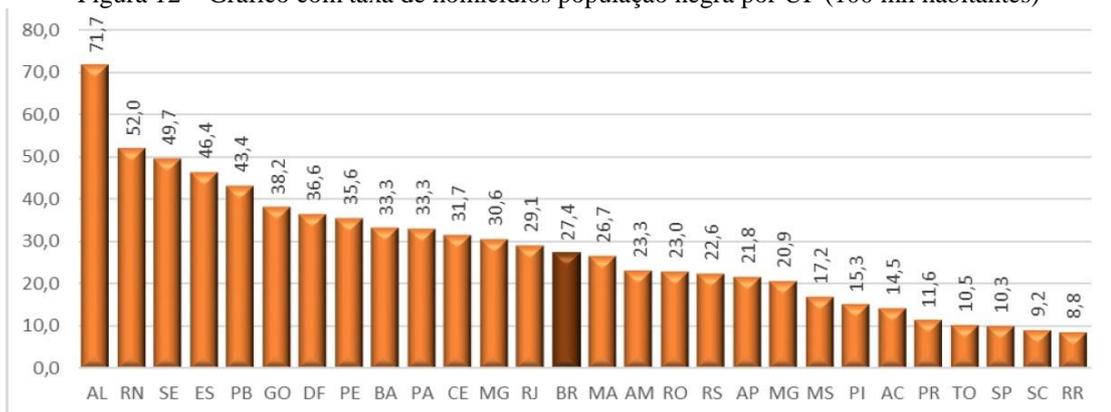
Os próximos gráficos (Figuras 11 a 13) especificam os índices de mortes da população branca, negra e a vitimização dos jovens negros por unidade da federação.

Figura 11 – Gráfico com taxa de homicídios população branca por UF (100 mil habitantes)



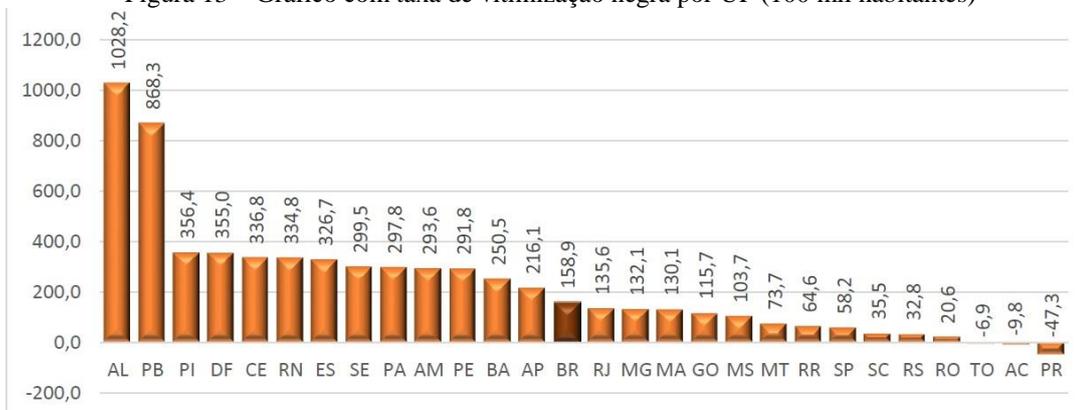
Fonte: Processamento Mapa da Violência 2016. *2014: dados preliminares.
 Fonte: Waiselfisz (2016)

Figura 12 – Gráfico com taxa de homicídios população negra por UF (100 mil habitantes)



Fonte: Processamento Mapa da Violência. *2014: dados preliminares.
 Fonte: Waiselfisz (2016)

Figura 13 – Gráfico com taxa de vitimização negra por UF (100 mil habitantes)



Fonte: Processamento Mapa da Violência. *2014: dados preliminares.
 Fonte: Waiselfisz (2016)

O pesquisador Waiselfisz, no Mapa da Violência 2016, interpreta esses dados apresentando como principais razões para o alto índice de letalidade dos jovens negros: a herança escravista e o racismo institucional. Porém, destaca a necessidade de realizar estudos nos municípios e nos estados para entender a diferenciação que há de um estado para outro quanto à vitimização negra.

De acordo com as Figuras 11 a 13, depreende-se:

- as largas diferenças que existem com relação às taxas de 2014 de homicídios de brancos, entre o Paraná (com 22,0 HAF por 100 mil brancos) e Piauí ou Acre, com taxas próximas de 3,0;
- largas diferenças também se observam nos homicídios de negros em Alagoa (com uma taxa de 71,7 HAF por 100 mil negros) e, no outro extremo, Roraima, com taxa de 8,8;
- não existe variação concomitante entre os homicídios de brancos e de negros, isto é, variam com intensidade totalmente diferenciada. Em apenas três estados – Tocantins, Acre e Paraná – matam mais brancos que negros. No Paraná, o índice de vitimização é praticamente o dobro: taxa de 22,0 HAF brancos para 11,6 de negros. Em contraposição, em Alagoas, em 2014, foram assassinados **60 brancos e 1.702 negros!** Taxas de 6,4 HAF brancos para 71,7 negros. Em relação à vitimização negra nesse estado, alcança índice de 1.028,2% (morrem assassinados, proporcionalmente, acima de 11 negros por cada branco).

2.5 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA PARA COMPREENSÃO DO GENOCÍDIO DA JUVENTUDE NEGRA

Diante dos dados do Mapa da Violência (WASELFISZ, 2016), das falas do estudante Bernardo Monteiro e do promotor Anderson Andrade, por que homens, jovens e negros são as maiores vítimas dos homicídios no Brasil? Para compreender esse fenômeno sociológico, o movimento negro brasileiro cunhou o termo genocídio da juventude negra. Nascimento (1978) escreve a obra *O genocídio do negro brasileiro*²¹ na qual conceitua o genocídio de duas formas, quais sejam:

²¹ Nessa obra, Abdias Nascimento denuncia no Colóquio do Segundo Festival Mundial de Artes e Cultura Negra, ocorrido em Lagos, na Nigéria, no período de 15/01/77 a 12/02/77, a rejeição do artigo *Racial Democracy in Brazil: Mith or Reality*, afirmando que as políticas do governo militar não queriam que ele dissesse no exterior que não havia uma democracia racial no Brasil. Nesse livro, Abdias propõe-se a refutar a tese de Gilberto Freyre, na obra *Casa Grande Senzala*, discorrendo sobre a violência sofrida pelos negros no país.

1) Genocídio: o uso de medidas deliberadas e sistemáticas (como morte, injúria corporal e mental, impossíveis condições de vida, prevenção de nascimentos), calculadas para a exterminação de um grupo racial, político ou cultural, ou para destruir a língua, a religião ou a cultura de um grupo.

2) Genocídio: Recusa do direito de existência a grupos humanos inteiros, pela exterminação de seus indivíduos, desintegração de suas instituições políticas, sociais, culturais, linguísticas e de seus sentimentos nacionais e religiosos. Ex.: perseguição hitlerista aos judeus, segregação racial, etc.

Nascimento (1978) discorre, nessa obra, que o negro no Brasil passou por esses dois estágios de genocídio. A violência colonial, impetrada durante o processo de dominação portuguesa usou medidas deliberadas e sistemáticas para a exploração até a fadiga dos povos negros submetidos à escravidão. Estupros, castigos, açoites e assassinatos são ações cometidas para dominar o outro, no caso, os negros. Junta-se isso à dissolução das famílias e à solvência das línguas, culturas, organizações sociais, conhecimentos tecnológicos, de todos os povos negros que se estabeleceram na colônia.

Fanon (1961), por sua vez, influencia a obra de Nascimento (1978), quando fala que o processo da violência colonial desumaniza o colonizado, sendo este é tratado como animal.

Com o trabalho forçado, dá-se o contrário: nada de contrato; além disso, é preciso intimidar; patenteia-se portanto a opressão. Nossos soldados no ultramar rechaçam o universalismo metropolitano, aplicam ao gênero humano o *numerus clausus*; uma vez que ninguém pode sem crime espoliar seu semelhante, escravizá-lo ou matá-lo, eles dão por assente que o colonizado não é o semelhante do homem. Nossa tropa de choque recebeu a missão de transformar 'essa certeza abstrata. Em realidade: a ordem é rebaixar os habitantes do território anexado ao nível do macaco superior para justificar que o, colono os trate como bestas de carga. A violência colonial não tem somente o objetivo de garantir o respeito desses homens subjugados; procura desumanizá-los (SARTRE apud FANON, 1961, p. 9).

Nascimento (1978) mostra que esse processo de desumanização criou a ideia do português como um colonizador benevolente não problematizando a exploração sexual dos corpos das mulheres negras e a prática de embranquecimento como uma estratégia de genocídio dos povos negros no Brasil. Retomando, mais uma vez Fanon (2008), agora no livro *Pele Negra, Máscaras Brancas*, o que quer o homem negro? Ele quer ser branco, porque branco é o Homem. O processo de colonização extraiu a humanidade do negro.

Que quer o homem negro? Mesmo expondo-me ao ressentimento de meus irmãos de cor, direi que o negro não é um homem. Há uma zona de não-ser, uma região extraordinariamente estéril e árida, uma rampa essencialmente despojada, onde um autêntico ressurgimento pode acontecer. A maioria dos negros não desfruta do benefício de realizar esta descida aos verdadeiros Infernos. O homem não é apenas possibilidade de recomeço, de negação. Se é verdade que a consciência é atividade transcendental, devemos saber também que essa transcendência é assolada pelo problema do amor e da compreensão. O homem é um SIM vibrando com as harmonias cósmicas. Desenraizado, disperso, confuso, condenado a ver se dissolverem, uma após as outras, as verdades que elaborou (FANON, 2008, p. 26).

O genocídio do povo negro por meio dessa desumanização foi uma estratégia criada no processo de colonização. A esse respeito, Quijano (2005) aponta, que antes da colonização das Américas, os grupos não eram hierarquizados por raça, gênero e classe. A hipótese é que as diferenças fenotípicas entre conquistadores e conquistados tenham sido utilizadas para criar diferenciais entre os grupos. Dentro dessa perspectiva:

A formação de relações sociais fundadas nessa ideia, produziu na América identidades sociais historicamente novas: *índios*, *negros* e *mestiços*, e redefiniu outras. Assim, termos como *espanhol* e *português*, e mais tarde *européu*, que até então indicavam apenas procedência geográfica ou país de origem, desde então adquiriram também, em relação às novas identidades, uma conotação racial. E na medida em que as relações sociais que se estavam configurando eram relações de dominação, tais identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, com constitutivas delas, e, conseqüentemente, ao padrão de dominação que se impunha. Em outras palavras, raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população (QUIJANO, 2005, p. 202).

A expansão do colonialismo europeu no resto do mundo, a partir do século XIX, empreendeu a expansão do eurocentrismo e a naturalização das relações de colônias e de superioridade de uma raça em detrimento de outra, normatizando o modelo europeu. Nesse sentido, Quijano (2005) corrobora que:

Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas ideias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados. Desde então demonstrou ser o mais eficaz e durável instrumento de dominação social universal, pois dele passou a depender outro igualmente universal, no entanto mais antigo, o intersexual ou de gênero: os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e conseqüentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais. Desse modo, raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade. Em outras palavras, no modo básico de classificação social universal da população mundial (QUIJANO, 2005, p. 203).

A particularidade no processo de colonização lusotropical será a mestiçagem. A esse respeito, Boaventura de Souza Santos (2003) destaca que isso se deve à forma da cultura portuguesa ser fronteiriça, ou seja, há uma forte heterogeneidade interna porque os lusitanos historicamente tiveram contato com os mouros (por conta da ocupação árabe na Idade Média) e com o norte da África. O fato de eles não terem introjetado que o cruzamento entre raças era algo ruim explica a relação entre colonizador e colonizado tanto nas colônias portuguesas como no Brasil.

Para os críticos pós-coloniais anglo-saxões a cor da pele é um limite incontornável às práticas de imitação e assimilação porque, consoante os casos, ou nega por fora da

enunciação o que a enunciação afirma ou então afirma o que ela nega. No caso do pós-colonialismo de língua oficial portuguesa há que contar com a ambivalência e a hibridação na própria cor da pele, ou seja, o espaço-entre, a zona intelectual que o crítico pós-colonial reivindica para si, encarna no mulato e na mulata como corpo e zona corporal.

O desejo do outro em que Bhabha funda a ambivalência da representação do colonizador não é um artefato psicanalítico nem é duplicado pela linguagem: é físico, criador, multiplica-se em criaturas. A miscigenação não é a consequência da ausência de racismo, como pretende a razão lusocolonialista ou lusotropicalista, mas certamente é a causa de um racismo de tipo diferente. Por isso, também a existência da ambivalência ou hibridação é trivial no contexto do pós-colonialismo português (SANTOS, 2003, p. 27).

A hierarquização dos grupos, a opressão, a desumanização dos corpos negros, a violência colonial, o desejo do negro de ser branco, são ações que fazem com que, como diz Santos (2003), o racismo no Brasil seja de um tipo diferente. Se o racismo é diferente, o genocídio contemporâneo também.

Retomando a alcunha usada pelo movimento negro, ao denunciar a alta letalidade de jovens negros, de genocídio da juventude negra, Ramos (2014) faz um levantamento dos vários estudos que há na atualidade sobre essa temática.

Sendo basicamente um crime de Estado, o genocídio tem sido tema de estudo em todo o mundo. Além dos estudos sobre a Alemanha e a morte de mais de oito milhões de judeus (GALLE, 2011), existem outros fenômenos pesquisados mundo afora. Savelsberg (2007) debate as teorias concernentes aos desdobramentos que as respostas legais promovem sobre a memória coletiva de populações que passaram por violações maciças dos direitos humanos, tomando como exemplo a cobertura das Guerras do Vietnã e dos Bálcãs pelo *The New York Times* e como foram retratadas em livros de história dos Estados Unidos.

Vito, Gill e Short (2009), adotando uma perspectiva de gênero, analisam as implicações teóricas da tipificação do estupro como crime internacional de genocídio, argumentando sobre a necessidade de uma análise que dê suporte a criação de marcos mais claros para tratar da questão do estupro. Power (2004) explora o tema do genocídio como um ponto de tensão da política externa americana a partir de vários outros eventos pelo mundo, como o massacre dos armênios pelos turcos, o Holocausto, o Khmer Vermelho no Camboja, o extermínio dos curdos no Iraque e as guerras étnicas na ex-Iugoslávia e em Ruanda. Horn (2005) estuda o processo de reforma agrária e os direitos sobre a terra na Namíbia e o genocídio dos Hererós (no início do século XX), fazendo uma comparação com a luta do ativista Eddie Mabo pelos direitos dos nativos australianos, nas Ilhas Murray. 87 (RAMOS, 2014, p. 86).

Ramos (2014) defende que o uso do termo genocídio por parte do movimento negro é um ato político que difere do uso do Abdias do Nascimento e dos estudos sobre os vários genocídios que ocorreram no mundo.

De modo mais difuso, a eliminação física do povo negro foi tematizada no livro *O genocídio do negro brasileiro*, de Abdias do Nascimento (1978), no qual o autor destacava o processo de miscigenação como um processo de embranquecimento do país, de modo a eliminar completamente a população negra deste território. Nos últimos 12 anos, a abordagem do problema da violência contra a população negra ganhou uma faceta também geracional com campanhas nas quais os jovens negros

eram destacados como as principais vítimas. Há cerca de sete anos, movimentos juvenis e negros que dialogam com várias outras áreas das políticas no Brasil, como educação, saúde, segurança, trabalho etc., promovem campanhas contra o chamado “genocídio da juventude negra” (RAMOS, 2014, p. 14).

Quando do questionamento sobre se há um genocídio da juventude negra, os 9 entrevistados que concederam entrevista para esta pesquisa disseram que sim. Dois desses entrevistados possuem relação direta com a promoção de campanhas contra a alta letalidade da juventude negra e também atuaram no governo federal em projetos para a erradicação dos autos de resistência e a criação do programa juventude viva.

Gabriel Sampaio, advogado e ex-assessor do Ministério da Justiça sobre o projeto de lei acerca do fim dos autos de resistência, no período de 2011 a 2016, refere-se a esse fenômeno da seguinte forma:

Posso dizer que pelos dados concretos, não vou trabalhar a parte subjetiva, vou falar o que é o resultado hoje da nossa sociedade. Objetivamente está comprovado que os jovens negros são as maiores vítimas da violência, então isso é algo mais do que claro. Por muito tempo fui um jovem negro nesse espaço de direção, ocupei espaços de direção na administração pública, ainda jovem negro e enfim, com fenótipo que deixa claro, meu dread minha negritude e tudo mais, então isso em geral causava, muitas vezes causava uma estranheza nos interlocutores. Será que é mesmo um dirigente do Ministério da Justiça? Ou tem possibilidade de nos trazer uma posição no Ministério? Você tem um problema claro de representação ao passo que a sociedade foi ou vai reproduzindo os estereótipos, então é um estereótipo do negro traficante, é o estereótipo que foi trazido desde a nossa formação mais antiga, desde a escravatura, então a sociedade fixa esse estereótipo, reproduz esse estereótipo e que gera um problema ainda mais grave para nossa população (SAMPAIO, 2017, informação verbal²²).

Outro entrevistado, Jefferson Lima, foi Secretário Nacional da Juventude no período de janeiro a abril de 2016, no final do segundo governo da presidenta Dilma Rousseff. Jefferson nasceu em Sergipe, o terceiro estado no ranking de letalidade de jovens e o oitavo estado em vitimização da juventude negra, conforme as figuras do Mapa da Violência 2016 apresentadas acima. Esse entrevistado corrobora a tese de Ramos (2014), que afirma terem sido os movimentos juvenis que começaram a denunciar a violência contra a juventude negra em espaços como as conferências de juventude e a exigir políticas públicas como forma de combater os índices apresentados nos dados estatísticos.

Eu acredito plenamente (o jovem negro é mais suscetível a violência) e os dados mostram isso e vivi isso na vida real, a violência contra a juventude negra. Eu comecei minha militância mais forte na juventude e com mais consciência política e social quando eu fui eleito secretário estadual da juventude do PT no ano de 2008. Os relatos das conferências é isso, que está morrendo, está morrendo jovem negro da periferia. Eram poucos casos isolados que tinham alguma outra cidade lá no meu estado que era

²² Entrevista concedida em 5 jun. 2017.

um jovem branco do campo por exemplo, se tinha conflitos agrários, mas 99% era juventude negra que está sendo assassinado. Então a gente passou a ter um olhar mais forte sobre isso (LIMA, 2017, informação verbal²³).

Além do reconhecimento do genocídio, há uma prática de *advocacy* tendo como ator social os movimentos de juventude que reivindicam um protagonismo, são agentes de denúncia e reivindicam soluções. Mais adiante, essa temática será mais bem abordada.

2.6 GÊNERO, RAÇA E CLASSE: A INTERSECCIONALIDADE COMO CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE DE JOVEM NEGRO

Observar os dados estatísticos sobre o genocídio da juventude negra e interpretá-los como um problema de classe é reducionismo. Identificar como um elemento de herança escravocrata, dentro de um racismo estruturante, que desumaniza os corpos negros, também não é suficiente. Explicar que por serem homens e por estarem numa faixa etária que gosta de transgredir a lei, como apontado pelo promotor Anderson Andrade, também não explica por si só a alta letalidade dos jovens negros.

A sobreposição de gênero, raça e classe, juntas, moldando a subjetividade desseS jovens, a vida material, a forma de visão de mundo, contribuem na construção dessa identidade e também como forma de absorção da opressão. Retomando a letra do *Soldado do Morro*, o eu-lírico diz “Meu tempo é pequeno não sei o quanto vai durar”. Desse modo, esse jovem negro, pobre e periférico tem consciência de que vai viver pouco²⁴, ele tem consciência de que, por ser negro, pobre, periférico e ao ser cooptado pelo tráfico, o tempo de vida é menor.

Por sua vez, Crenshaw (1993), ao conceituar interseccionalidade de gênero e de raça, cria o conceito porque não é possível separar formas de opressão como sexismo e racismo já que um mesmo indivíduo sofre essas duas opressões ao mesmo tempo, no caso das mulheres negras.

I build on those observations here by exploring the various ways in which race and gender intersect in shaping structural, political, and representational aspects of violence against women of color. I should say at the outset that intersectionality is not being offered here as some new, totalizing theory or identity. Nor do I mean to suggest

²³ Entrevista concedida em 6 jul. 2017

²⁴ Celso Athaide e MV Bill retratam a forma como esses jovens se veem, dentro do tráfico de drogas, no documentário Falcão – Meninos do Tráfico. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=B-s2SDi3rkYn>>. Acesso em: 30 out. 2017.

that violence against women of color can be explained only through the specific frameworks of race and gender considered here. (CRENSHAW, 1991, p. 1244)²⁵

Tomando o conceito de interseccionalidade de gênero, raça e classe, como forma de interpretar a alta letalidade da juventude negra do Brasil, entende-se que esse jovem, negro e pobre só vivencia essas opressões por terem estas 3 categorias interseccionalizadas. É um percurso que começa com a família desestruturada, como apontou o promotor Anderson Andrade, que, por sua vez, é reiterado na escola com o não olhar sobre o “negro rebelde”, como apontou o estudante Bernardo Monteiro; e que culmina com as mortes desses jovens, como foi demonstrado por meio dos dados estatísticos do Mapa da Violência 2016. Há, ainda, o racismo como elemento estruturante dessa perversidade que, dentro dessa lógica, utiliza as heranças das violências coloniais, direta e indireta como estratégia genocida junto a esse segmento.

Como apontam Nascimento e Botelho (2016), as diferentes formas de vulnerabilização, em função de eixos identitários, promovem uma somatória não apenas de opressões mas também de experiências novas, diferentes e que abrem espaço, de modo particular, às opressões em função dessa sobreposição ou da intersecção de vulnerabilidades. Foi a partir dessa estratégia de interseccionalidade de gênero, raça e classe, que deu base para a pesquisa proposta nesta tese, visando verificar como esse fenômeno sociológico – a alta letalidade da juventude negra – é noticiada pelo jornalismo brasileiro, tendo como recorte o jornal *Folha de S. Paulo*.

Escolheu-se o termo atos de resistência, como forma de fazer o levantamento e cruzá-lo com informações como redução da maioridade penal, Programa Juventude Viva, genocídio da juventude negra, CPIs sobre o extermínio da juventude negra. A interseccionalidade aparece se, nas notícias, há uma vinculação de raça, classe e faixa etária.

Esta seção apresentou conceitos relacionados à violência colonial, direta, indireta além dos dados do Mapa da Violência para dimensionar a alta letalidade de jovens no Brasil. O conceito de genocídio de Abdias do Nascimento, além de Franz Fanon, elucida a desumanização que as pessoas negras sofrem no processo de colonização e que isso ocorre até hoje, quando da morte de um jovem negro e pobre. Por fim, tratou do conceito de interseccionalidade de Kimberlé Crenshaw, que aponta que as três opressões juntas – gênero, classe e raça – explicam o porquê do fenômeno do genocídio.

²⁵ Eu construo sobre essas observações, explorando as várias formas em que a raça e o gênero se cruzam moldando os aspectos estruturais e políticos da violência contra as mulheres negras. Devo dizer, desde logo, que a interseccionalidade não está sendo oferecida aqui como algo novo, dentro da teoria da identidade. Nem quero dizer que a violência contra as mulheres negras pode ser explicada apenas através dos quadros específicos de raça e gênero considerados aqui (CRENSHAW, 1991, p. 1244, tradução própria)

Na próxima seção, serão apresentados os estudos e as pesquisas relacionadas à violência, ao racismo e ao jornalismo, além de assuntos diretamente relacionados ao genocídio da juventude negra – redução da maioridade penal, Programa Juventude Viva e as Comissões Parlamentares de Inquérito sobre o homicídio de jovens no Brasil, que ocorreu na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

3 JORNALISMO, VIOLÊNCIA E RACISMO

A carne²⁶

Elza Soares

A carne mais barata do mercado é a carne negra
 A carne mais barata do mercado é a carne negra
 A carne mais barata do mercado é a carne negra
 A carne mais barata do mercado é a carne negra
 A carne mais barata do mercado é a carne negra

Que vai de graça pro presídio

E para debaixo do plástico

Que vai de graça pro subemprego

E pros hospitais psiquiátricos

A carne mais barata do mercado é a carne negra

A carne mais barata do mercado é a carne negra

A carne mais barata do mercado é a carne negra

A carne mais barata do mercado é a carne negra

A carne mais barata do mercado é a carne negra

Que fez e faz história

Segurando esse país no braço

O cabra aqui não se sente revoltado

Porque o revólver já está engatilhado

E o vingador é lento

Mas muito bem-intencionado

E esse país

Vai deixando todo mundo preto

E o cabelo esticado

Mas mesmo assim

Ainda guardo o direito

De algum antepassado da cor

Brigar sutilmente por respeito

Brigar bravamente por respeito

Brigar por justiça e por respeito

De algum antepassado da cor

Brigar, brigar, brigar

De acordo com Claudia Maciel²⁷ (2017)

Foi preso de novo e além disso muita droga. Os PM's bateram nele, até botaram ele uma vez de cabeça para baixo dentro do bueiro. Eu ia em cima para tentar resolver, eu estava lá pelo menos umas três vezes por semana, mas adoecendo. Aí eu falei com ele no Facebook: "você sabe que eu amo você" e ele "eu sei, mas está sumida, amo você". Isso foi dia 11 de janeiro. Dia 21 de janeiro ele foi assassinado. Ele tomou o tiro, mas a ambulância estava demorando para chegar, fez o atendimento nele ali, mas falou "já foi". Só que isso era meio dia, o IML chegou seis e meia.

Nesta seção, será discutida a história de Claudia Maciel, uma das nossas entrevistadas, que será apresentada tendo como fio condutor o assassinato do irmão Matheus Maciel. Matheus,

²⁶ Composição de Seu Jorge, Marcelo Yuca e Wilson Capellette. Disponível em: <<https://www.letras.com.br/elza-soares/a-carne>>. Acesso em: 18 nov. 2017

²⁷ Claudia Maciel refere-se ao assassinato do irmão Matheus Maciel, aos 16 anos.

um jovem, negro, pobre, morava na cidade administrativa de Samambaia e tinha acabado de completar 16 anos quando foi assassinado em janeiro de 2015.

Ele era meio irmão de Claudia, por parte de pai, que o conheceu quando o menino tinha 11 anos. Segundo Claudia, foi amor à primeira vista. Mas por causa dos conflitos familiares, eles acabaram se afastando. Quando ela retoma o contato com o irmão, ele já tem 14 anos e já está no mundo dos pequenos delitos. Do momento do reencontro até o assassinato, são 2 anos de tensão, angústia e temor, uma vez que Claudia vive tentando evitar que o irmão seja mais um jovem, negro, pobre assassinado.

A narrativa de Claudia ajuda a relacionar a pesquisa sobre imprensa e racismo, desenvolvida pela Agência Nacional do Desenvolvimento da Infância – ANDI para, a partir disso, ser apresentados os estudos dos pesquisadores Rodrigo Chia e Isabel Clavelin (2011) sobre a redução da maioridade penal, nos textos jornalísticos opinativos, e a cobertura do racismo no período de 2000 a 2010 no jornal *Folha de S. Paulo*.

Por fim, serão apresentadas temáticas relacionadas ao genocídio da juventude negra e a ser utilizadas para a pesquisa empírica desta tese, que são: redução da maioridade penal, Plano Juventude Viva e as CPIs sobre homicídio de jovens na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

3.1 A CARNE MAIS BARATA DO MERCADO É A CARNE NEGRA – A MORTE DE MATHEUS MACIEL

A interseccionalidade de gênero, raça e classe ajuda a compreender as opressões vividas por Claudia Maciel e o irmão Matheus. A música que chegou ao público na voz de Elza Soares dialoga visceralmente com essa realidade. É a carne negra que vai para o presídio: de graça. É a carne negra que vai para debaixo do plástico: de graça. Não é de graça.

Claudia Maciel passou por um processo de adoecimento por 2 anos acompanhando o envolvimento do irmão no tráfico de drogas. Uma dor e um sofrimento, que após 2 anos da partida de Matheus, ela, ao lembrar de tudo que passou, sofre, chora, se cobra e se sente impotente por não ter livrado o irmão das estatísticas do genocídio da juventude negra. Não é de graça. Tem um segmento que está pagando um preço muito alto por isso: mães, esposas e irmãs desses jovens.

Para Claudia, esse sentimento ainda triplica por ser uma mulher negra, com ensino superior e ativismo social. Claudia é jornalista e atuou muito tempo na Central Única das

Favelas do Distrito Federal – CUFA – DF. Como profissional da Comunicação, ela fez vários eventos com os jovens do movimento hip hop de Brasília, como o “Elemento em Movimento”, na Ceilândia, e como produtora e narradora de programa de Rap na Empresa Brasil de Comunicação – EBC.

Ter ensino superior, brigar dentro dos movimentos sociais, estar em um espaço de produção de conteúdo para formadores de opinião não a livrou de ver o irmão assassinado, quinze dias após o aniversário de 16 anos, além de ter de ver o corpo do irmão estirado no asfalto aguardando o IML por 6 horas, reconhecer o corpo no IML, trocar o irmão e o arrumar dentro do caixão. “Então todos os detalhes, tudo, tudo, tudo (tive que me submeter), pergunta se eu derramei uma lágrima? Nenhuma”. Ela não derramou nenhuma lágrima. Mas o preço que ela pagou, além da perda do irmão, foi uma depressão. Isso explica o verso “que vai de graça pros hospitais psiquiátricos”. O que tem salvado Claudia é a fé, a religiosidade e a espiritualidade.

Se na seção anterior tratamos sobre a vulnerabilidade social do jovem negro e as opressões de gênero, raça e classe, que leva esse jovem à morte, nesta seção, vamos abordar as CPIs que foram criadas com o objetivo de entender o fenômeno de alta letalidade dos jovens negros: o programa do governo federal para reduzir essa letalidade e a atuação do jornalismo diante desse fenômeno.

Quando da morte do Matheus, na cidade administrativa de Samambaia, enquanto os familiares aguardavam o IML para remover o corpo, a emissora de comunicação Record chegou ao local. O jornalista não fez perguntas sobre a história de Matheus e o que levou a ser assassinado. Claudia, ao explicar o ocorrido, diz: “A Record (chegou) eu via eu fazendo a matéria, fez com um tio dele que estava sentado, que não saiu do lado do corpo dele, que era um tio bem ligado também. Ela só queria saber por que morreu, o que que houve? Dane-se o resto. E aí, morreu por que? Eles só queriam saber se ele era vagabundo e por que ele morreu”.

O estudante Bernardo Monteiro, ao retratar as opções que são oferecidas para a juventude que mora na Estrutural não exitou em explicar: “Inclusive, assim, na Estrutural, tem três caminhos. Tem o caminho da igreja, o caminho do tráfico e o caminho da escola. Essas são as três possibilidades que você encontra”.

Além do custo das vidas, como apresentado na primeira seção, há um custo econômico para o país. Em pesquisa divulgada pelo IPEA, em julho de 2013, intitulada *Custo da Juventude*

*Perdida no Brasil*²⁸, é constatado que a morte prematura de jovens devido à violência custa ao país cerca de R\$ 79 bilhões a cada ano, o que corresponde a cerca de 1,5% do PIB nacional.

O pesquisador Waiselfisz, quando da divulgação do Mapa da Violência, em 2004, já sugeria que os meios de comunicação poderiam exercer uma influência positiva junto à opinião pública para a mudança deste quadro.

Sem dúvida, os meios de comunicação possuem um papel estratégico na superação dessa problemática. A televisão, o rádio e a imprensa escrita ocupam um lugar fundamental na disseminação de conhecimentos sobre o tema da violência juvenil e a divulgação de experiências inovadoras de prevenção existentes no Brasil. A mídia tem a capacidade de despertar a discussão pública sobre o tema, bem como divulgar informações para que a sociedade observe os princípios dos direitos humanos e as várias recomendações internacionais sobre o assunto (WASELFISZ, 2004, p. 8).

A sociedade brasileira foi erigida a partir de um discurso de democracia racial, ou seja, no Brasil não existe racismo e hierarquização de raças, o que, durante o século XX, foi desmistificado, porque há inúmeras estruturas de bloqueio social que resultam nos piores indicadores socioeconômicos na população negra brasileira. Uma das análises do Mapa da Violência (WASELFISZ, 2014), identifica como um dos motivos da maior vitimização de morte do jovem negro é um forte esquema de “naturalização” e aceitação social da violência em um determinado grupo social.

3.2 PESQUISA SOBRE IMPRENSA E RACISMO

A naturalização do racismo e a práxis do jornalismo reitera o verso “a carne mais barata é a carne negra” e também ao título da dissertação de mestrado de Ana Flauzina, *Um corpo negro caído no chão* (2006). Ao se fazer uma revisão bibliográfica de estudos do jornalismo e questões raciais, um dos trabalhos localizados foi a publicação *Imprensa e Racismo*²⁹ publicada em 2012 pela Agência de Notícias de Direitos da Infância – ANDI.

Para a pesquisa da ANDI, foram analisados 45 jornais diários, 05 de abrangência nacional – (*O Estado de São Paulo, Correio Braziliense, Folha de S. Paulo, O Globo e o Valor Econômico*) e 40 de abrangência regional/local. O período avaliado foi de janeiro de 2007 a dezembro de 2010. Um dos destaques foi a publicação *Imprensa e Racismo*, publicada em 2011,

²⁸ CERQUEIRA, Daniel; MOURA, Rodrigo Leandro. **Custo da Juventude Perdida no Brasil**. Brasília: IPEA, 2013. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/artigo/13/custo-da-juventude-perdida-no-brasil>>. Acesso em: 2 nov. 2017.

²⁹ ANDI. **Imprensa e Racismo** – uma análise das tendências da cobertura jornalística. Brasília: Fundação Ford e da Fundação W. K. Kellogg, 2012. Disponível em: <<http://www.andi.org.br/publicacao/imprensa-e-racismo>>. Acesso em: 31 out. 2017.

pela Agência de Notícias de Direitos da Infância – ANDI. A metodologia foi análise de conteúdo, por meio de semana composta, com a utilização de palavras chaves como negros, afrodescendentes e afins e a seleção foram textos com formatos jornalísticos.

Ao todo, foram coletadas 1602 notícias publicadas no período de 2007 a 2010 relacionadas com o racismo. Segundo a ANDI (2011), a cobertura sobre racismo qualitativamente é superior a outras monitoradas pela entidade, porque os jornais procuram se embasar em dados de órgãos como IBGE, IPEA e mesmo de fontes como da sociedade civil organizada, como forma de sustentar o posicionamento sobre a questão das políticas de ações afirmativas, que foi a pauta com maior incidência durante esse período.

A tendência geral na cobertura jornalística sobre racismo pela ANDI³⁰ foi:

- Boa parte da cobertura contrária ao sistema de cota 21,5%;
- Os jornais impressos analisados discutiram racismo durante o período em foco, impulsionados, entre outros fatores, pela ação do movimento social brasileiro – e pelo Movimento Negro;
 - O debate é tecnicamente qualificado – o que não significa dizer que o posicionamento seja predominantemente favorável aos mecanismos de enfrentamento ao racismo propostos por organizações do movimento social e instituições do Estado brasileiro;
 - Contrariando a tendência de outras coberturas temáticas, o noticiário sobre racismo é permeado por um volume significativo de conteúdos opinativos. A maioria desses espaços comporta posicionamento majoritariamente contrário ao sistema de cotas raciais, por exemplo;
 - Ainda destoando da tendência verificada em outros noticiários temáticos, é um jornal de circulação regional (*A Tarde* – BA) que vem liderando, em termos quantitativos, o debate sobre racismo, seguido por um diário de abrangência nacional (*O Estado de S. Paulo*);
 - Ações afirmativas e cotas constituem o tema mais tratado pelos jornais na abordagem da questão racial, estando presente em 18,0% de todos os textos sobre o assunto;
 - A pauta da igualdade/desigualdade de raça-etnia responde por 16,5% das notícias, trazendo dados e reflexões sobre a problemática do racismo. Importante frisar que esse tipo de conteúdo abriga reflexões gerais sobre o tema em foco, não se detendo em fatos específicos;

³⁰ Dados extraídos da publicação *Imprensa e Racismo – Uma Análise das Tendências da Cobertura Jornalística*. Brasília, 2011.

- A violência (ou violências) foi mencionada centralmente em apenas 9,3% dos textos que discutem a questão racial. Cabe lembrar que todo texto analisado deveria conter uma menção explícita ao universo do racismo. Casos de violência(s) que não fizeram menção específica à população negra não foram, portanto, contabilizados;

- 48,2% de todas as notícias analisadas citam possíveis causas dos problemas apresentados, percentual bastante superior ao verificado em outras análises temáticas realizadas pela ANDI, como as coberturas jornalísticas sobre Adolescentes em Conflito com a Lei (19,9%) 20 notícias e Direitos das Mulheres 21 notícias (9,8%) – o que condiz com o teor do debate sobre racismo travado no noticiário analisado;

- Vale observar que a maior parte desses textos (45,3%) menciona apenas uma causa e somente 2,9% mais de uma – o que aponta para a insuficiência do debate público sobre o assunto;

- Segundo os dados coletados, a ampla maioria dos textos (61,5%) traz uma perspectiva contextual – ou seja, reúne elementos importantes à compreensão e ao enfrentamento do fenômeno, em lugar do relato puro e simples de ocorrências;

- A abordagem avaliativa das questões – pautada pela análise da problemática em foco – está presente em 14,7% desse noticiário, sendo ainda digno de nota o alto percentual da perspectiva contextual explicativa (12,4%), por se tratar de uma abordagem mais aprofundada que a contextual;

- Constitui ainda um desafio a apresentação de uma abordagem propositiva: apenas 1,3% dos textos investigados trazem essa perspectiva mais pautada em propostas de encaminhamentos e soluções para os problemas apresentados;

- Há uma clara desvinculação entre as violências físicas praticadas contra a população negra e o debate sobre seu contexto primordial de produção – ou seja, a violência simbólica do racismo.

A pesquisa da ANDI traz contribuições positivas no que tange à cobertura da questão racial no Brasil. Já em relação à denúncia de manifestações de racismo explícito, o jornalismo tem sido um aliado. A seguir, apresentamos a Tabela 1 com a relação de textos por veículos nacionais que lideram a cobertura racial, com destaque para o *Correio Braziliense* que tem feito um bom trabalho nos últimos anos sobre a cobertura racial.

Tabela 1 – Quantidade de textos por veículos de circulação nacional

Veículos de circulação Nacional	Textos	%
O Estado de S. Paulo	134	8,4
Correio Braziliense	116	7,2
Folha de S. Paulo	115	7,2
O Globo	113	7,1
Valor Econômico	19	1,2
TOTAL	497	31,1%

Fonte: Adaptado de ANDI, 2012.

Sobre os desafios apresentados na publicação da ANDI e que possuem relação direta com esta pesquisa de doutorado estão as proposições para o campo do jornalismo em relação à cobertura racial e à cobertura da violência do/sobre a pessoa negra.

Na questão das proposições, as reportagens não apontam direcionamentos para a superação do racismo. Segundo a ANDI:

Estudo realizado pela ANDI - Comunicação e Direitos também buscou identificar se as notícias sobre racismo mencionam estratégias de desenvolvimento e de quais tipos. Os dados revelam que menos de 2,0% dos textos citam iniciativas nesse sentido, sejam elas de foco social, sustentável, econômico ou humano. O levantamento também aponta que apenas 3,1% desse noticiário menciona direitos humanos, sugerindo haver ainda um desafio aos profissionais de imprensa em inserir esse viés na cobertura ou mesmo explicitar sua correlação com as temáticas abordadas (ANDI, 2011, p. 28).

Dessa forma, há um desafio no campo do jornalismo no Brasil, na perspectiva da cobertura sobre raça e racismo, a saber: pensar em ações propositivas e de Direitos Humanos como forma de superação e de igualdade racial por parte dos profissionais de imprensa. A análise de conteúdo realizada pela ANDI possibilitou um resultado que, antes, era apenas uma inferência: “há uma dissociação, nas narrativas midiáticas, entre o quando de violência letal praticada contra a população negra e a violência simbólica do racismo que a produz” (ANDI, 2012, p. 79).

Geralmente, as notícias sobre violência são veiculadas nas editorias de Polícia. Como forma de levantamento, a ANDI buscou, no ano de 2010, a abordagem racial em uma amostra de texto, constatando que em apenas 0,2% de texto apareceu na editoria policial com abordagem sobre raça/racismo. No texto opinativo, essa abordagem apareceu em 16,6%, apenas como forma de comparação.

Considerações da ANDI:

Enquanto nestes espaços/textos prevalentes o racismo é explicitamente debatido, como será evidenciado na exposição de resultados, naqueles reservados a assuntos ditos policiais (“Polícia”, “Segurança”, “Violência”), nos quais é registrada a grande maioria dos homicídios praticados contra pessoas negras, tais ocorrências não são problematizadas – daí a ausência de termos (como os grifados nos exemplos de

matérias reproduzidas a seguir) que permitiriam a seleção desse tipo de matéria pelos instrumentos de coleta da pesquisa.

Em síntese, o caminho metodológico seguido permitiu a visibilidade de uma séria omissão nos espaços noticiosos nos quais se debate a temática do racismo, além de corroborar estudos que apontam preocupante lacuna nos espaços noticiosos especializados no registro de violências físicas, como também será, aqui, evidenciado. Nitidamente provocado pela proposição de políticas públicas de enfrentamento ao racismo (adoção de cotas raciais para ingresso nas universidades) e pela aprovação de um marco legal para orientar as ações no setor (o Estatuto da Igualdade Racial, ou lei 12.288/2010), o debate praticamente ignora as violências físicas contra os negros – o que significa dizer que ignora a relação entre estas e a violência simbólica do racismo discutida nas narrativas aqui analisadas (ANDI, 2012, p. 80).

A violência é uma temática da qual o jornalismo se apropria como valor notícia para ser divulgado. O avanço do estudo realizado pela ANDI, ao cruzar a cobertura do jornalismo e a questão racial, é verificar que a violência direta (apresentada na seção 2) e as opressões oriundas de raça, gênero e classe não são relacionadas quando o jovem negro é assassinado. Essa importância é ratificada, quando, do episódio do assassinato do Matheus, a empresa Record foi até o local entender o porquê do homicídio.

Estudos que relacionam mídia e violência apontam que, nos últimos anos, mudou a forma como os jornais brasileiros fazem a cobertura da violência. Ramos e Paiva (2007) mostram que, a partir dos anos 1990, mudaram o padrão de cobertura da editoria de violência com fotos de pessoas mortas e notícias espetacularizadas.

A partir dos anos 90, diferentes setores da sociedade despertaram para a gravidade do quadro e se articularam não só para denunciar esta situação, mas também para desenvolver pesquisas e realizar experiências inovadoras de gestão de políticas públicas.

Os jornais também responderam a esta nova percepção e iniciaram um processo de qualificação da cobertura, ainda em andamento. Pouco a pouco, as velhas práticas das reportagens de polícia, como a troca de favores com fontes policiais, estão sendo reduzidas; matérias sensacionalistas perdem espaço, enquanto assuntos relacionados à segurança pública e aos direitos humanos entram na pauta. Os jornalistas que cobrem a área, geralmente ligados às editorias de reportagem local, hoje são mais qualificados e encontram maior reconhecimento de seus colegas, num processo que pode ser mais lento ou mais rápido, dependendo do local e do veículo, mas que parece consolidado como tendência (RAMOS; PAIVA, 2007, p. 31).

Essas mudanças ocorreram como pressão social de segmentos como Direitos Humanos, pesquisadores e também por causa do alto índice de homicídios em decorrência da violência no país. De acordo com Ramos e Paiva (2007, p. 9):

A mudança é fundamental, já que a mídia tem desempenhado um papel cada vez mais importante no debate público sobre o tema. Os jornais influenciam a opinião da sociedade e motivam e fiscalizam a implantação de políticas de Estado. Formar uma imprensa capacitada a analisar o contexto da criminalidade e da segurança pública em toda a sua complexidade, livre de preconceitos e determinada a proteger os direitos humanos é, dessa forma, estratégico para a evolução do Brasil no setor.

Além de apontar a importância do jornalismo como um campo importante para o debate público sobre criminalidade e segurança pública, os autores ratificam o que este trabalho defende, que há um genocídio da juventude negra:

De fato, estão em curso do Brasil, há pelo menos duas décadas, dinâmicas que resultam numa matança que alguns analistas comparam a um genocídio: “jovens pobres e negros que morrem e matam num enfrentamento autofágico e fratricida, sem quartel, sem bandeira e sem razão”, como descreveu magnificamente Luiz Eduardo Soares (RAMOS; PAIVA, 2007, p. 31).

Como este trabalho constrói uma pesquisa dentro do campo do jornalismo, dialogando com o campo da segurança pública e de relações raciais, a seguir, serão apresentados estudos do livro *Mídia e Racismo* (RAMOS; PAIVA, 2007), que possibilita a compreensão de como estão sendo desenvolvidos as pesquisas dentro dessa temática nos últimos anos.

3.3 REVISÃO DE ESTUDOS SOBRE MÍDIA E RACISMO

O jornalista e advogado Rodrigo Chia, ao ser questionado quanto à prática de jornalismo na cobertura sobre violência, respondeu: “Eu tenho que fabricar uma notícia por dia, ou duas ou três ou quatro. Como é que eu fabrico? Ah, senador fulano falou isso, (senador) falou aquilo, o deputado tal disse (um) negócio cabeludo e tal. Será que isso é verdade? Será que isso não tem uma lógica maior por trás” (CHIA, 2017, informação verbal³¹).

Essa lógica de fábrica reverbera em várias editorias. Quando Claudia afirma que, quando a Record chegou, o profissional de jornalismo só queria saber o porquê do assassinato e não se interessou em saber a história do Matheus, está relacionada diretamente a essa lógica fabril de construção de 2, 3 até mais de 4 notícias por dia.

Quando da cobertura sobre relações raciais, além do trabalho de análise de conteúdo da ANDI, há vários trabalhos que discutem a questão racial e o jornalismo. Para este corpus, será incorporado o livro *Mídia e Racismo*, organizado por Silvia Ramos (2007). Trata-se de uma obra que surgiu após o Seminário Mídia e Racismo, que ocorreu na Universidade Cândido Mendes, no Rio de Janeiro, em agosto de 2001.

Passados 15 anos do evento, ainda é pertinente trazer os textos e ensaios apresentados como panorama de como jornalistas, intelectuais e artistas entendem a relação mídia e racismo.

³¹ Entrevista concedida em 17 maio 2017.

De acordo com o livro, a cobertura da imprensa sobre o racismo, de forma geral, é silenciosa, invisível e racista, tal qual é a sociedade brasileira. A esse respeito, Ramos diz:

Os meios de comunicação são um caso-modelo de reprodução das nossas relações raciais. Tanto quanto na sociedade, ou até mais intensamente, prevalecem nos meios de comunicação – ainda que combinados a outros mecanismos – os dispositivos da denegação, do recalque, do silêncio e da invisibilidade. O racismo não se reproduz na mídia (nem, via de regra, em outros âmbitos da sociedade brasileira) através da afirmação aberta da inferioridade e superioridade, através da marca da racialização, ou de mecanismos explícitos de segregação. O racismo tampouco se exerce por normas e regulamentos diferentes no tratamento de brancos e negros e no tratamento de problemas que afetam a população afrodescendente. As dinâmicas de exclusão, invisibilização e silenciamento são complexas, híbridas e sutis, ainda que sejam decididamente racistas (RAMOS, 2007, p. 8).

Quando a Record não problematiza que o corpo do Matheus é mais um corpo de um homem, negro, jovem e pobre que foi assassinado e que por trás dessa morte há toda uma negação de acesso a políticas públicas, de inferiorização e de desumanização do corpo negro, conforme foi discutido nesta seção, ocorre aí a reprodução do racismo pelo jornalismo como reprodução das relações sociais do país. Não é uma afirmação aberta, mas é uma lógica fabril que coloca esse jovem dentro de dados estatísticos, não narrando as suas histórias, seus sonhos, expectativas e desejos e não refletindo o porquê que isso acontece como fenômeno social no Brasil.

Na ocasião, mesmo em datas comemorativas em relação à questão racial, os jornais não faziam um agendamento com ampla visibilidade sobre a pauta racial. Segundo Leitão (2007), em 13 de maio de 2001, após consultar os grandes jornais brasileiros, constatou que apenas o *Estado de São Paulo* fez uma matéria de meia página interessante.

No dia 13 de maio deste ano, eu olhei todos os grandes jornais, e eles quase não trouxeram referência ao assunto. Apenas o Estado de São Paulo fez uma matéria de meia página, que eu achei decente. Ouviu a Sueli Carneiro, da ONG Geledés, e apresentou o que está realmente sendo discutido no país. Naquele 13 de maio só duas revistas que não pertencem à grande imprensa – a revista Rumos – dos bancos de desenvolvimento, e a revista da Federação do Comércio do Rio de Janeiro. Mas, fora isto, é como se não tivesse acontecido nada (LEITÃO, 2007, p. 43).

No dia 20 de novembro daquele ano, ocorreu o mesmo silenciamento. Segundo Leitão (2007), se essas pautas não estão sendo veiculadas nos jornais é porque os jornalistas estão errando.

Incomoda-me demais a falta de espaço para este debate, porque eu acho que a discussão do racismo tem que ser cotidiana. Ela não pode ser feita só em um evento: um dia, um negro que já chegou na classe média é barrado no elevador social de um prédio. Então sai a matéria com a foto, os amigos se solidarizam, mas o caso é

apresentado como um episódio exótico³² [...]. Não existe uma cobertura diária sobre o fato de que 84 milhões de brasileiros são tratados de forma inferior, têm os piores empregos e os piores salários, são barrados ao longo da vida inteira por barreiras fortes, poderosas e invisíveis a olho nu. O Brasil precisa discutir o racismo se quiser ser grande, se quiser ser forte, se quiser ter uma economia viva (LEITÃO, 2007, p. 44).

O intelectual Carlos Moura ratifica a opinião de Miriam Leitão e acrescenta que a mídia deveria se unir ao movimento negro, aos brancos e indígenas, em momentos de denúncia do racismo e também como forma de apresentação concreta de ações para superação das injustiças que o povo negro sofre no Brasil (LEITÃO, 2007, p. 20).

A deputada federal Benedita da Silva, ao discorrer sobre a invisibilidade, critica que enquanto os meios de comunicação não discutirem a diversidade, não será possível ultrapassar a barreira do racismo.

A invisibilidade é uma das grandes crueldades do racismo. É lamentável que tenhamos que levantar bandeiras dessa natureza em uma sociedade que compreende e reconhece que negros, indígenas e brancos formaram a nossa civilização brasileira, mas que nos considera invisíveis e pensa que somos pouco contáveis, identificáveis aqui e acolá, perdidos neste país, no Parlamento Brasileiro, em uma Assembléia Legislativa, numa Câmara de Vereadores ou numa Fundação Palmares. A identidade brasileira, que é essa que nós queremos verdadeiramente constituir, precisa tornar-se totalmente isenta da necessidade, que ora aqui colocamos, de chamar a atenção para a sua diversidade étnica e de lutar ainda pela igualdade de direitos entre seus componentes (SILVA, 2007, p. 22).

Outro trabalho que enfoca a questão do racismo no campo do jornalismo é a dissertação de mestrado de Isabel Clavelin (2011), que analisou o jornal *Folha de S. Paulo*, no período de 2000 a 2010. É uma pesquisa que dialoga mais com a pesquisa de *Imprensa e Racismo*, da ANDI (2012), do que o livro *Mídia e Racismo* (2007), que consiste em um trabalho mais qualitativo e opinativo a respeito da cobertura sobre racismo no Brasil.

A pesquisadora usou a metodologia de Análise de Conteúdo e avaliou as edições *online* da *Folha de S. Paulo* usando as efemérides do Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial (21/03), Dia da Abolição da Escravatura (13/05) e Dia da Consciência Negra (20/11). As principais conclusões a que Clavelin (2011) chegou estão listadas abaixo:

- A partir da análise de conteúdo dos dados coletados, constatou-se que a temática racial negra está presente na *Folha de S. Paulo* – FSP, que vem desde 1988 dedicando atenção à problemática do racismo e inclusive redirecionando a sua cobertura e entendimento interno

³² Um exemplo são os casos no futebol que ocorreram no ano de 2014, com jogadores como Daniel Alves, em um jogo do Barcelona; o goleiro Aranha, na Copa do Brasil, na Arena do Grêmio; e Neymar, ainda como jogador do Barcelona. Nesses episódios, os principais jornais se manifestaram veemente contrários àquelas manifestações racistas das torcidas.

sobre isso, tendo em vista o uso de expressões “racismo cordial” e sua progressiva substituição por “racismo confrontado”.

- Apesar de a pesquisa se valer de três amostras, verificou-se, nas unidades, uma ampla cobertura e variedade de temas no jornal FSP. Para tal, partiu-se de referenciais já absorvidos pela rotina produtiva do jornalismo por basearem-se em efemérides, isto é, com disposição e potencial de cobertura de fatos e acontecimentos no âmbito da temática racial negra.

- Segundo a pesquisadora, o que se pode chamar “calcanhar de Aquiles” da FSP tem sido a efetivação do princípio da pluralidade, pois a aferição da pluralidade de vozes entrevistadas, a classificação das fontes e o recorte de gênero das fontes entrevistadas exibem a participação de setores específicos da sociedade e o alijamento de outros, também estratégicos e fundamentais para a oxigenação da esfera pública e do espaço público. Dito de outro modo, é evidente a redução da polissemia, isto é, a limitação da multiplicidade de sentidos, que pode se dar pela seleção de fatos, vozes e temas; priorização de fontes autorizadas; padrão aparente de objetividade, entre outros.

- Tratando-se de grupos em desvantagem nas relações poder – a população negra e as mulheres –, é possível dizer que, por vezes, inexistente a pluralidade e, nessas ocasiões, a FSP corrobora para a assimetria de raça e gênero na sociedade brasileira.

- Outro dado relevante foi que, apesar das tentativas de aproximação com a temática racial nos anos 1988, 1995, 2002 e 2008, as 266 notícias analisadas ao longo do período 2000-2010 revelam a tendência da FSP, no terceiro milênio, de manutenção do mito da democracia racial brasileira e de traços do patriarcado. A sobrevivência do mito da democracia racial é percebida na baixa representação de porta-vozes do Movimento Negro e do Movimento de Mulheres Negras entre as fontes entrevistadas, em média com uma participação ativa em menos de 25 das 266 notícias estudadas. Em detrimento de uma linha editorial regida pelo pluralismo – em que todas as pessoas teriam a oportunidade de participar do discurso jornalístico por meio da reprodução das diferentes versões e vozes existentes na sociedade, a cobertura noticiosa da FSP, no início do terceiro milênio, demonstra o atendimento parcial ao princípio. Como esse não pode realizar-se pela metade, isto é, a pluralidade existe e se manifesta ou não; é prudente afirmar que a FSP não adquiriu nem incorporou na sua linha editorial os atributos necessários para fazer valer a máxima do pluralismo.

- Sob outro aspecto, a cobertura noticiosa do jornal revela-se como guardião do patriarcado, uma vez que há uma notória e sistemática interdição da fala das mulheres como

fontes entrevistadas – fator que obstaculiza o empoderamento das mulheres brasileiras e a paridade de gênero na esfera pública e no espaço público. A esse quadro, somam-se as impossibilidades de efetivação de um jornalismo crítico e de um jornalismo moderno. Crítico seria se o jornal estivesse desprendido do passado colonial e patriarcal, ou seja, contribuindo para o desmantelamento das raízes, ou melhor, do núcleo irradiador das desigualdades históricas de raça e gênero; e, moderno, caso conseguisse acompanhar as transformações sociais atuais no que tange aos direitos adquiridos pela população negra; da condenação expressa do racismo; da liberdade de manifestação de pensamento e expressão dos indivíduos, como estabelece a Constituição Federal brasileira; dos direitos das mulheres e do direito humano à comunicação.

O trabalho de Clavelin (2011) identifica que há um espaço na linha editorial da *Folha de S. Paulo* para abordar o racismo, porém, não há pluralidade de vozes, mas a manutenção do mito da democracia racial além dos traços do patriarcado, com a característica das fontes sendo predominantemente masculina. Para uma das perguntas desta tese (quais são as fontes ouvidas pelo jornalismo?) é importante observar que o dado que Clavelin traz não vai ao encontro da atuação das mães de jovens negros assassinados pela polícia. A atuação desses movimentos de mães como Mães de Maio, Mães de Manguinhos, entre outros, traz um protagonismo dessas vozes, no caso do genocídio dos jovens negros, por isso, a importância de abrir esta seção com a fala da jornalista Claudia Maciel narrando a história do irmão, Matheus Maciel.

Após o levantamento de alguns estudos que sintetizam o que foi realizado de pesquisas no campo das relações raciais e do jornalismo, a seguir, serão abordados três temas relacionados ao genocídio da juventude negra: redução da maioria penal, Programa Juventude Viva e as Comissões Parlamentares de Inquérito sobre o Assassinato de Jovens no Senado Federal e a Violência Contra Jovens Negros e Pobres da Câmara dos Deputados.

3.4 TEMÁTICAS RELACIONADAS AO GENOCÍDIO DA JUVENTUDE NEGRA

Na primeira seção, esta tese apresentou o problema do genocídio da juventude negra na perspectiva sócio-histórica e por meio dos dados estatísticos do Mapa da Violência. Nesta apresentamos as pesquisas que relacionam racismo, jornalismo e violência, como uma forma de demarcar os estudos que já existem sobre essas temáticas.

Nessa perspectiva, abordaremos temáticas que estão diretamente relacionadas com o genocídio, que podem, ou não, ter entrado nos jornais como valores notícias³³, mas que são importantes porque foram motivos de debate junto à opinião pública, no congresso nacional e do executivo federal, ao criar um programa específico para reverter os homicídios dos jovens, em especial, os negros, do país.

3.4.1 Redução da Maioridade Penal

Há um fenômeno no país sempre quando ocorre um crime hediondo cometido por algum jovem: a retomada do debate público sobre a redução da maioridade penal. Em 2015, o tema veio a público, novamente porque o então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, desarquivou o Projeto de Emenda Constitucional – PEC – 171/1993 do deputado Bendito Domingos, PP-DF, cuja proposta é “Altera a redação do art. 228 da Constituição Federal (imputabilidade penal do maior de dezesseis anos)³⁴”.

Na ocasião da votação da PEC, 01/07/2015, o projeto não foi aprovado. Todavia, com uma manobra no texto retirando os crimes de tráfico e roubo qualificado, no dia 02/07/2015, o texto foi aprovado e seguiu para aprovação no Senado Federal. Outra PEC proposta pelo Senador Aloysio Nunes Pereira – PSDB – SP, 33/2012, também propõe reduzir a imputabilidade penal de 18 para 16 anos. Esta última PEC, neste ano, foi exaustivamente coberta pelos jornais do Brasil³⁵ e não foi votada por atuação de organismo como a Anistia Internacional e a Organização das Nações Unidas³⁶.

Infelizmente, o debate é superficial sobre um projeto de lei que tem um impacto direto na juventude brasileira, porque não se discutem os dados reais dos crimes que os jovens cometem e há outra discussão política de que a menoridade penal é um direito fundamental, garantido na Constituição, ou seja, é cláusula pétrea, o que seria, caso aprovada pelo Congresso, uma lei inconstitucional. A esse respeito, Pessanha (2009) argumenta:

³³ Segundo Traquina (2008), a previsibilidade geral das notícias deve-se à existência de critérios de noticiabilidade, isto é, a existência de valores notícias que os membros da tribo jornalística partilham. Os valores notícias seriam algumas características que alguns fatos/acidentes devem ter para ser noticiados nos jornais. Ex: importância dos envolvidos, importância da temática, brevidade, quantidade de pessoas, interesse público, exclusividade, entre outros.

³⁴ Informações sobre a PEC 171/1993 podem ser vistas no site <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=14493>>. Acesso em: 2 nov. 2017.

³⁵ Algumas notícias sobre a temática: <<https://noticias.r7.com/brasil/comissao-do-senado-deve-votar-reducao-da-maioridade-penal-30102017>> e <<http://www.jb.com.br/pais/noticias/2017/09/23/reducao-da-maioridade-penal-ignora-estatisticas-e-falhas-na-educacao-dizem-especialistas/>>. Acesso em: 2 nov. 2017.

³⁶ Como esta notícia <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/09/27/apos-pressao-da-onu-e-direitos-humanos-votacao-sobre-reducao-da-maioridade-penal-e-adiada.htm>>. Acesso em: 2 nov. 2017.

Existe expressa previsão constitucional sobre a imputabilidade penal aos menores de dezoito anos, quando a constituição cidadã prescreveu no artigo 228 que “São penalmente imputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial”. Contrário ao que equivocadamente apresenta e tenta fazer crer os meios de comunicação, os menores de dezoito anos são sim puníveis, não pelo Código Penal, mas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. O que a mídia tenta apresentar é uma questão equivocada, distorcida, sem apresentar os números da criminalidade por parte dos menores (PESSANHA, 2009, p. 11).

Como afirma a autora, imputabilidade não significa que não há penalidade. Porém, quem regulamenta a punição é o Estatuto da Criança e do Adolescente e não o Código Penal. O Código Penal, de 1940, definiu a idade biológica a partir de 18 anos como a idade que, no Brasil, a pessoa que cometeu um crime pode respondê-lo e ser condenado criminalmente. Isso significa que imputabilidade penal é a possibilidade de responsabilizar um indivíduo pela violação da lei ou prática de um crime e maioridade penal é a idade que o indivíduo responde pela violação da lei. No Brasil, a imputabilidade e a maioridade penal são a partir dos 18 anos, garantidos na Carta Magna, em seu art. 228. Ou seja, se um jovem dos 12 aos 17 anos cometer alguma infração, ele não é julgado como um adulto, por meio do Código Penal; ele é julgado como um menor, que ainda está em formação e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

Ao ser questionado sobre a redução da maioridade penal e o ECA, o promotor público Anderson Andrade disse que o problema na redação do Estatuto foi colocar responsabilização do jovem e adolescente em vez de responsabilização penal. Isso gerou uma sensação de que jovem, no Brasil, não é punido e ocasionou emendas constitucionais para “regulamentar a punição” em seguida (o ECA é publicado em 1990 e a PEC 171 é de 1993).

O Estatuto da Criança e do Adolescente ele tem duas grandes vertentes: uma de proteção - da criança e do adolescente e uma vertente de responsabilização, que eu chamo de responsabilização só do adolescente pelo cometimento do ato infracional, o crime, segundo o artigo 103 do Estatuto, é crime. Então, na vertente de proteção o estatuto foi muito bem a avaliação é positiva, há várias vitórias: ele diminuiu a mortalidade e o trabalho infantil, criou boas regras para a adoção. No âmbito da responsabilização ele não teve sucesso. Hoje em dia as instituições de internação são minipresídios, não são internatos. A lei fala em internação, remete a internato que seria um educandário. Então você vê índices muitos baixos de ressocialização do adolescente, a medida em meio aberto não funciona e a medida em meio fechado só funciona deixando o adolescente trancado. Desde que foi aprovado o estatuto já começaram a ser propostas emendas, o estatuto vem sendo muito reformado, refundado, mas só nessa parte de proteção, nessa parte aqui de responsabilização quase não se mexeu porque o grande medo é que se diminua a idade penal, se você for mexer nisso. O estatuto ele foi aprovado em 1990, logo após a aprovação da Convenção dos Direitos da Criança de 1989 que é um tratado internacional que influencia todo mundo. São 194 países que assinam esse tratado, essa Convenção dos Direitos da Criança, é o tratado que mais firmas de países tem no mundo. O Brasil foi o primeiro, pelo menos no mundo ocidental, a adaptar o seu ordenamento jurídico à convenção. Então eu acredito que a responsabilização foi mal regulada. O Brasil

pagou um preço por essa primazia, por ter sido o primeiro. Eu entendo, por exemplo, que esses dois temas não deveriam ter sido tratados no mesmo diploma legal. Outros países, por exemplo, Espanha, Chile, que tem uma lei de proteção e uma lei de responsabilização, que lá no Chile, por exemplo, chama “responsabilidade penal do adolescente” (ANDRADE, 2017, informação verbal).

Uma das críticas recebidas pela mídia é não informar que o adolescente e o jovem são julgados por cometerem atos infracionais dentro do Estatuto da Criança e do Adolescente. No Brasil, a responsabilização começa aos 12 anos. Só que o tempo máximo de punição são 3 anos³⁷ e é dada preferência por medidas socioeducativas, antes de o adolescente ou o jovem cumprir regime fechado, isso dependendo da infração cometida.

Nessa direção, Bressan e Vella (2017), a partir dos dados da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (BRASIL, 2014)³⁸, afirmam que no país há 24.628 jovens e adolescentes cumprindo internação, internação provisória e semiliberdade. O índice de adolescentes atendidos pela Fundação Casa, no estado de São Paulo, foi de 111% no período de 2006 a 2013. Além disso, os jovens em medida socioeducativa, em sua maioria, também são pardos e pretos, com os seguintes dados:

- Em relação à composição de raça/cor, 56% foram considerados pardos/pretos, 21% brancos e 1% de cor amarela. O restante deles (22%) não teve registro quanto a sua cor.
- Os dados do *Estado de São Paulo* apontam que, em julho de 2014, 93,91% dos adolescentes internados apresentavam defasagem escolar. Tais dados demonstram que a seletividade do sistema penal se reproduz da mesma forma no sistema de justiça juvenil: a raça e a classe social são determinantes para a internação.
- Aqueles que têm contato com o funcionamento do sistema socioeducativo sabem que a ocorrência de agressões é constante. Um dos mais recentes casos ocorreu na unidade Parada de Taipas da Fundação CASA. Contrariando as alegações das adolescentes internadas, da Defensoria Pública e Ministério Público, que indicaram a existência de indícios de maus tratos às jovens, a Corregedoria da Fundação Casa concluiu que não houve agressão³⁹.

³⁷ Atualmente, está na Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal o Projeto de Lei 219/2013, de autoria do senador Aécio Neves (PSDB-MG), e relatoria do senador José Pimentel (PT-CE). A PL propõe a alteração do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para que as medidas de internação possam durar 8 e não 3 anos em casos de atos equiparados a crimes hediondos. Como consequência dessa mudança, a proposta prevê que o jovem possa, excepcionalmente, cumprir a medida até os 26 e não mais 21 anos. Disponível em: <<http://justificando.cartacapital.com.br/2017/05/22/pl-2192013-ilusao-punitivista-na-desconstrucao-de-um-sistema-socioeducativo-no-brasil>>. Acesso em: 2 out. 2017.

³⁸ BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Levantamento anual Sinase**. 2014. Brasília: MDH, 2014. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/noticias/pdf/levantamento-sinase-2014>>. Acesso em: 2 nov. 2017.

³⁹ BRESSAN, Marina S.; VELLA, Leticia Ueda. PL 219/2013 – a ilusão punitivista na (des)construção de um sistema socioeducativo no Brasil. **Justificando**. 22 maio 2017. Disponível em:

A cor desses jovens, o baixo índice de criminalidade e a punição corroboram as teorias apresentadas em seção anterior sobre a interseccionalidade de gênero, raça e classe, também identificando uma das etapas do genocídio da juventude negra, que é ser preso e cumprir medida socioeducativa. O Matheus Maciel foi um desses jovens que, antes de ser assassinado, já tinha sido apreendido por tráfico de drogas.

Outra crítica, oriunda de alguns juristas, é reduzir a imputabilidade para 16 anos. Para muitos, isso se constitui uma cláusula pétrea, pois não é um projeto de lei que altera isso, mas uma emenda constitucional, e ainda assim, questionável (PESSANHA, 2009).

Nesse sentido, o advogado Gabriel Sampaio, na ocasião, na secretaria de assuntos legislativos no Ministério da Justiça, disse que dialogar sobre a redução da maioridade penal foi uma das tarefas mais árduas que teve porque as pessoas procuram soluções simples para problemas complexos. A esse respeito, ele indaga: “Você reduz a maioridade penal, as pessoas estão mais protegidas por que jovens vão deixar de praticar atos infracionais por que a redução da maioridade penal aconteceu?”.

Ademais, a falta de estudos e pesquisas que embasem a relação redução da maioridade penal e, conseqüentemente, a redução de crimes praticados pelos jovens e adolescentes também é uma crítica apontada por Gabriel Sampaio e Anderson Andrade. Outro problema apontado por Gabriel Sampaio, que corrobora a tese de Pessanha (2009) é que a redução da maioridade penal é inconstitucional.

Reduzir a maioridade penal cria problemas. Amplia os problemas porque primeiro, é inconstitucional. Nós tivemos uma constituição de 1988 que reconheceu os direitos das crianças e dos adolescentes. Qual que é um dos principais reconhecimentos que a constituição dá? Encarar a criança e o adolescente como sujeito de direito, como pessoas que merecem uma especial atenção do estado para realizar seus direitos e garantias e isso reconhecido até os 18 anos de forma que o Estado tem que entrar na vida das crianças e do adolescente ou atuar na defesa dos direitos dessa criança e do adolescente. Promovendo educação, promovendo acesso a saúde, promovendo direitos para essas crianças. Reduzir a maioridade penal cria problemas. Amplia os problemas porque primeiro, é inconstitucional. Então se for aprovado numa votação da Câmara, mas se ela algum dia ver a ser aprovada de forma definitiva e promulgada, por exemplo, pelo Congresso Nacional, ela certamente vai ser objeto de uma ação direta de inconstitucionalidade (SAMPAIO, 2007, informação verbal⁴⁰).

A própria Câmara dos Deputados, em 2007, fez um breve estudo sobre a redução da maioridade penal e a redução da criminalidade. Em 18 páginas, o consultor legislativo responsável por realizar o estudo, Alexandre Sankiewicz, a partir dos dados do Mapa da

<<http://justificando.cartacapital.com.br/2017/05/22/pl-2192013-ilusao-punitivista-na-desconstrucao-de-um-sistema-socioeducativo-no-brasil/>>. Acesso em: 2 nov. 2017.

⁴⁰ Entrevista concedida em 05/06/2017.

Violência, da exposição de crimes cometidos por jovens na mídia e de argumentos favoráveis e contrários à redução da maioridade penal, apresentou como primeira constatação algo que é quase certo: a redução da maioridade penal não provocará a redução dos índices de criminalidade. Exemplo recente em nossa história que serve de indício para a confirmação da tese é a antiga lei de crimes hediondos (SANKIEVICZ, 2007).

Ao afirmar que não reduz a criminalidade e relacionar com os crimes hediondos, Sankievicz sustenta a afirmação por meio de dados estatísticos depois da promulgação da lei.

De acordo com dados apresentados pela Presidente da Comissão de Estudos do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, mesmo após a promulgação da Lei 8.072/90, o crime de homicídio doloso teve um crescimento de 31,72%, entre 1994 e 1998, e a prática de tráfico de entorpecentes aumentou 101,71%, entre 1991 e 1998; os crimes de latrocínio, extorsão mediante sequestro, estupro e atentado violento ao pudor permaneceram praticamente estáveis (SANKIEVICZ, 2007)⁴¹.

Outra informação que consta deste estudo afirma que os jovens são mais vítimas da violência do que agentes dela.

Os dados revelam que o jovem é muito mais vítima do que autor da violência, não obstante na imprensa apareça de modo distinto. Segundo os professores Ronaldo César Henn e Carmen de Oliveira, após pesquisa realizada no ano de 2001, nos quatro primeiros meses daquele ano as estatísticas revelaram que para cada adolescente que praticava um homicídio havia quase cinco adolescentes que morriam vítimas de homicídio (SANKIEVICZ, 2007)⁴².

O relatório da Unicef de 2007, corrobora a informação apresentada por Sankievicz, ou seja, crimes hediondos, como os homicídios são crimes de exceção cometidos por jovens. De acordo com Bocato (2013):

Dos crimes praticados por adolescentes, utilizando informações de um levantamento realizado pelo ILANUD [*Instituto Latino-Americano* das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente] na capital de São Paulo durante os anos de 2000 a 2001, com 2.100 adolescentes acusados da autoria de atos infracionais, observa-se que a maioria se caracteriza como crimes contra o patrimônio. Furtos, roubos e porte de arma totalizam 58,7% das acusações. Já o homicídio não chegou a representar nem 2% dos atos imputados aos adolescentes, o equivalente a 1,4 % dos casos⁴³.

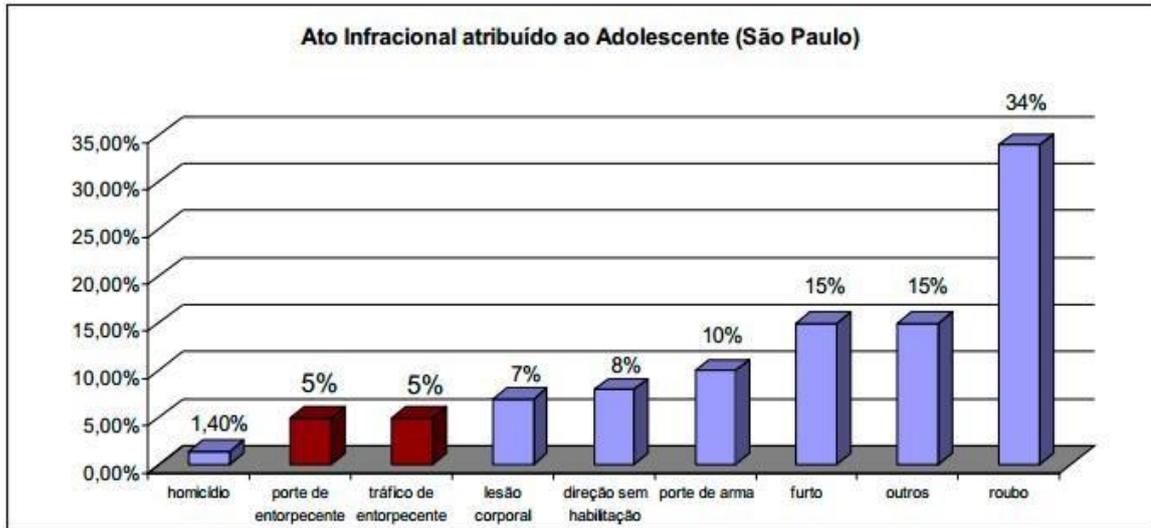
⁴¹ SANKIEVICZ, Alexandre. **Breve análise sobre a redução da maioridade penal como alternativa para a diminuição da violência juvenil**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2007. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/1201/breve_analise_sankievicz.pdf?sequence=1>. Acesso em: 2 fev. 2017.

⁴² SANKIEVICZ, Alexandre. **Breve análise sobre a redução da maioridade penal como alternativa para a diminuição da violência juvenil**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2007. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/1201/breve_analise_sankievicz.pdf?sequence=1>. Acesso em: 2 fev. 2017.

⁴³ Adaptado da Reportagem de BOCATO, Vinicius. Razões para não reduzir a maioridade penal. **Revista Fórum**. 2013. Disponível em: <<http://revistaforum.com.br/blog/2013/04/razoes-para-nao-reduzir-a-maioridade-penal/>>. Acesso em: 15 maio 2013.

Bocato (2013)⁴⁴ também apresenta o seguinte gráfico, que mostra os tipos de atos infracionais cometidos pelo adolescente em São Paulo, durante os anos de 2000 a 2001.

Figura 14 – Gráfico que apresenta Ato Infracional atribuído ao adolescente



Fonte: ILANUD

Então, é possível verificar que os dados dos atos infracionais que os jovens e adolescentes cometem são menores se compararmos com os 42.291 jovens assassinados no Brasil, apenas no ano de 2014.

O advogado e jornalista Rodrigo Chia, que estudou a redução da maioridade penal nos jornais impressos na dissertação de mestrado (CHIA, 2016), questiona: qual é o objetivo ao se reduzir a maioridade penal? Nessa perspectiva, ele aponta:

O espaço do texto de opinião seja o texto de opinião em si, que não sejam os editoriais, em tese é justamente o espaço que permite uma análise mais aprofundada. Mesmo nesses espaços você não vê essa análise. Como é que fatores como a situação socioeconômica, familiar, afetiva todas as questões que são importantes na discussão desse tema não aparecem? Uma coisa que eu fico sempre impressionado é que se você vai discutir maioridade penal, você tem que pensar no que você quer com a redução da maioridade penal. Qual seu objetivo. Você quer se vingar? O menor foi lá e matou, estuprou, seja lá o que ele fez é propiciar vingança para os parentes da própria vítima ou você quer resolver ou reduzir a incidência da violência? Geralmente o objetivo visto como mais legítimo é eu quero reduzir a violência. Aí entra uma série de questões de direito penal, mas a princípio o direito penal não serve para saciar a vingança pessoal das pessoas, de quem é vítima ou de enfim de quem é próxima. Ele serve para tentar conter a prática de determinadas condutas que a sociedade em determinado momento histórico considera inadequadas, incompatíveis com a vida em sociedade e tal. Essa é uma discussão que eu acho que é essencial para a gente debater,

⁴⁴ Adaptado da Reportagem de BOCATO, Vinicius. Razões para não reduzir a maioridade penal. **Revista Fórum**. 2013. Disponível em: <<http://revistaforum.com.br/blog/2013/04/razoes-para-nao-reduzir-a-maioridade-penal/>>. Acesso em: 15 maio 2013.

a questão da maioria penal, de novo, você não vê debate nem aqui no Legislativo e nem nos Meios de Comunicação (CHIA, 2007, informação verbal⁴⁵).

Sob o título *Eles sabem o que fazem: o discurso da maioria penal nos meios de Comunicação*, Chia selecionou textos publicados nos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Globo* e *O Estado de S. Paulo* e nas revistas *Veja* e *Época* no período de 01/03/2015 a 31/08/2015, período em que houve a tramitação da PEC 171/93 na Câmara dos Deputados.

Para a análise, a metodologia utilizada foi análise do discurso, e as conclusões a que a dissertação chega são as seguintes:

Ao assumir um discurso que se funda em ameaças projetadas, a ensejar respostas concretas de caráter violento e excluyente, a mídia ingressa também, a partir de sua posição privilegiada, no terreno das virtualidades. Os casos criminais espetacularizados, os eventos pontuais relatados como se fossem corriqueiros, enfim, o superdimensionamento da insegurança e da impunidade, descritas em termos de “sensações”, criam uma realidade virtual em que medidas urgentes são sempre necessárias para lidar com situações “alarmantes”. Basta conferir a “apavorante criminalidade”, a “crescente ameaça”, a “barbárie” e outros quadros terríveis descritos nos exemplos que analisamos sobre a questão da maioria penal (CHIA, 2016, p. 63).

Esse caráter alarmante, apavorante e de ameaça esvazia as possibilidades de discutir mais profundamente o porquê da redução da maioria penal, a situação familiar, socioeconômica e afetiva desses jovens e adolescentes, além de problematizar aspectos jurídicos que a mudança da lei irá impactar na vida desses jovens. Como já foi afirmado nesta seção, as punições dos jovens por meio de medidas socioeducativas são uma das etapas, talvez a penúltima, para que eles possam ser reinseridos socialmente ou assassinados.

Após discutir sobre a redução da maioria penal, serão apresentados o programa do governo federal, o Juventude Viva (Brasil, 2014), criado para reverter o alto índice de letalidade dos jovens no Brasil, em especial, o dos jovens negros.

3.4.2 Programa Juventude Viva

Ramos (2014), em sua dissertação de mestrado, *Contrariando a estatística: a tematização dos homicídios pelos jovens negros no Brasil*, o pesquisador mapeia a atuação dos movimentos de juventude negra em espaços como o Conselho Nacional de Juventude, organizações não governamentais, partidos políticos, enfim, vários espaços de articulação política na década de 2000, que fizeram esses jovens denunciar o genocídio da juventude negra e organizar o Encontro

⁴⁵ Entrevista concedida 17/05/2017.

Nacional de Juventude – ENJUNE, evento que possibilitou, além da denunciar, formular ações para subsidiar políticas públicas para o Estado reduzir a morte dos jovens negros.

Nesse cenário, o protagonismo e a participação da juventude são fundamentais para o jovem ser reconhecido como um ente que possui direitos. Todo esse processo resultou no Estatuto da Juventude, sancionado pela presidenta Dilma Rousseff em 2013⁴⁶, e também no lançamento do Programa Juventude Viva⁴⁷.

A esse respeito, Ramos (2014) entrevistou Nazaré Cruz, ex-coordenadora do Fórum Estadual de Juventude Negra, que sintetiza em sua fala, todo esse processo:

No momento do ENJUNE, a gente descobre muitas coisas, a gente se mapeia, mas o nosso compromisso era sair com aquele documento [relatório final] debaixo do braço e o transformar em política pública, porque nós viemos, discutimos, aprovamos e tínhamos o que queríamos. A nossa tarefa era transformar aquilo em política pública. Era apresentar pros estados, apresentar pro Governo Federal, era apresentar para todas as esferas. Era dizer: “Olhem, a juventude negra se reuniu, formulou, discutiu, escreveu e tá aqui, é isso que a gente quer. A gente quer isso como política pública, pra que parem de morrer estes jovens.” Na verdade, a gente se dá conta, no ENJUNE, que esse genocídio, que tudo aquilo que acontecia no nosso entorno, na nossa periferia... Pois a gente não entendia muito bem por que aquelas pessoas que cresceram com a gente não estavam mais. Por que a maioria daquelas pessoas tinha morrido? Por que a maioria daquelas pessoas tinha sido presa? E a gente passou a entender que aquilo tinha uma causa, e que era os jovens negros. E, no ENJUNE, a gente tinha esta noção. E a gente teve a percepção de que a gente tinha uma responsabilidade, que era parar com a morte destes jovens negros. Para sobreviver. Para superar as estatísticas... (RAMOS, 2014, p. 104).

A reivindicação por uma política pública para superar as estatísticas surge por meio da atuação dos movimentos de juventude junto com a Secretaria Nacional de Juventude – SNJ e Secretaria de Políticas Públicas para Igualdade Racial – Seppir. Assim, em 2012, o governo federal lança o Programa Juventude Viva.

Na apresentação do documento do Plano, fica evidente que se trata de uma ação direta para reverter as mortes dos jovens negros.

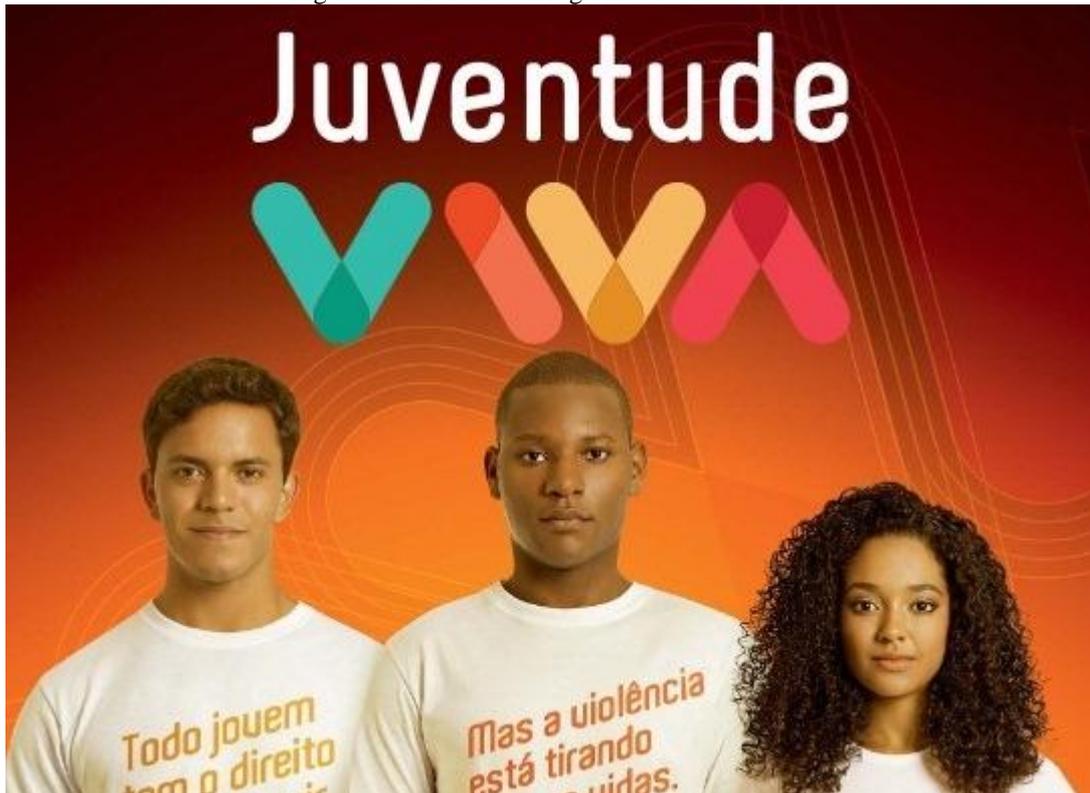
O Juventude Viva - Plano de prevenção à violência contra a juventude negra foi criado pelo Governo Federal para combater as causas desse fenômeno e criar condições para sua superação. Esta iniciativa se associa a outras que buscam a efetivação dos direitos de uma juventude plural e diversa, do combate ao racismo e da promoção da igualdade racial, contribuindo para que padrões de violência consolidados ao longo da história e que estigmatizam a juventude negra sejam superados (Plano Juventude Viva, 2014, p. 5).

⁴⁶ Lei 12852/2013 sancionada pela presidenta Dilma Rousseff em 05/08/2013. Disponível em: <<http://juventude.gov.br/estatuto#.Wf8jO41e5D8>>. Acesso em: 5 nov. 2017.

⁴⁷ Para maiores informações sobre a primeira fase do plano, ver <http://juventude.gov.br/articles/0009/4790/Guia_Plano_JuvViva_Final.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2017

O documento e o plano são marcos políticos significativos porque o Estado reconhece que há uma alta letalidade de jovens e que os negros são as maiores vítimas desse fenômeno. Por isso, faz-se necessária uma ação junto às três esferas de governo – municipal, estadual e federal – com a participação de vários ministérios⁴⁸ e a atuação dos movimentos de juventude. A Figura 15, a seguir, apresenta o folder do programa Juventude Viva.

Figura 15 – Folder do Programa Juventude Viva



Fonte: Secretaria Nacional de Juventude. Disponível em: <<http://juventude.gov.br/juventudeviva>>. Consulta em 28. dez. 2017

O público-alvo do programa é a juventude, com foco em homens, jovens e negros, de 15 a 29 anos, em sua maioria com baixa escolaridade, e que vivem em periferias das cidades, ou seja, em territórios cujos índices de violência são altos. O programa é lançado em 2012, e começou em 4 cidades de Alagoas – Maceió, Arapiraca, União dos Palmares e Marechal Deodoro. Depois, passou a priorizar 132 municípios brasileiros, a partir dos dados de 2010, que, por sua vez, concentravam 70% dos homicídios dos jovens negros. A seguir, as Figuras 16 a 18 mostram folders dos programas em alguns estados brasileiros.

⁴⁸ A Secretaria Nacional de Juventude junto com a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial são os coordenadores com a participação dos Ministérios da Cultura e do Esporte, Saúde, Justiça, Comunicações, Agricultura e Pesca, Trabalho e Emprego, Educação, Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Secretaria de Políticas sobre Drogas são os ministérios que participam do Plano Juventude Viva.

Figura 16 – Folder Juventude Viva – São Paulo



Fonte: Governo do Brasil. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2013/10/prefeitura-de-sao-paulo-adere-ao-plano-juventude-viva/prefeitura-de-sao-paulo-adere-ao-plano-juventude-viva.jpg/view>>. Acesso em: 28 dez. 2017.

Figura 17 – Folder Juventude Viva – Rio Grande do Sul



Fonte: Universidade Federal de Santa Maria. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=BTs2o9RUwoo>>. Acesso em: 28 dez. 2017

Figura 18 – Folder Juventude Viva – Rio Grande do Norte



Fonte: Coordenadoria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – Governo do Rio Grande do Norte. Disponível em:

<<http://www.coeppir.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=159486&ACT=&PAGE=&PARM=&LB L=NOT%CDIA>>. Acesso em: 28 dez. 2017

Para a atuação nos estados e municípios, o Plano foi estruturado em 4 eixos de atuação, quais sejam: desconstrução da cultura de violência, inclusão, oportunidade e garantia de direitos, transformação de territórios e aperfeiçoamento institucional, A seguir, serão indicados os objetivos de cada eixo:

1) **Desconstrução da cultura de violência** – o foco são ações para a desconstrução das violências diretas e simbólicas que os jovens negros enfrentam no país. Dessa forma, as propostas são:

- Identificação de ações violência contra a juventude negra que foram historicamente naturalizados, descrevendo seus padrões e oferecendo novos repertórios aos agentes que a realizam;
- Sensibilização da opinião pública sobre a banalização da violência e a necessidade de valorização da vida da juventude e da garantia de seus direitos;
- Demonstração de que a violência não pode, em momento algum, ser utilizada como forma legítima de resolução de conflitos.

2) **Inclusão, Oportunidade e Garantia de Direitos** – ações relacionadas à superação da desigualdade social, acesso a oportunidades no mercado de trabalho por meio de cursos de qualificação e garantia de direitos constitucionais, que, por causa das vulnerabilidades

socioeconômicas, não chegam até a juventude negra periférica. Os principais programas relacionados a este eixo são o Projovem⁴⁹, o Prouni⁵⁰ e o Pronatec⁵¹.

3) Transformação de Territórios – ações focadas nos territórios com altos índices de violência, vulnerabilidade social e altas taxas de homicídios de jovens, por essa razão, são ações relacionadas diretamente com os municípios. O plano procura uma maior atuação do poder público, nessas áreas periféricas, com serviços públicos ligados ao ensino, à cultura, ao esporte e ao lazer. Projetos como os CEUs⁵² das Artes, Estação da Juventude⁵³, Academia de Saúde⁵⁴, Pontos de Cultura⁵⁵, Mais Educação⁵⁶ e Centros de Economia Solidária⁵⁷.

4) Aperfeiçoamento Institucional – a principal ação são os órgãos públicos reconhecerem que existe o racismo institucional, por meio de discriminações diretas e indiretas, que afeta a população negra, e em especial, o jovem negro. Dessa forma, é primordial, nesse eixo, que o serviço público, de um modo geral, não seja palco de discriminações em nenhuma

⁴⁹ O Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem – O capacita jovens de baixa renda para o mercado de trabalho. Para mais informações, ver: <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2012/04/programa-capacita-jovens-para-o-mercado-de-trabalho>>. Acesso em: 5 nov. 2017.

⁵⁰ O Prouni é um programa do Ministério da Educação que concede bolsas de estudos integrais e parciais em universidades privadas para estudantes brasileiros que não possuem diploma de nível superior. Para mais informações, ver: <<http://siteprouni.mec.gov.br/>>. Acesso em: 5 nov. 2017.

⁵¹ O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) foi criado pelo governo federal com o objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no país. Para mais informações, ver: <<http://portal.mec.gov.br/pronatec>>. Acesso em: 5 nov. 2017.

⁵² Os Centros de Artes e Esportes Unificados – CEUS – é um programa que integra ações culturais com práticas esportivas e de lazer, além de cursos para qualificação profissional, serviços socioassistenciais, políticas de prevenção a violência e de inclusão digital. Para mais informações, ver: <<http://ceus.cultura.gov.br/index.php/home/o-programa>>. Acesso em: 5 nov. 2017.

⁵³ O Estação da Juventude é um programa que oferece diversos serviços para promover a inclusão e emancipação dos jovens além de ampliar o acesso às políticas públicas para este segmento populacional. Para mais informações, ver: <<http://juventude.gov.br/estacaojuventude#.Wf848o1e5D8>>. Acesso em: 5 nov. 2017.

⁵⁴ O Programa Academia da Saúde, lançado em 2011, promove os cuidados com saúde em espaços públicos com a instalação de equipamentos esportivos e profissionais qualificados para o acompanhamento das atividades físicas. Para mais informações, ver: <http://dab.saude.gov.br/portaldab/ape_academia_saude.php>. Acesso em: 5 nov. 2017.

⁵⁵ Os pontos de cultura são vinculados a Política Nacional de Cultura Viva, do Ministério da Cultura, e trata-se de grupos, coletivos e entidades de natureza ou finalidade cultural que desenvolvem e articulam atividades culturais em suas comunidades e em redes, reconhecidos e certificados pelo Ministério da Cultura. Para mais informações, ver: <<http://www.cultura.gov.br/culturaviva/ponto-de-cultura/apresentacao>>. Acesso em: 5 nov. 2017.

⁵⁶ O Programa Mais Educação é uma estratégia do Ministério da Educação para a jornada de educação integral nas escolas municipais e estaduais com o objetivo de ampliar a jornada para 7 horas diárias acompanhamento pedagógico; educação ambiental; esporte e lazer; direitos humanos em educação; cultura e artes; cultura digital; promoção da saúde; comunicação e uso de mídias; investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica. Para mais informações, ver: <<http://portal.mec.gov.br/observatorio-da-educacao/195-secretarias-112877938/seb-educacao-basica-2007048997/16689-saiba-mais-programa-mais-educacao>>. Acesso em: 5 nov. 2017.

⁵⁷ Trata-se de uma ação, dentro do Plano Nacional de Economia Solidária, ligado ao Ministério do Trabalho e Emprego, para a implantação de centros públicos de economia solidária como fortalecimento de ações de empreendedorismo local, fomento a associações e cooperativas para a geração de renda nos territórios. Para mais informações, ver: <<http://trabalho.gov.br/trabalhador-economia-solidaria/programas-e-acoas>>. Acesso em: 5 nov. 2017.

de suas áreas, com destaque para os sistemas educacionais, de saúde, na polícia, no sistema penitenciário e no sistema de justiça. Processos formativos, capacitações e qualificações, sensibilização dos agentes estatais, fortalecimento dos órgãos de controle externo, assim como orientações específicas para as forças policiais são ações essenciais para o êxito desse eixo.

O Ex-secretário Nacional de Juventude, Jefferson Lima, corrobora Ramos (2014) destacando a participação da juventude negra em conferências, denunciando o genocídio, além dos dados dos mapas da violência como diagnósticos na construção do Plano.

Ele foi pensado como fruto do processo das conferências, de vários estudos e diálogos nos estados com os movimentos, movimentos negros com movimento de juventude, os mapas da violência. No início você tinha um campo de batalha que é o Juventude Viva vai para viés mais de prevenção ou vai para um viés mais de repressão na mão do Ministério da Justiça, da Secretaria Nacional de Segurança Pública (LIMA, 2017, informação verbal).

Essa disputa entre a repressão do Ministério da Justiça e a prevenção da Secretaria Nacional de Juventude – SNJ – e a Seppir também é destacada na entrevista do advogado Gabriel Sampaio (2017) e do economista Mário Theodoro (2017)

Mário Theodoro ocupou o cargo de secretário executivo da Seppir, durante a gestão da Ministra Luiza Bairros, atuando na construção do programa em 2011. Mário destaca que o programa tinha como objetivo ações interministeriais nos territórios com alta taxa de violência, porém, foi apropriado pelo Ministério da Justiça como forma de repressão e não como prevenção.

Ele foi gestado durante esse tempo todo. Ele foi gestado em 2011 e saiu em 2012. Só que o Juventude Viva era a junção de todos os serviços dados por esse Ministério. Então assim, o bairro que tem maior violência, vamos supor, Acari no Rio de Janeiro, então a gente vai juntar políticas públicas e colocar em Acari no Rio de Janeiro. E ali você vai ter um ponto do Ministério do Trabalho para ver tipo um mini (cine) que dá para gerar trabalho, na própria região. Um Ponto de Cultura, uma prática de esporte. E também para fazer isso você teria que pacificar com a polícia. Só que quando esse plano ele começa a ser gerido e começa a ver que política é dinheiro, o Ministério da Justiça saiu na frente e a maioria do dinheiro foi para a segurança pública. E as outras coisas foram sendo, enfim, é uma aula de gestão pública deficiente. Então o Programa Juventude Viva era uma outra coisa e virou um programa de segurança pública. Mas como para classe média e para população maior o medo maior é a violência, então a Juventude Viva virou um programa para acabar com a violência. E é isso (THEODORO, 2017, informação verbal⁵⁸).

Para Jefferson Lima, a lógica do Programa no Ministério da Justiça fortalece a atuação da polícia nos territórios vulneráveis, o que gera mais mortes de jovens.

⁵⁸ Entrevista concedida em 2 jun. 2017.

Não é que seria uma lógica assim. Eu falo repressão no sentido de que o plano corria risco de ficar na mão do Ministério da Justiça, da Secretaria Nacional de Segurança Pública que é uma avaliação nossa que ia na contramão daquilo que a gente defendia, que era o empoderamento da Juventude, o tema Juventude sendo colocado como prioritário e na segurança pública no Ministério da Justiça seria a pauta da Segurança Pública. Ah, está morrendo muitos jovens aqui? Vamos entrar com a polícia para ocupar. Só que acaba matando mais ainda entendeu? O objetivo do plano não era esse (LIMA, 2017, informação verbal).

O programa Juventude Viva sofreu com essas disputas internas entre Secretaria Nacional de Juventude e a SEPPIR de um lado e o Ministério da Justiça do outro. O Juventude Viva efetivamente funcionou nos anos de 2013 e 2014, tendo uma interrupção a partir de 2015, junto com a crise que se instaurou no governo Dilma Rousseff. Jefferson Lima assumiu a pasta da SNJ, em janeiro de 2016, com o objetivo de reativar o programa e reestruturá-lo com o protagonismo dos movimentos de juventude.

(O programa) estava parado. A nossa perspectiva era voltar no processo de reestruturação do plano conversando na época com alguns movimentos, resgatando alguns processos que foram feito de diálogo, de escuta, algumas resoluções das conferências mapeamento que tinha, o nosso objetivo, a gente brincava, fazer um Juventude Viva 2.0 e dar atualizada, de fato, dar potencializada no plano só que aí não foi possível pelo processo de impeachment. Mas essa era a nossa prioridade, inclusive a minha ida para o governo tinha um pouco desse objetivo, de ser jovem negro, de tratar essa falta do plano como algo prioritário reestruturar o plano e botar como algo central, tentar colocar como algo central no governo como um todo. A Conferência Nacional de Juventude tratou esse tema como prioridade novamente tanto a primeira quanto a segunda ou terceira principal demanda era a questão do genocídio da Juventude Negra (LIMA, 2017, informação verbal).

O Programa Juventude Viva possui como pontos positivos o protagonismo da juventude negra. Com base na atuação participativa, foi um programa construído na perspectiva de interseccionalidade de gênero, raça e classe, conceito de Kimberle Crenshaw (1993), apresentado na primeira seção desta tese, e principalmente por ser um programa de combate ao genocídio da juventude negra.

O diagnóstico de Jefferson Lima é que o programa não tinha rubrica contábil, dependia do dinheiro dos outros ministérios. Isso foi um dos empecilhos para que o programa não progredisse. “Um plano que não tinha estrutura financeira. Eu ouvi de um prefeito assim: ‘mas isso é uma carta de boas intenções, o que é que vocês vão me dar, como é que eu vou executar o plano aqui? A máquina do estado vai chegar aqui quando? Agora eu não tenho como reverter eu dependo do governo estadual e do governo federal que é que vocês vão trazer para a gente?’”, relata Jefferson (2017).

Como solução, ele aponta que o Programa tem que ser central nas ações governamentais, como foi o Programa Bolsa Família no primeiro governo do presidente Luiz

Inácio Lula da Silva e com continuidade no governo Dilma Rousseff. Jefferson Lima (2017) relata que: “O que fizemos com Bolsa Família foi algo prioritário que tinha o comando do presidente Lula e depois da presidenta Dilma Rousseff e que todos os mistérios (eram) obrigados a cumprir metas e que mudou de fato a vida do povo. Nós precisamos fazer isso com o Juventude Viva”.

O Juventude Viva⁵⁹ foi retomado pelo atual governo de Michel Temer, em agosto de 2017⁶⁰. No site do programa, os jovens negros, na faixa de 15 a 29 anos, continuam como público-alvo e, como foco, ainda são priorizados os municípios com maior taxa de letalidade. Não fica claro, nessa reativação, se os ministérios continuarão atuando e com quais programas, e se há uma verba específica para o programa atuar de forma mais eficiente.

3.4.2.1 Juventude Viva e Redução da Maioridade Penal como valores notícias

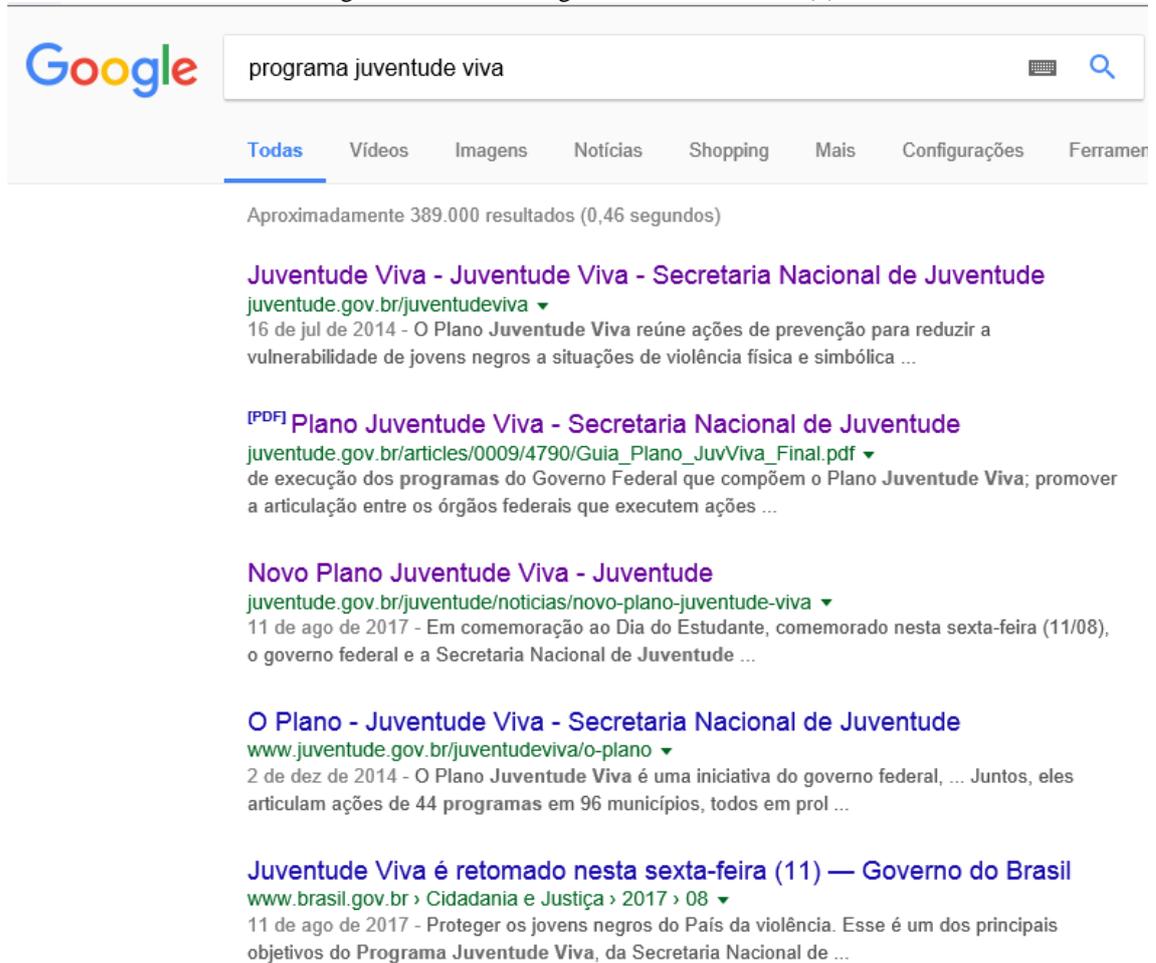
No que tange ao campo do jornalismo, em 2012, esta pesquisadora realizou uma busca no Google para verificar os valores notícias entre o Programa Juventude Viva e a redução da maioridade penal. O Programa Juventude Viva apareceu relacionado como notícia em portais de comunicação midiáticos. Os links estão ligados a portais do governo federal, instituições não governamentais, partidos políticos e blogs de opinião. Já o termo redução da maioridade penal apareceu como valor notícia em 65 links do total de 100. Naquele momento, ficou evidente a discrepância entre os critérios de noticiabilidade de redução da maioridade penal como valor notícia no jornalismo brasileiro em detrimento do Programa Juventude Viva. Para esta tese, foi realizada a mesma busca no Google no mês de novembro de 2017. A procura foi feita em “Todas”, ou seja, não foi colocado um filtro para “Notícias”, até porque a ideia é verificar em quais espaços de conteúdo aparecem em maior quantidade os termos – *Programa Juventude Viva e redução da maioridade penal*.

O Juventude Viva continua aparecendo nos links dos programas do governo federal, de instituições não governamentais, de movimentos sociais, de partidos políticos e de blogs de opinião. Em portal de notícia, o programa aparece na EBC – Empresa Brasil de Comunicação. As figuras 19 e 20, a seguir, comprovam esse comportamento.

⁵⁹ O Programa Juventude Viva foi retomado pelo governo Michel Temer em agosto de 2017, porém não há dados concretos quanto a rubrica contábil que o governo federal destinará ao programa. O plano de ações também não está disponível ao público para avaliação, desta forma, os dados disponíveis no site do programa até o mês de novembro de 2017 ainda eram referentes ao período do governo da presidenta Dilma Rousseff.

⁶⁰ Para outras informações, ver: <<http://juventude.gov.br/juventudeviva/inicial/apos-4-anos-secretaria-nacional-de-juventude-reativa-plano-juventude-viva>>. Acesso em: 5 nov. 2017.

Figura 19 – Busca Programa Juventude Viva (1)



Google 🔍

[Todas](#) [Vídeos](#) [Imagens](#) [Notícias](#) [Shopping](#) [Mais](#) [Configurações](#) [Ferramen](#)

Aproximadamente 389.000 resultados (0,46 segundos)

Juventude Viva - Juventude Viva - Secretaria Nacional de Juventude
juventude.gov.br/juventudeviva ▼
 16 de jul de 2014 - O Plano Juventude Viva reúne ações de prevenção para reduzir a vulnerabilidade de jovens negros a situações de violência física e simbólica ...

[PDF] Plano Juventude Viva - Secretaria Nacional de Juventude
juventude.gov.br/articles/0009/4790/Guia_Plano_JuvViva_Final.pdf ▼
 de execução dos programas do Governo Federal que compõem o Plano Juventude Viva; promover a articulação entre os órgãos federais que executem ações ...

Novo Plano Juventude Viva - Juventude
juventude.gov.br/juventude/noticias/novo-plano-juventude-viva ▼
 11 de ago de 2017 - Em comemoração ao Dia do Estudante, comemorado nesta sexta-feira (11/08), o governo federal e a Secretaria Nacional de Juventude ...

O Plano - Juventude Viva - Secretaria Nacional de Juventude
www.juventude.gov.br/juventudeviva/o-plano ▼
 2 de dez de 2014 - O Plano Juventude Viva é uma iniciativa do governo federal, ... Juntos, eles articulam ações de 44 programas em 96 municípios, todos em prol ...

Juventude Viva é retomado nesta sexta-feira (11) — Governo do Brasil
www.brasil.gov.br > [Cidadania e Justiça](#) > 2017 > 08 ▼
 11 de ago de 2017 - Proteger os jovens negros do País da violência. Esse é um dos principais objetivos do Programa Juventude Viva, da Secretaria Nacional de ...

Fonte: Google. Disponível em: <https://www.google.com.br/search?hl=pt-BR&rlz=1T4VSNF_pt-BRBR767BR768&biw=1186&bih=546&ei=31FFWszah4mqwgS6gIrIBw&q=programa+juventude+viva&oq=programa+juventude+&gs_l=psy-ab.1.0.016j0i22i30k114.8585.2914080.0.2915724.45.29.6.0.0.0.745.3270.0j10j2j2j6-1.16.0....0...1.1.64.psy-ab..23.22.3610.6..35i39k1j0i67k1j0i131k1j0i10k1j0i10i203k1j0i30k1j0i10i30k1j0i203k1.191.5WHMMPzIfFQ>. Acesso em: 28 dez. 2017

Figura 20 – Busca Programa Juventude Viva (2)



Google

programa juventude viva

Todas Vídeos Imagens Notícias Shopping Mais Configurações Ferramentas

Página 2 de aproximadamente 389.000 resultados (0,42 segundos)

Juventude | Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania ...
www.prefeitura.sp.gov.br > Secretarias > Direitos Humanos > Juventude ▾
 Juventude de Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura da Cidade de São Paulo. ... Coordenação de Políticas para a Juventude tem proposta habilitada para o Programa Estação Juventude 2.0 da SNJ. id jovem.

Zé Filho participa de encontro nacional e quer reativar Juventude Viva ...
<https://www.oitomeia.com.br/.../ze-filho-participa-de-encontro-nacional-e-quer-reativ...> ▾
 25 de ago de 2017 - O secretário municipal de Juventude, Zé Filho, participou, nessa ... trazer o Estação Juventude e reativar o programa Juventude Viva em ...

Juventude Viva « Evolução Hip Hop - Irdeb - Governo da Bahia
<https://www.irdeb.ba.gov.br/evolucaohiphop/?tag=juventude-viva> ▾
 Juventude Viva chega à Bahia para se unir com políticas do Estado ... pista de skate, show's, gravação do programa Evolução Hip Hop (107.5 Educadora FM), ...

Plano Juventude Viva « Evolução Hip Hop - Irdeb - Governo da Bahia
<https://www.irdeb.ba.gov.br/evolucaohiphop/?tag=plano-juventude-viva> ▾
 Efraim Neto, coordenador executivo do Plano Juventude Viva, é o entrevistado do programa Evolução Hip-Hop de hoje (09), que vai ao "AR", às 17h, na 107.5 ...

PSDB tem papel de destaque na reformulação do Plano Juventude Viva
www.psd.org.br/.../psdb-tem-papel-de-destaque-na-reformulacao-do-plano-juventude-...
 25 de abr de 2017 - A reestruturação do programa – que tem como prioridade os ... de um projeto referencial de implantação do programa Juventude Viva. "O nosso ...

Fonte: Google. Disponível em

<https://www.google.com.br/search?q=programa+juventude+viva&hl=pt-BR&rlz=1T4VSNF_pt-BRBR767BR768&ei=RF1FWtjqDoS6wATxx4pg&start=10&sa=N&biw=1536&bih=744&dpr=1.25>.

Acesso em: 28 dez. 2017

Já o termo “redução da maioria penal” aparece relacionado ao senado federal, à Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, a blog político e, já na primeira página de busca, surge relacionado aos portais Uol, R7 e Carta Capital, conforme demonstra a Figura 21.

Figura 21 – Busca pelo termo redução da maioria penal

Google

redução da maioria penal

Todas Notícias Vídeos Imagens Livros Mais Configurações Ferramentas

Aproximadamente 552.000 resultados (1,15 segundos)

7 argumentos a favor e contra a redução da maioria penal - Politize!
www.politize.com.br/reducao-da-maioridade-penal-argumentos/ ▼
 Você conhece os pontos de vista perante a redução da maioria penal? Veja argumentos contra e a favor neste post do Politize!
 Quanto custa um preso? · PEC e · Estatuto da Criança e do ...

Redução da maioria penal - examedaoab.com - JusBrasil
<https://examedaoab.jusbrasil.com.br/noticias/364174845/reducao-da-maioridade-penal> ▼
 ★★★★★ Avaliação: 4,6 - 12 votos
 A redução da maioria penal resolve o problema da delinquência juvenil no Brasil?

Reforma da maioria penal no Brasil – Wikipédia, a enciclopédia livre
https://pt.wikipedia.org/wiki/Reforma_da_maioridade_penal_no_Brasil ▼
 Ir para **Redução da maioria penal** - Os defensores da redução da maioria penal, em ... o atual Código Penal brasileiro, aprovado em 1940, ...

CCJ debate redução da maioria penal — Senado Notícias
<https://www12.senado.leg.br/noticias/.../10/.../ccj-debate-reducao-da-maioridade-pena...> ▼
 23 de out de 2017 - A redução da maioria penal voltará a ser discutida no Senado. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) marcou para esta ...

CDH vai debater redução da maioria penal - Senado Federal
<https://www12.senado.leg.br/noticias/.../cdh-vai-debater-reducao-da-maioridade-penal> ▼
 4 de out de 2017 - A redução da maioria penal e as consequências dessa alteração na legislação serão tema de debate a ser promovido pela Comissão de ...

CDH vai debater redução da maioria penal - Senado Federal
<https://www12.senado.leg.br/.../cdh-vai-debater-em-audiencia-reducao-da-maioridade...> ▼
 20 de out de 2017 - A redução da maioria penal e suas consequências serão debatidas em audiência pública interativa da Comissão de Direitos Humanos e ...

"Redução da maioria penal é mero capricho ideológico ...
<https://www.cartacapital.com.br/.../jose-gregori-reducao-da-maioridade-penal-e-mero-...> ▼
 28 de set de 2017 - De volta à pauta da Comissão de Constituição e Justiça do Senado, a redução da maioria penal será discutida nesta quarta-feira 28.

Após pressão da ONU e Direitos Humanos, votação sobre redução da ...
<https://noticias.uol.com.br/.../apos-pressao-da-onu-e-direitos-humanos-votacao-sobre-...> ▼
 27 de set de 2017 - Já defensores da redução da maioria penal, como o senador Magno Malta (PR-ES), dizem que a perspectiva de impunidade por causa da ...

Comissão do Senado deve votar redução da maioria penal ...
noticias.r7.com/.../comissao-do-senado-deve-votar-reducao-da-maioridade-penal-301... ▼
 6 dias atrás - A CCJ (Comissão de Constituição, Cidadania e Justiça) do Senado Federal deve analisar nesta quarta-feira (27) a PEC 33/2012, que trata da ...

Redução da maioria penal não é solução | Congresso em Foco
congressoemfoco.uol.com.br · Opinião · Colunistas ▼
 20 de set de 2017 - Aliás, o tema da redução da maioria penal é recorrente no Congresso Nacional e, em todas as ocasiões anteriores de projetos sobre este ...

Fonte: Google. Disponível em: <https://www.google.com.br/search?hl=pt-BR&rlz=1T4VSNF_pt-BRBR767BR768&biw=1536&bih=744&ei=q11FWrPMAyYbwATm1JKYDA&q=redu%C3%A7%C3%A3o+da+maioridade+penal&oq=reducao+da+maio&gs_l=psy-ab.1.0.0110.359655.365155.0.373694.38.22.0.0.0.889.2901.5j2j4j1j6-1.14.0..2..0...1.1.64.psy-ab..30.8.2510.6..0i22i30k1j35i39k1j0i67k1j0i131k1.188.xvXer25JIEA>. Acesso em: 28 dez. 2017

Essa busca não possui uma metodologia rígida, por meio de fundamentações teóricas e conceitos científicos, porém, é uma forma de fazer um diagnóstico dos critérios de noticiabilidade de dois assuntos que estão diretamente relacionados com o genocídio da juventude negra. É um diagnóstico apontado pela ANDI (2012), quando da sua pesquisa sobre racismo e mídia, que foi abordado no início desta seção e também apontado nas dissertações dos pesquisadores Isabel Clavelin (2011) e Rodrigo Chia (2016).

Para concluir esta seção, será apresentado outro tema muito importante que está relacionado ao genocídio da juventude negra: as Comissões Parlamentares de Inquérito na Câmara dos Deputados e no Senado Federal com foco na alta letalidade de jovens no país.

3.4.3 Comissões Parlamentares de Inquérito sobre o genocídio da juventude negra

Os altos índices de mortalidade dos jovens, apresentados anualmente pelo Mapa da Violência, e as denúncias por parte dos movimentos negros, de juventude e de mães que tiveram seus filhos assassinados ecoaram no Congresso Nacional. Em 2015, a Câmara dos Deputados e do Senado Federal instalaram CPIs para investigar as causas dos homicídios e propor projetos de lei para alterar essa realidade.

A CPI da Câmara começou primeiro do que a do Senado, mas teve menor duração, apenas 120 dias – de março a julho de 2015. Já a do Senado começa em maio de 2015 e finaliza em junho de 2016. O título da CPI da Câmara é: Comissão Parlamentar de Inquérito Homicídios de Jovens Negros e Pobres, ou seja, a Câmara opta por fazer um recorte de gênero, raça e classe, trazendo o conceito de interseccionalidade para um debate público como forma de compreensão das causas e com o objetivo de propor leis, tendo como diretriz os três recortes.

A CPI do Senado é intitulada: Comissão Parlamentar de Inquérito Assassinato de Jovens. Nota-se uma opção mais generalista na escolha do título e só é possível identificar o recorte de gênero, raça e classe ao ler o conteúdo interno do relatório. Na Câmara dos Deputados, o presidente da CPI foi o deputado federal Reginaldo Lopes – PT/MG, tendo como relatora a deputada Rosângela Gomes – PRB/RJ. Já no Senado, a senadora Lídice da Mata – PSB/BA foi designada presidenta da CPI do assassinato de jovens e o senador Lindbergh Farias – PT/RJ foi o relator da CPI.

A seguir, será apresentado como cada CPI desenvolveu os trabalhos e as consequentes resoluções.

3.4.3.1 CPI Homicídio de Jovens Negros e Pobres da Câmara dos Deputados

A CPI da Câmara opta pela interseccionalidade de gênero, raça e classe para designar o nome e, na abertura, apresenta um poema, como prefácio, da poetisa mineira Bebeth Cris intitulado – *Genocídio*. É desse lugar o ponto de partida para se entender, como apresentado na Introdução do Relatório Final, “as causas, consequências, custos sociais e econômicos da violência, morte e desaparecimento de jovens negros e pobres no Brasil” (BRASIL, 2015, p. 10).

O plano de trabalho ouviu vítimas, testemunhas e familiares que sofreram atos de violência por serem jovens e negros, representantes de organizações e movimentos sociais relacionados ao tema da CPI, atores governamentais dos três poderes e dos entes federados além de acadêmicos, cientistas sociais e estudiosos do tema. Em 4 meses, os membros da CPI viajaram e realizaram 9 audiências públicas nas seguintes capitais: Maceió/AL, Salvador/BA, Vitória/ES, Belo Horizonte/MG, Goiânia/GO, João Pessoa/PB, Rio de Janeiro/RJ, Porto Alegre/RS, e São Paulo/SP.

O diagnóstico encontrado pela CPI dialoga com os dados e os fenômenos apresentados nesta tese desde o início – o fenômeno do genocídio ocorre da concepção com o cume da morte direta desse jovem negro e pobre.

Dessa forma a CPI cumpre seu papel institucional de amplificar a voz da comunidade negra e pobre no sentido de reconhecer que existe sim um genocídio simbólico quando o Estado Brasileiro, ao longo não de alguns meses ou anos, mas durante séculos vem negando às essas pessoas os mais básicos serviços públicos (BRASIL, 2015, p. 37)⁶¹.

O reconhecimento, pela CPI, do genocídio por parte de um Estado que há séculos nega serviços públicos para a população negra demonstra que essa reivindicação histórica finalmente chega ao Congresso Nacional como forma de criar leis que revertam esse quadro. Os deputados discutiram, durante a realização dos trabalhos, temas transversais à pauta como, por exemplo: cultura da violência, insuficiência de políticas públicas nos territórios onde as pessoas negras e pobres residem, racismo, genocídio, mídia e estigma do jovem negro, atos de resistência, redução da maioria penal e proposta de criação de um Plano Nacional de Enfrentamento ao Homicídio de Jovens.

⁶¹ BRASIL. **Relatório Final Comissão Parlamentar de Inquérito Homicídios de Jovens Negros e Pobres**. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1361419>. Acesso em: 6 nov. 2017.

Quanto a esse Plano, o objetivo é reduzir os homicídios de homens, jovens, negros e pobres implantando políticas públicas nos territórios, bem similar ao programa Juventude Viva.

A CPI elaborou a proposta de projeto de lei que tem por finalidade estabelecer o Plano Nacional de Enfrentamento ao Homicídio de Jovens. Uma das principais sugestões que trazemos é a realização de um recorte racial para que as ações do plano priorizem a população negra. Além disso, vislumbramos que o Poder Executivo é o único detentor das condições para definir objetivos, metas globais e setoriais, os programas e recursos necessários, que são elementos que, de fato, caracterizam um plano. Partimos, portanto, do pressuposto que um documento denominado Plano Nacional de Enfrentamento ao Homicídio de Jovens é uma peça a ser elaborada pelo Poder Executivo, em estreita colaboração com a sociedade e os demais **Poderes**. Nesse sentido, a principal contribuição do Poder Legislativo reside em apresentar um documento de diretrizes, estas construídas a partir da ausculta dos jovens e a todos os interessados, processo que ocorreu de forma intensa durante os trabalhos da CPI. A proposta se constitui em avanço para o ordenamento jurídico nacional e foi inspirada no Plano Juventude Viva, iniciativa exitosa, já em execução pelo Governo Federal (BRASIL, 2015, p. 74)⁶².

Essa proposta virou o projeto de lei 2438/2015⁶³, cuja autoria é a CPI, tendo o deputado federal Reginaldo Lopes, PT/MG como responsável pela tramitação na Câmara. O avanço com essa proposta é que o enfrentamento ao genocídio da juventude negra passa da esfera de programa de governo e se torna uma Política de Estado, ou seja, independentemente do partido que esteja nos entes federados – municipal, estadual ou federal, todos os governantes terão de adotar medidas para a redução dos homicídios dos jovens, negros e pobres.

Outro aspecto importante a ressaltar nesta CPI, é um capítulo dedicado ao aperfeiçoamento institucional das forças de segurança pública. Entre as principais reivindicações estão as que pedem a alteração do §6º do art. 144 da Constituição Federal para as policiais e os bombeiros militares não serem Forças Auxiliares do Exército Brasileiro, mas uma única polícia estadual, extinguindo as policiais militares e guarda civil, e gerando um ciclo completo de segurança pública dentro dos estados e também a proposta de um Sistema Único de Segurança Pública.

O fato de as policias militares e de o corpo de bombeiros militares serem, atualmente, força auxiliar e reserva do Exército implica a formação de policiais e de bombeiros com doutrina castrense, ou seja, eles são preparados para o confronto e eliminação do inimigo, o que é totalmente incompatível como a função de pacificador social na repressão de delitos e com a execução de atividades de defesa civil. Dessa maneira, deve-se repensar a formação e o treinamento dos policiais, na tentativa de transformar

⁶² BRASIL. **Relatório Final Comissão Parlamentar de Inquérito Homicídios de Jovens Negros e Pobres**. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1361419>. Acesso em: 6 nov. 2017.

⁶³ Para mais informações sobre o projeto de lei, ver <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1594295>>. Acesso em: 6 nov. 2017.

radicalmente o padrão de atuação das instituições. Isso – destaca-se – sem prejuízo da hierarquia e da disciplina que devem ser inerentes a qualquer organização. Dessa maneira, esta Proposta de Emenda à Constituição, além de atender a anseios da população brasileira, pretende tornar as corporações mais próximas da sociedade e dar a elas uma formação mais voltada para a proteção da cidadania (BRASIL, 2015, p. 78).

Uma das conclusões da CPI, relacionada ao tema de segurança pública, é a eliminação dos autos de resistência por meio da aprovação do Projeto de Lei 4.471 de 2012. A CPI também conclui ser contrária à redução da maioria penal, porque vai agravar o sistema prisional brasileiro, que já é ineficaz na ressocialização das pessoas infratoras.

A CPI conclui com várias recomendações, a principal a criação do Plano Nacional de Enfrentamento ao Homicídio de Jovens, mas também a revogação do crime de desacato à autoridade, cria o Fundo Nacional de Promoção da Igualdade Racial, Superação do Racismo e Reparação de Danos, apresentada pela Comissão; atribui à Polícia Federal a apuração de crimes praticados por milícias privadas e grupos de extermínio, bem como confere à Justiça Federal a competência para o processamento e julgamento desses crimes. Proposição de autoria da CPI cria o Observatório de Combate à Discriminação Racial, Intolerância e Outras Formas de Violências no âmbito da Câmara dos Deputados e a Comissão Temporária Especial para acompanhamento do Plano Nacional de Enfrentamento ao Homicídio de Jovens, de autoria da CPI. Também foram elaboradas propostas para o Executivo Federal, além de medidas para os estados e municípios como forma de reverter a alta letalidade de jovens, negros e pobres no país.

3.4.3.2 CPI do Assassinato de Jovens do Senado Federal

Na CPI do Senado Federal, basicamente os temas relacionados à alta letalidade dos jovens negros foram os mesmos que a CPI da Câmara abordou – genocídio da juventude negra, homicídios decorrentes da ação policial e a reforma da segurança pública. As diferenças estão em um capítulo dedicado ao tráfico de drogas e aos homicídios que ocorrem dentro das unidades socioeducativas.

Sobre o tráfico de drogas, o relatório faz um levantamento histórico de como a falta de políticas públicas nos territórios de periferia e favela contribuíram para que, nos anos 1970, a comercialização de drogas começasse nesses espaços e, nas décadas de 1980 e 1990, isso se tornou um negócio organizado com hierarquia, armamento pesado e com a formação de facções que começaram disputas entre si para ocuparem mais territórios.

Nos anos 1990, o crime organizado se reproduz em grupos rivais organizados que passam a disputar os pontos de venda e as comunidades. A “Guerra às Drogas” passa a ser o mote da atuação da polícia. Mais e mais as organizações criminosas se munem de armamentos pesados, passando a recrutar meninos das favelas, tornando a vida nessas comunidades cada vez mais violenta. De seu lado a polícia institucionaliza a relação com a favela nos moldes de uma verdadeira guerra, com um forte apoio midiático, sobretudo dos programas televisivos de maior apelo à violência. Reforçava-se assim o já presente estigma de comunidades perigosas para as quais o Estado deveria agir sempre com pulso firme e estratégia bélica (BRASIL, 2016, p. 68)⁶⁴.

O relatório destaca que esse fenômeno de ocupação dos territórios começa no Rio de Janeiro, mas se prolifera para outras capitais brasileiras, seguindo a mesma lógica – bairros periféricos, população pobre e majoritariamente negra, ausência do Estado, ocupação do crime organizado e atuação da polícia por meio da “Guerra as Drogas”. Essa guerra que justifica as mortes dos criminosos contribui também para as estatísticas do aumento de homicídios entre jovens, pobres e negros.

A Guerra às Drogas proporcionou uma cisão importante no tecido social das cidades. De um lado, constata-se a omissão do Estado, que apresenta a violência coercitiva como sua principal face de intervenção nas favelas, que faz com que os residentes prefiram mesmo a ausência do Estado. Isso fortalece a presença do tráfico como poder paralelo que organiza a vida da comunidade (BRASIL, 2016, p. 71)⁶⁵.

Outro dado importante que a CPI do Senado apresenta são as mortes de adolescentes dentro do sistema socioeducativo. Dados obtidos pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, do ano de 2013, apontam um total de 29 óbitos em todo o território nacional, ou seja, morrem pelo menos 2 jovens por mês nas unidades socioeducativas.

Os adolescentes sob custódia do Estado morrem por diferentes fatores, sendo o mais comum deles descrito como “conflito interpessoal” (17 adolescentes ao longo do ano, ou seja, 59% do total). Em seguida, vem conflito generalizado (17%) e um número estarecedor de suicídios dentro das unidades do sistema: 14% (BRASIL, 2016, p. 81)⁶⁶.

As mortes são um cume de um processo que não respeita o Estatuto da Criança e do Adolescente e muito menos os Direitos Humanos. A CPI do Senado Federal utilizou dados da Rede Nacional de Defesa do Adolescente em Conflito com a Lei – RENADE – que visitou várias unidades educativas em todo o país. Ao se verificarem questões relacionadas à infraestrutura, atendimento pedagógico e psicológico e direitos fundamentais relacionados à vida e à dignidade humana, identificaram-se várias irregularidades.

⁶⁴ BRASIL. **Relatório da CPI de Assassinato de Jovens**. Brasília: Senado Federal, 2016.

⁶⁵ Idem

⁶⁶ Ibidem.

Foram visitados locais muito sujos e insalubres e de odores intragáveis vindo das celas, como foi o caso do CIAD em Natal-RN. Aliás, a sujeira no geral das unidades de internação no RN é algo que chamou atenção, havendo muitos meninos no sistema com escabiose e a sarna. A sujeira parece se repetir nessas localidades a ponto de se observar muitos adolescentes com doenças de pele. Foram reiterados os relatos de ratos e baratas convivendo nos alojamentos juntos com os meninos e meninas (BRASIL, 2016, p. 84)⁶⁷.

Condições insalubres, torturas, espancamentos, conflitos entre adolescentes e funcionários, punição física como forma de coerção são fenômenos que ocorrem em todas as unidades socioeducativas do país, segundo o relatório da CPI. Nesse sentido, dados da Sinase apontam que 57,41% dos que cumprem medida socioeducativa são pretos e pardos, ou seja, são negros. A maioria dos crimes cometidos é roubo (42%), seguido pelo tráfico (24,81%) e em terceiro homicídio (9,23%) (BRASIL, 2016, p. 80).

Retomando a frase do promotor Anderson Andrade, que disse que “o sistema socioeducativo são minipresídios”, o relatório corrobora essa tese ao afirmar:

O relato dos/as adolescentes confirma que as unidades de internação em grande parte do Brasil não vêm cumprindo com seus objetivos pedagógicos e socioeducativos, muito pelo contrário, vem sendo locais onde se morre e se aprende a matar, se torna traficante, aprende muito mais sobre crimes com os irmãos, para sair e continuar na atividade só que mais experiente. Ensina a apanhar mais que a educar (BRASIL, 2016, p. 88)⁶⁸.

Tráfico de drogas, internação para medida socioeducativa, assassinato, essa foi a trajetória percorrida por Matheus Maciel, irmão de Claudia, que abriu esta seção. Nesta tese, Claudia representa as mães dos jovens negros e pobres que seguem esse percurso. Dar visibilidade às mães e à vida desses jovens foi outro diferencial entre a CPI da Câmara e do Senado Federal.

Na introdução do relatório, as mães das vítimas são reconhecidas como mulheres que transformam o luto em luta. Elas criam movimentos, associações, buscam a justiça para honrar a memória dos seus filhos. Assim como Claudia Maciel, são elas que sofrem ao saber da morte, que vão reconhecer o corpo, fazer o enterro e ainda procurar forças para entender o porquê de o filho ter sido assassinado.

A CPI ouviu 21 mães, de vários locais do país e incluiu a história desses 21 jovens. Esse ato de narrar a vida desses adolescentes é uma estratégia de humanização, que muitas vezes, não é retratada de forma digna nos jornais brasileiros. A estratégia de divulgar a notícia

⁶⁷ Renade in Relatório da CPI de Assassinato de Jovens. Brasília: Senado Federal, 2016.

⁶⁸ Renade in Relatório da CPI de Assassinato de Jovens. Brasília: Senado Federal, 2016.

de mais uma morte, ou chacina, invisibiliza e perpetua a desumanização desse jovem, pobre e negro. É o racismo atuando mais uma vez para não discutir um problema muito sério e urgente para o país.

Uma das mães ouvidas na CPI foi Débora Maria da Silva, mãe de Edson Rogério da Silva⁶⁹, assassinado em maio de 2006, pela polícia paulista, como forma de retaliação aos ataques do PCC que ocorreram naquele mês. Depois da morte do filho, Débora Dias⁷⁰ criou o Movimento Mães de Maio⁷¹, com o objetivo de esclarecer a morte dos 450 jovens que morreram entre 12 e 20 de maio de 2006.

A atuação de Débora Dias é reconhecida nacional e internacionalmente. Ela foi ouvida na CPI da Câmara dos Deputados, no Senado, durante o desenvolvimento do projeto de lei 2438/2015, da Câmara para a criação do Plano Nacional do Homicídio de Jovens e tem viajado para os Estados Unidos onde está estabelecendo um diálogo com o movimento Black Lives Matter⁷².

A CPI do Senado também propõe, seguindo a proposta da Câmara dos Deputados, um Plano Nacional de Enfrentamento ao Homicídio de Jovens e se propõe a denunciar esse fenômeno para organismos internacionais como a Organização dos Estados Americanos e o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas.

3.5 A TESSITURA ENTRE JORNALISMO, VIOLÊNCIA E RACISMO

Esta seção capítulo iniciou com a narrativa de Cláudia Maciel sobre o homicídio do irmão, Matheus Maciel e como a imprensa se relaciona com a morte desse adolescente. A partir

⁶⁹ Relato de Débora Dias à CPI do Senado sobre o dia que Edson foi assassinado. “No dia 10, Édson teve a boca operada. Ele extraiu um dente, o siso, e estava de atestado médico, mas trabalhou mesmo assim. Ele era um gari havia sete anos, numa empresa de coleta urbana que prestava serviço à Prefeitura de Santos. Nesse dia, ele arrancou o dente, foi em casa depois da operação, comemorar o aniversário da mãe. Mesmo de atestado médico, Édson saiu do aniversário da mãe para ir trabalhar. Às dez horas da noite, mesmo sob o toque de recolher, Édson foi à casa da mãe, em busca da amoxicilina que estava tomando, ainda pela cirurgia no dente que havia feito dias antes. No caminho de volta para casa, a gasolina da moto dele acabou. De acordo com depoimento do frentista do posto de gasolina, quando Édson chegou ao posto, já havia duas viaturas. Os policiais abordaram Édson dando tapa na cara, pontapé. Depois, a viatura liberou Édson. Mas ele foi seguido e assassinado. Édson levava o contracheque do mês no bolso, como trabalhador que era. Até mesmo durante o enterro de Édson havia um carro preto que não saiu da frente do cemitério. A família relata que viaturas passavam “cantando pneu”.

⁷⁰ Durante esta pesquisa, a pesquisadora tentou entrevistar Débora Dias algumas vezes. Nós conseguimos contato por telefone em maio de 2017. Na ocasião, ela narrou a forma como o filho foi assassinado e combinamos de eu ir até a baixada santista para entrevistá-la pessoalmente, mas não foi possível. Encaminhei um questionário por e-mail, mas Débora não conseguiu respondê-lo.

⁷¹ Para mais informações, ver <<http://maesdemaio.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 7 nov. 2017.

⁷² Movimento que surge nos Estados Unidos, a partir de 2012, que visibiliza a morte de jovens, negros, estadunidense pela polícia e que será tratado de forma mais aprofundada no terceiro capítulo desta tese.

disto, foram apresentados os estudos do jornalismo e racismo da ANDI (2012), além dos trabalhos de pesquisadores como Isabel Clavelin (2011) e Rodrigo Chia (2016) com o objetivo de fazer um levantamento do estado da arte sobre estudos entre jornalismo e racismo, e também sobre a redução da maioria penal.

Além das pesquisas realizadas, esta seção também trouxe temas relacionados diretamente ao genocídio da juventude negra, como a redução da maioria penal, o Plano Juventude Viva e as CPIs da Câmara dos Deputados e do Senado. Esses assuntos entram no corpo desta tese, porque são palavras-chaves, ao lado dos autos de resistência, para o desenvolvimento da pesquisa empírica que esta tese desenvolveu e aplicou em relação ao jornal *Folha de S. Paulo*, como forma de verificar a problemática desta pesquisa: quais fontes são ouvidas na construção dessas notícias? É possível verificar uma pluralidade de vozes nas narrativas?

Como se trata de um trabalho comparativo, na seção seguinte será apresentado o cenário estadunidense sobre o mesmo fenômeno – genocídio da juventude negra – para, a partir disso, poder ser feito o estudo de caso entre a cobertura do caso de Cabula e de Ferguson nos jornais *Folha de S. Paulo* e *The New York Times*, respectivamente.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa fez uma análise de enquadramento dos autos de resistência no jornal *Folha de S. Paulo* para verificar se há interseccionalidade de gênero, raça e classe nas notícias que citam os autos de resistência. Este estudo partiu da hipótese de que o enquadramento da *Folha de S. Paulo* não relaciona as notícias sobre os autos de resistência com a alta letalidade de jovens negros que aparecem nos dados do Mapa da Violência (2016), inclusão essa que permitiria entender de forma contextualizada o fenômeno do genocídio da juventude negra na cobertura jornalística. Foi realizada uma análise de conteúdo de notícias no período de janeiro de 2003 a julho de 2017. No total foram coletadas 133 notícias, dentre as quais 132 citaram os autos de resistência, 17 apenas citaram a raça, e apenas 5,3% das notícias citou a questão de classe. Nenhuma das notícias da *Folha de S. Paulo* sobre os autos de resistência relacionou esta questão com o fenômeno do genocídio da juventude negra. As CPIs da Câmara dos Deputados (2015) e do Senado (2016), que investigaram a alta letalidade dos jovens negros no Brasil, também não foram citadas. Também não houve nenhuma notícia que relacionou os autos de resistência com a redução da maioria penal. A conclusão é que a *Folha de S. Paulo* faz um enquadramento episódico da cobertura: dentre 99 notícias, apenas 35 apresentam um enquadramento temático, ou seja, a cobertura não relaciona os autos de resistência com o genocídio dos jovens negros e os temas correlatos.

A pesquisa de doutoramento teve como **Objetivo Geral** fazer uma análise de enquadramento dos autos de resistência no jornal impresso *Folha de S. Paulo*. Segundo Bezerra (2014), autos de resistência são ocorrências que registram civis mortos em abordagens policiais, nas quais houve resistência seguida de morte, ou, simplesmente, autos de resistência. Partimos da **hipótese** de que o enquadramento da *Folha de S. Paulo* não relaciona as notícias sobre os autos de resistência (jovens mortos em confronto com a polícia) com os dados do Mapa da Violência (WAISELFISZ, 2016), inclusão essa que permitiria entender de forma contextualizada o fenômeno do genocídio da juventude negra.

Tendo como problema social a alta letalidade de jovens no Brasil (WAISELFISZ, 2016), em especial, os negros, sendo esse fenômeno denominado pelos movimentos sociais negros e de juventude como genocídio da juventude negra, esta pesquisa propôs como **objetivos específicos** i) fazer uma análise comparativa da cobertura jornalística da morte de Michael Brown, em Ferguson Missouri, EUA e a Chacina de Cabula, Salvador, BA, Brasil nos jornais *The New York Times* e *Folha de S. Paulo*; ii) entender os processos de *advocacy* de atores

sociais para verificar se há relação entre o enquadramento praticado pela *Folha* e as ações efetuadas por estes atores sociais.

Para alcançar esses objetivos, o percurso metodológico percorreu 4 etapas, quais sejam:

a) análise sócio-histórica: na qual relatamos a alta letalidade dos jovens negros apresentada no Mapa da Violência (WAISELFISZ, 2016), bem como revisão teórica sobre estudos que relacionaram racismo e jornalismo;

b) estudo comparativo e análise de enquadramento: divididos em dois momentos, na primeira etapa, fizemos uma análise de enquadramento da cobertura da morte de Michael Brown, em Ferguson, nos jornais *The New York Times* e *Folha de S. Paulo* e comparamos com a Chacina de Cabula, no jornal *Folha de S. Paulo*; e o segundo momento foi a análise de enquadramento dos dados quantitativos sobre os autos de resistência no jornal *Folha de S. Paulo*;

c) realização de entrevistas: nesta etapa 9 atores sociais ligados aos temas juventude, racismo, segurança pública e racismo foram entrevistados: Anderson Andrade (promotor público); Artur Araújo (bancário); Jefferson Lima (historiador); Gabriel Sampaio (advogado); Mário Theodoro (economista); Rodrigo Chia (jornalista); Reynaldo Turollo Junior (jornalista); Cláudia Maciel (jornalista); e Bernardo Monteiro (estudante);

d) identificação de práticas de *accountability*, *responsiveness* e *advocacy*: nesta etapa, o objetivo foi fazer uma triangulação entre os conceitos *accountability*, *responsiveness* e *advocacy* com os resultados encontrados nas análises da *Folha de S. Paulo* e as falas dos entrevistados.

A alta letalidade de jovens negros é um reflexo da sobreposição de vulnerabilidades – gênero, raça e classe – denominado por Kimberlé Crenshaw (1993) como interseccionalidade, resultante de um fenômeno histórico e dos processos de construção social do Brasil e dos Estados Unidos.

Tendo como parâmetro o Brasil, o Mapa da Violência (WAISELFISZ, 2016) registrou a morte de 30 mil jovens negros. No período de 10 anos, morreram mais de 300 mil jovens negros. Os movimentos sociais – com o protagonismo do movimento de juventude negra e das mães – tem denunciado que há um genocídio, ratificado nas entrevistas dos atores sociais relacionados ao poder público Anderson Andrade (promotor público), Artur Araújo (bancário), Jefferson Lima (historiador), Gabriel Sampaio (advogado), Mário Theodoro (economista) apresentadas na seção 6.

Ademais, o governo federal (BRASIL, 2014) criou uma política pública no ano de 2012 – o Plano Juventude Viva – como um plano de prevenção à violência contra a juventude negra para combater as causas desse fenômeno e criar condições para sua superação para reduzir esses números. O legislativo criou duas CPIs – Comissões Parlamentares de Inquérito – sobre homicídio de jovens no Brasil. A Câmara dos Deputados (2016) denominou como Homicídios de Jovens Negros e Pobres e a do Senado (2016) foi intitulada - Assassinato de Jovens. Os dois relatórios denunciam o genocídio da juventude negra. Essas ações do Executivo e do Legislativo foram interpretas por meio dos conceitos de *accountability* e *responsiveness* dos autores Levine e Molina (2011).

Nesse processo, a *Folha de S. Paulo*, importante jornal de circulação nacional, ao noticiar os autos de resistência e não relacionar a sobreposição de gênero, raça e classe com a morte desses jovens reduz o fenômeno como um evento episódico e não dentro de um processo amplo e complexo e como consequência do racismo. Chegamos a essa conclusão após coletar notícias do jornal *Folha de S. Paulo* sobre os autos de resistência do período de 2003 ao primeiro semestre de 2017. Foram 133 notícias coletadas e a predominância do enquadramento episódico – 99 notícias e 35 com enquadramento temático. Na cobertura dos protestos de Ferguson (Missouri, Estados Unidos), e da Chacina de Cabula (Salvador, Bahia, Brasil), chegamos à conclusão de que o veículo deu um enquadramento **episódico**. No caso do Brasil, a cobertura episódica da Chacina de Cabula não estabelece uma contextualização geral com outros temas diretamente relacionados com o tema – os autos de resistência, a redução da maioria penal, o genocídio da juventude negra e as CPIs do Senado (2016) e da Câmara dos Deputados (2015).

Há um reconhecimento do jornal *Folha de S. Paulo* de que o Brasil sofre com as consequências perniciosas do racismo, o que a dissertação de Clavelin (2011) já havia apontado e a própria FSP reconhece no editorial Estados Unidos contra o racismo – publicado em 16 de agosto de 2014 sobre os protestos em Ferguson. Nos Estados Unidos, a pauta racial é um tema da agenda social do país. O processo histórico daquele país fez com que as pessoas reivindicassem que essa pauta entrasse na agenda pública. No Brasil, o processo é outro. O mito da democracia racial impediu que o racismo e as violências geradas por esse fenômeno fossem discutidos junto à opinião pública. O trabalho de *advocacy* dos movimentos sociais negros está repercutindo nas pesquisas acadêmicas e nas políticas públicas, mas ainda falta alcançar a sensibilização.

Em entrevista com o repórter Reynaldo Turollo Junior (2017), percebe-se um cuidado em ouvir atores sociais como a Anistia Internacional nas pautas relacionadas à morte de jovens negros. Outras fontes relacionadas aos Direitos Humanos também são ouvidas. Apesar disso, é preciso aprimorar as estratégias para enfrentar o fenômeno de 300 mil mortes em 10 anos. O enquadramento episódico noticia um fato. O enquadramento temático, por outro lado, além de conscientizar em um contexto mais amplo, poderia gerar a sensibilização social.

Essa sensibilização, **se viesse** por meio de um enquadramento **temático** – o que não localizamos na pesquisa – poderia aparecer retratando a história do Bernardo Monteiro (MONTEIRO, 2017), nosso entrevistado, que cresceu em um espaço sem políticas públicas como escola, infraestrutura e espaços de lazer, tendo de conviver com a violência na família e na escola. Ademais, viu amigos sendo assassinados, presos e na condição de subemprego. É importante, nesse contexto, problematizar o que não deu certo para o Bernardo e o triplo esforço que ele teve de fazer para superar as barreiras do racismo, da pobreza, e ainda da homofobia, já que ele é um rapaz gay.

Poderia sensibilizar veiculando a história das mães que perderam os filhos. Humanizar o negro, como disse Mário Theodoro (THEODORO, 2017), nosso entrevistado, narrando a história de pessoas como Claudia Maciel (MACIEL, 2017), nossa entrevistada, e do irmão Matheus Maciel. É importante acompanhar a narrativa de mulheres que começam a sofrer quando veem o filho usando drogas, depois no tráfico e, por fim, sendo presos. Primeira prisão. Segunda prisão. Tudo isso gera um sofrimento psíquico, uma angústia, um quadro de depressão que culmina quando esses jovens são assassinados. A mãe perde o filho. A namorada fica viúva. O filho fica órfão. E este filho pode ter o mesmo destino do pai, 15 ou 20 anos depois.

A interseccionalidade de gênero, raça e classe, em um país racista e desigual, perpetua esse fenômeno de geração em geração. Por isso, a importância de realizar um estudo comparativo entre Brasil e Estados Unidos. Por mais que sejam processos históricos diferentes, a consequência do racismo é a mesma – violência policial, estereótipos e estigmas sobre o jovem negro, prisões e assassinatos. Ferguson é Cabula, Cabula é Ferguson, poderíamos dizer, em um primeiro momento; porém, os processos de *advocacy* dos movimentos sociais dos dois lugares utilizam estratégias diferentes, assim como a *responsiveness* dos governos é diferente. Por essa razão, a forma de cobrança, por meio de *accountability* deve ser tão incisiva da mesma proporção do racismo sofrido.

A comparação com *The New York Times* aponta que a *Folha de S. Paulo* precisa ampliar a pluralidade de vozes. A cobertura de segurança pública não pode ser apenas ouvir

governador, secretário de segurança pública, policial e finalizar colocando os dados estatísticos. Turolo Junior (2017), nosso entrevistado, afirma que “o problema do jornalismo não é o tanto que você escreve de texto, é o tanto que você apura”. As apurações precisam ser aprimoradas e pensar o tema de segurança com uma maior pluralidade de vozes impacta diretamente na cobertura sobre a alta letalidade de jovens negros.

Quanto às práticas jornalísticas, partindo da *Folha de S. Paulo*, jornal analisado nesta pesquisa, mas também para os outros jornais, recomendam-se cursos para os jornalistas sobre gênero e raça. Políticas de ações afirmativas nos processos de trainee e para contratação de jornalistas a fim de ampliar a representação negra nas redações. Nosso entrevistado, Turolo Junior (2017), jornalista da *Folha de S. Paulo*, ressalta que o jornal tem um público classe A e B. Por conseguinte, “é mais provável que a gente cubra episódios de violência na zona oeste de São Paulo e alguns setores da zona Sul e também no centro”. Entretanto, o jovem negro e pobre que está morrendo mora na periferia. Desse modo, para mudar o enquadramento de episódico para o temático, é preciso ter nas redações pessoas que sejam jovens, negras e pobres a fim de relacionar a violência que ocorre nas periferias com um fenômeno maior e mais complexo. Muitas vezes, o fato de a violência central ser menor está diretamente relacionado a fatores de classe, gênero e raça.

*The New York Times*¹³³, na sua página, elogia a diversidade como forma de crescer em diversidade e pensamento. São as diferentes formas de origem, experiências e perspectivas que podem capturar uma multidão de vozes. Também podemos considerar, por fim, que em uma situação em que, no futuro, os próprios jornalistas da *Folha de S. Paulo* possuam um caráter de diversidade, ou seja, sejam profissionais que vivenciem a interseccionalidade de raça (ser jornalista negro), de gênero (ser jornalista mulher) e de renda (ser jornalista que viveu uma história familiar de baixa renda), sejam também fatores que possam ajudar a construir um enfoque do enquadramento do genocídio da juventude negra de uma perspectiva de enquadramento temático (contextual) e não tão somente episódico.

Tal consideração sobre o perfil de interseccionalidade de raça, gênero e de classe dos jornalistas, de nenhum modo, exclui todos os demais fatores que foram elencados como interferentes ao processo de construção do enquadramento do genocídio de jovens negros no

¹³³ The New York Times Diversity - Great organizations thrive and grow on a diversity of thought and ideas. The Times's statement of values calls for us to embrace diversity and inclusion. These factors require that we report on our diverse cities, nation and world, with perception and insight. Only by having a staff as wide as it is deep, broad in perspective, backgrounds and experiences are we able to capture the multitude of voices of America and the world, with true fidelity. Disponível em: <<https://www.nytc.com/who-we-are/culture/diversity/>>. Acesso em: 18 nov. 2017.

Brasil, a saber: as disputas entre os poderes legislativo sobre a denominação do fenômeno (BRASIL, 2015, 2016), os múltiplos fatores sócio-históricos que desenham o quadro de desigualdade no Brasil, desigualdade essa que tem uma interseccionalidade de gênero, raça e classe (CRENSHAW, 1993); o desenho social da violência que contingencia os jovens negros brasileiros (WAISELFISZ, 2016); o posicionamento dos que defendem o fim dos autos de violência (SAMPAIO, 2017), documentos que registrem o perfil racial dos jovens vítimas fatais em confrontos com a polícia (TUROLLO JUNIOR, 2017); as rotinas produtivas dos jornalistas, o que dificulta, na cobertura factual, uma abordagem não episódica do fenômeno (TUROLLO JUNIOR, 2017; CHIA, 2017); o contexto sócio-histórico vivenciado por jovens e familiares de jovens negros (MONTEIRO, 2017; MACIEL, 2017) e as políticas governamentais (BRASIL, 2014, MONTEIRO, 2017), ou seja, todo um trabalho de *advocacy* (COHEN; VEJA; WATSON, 2001) que cobre um *responsiveness* (LEVINE; MOLINA, 2011) do Estado por meio de *accountability* (LEVINE; MOLINA, 2011).

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA IBGE. **IBGE divulga as estimativas populacionais dos municípios para 2017**. 31 ago. 2017. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2013-agencia-de-noticias/releases/16131-ibge-divulga-as-estimativas-populacionais-dos-municipios-para-2017.html>>. Acesso em: 23 nov. 2017.

ALSINA, Miquel Rodrigo. **A construção da notícia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

ANDI. **Imprensa e Racismo** – uma análise das tendências da cobertura jornalística. Brasília: Fundação Ford e da Fundação W. K. Kellogg, 2012. Disponível em: <<http://www.andi.org.br/publicacao/imprensa-e-racismo>>. Acesso em: 31 out. 2017.

ANDRADE, Anderson. **Anderson Andrade**: entrevista [15 maio 2017]. Entrevistadora: Kelly Quirino. Brasília, 2017. Entrevista concedida para esta pesquisa.

ANISTIA INTERNACIONAL. **Campanha Jovem Negro Vivo comemora três anos de mobilização, resistência e luta**. 9 nov. 2017. Disponível em: <<https://anistia.org.br/noticias/campanha-jovem-negro-vivo-comemora-tres-anos-de-mobilizacao-resistencia-e-luta/>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

ARAÚJO, Artur. **Arthur Araújo**: entrevista [20 jun. 2017]. Entrevistadora: Kelly Quirino. Brasília, 2017. Entrevista concedida para esta pesquisa.

BARROS NETO, Neto. Governo quer mudar registro para morte em confronto com a polícia. **Folha de S. Paulo**. 4 out. 2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2012/10/1163579-governo-quer-mudar-registro-para-morte-em-confronto-com-a-policia.shtml>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

BEZERRA, Thays Alves. **Autos de resistência e violência policial**: estratégias utilizadas para negar a violência institucional no registro das mortes dos acusados na guerra contra as drogas em duas capitais brasileiras, Curitiba e Salvador. 2014. 99f. (Monografia) – Universidade de Brasília, Faculdade de Direito, Brasília, 2014.

BLACK LIVES MATTER. **Herstory**. Disponível em: <<https://blacklivesmatter.com/about/herstory/>>. Acesso em: 8 nov. 2017.

BOCATO, Vinicius. Razões para não reduzir a maioria penal. **Revista Fórum**, 2013. Disponível em: <<http://revistaforum.com.br/blog/2013/04/razoes-para-nao-reduzir-a-maioridade-penal/>>. Acesso em: 15 maio 2013.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. Anistia Internacional. **Jovem negro vivo**. 2014b. Disponível em <<https://anistia.org.br/campanhas/jovemnegrovivo/>>. Acesso em: 23 out. 2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Comissão Parlamentar de Inquérito Homicídios de Jovens Negros e Pobres**. Brasília: Câmara, 2015.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Levantamento anual Sinase**. 2014c. Brasília: MDH, 2014. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/noticias/pdf/levantamento-sinase-2014>>. Acesso em: 2 nov. 2017.

BRASIL. **Relatório da CPI de Assassinato de Jovens**. Brasília: Senado Federal, 2016.

BRASIL. **Relatório Final Comissão Parlamentar de Inquérito Homicídios de Jovens Negros e Pobres**. 2015. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1361419>. Acesso em: 6 nov. 2017.

BRASIL. Secretaria-Geral da Presidência da República. Secretaria Nacional de Juventude. **Plano Juventude Viva** – guia de implementação para estados e municípios: Brasília: SNJ, 2014a.

BRASIL. Senado Federal. **Comissão Parlamentar de Inquérito Assassinato de Jovens**. Brasília: Senado Federal, 2016.

BRESSAN, Marina S.; VELLA, Leticia Ueda. PL 219/2013 – a ilusão punitivista na (des)construção de um sistema socioeducativo no Brasil. **Justificando**. 22 maio 2017. Disponível em: <<http://justificando.cartacapital.com.br/2017/05/22/pl-2192013-ilusao-punitivista-na-desconstrucao-de-um-sistema-socioeducativo-no-brasil/>>. Acesso em: 2 nov. 2017.

BRITO, Maíra de Deus. A música diaspórica de Luedji Luna. **Revista Seca**, 31 out. 2017. Disponível em: <<http://revistaseca.com/musica/a-musica-diasporica-de-luedji-luna/>>. Acesso em: 14 nov. 2017.

CERQUEIRA, Daniel; MOURA, Rodrigo Leandro. **Custo da Juventude Perdida no Brasil**. Brasília: IPEA, 2013. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/artigo/13/custo-da-juventude-perdida-no-brasil>>

CERQUEIRA, Daniel; MOURA, Rodrigo Leandro. **Custo da Juventude Perdida no Brasil**. Brasília: IPEA, 2013. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/artigo/13/custo-da-juventude-perdida-no-brasil>>. Acesso em: 2 nov. 2017.

CHIA, Rodrigo King Lon. **Eles sabem o que fazem**: o discurso da redução da maioria penal nos meios de comunicação. 2016. 74f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Instituto Brasiliense de Direito Público, Brasília, 2016.

CHIA, Rodrigo. **Rodrigo Chia**: entrevista [17 maio 2017]. Entrevistadora: Kelly Quirino. Brasília, 2017. Entrevista concedida para esta pesquisa.

CLAVELIN, Isabel Cristina Rosa. **Racismo em pauta**: a pluralidade confrontada no noticiário da Folha de S. Paulo na década de 2000. 2011. 240f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

COHEN, David; VEGA, Rosa de la; WATSON, Gabrielle. **Advocacy for social justice**: a global action and reflection guide. Oxfam: Kumarian, 2001.

CONCEIÇÃO, Fernando. **Mídia e Etnicidades**: no Brasil e nos Estados Unidos. São Paulo: Livro Pronto, 2005.

CRENSHAW, Kimberle. **Mapping the margins**: interseccionalidade, identidade política, and violence against women of color: Los Angeles: Stanford, 1993.

EXAME. “NYT” **sobe para 2º lugar no mercado de imprensa americano**. 30 abr. 2013. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/mundo/nyt-sobe-para-segundo-lugar-no-fragil-mercado-de-imprensa-americano/>>. Acesso em: 14 nov. 2017.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Tradução de José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FOLHA DE S. PAULO. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/conheca/linha_editorial.shtml>. Acesso em: 14 nov. 2017.

GALTUNG, Johan. Violence, peace and peace research. Journal of peace research, Sage Publications, Oslo, 1968. Disponível em: <<http://academic.regis.edu/bplumley/Galtung1969JPRViolencePeacePeaceResearch.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2017.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Florianópolis: Insular, 2012.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de Negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GROSGOUEL, Ramon. Descolonizar as esquerdas ocidentalizadas: para além das esquerdas eurocêntricas rumo a uma esquerda transmoderna descolonial. **Revista Contemporânea**, v. 2, p. 337-362, jul.-dez. 2012.

IYENGAR, Shanto. **Is anyone responsible?** How television frames political issues. Chicago: University of Chicago, 1991.

LEITÃO, Miriam. Imprensa e Racismo. In: RAMOS, S. (Org). **Mídia e Racismo**. Rio de Janeiro: Pallas, 2007.

LEVINE, Daniel H.; MOLINA, José E. **The quality of democracy in Latin America**. Colorado: Lynne Publishers, 2011.

LIMA, Jeferson. **Jeferson Lima**: entrevista [6 jul.2017]. Entrevistadora: Kelly Quirino. Brasília, 2017. Entrevista concedida para esta pesquisa.

MACIEL, Cláudia. **Cláudia Maciel**: entrevista [6 jun. 2017]. Entrevistadora: Kelly Quirino. Brasília, 2017. Entrevista concedida para esta pesquisa.

MONTEIRO, Bernardo. **Bernardo Monteiro**: entrevista [15 jul. 2017]. Entrevistadora: Kelly Quirino. Brasília, 2017. Entrevista concedida para esta pesquisa.

MOTTA, Luiz Gonzaga. O imaginário: em busca de uma síntese entre o ideológico e o simbólico na análise da dinâmica sociocultural latino-americana. **Revista de Economia Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación**, v. 6, n. 3, set.-dez. 2002.

MUNANGA, Kabengele. **O negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global, 2005.

MV BILL. **Soldado do morro**. Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/mv-bill/68014/>>. Acesso em: 18 nov. 2017.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

PESSANHA, Juliana Longo Braz. **Redução da maioria penal**: esse é o caminho? Rio de Janeiro: EMERJE, 2009.

PORTO, Mauro Pereira. Enquadramento da Mídia e Política. In: RUBIMA, Antonio Albino Canelas (Org.). **Comunicação e política**: conceitos e abordagens. Salvador: Edufba, 2004.

PORTO, Mauro Pereira. **Media Power and democratization in Brazil**: TV Globo and the dilemmas of political accountability. New York: Routledge, 2012.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, set. 2005. p. 227-278.

QUIRINO, Kelly. Morte e Silêncio: o racismo e o não dito no jornalismo quando se aborda se aborda o genocídio da juventude negra. Congresso Mejor, 2015. **Anais...** Disponível em: <http://mejor2015.sites.ufsc.br/?page_id=411/>. Acesso em: 17 nov. 2017.

RAMOS, Paulo César. **Contrariando a estatística**: a tematização dos homicídios pelos jovens negros no Brasil. 2014. 186f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.

RAMOS, Silvia (Org.). **Mídia e Racismo**. Rio de Janeiro: Pallas, 2007.

RAMOS, Silvia; PAIVA, Anabela. **Mídia e Violência**: o desafio brasileiro na cobertura sobre violência, criminalidade e segurança pública. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

RUY, José Carlos. **Strange Fruit**: a fruta amarga do racismo. Disponível em: <<http://www.vermelho.org.br/noticia/192699-11>>. Acesso em: 18 nov. 2017.

SAMPAIO, Gabriel. **Gabriel Sampaio**: entrevista [5 jun. 2017]. Entrevistadora: Kelly Quirino. Brasília, 2017. Entrevista concedida para esta pesquisa.

SANKIEVICZ, Alexandre. **Breve análise sobre a redução da maioria penal como alternativa para a diminuição da violência juvenil**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2007. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/1201/breve_analise_sankievicz.pdf?sequence=1>. Acesso em: 2 fev. 2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa. “Entre Próspero e Caliban. Colonialismo, Pós-colonialismo e interidentidade”. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 66, p. 24-29, jul. 2003.

SILVA, Benedita. Invisibilidade como instrumento de exclusão. RAMOS, Silvia (Org.). **Mídia e Racismo**. Rio de Janeiro: Pallas, 2007.

THEODORO, Mário. **Mário Theodoro**: entrevista [2 jun. 2017]. Entrevistadora: Kelly Quirino. Brasília, 2017. Entrevista concedida para esta pesquisa.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**: porque as notícias são como são. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005. v. 1.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**: uma comunidade interpretativa transnacional. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2008. v. 2.

TUROLLO JUNIOR, Reynaldo. **Reynaldo Turollo Junior**: entrevista [26 set. 2017]. Entrevistadora: Kelly Quirino. Brasília, 2017. Entrevista concedida para esta pesquisa.

VARGAS, João H. C. **Catching hell in the city of angels**: life and meanings of Blackness in South Central Los Angeles. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2008.

VARGAS, João H. C. **Never meant to survive**: genocide and utopias in black diáspora communities. Maryland: Rowman & Littlefield Publishers, 2010.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2004** – os jovens do Brasil: Juventude, Violência e Cidadania, Unesco. Brasília: Flacso Brasil, 2004.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2012** – os novos padrões da violência homicida no Brasil. Instituto Sangari. Brasília: Flacso Brasil, 2012.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2014** – os jovens do Brasil. Brasília: Flacso Brasil, 2014.

WASELFISZ, Júlio Jacobo. **Mapa da Violência 2016** – homicídios por armas de fogo no Brasil. Brasília: Flacso Brasil, 2016.

APÊNDICES

APÊNDICE A – FICHA-NOTÍCIA

Jornal _____ Ano _____ Mês _____
 Manchete _____

Editorias _____ Menção à Autos de Resistência _____

Menção à Raça _____ Enquadramento _____

Menção a CPI _____ Menção ao Programa Juventude
 Viva _____

Menção a redução da maioridade penal _____

Matéria assinada _____ Jornalista que assina _____

Ficha – Citações

Parágrafo	F	Destaque	Parágrafo	F	Destaque
1			16		
2			17		
3			18		
4			19		
5			20		
6			21		
7			22		
8			23		
9			24		
10			25		
11			26		
12			27		
13			28		
14			29		
15			30		

Comentários

APÊNDICE B – NEWSPAPER CODING SCHEME – NOTÍCIA

Jornais

- 1) Folha de S. Paulo
- 2) New York Times

Anos

- 1) 2003
- 2) 2004
- 3) 2005
- 4) 2006
- 5) 2007
- 6) 2008
- 7) 2009
- 8) 2010
- 9) 2011
- 10) 2012
- 11) 2013
- 12) 2014
- 13) 2015
- 14) 2016
- 15) 2017

Mês

- 1) Jan
- 2) Fev
- 3) Mar
- 4) Abril
- 5) Mai
- 6) Jun
- 7) Jul
- 8) Ago
- 9) Set
- 10) Out
- 11) Nov
- 12) Dez

Editorias

- 1) Poder
- 2) Mundo
- 3) Cotidiano
- 4) Esporte
- 5) Mercado
- 6) Ambiente
- 7) Ciência
- 8) Comida
- 9) Equilíbrio e Saúde
- 10) Ilustrada
- 11) Mulher
- 12) World
- 13) Polítics

- 14) New York
- 15) Business
- 16) Tech
- 17) Science
- 18) Health
- 19) Sports
- 20) Arts

Menção à Autos de Resistência

- 1 – Não
- 2 – Sim

Em caso de Autos de Resistência

- 1 – É uma crítica ao uso
- 2 – Defesa do uso
- 3 – Enquadramento do crime pela policia

Menção à Raça

- 1 – Não
- 2 – Sim

Se sim,

- 1) Negro
- 2) Não Negro

Menção ao Programa Juventude Viva

- 1 – Não
- 2 – Sim

Menção à CPI Exterminio Juventude Negra

- 1 – Não
- 2 – Sim

Menção ao Exterminio Juventude Negra

- 1- Não
- 2- Sim

Menção à Redução da Maioridade Penal

- 1 – Não
- 2 – Sim

Enquadramento

- 1 – Episódico
- 2 – Temático
- 3 – Oficialista
- 4 – Critico

Faz referência a situacao econômica do jovem ou da sua familia

- 1) Não

- 2) Sim

Matéria Assinada

- 1 – Sim
2 – Não

Coding Schedule – Citations

Fonte da Citação

- 1) Advogado
- 2) Amigo da vítima
- 3) Anistia Internacional
- 4) Delegado
- 5) Deputado Estadual
- 6) Deputado Federal
- 7) Especialistas
- 8) Governador
- 9) Juiz
- 10) Militante de outro Movimento de Organização da Sociedade Civil
- 11) Militante do Movimento Negro
- 12) Outro
- 13) Outro parente da vítima
- 14) Outro Político
- 15) Pai/mãe de jovem morto
- 16) Policial Civil
- 17) Policial Militar
- 18) Prefeito
- 19) Protestante(s)/ Manifestante(s)
- 20) Secretário (a) Estadual de Igualdade Racial
- 21) Secretário (a) Estadual de Igualdade Racial
- 22) Seppir
- 23) Sistema ONU – Unicef, ONU Mulheres, Banco Mundial,
- 24) Testemunha
- 25) Vereador
- 26) Vizinhos da vítima
- 27) Entidade de Movimento social
- 28) Fórum Brasileiro de Segurança Pública
- 29) Promotor
- 30) Não tem citação
- 31) Secretário de Segurança Pública
- 32) Desembargador
- 33) Instituto de Segurança Pública
- 34) Procurador

Gêneros Jornalísticos

- 1) Nota factual sobre assassinato de um jovem negro
- 2) Nota factual sobre assassinato de jovens negros no Estado ou Brasil
- 3) Notícia de desdobramento de morte de jovem ou de um grupo

- 4) Notícia sobre assassinato de jovens negros no Estado ou no Brasil
- 5) Reportagem sobre assassinato específico de um jovem negro ou grupo
- 6) Reportagem sobre assassinato de jovem ou grupo sem especificação de raça
- 7) Reportagem sobre assassinato de jovens no Estado ou no Brasil
- 8) Entrevista Factual
- 9) Entrevista sobre a situação de jovens negros no Estado ou no Brasil
- 10) Outros
- 11) Artigo de Opinião
- 12) Reportagem sobre dados da Violência no Rio
- 13) Reportagem sobre dados da Violência São Paulo
- 14) Nota factual sobre dados da Violência com citação
- 15) Nota factual sobre dados da Violência sem citação
- 16) Reportagem sobre dados da Violência no Brasil

Fonte dos Direitos Humanos

- 1) Cejil (Centro pela Justiça e o Direito Internacional)
- 2) Centro de Justiça Global, pelo Núcleo de Direitos Humanos da PUC-Rio
- 3) Laboratório de Análise da Violência da Uerj (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
- 4) Não há
- 5) Centro de Estudos de Segurança e Cidadania
- 6) Comissão de Direitos Humanos da Alerj (Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro).
- 7) ONG Rio de Paz
- 8) Human Rights Watch
- 9) Anistia Internacional
- 10) OAB
- 11) Conectas Direitos Humanos
- 12) ISER – Instituto de Estudos de Religião

Destaque

- 1) Primeiro Parágrafo
- 2) Segundo Parágrafo
- 3) Terceiro Parágrafo
- 4) Outro Parágrafo

Citações

- 1) Sem citação
- 2) Autos de Resistência
- 3) Raça
- 4) Racismo
- 5) Genocídio
- 6) Exterminio Juventude Negra
- 7) Juventude Negra
 - 8) Violência
 - 9) Vulnerabilidade Econômica

- 10) Grupos de Exterminio
- 11) Direitos Humanos
 - 12) Chacina
 - 13) Ferguson
 - 14) Matar inocente
 - 15) Flagrante
 - 16) Polícia enfrentando os bandidos
 - 17) Polícia
 - 18) Bandido

Enquadramento

- 1) Episódico
- 2) Temático

Assinatura

- 1) Sim
- 2) Não

Coding Schedule – Artigos de Opinião

- 1) Folha de S. Paulo
- 2) New York Times

Anos

- 1) 2003
- 2) 2004
- 3) 2005
- 4) 2006
- 5) 2007
- 6) 2008
- 7) 2009
- 8) 2010
- 9) 2011
- 10) 2012
- 11) 2013
- 12) 2014
- 13) 2015

Mês

- 1) Jan
- 2) Fev
- 3) Mar
- 4) Abril
- 5) Mai
- 6) Jun
- 7) Jul
- 8) Ago
- 9) Set
- 10) Out

- 11) Nov
- 12) Dez

Tipo de Artigo de Opinião

- 1) Editorial
 - 2) Artigo de Opinião
 - 3) Blog
- Menção aos Autos de Resistência
- 1- Não
 - 2- Sim

Menção à Raça

- 1 – Não
- 2 – Sim

Enquadramento

- 1 – Episódico
- 2 – Temático

Matéria Assinada

- 1 – Sim
- 2 – Não

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTAS

Entrevistado 1 – Anderson Andrade - Promotor de Justiça

- 1 - O que faz um promotor da vara da infância e juventude?
- 2 - Quais políticas públicas para a juventude?
- 3 - Qual a evolução do ECA, desde 1992 até os dias de hoje?
- 4 - Por que o jovem negro está mais suscetível a ser agente e vítima desta mesma violência?
- 5 - E quanto a redução da maioridade penal, qual tua opinião?
- 6 - Qual tua opinião sobre os autos de resistência?
- 7 - Há um extermínio da juventude negra?
- 8- Quem ganha com este modelo de segurança pública?

Entrevistado 2 - Rodrigo Chia – Jornalista, advogado e pesquisador sobre a redução da maioridade penal

- 1 – Me fale sobre a tua trajetória profissional
- 2 – Por que decidiu estudar o tema maioridade penal
- 3 – Por que o jovem negro está mais suscetível a ser agente da violência e vítima desta mesma violência
- 4 – Me fale sobre os autos de resistência na perspectiva do enquadramento jurídico? E sobre a perspectiva de valor notícia do jornalismo?
- 5 - Na sua opinião, a mídia não discute as ações que o Estado tem em relação aos delitos que os jovens cometem?
- 6 – Por que a sociedade de risco ? O medo se tornou um produto que a mídia manipula?
- 7 – Este jovem não importa para o Estado ? Para a sociedade? Para a mídia?
- 8 – Você concorda que a mídia discute a pena como algo natural e não há uma discussão da causa e nem a consequência?
- 9 - Há um extermínio da juventude negra?
- 10- Quem ganha com este modelo de segurança pública?

Entrevista com as mães das vítimas

- 1- Conte a trajetória do teu filho?
- 2- Como foi o desenvolvimento escolar? A escola deu assistência para a aprendizagem dele?
- 3- Teve acesso a práticas de esporte, espaços de lazer, acesso a saúde?
- 4- Houve uma formação religiosa?
- 5- Ele era usuário de drogas ou se envolveu com algo ilícito ?
- 6- Como ocorreu o assassinato dele?

- 7- Houve investigação?
- 8- Por que você acha que o mataram?
- 9- O caso chegou a passar em algum noticiário ? Como teu filho foi tratado pelos jornais?
- 10- Algum jornalista ouviu você ou alguém da família para saber sobre a história do teu filho?
- 11- Houve alguma mobilização
- 12- Por que você acha que jovens, como seu filho são mais expostos a morte?
- 13- O que você acha dos atos de resistência ?
- 14- Você acha que há um extermínio da juventude negra?
- 15- Quem ganha com este sistema?

Entrevista com os jovens negros em situação de violência

- 1 - Conte sobre a tua vida – tua família, escola, amigos?
- 2 Como foi o espaço que você cresceu? Teu bairro tinha atividades de esporte, lazer?
- 3 Como era o espaço de afeto da tua casa – havia mais carinho ou mais violência ?
- 4 Você começou a trabalhar cedo? Teve que abandonar a escola?
- 5 Em algum momento, você começou a fazer coisas que a sociedade acha errado ? Que você poderia ser preso ou condenado pela justiça?
- 6 Você já teve algum amigo preso ou assassinado?
- 7 Como falaram dele ? Saiu algo no jornal ou nas redes sociais ?
- 8 O que você achava dele? E o que você acha da forma que ele foi representado nos jornais ou nas redes sociais ?
- 9 Você tem medo de ser preso?
- 10 Você tem medo de ser assassinado?
- 11 O que você acha que a polícia pensa sobre você?
- 12 Você acha que se o governo melhorar as escolas, oferta de emprego, menos jovens irão cometer atos ilegais?
- 13 Você ouviu falar do Programa Juventude Viva?

- 14 Você sabe o que são atos de resistência ? O que acha disto ?
- 15 O que você acha dos atos de resistência ?
- 16 Você acha que há um extermínio da juventude negra ?
- 17 Quem ganha com este sistema ?

APÊNDICE D – TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS

ENTREVISTA COM ANDERSON ANDRADE

Entrevistadora: Então, essas questões mais relacionadas realmente a tua função aqui como promotor da Vara de Infância e Juventude

Anderson: É, eu sou ainda titular de uma promotoria da infância e da juventude, mas estou agora, temporariamente ainda né, eu vou decidir isso até mês que vem, numa promotoria de família né. Então agora, nesse momento, eu estou numa promotoria de família. Mas eu atuei durante vinte anos numa promotoria da infância e da juventude, nas áreas cíveis, de medida sócio-educativa e também infracional. E ainda sou titular de uma promotoria, até 31 de julho, eu sou titular de uma promotoria da infância.

Entrevistadora: Hmm, tá. Então atualmente você atua numa vara de família [É], mas você tem uma trajetória de vinte anos trabalhando com infância e juventude

Anderson: É, e ainda sou titular, até 31 de julho, de uma promotoria da infância

Entrevistadora: Quais são os desafios que você viveu nesses vinte anos dentro de uma infância?

Anderson: Ah, são muitos desafios, muitos, muitos. Na proteção, você... ausência de políticas públicas pra auxiliar as famílias né na criação das crianças na primeira infância né; depois uma política pública escolar falha que não inclui essa criança, que muitas vezes já chega com defasagem, né, cognitiva na escola, encontra uma escola também pouco inclusiva; e aí você tem essa criança que teve uma primeira infância difícil, com muitas carências, entra na escola e essa escola é pouco receptiva, pouco inclusiva e muitas vezes essa criança, especialmente se for um adolescente do sexo masculino e morador das periferias, ele vai muitas vezes ser expulso dessa escola e quando ele é expulso dessa escola é o primeiro passo para ele partir para a delinquência

Entrevistadora: Então você avalia, na realidade, como um ciclo essa questão da ausência das políticas públicas, a questão de uma falta de auxílio familiar, e aí quando entra no ensino escolar, que é o braço do estado né, a escola também não tem condições de trabalhar essas deficiências cognitivas, materiais, dessa criança, desse adolescente?

Anderson: Sim! É, eu estou me referindo ao público com que eu trabalho né [Sim, nesses vinte anos de crianças, jovens, que você trabalhou]. Então a gente pode dizer que essa é a regra, de uma forma geral, do adolescente e das famílias que frequentam a vara e a promotoria da infância e da juventude

Entrevistadora: O público alvo, infelizmente, é esse perfil?

Anderson: É esse perfil, majoritariamente esse perfil né.

Entrevistadora: Como que são essas famílias? São monoparentais...

Anderson: São uma boa parte monoparentais né, dirigidas pela mãe né. O homem, via de regra, abandona a família, às vezes não chega nem a integrar o núcleo familiar, outras vezes integra e abandona e comete violência familiar e é alcólatra. Enfim, e a mãe se vê sozinha na contingência de criar os filhos e tem que trabalhar e, muitas vezes, não tem com quem deixar as crianças, as crianças vão sendo socializadas pela televisão, enfim, a escola não é em tempo integral – porque seria também o caminho, né, se você tivesse uma boa creche, uma boa escola em tempo integral, para auxiliar essa mãe que precisa trabalhar, né. Ela se vê sozinha, sem o parceiro, e ela precisa prover as necessidades domésticas. Então você não tem essa escola, uma creche, um equipamento público, que possa auxiliá-la.

Entrevistadora: E aí é a falha do estado na inserção de políticas públicas né? Porque é creche, é escola, escola em tempo integral, porque é responsabilidade do estado fazer isso. [É] E enquanto promotor público, como o Ministério Público pode interferir? Porque, na realidade, há uma esfera do estado, a falta de uma política pública, e você tem uma esfera privada, de famílias desestruturadas, pensando nesse jovem aí, nessa transição entre criança e adolescência, antes né dele trabalhar com outras possibilidades aí, enfim, de delinquência, etc. né. O Ministério Público pode fazer denúncias? Como o Ministério Público pode atuar?

Anderson: A lei, especialmente o Estatuto da Criança e do Adolescente, ele dá ferramentas jurídicas que permitem ao promotor de justiça tentar, pela via judicial, obrigar o gestor, seja ele presidente da república seja ele governador do estado ou prefeito municipal, a implantar essa política pública. Isso é feito, isso vem sendo feito. Agora, a eficácia dessa via judicial para a implantação de políticas públicas ela é muito limitada porque o judiciário, em definitiva, ele não tem como compelir o gestor a implantar aquela política pública. A implantação ou a implementação de uma política pública é um ato complexo que não se efetiva de maneira simples. Ela exige, pelo menos, uma lei, ou seja, tem que haver intervenção do parlamento; ela exige uma dotação orçamentária; ela exige a designação de entes públicos que vão fazê-la; ela exige equipes técnicas preparadas para implementá-la. Enfim, é um aparato complexo e muitas vezes o judiciário determina ao governador ou ao prefeito que execute aquela política pública e essa decisão judicial ela não é cumprida. Há a previsão de pagamento de multa pelo ente público, município, estado ou a União, e muitas vezes essa multa não é paga porque vai para o chamado “precatório”, que é um mecanismo que a Constituição criou para o pagamento de dívidas de entes público. Então o gestor se vale do precatório para não pagar a multa, né, e tão pouco implementa a política. Algumas vezes dá certo, a gente pode dar o exemplo aqui do DF, por exemplo, nós entramos, na época, com uma ação civil pública para criar-se mais conselhos tutelares e aí o juiz deu a decisão determinando ao governador que criasse e o governador atendeu. Na época mandou para o parlamento o projeto de lei triplicando o número de conselhos tutelares e o parlamento votou e aprovou.

Entrevistadora: Então também tem uma questão de vontade política também do gestor naquele momento, né, do chefe do executivo...

Anderson: Tem que existir, senão, é muito difícil porque o juiz não tem força, o tribunal não tem força e nem há previsão na lei para prender o gestor se ele não fizer. O que pode fazer é multar, então tem esse artifício na lei do precatório que ele, se ele não quiser fazer, ele se vale disso para não pagar a multa e nem implementar a política pública.

Entrevistadora: Você falou da questão da ECA né, que o ECA foi um mecanismo criado que colabora muito na implementação dessa política pública. Dos anos 90 pra cá, desde que o ECA foi criado, acho que o ECA foi criado em 1992 né [1990], você trabalhou vinte anos, você, então, acho que quando você começou a atuar nisso, né, o ECA estava nascendo e agora vinte anos depois, mais até, você percebe mudanças pensando nessa questão da criança e do adolescente?

Anderson: Percebo, percebo. Porque o Estatuto da Criança e do Adolescente ele tem duas grandes vertentes: uma vertente de proteção, né, da criança e do adolescente e uma vertente de responsabilização, que eu chamo de responsabilização só do adolescente pelo cometimento do ato infracional, do crime né – ato infracional, segundo o artigo 103 do Estatuto, é crime. Então, na vertente de proteção o estatuto foi muito bem né [A avaliação é positiva?] Positiva, há várias vitórias né, ele diminuiu a mortalidade infantil, diminuiu o trabalho infantil, criou boas regras para a adoção, critérios...

Entrevistadora: A criança e o adolescente passou a ser um ente jurídico né, porque não era?

Anderson: Também, o próprio reconhecimento, exatamente, da criança e do adolescente. Então no âmbito da proteção ele teve o seu... No âmbito da responsabilização ele não teve sucesso, né, ele não teve sucesso, hoje em dia as instituições de internação são minipresídios, não são internatos né. A lei fala em internação, remete a internato que seria um educanário, um local de internação. Então você vê índices muitos baixos de ressocialização do adolescente, a medida em meio aberto não funciona e a medida em meio fechado só funciona deixando o adolescente trancado.

Entrevistadora: Então na perspectiva da responsabilização, você avalia então que não foi bem sucedido o ECA [Não foi bem sucedido]. Há medidas para ser reformulado o ECA, pensa-se em alguma coisa?

Anderson: Desde que foi aprovado o estatuto já começaram a ser propostas emendas, né, o estatuto vem sendo muito reformado, refundado, mas só nessa parte de proteção, nessa parte aqui de responsabilização quase não se mexeu porque o grande medo é que se diminua a idade penal, né, se você for mexer nisso. E já há, inclusive, aprovado né, na gestão de triste lembrança do Eduardo Cunha, foi aprovada uma proposta que diminui a idade penal para 16 anos em determinados crimes graves. Então isso já está até aprovado pela Câmara do Deputados, falta o Senado aprovar.

Entrevistadora: Então, diante do que você está falando, quero aproveitar o ensejo para discutir, pensando o ECA da responsabilização, o senso comum muitas vezes diz que o ECA só está para proteger bandido, né, e que precisa reduzir a maioria penal para que bandido seja já, né, já que já pode matar, estuprar, roubar, que seja preso. O ECA garante uma responsabilização já a partir dos 12 anos no Brasil né? [Dos 12 anos] Por que isso a gente não consegue trabalhar numa perspectiva... Porque, assim, o senso comum acredita que não tem responsabilização né e que reduzir essa maioria para 16 anos resolveria o problema. Então, assim, quais foram os erros que a gente tomou, nesses 27 anos, de não ter trabalhado a perspectiva da responsabilização junto à opinião pública, trabalhar a perspectiva de reintegração social desse jovem delinquente?

Anderson: Eu acho que, veja bem, o estatuto ele foi aprovado em 1990, logo após a aprovação da Convenção dos Direitos da Criança de 1989 que é um tratado internacional que influencia todo mundo, né, são 194 países que assinam esse tratado, essa Convenção dos Direitos da Criança, é o tratado que mais firmas de países tem no mundo. Então ele começou a influenciar todos os países, todos os países foram influenciados pela Convenção dos Direitos da Criança. O Brasil foi o primeiro, pelo menos no mundo ocidental, a adaptar o seu ordenamento jurídico à convenção. Então eu acredito que a responsabilização foi mal regulada, né, o Brasil pagou um preço por essa primazia, por ter sido o primeiro, né. Eu entendo, por exemplo, que esses dois temas não deveriam ter sido tratados no mesmo diploma legal. Outros países, por exemplo, Espanha, Chile, né, que tem uma lei de proteção e uma lei de responsabilização, que lá no Chile, por exemplo, chama “responsabilidade penal do adolescente”. [Entendi] É penal.

Entrevistadora: Até o nome muda, não é mais responsabilização, é penal. [É penal]. E também, a partir de qual idade?

Anderson: A partir, varia 12, 13, 14 anos né. Na Espanha 14, na Alemanha 14, no Chile é 13, na Índia...

Entrevistadora: Você acredita, então, que até o próprio nome faz com que o senso comum no Brasil ache que não tenha punição?

Anderson: Claro! Eufemismos utilizados pelo Estatuto, né. Então você tem, por exemplo, a denúncia, no crime se chama “denúncia”, no Estatuto se chama “representação”; o interrogatório do réu – isso que aconteceu agora com o Lula né – chama no estatuto “audiência de representação”; a pena, que em outros países se chama de “pena juvenil”, no Estatuto se chama “medida socio-educativa”. Então o Estatuto chamou as coisas que são as coisas por outro nome e isso pode ter dado a sensação às pessoas de que ele não responsabiliza, de que ele passa a mão na cabeça. Além do que, eu devo admitir, que para aqueles crimes gravíssimos, que são exceção, né, eles correspondem a aproximadamente menos de 10%, né, 5 ou 6%, um homicídio qualificado, um latrocínio, um estupro, esses três delitos graves, uma pena, uma medida sócio-educativa máxima de 3 anos, se for comparar com um adulto, é pouco, talvez seja pouco. Tem que ver quanto tempo um adulto fica né, porque se a gente pegar o caso do Bruno, por exemplo, segundo a denúncia que foi feita matou, esquartejou, deu pro cachorro comer e enterrou em algum lugar, recebeu uma pena que o permitiu em seis anos estar livre, já voltou, mas enfim, né. Quanto tempo efetivamente fica o adulto preso por um crime gravíssimo e bárbaro, né, eu acho que tem que se fazer um computo, uma análise, e fazer uma proporção para o adolescente, que tem que ser sempre menor, tem que ser sempre diminuída, reduzida, a pena do adolescente, né.

Entrevistadora: Por que esse adolescente está em formação, realmente?

Anderson: Porque ele está em formação, realmente. É o que dizem a neurociência, né, o que diz a psicologia, a psiquiatria, a sociologia, né, enfim, ele está em formação, né. Por isso ele merece uma oportunidade, além do que, 5 anos na vida de uma adolescente de 16 anos, é quase um teço da vida dele, na vida de um adulto de 30, é um sexto né, é diferente.

Entrevistadora: Na sua fala, o senhor falou dessa questão da vulnerabilidade da família, famílias monoparentais de periferia, o senhor coloca a questão cor também nessa perspectiva? O senhor avalia que a maior parte desses jovens são pretos e pardos? E como que esse jovem negro, né, se o senhor avaliar dessa perspectiva, ele é mais suscetível à violência, né, e ao mesmo tempo muitas vezes também agente dessa violência, como a gente resolve essa problemática?

Anderson: É, os dados que a gente tem são muito poucos, né, mas uma pesquisa fidedigna que nos mostra a cor do adolescente que morre no Brasil é o mapa da violência, que vem sendo publicado ano a ano, e ele mostra que realmente a maior parte dos adolescentes que morrem são pretos e pardos, né, e a gente vê no dia-a-dia da promotoria que eles são realmente a maior parte daqueles que estão dentro de unidades de internação, esse dado a gente tem também. Aproximadamente, 60% se declaram pretos e pardos dentro das unidades de internação e mais que isso morrem, são os que morrem né. Então a gente pode dizer que são sim pretos e pardos que morrem e matam. E quando eu falo assim da periferia é bom sempre fazer um... chamar a atenção para o fato de que quase todo adolescente transgride a lei penal, comete algum tipo de delito. A doutrina, ou seja, os estudiosos do direito, as pessoas que se debruçam sobre isso, os europeus, os americanos que fazem estudos empíricos sobre isso, eles mostram que é tão comum, durante o desenvolvimento do adolescente, especialmente do sexo masculino, transgredir a lei penal que espantoso seria se ele não transgredisse. Então...

Entrevistadora: Faz parte então até do processo de amadurecimento enquanto ser humano?

Anderson: Exatamente. O processo de amadurecimento, de desenvolvimento, de crescimento. Todo adolescente, seja ele de que classe social, de que cor, de que lugar for. Agora aqueles que se envolvem com o delito violento, né, delito que envolve especialmente arma de fogo, roubo, latrocínio, homicídio, são aqueles que vêm dos extratos pobres e miseráveis da nossa comunidade, da nossa sociedade, daqueles lugares onde estão ausentes os direitos fundamentais, né, direito fundamental a moradia, direito fundamental a trabalho, transporte, ao lazer, enfim, a educação. Então você identifica que os delitos graves, né, os delitos violentos, se concentram nesses lugares. Não que os outros adolescentes de lugares mais aquinhoados, né, de políticas públicas não os cometam, cometem também, só que é uma transgressão leve que não incide, especialmente, principalmente, na privação de liberdade e nem entra nessas estatísticas de morte né. Quer dizer, quem mata e que morre é o adolescente preto e pardo da periferia.

Entrevistadora: O senhor até falou, nessa perspectiva, que os crimes graves ou gravíssimos – eu já até vi pesquisa sobre isso, não é 10%, já vi questões até de não passar de 3%. Agora, a gente tem muito essa questão do tráfico de drogas e crimes contra o patrimônio, que é esses roubos né, assalto de celular e etc., por que esse tratamento diferenciado?

Anderson: Que são graves também, roubo é uma coisa grave, tráfico também não deixa de ser grave, né, enfim.

Entrevistadora: Então, mas assim tem uma diferenciação em realmente desse menino, pensando até em senso comum, né, que a gente é uma exceção porque a gente está pensando né, a gente pesquisa, você atua profissionalmente, mas o senso comum muitas vezes passa a mão na cabeça de um jovem de classe média, por exemplo, que trafica maconha, nessa perspectiva, né, que você falou do desenvolvimento, mas condena e quer que seja preso esse menino que trafica maconha na periferia e as vezes usa arma realmente, arma de fogo etc., né, então a gente tem uma diferenciação – e aqui no Brasil é muito forte essa diferenciação. Então como a gente trabalha? Como o Ministério Público trabalha com isso? Porque é isso, assim, um segmento do código penal é já um prenúncio de culpa em detrimento de um outro segmento que primeiro precisa ser investigado se ele realmente é o culpado, mas presume-se que primeiro é inocente até ele ser julgado e condenado, né. Como que a gente trabalha nisso, tanto da perspectiva penal e do senso comum?

Anderson: Como a gente trabalha como, assim?

Entrevistadora: Assim, no sentido de porque esse jovem da periferia preto ele já é condenado por ele fazer esse delito, em detrimento, por exemplo, de um jovem que teve mais acesso a políticas públicas e que mesmo que ele cometa um delito ele não é julgado e condenado da mesma forma, tanto na esfera penal quanto pelo senso comum?

Anderson: Bem, eu posso lhe dizer que na promotoria da infância e juventude, na vara da infância e juventude, um jovem que seja apreendido por primeira vez numa situação de traficância ou de uso, até mesmo de traficância, seja ele da periferia seja ele do centro da cidade ou das áreas privilegiadas da cidade, numa primeira passagem ele não vai sofrer uma sanção privativa de liberdade, né, eu posso te garantir, o que ocorre é que muitas vezes esse jovem da periferia ele precisa de exercer aquela atividade porque ele necessita da remuneração que lhe é dada pelo traficante, né. Há estudos que apontam que o maior empregador do trabalho infantil no Brasil é o tráfico de drogas, né, então o jovem de periferia ele precisa muitas vezes, não é a regra, mas muitas vezes ele recebe ali 150, 200, 300, 500, 700, 1000, 1500 reais por semana para exercer aquela venda no varejo. Então ele começa, e aí sim há casos, a ser flagrado uma, duas, três, e numa dessas, na segunda, na terceira ou na quarta, ele vai sim ser privado de

liberdade e o adolescente de classe média típica que a gente vê, eu já tive caso né que o adolescente foi flagrado com haxixe, que é uma droga até incomum, perto de uma universidade de classe média alta, particular, era a primeira passagem dele e ele foi liberado, estava numa situação de traficância mas já na delegacia ele veio como usuário, né, e foi liberado, né. Possivelmente, esse adolescente nunca mais vai ser apreendido nessa situação, né, a família estava presente, os pais juntos, ele na iminência de fazer 18 anos quando fizer 18 anos vai para a justiça penal... Está entendendo? Então assim...

Entrevistadora: Uma pessoa de classe média tem um aparato e um respaldo melhor do que um jovem, um adolescente, em situação de pobreza, da periferia?

Anderson: Tem, tem. Ele pode ser cooptado pelo tráfico também, o de classe média, o de classe média alta, mas por uma questão de consumismo, né, de querer ter dinheiro para luxo, enfim. Não é o caso do menino da periferia, o menino da periferia muitas vezes aquilo ali é uma forma até de ele ajudar a família, dele prover o sustento da casa, né, então ele se insere numa lógica de mercado de trabalho até. E aí incide que ajam repetidas apreensões em flagrante. E aí numa dessas...

Entrevistadora: É por isso que numa dessas ele vai cumprir medida sócio-educativa?

Anderson: Uma boa parte está por tráfico, as estatísticas apontam cerca de 15 a 20% dos privados de liberdade, dos internados estão por tráfico de drogas?

Entrevistadora: Então, nesse sentido, se a gente liberasse algumas drogas, por exemplo, resolveria o problema? A gente tem hoje, por exemplo, o Fernando Henrique encabeçando essa questão das drogas, ele já fala que a maconha tem que ser liberada, mas a maconha, por exemplo, é uma droga leve perto das que são realmente traficadas.

Anderson: É, eu acho que você como pesquisadora e eu também que me interesse pelo tema, eu acho que, muito mais que Fernando Henrique, a gente pode apontar autores como Luis Eduardo Soares, a gente pode apontar Julieta Lemgruber, professora carioca né, vem defendendo em escritos de forma muito fundamentada a descriminalização de todas as drogas, e não só da maconha, como uma medida eficaz para fazer com que seja desmontada essa indústria gigantesca, que traga homens e mulheres, né, que corrompe a polícia, que mata por bala perdida, enfim, que vem destroçando o tecido social brasileiro, né. Então eu acho que eu concordo plenamente, eu acho assim que o tráfico hoje ele é uma engrenagem azeitada que produz violência, reproduz violência, faz aumentar a violência e a gente vem, tem um outro livro interessante de um estudioso também chamado Marcos Rolim que é “A Síndrome da Rainha Vermelha”. O Rolim diz que a política de segurança no Brasil anda, anda, anda e não sai do lugar, que é sempre o mesmo né, mais polícia, mais dinheiro, mais viatura, mais arma e a sensação de insegurança só aumenta entre as pessoas, né, porque essa lógica do combate, do conflito, né, energia que se gasta prendendo consumidores e pequenos traficantes, né, todo um aparato policial que se tem em razão disso que não resolve e não vai resolver nunca, né. É tratar o dependente como o dependente que é, como uma pessoa que necessita auxílio médico, psíquico, social, psico-emocional e deixar que o Estado regule a venda [Comercialização das drogas né], a comercialização, como já faz com as que são legalizadas, legalize todas, né, ou pelo menos descriminalize, né.

Entrevistadora: É porque, pensando nessa perspectiva, realmente, você gasta muito dinheiro com segurança pública no país [Bilhões e bilhões]. Há uma sensação de insegurança, a gente realmente é, eu morei agora nos Estados Unidos, a gente mora em presídios literalmente as nossas casas [Aqui no Brasil né] Exatamente, né, porque é lança, é portão com lança, com caco de vidro, com segurança eletrônica ou a gente está indo pra condomínio fechado, muita

gente anda com carro blindado, só que a gente não resolve esses problemas muito mais estruturais que é o que você colocou, que é essa questão da pobreza, da desigualdade, de uma escola que não é inclusiva mas uma escola que é expulsiva, entendeu. Por que essa lógica da segurança pública só trabalha nessa perspectiva e a gente não, pensando os gestores mesmo né, não trabalha nessa perspectiva mesmo mais inclusiva de dar políticas públicas? É muito mais barato, é uma medida preventiva, claro, você vai ter um resultado a médio-longo prazo e essa perspectiva de segurança pública geralmente é imediata, só que você não resolve.

Anderson: Exatamente.

Entrevistadora: E dentro do meu corpus, eu percebo assim que é um segmento social que está pagando o preço, pagando o preço no encarceramento ou na morte prematura, que são esses jovens negros assim que tem a vida ceifada muito jovens.

Anderson: Estão pagando o preço a anos aí, né, a décadas, a centenas de anos, né, assim...

Entrevistadora: Há um componente de racismo nisso no seu ponto de vista? Ou não, ou você acha que é uma lógica mesmo que o Estado colocou mas a gente não pode falar que há racismo nisso aí? Pensando racismo como algo estrutural, onde alguns segmentos, né, acabam sendo privilegiados e muitas vezes esses segmentos são pessoas brancas em detrimento de pessoas negras, entende a minha pergunta? O racismo estrutural, não estou falando do racismo de me chamar de negra, de fedida não, mas de você realmente ter um estado racista que você não provem realmente recursos públicos para um determinado segmento em detrimento de outros.

Anderson: É, eu acho que o estado brasileiro pode ser chamado de racista, sim, porque na medida em que ele fez a abolição, né, do jeito que fez, deixando que o negro escravo ficasse realmente desamparado e largado à própria sorte e desde então, né, há 129 anos ele não fez ou fez muito pouco, né. Não precisa ir longe, aqui dentro do Ministério Público, não precisa ir longe, aqui, nessa casa aqui, tentou-se no CNMP já duas vezes, porque aqui dentro não tem jeito, aqui enquanto MPDFT, no CNMP, por duas ou três vezes já, tentou-se estabelecer a política de cotas e não se consegue. Não se consegue por quê? Porque as pessoas resistem a admitir justamente isso que você está falando, que existe um racismo estrutural do estado, pelo menos isso, sem falar nesse racismo de pele que também existe. Mas isso uma coisa é pessoal, não é uma coisa estrutural, não é uma coisa... sistemática, que veio...(33:13)

Entrevistadora: É um círculo vicioso, de geração em geração, você estar vendo mães que estão vindo com seus filhos, mães monoparentais, sem o companheiro, pobres. Por que elas não conseguem sair desse círculo vicioso? Por que os filhos delas não conseguem sair desse círculo vicioso?

Anderson: Sim, um ou outro, né, um ou outro, mas que é uma exceção que só confirma a regra, né, é uma exceção que só confirma a regra de você ter realmente formas e locais, né, especialmente locais de socialização, que de alguma forma convidam o jovem, o adolescente, a transgredir a lei penal de forma séria, né, porque de forma mais tranquila a gente já sabe que não é normal. Mas dessa forma violenta, séria, o jovem, pode-se dizer que o jovem de periferia em qualquer cidade brasileira, ele quase se vê obrigado ou convidado a transgredir essa lei, a entrar para o tráfico, a cometer violência [ser agente e ao mesmo tempo ser vítima dessa violência]. Também, ele se expõe né, ele se expõe.

Entrevistadora: Agora, pensando o que eu tenho estudado também, né, eu vou trabalhar com os autos de resistência dentro do meu corpus né, o auto de resistência é um regulamento administrativo dentro da própria polícia que foi criado para, nessa perspectiva de preservação

das ações policiais né, só que muitas vezes ele é usado para mascarar execução, né, e, pensando muitas vezes nas ações policiais que a polícia tem nos espaços periféricos, ele é forjado, né, porque muitas vezes não há troca de tiros, é realmente você pegar a pessoa e executar. Pensando nisso, a polícia também é um espaço onde você não consegue vencer todas essas faltas de políticas públicas e trabalha numa perspectiva de segurança pública muito mais imediatista do que resolutiva, né, que mascara todos esses problemas de políticas públicas que você mesmo colocou?

Anderson: Eu não tenho dúvida. Eu não tenho dúvida que a polícia é um componente bastante importante e fundamental para todo esse ciclo de violência que a gente está inserido [Dentro da segurança pública] É, eu não tenho dúvida que a polícia é um elemento aí fundamental, né, principalmente a polícia militar que faz o policiamento ostensivo, né, ou seja, que vai para a rua

Entrevistadora: É verdade que em outros países não temos polícia militar, você que estudou isso?

Anderson: Não, de forma alguma, isso é uma coisa só do Brasil, assim, e alguns países da América Latina, geralmente aqueles que viveram ditaduras, especialmente o Chile tem uma polícia assim militarizada, mas isso é uma coisa... É um dos piores legados da Ditadura Militar foi a polícia militar, né, porque até hoje a polícia militar ela está submetida ao exército, né, e ninguém tem a necessidade de ter uma polícia militar. Por que militar? Militar ele é preparado para matar, para guerrear, para destruir, para eliminar o... (3:45)

Anderson: Uniformizada sim, disciplinada sim, mas não militarizada. Não militarizada. Então isso é um legado, né – muito menos o bombeiro que também no Brasil é militar né (risos). São resquícios, né, da ditadura militar que a gente tem aí e que não se justificam

Entrevistadora: Mas eu acho que isso justifica, Doutor Anderson, uma perspectiva de manutenção dessa propriedade privada e, talvez, dessa manutenção da desigualdade porque aí você tem um grupo que não vai ter acesso àquilo [Sim]. Nosso país é um país muito desigual [Sim]

Anderson: E você precisa conter de alguma forma, né, porque diante da ausência do estado, né, e você tem isso mais claro no Rio de Janeiro, mas em outros lugares também, né, não é só lá – é porque lá como o nosso principal canal de comunicação tem sede lá, tudo repercute mais lá no Rio né, mas isso acontece em todo lugar – você tem um tráfico de drogas poderoso e forte que não é crime organizado, mas enfim que tem um nível de organização local, mas que se você deixa-lo crescer ele vai começar, aí sim, a se organizar, a cooptar as pessoas e a exercer uma ameaça ao poder constituído. Então, o que esse poder constituído faz? Ele prepara, remunera e treina jovens policiais militares para entrarem lá e exterminarem, nessa lógica da guerra, exterminarem esses jovens que estão lá fazendo o comércio de entorpecentes, só que com isso eles vão também levando de roldão os moradores das periferias, né, e as pessoas todas que não tem nada a ver porque a maior parte é de trabalhadores né e trabalhadoras que também muitas vezes morrem nesses confrontos.

Entrevistadora: Então você fala que essa polícia é preparada para o extermínio mesmo?

Anderson: Eu entendo que uma parte da polícia, especialmente dos locais mais duros né – a gente tem exemplos em todos os lugares, quer dizer, agora, por exemplo recentemente né no estado de Goiás, no estado vizinho nosso, há dois episódios recentes, primeiro de um oficial, não sei se major ou coronel, capitão, que é um homem que tem diversas mortes no currículo, diversas, dezenas de mortes no currículo e esse homem foi alçado ao cargo de

comandante, eu só não sei o nome dele, é só jogar no Google que você vai achar esse, comandante do policiamento metropolitano de Goiânia, foi promovido mesmo tendo esse currículo de matador, de exterminador, que ele tem, né e... enfim, em vez de ser punido ou pelo menos afastado, processado, ele é premiado; recentemente, você viu na televisão dois policiais lá no Rio, eles executando dois adolescentes, ou dois jovens, em uma escola em que uma bala perdida matou, pois semana passada o juiz colocou, soltou, o juiz disse que eles não precisavam responder ao processo presos e porque eles tinham direito a liberdade e o processo eles não iriam fugir e processo poderia seguir com eles soltos, mesmo diante da agressividade do choque causado pela atitude desses policiais militares, estão livres, né, e...

Entrevistadora: Mas mesmo nessa perspectiva desse extermínio da ação policial tem uma seletividade porque, não sei se você concorda comigo, porque esse jovem preto pobre periférico ele é um corpo que pode ser matado e, nessa perspectiva, as pessoas que matam eles porque tem a leitura de que ele é bandido. Agora, a leitura que a gente tem se, por ventura, um desses policiais matar um jovem de classe média aí a opinião pública já vai avaliar de uma outra forma essa atuação dele, entendeu.

Anderson: Sim, claro, não tenho a menor dúvida, não tenho a menor dúvida. Dificilmente ele vai matar um jovem de classe média, né, porque eles têm uma forma de agir nas favelas, nas comunidades, e eles têm outra forma de agir nas ruas dos bairros nobres da cidade. Não é a mesma forma, né, ninguém chega na W3 atirando, né, mesmo que tenha um suspeito ali na frente, mas você eventualmente você vai entrar numa numa vila, numa Estrutural, como a gente vê em processos né. Eu tive um processo de um adolescente que levou um tiro numa situação em que a mim me pareceu que a arma do policial disparou, né, até porque a arma dele foi periciada e não... e a delegada foi ao hospital ouvi-lo imediatamente, né, ela teve esse cuidado, e ele disse à delegada “não, eu não atirei. Eu estava correndo, na verdade, quando recebi esse tiro”, que destroçou o joelho do garoto. Então são diferentes tipos de abordagem, né.

Entrevistadora: Não, são mesmo. Eu vi um trabalho do professor Evandro Pisa aqui da UnB, já entrevistou policiais, eu achei bem interessante esse artigo, entrevistava policiais daqui, de Salvador, do Paraná, e o pessoal daqui falava “a abordagem que a gente faz no Plano é diferente da abordagem que a gente faz em Ceilândia, por exemplo”. Então o policial já tem toda essa dimensão. [Claro, claro] Só que nessa perspectiva sociológica a gente avalia que são corpos que tem valores diferentes sociais, então esse menino da Ceilândia, se receber essa bala, é só mais um que vai para a estatística, mas se for aquele menino aqui da Asa Norte, aqui da Asa Sul, não é, é o indivíduo, o nome ou pelo menos as iniciais, sobrenome, a família. Então tem essa polícia que extermina, mas ela também é seletiva nesse extermínio, ela não extermina qualquer jovem.

Anderson: Não, não, não, é o jovem preto e pardo da periferia, não tenha dúvida, escolhe a quem mata.

Entrevistadora: Só que, por exemplo, eu já vi até... tem um professor negro aqui que é advogado, ele fala “Ai, as corporações estão recebendo aulas de direitos humanos, estão trabalhando com uma abordagem mais humanista, etc.”, só que na prática, efetivamente, a gente não consegue perceber mudanças radicais nessa formação do policial, entendeu. É muito complexo lidar com a polícia, né... porque, assim, historicamente, olha como é contraditória as coisas do Brasil, as baixas patentes são policias e muitas vezes policiais negros que entram. A baixa patente é de policiais negros, entendeu, né, vê isso no Rio [O Caetano tem um verso sobre isso, né, policiais pretos batendo na nuca de pretos pobres] Haiti, é a música do Haiti. Então, e

aí é muito contraditório por que é isso, geralmente as forças armadas historicamente foram espaços para as pessoas negras entrarem e ascenderem e muitas vezes é esse policial preto que vai lá e comete essa atrocidade com esse jovem de periferia, né. Então olha a contradição, preto matando preto, né. E muitas vezes esse policial nem consegue pensar nesse ato dele, entendeu, atinar para o lugar nessa perspectiva. Só para a gente terminar, então você acha que realmente há um extermínio, então, e pensando no extermínio da juventude negra? Por que eu falo isso né? Quando eu comecei minha pesquisa eu sofri muito a problemática de usar “extermínio” e “genocídio” que são conceitos que o movimento negro usa, né, até baseado no mapa da violência que desde os anos 70 já indica uma maior vulnerabilidade desse jovem pobre negro e só aumenta, né, o mapa da violência pelo contrário só aumenta os dados estatísticos dele que ele está morrendo mais, então o movimento negro coloca como um genocídio da juventude negra. Na Câmara e no Senado teve comissões específicas em 2014 e 15, o relatório foi 2015, trabalhando com o extermínio, né, o estado trabalhando com o extermínio, o que eu acho que é um avanço você ter um braço do estado, pelo menos o legislativo e o executivo, falando que você tem um extermínio. Você trabalhando aqui nessa casa, o Ministério Público, você avalia realmente... e esse extermínio vai muito, não sei se você tem essa leitura, a morte física na realidade é o ápice de uma trajetória que é negado o direito desde o nascer desse jovem.

Anderson: Eu não tenho dúvida que nascer em determinadas famílias, em determinados locais, com determinada cor, né, porque é predominante né a cor determinada, vai lhe fazer ter um prognóstico muito maior de ter a sua vida abreviada durante a juventude, né, se você dadas algumas condições.

Entrevistadora: Você pegou casos assim, nesses vinte anos, de acompanhar adolescente, depois...

Anderson: Peguei, vários casos.

Entrevistadora: Depois a mãe vem falando que matou?

Anderson: Matou, morreu, né, foi para a penitenciária. Muitos casos, muitos casos de adolescentes assim.

Entrevistadora: Reduzir a maioria penal dá resolução, como você falou do Eduardo Cunha e esse projeto que eu acompanhei também, você acha que reduzir a maioria penal resolve?

Anderson: Não, de forma alguma, não tenho dúvida nenhuma que não resolve. Se você for às penitenciárias você vai ver que a maior parte, aproximadamente 30 a 40% dos que estão lá, tem de 18 a 29 anos. [Tão jovens né] São muito jovens, né, são jovens muito jovens. Então, enfim, você só vai aumentar esse contingente na penitenciária e vai continuar a não resolver e piorar, porque, assim, na sócio-educação você ainda tem uma perspectiva mínima, mínima que seja, de reintegração, de educação, de ressocialização. A penitenciária é a selva né, é a lei do cão né.

Entrevistadora: Quem ganha com esse sistema? Há algum ganho?

Anderson: Eu acho que o Brasil ele tem castas, né, assim, eu um dia parei para caçar sobre isso, escrevi até um textinho né, assim, você tem uma casta de políticos em todos os níveis, né, federal, estadual, municipal, que se locupletam, né, do dinheiro público, né, das benesses e que se perpetuam, os seus filhos, né, outro dia eu vi uma nota do Elio Gaspari, que é um dos maiores jornalistas desse país, o filho do César Maia, o presidente da Câmara, ele é casado com a filha do Moreira Franco, que foi casado com a filha do Amaral Peixoto, o governador do Rio, que foi casado com a filha do Getúlio Vargas. Então eles [estão na mesma família] casam entre si. Então esse é o primeiro estamento que se locupleta. O segundo que eu

identifiquei nesse textinho é o dos empresários, né, assim, o Brasil tem uma casta de empresários né, grandes e médios principalmente, pequenos nem tanto né, mas os grandes principalmente, esses da JBS que foram presos sexta-feira, né, bilhões de incentivos, né, de financiamentos do BNDS, esses caras a vida inteira se locupletaram às custas do governo também, com incentivos fiscais, com financiamentos, com ajudas, com renúncias, enfim, né. Um terceiro seguimento que eu identifico que, né... A quem interessa, essa é a pergunta: a quem interessa? Os herdeiros no Brasil, né, os irmãos Marinho, os 3 irmãos Marinho donos da rede Globo, eles tem uma fortuna equivalente a quase a metade da população, a renda de quase 100 milhões de brasileiros, a fortuna deles, que não é tributada né, apesar da Constituição determinar lá um imposto sobre fortunas, isso até hoje não saiu do papel né, você não tem um imposto sobre a fortuna. E em quarto lugar, eu também identifico nós funcionários públicos, né, especialmente os altos funcionários públicos que formam associações, sindicatos, lobbies fortíssimos no Congresso Nacional e que conseguem reajustes, benesses e, enfim, todos os tipos de benefícios que destoam de uma país cuja população é majoritariamente pobre. Então se um país a população é majoritariamente pobre, o servidor público ele não pode querer andar de Mercedes ou de BMW né, claro que ele tem que ter um bom salário para não ser corrompido, ele tem que ter uma casa, um carro e um dinheirinho uma vez por ano para passear com a família e ponto, né, ele não pode querer ter muito dinheiro, ter luxo, não, luxo não, luxo não é para servidor público né

Entrevistadora: Então nosso sistema, na realidade social, não foi modernizado, a gente ainda tem um sistema escravagista? Porque nessa perspectiva desses quatro segmentos que você falou, eles representam a casa grande.

Anderson: É, tranquilamente.

Entrevistadora: Né? Porque você trabalha nessa perspectiva dos políticos, dos empresários, dos recebedores dessas fortunas – que bota dos políticos, bota dos empresários –, quanto dos funcionários públicos, provavelmente o alto escalão de funcionalismo público, né, judiciário, legislativo, que são aqueles maiores salários, as agências regulatórias, né, que são salários muito acima da média, né, mais de 8 mil, 10 mil reais, e a maioria da população realmente ganhando as vezes um salário mínimo, né, sendo privada de ter acesso a...

Anderson: A média salarial brasileira não chega a dois salários mínimos, em torno né de 1600, 1700, 1800 reais. Quer dizer, um servidor ganha três vezes isso, quatro vezes isso, aí você fala (fala incompreensível)

Entrevistadora: Por isso que é muito problemática, eu não pensei em falar com você sobre isso, mas quando a gente trabalha estudos raciais: o privilégio de ser branco. Porque o privilégio de ser branco faz com que você acesse essas quatro esferas em detrimento dessa população da senzala que não tem acesso a isso. São raras exceções, e eu já me coloco nessas raras exceções, estou na área do Banco do Brasil, doutoranda na UnB, mas eu sempre falo “quantas meninas que nasceram no mesmo ano em que eu nasci, ainda numa família pobre, etc. , chegar onde eu cheguei?” A minha leitura é: eu só cheguei onde eu cheguei por causa das políticas públicas, de estar numa cidade que nem São Paulo que me seu acesso a transporte, saúde, educação...”, mas eu sempre falo “se eu nascesse no Piauí, no interior do Piauí, em 1980” quantas meninas negras que nasceram em 1980 no interior do Piauí são funcionárias do Banco do Brasil e doutorandas da UnB? Então assim, e aí, eu não sei se você pensa nessa perspectiva, mas esses grupos dessas esferas têm dificuldade de pensar seus privilégios porque não vê isso como privilégio, vê isso como mérito.

Anderson: Porque têm uma concepção errada de estado e, no meu caso que eu estou mais próximo, eu não posso te dizer o que passa pela cabeça de um Marinho, de Saad...

Entrevistadora: Mas você pode falar dos seus colegas funcionários públicos como você.

Anderson: É, eu acho que não tem a dimensão de que o servidor público tem que viver uma vida modesta né, quer dizer, talvez um juiz ele olha para um advogado o advogado tem carro importado, casa, praia, tal e “poxa, mas eu sou mais importante do que ele porque sou eu que decido né, então eu tenho o direito de ter isso também né. Eu tenho que poder ter isso também porque eu tenho mais poder do que ele” e realmente tem, né, o poder de decisão, mas ele é servidor público de um estado cuja população é pobre, então ele não pode ser um servidor público rico de um estado cuja a população é pobre, né, ele tem que ter uma condição de vida mais simples né.

Entrevistadora: Você, no período que morou na Espanha, pensando isso que você está falando, as pessoas têm mais consciência disso, por exemplo?

Anderson: Tem mais, nem se compara.

Entrevistadora: Que um servidor público não pode ostentar desse jeito...

Anderson: Nem se compara, nem se compara... Tem muita. Lá há muito mais igualdade né...

Entrevistadora: Exatamente, começa por aí né, que há mais igualdade que o Brasil, não é uma sociedade tão desigual quanto a nossa. É desigual, mas não a ponto da nossa né

Anderson: É, lá a diferença entre o salário do mais alto funcionário e o salário mínimo é muito menor que aqui, né, então o abismo é pequeno, né, não é abismo, é uma distância, é uma diferença.

Entrevistadora: É, não, esse período que eu morei nos Estados Unidos eu percebi também isso, quando você mora em sociedades menos desiguais, as pessoas tem muito mais consciência dessa perspectiva do seu papel social, de você não extrapolar, de ter uma vida realmente compatível com o teu salário e isso ajuda nessa perspectiva do estado não ser tão corruptível também, né? [É] Porque isso faz com que o nosso estado seja muito corrupto.

Anderson: E a forma de distribuir não tem outra, é arrecadar de quem tem para entregar para quem não tem, né, de diversas formas né.

Entrevistadora: É, mas isso é muito complicado no Brasil né

Anderson: É complicado

ENTREVISTA COM JEFERSON LIMA

Kelly: Primeira pergunta é, como é tua trajetória dentro do campo da Juventude, como você iniciou os trabalhos?

Jeferson: Então, eu comecei minha militância em atuação no processo da Juventude no movimento estudantil. Na atuação lá no meu estado que é Sergipe, especial em Aracaju, ainda no grêmio estudantil no ensino médio e depois, conseqüentemente, no curso de História, no DCE da Universidade Federal de Sergipe. Também dentro de uma organização de bairro, lá com coletivo que a gente tinha, de juventude negra no bairro no qual morava, na Capital Aracajú também, e posteriormente quando completei meus 16 anos me filiei ao PT e comecei a militância na juventude do PT. Fui secretário Estadual, depois secretário nacional, depois fui para o governo, mas esse foi o início de todo o processo.

Kelly: Entendi. E desde quando você começou, antes até de se filiar ao PT, você trabalha dentro da Perspectiva da Juventude?

Jeferson: Exatamente

Kelly: E assim, pensando em Juventude Negra, desde quando você acompanha isso? Desde também de antes de se filiar ao PT? As demandas que a juventude negra apresentava?

Jeferson: Perfeito então, a gente tinha uma atuação no bairro onde eu morava que tinha um coletivo de juventude negra, junto com a associação de moradores e essa nossa organização focava muito na questão da violência policial contra Juventude. Teve inclusive e dois amigos na época que acabaram, foram assassinados pela polícia né, então a gente tinha uma atuação nessa perspectiva, e eu linkava muito também com a escola, que eu estudava na escola pública e era uma escola que tinha um processo de organização interessante só que também você tinha alto índice de violência da Juventude contra as mulheres, contra jovens LGBT, né, então nossa atuação no grêmio estudantil focou muito nisso, tanto que eu cuidei um momento da parte de Cultura, e linkava muito com essa questão da Juventude Negra. Então a minha militância já se iniciou nesse processo do movimento estudantil, mais linkado muito com a cultura e com a questão da Juventude negra, com esse coletivo que a gente organizou também no bairro

Kelly: E desde esse período você já conseguia fazer o diagnóstico de que os maiores problemas da Juventude Negra era a questão da violência policial e, não sei, falta de políticas públicas, onde você vivia?

Jeferson: Isso, era muito isso, a gente, a avaliação que a gente fazia era que faltava política pública né? Faltava uma praça para o jovem ocupar o seu espaço, faltava acesso às

manifestações culturais. A gente uma turma que andava muito de skate e sempre tinha repressão policial contra nossa turma que andava de skate, por que a polícia chegava e dizia que nós estávamos usando drogas, que estávamos consumindo drogas, estávamos vendendo drogas. Então era muito esse desejo de que faltava de fato política pública para nossa juventude né. No início a gente não, assim, com meus 15/ 16 anos, a compreensão do racismo era muito inicial ainda, era muito jovem, mas depois a gente começou a perceber que de fato tinha um racismo institucional.

Kelly: Mas você sentia, como homem negro, como jovem negro?

Jeferson: Sentia, claro, a gente sentia a diferença, praticamente toda semana era abordado, toda semana você tinha uma desconfiança, quando a gente sair para andar de skate a polícia ficava acompanhando a gente para saber em que área que a gente ia andar de skate, qual a área que nós iríamos ocupar, na praça lá do bairro onde a gente morava, então isso era bem forte desde o início.

Kelly: Entendi, quando você começou, você não tinha essa perspectiva do racismo, mas já percebia essa questão da falta de política pública e da abordagem policial. Em algum momento você começou a perceber que isso se dava por você ser negro? Aí a dimensão racial em que momento surge? Pensando na sua trajetória mesmo.

Jeferson: Principalmente quando a gente começou a atuar no processo desse grupo que a gente tinha, desse coletivo no bairro e que começou a crescer, esse coletivo, e começou a ter jovens negros e também jovens brancos. E sempre que a gente saía para fazer reuniões, às vezes para andar de skate, para curtir uma balada, um evento, a repressão policial era sempre contra os jovens negros que estavam lá.

Kelly: Você cresceu num bairro de periferia de Aracajú?

Jeferson: Isso exatamente, então sempre a abordagem policial, repressão policial, repressão do Estado era selecionada. Os meus amigos jovens brancos eles não tinham, a polícia não tinha essa ofensiva contra eles né, e a gente percebia muito isso e eu comecei a perceber e comecei a refletir um pouco sobre isso.

Kelly: Como que é a tua estrutura familiar. Você cresceu com pai e mãe dentro de casa?

Jeferson: Isso, até os meus 14 anos.

Kelly: Teve pai e mãe?

Jeferson: Isso, depois se separaram, se divorciaram, meu pai viajou e fiquei com minha mãe

Kelly: Qual a leitura que você faz, porque você acha que você não foi cooptado, por exemplo, pelo tráfico já que você viveu numa situação de vulnerabilidade social

Jeferson: Eu acho Muito pelo processo de formação familiar, porque minha mãe meu pai sempre foram militante do PT por exemplo então ele sempre olhava e conversando conosco e também isso no início quando que é meus 10/12 anos sempre que um papo muito muito franco com meu pai com minha mãe nesse sentido e o meu desejo também de construção política, de criar uma independência né? E de poder crescer de fato nessa perspectiva e quando a gente organizou, começou a organizar o grêmio estudantil e esse coletivo de cultura e juventude que a gente tinha eu passei a perceber a necessidade de que precisava eu ter um papel mais de agente público de fato, agente social transformador para poder alcançar que elas políticas públicas que a gente sonhava né? e não era as grandes políticas públicas do Governo Federal como hoje. Era uma praça era uma quadra de esportes que estava faltando no bairro, era a praça que existia mais que a gente queria criar uma pista de skate e a gente, eu passei a perceber que só com processo de organização que a gente conseguiria né reivindicando ou através na escola através do grêmio estudantil e no meu bairro através da associação e do coletivo do grupo de jovens que a gente começou a organizar, que a gente passou a reivindicar fazer manifesto e tudo isso

Kelly: Você teve alguma formação religiosa?

Jeferson: não não não... minha mãe sim, mas ela nunca

Kelly: ensinou isso pra você?

Jeferson: não não não

Kelly: A base realmente foi a família e a organização social que você começou com movimento

Jeferson: Tanto que nenhum dos meus irmãos minhas irmãs assim tem atuação religiosa muito forte. Minha mãe que tem, tinha um pouco no início quando era mais jovem era de uma religião, depois mudou mas nunca ela obrigou ou tencionava para ah, “você tem que seguir a religião”. Não, ela sempre deixou em aberto a questão religiosa

Kelly: Além desses dois amigos seus que foram assassinados você teve outros amigos da sua infância adolescência que você perdeu?

Jeferson: Não. Na minha infância, basicamente não. Foram esses dois.

Kelly: eles eram próximos?

Jeferson: próximos. Era do grupo nosso que a gente andava. Teve amigos presos por causa do consumo de droga, não era nem nada nem tráfico de droga não, é o consumo mesmo. Aí a abordagem policial e leva preso. Ficou pouco tempo, mas foram preso né? ficou 2, 3 meses

presos lá em Aracaju. Então foram os únicos os únicos casos. Claro que de agora já comeu 18 19 20 22 anos teve outros casos também, mas já estavam eram já tá amo mais distantes

Kelly: você foi se distanciando?

Jeferson: distanciando porque eu comecei a cumprir outra tarefa mais partidária e passei a vir morar em Brasília por exemplo 23 anos então quando vim morar em Brasília

Kelly: Foi então a participação do PT que fez com que você se distanciasse desses amigos de Infância não foi por exemplo a universidade?

Kelly: não não, porque na época que eu tava na universidade, no início da minha universidade eu ainda tinha uma proximidade muito forte né? agora depois que eu passei Militar de fato no PT que eu virei secretário estadual da juventude do PT o meu tempo era Universidade e juventude do PT. basicamente isso. claro que eu tinha contato só assim a gente se encontrava mas não era cotidianamente como antes né? Como que uma vez a cada 15 dias aí. eu fiquei sabendo de relato por fulano de tal falecendo fulano de tal foi preso mas não tinha mais essa relação um dia na próxima entendeu?

Kelly: Ficou mesmo na sua idade mais jovem, né? Me fala uma coisa, já pensando a tua atuação como secretário da juventude e as pautas que a juventude Negra foi te apresentando. Você acredita que o jovem negro é mais suscetível a ser agente de violência e também vítimas dessa violência? Qual que é a sua leitura? Você tem quanto tempo de atuação nessa pauta de juventude?

Jeferson: Não, acredito eu acredito plenamente e os dados mostram isso e vivi isso na vida real, a violência contra a juventude negra. Eu comecei minha militância mais forte na juventude e com mais consciência política e social quando eu fui eleito secretário estadual da juventude do PT no ano de 2008.

Kelly: vai fazer 10 anos

Jeferson: exatamente, que foi quando eu passei a ter compreensão de que eu precisava de fato ter uma atuação mais forte, que o partido Poderia ajudar custe política pública. Na época nós temos o governo estadual. Existia por exemplo a coordenadoria de juventude no governo de Sergipe, era o governo do PT. Então eu passei a atuação muito forte nesse processo e nas conferências que nós construímos na época (Conferência de Juventude) a principal reivindicação era a questão da Juventude Negra repressão policial jovem tá morrendo jovem tá morrendo jovem tá morrendo.

Kelly: Desde quando você começa então em 2008 como secretário já vinha essa pauta da morte da juventude negra.

Exatamente. Os relatos das conferências é isso, que tá morrendo, tá morrendo jovem negro da periferia. Eram poucos casos isolados que tinham alguma outra cidade lá no meu estado que era um jovem branco do campo por exemplo, se tinha conflitos agrários, mas 99% era juventude negra que tá sendo assassinado. Então a gente passou a ter um olhar mais forte sobre isso. Falei não, enquanto partido também e eu encontro o secretário nós vamos ajudar a construir políticas públicas, a pensar saídas e quando aconteceu a conferência nacional teve todo o processo né dá início da articulação do programa Juventude Viva, do plano, e eu passei a ter uma atuação da JN 13 do partido dos trabalhadores. A Juventude Negra 13 do PT que foi através do primeiro Congresso Nacional da juventude do PT em 2008 eu fui eleito secretário estadual e vim como delegado para o Congresso Nacional e nesse congresso nós percebemos que majoritariamente eram jovem negros estavam como Delegados e delegadas participando do congresso do PT e foi a principal pauta nossa a questão da Juventude Negra e nós decidimos criar JN 13 Treze

Kelly: a JN é a Juventude Negra do PT?

Jeferson: E era algo assim, dentro da Juventude do PT, mas que conseguir trabalhar especificamente com essa pauta. E que conseguia agregar todos os setores do partido com foco central de exemplo ajudar na construção do plano de leitura e viva além claro das atuações né nos estados municípios, mas nós ajudamos muito, trabalhando muito para que o plano Juventude viva pudesse sair do papel né. Na época o secretário era acho que o Beto Cury o secretário Nacional depois o Severino e foi quando as coisas começaram a andar de fato mais forte pra construção do plano, por exemplo

Kelly: Você me disse que tem dados que fala que nós, o jovem negro é vítima dessa violência mas enquanto agente dessa violência? Por exemplo vira e mexe vem a fala de novo de reduzir a maioria penal de crimes hediondos a gente sabe que a maior população carcerária no Brasil é de homens negros e os meninos que estão em medida socioeducativa a maioria são pardos e negros. A gente tem embasamento para falar que o jovem negro é o principal agente dessa violência?

Jeferson: Não, eu discordo muito nesse sentido. Eu acho que o jovem negro é uma vítima da violência brasileira e que o estado tenta em determinados momentos *guetizar* esse jovem negro nos seus espaços na periferia ou dentro dos presídios para tentar passar uma imagem de que está se diminuindo a violência contra nossa juventude. Eu acho que inclusive tem um conflito muito forte com com a polícia brasileira, com a militarização da nossa polícia, que é policial negro pobre matando jovem negro pobre no Brasil. E também muitos casos de

jovem negro pobre matando também policial negro pobre no Brasil. Então quem morre de fato, tantos sendo vítima do Estado quanto o próprio policial sofre também essa violência são os jovens negros e pobres né. É um matando o outro. É pobre matando o pobre, negro matando negro e eu acho que isso, nós precisamos ter um olhar específico para isso e eu acredito, eu vivo isso e ajudei na construção dos processos da política pública de Juventude e infelizmente vem aumentando que o jovem negro é vítima de toda essa violência de todos os assassinados, de toda a repressão do estado. Dos agentes do estado não compreender que existe o racismo institucional de fato. Aí eu não generalizo. Tem muitos agentes do estado que conseguem compreender isso, mas o grosso ainda não consegue entender que existe o racismo institucional

Kelly: Então na sua leitura é que Jovem negro é vítima dessa violência por conta do racismo institucional?

Jeferson: Exatamente, é um dos principais motivos é a questão do racismo institucional na minha avaliação.

Kelly: Entendi. O Estado, desde da época do Fernando Henrique em 95 ele admite que o Brasil é um país racista. O governo do presidente Lula em 2003 cria a SEPPIR, então a gente tem criado políticas públicas e com esse foco da Igualdade racial e as cotas é a nossa maior conquista e depois a gente tá vendo que hoje uma das maiores demandas realmente até do movimento negro é a questão do genocídio da Juventude Negra né? Então eu queria que você comentasse melhor como foi essa perspectiva da construção do Juventude Viva como você acompanhou isso né ?

Jeferson: Então eu assim, eu comecei a acompanhar pelo partido quando era secretário estadual que nós começamos a mobilização

Kelly: Sergipe é um estado que tem alto índice de jovens negros como por exemplo Alagoas?

Jeferson: Tem e tá crescendo. Sergipe foi o que mais cresceu, inclusive na última pesquisa 77%

Kelly: isso no mapa da violência?

Jeferson: Isso. Aracaju e uma cidade chamada Nossa Senhora do Socorro estão entre as mais violentas do Brasil. Sergipe e Alagoas. E cresce isso muito forte no nosso estado. No início foi através do partido né de forma mais diário cotidiano a construção do sonho do plano que a gente tinha de ter fato um plano de juventude viva e foi através da conferência de igualdade racial, foi através da conferência de juventude que ambas as conferências. As

principais demandas quais eram? Era política pública pro jovem que tá sendo exterminado e foi quando através do partido eu comecei a ajudar na construção do plano. Fui conselheiro nacional de juventude, então isso potencializou também a minha atuação pra poder ajudar na construção do plano. E quando eu vim aqui para Brasília no ano de 2012, que eu fui eleito secretário Nacional de juventude do PT e a Severine foi para o Governo Federal, Secretária Nacional foi quando houve maior integração entre a SEPPIR e a Secretaria Nacional de Juventude e começou de fato o governo brasileiro a lançar uma perspectiva mais forte para o plano de lançar plano, de tirar do papel na verdade e tentar fazer esse processo de envolvimento dos Ministérios, do governo enfim...

Kelly: Eu soube em off conversando com o professor Mario Deodoro que foi Secretário executivo na época da Luiza Bairros que quando a presidente Dilma Rousseff assume ela pensa em trabalhar, ela monta grupo de estudo para pensar coisas estruturais que a gente precisa resolver no Brasil e aí parece que o que o genocídio da Juventude Negra é apresentado nesse sentido assim né. É apresentado na época à Luiza Bairros que era ministra apresentou e a partir disso vocês começam né se interagir Ministérios pra pensar

Jeferson: Houve uma orientação política da presidência na época que era importante todos os Ministérios se envolver. Agora na minha avaliação muito pessoal houve pouco envolvimento dos Ministérios. Eu acho que é por isso que ele não deu certo, não houve de fato uma prioridade política com o juventude viva.

Kelly: Como que era o juventude viva?

Jeferson: Ele foi pensado como fruto do processo das conferências né, de vários estudos e diálogos nos estados né com os movimentos, movimentos negros com movimento Juventude, os mapas da violência que tenham sido construídos na época as pesquisas do IBGE e o diálogo. No início você tinha um campo de batalha que é o juventude viva vai pro viés mais de Prevenção ou vai para um viés mais de repressão jogando juventude viva na mão do Ministério da Justiça, da Secretaria Nacional de Segurança Pública

Kelly: O Gabriel Sampaio falou mais ou menos sobre isso.

Jeferson: Houve um pouco desse conflito

Kelly: Chama atenção se o ministério da Justiça ia pegarna perspectiva da repressão ou se ia da prevenção. Porque a leitura que eu tenho é de que na realidade era que vários ministérios iam colocar algumas políticas públicas em espaços de Periferia

Jeferson: Não, é isso. O Juventude viva é isso, mas no início, mesmo eu de longe eu estava no partido ainda, como secretário, eu percebi que havia esse conflito interno no governo

Kelly: Você tava secretário nacional de juventude na época do PT não era...

Jeferson: Se ia pro viés mais da prevenção da participação dos Ministérios na periferia, de presença do governo federal das políticas públicas, nos bairros mais violentos né, na cidade mais violência se não me engano 130 e...

Kelly: é, ele começou lembro em Maceió e depois ia para vários lugares, inclusive aqui no DF

Jeferson: Cidades mais violenta do Brasil, se não me engano eram 132 cidades no mapa inicial, e tinha uma disputa pra ver se ia pra lógica... como tem alguns governos de estado, como pacto pela vida...

Kelly: E porque seria essa lógica da repressão?

Jeferson: Não é que seria uma lógica assim. Eu falo repressão no sentido de que o plano corria risco de ficar na mão do Ministério da Justiça, da Secretaria Nacional de Segurança Pública que é uma avaliação nossa que IA na contra mão daquilo que a gente defendia, que era o empoderamento da Juventude, o tema Juventude sendo colocado como prioritário e na segurança pública no Ministério da Justiça seria a pauta da Segurança Pública

Kelly: Entendi e aí nesse sentido ela poderia ser repressora.

Jeferson: Exatamente. Como é o Pacto Pela Vida em alguns estados, como é que lá pacificadora que de fato é a lógica da repressão policial

Kelly: policial, entra naquele espaço para ocupar com arma e etc

Jeferson: Ah, tá morrendo muitos jovens aqui, vamos entrar com a polícia para ocupar. Só que acaba matando mais ainda entendeu? O objetivo do plano não era esse. Então houve essa questão. Depois conseguiu pacificar bem, de fato houve uma orientação do governo da presidenta Dilma Rousseff no início, mas acho que faltou uma prioridade política, na minha avaliação, do nosso governo em fortalecer o plano Juventude Viva e colocar isso como algo central. Eu falo central era não é desmerecendo a Secretaria Nacional de Juventude nem a SEPPPIR, mas central na perspectiva de botar esse plano

Kelly: Política de estado

Jeferson: Política de estado e no núcleo duro de governo. Todo governo tem um núcleo duro de governo que tem poder de decisão, que é a Casa Civil ou que é isso e aquilo e enfim, claro que a juventude e a SEPPPIR IA tá participando diretamente construir ajudar mas você não tinha uma prioridade política do governo por exemplo da casa civil e dizer para todos os Ministérios que os ministros e ministras deveriam acompanhar, deveriam construir, deveriam

ajudar. Acabou sendo secundarizado em alguns Ministérios por exemplo, que eram chaves para poder dar andamento ao plano.

Kelly: Quando você assume, você assume em 2015 né?

Jeferson: Não eu assumi no início de 2016

Kelly: Ah, no início de 2016. Já tava no final do governo.

Jeferson: Já tava, fiquei cinco meses até o golpe.

Kelly: Quando você assume o programa Juventude viva já não tá tão forte.

Jeferson: Tava parado, tava parado. A nossa perspectiva era voltar no processo de reestruturação do plano conversando na época com alguns movimentos, resgatando alguns processos que foram feito de diálogo de escuta, algumas resoluções das conferências mapeamento que tinha, o nosso objetivo, a gente brincava, fazer um Juventude Viva 2.0 né dar atualizada, de fato, dar potencializada no plano só que aí não foi possível pelo processo de impeachment. Mas essa era a nossa prioridade, inclusive a minha ida para o governo tinha um pouco desse objetivo, de ser jovem negro, de tratar essa falta do plano como algo prioritário reestruturar o plano e botar como algo central, tentar colocar como algo central no governo como um todo. A Conferência Nacional de Juventude tratou esse tema como prioridade novamente tanto a primeira quanto a segunda ou terceira principal demanda era a questão do genocídio da Juventude Negra

Kelly: Então você acha que politicamente não deu certo por causa da questão dos Ministérios. E porque a sociedade não encampou o Juventude viva? Porque a sociedade e a opinião pública não encampou o Juventude viva ?

Jeferson: Eu acho que houve um erros na comunicação, houve erros na divulgação do plano e na minha avaliação tinha um erro que era central era um plano que ficava muito no campo das ideias, não conseguiu ações práticas e concretas que a sociedade percebesse que tava mudando a vida dela. Era mais um plano, era o que a pessoa está visualizando: mais um plano...

Kelly: Não tinha um plano de ações concreto

Jeferson: Você tinha uma política de comunicação nos grandes meios de comunicação para divulgar, “a tá se matando jovem, tem isso tem aquilo, surgiu um plano, tem isso”. Você fazia alguns encontros, mas acaba que os nossos encontros que a gente acabava fazendo naquele início ali, de existência, era muito encontros com o mesmo público militante, podemos dizer assim, militante da pauta. Não era com aquele jovem negro, cidadão comum, era os militantes da pauta, quem já tinha atuação no movimento social.

Jeferson: E porque não conseguiu chegar no jovem comum que é alvo dessa...?

Jeferson: Eu acho que, assim, que houve erro de novo governo dos próprios movimentos organizados que ajudaram na construção. Um plano que não tinha estrutura financeira suficiente para poder atingir a dimensão que era necessário

Kelly: Você lembra da cifra?

Jeferson: Não lembro. E também essa ideia de cada Ministério colocar o seu quadradinho acaba que fica muito, o processo acabou término do processo de divisão dos Ministérios. Um querendo aparecer mais do que o outro, querendo fazer mais do que o outro e acabou sendo esvaziado o plano ao longo do tempo que depois, na minha avaliação, ficou na mão da SEPPIR na mão da CNJ e setores do Ministério da Justiça, como o próprio Gabriel, setores do Ministério do Desenvolvimento Social, mas não tinha aquela ação prioritária organizada como por exemplo foi, e eu até brincava na época que eu entrei num governo federal falei não precisamos o que nós fizemos com bolsa família que foi algo prioritário que tinha o comando do presidente Lula e depois da presidenta Dilma Rousseff e que todos os ministérios obrigado a cumprir metas e que mudou de fato a vida do povo nós precisamos fazer isso com o Juventude Viva. Devemos acabar com a morte do jovem. O jovem tá morrendo no Brasil como é que acaba? Nós precisamos de acabar com isso minimamente para chegar no patamar de inexistência de assassinato da Juventude Negra. Só que isso não aconteceu. Você tinha um plano que no papel era muito interessante mas na execução de fato você tinha dificuldade de recursos, faltava alinhamento dos Ministérios, uma certa prioridade do governo

Kelly: Você não tem interpretação que é por conta de ser esse jovem negro?

Jeferson: Também, Na lógica do racismo institucional de não ter muita prioridade também do próprio agente do governo federal na época, percebia que alguns setores não tinham isso como prioridade.

Kelly: A gente tá falando de um partido progressista, de um partido de esquerda, mas dentro da própria esquerda essa leitura em relação ao racismo não é uma coisa uníssona

Jeferson: Não

Kelly: A leitura de muitos setores progressistas é que nosso problema é um problema de classe e não de raça

Jeferson: Exatamente e historicamente no PT é isso, vai sendo tratado como luta de classe e a pauta da questão racial vem crescendo e se fortalecendo muito ao longo do

Kelly: É, e a gente trabalha de outra perspectiva, que é interseccionalidade né, você interseccionar classe junto com gênero junto com raça e aí entra também até orientação sexual,

porque se você sobrepõe essas categorias as pessoas são mais oprimidas, tem menos acesso a políticas públicas

Jeferson: É isso, é jovem negra mulher né, jovem negro da periferia determinado bairro aí se for jovem negro gay pior ainda os índices da violência muito maiores. Então havia de fato uma certa dificuldade dentro do governo

Kelly: De entender essa pauta, essa perspectiva né? Porque aí não entra como uma política do estado

Jeferson: Exatamente, como entendeu

Kelly: No fome zero

Jeferson: No fome zero e em vários outros também, a própria lei maria da penha, o próprio disque 100 enfim que teve um processo potencializado dentro do governo que poderia ter sido feito com o próprio Juventude viva. Eu acho que isso foi um dos motivos também

Kelly: A gente pode falar que esse jovem não importa para o estado?

Jeferson: Eu acho que pro estado como o estado estado, sim.

Kelly: O estado não se importa com esse jovem negro.

Jeferson: Na lógica que está organizado o estado hoje eu acho que sim. Eu não falo em governo porque eu posso dizer nem um governo de direita ou de esquerda como todo. Você tem setores do governo que acha que não tem importância você tratar dessa pauta. Você tem setores inclusive do governo do PT que defendem a redução da maioria penal. Claro que hegemonicamente o nosso governo era contra e batalhamos para que isso fosse não fosse aprovado e não foi aprovado ainda por muito dessa luta dessa também dessa compreensão, mas você tinha setores que dizia, não, vamos encarcerar o jovem, vamos começar de cedo né. Então eu acho que era só o Estado tem sim porque foi formado nessa lógica não é, racista, o estado burgês, o estado machista, homofóbico. Isso acaba como isso é antigo muito antigo né, de anos, milhares de anos isso acaba ficando enraizado na dentro da do estado brasileiro que às vezes a gente não consegue nem perceber não tem dimensão mas nem para, a gente percebe, a gente é pego cometendo um racismo muito forte e que se a gente não tiver essa compreensão a gente acha que isso é natural, acaba se tornando natural

Kelly: O que você conseguiu fazer no seu estado quando você era secretário Nacional, pensando essa vulnerabilidade de jovens negros, vocês conseguiram avançar em alguma coisa?

Jeferson: Nada, não conseguimos porque quando eu fico governo federal entrei no período muito turbulento, que era no período do processo de impeachment nosso objetivo era a estruturar e tentar dá uma nova uma nova dimensão Juventude Viva e a gente estava fazendo

isso três quatro primeiros meses nos últimos meses já era processo de impeachment, já tava votação na câmara no senado não funcionava mais nada no governo no Brasil não funciona mais nada. Então não tinha condição. Se já não era prioridade antes depois ficou muito pior, então assim. Sendo muito sincero não consegui fazer nada

Kelly: Você concorda que há um extermínio da juventude da Juventude Negra?

Jeferson: Concordo

Kelly: Teve até CPI, você participou da CPI?

Jeferson: Participei

Kelly: Como que foi a atuação?

Jeferson: Eu fui em São Paulo eu participei em umas visitas em São Paulo com o deputado Reginaldo Lopes, acho que tinha a deputada Mariana Carvalho do PSDB de...

Kelly: Você participou mais ativamente da CPI da Câmara?

Jeferson: Isso, a da Câmara

Kelly: É porque teve uma do senado também

Jeferson: Eu participei mais na da câmara, pois na época eu estava na secretaria. eu peguei período na secretaria quando era do PT e depois quando fui ao governo eu acompanhei um pouco isso.

Kelly: O que eu achei interessante nessa CPI, da câmara nem tanto, mais no senado, essa Perspectiva de admitir essa questão do extermínio da Juventude negra né.

Jeferson: Acho que foi o primeiro documento oficial que admite que de fato há um extermínio da juventude negra. Eu acompanhei um pouco do senado eu não acompanhei cotidianamente, eu acompanhei o relatório final, fui em umas reuniões, enfim, e na câmara eu acompanhei algumas visitas, no Capão Redondo, em São Paulo em alguns bairros, visitando em alguns bairros de Alagoas, fiz uma visita também na região acho do Mato Grosso, que tinha um conflito, que tinham índices elevados em alguns bairros

Kelly: Você tem a mesma leitura do Gabriel Sampaio, que muito desses jovens é cooptado pelo tráfico de drogas e que uma descriminalização das drogas Poderia ajudar nessa morte de jovens negros?

Jeferson: Concordo, concordo plenamente, plenamente. Inclusive eu sou a favor da descriminalização das drogas e um debate muito forte também que a própria CPI sinaliza, a necessidade da gente avançar na desmilitarização das polícias.

Kelly: Esses dois campos, descriminalizar as drogas e desmilitarizar a polícia

Jeferson: Exatamente

Kelly: Porque, tem alguém que ganha nessa lógica de segurança pública?

Jeferson: Ninguém, Ninguém ganha, o estado perde, os agentes públicos perante o estado e a sociedade perdem, o jovem perde, as famílias perdem, o povo perde, o Brasil economicamente perde né.

Kelly: Mas será que nem a questão da indústria das Armas?

Jeferson: Não, aí sim

Kelly: Não sei né. Eu tenho perguntado isso para todas as pessoas que é muito dinheiro nessa perspectiva regressiva que você próprio citou

Jeferson: Não, a indústria das armas com certeza

Kelly: Mas como cria uma sociedade do medo, do risco e o jovem da periferia ta vulnerável pela polícia pelo traficante e a classe média também né você não se sente protegido

Jeferson: Mas aumenta os índices de venda de armas no Brasil né, acaba aumentando

Kelly: Sabe, os nossos dados, são dados de guerra civil 50000 mortes por ano

Jeferson: Exatamente, e a maioria Cometido pelo Estado os Agentes do estado

Kelly: E a gente tem um caso assim as pessoas vão parar de consumir drogas?

Jeferson: Não

Kelly: Então não adianta você ser paliativa

Jeferson: É, não vai.

Kelly: E aí a coisa muito mais complexas que você que visitou essas regiões tem condições até de me falar melhor a questão até da indústria da droga não o dinheiro não fica ali na comunidade

Jeferson: Não, não, Cocaína produzida na comunidade maconha não é plantada na comunidade. Tem outros agentes externos que lucram muito com isso

Kelly: Então nem nessa perspectiva financeira só comunidade ganha?

Jeferson: Ganha poucas pessoas, mas a comunidade assim como um todo, não é a comunidade toda, ganha algumas pessoas que comanda o processo e quem produz quem é o principal produtor, de onde vem a cocaína

Kelly: Mas não é um dinheiro que gera por exemplo uma cadeia produtiva de uma comunidade?

Jeferson: Não, não, Que com a descriminalização ou com o próprio debate da legalização você tem exemplos no mundo que gera uma cadeia produtiva

Kelly: Mas dava para ter esse diálogo dentro do governo, por exemplo?

Jeferson: Não, nunca, nem num governo nosso. Dava com alguns setores. Não vou dizer que não conversaram sobre. Eu conversava com muitas pessoas, mas com central tentar encaminhar projeto de lei por exemplo eram impossível tá aí o PL4471, tá parado.

Kelly: O que é o PL4471?

Jeferson: O autos de resistência, Tá parado, estávamos, inclusive, semana passada, tentando botar regime de urgência

Kelly: Mas é aquele que o Eduardo Cunha votou?

Jeferson: Não.

Kelly: Porque foi aprovado Na calada da noite. Não, desculpa, estou confundindo, esse da redução da maioria penal

Jeferson: Da redução da Maioridade penal, que ele perdeu um dia e ele botou de novo pra votar e ganhou. Tô falando do auto de resistência nós conseguimos passar nas comissões e tá travado no senado o auto de resistência por quê na visão de uma parte da sociedade e de setores da polícia o objetivo aprovação do auto de resistência é de criminalizar os policiais e muitos policiais, aliás, quem de fato cometem esses crimes ficam inocentados pelo Estado por causa do auto de resistência. Ver policial que matou o jovem na periferia que tem 100 autos resistência nas costas

Kelly: É conversando com promotor Anderson Andrade da Vara da Infância e da Juventude ele fala isso. Citou até um caso aqui no Goiás o cara teve vários e foi promovido

Jeferson: Se você pegar esses casos desses policiais que matam jovens negros na periferia brasileira 90% deles tem auto de resistência já e tem uns que tem coisas absurdas, 100, 80, 150 que ganha promoção entendeu? Então o que foi que eles perceberam, eles começaram a se organizar também para não aprovar o auto de resistência e na atual correlação de força hoje é muito difícil aprovar

Kelly: Agora, conversar com o Gabriel foi muito elucidativo, porque ele falou que não é só a questão do auto de resistência porque é uma medida administrativa, é o próprio judiciário que não investiga homicídio no Brasil. Na fala do Gabriel ele falou assim, " não dá nem pra gente falar que o jovem negro é o principal agente da violência porque a gente não tem dados o Ministério da Justiça só investiga 8% dos homicídios no Brasil, o judiciário não investiga as mortes no Brasil também", então polícia também se beneficia disso, ela se coloca como medida administrativa auto de resistência, o delegado não denuncia no ministério público e encerra por ali mesmo.

Jeferson: Um caso ou outro que tenha repercussão nacional que você abre o processo de investigação mas casos isolados...

Kelly: Como muda isso? Como faz o judiciário andar?

Jeferson: Mas isso é a lógica militarizada no qual nós fomos formados, no estado brasileiro, De fortalecer o militarismo de fortalecer as forças repressivas no nosso país. Se você pegar legislação é isso, como é que não consegue aprovar? porque a correlação de força hoje no congresso é muito desfavorável

Kelly: Principalmente com essa bancada da bala

Jeferson: É, bancada da bala...

Kelly: E também tem uma bancada, por exemplo das neopentecostais, evangélicas, que trabalham nessa perspectiva da moral

Jeferson: O que eles fazem ao invés de aprovar o auto de resistência , eles botam a redução da maioria penal no discurso raso de que 90% da população brasileira quer a redução da maioria penal

Kelly: Você, com mais de 10 anos de atuação, acha que a gente avançou nessa pauta de juventude?

Jeferson: Eu acho que avançou nos marcos legais da juventude e em algumas políticas de governo. Nas políticas concretas de estado avançou no marcos legais, como o estatuto da juventude, a PEC botou de fato a pauta da Juventude como algo...

Kelly: A juventude passou a ser protagonista né?

Jeferson: Pelo menos saiu da invisibilidade, agora teve várias políticas e sistema de cotas, ProUni, expansão nas universidades, principalmente na área da educação, isso deu Empoderamento e deu Força para juventude poder ter...

Kelly: Mas isso não atingiu mais uma classe média?

Jeferson: Sim, mas atingiu muito o jovem negro né?

Kelly: Sim, mas um jovem negro de classe média

Jeferson: É, exatamente.

Kelly: Né, não é esse jovem negro que tá na periferia que às vezes não teve acesso nem de terminar o ensino fundamental, que foi cooptado

Jeferson: Mas assim, Também não podemos negar que melhorou muito, não chegamos num patamar ideal, mas melhorou muito, deu oportunidade para o jovem negro que era invisível passou a ter uma certa visibilidade e oportunidades também que não existiam né.

Kelly: E você acha que agora nesse novo cenário a gente tende a retroceder, essas políticas, pensando nos autos de resistência com você me falou, programa Juventude viva que nem avançou.

Jeferson: Só não vai retroceder mais, só não retrocede mais, se tiver muita luta social muita mobilização, muito enfrentamento. Foi o que a gente conseguiu na Redução da Maioridade Penal, mas com o golpe do Eduardo Cunha no outro dia ele conseguiu aprovar, mas tá ainda parado. Nós colocamos isso ainda, podemos dizer assim, tá na gaveta do congresso nacional, mas sempre de olho aberto porque a qualquer momento você pode ter mobilização do lado de lá para poder aprovar a redução da Maioridade Penal e esse tema vem sempre à tona quando né parece um crime cometido por um...

Kelly: Agora esse crimes são muito pequenos

Jeferson: Concordo

Kelly: Não são nem 10% e não tem nem consenso nisso, tem uns que falam que é 2%, que é 5%.

Jeferson: A imprensa brasileira faz um estardalhaço enorme que fica aparecendo que todos os crimes cometidos no Brasil são cometidos por menores

Kelly: A gente tem maior crime desses jovens fazendo na perspectiva de crime contra patrimônio e tráfico, mas não é uma perspectiva...

Jeferson: Não e nós temos mais jovens sendo assassinado do que cometendo crimes. Muito mais jovens assassinados e o estado não tem o olhar como tem...

Kelly: Porque que a mídia não consegue trabalhar isso na sua opinião, agora estou falando porque é do meu campo de atuação, que isso me interessa

Jeferson: Eu acho que um conjunto assim, um de interesse que você falou você tem uma indústria da arma, da bala aí que financia na minha avaliação diversos setores no nosso país, tanto da comunicação quanto a classe política setor Empresarial. Você tem também o desejo de alguns setores da sociedade brasileira de uma certa divisão social no nosso país de que negro e pobre precisa tá no seu gueto ali no seu canto, “não pode ter acesso e oportunidade de que o que eu tenho que eu sou branco de origem familiar mais rica” podemos dizer assim, aí eles lutam tempo todo para haver essa divisão no nosso país. Desde o descobrimento do Brasil, do processo da escravidão até hoje

Kelly: Porque uma coisa que eu sempre pensei desde o começo do meu doutorado foi, porque a gente conseguiu fazer com que a Lei Seca fosse encampada pela opinião pública e o

Juventude viva não teve a mesma adesão, porque a gente consegue reduzir a morte do jovem branco que também morre bastante

Jeferson: Isso, e vem reduzindo né.

Kelly: E a gente consegue reduzir. A opinião pública, os meios de comunicação, a sociedade encampa isso proteger esse jovem e a gente não consegue o mesmo com o programa juventude viva

Jeferson: Porque assim, grande parte desses jovens também que são assassinados, são jovens invisíveis. A sociedade e os meios comunicação os tornam invisíveis. Morrem e as pessoas acabam não sabendo as pessoas levam na naturalidade. Quando você tem uma morte de um jovem branco por exemplo em Copacabana no Rio de Janeiro você vê o tamanho, a proporção que os meios de comunicação no Brasil dão. Quando você tem um jovem negro que mora no Cantagalo que ali do lado é quase em Copacabana não tem essa dimensão eles não dão essa dimensão. Vou ser sincero para você, é o racismo que existe no Brasil. Podemos dizer assim que não dá, eu já ouvi algumas pessoas da comunicação, falando que não dá Ibope, não dá muito ibope não dá muito retorno financeiro

Kelly: É mas dá Ibope quando eles propõem a fazer os telejornais de tarde expondo e bandido e muitas vezes bandido é preto

Jeferson: Mas por exemplo, pesquisas recentes mostram que isso vem diminuindo, o índice de...

Kelly: De bandido bom é bandido morto, essas coisas. É realmente tem várias pesquisas que opinião pública tá mudando essa opinião né, acho que é muito também por causa do trabalho dos movimentos sociais, Direitos Humanos, para reverter essa imagem

Jeferson: E outra coisa assim, com algumas políticas públicas que foram construídas no governo principalmente de Lula e Dilma os jovens negros passaram a ter certas oportunidades

Kelly: Principalmente os jovens negros de classe média né

Jeferson: Passaram a ocupar espaços também de empoderamento e começaram também a potencializar essa pauta do racismo, da violência contra a juventude

Kelly: Violência Policial

Jeferson: Violência Policial. E isso passou a entrar também no cotidiano das pessoas. Por bem ou por mal, às vezes por mal né?

Kelly: É, porque por exemplo, quem entra com você provavelmente você pode ser de novo abordado pela polícia porque você é preto e a pessoa vai sentir o constrangimento ali do seu lado e você é hoje um homem de classe média

Jeferson: E aí, É a gente usa podemos usar isso como exemplo e debater esse tema na vida real

Kelly: Porque, não é o fato de você ser hoje formado de classe média ter acesso a vários bens de consumo você continua sendo negro

Jeferson: Exatamente. Então Eu acho que a sociedade passou a ter um olhar mais forte sobre isso por causa também que esse tema começou entrar no cotidiano das pessoas né. As vezes pelo processo de empoderamento da juventude negra que ocuparam as Universidades, estão fazendo o debate tem estudo tem pesquisas tem formulações sobre esse tema e às vezes pela própria violência né. Algumas pessoas começaram algumas pessoas começaram “Por que tá morrendo tanto?” ou “por que que tanto jovem negro tá no tráfico?” ou então “porque que o jovem negro tá preso? Por que que tá acontecendo isso?”. Mesma coisa da pauta LGBT, mesma coisa da luta das mulheres, então são pautas das majorias no Brasil que são tratadas como minorias né, mas que eu acho que vem crescendo um pouco não posso confirmar se a conscientização do povo, mas eu acho que a pauta vem crescendo no cotidiano das pessoas, pessoas pelo menos “não sei que que tão matando muito jovem negro, mas porque?” alguns dizem “não, porque é vagabundo que tá no tráfico”...

Kelly: Você acha que a mídia discute isso com uma forma natural, ainda discute como causa e consequência dessa violência desses assassinatos

Jeferson: Eu acho que não, a mídia como todo não, você tem alguns setores né. Setores mais progressista que acabam discutindo

Kelly: Mas a mídia tradicional não, né, só trabalha a questão da pena.

Jeferson: Eu acho que o processo da globalização da rede social, do fortalecimento do uso das redes no Brasil isso ajuda muito, mas a mídia mais tradicional você falou pode ter até melhorado um pouco mas ainda não é a central nem é prioridade e quando trata desse tema eles secundarizam demais, botam em determinado horário utiliza espaços de programas que que não tem muita visibilidade que não tem muito potencial entendeu?

Kelly: Se o Juventude Viva voltasse agora como você acha que ele deveria ser para gente finalizar? Ou outro programa, pensando nessa questão, você pensa que tem que ser política de estado, essa questão da redução da morte do jovem negro?

Jeferson: Exatamente, eu acho que tem que entrar a discussão da desmilitarização, da política de drogas, questão do auto de resistência tem que entrar nesse bojo. Claro que o Plano foi pensado com esse objetivo, mas acho que não deveria ser um plano, acho que deveria ser um programa como central num governo que tenha recursos para que os estados olhem isso como algo importante. Porque o governador e o Prefeito se não, infelizmente a lógica é essa, se não tem muito recurso ele secundariza o programa ou o plano. Porque o bolsa família e outros programas do governo federal deram certo? Porque tinha uma orientação política do Governo Federal para os estados e municípios para você receber dinheiro do fundo nacional da educação você tem que criar o conselho, você tem que seguir determinadas regras e objetivos e metas a serem atingidas e o prefeito e o governador dizia não, nós precisamos potencializar o tema da educação o tema da Saúde o tema da assistência social enfim porque eu sei que vou receber recurso. Eu botei grana para poder executar esses programas e o plano de Juventude Viva não, eu ouvi de um prefeito assim” mas isso é uma carta de boas intenções, o que é que você vão me dar, como é que eu vou executar o plano aqui?, vocês estão me trazendo só panfletos só ideias e a máquina do estado vai chegar aqui quando?”

Kelly: Então os prefeitos reivindicavam?

Jeferson: Reivindicavam isso, “Não beleza que este barra que é violento pra caralho, agora eu não tenho como reverter eu dependo do governo estadual e do governo federal que é que vocês vão trazer para a gente, praça?” Não e o plano tinha em contrapartida da prefeitura, isso gerava um desconforto muito grande, é um tema já difícil de se tratar e sem estrutura financeira também piora muito então eu acho que devia ter virado de fato, saído da lógica do plano virado um programa como central no governo e que entrasse essa necessidade de aprovar no Congresso Nacional o fim dos autos de resistência, o debate da questão da política de drogas...

Kelly: É pouco tópico. O Barack Obama primeiro presidente negro dos Estados Unidos não consigo fazer isso, o “black lives matter” lá existe por causa disso, porque a sociedade civil começou a reivindicar a questão da morte de jovens negros pela polícia que recrudescer. Se com um presente preto eles não conseguiram, a gente não conseguiu nem eleger

Jeferson: Não, eu sei, eu sei que o debate da...

Kelly: Porque você mesmo falou dentro da questão progressista você não tem

Jeferson: Não, o debate das drogas é um debate muito muito difícil de ser tratado na sociedade, agora

Kelly: A redução das mortes você acha que é possível?

Jeferson: É possível, eu acho que é. Eu acho que dá pra ir avançando aos poucos, como foi outros programas, como por exemplo a lei seca né? você falou do próprio disque 100, a Lei Maria da Penha que no início tinha muita resistência mas que se tornou algo muito bom.

Kelly: Então, se um governo federal resolver “nós vamos reduzir a morte do jovens” tem condição?

Jeferson: Tem condição, é só botar isso como prioritário no governo. Com poder real, o presidente ou a presidenta dizendo, “nós vamos tomar conta dessa porra aqui, nós vamos pra cima, eu vou visitar todos os estados para tratar desse tema”, porque é o que aconteceu com os programas que deram certo no Brasil. Todos que você pegar, de um ProUni da vida, à Lei Seca você tinha presença forte do Estado dizendo que aquele era prioridade

Kelly: E do governo federal, né?

Jeferson: Governo Federal, precisa fazer isso massificando, com a participação dos meios de comunicação potencializando.

Kelly: Dos entes federados né?

Jeferson: Isso, dos entes federados, um grande pacto né, nós podemos um, eu até falo isso, o pacto que foi criado para acabar com a fome no Brasil poderia ser criado um pacto para pelo menos tentar, para reduzir a morte da juventude negra. Um grande pacto nacional, município, estado.

Kelly: Não, porque não é só o jovem negro que morre, ele é o que mais morre, mas o jovem branco também morre.

Jeferson: Exatamente. Então eu acho que com um grande pacto a gente conseguiria repetir, porque nós temos elementos, nós temos dados, nós temos estudos nós sabemos...

Kelly: O diagnóstico a gente tem, né.

Jeferson: O diagnóstico tem. Agora precisa de fato ter essa construção de uma política real e concreta que envolva todos os entes federados, que tenha essa sintonia e que tenha orçamento, infelizmente estamos no capitalismo, precisa ter orçamento para poder botar em prática o programa para funcionar. E envolver os entes federados porque você chega para conversar, eu tô dizendo isso porque eu conversei com prefeito “beleza do caralho, mas assim eu não tenho a mínima condição eu não tenho nem condição de rodar o panfleto e os cartazes para divulgar”. Tratar esse tema na área educação que o objetivo com o MEC era esse mas não conseguiu executar, que as escolas pudessem tratar.

Kelly: Mas a gente tratou, por exemplo, a questão de gênero, LGBT, tratar também da questão da morte....

Jeferson: Exatamente

Kelly: Interessante isso, porque a gente precisa pautar isso. Até porque esse menino que tá lá na periferia tendo aula ele é vítima.

Jeferson: Claro. Não e outra coisa. Quando você vai tratar desse tema na periferia é um tema que tá lá no cotidiano das pessoas, não é um negócio difícil das pessoas compreender, as pessoas vão dizer “pô, é verdade, morreu um ontem aqui, ou foi preso, ou matou. Então...

Kelly: Isso não avançou nem dentro do MEC?

Jeferson: Nada, e a ideia era essa ação do MEC era essa, poder propagar esse tema, você tinha a ação da SECOM que era né...

Kelly: É, porque aquele negócio que você me falou, ficou setorizado dentro dos movimentos que já discutiam isso, o jovem que é vítima disso não chegou essa pauta pra ele

Jeferson: Não, você tinha o comitê gestor, era a SEPPIR, a SNJ, alguns Ministérios mas eram pessoas importantes do Ministério mas não tinha um poder de decisão que um programa que um plano como esse precisava né

Kelly: A ideia do ministério da educação era fazer isso, no ministério do esporte era levar políticas públicas de esporte

Jeferson: Aham, tinha as praças de juventude

Kelly: No ministério do trabalho levar pra (inaudível) e essas coisas

Jeferson: Isso, exatamente, cada ministério contribuindo com aquilo que já existia no próprio ministério, só que não houve isso, foi esvaziando.

Kelly: E você acredita realmente que quando a periferia tiver mais políticas públicas a gente vai conseguir também reduzir, independente da descriminalização das drogas?

Jeferson: Eu acho que sim. Acho que não resolve 100%, mas acho que diminui. Por exemplo porque que a gente não debate no Brasil o tema do racismo na escola? No próprio governo você não consegue debater questão do racismo institucional. Nas casas legislativas do Brasil que tem resistência de debater isso.

Kelly: Eu conversei com Arthur ele trabalhou na SEPPIR e ele disse que ele trabalhava com as pautas de racismo com os parlamentares ele falou dos parlamentares nos deputados que tinham afinidade com a pauta racial era em torno de 20 a 30

Jeferson: Vi deputados “não, isso não dá voto não”. Dor de cabeça para caralho, gasta energia e não dá voto, dá voto os que tão na comissão de Minas e energia na comissão de educação na comissão aqui, na comissão acolá

Kelly: A pauta de direitos humanos não.

Jeferson: Não, isso é problema. Tem gente que foi conversar muito né na própria CPI também você tinha deputados participando. Muita resistência ao tema

Kelly: Tem mais alguma coisa pra falar?

Jeferson: Não acho que é isso, uma hora. Espero que tenha te ajudado aí.

ENTREVISTA COM RODRIGO CHIA

Entrevistadora: Rodrigo, deixa... Você acho que basicamente você falou da sua trajetória profissional agora (informalmente) pra mim que é a questão, de como... Primeiro você escolheu comunicação, depois você foi pra área do direito, mas eu queria entender em que momento você decidiu estudar a questão da maioria penal. Você tem alguma relação com isso? Ou foi por conta de uma questão realmente de estar aqui, trabalhar no Senado, tendo o contato com a pauta...

Rodrigo: Não, na verdade são duas questões né. Tem a ideia da abordagem em si, que aí não tem haver com a maioria penal em si e tema maioria penal. A ideia do tipo de abordagem, na verdade, surgiu durante minha graduação. Eu fiz um trabalho já sobre um outro instituto que era a questão da prisão preventiva e outra de prisões provisórias, né. Como a gente fica sempre naquela vontade de tentar propor uma abordagem diferente, um jeito diferente de lidar com aqueles assuntos que acabam se tornando meio repetitivos, eu resolvi buscar na minha formação de comunicação, né, alguma coisa diferente e aí fiz justamente essa análise de como os meios de comunicação tratavam a questão da prisão preventiva. Não sei se você conhece, mas no Direito ele é uma questão bem técnica, né. E quando você ver uma notícia de jornal, aquilo é dado como uma coisa normal, uma coisa comum, hoje em dia está até mais em discussão por conta da Lava Jato e tal, é... Mas enfim, eu queria discutir, né, como é que essa coisa era mostrada (nos meios de) comunicação e como de certa forma isso legitimava um uso no Direito que não é....

Entrevistadora: Comum.

Rodrigo: Não é uso mais adequado tecnicamente.

Entrevistadora: Entendi.

Rodrigo: Entendeu?

Entrevistadora: Entendi.

Rodrigo: Prisão preventiva tem algumas finalidades específicas, que nem sempre são atendidas nas prisões que são efetivamente decretadas. Então isso diz muito em relação sobre o tipo de abordagem que eu escolhi e a metodologia que eu escolhi. Eu meio que queria desenvolver isso melhor, fiz um trabalho (de conclusão) de curso sobre isso, né.

Entrevistadora: Entendi

Rodrigo: Queria desenvolver isso melhor. Mas não queria repetir o tema, né, o tema material digamos assim. Então, como aqui... como a questão da redução da maioria penal era um tema que me interessava não como pesquisador, mas como pessoa, né, como cidadão e no ano que eu ingressei no mestrado tinha, não sei se você lembra... tinha voltado uma PEC, se não me engano PEC, não vou lembrar, 33 eu acho.

Entrevistadora: Você entrou em 2014?

Rodrigo: Tinha vol... É. Tinha entrado uma PEC do Aluísio Nunes, que relativizava a questão da maioria penal...

Entrevistadora: Eu já li sobre isso.

Rodrigo: Permitia que promotores, suscitasse o incidente de desconsideração, né, da idade aos 18 anos e tal. Aproveitei que isso estava, né, de alguma maneira (voltando). Isso é um tema que aqui no congresso vai e volta, pelo menos desde a década de 80 está sendo

discutido isso, mas as vezes ele da uma acalmada, as vezes volta, geralmente associado a algum de caso, né, que envolve... de grande repercussão que envolve menores ou então um momento em crescimento de um certo conservadorismo etc., e tal. Então essas duas coisas, né, minha vontade de continuar desenvolvendo esse tipo de abordagem e o meu interesse pessoal pelo tema maioria penal eu resolvi juntar as duas coisas e aí resultou na minha pesquisa...

Entrevistadora: Ah, na sua pesquisa de mestrado?

Rodrigo: Isso

Entrevistadora: Entendi. E você acha que esse jovem, né, que é objeto de quando se discute a questão da redução da maioria penal, muitas vezes ele é agente da violência e vítima dessa mesma violência, né. Você acha que essa discussão que a gente tem pensando acho que primeiro aqui, que você trabalha aqui no senado e depois pensando nos meios de comunicação. Você acha que tem uma abordagem realmente profunda que discute a causas que fazem esse menino muitas vezes cometer o ato violento e muitas vezes ele também sofrer esse ato violento? Na sua opinião durante a sua pesquisa não sei se você teve, se debruçou sobre isso.

Rodrigo: Isso que eu queria te falar antes. Assim, na minha pesquisa em si por não ser bem o objeto da minha pesquisa a questão da maioria penal em si, eu não fui mais a fundo. Mas eu faço uma análise crítica dessas questões, porque... Acompanhava até antes de fazer a pesquisa () não sei se atende o seu interesse, né, (dentro da) pesquisa. Então primeiro eu vou puxar para a questão assim mais próxima a pesquisa. O que que eu vejo nos meios de comunicação? Eu fiz uma análise de como os meios de comunicação tratam esse assunto. Não sei se você lembra, eu peguei seis meses, né, e...

Entrevistadora: Você analisou os editoriais, né.

Rodrigo: Isso. Usei algumas expressões que eu achava que cercavam, né, a questão (para delimitar) o corte que eu ia trabalhar e peguei editoriais e textos opinativos. Editorial mais associado a própria institucionalidade do veículo e textos opinativos, né, enfim de colunistas, convidados e autoridades na matéria... Mas eu li também, até porque para filtrar eu acabei lendo muito matéria mesmo sobre (fatos). Eu lembro que teve um caso no Rio de um médico que foi esfaqueado na lagoa, foi nessa época, foi dentro...

Entrevistadora: Do período que você analisou.

Rodrigo: ((interrupção de fala)) teve aquele caso no Piauí que foram cinco menores que estupraram duas meninas se eu não me engano. E que que eu percebi assim, repetindo que não é o objeto da minha pesquisa, mas que eu percebi é que a coisa é sempre uma mostrada pela metade. É um tema extremamente complexo que tem várias faces, por exemplo, essa questão do (jovem), do menor e por “n” razões, menor negro, geralmente, ser tanto autor das condutas e tal (que seria) análogo do crime quanto ser vítima, esse é um aspecto que você não vê em discussão nenhuma. A impressão que você tem se você for analisar essa questão é que não tem relação nenhuma uma coisa com a outra. As coisas acontecem totalmente independentes.

Entrevistadora: E mesmo quando a gente está falando de classe, por exemplo, falta de estrutura familiar... Eu entrevistei o doutor Anderson, né, e ele trabalha com a área de

(juventude) e ele fala “Geralmente o público alvo é jovens de periferia, de famílias que não tem estrutura, né, as vezes monoparental, só a mãe. Nem essas causas são trabalhadas, independente de raça, porque raça é mais complexo, realmente. Mas essa questão de classe, de falta de estrutura familiar, de falta de oportunidade de emprego...”

Rodrigo: E é interessante, porque aí talvez tem interesse específico em relação a minha pesquisa que como eu foquei em editoriais e textos opinativos, são os gêneros textuais que dariam espaço para fazer uma (análise dessa). Porque tudo bem, geralmente, se você for debater isso com alguém que milita (na área da) imprensa ele vai falar que em uma matéria factual sobre o médico que foi morto na lagoa, por exemplo não cabe, não tem espaço pra ficar discutindo por que que faz isso, o que que levou...

Entrevistadora: Sim. Sim. Até pensando nas práticas jornalísticas. Não tem espaço...

Rodrigo: O que que levou aquelas menores especificamente...

Entrevistadora: Cometer esse delito.

Rodrigo: É. Agora o espaço do texto de opinião seja o texto de opinião em si, né, (nas páginas) que não sejam os editoriais, em tese é justamente o espaço que permite uma análise mais aprofundada. Mesmo (nesses) espaços (você não vê essa análise). Outra coisa que eu ia falar e aí não só em relação a essa questão que você coloca né, porque... Como é que fatores como a situação socioeconômica ou até familiar, afetiva (até influencia muito)... todas as questões que são importantes na discussão desse tema. Uma coisa que eu fico sempre impressionado é que se você vai discutir maioria penal, você tem que pensar no que você quer com a redução da maioria penal. Qual seu objetivo.

Entrevistadora: Hum, interessante.

Rodrigo: Você quer se vingar? O menor foi lá e matou, estuprou, seja lá o que ele fez é propiciar vingança para os parentes da própria vítima ou você quer resolver ou reduzir a incidência da violência? Geralmente os objetivos são vistos como mais legítimos são esses, né, eu quero reduzir a violência. Aí entra uma série de questões de direito penal, mas a princípio o direito penal não serve para saciar a vingança pessoal das pessoas, de quem é vítima ou de enfim de quem é próxima. Ele serve para tentar conter a prática de determinadas condutas que a sociedade em determinado momento histórico considera inadequadas, né, incompatíveis com a vida em sociedade e tal. Essa é uma discussão que eu acho que é essencial para a gente debater, a questão da maioria penal (e que você), de novo, você não vê debate nem aqui no Legislativo e nem nos meios de comunicação.

Entrevistadora: Nem nos meios de comunicação. Você chegou a ver alguns estudos? Se reduz a maioria penal em outros lugares, se realmente consegue conter essa onda de violência?

Rodrigo: Especificamente sobre maioria penal eu não lembro se li, mas eu leio, li e continuo lendo muito sobre a questão do efeito de medidas que chama de penalizadoras né, em geral sobre a criminalidade. Só que é claro, tem uma diferença formal entre as condutas cometidas por menores e maiores, mas eu vou chamar de criminalidade só para facilitar. Então existem vários estudos que, por exemplo, a própria questão do índice de carcerização no Brasil, né, da década de noventa, no início da década de noventa se não me engano, nós tínhamos

noventa mil presos, hoje a gente tem cerca de uns seiscentos a setecentos mil. Esse números vão variar você vai ver por conta de levar em conta prisão domiciliar ou não diferentes (níveis nessa faixa). Ora, se a gente tinha menos de cem mil e hoje a gente tem setecentos mil e se prender fosse uma medida eficiente para reduzir a criminalidade a tendência era que nós tivéssemos uma redução, uma redução considerável e não é isso que a gente vê. A gente tem até alguns momentos assim de (refluxo) que na minha avaliação pessoal estão mais associados a questões sociais, a momento de crescimento econômico...

Entrevistadora: Oportunidade de emprego.

Rodrigo: Mas enfim, não é essa questão que a gente está debatendo. Mas intuitivamente esse discurso da punição como solução para a questão da criminalidade, da violência (como se ela) efetiva deveríamos ter esse efeito e uma série de outras medidas. Eu até cito na minha dissertação bem () teve a lei de crimes hediondos, teve a lei do regime diferenciado, regime disciplinar diferenciado que foi por conta do Beira-mar e tal. Tem várias propostas de criação de novos tipos penais, de agravamento de penas e etc.. Então o que a gente historicamente de pelo menos vinte a trinta anos pra cá é um monte de medidas que tornam mais rígidas né a punição e isso não tem funcionado então por que que a redução da maioria penal especificamente funcionaria? Para essa finalidade, né.

Entrevistadora: Para diminuir a violência, né. Interessante você colocar umas coisas nesse sentido, que eu não tinha me atentado essas medidas que foram criadas no Legislativo, pensando no endurecimento das punições e você discute na sua tese, na sua dissertação indo pra ela, essa questão da sociedade de risco né. Que o medo se torna um produto que a mídia manipula isso, então ela trabalha nessa perspectiva de colocar o medo na sociedade, a gente o tempo todo se sente inseguro e isso realmente é vendido... No seu ponto de visto essa alimentação realmente ajuda na questão realmente do senso comum muitas vezes concordar com a redução da maioria penal, né? Então eu queria que você discutisse, porque é um fenômeno que está sendo muito alimentado, principalmente, por esses telejornais policiaiscos a tarde...

Rodrigo: Isso é uma coisa que eu tenho bastante convicção. Essa é uma das partes que eu mais gostei de ler, estudar sobre esse assunto, essa questão da sociedade de risco. É um aspecto que eu acho assim bastante simples quando a gente para pra pensar, mas que perceber isso é genial né, que é comparar... O risco é sempre uma possibilidade né, mas a reação ao risco é uma coisa (concreta). Então a gente tem uma desproporção entre a reação e a causa. Quer dizer, a causa é apenas uma potência, né. Pode acontecer. Você pode sair daqui, (desculpa) citar como exemplo, mas ser assaltada. Eu posso sair daqui e sofrer um acidente, enfim.

Entrevistadora: São possibilidades.

Rodrigo: Exatamente. Assim como você pode sair, viver mais quarenta, sessenta, oitenta anos e nunca ser assaltada. Agora, a partir do momento que você, por exemplo, escolher andar com uma arma () isso, você vai estar com uma arma na sua bolsa. A partir do momento que você escolher ser mais agressiva com as pessoas que talvez ela tenha medo de você e não te ameace isso é uma... Eu cito sempre o exemplo do condomínio, né, as pessoas têm medo de serem assaltadas, serem vítimas de furto, de roubo, o que for aí elas colocam grades, colocam muros. Elas realmente podem ter o risco de ser assaltada, mas elas podem sem muro, sem grade nunca serem assaltadas. Acho que a maioria das pessoas nunca é assaltada. Se não nós teríamos números assim né, cem mil assaltos por dia. Não é o caso. Mas a partir do momento que ela

bota um muro, que ela bota uma grade, a grade está lá, ela não.... Entendeu a diferença? E aí é interessante a gente ver como que a gente trabalha isso como sociedade, que a gente eventualmente vai reduzir a maioria penal “é porque eu posso ser vítima”...

Entrevistadora: de um jovem que faça crime hediondo contra mim...

Rodrigo: Como a gente falou antes, sem nem entender direito por que ele acaba nisso, mas tudo bem vamos pular essa parte. Eu posso ser vítima, só que aí a partir do momento que eu reduzo, eu vou submeter um monte de jovens concretamente a uma realidade diferente, quer dizer, aquele jovem que praticou uma conduta, aí varia de acordo com as propostas de redução claro né, tem algumas que são consideradas mais brandas e outras (menos). Vamos pensar numa radical que simplesmente reduz sem nenhuma diferenciação, o que hoje são 18 passa a ser 16. Eu vou concretamente jogar um monte de jovens de 16 e 18 anos numa realidade tal, que é a realidade um sistema carcerário em geral e a realidade das penas e do tratamento dada as pessoas em geral. Isso vai ter efeitos concretos, ao passo que você não sabe com o que você está lidando. Política é sempre algo assim, você não tem como avaliar com exatidão né.

Entrevistadora: E que aspecto da sua dissertação você viu ele como um elemento toda o tempo sendo trabalhados nos jornais, nos editoriais? Essa perspectiva realmente dos dados estatísticos que aponta violência aqui no Brasil...

Rodrigo: É. Eu vejo, eu vejo.... Na verdade, eu não vejo os jornais, o veículo não se quer trazem dados para que a gente possa fazer essa análise. A gente não consegue a partir das notícias entender o que aquilo representa no universo. Então o que que um jovem infrator representa num universo de jovens. O que que o crime praticado por um menor representa num universo de crime. As poucas matérias com as quais eu me deparei que falam sobre isso trazem dados, eu até também cito esse.... Se você buscar lá a fonte tem a referência, tem uma matéria que é algo surreal, esse também cita vários dados que são totalmente contraditórios entre si. E mas no final a mensagem da matéria é assim “o menor está muito envolvido com o crime, grandes partes dos crimes é praticado por menores”. E a própria matéria traz dados que são completamente diferentes entre si. Um diz assim, eu vou chutar porque eu não lembro de cabeça, mas: “1 % dos crimes violentos são praticados com a participação de menores”. A outra traz 8%. Como é que você chega numa conclusão se você não sabe se é 1 ou se é 8 ou se é algo entre isso, ou se é menos de 1? É difícil de você fazer uma análise. Isso numa matéria que por acaso tratava dessa questão de tentar mostrar o contexto maior, ao invés de pegar só um caso. A maioria das matérias se quer fala nisso. Aí entra numa questão da criminalidade de uma maneira geral, né. Ninguém fala assim “Ah, hoje no bairro tal não houve nenhum crime”. Isso não é uma notícia, é a questão da própria...

Entrevistadora: Não. Aí a questão é realmente de fazer o jornalismo, né. O que vira notícia.

Rodrigo: Isso, a questão da própria natureza. Não estou dizendo que o profissional errou por conta disso, estou dizendo que isso gera um efeito concreto, certo ou errado, havendo outra maneira de fazer ou não o efeito concreto é que ela gera uma percepção da realidade que... Uma percepção que não corresponde fielmente a realidade. As pessoas tendem, assim como qualquer coisa inusitada, não precisa ser crime, pode ser qualquer prática inusitada as pessoas começam achar que aquilo é mais comum que...

Entrevistadora: Efetivamente era. Mas é interessante você me falar, né, que não são discutidas nem as causas na perspectiva de dados entendeu? Os dados são muito contraditórios, porque aí você incita uma perspectiva de sociedade do medo, mas você não tem nada material pra sustentar isso.

Rodrigo: Mas o medo (não depende) disso, o medo é trabalhado num nível de percepção, é uma coisa muito mais subjetiva do que um dado concreto, um dado estatístico. Eu preciso criar um ambiente, uma sensação, uma sensação de risco, uma sensação de perigo e não necessariamente demonstrar. “Olha, realmente, olha nesse lugar aqui que você vai sair hoje mais tarde 50% das pessoas são assaltadas”. Não. Simplesmente fala: “Olha lá, talvez você seja assaltada”. E só dizer isso já vai te deixar “caramba, será que...”

Entrevistadora: Vigilante né. E você acha que isso, eu sei que não é teu objeto, mas é que eu estou dialogando na perspectiva do meu objeto. Esse jovem ele acaba não importando para o Estado? Eu acho que você chega a falar sobre isso na perspectiva né, ele não importa para a sociedade, para o Estado, será que ele importa para a mídia assim? Ou é só nessa perspectiva realmente de dar essa impressão de medo, mas realmente não discutir? Eu acho que você talvez tenha respondido quando você me fala que não é discutido as causas, né, da condição desse jovem.

Rodrigo: Realmente, não é objeto (Assim), na criminologia que é esse tipo de abordagem que a gente faz tem muitas discussões sobre a questão de quem é a vítima, vou chamar de vítima, a vítima preferencial no sistema punitivo, né, o alvo. O alvo preferencial do sistema punitivo. E aí tem vários estudos que inclusive associam isso a própria questão do trabalho, a questão de... Aí voltando bem atrás, da necessidade de um determinado momento histórico controlar melhor um excedente de força de trabalho, sujeitar melhor. E até hoje, né, que a gente vê é que a gente tem clientes preferenciais do sistema (corrompido) que usam muito essa expressão mesmo.

Entrevistadora: E ele costuma ser jovem pobre, negro...

Rodrigo: Pobre, negro...

Entrevistadora: Homem até...

Rodrigo: Geralmente homem.

Entrevistadora: E aí ele não importa para o Estado, para a sociedade e nem para a mídia. A gente tem algumas discussões pensando até pesquisadores das questões raciais que essa e super exposição desse corpo negro principalmente nos telejornais policiaiscos. Então é como parafraseando a música da Elza Soares a carne mais barata do mercado é a carne negra. Então nessa perspectiva esse jovem realmente não tem valor. Então ele pode realmente reduzir a maioria penal dele e ele ir para o sistema carcerário.

Rodrigo: Isso que você colocou até me lembra outra questão que é a própria questão do sistema de justiça. Não é só o que os meios de comunicação colocam e colocam de modo que quem são essas pessoas não tenha muita importância e tal. A questão também de como o sistema de justiça lida com isso. O que que eu quero dizer? Os atores principais (do) sistema de justiça, (os juízes), o Ministério Público... Eu não vou falar os advogados, porque geralmente os advogados vai defender os interesses daquela pessoa, no caso do menor. Mas os atores

também, acho que você chegou a conversar isso comigo, eles não estão... aquilo não faz arte da vida deles, eles não conhecem pessoas negras, não conhecem pessoas pobres... Estou falando, claro, como média...

Entrevistadora: Média, média.

Rodrigo: Não conhecem periferia, não conhecem... Então muito mais fácil pra eles tratar aquilo como uma forma tipo punir mais reduz a violência, por exemplo. Porque eu não sei quem eu estou sujeitando ao adotar essa formula cujo os resultados são bem questionáveis ainda. Então eu estou lá sentado e preciso sentenciar, preciso decidir se o menor vai pra...

Entrevistadora: Medida socioeducativa...

Rodrigo: ou ele vai ter outra chance de participar de outro programa ou enfim alguma outras das medidas que a lei permite. Ou no caso de se reduzir a maioridade penal se eu vou permitir que naquele caso especifico se desconsidere, considere uma idade menor ou não. Aquele menor ele não sabe quem é aquele, ele não tem contato com nenhum menor que tenha uma realidade semelhante daquela pessoa. Então a própria questão da empatia, a própria questão de se projetar naquilo a depender obvio da sensibilidade de cada um é muito mais difícil. Eu não quero fugir muito do assunto, mas uma coisa que tem muitos estudos e é muito interessante e meio que comprova isso que eu estou dizendo, tem até um estudo lá do Rio que eles analisaram vários casos de furto que é um crime assim menor gravidade. E aí eles pegaram um furto em uma loja, em um supermercado e iam ver o que que aconteceu depois. Geralmente assim quando era uma mulher solteira, com filhos, sem pai, pobre, etc., ainda que ela fosse, fosse a primeira vez... Ainda que ela fosse primária a tendência era ter uma condenação até grave. Quando era exatamente a mesma situação, tem direito... A gente tem muito cuidado de falar “não, essa situação é igual, né”, porque são ()... Aí é uma pessoa de classe média, uma pessoa que é casada.. Teve um caso que eu me lembro, foi o caso () era casada com um policial militar, e tem uma casa. Ela fez a mesma coisa e aí falou “não, nesse caso aqui vamos fazer uma suspensão do processo, vamos aplicar algum outro tipo de pena para exatamente a mesma conduta. Tudo isso se associa (nas pesquisas feitas) a essa questão da identificação. A pessoa que está decidindo a pena ela se identifica muito mais porque é uma pessoa de classe média () do que aquela outra pessoa que não tem... Que mora de favor na casa do parente, que o pai dos filhos sumiu e deixou (a mulher na mão). Então ela exita mais em aplicar uma pena dura com aquela pessoa que ela se identifica. Eu acho que a questão em geral da punição e nesse caso os menores é a mesma coisa. Como aquilo ali está muito longe da realidade de quem decide...

Entrevistadora: Ele não tem empatia.

Rodrigo: Ele tem facilidade maior de simplesmente dizer “não, a formula é essa, vamos punir mais dura que vai parar de acontecer ou vai acontecer menos”.

Entrevistadora: Agora pensando nas (rotinas) jornalísticas né, é que você da área editorial, mas se a gente também pensasse essa questão (da velocidade) deadline, as fontes você também acredita que o factual também reitera esse discurso de sociedade do risco e de criminalização da... Enfim, do aumento da violência, da criminalidade. Você acha que o que você viu nos editoriais não é muito diferente do que você veria nas reportagens.

Rodrigo: é. Não e muito diferente como eu te disse, né. Em primeiro lugar, porque embora questão de rigor científico tenha (limitado os editoriais) eu li muitas matérias. E o que eu posso te dizer (dessas que eu li) é que o discurso é bastante semelhante. E a outra questão é

que nós trabalhamos com essas caracterizações até para facilitar o manuseio (dos dados), mas na verdade elas não são tão claramente separadas. Então textos que são predominantemente opinativos eles se propõem também informativos, então de qualquer forma eles se confundem também (com matéria (são), digamos assim mais (hard nível). Não é uma categoria completamente diferente. Por essas duas razões eu posso te dizer com alguma segurança que (o discurso é) basicamente (o mesmo).

Entrevistadora: Você chegou ver alguma coisa, textos que discutiam a questão dos autos de resistência, por exemplo, que é uma coisa que eu trabalho no meu (corpus)?

Rodrigo: (Não). Mas a (princípio) () da CPI deve ter muita coisa sobre isso que eu acho que ()...

Entrevistadora: É. É. É. Por isso que eu perguntei, entendeu? Você falou da questão... É que também acho que talvez não seja seu objeto, mas você falou que você já trabalhou na medida preventiva do aumento do encarceramento no Brasil e que essa clientela é composta desses jovens, pobre e etc. Indo agora até talvez para o mapa da violência foi uma pergunta que eu fiz para o promotor, da mesma forma que a gente tem o alto índice de encarceramento desse público você acredita que tem também um alta nível de mortes desses jovens? E aí a gente poderia até falar talvez como a gente usa dentro aqui na CPI, no próprio movimento negro usa, de um extermínio dessa juventude?

Rodrigo: Eu não, só posso te dar minha opinião, acredito que sim. Até pelas mesmas razões que eu mencionei antes. Um, ele tem esse grau de invisibilidade como uma falta de empatia, de identificação do outro e se vê muito mais exposto ao perigo, quer dizer, se um jovem com esse perfil é morto seja por que razão for como, se não me foge a expressão, por vingança, né, ou por participar de algum tipo de grupo, ou mesmo por simplesmente estar passando em um lugar (na hora errada) isso não tem um grande impacto, né. Não tem grande impacto nos próprios meios de comunicação, (não tem grande interesse) e não tem um grande interesse do sistema de justiça de investigar, de enfim (procurar os responsáveis), etc. Não tem dado, mas minha percepção pessoal é que sim.

Entrevistadora: Você faz uma crítica na sua... Eu até anotei. Você faz uma crítica ao sistema de segurança pública, né, que principalmente de vários agentes políticos... Você acredita que tem gente que se beneficia disso? Você acha que quem ganha com essa perspectiva do aumento do número de pessoas encarceradas, por exemplo, se você reduzir a maioria penal você vai colocar muito mais gente assim dentro do sistema encarcerado. Você acha que tem um segmento da sociedade que se beneficia disso em detrimento da maioria? Porque é isso. Você fica criando sistemas de segurança na sua casa, carro blindado e etc., e em tese a gente não está conseguindo resolver de forma efetiva né. Quem se beneficia com essa lógica?

Rodrigo: É, aí você está falando de vários aspectos alguns que eu acabei estudando um pouco e outros nem tanto. Mas por exemplo, tem a questão da indústria né, o Barry ((inglês)) que é um ator americano que é umas das principais referências dessa ideia de cultura (do medo), ele cita isso como um fator importante, né, cultura do medo. Que tem toda uma indústria que se favorece disso, ele está falando de indústria de armas, ele está falando de indústria de segurança, de seguro e tudo mais. Então esse é um aspecto interessante. Do ponto de vista da Gestão Pública eu vejo assim desde a formação dos... Vamos pensar assim em termos de Secretário de Segurança Pública. Secretário de Segurança Pública na maior parte das vezes é alguém que veio ou do Ministério Público ou da Polícia. É difícil, a gente tem em alguns casos,

teve no Rio né. Geralmente ele vem de uma (carreira associada) a ideia de repressão, como se a questão da segurança fosse uma questão exclusivamente de repressão, quando a maioria dos dados que nós temos não só não comprova isso como sugerem o contrário como a gente ((áudio trava)) (aumenta) a repressão que endurece a punição e que aparentemente não tiveram impacto na redução da violência e da criminalidade (por assim dizer). Então tem essa questão da própria (formação) e aí é achismo meu, opinião pessoal, é algo que rende muito ibope na hora que você propõe e pelo qual você não responde depois. Essa foi uma questão que eu não sei se eu cheguei a comentar na dissertação, mas certamente na defesa eu cheguei a falar. O parlamentar que está ali esbravejando dizendo “ah, se você está com pena leva pra casa”, porque esse é (um nível dos argumentos). “Se você está com pena leva para casa”, “Ah que você diria para o pai do...” sei lá “pra esposa daquele médico (que foi vítima)? Para o pai daquelas meninas que foram estupradas?” Esse tipo de argumento né. () motivo, né, fica uma série de limitações. Quando ele faz isso ele afere o meio político ora, porque tem todo um seguimento na sociedade que sente reconfortável ouvir aquilo. As pessoas querem uma solução para um problema que as atinge bem ou mal. E aquela, aquele discurso ainda que sem nenhuma recomendação científica é algo que aplaca esse nosso anseio.

Entrevistadora: É uma resposta.

Rodrigo: Esse é um lado. Agora vamos supor que passasse. Reduziu a maioridade penal para 16 anos. E daqui cinco anos, ou daqui há dez anos, ou daqui quinze anos nós fizéssemos uma série de estudos estatísticos e aí chegasse a conclusão que a violência não só não foi reduzida como aumentou. Qual dessas pessoas vão ser cobradas depois por esses anos? Nenhuma. Ninguém vai nem lembrar quem votou nisso e as próprias pessoas não vão fazer questão de falar né, dizer “Puxa, eu votei, realmente não deu certo”.

Entrevistadora: Essa perspectiva então da impunidade e não houver uma cobrança quando você mexe numa legislação, responsabilização.

Rodrigo: É não tem uma responsabilização. Na verdade, não vale só pra ele...

Entrevistadora: E claro, são várias questões.

Rodrigo: Porque algumas outras medidas a gente tem como medir o impacto né, não estou dizendo que a sociedade está preparada pra avaliar e pra eventualmente dar uma resposta àquilo, envolve outras questões, participação né, conscientização de... das pessoas se sentirem mais parte, mais responsáveis pelas decisões políticas. Mas nós teríamos dados concretos. Se você tem uma medida econômica nós vamos ver daqui dois, três anos o efeito daquilo. Claro sempre vai ter um espaço para dizer “não, não foi só isso, foi outra coisa que aconteceu, foram elementos externos”, mas tem uma coisa mais objetiva. Então posso dizer, “Pô, cara você veio aqui e falou que seu eu mudar os meios trabalhistas, vai aumentar o (emprego)”. Daqui dois, três anos a gente vai ver se aumentou o emprego. É claro que as pessoas propuseram isso, se isso acontecer não aumentar elas vão dizer “não, mas foi por outras razões”, mas eu ter um elemento concreto muito forte...

Entrevistadora: para embasar né?

Rodrigo: Embasar. Eu não vejo esse tipo de responsabilização na questão não só da redução, mas de qualquer medida que aumente a punição. As pessoas não respondem. Eu acho esse dado do encarceramento assim... merecia pelo menos que as pessoas viessem a público pra

defender o que elas propuseram, porque todas essas medidas foram apresentadas como grandes soluções. Agora (nós vamos resolver). Foi uma questão de aumentar a pena. Eu vou dizer assim, “ah o cara que mata alguém a pena máxima é trinta anos e a (mocinha) sempre consegue alguma redução nenhum juiz da pena máxima, o cara pega vinte, pega quinze e aí se tiver bom comportamento a partir de não sei quanto tem direito. Está bom, vamos botar oitenta anos então, será que as pessoas que por qualquer razão que eles possam matar, não estou obviamente defendendo essas pessoas, mas sendo objetivo. Será que as pessoas por qualquer razão que elas possam matar seja por uma questão patrimonial, ou o que for, mas vamos realmente deixar de matar por que agora eu não mais ficar (presas vinte e oito anos, trinta) ... Será que vinte não é... Sem querer falar de muitas coisas (mas vai puxando né). Eu sempre falo assim “Cara, você já foi numa prisão?” (Você já foi?) Eu já fui só aqui, que é considerada a light. E eu já fiquei assim sabe, bastante incomodado. Vai numa prisão lá em Roraima, vai numa prisão lá no Maranhão. Você realmente acha que o cara fala assim: “Não eu vou ficar só um ano lá, vai ser férias no Caribe”? Se isso fosse suficiente para demover uma pessoa de fazer uma coisa ou não, ele já não faria por causa de um ano. Porque eu tenho certeza que ninguém essa consciência queria passar um ano num lugar em Pedrinhas, no Maranhão. Será que realmente o problema é eu botar um ano, ou dois ou três, ou quatro ou cinco? O cara passar um ano ou qualquer, eu ou você se a gente passar um ano lá a gente fica doido.

Entrevistadora: Mas por que a gente enquanto profissionais da comunicação pensando veículos de comunicação a gente se isenta de ter esse debate nessa profundidade?

Rodrigo: *É. Eu acho que o termo correto é esse, se isenta né. Eu falo assim de experiência pessoal, de conversa com colegas um argumento muito comum é a coisa do “Ah, não tenho tempo para isso”. Eu pessoalmente tenho uma ideia... aí já entra na questão até da própria formação profissional. Eu acho que o profissional de comunicação deveria ter uma preocupação de entender melhor as coisas que ele trata, não entrar nesse esquema de (fábrica) ...*

Entrevistadora: Porque a gente tem uma responsabilidade social. A gente é formador de opinião.

Rodrigo: Isso. Justamente por isso. Porque o que a gente vê muito aqui no Congresso, um exemplo meio emblemático disso é que a pessoa entra num esquema de fábrica. Eu tenho que fabricar uma notícia por dia, ou duas ou três ou quatro. Como é que eu fabrico? Ah, senador fulano falou isso, (senador) falou aquilo, o deputado tal disse (um) negócio cabeludo e tal. Será que isso é verdade? Será que isso não tem uma lógica maior por trás? No caso quando você fala de questões, por exemplo, relacionados a violência e a reação do Estado a violência. Será que é tão simples assim (como as pessoas estão vendo)? () Mas essa pessoa quando ela sai daqui ela vai pensar na pauta de amanhã, ela não vai estudar, ela não vai buscar o dado. Tem um conhecimento, é claro, principalmente profissionais melhores têm, mas ainda quem busca dados é uma coisa muito efêmera. Ele vai ler aquilo um dia, dois dias e vai achar que tudo que se discute em relação aquilo se limita àquele estudo que ele pegou.

Entrevistadora: Então o maior argumento é a questão do tempo e quem vai fazer diferente é porque tem uma motivação pessoal talvez para fazer diferente.

Rodrigo: É, pode ser. Hoje eu acho muito legal que você tem, deveria ser muito melhor, mas tem um módulo que tem mais espaço pra... mídias alternativas, veículos alternativos. Então

você pode ler um site que se proponha a fazer uma abordagem por exemplo com mais fundamentação científica por exemplo.

Entrevistadora: Não, por exemplo, comparando a () com new York times eu tenho percebido que por exemplo a gente tem uma tradição de pegar fontes oficiais. E muitas vezes você não ouve nem as fontes relacionadas com a vítima e lá eu já (até vejo) uma pluralidade de vozes que o nosso jornalismo, por exemplo, não está apresentando nos últimos anos. () apresentou né.

Rodrigo: Não, acho que aí já é uma questão bem complexa. Mas eu acho que você citou da dissertação que eu falo que tem esse efeito da proximidade da fonte, geralmente o jornalista tem essa proximidade é uma questão bem pragmática né. O cara é setorista de polícia, (conheceu) o delegado, ele vai privilegiar o que o delegado falou não só porque ele não entende muito bem como essa (vida) se encaixa no contexto, mas amanhã vai acontecer outro crime e ele vai continuar a falar com o delgado de novo. Ele quer que o delegado goste dele. Ele vai falar assim “pô” ou um promotor né. Isso é sem nenhum partidarismo isso é evidente nos tempos que a gente está vivendo. O jornalista está lá com um dos promotores de qualquer uma dessas grandes operações, você acha que ele vai fazer uma crítica àquele promotor? Sendo que durante os próximos três, quatro, cinco, seis anos ele vai precisar daquele promotor pra passar um (office), pra passar um documento pra adiantar o que vai acontecer. Ele vai pensar mil vezes antes de fazer isso. Isso não é exclusividade nossa, mas se agrava na nossa realidade, por que? Você tem menos veículos, você tem menos diversidade, você tem todo tipo de restrição a democratização dos meios de comunicação. Então mais grave ainda, porque ele não quer sobrar, ele quer continuar (atento) e ele nunca para pra pensar nas consequências daquilo. Na prática eu sou (fundamentado). Se eu só ouço procurador a respeito de determinado ou se eu dou 80% da matéria para o que o promotor diz como se fosse verdade absoluta e 20% para o que as outras pessoas disseram (como sempre botando um monte de interrogação) você está fazendo um trabalho isento (mesmo)? Não. Você está partindo do pressuposto de que o que o procurador está dizendo está certo e que o outro está dizendo está errado. Você só está floreando para parecer que você ouviu os dois lados. O que eu estou dizendo assim, tem “n” motivos para a pessoa fazer isso, um deles é a questão da própria sobrevivência que vai precisar...

Entrevistadora: Na pratica jornalística.

Rodrigo: Que vai precisar. Isso na questão da violência é muito comum, né. Tem alguns artigos sobre isso, eu acho faço até inferência lá na minha dissertação. (Ele é delegado, aquela caso da escola base, as pessoas fazem isso)

Entrevistadora: Clássico isso, gente. O erro policial. Foi falta de investigação jornalística.

Rodrigo: O delegado veio com uma ideia que sei lá por que surgiu na cabeça dele e absolutamente mais nada.

Entrevistadora: E os jornalistas não procuraram outras fontes né. Ele ficou como fonte oficial.

Rodrigo: A única fonte daquela denuncia não é a fonte mais forte não, é a única e exclusiva, os próprios jornalistas admitem isso (para o delegado). Por que que você dá tanta confiança para o que o delegado diz? Só porque ele é essa figura da autoridade? Também. Mas

é porque você convive com ele, é porque amanhã você vai precisar dele para saber de outra coisa. Então você acaba privilegiando alguém.

Entrevistadora: Não, ok você privilegiar uma certa fonte é um dos aspectos do jornalismo. Mas a recusa da profundidade também é muito ruim né. Porque você pode trabalhar com pluralidade de vozes e se aprofundar mais. Só para a gente finalizar, que foi uma pergunta que eu fiz para o promotor e eu quero reiterar pra você né, porque enfim é um tema transversal a minha tese. Você acredita que a nossa... pensando direito que você está e o jornalismo e as coisas que você disse. Você acredita que o nosso judiciário tem um racismo estrutural? E aí eu também colocaria na perspectiva do jornalismo, se há um racismo estrutural nessa perspectiva aí que a gente dialogou? Sei que a gente não discutiu muito aqui, mas é que racismo permeia a minha tese. Então na sua opinião, essa questão do judiciário, da empatia, de não se ver nesses atores, de fazer parte da realidade deles...

Rodrigo: É. Eu vejo por esse ângulo, eu acho que vou tratar como duas instituições, a imprensa e o Judiciário. Ambos, na verdade, reproduzem o racismo como a sociedade, ele não tem... o que que eu acho que poderia existir, essa... (ah mas você está) falando o óbvio né, estão inseridas na sociedades elas... Não. Elas tem um papel institucional. Uma coisa é eu ou você ser um racista, uma pessoa física, outra coisa é a instituição, a instituição ela é pensada pra ter um papel diferente das (pessoas), ela poderia ter freios institucionais, ela poderia ter até a discussão própria do tema. Por que não discutir esse tema? Por que não levar para dentro do Judiciário uma discussão sobre racismo? Sobre...

Entrevistadora: A situação que você colocou agora do (livro), por exemplo isso é muito claro essa perspectiva, por que o mesmo crime tem pesos diferentes para duas pessoas diferentes?

Rodrigo: Então assim, você me perguntou se eu vejo racismo. Eu vejo a reprodução do racismo que é (comum) a sociedade como um todo. Agora eu acho que isso é natural porque é uma reprodução da sociedade também? Não. Porque institucionalmente nós deveríamos pensar com muito mais cuidado o racismo que existe dentro da instituição do que o meu, por exemplo.

Entrevistadora: Na perspectiva pessoal né, do CPF.

Rodrigo: E existem mecanismos para isso, eu não sou especialista nenhum, mas eu posso pensar agora você pode fazer, por exemplo, uma discussão interna. Por que o Judiciário não para um dia, dois dias, três dias e discute isso? Como Judiciário, não é como academia. Como Judiciário, como elemento que vai ali decidir (). Será que essa diferença de tratar o furto, por exemplo, de acordo com o perfil socioeconômico, perfil étnico, perfil familiar... está correto? Justifica do ponto de vista do direito, do ponto de vista da aplicação de uma ideia de justiça? Vamos discutir isso como judiciário, vamos colocar, usar instrumentos que já existem na ouvidoria ou uma ouvidoria especializada, por que não? Tem ouvidoria que pode ter ouvidoria especializada na questão de gênero, de raça o que for para ouvir, para que as pessoas que eventualmente se sintam discriminadas tenham mais... se sintam mais seguras de ir e falar “olha, nesse lugar aqui realmente eu fiz uma besteira, mas eu achei que eu fui discriminado também.

Entrevistadora: Seria até uma forma do Judiciário ter acesso a essa diversidade né, que é que você falou “o problema do Judiciário é essa homogeneização dessa visão de mundo”. Isso prejudica muito.

Rodrigo: Então assim, eu como observador sim né, eu não acho...

Entrevistadora: E o Jornalismo? Eu tenho um professor que fala que o nosso problema é que nós jornalistas viemos dessa classe média também.

Rodrigo: Exatamente. Isso todos os autores que eu li em algum momento falam isso. Eu uso como na questão da análise do discurso meu grande referencial é o Van () né. Ele fala isso, ele fala... Tem uma momento que ele fala assim “não, eu não estou dizendo que um jornalista é um ser malvado, maquiavélico que quer manipular a sociedade, porque ele odeia os negros, as mulheres... Os gays ou seja lá quem for”. Não. Ele vem de um seguimento da sociedade, ele reproduz o que ele aprendeu (desse elemento). Nosso *jornalista hoje vem principalmente a classe média, da classe média alta que por uma questão histórica é formado, por exemplo na questão racial, principalmente por gente branca. Ele vai ter mais dificuldade de entender os problemas das pessoas negras. Eu não estou querendo dizer com isso dizer “coitadinho dele, ele também é uma vítima”, em algum momento ele tem autonomia para ser libertar daquilo né e tentar entender melhor. Mas do ponto de vista da observação científica () (a gente não pode mudar). Se ele vem dessa realidade ele () Isso eu li muitos autores sobre opinião pública, vários temas ali que tangenciam meu trabalho, todos eles falam isso. Por isso que eu falo também da questão da formação entendeu, aí eu acho que é uma questão de iniciativa também do profissional e falar “não, eu é que tenho que entender (melhor), já que eu lido com esses temas eu vou tentar entender melhor isso.*

Entrevistadora: então você acha que, por exemplo, a gente deveria ter, por exemplo, *amis conteúdos sobre isso na faculdade de comunicação de diversidade, é uma possibilidade. Cursos de pós-graduação... Cursos de atualização por sei lá praticados por sindicatos, por alguém da categoria...*

Rodrigo: *Sim, mas aí a gente está falando do mercado de trabalho como um todo né, da comunicação. Não tem espaço para isso. Você vê () New York Times né, você vê, eu não sei como é que é nos outros (), mas esses grandes efeitos que que citamos quando queremos falar de referência de jornalismo (), El país, sei lá é (), essas coisas todos eles eu sei que tem abertura pra valorizar o trabalho acadêmico, pra você de repente conseguir uma licença para estudar, você pode (perguntar) todos eles tem, não estou inventando, eu conheço pessoas. Todos tem essa abertura. Todos vão incentivar de alguma forma que você participe de alguma coisa assim. Isso no Brasil (simplesmente não existe).*

Entrevistadora: Você tocou num ponto fundamental para a gente que está no mercado do jornalismo.

Rodrigo: Aí o cara ele vai falar oque? Ele vai pedir demissão para ficar um ano estudando alguma coisa e depois ficar desempregado? Não vai. Ele vai continuar na fábrica...

Entrevistadora: Na rotina e nessa rotina realmente fabricando.

Rodrigo: E aí entra também a questão como é que é o ensino, a formação. Eu, eu não sei o que você acha como jornalista, eu como jornalista acho que assim a faculdade foi legal

pra mim por várias razões, mas eu gosto muito mais de um modelo em que você faz uma outra faculdade e eventualmente, (a diferença é) necessária. Mas se for o caso, fazer uma especialização em jornalismo ou um curso técnico ou seja lá o que for. Eu não gosto desse modelo de você fazer uma faculdade de jornalismo, eu acho que...

Entrevistadora: Ele é muito técnico né, e não discute questões mais profundas.

Rodrigo as pessoas ficam desde o início preocupadas em conseguir um estágio, depois conseguir um emprego, conhecer as pessoas que podem ajudar depois e elas não estão preocupadas em aprender sobre as coisas em geral. Então seria muito legal alguém que tem formação Jurídica (se envolver nisso), (formação) econômica, com formação em história, “n” formações. É o caso de a Folha fazer isso quando ainda dentro desse problema de diploma aí, por um diploma em tese era exigido, a folha já meio dizia “estou nem aí”, os programas de *trainer* da folha eles botavam assim em destaque olha “qualquer curso superior”. Eu acho que...

Entrevistadora: Isso é bem importante mesmo. Obrigada, vou finalizar aqui.

ENTREVISTA COM REYNALDO TUROLLO JUNIOR

Entrevistadora: Então vamos lá. Então eu gostaria que você começasse me falando... (conversa paralela). Então, vamos começar assim, como que é a rotina, né, de cobertura de violência na Folha, principalmente você que trabalha no cotidiano, como que funcionava isso?

Reinaldo: Bom, eu vou ter que fazer sempre um... sempre lembrar como era a rotina porque hoje eu já estou afastado disso tem um ano e meio. Mas, enfim, a maior parte do tempo que eu tive na Folha de S. Paulo foi trabalhando como repórter no Cotidiano.

Entrevistadora: Que aí era em São Paulo, né, ou era Brasil inteiro?

Reinaldo: Trabalhava em São Paulo, mas eu trabalhei também... Eu era de uma equipe, que depois foi extinta na Folha, que chamava Agência Folha, que era um grupo que cobria tudo menos São Paulo, Rio e Brasília. Então eu cobria o Brasil todo. Então foi por conta disso que eu fiz matérias sobre violência no Nordeste, fiz... Enfim, eu vou depois contar dessa experiência, eu fiz várias matérias em outros lugares... Porque, qual é a lógica da Folha, a Folha tem a sucursal de Brasília, a sucursal do Rio e a sede em São Paulo. Todo o restante tem alguns repórteres fixos, né, que são os correspondentes, tem correspondente em Belo Horizonte, tem correspondente em Porto Alegre, correspondente em Curitiba, correspondente em Salvador. E aí tem os lugares onde não havia correspondentes, essas pessoas ficavam em São Paulo cobrindo esses lugares. Eu, assim que entrei em cotidiano, aliás, cobrindo temas de cotidiano, mas estava nessa equipe que é a Agência Folha, eu cobria três estados, que era Alagoas – justamente à época o campeão da violência, salvo engano hoje foi superado pelo Ceará –, Acre e Maranhão – então eu fiz muita matéria do Sarney e tal porque eu cobria o Maranhão.

Entrevistadora: Você cobriu Pedrinhas então?

Reinaldo: Não cobri Pedrinhas porque... [Começou ano passado, não foi?] Deixa eu me lembrar porque eu não cobri Pedrinhas... Eu acho que eu estava de férias.

Entrevistadora: Ah, você estava de férias.

Reinaldo: Então Pedrinhas eu não cobri. Mas o restante eu cobri muita coisa. Eu cobri esses três lugares. Depois eu cobri cotidiano mesmo, saí da Agência e fui para Cotidiano. Daí eu cobria violência em São Paulo.

Entrevistadora: E você acabou se especializando em cobrir violência?

Reinaldo: Sim, eu cobria segurança pública... E quando eu passei a cobrir segurança pública em Cotidiano, em São Paulo, eu passei a cobrir mais a política de segurança pública, não o crime... também eventualmente [Não o crime em si]. Mas política de distribuição de efetivo policial, política de registro de boletim de ocorrência, cobertura da implantação do bônus dos policiais de acordo com o desempenho deles eu cobri. Então, enfim, eu cobri a parte, digamos, que dá administração da segurança pública e também penitenciária.

Entrevistadora: Entendi. Mas isso depois que você saiu da Agência e você parou de cobrir Acre e Maranhão.

Reinaldo: Isso cobri em São Paulo. Cobri também as primeiras discussões quando começou a crescer no Congresso a discussão para – meio de 2015 – para a redução da maioria penal, eu que cobri. Tive uma matéria censurada na época porque tive acesso a uns relatórios da Fundação Casa, que eram sigilosos. A gestão Alckmin entrou na justiça para me censurar, conseguiram uma decisão. Então eu me especializei nessa área.. por um tempo. Depois eu saí dessa área e... Me convidaram para ir para a política e aos poucos eu fui, trabalhei na política em São Paulo e vim para Brasília. Aqui eu cubro PGR porque eu venho da área penal. Como eu venho da área de processo criminal e tal [Você acabou se especializando mesmo

em segurança pública] me botaram para cobrir a PGR, que seria a intersecção da política com o crime, né. Então eu cubro hoje ações penais da PGR.

Entrevistadora: Entendi, você acabou se especializando nisso por causa da cobertura jornalística. Geralmente, qual era a média de pautas que você cobria, tanto da sua experiência quando você estava lá na Agência Folha cobrindo Acre, Maranhão e Alagoas, e depois quando você começou a trabalhar com segurança pública?

Reinaldo: Média de pautas por dia? Era muito variável, mas certamente todo dia havia pelo menos uma pauta, a menos que você tivesse designado para fazer alguma especial de final de semana né – as especiais eles deixavam os repórteres livres, um ou dois dias da semana, para que eles se dedicassem à matéria do domingo. Hoje isso está em baixa, hoje você tem que fazer a especial ao mesmo tempo que você faz as do dia porque o número de repórteres tem diminuído nas redações em geral... Então, pelo menos uma por dia, mas no cotidiano, a Agência eu não sei precisar muito porque era muito variável. Nem tudo que acontecia em outros estados interessava à Folha de S. Paulo, inclusive pouquíssima coisa assim, só episódios realmente muito relevantes. Agora, em cotidiano eu fazia eventualmente na área de segurança três, quatro, pautas [Três, quatro, pautas por dia]. Em geral, eu fazia uma só, mas acontecia de uma ou duas vezes por semana: faz uma coletiva, faz a pauta do dia, faz mais um crime, enfim...

Entrevistadora: Geralmente, quantas laudas, quantos caracteres cada matéria?

Reinaldo: Aí varia muito de acordo com o assunto. Na Folha eu não tenho muita ideia, eu posso verificar isso pra você, mas não tenho muita ideia de laudas porque lá é centímetros. A gente escreve centímetros de colunas, então não sei te precisar quantos caracteres... Depois eu vou olhar. A média é 40 centímetros, um texto médio da Folha é 40 centímetros, eu acho que dá 2500 caracteres, eu tenho a impressão. Mas o problema do jornalismo não é o tanto que você escreve de texto, é o tanto que você apura...

Entrevistadora: E geralmente uma matéria você demora quanto tempo pra apurar? Uma factual, por exemplo, né.

Reinaldo: Tinha factual que, por conta da urgência do site, porque a concorrência está dando e tal, você precisa resgatar com uma ou duas ligações, então 40 minutos você está com o texto pronto. Agora um factual bem feito, que você começa de manhã e termina sete e meia da noite, entrega o texto para o jornal impresso e tal, você ouve uma gama de pessoas e tal... que aí houve uma decisão editorial para aquele factual ser mais importante que os demais factuaizinhos, né. Então tento havido essa decisão editorial, você fica o dia todo por conta daquele texto. Então aí você leva 7, 8, horas para fazer.

Entrevistadora: Geralmente você houve quantas pessoas antes de uma apuração dessa?

Reinaldo: Também depende da complexidade do tema, mas, sei lá, se a gente for pensar num... Não sei porque está me ocorrendo a ideia de um caso. Era muito difícil a gente cobrir violência na periferia porque o... claro que tinha caso que chamava atenção mesmo, mas o público da Folha é um público classe A, né. Então é mais provável que a gente cubra episódios de violência na zona oeste de São Paulo e alguns setores da zona Sul e também no centro.

Entrevistadora: Mas, por exemplo, você chegou a fazer uma matéria sobre a redução da maioria penal que foi o dia todo, por exemplo?

Reinaldo: Nas matérias de redução da maioria penal eu entrei na Fundação Casa... então eu levei dias até pra fazer, foram matérias que eu fui me reunir com membros do Ministério Público, tive reuniões que duraram três, quatro, horas. Então aí eram matérias que já eram...

Entrevistadora: Grande reportagem.

Reinaldo: Eu não classificaria como grande reportagem, seria um nível intermediário. Que tem factual do site que em cinco parágrafos você resolve: “o sujeito tal matou tal pessoa, tal tal, o caso foi registrado no 3º DP, a vítima era professora...”. A do Ermelino Matarazzo com quatro parágrafos você resolveu, geralmente uma ligação pra polícia. Agora tem os intermediários aí que... Quando teve a redução da maioria penal mesmo, eu entrei na Fundação Casa, conversei com os jovens que estavam lá em algumas unidades, né, porque eles só dão acesso a unidades que eles consideram unidades boas assim [Modelos] É. O que já era suficiente para você pegar, inclusive, deficiências do sistema. Assim, embora sejam modelos, essas unidades você consegue, numa visita dessas apreender muita coisa.

Entrevistadora: Porque é interessante falar com você sobre a questão das fontes, né. Primeiro assim, como que isso é agendado? A gente tem essa questão do factual que realmente é o acontecimento, que aí, realmente, quando alguém é assassinado e tem repercussão você tem que cobrir porque o fato aconteceu, mas... Por exemplo, você falou uma fala que falou assim “uma recomendação, decisão editorial”. O que, por exemplo, dentro da pauta da violência, entrava dentro da decisão editorial e outras não?

Reinaldo: A questão da localização geográfica do crime. Uma questão importante. Por exemplo, não é todo crime em São Paulo que tem o mesmo peso, se houve um assalto nos Jardins, a mão armada, e se houve uma morte de dois jovens na periferia, é possível que se tenha mais espaço o assalto a mão armada nos Jardins.

Entrevistadora: E essa decisão é por conta do tipo de leitor que lê a Folha?

Reinaldo: Exato.

Entrevistadora: E isso já está definido...

Reinaldo: Há uma decisão a isso. A gente, o próprio jornalista sabe, enfim, quais são as pautas que importam para o veículo em que ele trabalha, porque o veículo se comunica com uma certa parcela da população, né. Então a gente sabe o que é do interesse, o que não é.

Entrevistadora: Agora, tem isso, claro. Você trabalha primeiro com seu público leitor, que é esse de classe A, a gente está falando do principal veículo do Brasil. Outros veículos de comunicação, Agenda, Opinião Pública, organismos políticos de poder no Brasil. Então, isso na praxis profissional você acha que é levado em consideração? Você acha que você, enquanto jornalista...

Reinaldo: Existe uma preocupação tanto dos jornalistas quanto da Folha, enquanto empresa também, enquanto instituição, de dar conta desses outros [entes]. Isso, de dar conta desses outros... isso. E também, por exemplo, esses crimes na periferia eles também interessam, não é que eles não interessam. É que na ausência de um número elevado de jornalistas, eles vão priorizar aqueles que vão falar com o leitor mais diretamente. É mais provável que você veja roubos em Perdizes do que você veja assassinatos em Ermelino Matarazzo, embora tenha que se cobrir também os assassinatos em Ermelino Matarazzo. Mas provavelmente vão ser notas menores, enfim, você não vai dedicar tanto tempo da mão-de-obra que você tem disponível, que não é muita, para um episódio desse e para o leitor teria menos impacto.

Entrevistadora: Então essa questão do leitor é preponderante do que, por exemplo, a formação desse jornalista, por exemplo, nessa questão da formação de mundo dele e da questão também das práticas jornalísticas na questão do tempo das rotinas produtivas, né, que é essa questão que a gente tem do deadline, de como você vai fazer a apuração... Ou como você enxergaria isso, pensando rotina produtiva, formação e a questão do leitor, assim, na hora de você definir a...

Reinaldo: O repórter não define a pauta sozinho, né, ele passa... Enfim, tem uma série de procedimentos dentro de um grande jornal. Ele vai levar essa pauta para um pauteiro, esse pauteiro vai passar a pauta para a secretaria de redação. Enfim, tem todo um processo ali.

Entrevistadora: Tem uma cadeia produtiva.

Reinaldo: Uma cadeia, claro, de comando inclusive. Então... é que assim a gente tem falado do crime comum do dia a dia, por isso que eu te dei o exemplo de que um crime corriqueiro nos Jardins tem mais espaço do que o... aí sim você leva em conta a demanda do eleitorado e tal, a questão da proximidade geográfica, né, os leitores da Folha estão mais concentrados na Zona Oeste do que nos extremos da Zona Leste. Esse raciocínio não vale para pautas que são mais elaboradas, por exemplo, especiais de final de semana em que você vai não falar de um crime, vai falar de uma tendência. Você vai falar de algo maior, você vai falar “olha, está tendo uma tendência de assaltos – eu fiz matérias assim – tendência de assaltos a pessoas em pontos de ônibus”. Aí eu não vou contar de um assalto que teve no Grajaú, eu vou contar de um número exorbitante de assaltos que estão na região do Grajaú, na região... Então aí você vai demonstrar uma tendência, é uma pauta mais elaborada, vai levar dois, três, quatro dias, para ser feita – posso até depois te mandar link dessa pauta que me ocorreu, que é um exemplo concreto. Então, tem duas coisas né, o crime factual e tem o... tendências... enfim, textos mais elaborados sobre um apanhado de dados mais geral, que é o que eu costumava fazer mais porque eu costumava fazer mais a questão da política [de segurança pública]. Então o meu direcionamento, enquanto repórter, era mais para olhar para, não pequenos casos isolados, mas tendências. Então, por exemplo, se eu detectava muito roubo a carga, roubo de carga, a gente ia fazer uma matéria mais elaborada sobre roubo de carga, não ia contar...

Entrevistadora: E na cadeia produtiva, como que funciona, você mesmo sugeria para o seu editor?

Reinaldo: Eu mesmo sugeria, porque eu estava dentro do contexto, eu falava com muitos policiais, falava com o secretário de segurança pública, né, então falava com o assessor direto do secretário de segurança pública; eu trabalhei muito na gestão do Fernando (Varela?) Vieira, que era o ex-procurador do Ministério Público de São Paulo, estadual, que foi ali, por dois anos e pouco, secretário de segurança. Então, eu sempre tive o olhar mais voltado para isso, para tendências, não para o crime isolado.

Entrevistadora: Entendi. Eu quero aprofundar melhor porque essa parte ela me interessa. Mas, assim, buscando o crime de forma cotidiana, em geral, que... [O pontual?]. Isso, o crime que... do assassinato e tudo, né. Eu percebo – eu fiz um levantamento dos autos de resistência, que é um mecanismo que os policiais usam muito, né – e duas coisas que eu queria que você conversasse melhor, porque na prática profissional a gente vê isso na produção de texto do jornalista, que: primeiro, a questão das fontes oficiais, a questão das fontes oficiais é muito... por exemplo, teve um crime, foi enquadrado como auto de resistência pelo policial, então foi o policial, delegado ou secretário que foi ouvido, né, então muitas vezes a vítima não é ouvida, então eu queria que você conversasse primeiro sobre isso, primeiro ponto; e nessa questão...

Reinaldo: É que no caso específico do auto de resistência você vai ter a vítima morta, então você não vai conseguir pegar realmente a versão dela.

Entrevistadora: Sim, mas o que eu estou querendo dizer é outras fontes relacionadas à vítima, por que a gente tem dificuldade? Por conta disso, mesmo porque é um texto mais simples, você já sabe o que tem, porque...

Reinaldo: Não, a Folha de S. Paulo sempre valorizou muito histórias de mortes por policiais, é um assunto na Folha muito recorrente e é uma preocupação que o jornal sempre teve. Então a ordem que eu tinha é: quando houvesse casos de registro de morte causada por policial, é investigar. A questão de fugir do oficialismo depende, em grande medida, do feeling do repórter. Então, em vários casos você chegava na cena do crime, você chegava a apurar, pegava o B.O. e tal, e você chegava à conclusão, que poderia até estar errônea da sua parte, mas você chegava à conclusão de que ali realmente o cara atirou e tomou um tiro, então foi legítimo. Quando havia qualquer indício de – isso ia do feeling mesmo do repórter, da experiência dele – quando havia indícios de que poderia ter sido cena armada, enfim, os policiais estarem alegando uma coisa que de fato não aconteceu, aí então a ordem era sempre para investir na apuração.

Entrevistadora: Por exemplo, a chacina de Osasco você chegou a acompanhar?

Reinaldo: A chacina de Osasco eu acompanhei, embora eu não tenha feito a cobertura dela. Deixa eu ver a data dela...

Entrevistadora: Não, porque como você está... Ela não está entrando no meu caso, mas como você está falando muito de São Paulo, a partir da sua experiência, então eu queria saber por exemplo. Porque São Paulo, infelizmente, a gente tem um histórico de uma polícia de extermínio, principalmente na periferia, né. Então, eu queria saber como foi esse trabalho aí pra você lidar com esse tipo de prática que existe na polícia de São Paulo quando...

Reinaldo: A chacina de São Paulo ela foi justamente em agosto de 2015, que foi a primeira vez que eu vim para Brasília passar uma temporada de três meses, então eu não cobri esse assunto, não consigo precisar exatamente sobre ele.

Entrevistadora: Mas você pegou alguma chacina que teve a participação de policiais em São Paulo?

Reinaldo: Eu peguei chacina... eu peguei uma em Campinas que foi muito significativa, deixa eu encontrar... por isso que é importante eu estar com o computador, porque eu vou tentar encontrar os casos (momento de busca)... 12 pessoas mortas em janeiro de 2014, eu tinha acabado de chegar em Cotidiano, depois da Agência eu fui para Cotidiano, eu me lembro desse caso – olha o secretário que eu te falei, Fernando Grella –, esse caso teve uma série de mortes em lugares distintos, mas em sequência, em bairros vizinhos assim, ruas de bairros vizinhos e tal. Eu me lembro dessa chacina, eu me lembro de ter me destacado nessa cobertura especificamente porque eu fui para o velório, então eu sempre mantinha a ocupação de ouvir familiares, sair desse oficialismo que você está apontando. Porque esse oficialismo ele acontece muito nos espaços em que não é uma opção individual de (ruído) a história, então esse oficialismo acontece bastante em casos que não são prioridade do jornal de cobrir, mas quando o caso é prioridade – foi eleito prioridade por uma série de motivos, ou pelo número de assassinatos ou pela gravidade ou pela comoção que causou, enfim, às vezes, se a comunidade faz um protesto aí a coisa ganha outra dimensão...

Entrevistadora: Nesse caso houve protesto?

Reinaldo: Nesse caso, não houve.

Entrevistadora: E como... Teve a participação da polícia, como que é feita essa história?

Reinaldo: Aliás, desculpa, teve protesto, a comunidade começou a incendiar ônibus depois [da chacina].

Entrevistadora: Foi uma chacina mesmo?

Reinaldo: Foi, 12 pessoas mortas em sequência, na verdade. Era tipo, não vou saber precisar, mas era três aqui, três aqui, quatro ali, somando dava 12 e você via que o modus operandi tinha sido o mesmo e tudo com diferença de 15 minutos, então quer dizer, alguém saiu de carro na rua atirando. Eu me lembro de ter me destacado nessa cobertura por conta de eu estar no velório das vítimas no cemitério de Campinas e um dos corpos ter sido retirado do velório para a perícia, no meio do velório... e só tinha eu de repórter lá, só eu peguei isso. Então, eu até me lembro que o jornal considerou furo e tal, porque ninguém pegou essa nuance. Quer dizer, se tira para a perícia no meio do negócio é porque está com uma desconfiança de que agente público envolvido, então a gente conseguiu noticiar a suspeita de que havia o envolvimento de policiais. Eu não acompanhei o desdobramento desse caso específico, mas estou te dizendo que a gente... o jornalista se esforça – também muito pela vontade dele – se esforça para fugir do oficialismo.

Entrevistadora: Quando a gente, por exemplo, num caso desse, a primeira versão é o quê?

Reinaldo: A primeira versão é o que está no B.O.

Entrevistadora: E no B.O. estava o que? Você lembra desse caso?

Reinaldo: Preciso dar uma olhada (interrupção). Olha só, “os crimes acontecerão após a morte de um policial militar que morreu na mesma região”. Então, esse é o tipo de caso que já acende a luz vermelha no jornal, se aconteceu uma série de... Osasco também foi assim, tinha morrido, salvo engano, um guarda civil metropolitano. Então quando se sabe, quando tem uma chacina depois da morte de algum agente público, você sabe que é represália ou pelo menos se suspeita e aí você vai apurar.

Entrevistadora: Como que é essa apuração? As pessoas falam com tranquilidade para você como jornalista?

Reinaldo: Então, as pessoas não falam com tranquilidade, as pessoas não falam. Eu me lembro ter chegado em Campinas – eu estou dando um caso, mas tem outros, eu teria que realmente ter procurado muito mais...

Entrevistadora: Não, sei, mas depois a gente vai falar do Cabula, o Cabula é uma coisa que eu quero falar com você.

Reinaldo: Agora, quando a gente chega, eu acho que impera mais uma desconfiança, impera a lei do silêncio, você precisa aprender a lidar com o silêncio, às vezes, até os familiares sabem o que aconteceu, mas não falam, então é um trabalho de conquista de espaço mesmo, você precisa ir aos poucos...

Entrevistadora: A lei do silêncio por conta da represália, medo da represália?

Reinaldo: Medo do crime, no caso, medo do... Existe a lei do silêncio para as duas coisas, as pessoas elas têm medo da polícia e elas têm medo dos criminosos, né... A ideia... Quando eu passei a trabalhar com isso é que eu fui ver que a ideia do bom criminoso, traficante provedor, isso não existe na prática, as pessoas não se dobram a milícias, criminosos, nem o vizinho, nem da comunidade. Não, elas querem ver o cara pelas costas, mas elas não falam, elas têm medo de ser mortas. Então a ideia de melhor tirar a polícia das favelas do Rio porque os criminosos com os moradores se entendem não é verdade, essa é a minha percepção. As pessoas não querem conviver com os criminosos, elas são obrigadas a, é outra história.

Entrevistadora: Essas pessoas, geralmente, que são assassinadas é ligado ao crime ou não necessariamente?

Reinaldo: Não necessariamente, aí que está... Essa é uma questão que sempre os... uma das primeiras perguntas que os editores tendem a fazer num caso desse, numa chacina, é levanta a ficha criminal dos mortos.

Entrevistadora: Essa é uma prática? Todo mundo que é assassinado...

Reinaldo: Quando é em caso de chacina, os editores querem saber para saber... porque daí há indicativo inclusive de participação de policial, né. Existem alguns procedimentos básicos de checagem, você vai primeiro saber se o cara se ele tem ficha criminal; se ele tem ficha criminal, você vai solicitar para a polícia quem acessou nos computadores da polícia a ficha dele, porque aí você sabe quem são os suspeitos. Então tem caminhos básicos de investigação que você aprende a fazer um pouco o trabalho de polícia investigativa.

Entrevistadora: Por isso que o jornalismo policial é uma escola.

Reinaldo: É, então, é uma escola, tanto que me ensino muito do que eu faço hoje na PGR, nesse tipo de cobertura.

Entrevistadora: Sobre polícia é uma escola realmente. Tá, e aí buscando...

Reinaldo: Eu estou falando de um modo solto, mas depois você se organiza de um jeito que te seja conveniente.

Entrevistadora: Mas, assim, buscando a parte então... se um policial que foi assassinado, o número de pessoas ou local, os antecedentes criminais, quem puxou a ficha, você começa a fazer um desenho, enquanto repórter, se há envolvimento de agente público ou não?

Reinaldo: Se há possível... né, a gente sempre trata como surpresa, como indício, como evidência, alguma coisa assim. Você vai começar a traçar, se houver, o interesse do jornal cresce, né, mais do que se tiver sido um mero acerto de contas entre traficantes, porque aí você tem um agente do Estado ou agentes do Estado matando.

Entrevistadora: Como que é o Estado? Como que é geralmente o posicionamento [Minha relação com o Estado] Não, qual é o posicionamento de secretário de segurança pública, dos delegados, quando a mídia, no caso, o jornalista, chega falando “há suspeita de envolvimento de agente público”?

Reinaldo: Então, a primeira – eu vou falar isso de uma maneira muito geral, mas tem exceções – a minha percepção é de que a primeira reação de um secretário de segurança pública é negar o envolvimento de agentes do Estado, né... e o secretário de segurança pública vai sempre proteger as corporações, que é parte do papel dele né, ele não pode desmotivar... que se ele falar já de início que houve a participação, ele desmotiva a tropa, a corporação dele, enfim, causa uma reação em cadeia. Então no outro dia você vai ter a polícia desmotivada na rua e mais crimes acontecendo. Então o papel deles também é delicado... dessas autoridades. Então a minha percepção é de que, num primeiro momento, eles negam, até que a coisa fica [explícita, em um determinado momento]. Aí precisa... Quem fez isso pelo menos em dois casos foi o, hoje ministro do Supremo, Alexandre de Moraes. Ele era secretário de São Paulo, da segurança, e eu me lembro de... teve uma, salvo engano foi quando mataram uma pessoa dentro de uma torcida organizada acho que ou do Corinthians ou do Palmeiras – eu não vou me lembrar agora, mas eu posso também pesquisar. Depois, se tiver algum caso que te interesse diretamente, você fala “pesquisa tal coisa”, quando você ouvir a gravação, eu pesquiso e te mando o link –, e ele negou, ele negou, ele negou, embora as evidências fossem de que tinha sido a ação de policiais, depois ele teve que admitir. Então, a minha impressão é que eles negam, mas por conta da função institucional deles mesmo, só depois eles admitem quando a coisa se torna mesmo explícita.

Entrevistadora: Você, enquanto repórter, só pode falar com o delegado ou com o secretário, você não pode falar com o policial, você não pode falar com o soldado, você não pode falar com as pessoas que estavam naquela operação, naquele plantão, por exemplo?

Reinaldo: Eles vão dificultar o acesso, mas o bom repórter de polícia tem fontes. Então eu tenho delegados, no meu celular, que me mandam coisas até hoje, dois anos depois que eu parei de cobrir isso. Eu falo com delegados... eu falei com muito policial de rua [soldado né] Tenho muito telefone de cabo, soldado, sargento. Praças, os praças passam muita informação. Tudo extra oficialmente e tudo por de baixo do pano, mas assim, te ajuda a compor uma visão mais ampla ali do que aconteceu, porque a oficialidade no começo vai negar.

Entrevistadora: E por que eles insistem em usar os autos de resistência? Essa é uma pergunta muito emblemática porque para mim é importante para a minha pesquisa, assim, né... O auto de resistência ele serve realmente como um mecanismo administrativo de proteção à polícia e de não esclarecimento do crime ou ele realmente eles acreditam que o que acontece realmente é um confronto... O que você vê nas suas práticas?

Reinaldo: Então, o agente público, e isso sempre o secretário de segurança sempre diz – ele goza de fé pública, né, então você tende, num primeiro momento, a acreditar naquilo que ele botou no papel. Enquanto não se prova que ele estava mentindo, a tendência deles é de usar aquilo como versão oficial. Então quando os caras arredondam – esse é o termo que eles usam numa situação para dizer que foram atacados ou eles plantam armas, mas enfim – arredondam aquilo tudo, num primeiro momento aquilo é o que vale como informação oficial, porque o cara goza de fé pública, né, você pressupõe que ele está dizendo a verdade. Então eu acho que existem as duas situações nisso que você me perguntou. Existem situações em que eles usam isso do auto de resistência como defesa para que não haja investigação ou para justificar um malfeito deles e existem situações legítimas em que realmente o cara se vê numa situação de matar ou morrer, ele é um agente público e ele precisou fazer uma escolha. Eu não sei precisar hoje qual dessas duas possibilidades acontece mais assim... não consigo precisar numericamente.

Entrevistadora: O movimento negro junto com o judiciário e no governo até chegou a avançar nessa pauta de acabar com esses autos de resistência [Com esse tipo de registro, como auto de resistência] com esse tipo de registro por conta de que isso mascarava as mortes, né. Qual que é o seu posicionamento, enquanto repórter, em relação a isso assim? [É que isso tem uma...] A culpa é o que, é da polícia ou do judiciário, já que você trabalha com segurança pública? Porque a gente tem um problema também que só 8% das nossas mortes que são investigadas, então nesse imbróglio, quando o policial tem uma morte, coloca como auto de resistência e essa morte muitas vezes é arquivada e não vai nem para o Ministério Público... Esse processo burocrático, quem tem que se responsabilizar por isso?

Reinaldo: Na verdade, chegar no Ministério Público sempre chega, mesmo quando é auto de resistência, vai para o MP, o MP que vai dar o parecer final. É que aí você tem situações do MP que são muito peculiares. Por exemplo, o MP tende a arredondar a situação para a polícia. Não é só o de São Paulo, os MPs estaduais eles têm...

Entrevistadora: Arredondar o quê, passar o pano realmente, suavizar.

Reinaldo: Passar o pano para a polícia. Isso eu estou falando como impressão, eu não tenho número realmente para te falar.

Entrevistadora: Beleza, mas os números eu tenho na perspectiva das matérias que são divulgadas.

Reinaldo: O próprio Ministério Público.... Porque você imagina o seguinte, eu nunca me esqueço de uma expressão que um secretário de segurança de um estado do Nordeste me falou, ele me falou que as polícias militares são praticamente as guardas pessoais dos governadores, porque são né. O comando é submetido ao governador da polícia militar e a polícia militar executa aquilo que o governador manda. Então o governador é muito... ele que tem a palavra final nas ações policiais. Os MPs estaduais, em geral, são muito ligados aos governos estaduais, até porque você tem ali toda uma questão hierárquica. Quem indica o procurador geral de justiça? O governador. Sempre é alguém muito próximo do governador. Então, a gente não pode ignorar esse componente político dessa estrutura que a gente tem colocada, né. Então o Ministério Público encarregado de investigar supostos crimes cometidos por policiais é tão, ou quase tão, ligado ao governador quanto a própria polícia militar. À própria polícia, por hierarquia mesmo, o Ministério Público em tese tem autonomia, mas essa autonomia eu diria que ela é relativa com alguma chance de acerto porque, enfim, o Ministério Público é muito ligado ao governador... dos estaduais e violência é investigada pelos Ministérios Públicos estaduais.

Entrevistadora: Então lá chega no Ministério Público?

Reinaldo: Chega. Mesmo quando é auto de resistência, todos os casos chegam, todos os casos vão para um promotor. Se houver arquivamento [É decisão do promotor?]. É o promotor que pede. A decisão é sempre da justiça, mas o promotor pediu o arquivamento e geralmente o judiciário vai acatar o que o Ministério Público pede porque o Ministério Público é o titular da ação penal. Então se o Ministério Público está dizendo que foi um auto de resistência, não houve crime... quer dizer, ali é um crime também, mas não houve um crime convencional, um homicídio doloso por exemplo, o judiciário vai geralmente acatar. Agora, o auto de resistência ele tem uma característica legal, que ele não entra no cômputo da criminalidade em geral. Então quando um determinado governador de um estado vai divulgar as estatísticas de criminalidade [Ele subnotifica] ele exclui a violência letal causada por policiais, né, porque aquilo não é contabilizado como homicídio. E aí você consegue eventualmente até diminuir a taxa, né [E isso aconteceu em São Paulo nos últimos anos], a taxa por cem mil e tal. A Folha tem uma cobertura muito boa nesse sentido assim de mostrar os problemas dos registros numéricos de crimes.

Entrevistadora: Porque, assim... isso que eu vou te perguntar. Todo ano, e eu tenho percebido isso, sai divulgação dos dados do Atlas da violência, que é feito pela Secretaria de Segurança Pública, sai o mapa da violência que é feito pelo sociólogo lá, o (Jacobiski?), desde o final dos anos 70 sai isso.

Reinaldo: Ele é muito sério esse cara viu, um bom pesquisador.

Entrevistadora: Não o conheço pessoalmente, eu uso os dados dele. [Já falei muito com ele]. E você tem, assim, desde o final dos anos 70 se falava “jovem, negro, pobre”... Jovem, né, na faixa de 15 a 29 anos, homem e negro são os mais expostos à violência ,né, e os movimentos sociais, principalmente o movimento negro aponta que uma das coisas é o Estado que mata esses jovens negros por meio da polícia e o auto de resistência é um dos mecanismos que é usado como forma de, muitas vezes, não investigar esse tipo de crime – que é o que está mais me interessando. Porque também tem outro lado, que é o lado do jovem já envolvido com a criminalidade e aí entre eles mesmos acaba havendo homicídio. [Acerto de contas] Acerto de contas.

Reinaldo: Isso de acerto de contas como um valor-notícia diminui muito, por isso que os editores sempre perguntam qual que é a ficha criminal e tal. Se for acerto de contas, a chance

de um acerto de contas na periferia virar notícia num grande jornal é muito pequena – só uma curiosidade.

Entrevistadora: É interessante, porque assim tem pesquisas que falam “os jovens negros se matam muito entre si”, né, mas...

Reinaldo: Eu vi uma realidade dessa quando eu fui fazer uma matéria em João Pessoa, na Paraíba – fiz um série de matérias baseado inclusive no mapa da violência do Júlio – eu peguei as capitais que eram número um no ranking, né, na taxa de assassinatos por cem mil em determinados tipos de crimes. Por exemplo, João Pessoa era a campeã em crimes de mortalidade de negros e aí eu fui para lá tentar saber qual que era a razão, fiz uma puta imersão, 5 dias na periferia, passei cada situação que eu julgaria ameaçadora, e pelo relato dos próprios jovens negros eles estavam se matando entre si. Isso não era uma conclusão...

Entrevistadora: Eles mesmos falavam. E o diagnóstico, vulnerabilidade social?

Reinaldo: Olha, é de março de 2013, quando eu estava na Agência foi, guerra entre Estados Unidos e Al Qaeda levam o terror a João Pessoa. Al Qaeda lá era O Qaeda e Estados Unidos era Estados Unidos mesmo. Bairros inimigos, condomínios populares que se atacam, brigas de torcidas, capital líder em homicídios de negros no país, João Pessoa é uma cidade dividida, dividida eu vou explicar o porquê. No coração dos conflitos, centrados na periferia, estão grupos que controlam diferentes áreas: a “O Qaeda”, nome inspirado na rede Al Qaeda, e os Estados Unidos, inimigo da O Qaeda. Nessa disputa, o história se resume à luta pelo comando do tráfico nos presídios, segundo a polícia, mas os moradores... O que a polícia diz, que a disputa se resume ao comando do tráfico, mas os moradores relatam que o problema é mais profundo e se nutre inclusive da rivalidade entre bairros. Quer ver, olha, “sob a ameaça de morte, jovens são proibidos de frequentar espaços de jovens de áreas rivais, ainda que não tenham ligação com o crime. Então eles matavam e pichavam um palhaço, quando pichavam um palhaço era a O Qaeda – matavam e na cena do crime pintavam um palhaço, sabia-se que aquela morte tinha sido causada pela O Qaeda”. Ali eram jovens matando jovens, enfim, negros matando negros, não era uma situação de grande número de...

Entrevistadora: Ela entrou como valor-notícia porque você se baseou no mapa da violência?

Reinaldo: Isso, ela teve um valor-notícia alto porque foi um especial que eu fiz chamado “capitais do medo”. Eu fiz matérias sobre isso em 5 capitais, posso encontrar depois os links e te mandar. Olha, João Pessoa registrou 518 mil mortes violentas em 2012. Para a polícia civil, metade – polícia civil é sempre o dado investigativo oficial – metade está ligado ao tráfico e disputa entre os grupos. “O mapa da violência de 2012 que computa homicídios mostra que, para cada homicídio de branco, 29 negros são mortos na cidade”. Era a maior disparidade entre os... olha, é a capital com a maior taxa entre negros e brancos de homicídios de negros, 140 por cem mil negros, a taxa nacional é quatro vezes menor, 36. Aí eu coloco a metodologia na matéria, o estudo considera negros a somatória de quem se considera preto e pardo. Essa é uma preocupação que poucos jornalistas têm, explicar a metodologia, e ela é importante porque se um pesquisador pega um texto desse, ele tem que saber quem que é negro para esse cara, né... Olha só, o governo do estado reconhece que os números apontam uma tendência, mas diz que pode haver uma diferença entre os dados do IBGE, em que o entrevistado declara a sua cor, e os do SUS, em que o médico atesta a cor da vítima. Porque o Mapa da Violência ele é feito com dados do SUS. Então, o que a oficialidade vai jogar? Com problemas metodológicos. Tipo, o secretário lá não assumiu que lá é a capital que mais morre

negros, ele falou “não, esse estudo tem problemas metodológicos, você está baseando sua reportagem em um estudo que tem problemas de vícios de origem.

Entrevistadora: É isso que eu ia te perguntar... Os pretos morrem mais, o que que a secretaria de segurança pública fala sobre isso, entendeu?

Reinaldo: Nesse caso aqui, eles negam que seja...

Entrevistadora: Mas, por exemplo, quando é subnotificado no estado de São Paulo, por exemplo, autos de resistência não é todo final de semana que tem chacina em São Paulo, mas você tem homicídios isolados em São Paulo que podem ser praticados por agente público que é subnotificado, entendeu. Então isso é uma parte dos dados de jovens negros que já não entram para a secretaria de segurança pública do estado de São Paulo, mas eles estão morrendo, né. Como a secretaria de segurança pública, na sua percepção, na sua experiência de trabalhar com isso? Porque você tem esse problema

Reinaldo: A minha percepção é que as secretarias, não só de São Paulo, mas em geral, as secretarias de segurança pública não trabalham com recorte racial, elas ignoram isso, trabalham com o número cru – tantas vítimas –, trabalham com mapas – esse bairro tem mais, esse bairro tem menos –, mas não fazem a distinção.

Entrevistadora: Você, enquanto jornalista, o jornalista tem essa percepção de fazer o recorte racial, principalmente quando aborda violência?

Reinaldo: É difícil porque geralmente o dado que vai embasar a matéria não tem esse recorte, aí eu não tenho estudo acadêmico que.... Nesse caso, eu tive. O mapa da violência teve o recorte de cor, me possibilitou fazer uma das matérias da série em cima da morte de negros, mas em geral, por ausência de dados oficiais que registrem cor, o jornalista não consegue... porque não passa por uma questão de.... Essa que é a questão que eu acho que é fundamental entender em jornais grandes. Não é uma questão de voluntarismo, eu não posso chegar numa cena de crime, se eu for tratar de crime pontual, e falar “a vítima era negra e nesse bairro morrem muitos negros”. Eu preciso de um estudo, eu precisaria ter um número da secretaria de segurança pública falando nesse bairro só nesse mês teve 80 assassinatos dos quais 76 eram negros. Esse dado não existe e isso impossibilita eu de abordar isso na reportagem, porque não é uma questão de voluntarismo, de boa vontade do repórter, é uma questão de ter dados sérios, estudos sérios, base, para falar o que está falando. Então eu acho muito difícil abordar a questão racial por falta de dados. E esses dados deveriam ser feitos pela secretaria de segurança pública, mas não são porque eles alegam aí dezenas de coisas. Por exemplo...

Entrevistadora: E na redução da maioria penal, por exemplo, porque os movimentos sociais vinham falando assim “quem vai se prejudicar é esse jovem negro que já está, por exemplo, no socioeducativo”, como você teve oportunidade de visitar lá, né.

Reinaldo: Então, eu consigo nesse caso fazer o recorte dos negros porque, salvo engano, a Fundação Casa, pegando o exemplo de São Paulo que eu conheço melhor, tem o recorte por cor de pele. Então... [quando se trata da redução da maioria penal] eu conseguiria fazer uma pauta que discutisse – eu nem sei se as (ninhas?) tocam essa questão – mas eu imagino que sim... Deixa eu ver uma coisa... O problema para o jornalista é a falta de dados, o recorte racial não é feito pelas instituições oficiais e isso dificulta a vida do jornalista. Ainda que ele tenha a maior boa vontade do mundo, e uma parcela dos repórteres têm, a falta de dados dificulta abordar isso na matéria.

Entrevistadora: O fato desse jornalista ser de classe média e o fato desse jornalista ser branco não interferem, no seu ponto de vista?

Reinaldo: Eu imagino que sim, eu imagino que isso interfira, mas ainda que você pegue um cara com um pouco de esclarecimento ou com uma disposição... Porque você tem que avaliar uma série de fatores se você for fazer uma cobertura de um... eu tenho que ver o tempo que eu tenho para fazer pesquisa. Se eu tiver um tempo razoável, eu vou atrás desse dado, nem que seja para problematizar na matéria e falar “esse dado não existe”, sabe. Tipo, tudo vai depender do tempo que você tem, da boa vontade que você tem. Eu tive uma formação que, por alguma sorte, enfim, eu tive algumas preocupações assim. Para mim essa era uma preocupação, tentar explorar a questão de raça, a questão de gênero.

Entrevistadora: E isso é debatido entre os jornalistas? Numa reunião de pauta, por exemplo, isso entra? Femicídio, por exemplo...

Reinaldo: Eu acho que entra, mas que não é o principal debate entre os jornalistas, eu acho.

Entrevistadora: Não estou querendo nem falar, mas por exemplo uma pauta dessas. Hoje mesmo eu vi uma que saiu no UOL falando de mortes de semana passada e teve um especial do feminicídio muito legal, porque crime existe há dois anos e ainda é subnotificado. Então assim, quando vai abordar violência, quando você discute isso com o editor, essas especificidades que estão sendo debatidas socialmente, como a discussão de gênero e raça, acaba entrando ou não?

Reinaldo: Acaba entrando, eu acho que sim. Então, tudo vai do termômetro do que está rolando na esfera do debate público. Se está um assunto em voga, o debate o público pata o repórter na hora de ele discutir com o editor. Então essa questão de feminicídio, essa questão de gênero, está muito em voga, tanto que hoje você não tem... tem muitos poucos casos de, por exemplo, travesti morta em São Paulo que não virem notícia. Porque “está na moda” – põe entre aspas – falar de travesti, de transexual, tem a novela da globo falando disso. Então, quer dizer, você vai ter uma sensibilidade maior, um espaço maior, para abordar essa questão na matéria. É mais ou menos aquilo que eu te falei, por que determinada chacina às vezes vira notícia mais do que outra? Porque o povo da comunidade foi lá e tacou fogo no ônibus – não vai botar no trabalho como eu incentivando, né, fogo no ônibus – mas se tem um termômetro alto, um temperatura alta, em torno de uma determinada coisa, a chance de aquilo emplacar no jornal cresce, né. A gente tem que pensar o jornal não só como algo que pauta, mas que também é pautado.

Entrevistadora: Ele também é pautado, mas por exemplo nessas questões de raça – a questão da Cabula que eu quero explorar com você....

Reinaldo: Olha só esse texto – já que eu fiz a pesquisa. Isso aqui é lá de quando teve a discussão de maioria penal, lá em 2015, “juristas fizeram um ato na USP contra a redução da maioria penal”. Aqui eu abordava segundo os especialistas, por que eu podia abordar isso? Porque tem especialistas falando, embora eles não tivessem me trazendo menção a muitos números... Deixa eu ver uma coisa, olha a única menção a negros nesse texto é aqui, mas olha: “segundo especialistas, a mudança poderá gerar efeito contrário ao pretendido – a mudança da redução – e acabar aumentando a criminalidade por encarcerar adolescentes junto com criminosos adultos. A proposta também foi muito criticada por atingir principalmente os jovens negros e pobres com menos acesso a educação”. Enfim, você consegue botar esse recorte porque você tem o que, grandes advogados, grandes juristas, trazendo isso para o debate público. Então não é da cabeça do jornalista, não é um voluntarismo do Reinaldo Tuollo escrever isso na matéria, não, isso foi posto no debate.

Entrevistadora: Turollo, mas será – por isso que eu preciso entrevistar outro jornalista. Ah, porque Cabula, vamos falar de Cabula. Eu comecei... não tem muitas matéria de Cabula, uma pena não ter trazido, mas busca aí como foi a cobertura de Cabula, a chacina de Cabula. Começa como uma pauta factual, de uma ação policial lá no bairro de Cabula, onde os criminosos foram assassinados, né. Depois [Vou achar o meu texto aqui] vai criando uma repercussão e pelo que eu tenho pesquisado, muito por conta dos movimentos sociais nas redes sociais dizendo que aqueles jovens não tinham antecedentes criminais, aqueles jovens já tinha tido uma represália porque eu acho que matou alguém ali na região – eu não lembro direito em que contexto – e aí foi tomando uma repercussão muito mais porque de uma mobilização da sociedade civil em outras mídias do que pelo fato em si. E aí o fato foi tendo várias versões, né, porque até o governador que é do PT chegou dizendo “não, porque se o policial está na marca do pênalti é igual um artilheiro, tem que ir lá e fazer o gol”...

Reinaldo: O que não é uma figura de linguagem apropriada para lidar com esse tema, né.

Entrevistadora: Ele falou isso, né. E o que me chama atenção que... E o colega que pauta isso, ele começa pautando e ele não relaciona esses jovens como jovens negros e os movimentos sociais, desde o primeiro momento, falam “são jovens negros” [estava falando isso]. E aí, um ano depois, quando você faz uma matéria indo já para...

Reinaldo: Um outro assunto ali né, porque eu estava com um secretário que estava com chance de ser nomeado para um cargo alto.

Entrevistadora: Isso, exatamente, que aí você vai mencionar a questão do julgamento desses policiais, você relaciona a questão da negritude. Então, assim, um dos motivos para eu dizer preciso entrevistar o Turollo... Claro, como eu te conheço, como a gente se formou junto, eu entendo a tua formação, na hora eu relatei com isso e eu não consegui relacionar com o outro cara, que é um jornalista, repórter tanto como você, que trabalha na Folha, que cobre cotidiano e violência. Então, assim, será que é só questão de dados que vai fazer com que um repórter relacione uma matéria sobre autos de resistência, sobre redução da maioria penal ou sobre uma chacina em um lugar, por exemplo, que tem um alto índice de morte de jovens negros?

Reinaldo: Eu coloco isso como questão porque teve horas que eu quis levantar o debate e estava incapacitado por falta de dados, né, eu acho que, quando eu cobri violência, eu poderia ter abordado isso muito mais e me lembro de ter travado essa discussão inclusive com o secretário de segurança. Eu perguntei, por exemplo, lá para o secretário de João Pessoa por que ele não tinha dividido... quando eu fui para lá né, tive entrevista com todos os secretários dos estados que eu escrevi. Escrevi sobre o Espírito Santo – morte de mulher – Alagoas – mortes em geral –, Natal – morte de jovem – e João Pessoa – morte de negros – que eram os recortes que o mapa da violência tinha feito. E ele falou “a gente não pode fazer isso, porque como é que eu vou botar um agente público para falar que cor que é a pessoa?”. Agora, eu acho que também passa por aí... [A gente tem esse melindre de falar de raça]... Então, mas eu acho que passa também por uma questão de boa vontade política. Se você quer realmente instituir, pergunta para a família da vítima. Se você não pode declarar, o que os médicos – por isso que ele questiona o mapa da violência, porque ele usa dados do SUS e no SUS quem declara é o médico, né, quem bota “preto”, “branco”, “pardo” é o médico – ele fala “eu não posso botar um agente público para botar quem é preto e quem é branco”. Então, porra, se existe essa vontade política de fazer esse recorte, por que você não pergunta para o familiar? Por que o delegado não pergunta “que cor você declara a vítima: branco, preto, amarelo”? Você concorda? Eu acho

que existem meios para... Mas assim, os oficiais, as altas autoridades elas estão buscando jeito de não...

Entrevistadora: Será que tem uma coisa aí, que eu até uso também na minha tese, a democracia está aí na mente das pessoas? E aí esse melindre de falar de raça por parte dos entes públicos? Cara, isso é uma hipótese, eu...

Reinaldo: Não sei te dizer, não sei te dizer. Olha só que curioso, você falou do Cabula, o Cabula está aqui, ele surge na Folha pela primeira vez... (conversa paralela). “PM da Bahia matou 12 jovens já rendidos, afirma promotoria”. Só chegou na Folha de S. Paulo esse caso quando o Ministério Público já tinha feito a investigação, ou seja, ou meses ou semanas depois do caso. Olha lá, “os 12 supostos assaltantes de banco, entre eles... mortos pela polícia quando já estava rendidos sem condições... Quase três meses após o caso que ficou conhecido como chacina do Cabula, o Ministério Público da Bahia vai denunciar os policiais envolvidos no caso”. Então quer dizer, quase três meses, ele próprio está escrevendo e essa é a primeira menção da chacina do Cabula na Folha. Então quer dizer, o assunto só chegou na Folha de S. Paulo.. Provavelmente na imprensa local ele vinha sendo falado desde o dia seguinte, mas ele só chegou num grande jornal da imprensa nacional três meses depois.

Entrevistadora: Quando você coloca “Cabula” só, aparece. Como “chacina do Cabula” é que vai aparecer depois, é que eu pesquisei.

Reinaldo: Tá, se eu só botar “Cabula”, “mortos”...

Entrevistadora: A Folha vai botar na semana, mas bem factual que é da semana... é 2 de fevereiro, fevereiro aí. Achei, olha.... Isso, porque aí as entidades vão criticar...

Reinaldo: Então... é antes daquele negócio do Ministério Público... mas olha só, também chega [isso é depois] chega aqui... Não, é antes daquele negócio do Ministério Público... Não tem a palavra “chacina”.

Entrevistadora: Mas a matéria vocês publicam.

Reinaldo: Mas de qualquer modo... [Factual, dizendo] Então, e ela vai ganhando importância quando você tem o Ministério Público...

Entrevistadora: Sim, ela vai tendo desdobramento.

Reinaldo: Agora, eu nunca procurei “Cabula”, “negros”, não tem?

Entrevistadora: Não. [Só vai ter o meu... É] E aí foi isso que me chamou atenção, porque o Pitombo... O Pitombo é negro ou não? [Não, não é]. O Pitombo não faz relação e o seu texto é que relaciona. E aí o que me chamou atenção foi: as entidades desde o começo denunciam que foi uma ação truculenta da polícia com jovens negros e desses jovens, dos doze, acho que era 1 ou 2 que tinha antecedentes criminais, entendeu. E aí o caso vai tomando uma dimensão por conta da pressão dos movimentos sociais que começam a reivindicar isso, a postura também do governador foi muito complicada nesse caso, infelizmente ele foi muito escroto...

Reinaldo: Essa matéria me partiu de uma fonte ligada a movimentos sociais... acho que a ideia da matéria foi em off, então por isso que eu não vou abrir quem é, mas é uma fonte ligada a entidades e tal. Muito possivelmente essa fonte quando – eu não consigo te precisar com certeza o porquê que eu coloquei – eu já tinha essa informação de que eram 12 jovens negros na periferia. Possivelmente, a fonte que me trouxe a história reforçou isso comigo e eu considerei importante pôr no texto.

Entrevistadora: Então foi a fonte que te pautou aí?

Reinaldo: Mas é porque isso é... Eu já tinha uma pesquisa prévia, eu já sabia que os jovens mortos eram negros, mas eu me lembro da fonte destacando esse aspecto. Então eu acho

que teve uma boa participação da... Claro, eu poderia, como repórter, não utilizar da informação, mas como eu sabia que era ela verdadeira e como a pessoa me passou a informação e é uma pessoa confiável, com quem eu já fiz várias outras matérias e já tenho uma relação de confiança, ela destacou isso e eu destaquei também.

Entrevistadora: Entendi, por isso a diferença entre o seu texto e o texto do Pitomba. Porque o Pitomba não relaciona negros apesar de os movimentos sociais apontarem.

Reinaldo: Mas então, se ele já tinha acesso a essa informação, ele talvez tenha julgado – eu estou falando talvez porque eu não sei o que passou na cabeça dele, eu nunca falei com ele disso – mas ele talvez tenha considerado que essa informação não fosse importante ou não fosse precisa. Eu me lembro dela ser precisa porque eu me lembro de ter visto fotos, eu me lembro [as fotos são bem chocantes] e são negros, não resta dúvidas de que são pessoas negras. Então me... mas eu me lembro que a fonte...

Entrevistadora: Você destaca que a importância que foi dada foi muito mais pela ação do Ministério Público do que pela participação dos Movimentos Sociais, por exemplo, em redes sociais? Porque isso aí, desde a primeira semana com a chacina...

Reinaldo: A menção a negros ou à cobertura?

Entrevistadora: Não, a cobertura, pensando a cobertura.

Reinaldo: Olha, eu acho que... No jornalismo dos grandes veículos, o fato de você ter o termômetro que enche na sociedade de movimentos sociais e tal, isso chama a atenção e isso é um elemento que te dá poder de barganha para você poder vender a placa e ela emplacar. Porém, se você tem isso e tem um órgão oficial também, por exemplo o Ministério Público, falando, endossando “foi isso, foi uma chacina”, aí o poder de barganha seu com os seus editores mais do que dobra.

Entrevistadora: Entendi, que foi o que aconteceu com o Cabula.

Reinaldo: Cabula foi isso. Eu acho que teve um caldo que permite...

Entrevistadora: Porque, assim, eu fiz um artigo. A chacina aconteceu em fevereiro, eu como tenho relação com os movimentos sociais, eu já vi o desdobramento e eu escrevi um paper para um artigo que eu apresentei em maio de 2015 em Florianópolis e a Folha não tinha dado tanto desdobramento assim até maio. Só que depois eu fui acompanhando por mais um ano, deu um desdobramento um pouco melhor do que por conta da questão do Ministério Público, que aí isso você me atinou agora. Agora...

Reinaldo: E eu sei porque eu vendo matéria diariamente para os editores. Se eu tenho um órgão oficial, como o Ministério Público, endossando, a minha chance de emplacar aquilo cresce muito por conta dessa...

Entrevistadora: E tem esse componente que você falou também da polícia, de agente público, está envolvido nessa ação, né?

Reinaldo: Sim, a Folha é um jornal que valoriza muito a questão do monitoramento do agente público.

Entrevistadora: Entendi. Então tem um componente do agente público, Ministério Público, entrou...

Reinaldo: Aqui tinha um caldo de coisas que faziam isso virar pauta importante e, como você está falando, saiu vários dias e teve sua importância. Barulho dos movimentos sociais, como você me disse; promotoria entrando né, Ministério Público dá um endosso importante; a polêmica em torno das declarações dos políticos e do secretário – por exemplo, eu mesmo fiz essa matéria aqui mais de um ano depois por conta de ele ter defendido arduamente os policiais militares quando aconteceu a ação, esse cara que era o secretário –

então polêmica em torno das declarações de uma autoridade é outro elemento; o número de mortos, 12, é muita coisa.

Entrevistadora: Uma semana antes do carnaval foi essa chacina.

Reinaldo: Então.

Entrevistadora: Agora, uma coisa que me chamou atenção, e talvez eu não sei se na sua matéria você falou... [É que minha matéria não é sobre o caso, né] Sim, mas acho que a do Pitombo relaciona melhor. Anistia internacional. Porque na anistia internacional, quando vai falar dos direitos humanos, entra como fonte?

Reinaldo: Eu não entendi a pergunta.

Entrevistadora: A Anistia Internacional entrou como fonte dessas matérias. Por que a anistia internacional e não outros movimentos sociais? Você saberia me explicar isso, por que a Anistia Internacional virou um protagonista dessa temática? Porque isso ficou muito claro no Cabula, em detrimento de outros movimentos sociais históricos

Reinaldo: Talvez... mas aí eu acho que tem outras coisas importante de levar em consideração. Eles têm um sistema de comunicação, divulgação de releases e tal, muito articulado, eles têm contatos com pessoas nas redações. Por exemplo, o pessoal da Anistia Internacional tem meu celular, me liga. Talvez esses outros movimentos que são protagonistas da causa negra há muito mais tempo não tenham.

Entrevistadora: Não, porque isso me chama muita atenção Turollo... O Júlio já vem denunciando desde o final dos anos 70 com o mapa da violência. Naquele momento, por exemplo, o instituto Ayrton Senna junto com o Júlio já falava “jovem negro está mais exposto”. Você tem, nos anos 80 e 90, o protagonismo do movimento negro a ponto de emplacar as cotas raciais nas universidades. Me chamou a atenção... E aí, assim, depois das cotas, a principal hoje pauta do movimento negro é o genocídio da juventude negra. Aí quando eu entro, e vejo que a fonte dos direitos humanos é a Anistia Internacional, não outro organismo dos movimentos.

Reinaldo: É um organismo de peso, respeitado dentro dos jornais, é um organismo que se articula bem com as redações, tem um centro difusor de informações importante.

Entrevistadora: Eles encaminham pautas para vocês então?

Reinaldo: Sim, eles são ativos.

Entrevistadora: Muito ativos de mandar releases com informações interessantes.

Reinaldo: Deixa eu ver se muito ativos.

Entrevistadora: Não, assim, para você ter noção como isso teve um peso para mim, a ONU me chamou esses dias, a Ana Romero, me chamou para parte da minha pesquisa apresentar para os comunicadores do sistema ONU. E quando eu disse isso, foi uma das coisas que mais chamou a atenção do sistema ONU. Por que a Anistia Internacional que está há muito menos tempo no Brasil, hoje está sendo procurada pelos jornais e a gente não?

Reinaldo: Quer ver... É que eu tenho apagado os releases, mas eles mandam muitos releases.

Entrevistadora: Então a Anistia Internacional pauta vocês repórteres?

Reinaldo: Não é a única, né, mas é...

Entrevistadora: Mas é uma das entidades que pautam vocês nessa perspectiva de direitos humanos.

Reinaldo: É, tem várias outras. O Fórum Brasília de Segurança Pública também, o Mapa da Violência também.

Entrevistadora: Mas é que nessa questão dos direitos humanos, entendeu, quem tem pautado mais, porque me chamou atenção.

Reinaldo: Ah, não te diria.... Não sei afirmar que ele é um dos que mais pautam não, mas eu sei dizer que é um pessoal muito articulado, que tem uma estrutura, que tem contatos dos jornalistas, que liga, que fala. Então é um pessoal que tem articulação.

Entrevistadora: Que passou, por exemplo, à frente do Geledés, instituto da mulher negra em São Paulo que também tem isso como pauta, né, o Geledés.

Reinaldo: Que eu nunca recebi um release no meu e-mail, por exemplo. Só conheço por pesquisas minhas, mas tipo eu nunca recebi o contato deles. Nunca, nunca.

Entrevistadora: CRIOLA, por exemplo, do Rio de Janeiro, que é outra entidade.

Reinaldo: Não, tampouco conheço, não conheço.

Entrevistadora: Geledés você conhece, né, mas o CRIOLA, não.

Reinaldo: CRIOLA, não, nunca ouvi falar. Então vai um pouco também da capacidade desses organismos se organizarem e acharem que é importante pautar a grande imprensa, porque eu acho que a impressão que eles têm é de que pressupõem-se de que lá não tem pessoas dispostas e talvez desista-se do... Porque o trabalho de você pautar um jornalista não é um trabalho de você manda um negócio hoje e, se ele não der, eu não ligo mais. A gente é um trabalho de amizade, você liga e fala “olha, eu tenho essa sugestão, mas se não der hoje, não tem problema”, né. Daí liga dali a duas semanas, manda um recado, manda um whatsapp, fala “olha, tenho isso, se vocês conhecerem alguém que se interessa, você encaminha, por favor”. Você cria uma relação. Eu acho que talvez esses movimentos não saibam fazer isso com o profissionalismo que isso requer. Eu estou falando isso até de um lado positivo assim... Aliás, como crítica construtiva no sentido de sugestão mesmo, sabe. Essas grandes organizações elas mapeiam os jornalistas que trabalham com determinados assuntos, eu duvido que o Geledés faça isso. Se você ligar na Anistia Internacional e perguntar quem é hoje o jornalista da Folha que cobre segurança pública em São Paulo, eles vão saber. Eu tenho certeza que eles vão saber. [Eu marquei lá para entrevista-las] Pelo menos eu imagino [Eu estou para entrevistar o pessoal da Anistia Internacional] Porque, por exemplo, se você ligar no Sou da Paz, eles vão saber. Se você ligar no Fórum Brasileiro de Segurança Pública, eles vão saber.

Entrevistadora: É, você falou outro interlocutor aí, Sou da Paz, mas o Sou da Paz não está trabalhando com essa questão racial e a Anistia Internacional entrou como uma política “O jovem negro vivo”, eles têm uma campanha “O jovem negro vivo” muito forte a Anistia Internacional.

Reinaldo: Então, acho que eles tenham... Cara, grandes organismos conseguem esse protagonismo mesmo, isso é inevitável.

Entrevistadora: Tuollo, por que a Folha, quando da morte do Michael Brown, conseguiu levar um repórter para Ferguson 14 dias e Cabula, por exemplo, que teve uma repercussão, mas ainda assim não se compara à repercussão de um jovem negro nos Estados Unidos? Por que o negro americano tem um peso maior do que o negro brasileiro? Você mesmo viveu isso agora quando cobriu lá a segurança pública em João Pessoa, né, que você foi.

Reinaldo: Foi. Eu não sei te dizer se o negro americano... Eu não consigo avaliar isso porque eu não tenho as coberturas, eu não me lembro desse caso de Ferguson. Não consigo avaliar.

Entrevistadora: 2014, foi. Teve uma repercussão muito forte, mas é internacional né. Naquele ano, morreu ele, morreu o menino que... o homem que prendeu a respiração, um senhor em Nova York. Enfim, a polícia americana mata preto como a polícia brasileira, porém lá nos Estados Unidos, por conta até desse histórico, você tem uma mobilização forte da sociedade civil, né, e isso o jornalismo tem repercutido lá. Aqui a gente tem uma repercussão? Claro que

a gente tem repercussão, as pessoas vão para a rua. O que eu não vejo é o nosso jornalismo pautando isso de forma tão veemente como acontece lá. Então, assim...

Reinaldo: Mas será que a sociedade civil lá não está mais barulhenta do que a daqui? Porque eu não vi grandes casos.... Você sabe o que é um fenômeno que eu vejo lá e não vejo aqui... Isso, não sei se é a repercussão do caso de Ferguson que você está citando, mas aqueles Black lives matter [Black lives matter eu vou trabalhar na minha tese], eles têm o apoio de pessoas brancas muito grande, inclusive pessoas brancas com essas camisetas escritas. Eu não tenho visto nenhum movimento social negro aqui que tenha conseguido chegar na classe média branca. Eu também não sei se essa é a maior preocupação, porque aqui a discussão que se faz muito é sobre lugar de fala e o lugar de fala exclui essa parcela, né, nem sequer apela à solidariedade dela. Então eu acho que talvez lá eles estejam conseguindo ser mais barulhentos. Eu não sei, eu não sou especialista, pelo amor de Deus, não sou eu que vou falar o que o negro tem que fazer. Eu estou pensando – nunca pensei nisso como possibilidade – mas já que você está me perguntando, me parece que lá eles são mais barulhentos e eles são mais barulhentos porque eles conseguem atingir, ou ganhar atenção, de parcelas da classe média branca, que talvez aqui sejam mais vistas como adversárias do que...

Entrevistadora: Você acha que a população negra brasileira vê a classe média branca como adversária?

Reinaldo: Não, não acho. Mas acho que movimentos organizados têm um problema. Por exemplo, recentemente teve um evento aqui em Brasília chamado “Latinidades”, que foi lá no Museu Nacional, quem organiza tem esse pessoal do Fora do Eixo e tal. Eles estavam com falta de dinheiro para fazer isso, esse festival, e eles recorreram ao organismo que a Vanessa trabalhava, que é o Conselho Britânico – British Council – que mandou uma grana; e o British Council mandou duas moças que trabalham com a área de produção de eventos para acompanhar. E aí rolou uma mesa, uma das estrelas, uma das negras mais famosas que ia falar começou a mesa dizendo que estava super constrangida de ter mulheres brancas na plateia e eu sei porque depois rolou uma discussão aqui em casa. Uma das moças me falou que teve esse momento de constrangimento, ela falou “olha, eu nem abri a minha boca, eu não problematizei, eu murchei na cadeira e fiquei quietinha”; ela falou “eu estou constrangida de ter pessoas que não”. Eu falei para ela, essa reação é desproporcional porque vocês estão botando dinheiro lá, eu acho legítimo que vocês tenham alguém lá acompanhando a ação. Então eu não sei o quanto isso acontece, porque eu não estou envolvido com o movimento negro e eu não sou capacitado para discutir isso, não sou. Mas não sei, essa reação... A impressão que a partir de um episódio, né, eu tenho a humildade de reconhecer que um episódio me causou uma má impressão. Eu não sei o quanto isso acontece em outra escala, não sei. Então eu só estou dizendo que talvez... não acho que a Folha valorize mais o negro americano do que o daqui, mas eu acho que lá o movimento negro faz mais barulho do que aqui e eu não sei porque, é uma impressão. O fato é que tendo isso, muito provavelmente, na sociedade civil isso pauta o jornalismo e eu acho que tem tido avanços. Eu acho que o movimento negro aqui tem conseguido emplacar pautas e conseguido colocar suas questões.

Entrevistadora: Mas uma coisa que eu sempre questioneei durante a minha tese, eu acho que essa resposta eu não vou conseguir, é: a gente conseguiu fazer com que jovem, homem, no Brasil morre, independente de ser branco ou preto, eles morrem, né [É o maior grupo de risco] É o maior grupo de risco, né. É o jovem de 15 a 29 anos, homem – e aí por n fatores né.

Reinaldo: E aí você vai ter diferentes estudos apontado a mesma coisa.

Entrevistadora: Isso, exatamente. E esse grupo de risco, quando a gente fecha no homem branco, e trabalha nessa perspectiva do álcool e do trânsito, né, que o jovem branco está muito exposto à violência de trânsito, né, de acidente de carro e tudo, a gente conseguiu que a opinião pública conseguisse fazer com a Lei Seca várias ações, né, de marketing, de conscientização, etc., para reduzir essas mortes. E você tem realmente uma ressonância em vários setores da opinião pública pensando nesse jovem, você tem o Mapa da Violência falando, você tem a mídia – apesar de todas as críticas que eu tenho – mas todo ano sai, na perspectiva do agendamento isso entra, entendeu, entra na Folha, entra na Veja, entra no Globo, entra no Jornal Nacional, que o jovem negro morre mais, né. [O jovem negro?] O jovem negro morre mais em consequência de assassinatos no Brasil. Por que essa campanha não consegue ter ressonância com a opinião pública? Isso é uma coisa que eu sempre me questionei, né, durante o período da tese.

Reinaldo: Eu acho você tem mais resposta para isso do que eu assim, eu não sei. Mas realmente é um tema que sensibiliza pouco, né, proporcionalmente ao tamanho do problema.

Entrevistadora: Não, Alagoas, cara, morre um monte de jovem lá. Eu lembro que o ano passado o Caco Barcelos quando ele lançou o Mapa da Violência, ele entrevistou o secretário de segurança pública de Alagoas. Tem aí no Youtube se você pegar o Profissão Repórter, muito massa aquele Profissão Repórter. Até agosto do ano passado tinham tido acho que 102 mortes em Maceió, 102 assassinatos; 98 negros, 3 brancos. Era muito desproporcional, né, e ele também não conseguiu explicar da mesma forma.

Reinaldo: Como é que ele pegou esse dado da Secretaria? Ele separou negro de branco?

Entrevistadora: Eu acho que ele fez da perspectiva que o Jacob usa... Ele usou o Mapa da Violência. Esse Profissão Repórter saiu em agosto do ano passado, né. Então, enfim, eu estou te entrevistando porque me chamou atenção você ter colocado na chacina da Cabula a questão de serem jovens negros, que o Pitomba não relacionou, né, então por isso que eu vim falar com você. Agora, tratando...[Seria bem legal você ouvi-lo sobre isso] E, por exemplo, o New York Times ouviu outros familiares e aqui a Folha tem mais dificuldade. Você acha que nesse caso é pelo medo das pessoas de falarem?

Reinaldo: Não, eu disse isso como o geral. Não sei se esse caso é o do Cabula, não.

Entrevistadora: Esse caso do Cabula você não... Eu teria que entrevistar o Pitomba mesmo para saber.

Reinaldo: Teria que ouvir o Pitomba. O que eu te digo, assim sobre ouvir familiares, sobre ouvir enfim outras fontes que não as oficiais, é que isso depende da importância que o jornal está dando para a pauta. E como isso demanda tempo do repórter, se não é um material que vai ser um abre de página, que seria um texto em si, uma grande... que requeira muitas vozes e tal, o cara não vai fazer isso por espontaneísmo assim, sabe, só porque ele acha importante. Ele precisa que o jornal coloque aquele assunto como uma das prioridades do dia. E aí você tem várias coisas que levam a ser prioridade.

Entrevistadora: Entendi. Só para a gente também finalizar, mas me interessou muito essa questão de segurança pública e outras pessoas que eu entrevistei a gente discutiu a questão de segurança pública. Essa política de drogas é uma política que não resolve a situação que a gente tem. São dois problemas que a gente tem muito graves, que é a questão das drogas e o porte de armas, né, porque a arma de fogo faz com que você tenha muitas mortes em decorrência do uso de arma de fogo, então... [A maioria no Brasil é por arma de fogo] E essa questão do tráfico de drogas também, que faz com que você criminalize pequenos traficantes, mas a gente

não resolve o problema estrutural, né. Quando você entrevistava esses delegados, esses secretários, isso era problematizado? Assim, porque você tem uma corrente.

Reinaldo: Não, porque está fora da esfera de poder deles, né.

Entrevistadora: Não se consegue pensar uma política de segurança pública desarmada...

Reinaldo: Você tem que discutir isso com o Ministro da Justiça, não adianta discutir isso no jornalismo com o delegado do 2º DP. Então, acho que quando o jornalismo se propõe a fazer esse “eu vou entrevistar o Torquato Jardim, o ministro da justiça, sobre política anti-drogas”. Eu acho que daí o jornalismo faz, mas no dia-a-dia você pegar o caso de um sujeitinho preso lá no bairro da Liberdade... Bom, um sujeitinho preso no bairro da Liberdade com droga, um pequeno traficante, não vira nem notícia na Folha, quanto menos você ia discutir isso com o delegado do – ali é o 1º DP que fica na Liberdade – você não ia discutir isso com o delegado. Porque está fora da alçada de poder dele, assim, está fora da esfera de poder dele, da alçada dele.

Entrevistadora: Nossa, é interessante que aí o jornalista ele tem muito bem a visão que ele pode conversar e debater a partir do que está na frente dele.

Reinaldo: Exato, você não vai conversar – isso a Folha ensina muito assim – você não vai [discutir política de segurança pública] com o delegado.

Entrevistadora: Nem com o secretário estadual.

Reinaldo: Não, você tem que discutir com o ministro, que é quem efetivamente vai ter o poder de... Você pode eventualmente discutir isso como eu discuti com o Esmânio, que é o chefe do Ministério Público de São Paulo, e a resposta dele é que na visão dele o que está na lei “consome é crime, consome é crime”.

Entrevistadora: Porque é um preço muito alto que a polícia está pagando, porque os soldados morrem muito, né – esse ano eu tenho acompanhado principalmente no Bom dia Brasil mais de 100 policiais foram mortos no Rio de Janeiro – e a sociedade também está pagando um preço muito alto porque a gente está sendo assassinada, as pessoas estão sendo assassinadas. Esse sistema penitenciário não resolve porque não reinsere ninguém, né, as pessoas não estão sendo reinseridas e é muito caro. Nosso sistema de segurança pública é muito caro. Então assim, e aí? Como pensar numa outra lógica para além da lógica de ficar construindo cadeia.

Reinaldo: Essa outra lógica ela não vai ser pensada pelo cara que está cobrindo cotidiano em São Paulo, ela vai ser discutida pelo cara que vai entrevistar um grande um grande especialista, ou que vai entrevistar o ministro da justiça ou que vai entrevistar o chefe do Ministério Público. Eu acho que tem.... Eu entendo que os movimentos sociais cobrem que a gente fale disso a toda hora, mas não adianta falar disso com o delegado. Não é um assunto que vai estar no jornal cotidiano, até porque a fonte ali não tem atribuição para mudar isso, então a gente tem que abordar com a fonte assuntos que estejam na esfera do poder dela.

Entrevistadora: Entendi, por isso que essa separação.

Reinaldo: Eh, eu imagino que isso ne tenha aparecido para você antes porque você está falando com um jornalista só agora, mas isso para a gente é muito claro. Eu não vou discutir com um delegado política de drogas [Nem política de desarmamento?]. Não, isso eu vou discutir com o ministro da justiça. Política de desarmamento, se tem alguma ação no Congresso prestes a ou amar mais a população ou desarmar, eu vou discutir com o presidente da Câmara, com o presidente do Senado, “quando é que o senhor vai pautar? O que o senhor acha?” ou eu vou chamar um líder de partido, “o seu partido vai ter qual orientação para votar esse tema?”.

Não adianta eu falar isso com o delegado, não adianta eu falar isso com a vítima, com a família da vítima.

Entrevistadora: Porque o jornalista também está sendo bem pragmático, ele está procurando realmente respostas para poder construir o texto dele para noticiar isso.

Reinaldo: Sim, acho que.... Se eu discutir uma prisão de um traficante na Liberdade, que a Folha tenha me mandado cobrir hipoteticamente, se eu voltar com entrevista com o delegado falando sobre política de drogas não vai entrar. Porque quem é esse cara, qual é a chance de ele mudar alguma coisa? Tipo, ele entrega alguma comissão que está atuando no congresso para discutir política de drogas? Não. Então, bicho, o que você foi fazer lá, não tem sentido. Eu acho que o jornalismo diário é pragmático.

Entrevistadora: Já vem com as perguntas elaboradas para partir do que aquela fonte pode oferecer.

Reinaldo: Você sabe o que a fonte pode te oferecer. Não digo que você vá com a pergunta elaborada porque a conversa se desenrola. Agora, você vai esperar dela aquilo que ela pode dar, né.

Entrevistadora: Mas nessa lógica as policiais civis e militares elas são para cumprir o que está decidido em âmbito federal, eles estão cumprindo o que está aqui... [Cumprindo a lei, claro] Claro, quem questiona, quem pensa, é especialista, é quem está pensando em fazer política...

Reinaldo: Não, eles inclusive, eles podem questionar e podem pensar. O fato é que eles não têm o poder decisório. Eles, se o delegado, enfim, um policial militar levar um cara para a delegacia com droga e o delegado nem assinar um termo circunstanciado, falar “ah não, esse é consumidor, vai embora”, ele está prevaricando, ele está descumprindo a lei. Aí ele está cometendo um crime. Eu não estou nem discutindo se isso é certo ou errado, mas eu estou dizendo: o jornalismo atua – e a gente pode discutir – mas principalmente a grande imprensa atua no limite do que é legal, né, você não vai incentivar um delegado a soltar as pessoas de acordo com a consciência dele. Na verdade, se isso acontecer, ele vira matéria e aí ele possivelmente vai virar matéria para apanhar, né, porque a sociedade... Enfim, se esse cara está nesse cargo não se espera que ele descumpra a lei, espera-se que ele cumpra, né. A briga é aqui, em cima.

Entrevistadora: Mesmo que essa lei tenha várias lacunas, falhas, problemáticas.

Reinaldo: Isso, mas aí que está, não é lá com ele a briga, é aqui. A briga é no Congresso Nacional. Então essa discussão sobre descriminalização, essas coisas, ela passa muito mais na redação por um repórter de política do que por um repórter do cotidiano, sem dúvida. Essa é uma discussão aqui.

Entrevistadora: E quando você debatia com esses delegados de segurança você trabalhava muito mais em uma perspectiva muito mais do que é possível de ser feito lá na prática, do que de reforma na lei.

Reinaldo: Eh, na verdade eu posso conversar com eles sobre isso, porque muitos falam “puta, que besteira está né” e aí você fala “puta, que besteira mesmo”, só que é uma conversa em off, você não vai botar isso na matéria. Por que quem que é o sujeito, né? A gente vive numa sociedade em que o cara é o cargo que ele tem, né. Então uma coisa é o delegado do 1ºDP falando “eu sou contra a política das drogas atual”, outra coisa é o ministro da justiça. Para a Folha só interessa o ministro da justiça. Para a Folha e para qualquer jornal grande, Estadão, o New York Times, todo mundo. Eu não imagino que qualquer jornal vá fazer uma discussão com o delegado [Entendi] Essa é a impressão que eu tenho, pelo menos.

Entrevistadora: Não, mas você está me apresentando a prática jornalística que os meus outros entrevistados não apresentaram [Não saberiam falar] Porque eles também falaram na condição ou de legisladores – porque são assessores de senador, de deputado, aqui, participaram da SEPIR ou também como pesquisadores, né. [Sim] E aí é outra posição mesmo, né, não é como agente de segurança pública. Turollo, eu acho que basicamente era isso, deixa eu ver se tem alguma coisa que eu não pautei aqui você...

Reinaldo: Sim

Áudio 2 - Transcrição por Andresa

Reinaldo: O que eu estava te dizendo. Eu falei com bastante agente de segurança, com o Secretário de Segurança, com autoridades, e o que falta, por exemplo, questão de homicídio você quer ter uma estatística de quantos brancos, quantos negros morrem? Padroniza o boletim de ocorrência e coloca lá a cor do cara. Se o agente de segurança e o Secretário falar “não, não posso declarar” pergunta para o familiar, o que falta é vontade política de criar mais esse indicador. Porque se cria mais esse indicador, se cria mais elemento de cobrança da sociedade civil. Você vai botar diesel na fogueira dos movimentos sociais, sabe?

Entrevistadora: Eu não sabia que até isso os Secretários questionavam a metodologia empregada.

Reinaldo: Questionam. Nossa, te mostro as matérias. Eles questionam. A questão é: se você mais esse indicador, você institucionaliza aí sim você dá base para dizer que o genocídio negro existe. Porque você cria um índice oficial. Tem a SENASP, aliás.... Como que se chama o sistema da ((pausa)) No Ministério da Justiça, tem um cadastro de dados que a Secretaria de Segurança Pública precisa preencher para ter convênio com o Ministério, receber dinheiro e tal com dados de criminalidade. Só que assim, ele não é atualizado. Os governos estaduais esquecem entre aspas, por alguma razão não atualizam. Eles podiam lá ter colocado número de vítimas e enfim, inscrição de cada uma, se preta, branca, amarela não puseram. Ou seja, mesmo isso foi criado no governo Dilma em, acho que o Cardoso salvo engano, tem que pesquisar aqui encabeçou isso, porque que não botou a questão da cor da pele? Porque aí você vai ter um indicador.

Entrevistadora: Partindo da Segurança Pública e não partindo da ((interrupção de fala))

Reinaldo: Justamente. Porque você tira deles a possibilidade de questionar os dados do SUS, que são os captados ((interrupção de fala))

Entrevistadora: da área da saúde.

Reinaldo: Isso. Que são os captados pelo () do mapa da violência. Então quer dizer, você vai criar mais um indicador para jogar contra você? Como é que você vai explicar? Isso é questão política. E o jornalista no dia a dia dele, esse dado (inexiste), ele fica à mercê. É aquilo que eu te falei, o jornalista trabalha ali no limite da legalidade.

Entrevistadora: (O policial) ele problematiza, por exemplo, essas entrevistas nessa questão, porque a abordagem na periferia é diferente da zona oeste?

Reinaldo: Sim. Eles têm consciência disso. Porque eles (falam) que tem mais crime. Eles falam “Eu bato o olho e eu já sei que é suspeito”. E quando eles falam isso, eles estão falando que é o sujeito preto, de bonezinho, camiseta surrada. Eles sabem quem é. E eles tem base empírica para falar isso, porque geralmente essas pessoas são mais susceptíveis a cometer crime, por conta de uma série de.... A gente pode falar de uma série de mazelas sociais que levam a isso. Mas tem uma certa expertise nisso, eles sabem mesmo. Mas também erram e esse é...

Entrevistadora: Pois é, uma das coisas que eu tenho mais problematizado é que assim, essa política de drogas principalmente, faz com que esse (policial), é claro, continue pegando esse tipo de... o sujeito padrão lá, tem um nome, né que eles falam sujeito padrão, enfim, que eu nunca sei direito qual que é o termo que eles usam. Porém você não resolve o problema, porque você pega um hoje, vai pegar mais um amanhã e hoje está pegando um lá em (), outra está pegando na Paulista, que está pegando no Capão Redondo. Mas você não resolve a questão, né, porque o tráfico continua.

Reinaldo: Continua, mas eles não estão querendo resolver a questão. Eles estão querendo, por exemplo, limpar a área deles. Você imagina que, hoje os caras ganham em São Paulo bônus de acordo com a criminalidade registrada na área deles. Então se você tem uma área de um DP, com um alto índice de criminalidade para o trimestre seguinte você e não consegue abaixar aquilo, aquele número de registro de crimes, de B.O's feitos, você não ganha o bônus. O cara quer ganhar o bônus, ele precisa limpar a área dele, cara. Você está entendendo o que eu estou te dizendo? Eles precisam agir, tem questões colocadas aí. Por que uma das críticas quando se implantou o bônus para a polícia do estado de São Paulo, por exemplo, era de que a polícia poderia ou deixar de registrar crimes, como foi o que de fato aconteceu, que daí se diminui a notificação você consegue abaixar o índice de crimes naquele trimestre você ganha o bônus. Ou se elimina a notificação ou até um delegado me falou isso, um caso extremo você acha um corpo na sua área e joga na área do outro DP. Porque daí o crime registra lá. Esse é o problema de bônus da Segurança Pública, mas uma discussão, enfim, não sou eu que vai dizer se vale ou não vale. Segurança Pública é muito foda.

Entrevistadora: Quem ganha com esse sistema? Quem ganha? Isso foi uma pergunta que eu fiz para todos mundo, todo mundo. Quem ganha com esse sistema de segurança pública?
((pausa))

Reinaldo: Bom, eu não sei te dizer quem ganha, mas fatalmente os jornalistas não. Na condição de jornalista que eu me encontro não sei te dizer quem ganha. Mas para o jornalista trabalhar nesse sistema é bem ruim.

Entrevistadora: Por que?

Reinaldo: ((pausa)) Enfim, se você partir do pressuposto de que ele quer passar a informação correta, a informação com a melhor apuração possível, pensando no jornalista modelo, um cara que se esforça e se empenha por uma boa apuração, ele também não tem acesso aos dados de uma maneira clara, objetiva e rápida.

Entrevistadora: Mesmo agora com a lei da transparência que tem essa questão...?

Reinaldo: A Lei da Transparência você faz um pedido é trinta dias. Como é que você vai dar conta de... muitos pedidos que eu faço aqui por um e um determinado fato acontece quando a resposta chega em 30 dias a pauta já não existe mais. Tipo, jornal não vai ficar retornando assunto de 30 dias atrás, tem pouco papel, custa. Como é que você vai ficar...? Tá, morreram 15 negros, eu vou pedir um dado relacionado a mortes naquele determinado bairro com as mesmas características daquela morte, daquelas 15 mortes. Porra, 30 dias para chegar a (carta), quando chega não é mais notícia, o jornal não vai mais fazer.

Entrevistadora: Mas aí fica difícil fazer jornalismo, né?

Reinaldo: É isso que eu estou te falando. Tem outras questões que existem, por exemplo, questão de classe. Quem faz jornalismo é classe ((interrupção de fala))

Entrevistadora: Isso você acredita que impacta realmente na produção dessas matérias?

Reinaldo: Não, não tenho dúvidas. Não tenho dúvidas.

Entrevistadora: O perfil do jornalista influencia?

Reinaldo: Claro, o perfil do jornalista é branco, classe média, média alta.

Entrevistadora: Tem vários jornalistas que talvez numa foram numa periferia, né, gente.

Reinaldo: Muitos, principalmente na cobertura de política que é o que eu cubro hoje. Eles não abem coo é o mundo real. E eu mesmo que tem essa preocupação, já tive mais, mas tenho a preocupação de saber, hoje eu moro na asa norte, numa quadra das melhores que tem. Ganho dinheiro que me afasta disso tudo. Então assim, é que eu tento manter o pé no chão, mas é um desafio.

Entrevistadora: Você acha que a gente deveria ter cotas dentro do sistema de jornalismo, nas redações...?

Reinaldo: Eu acho que aí as redações tinham que implantar por uma ((pausa))

Entrevistadora: A gente precisa ter jornalistas que tenha pluralidade de formação ((interrupção de fala))

Reinaldo: A (Folha) busca fazer isso. Não estou defendendo a empresa em que eu trabalho não, mas a Folha tem jornalistas que vem da periferia, principalmente no Cotidiano. Tinham dois muito bons. Só que via de regra você olha para a redação e a redação é branca. Tem muito brancos lá que acham que esse tema é importante.

Entrevistadora: Sim, não duvido.

Reinaldo: Tem, tem. Com certeza tem. Porque sabem da situação privilegiada que eles vivem, tem muita gente. E eu nem sou um dos mais, tem gente muito mais que eu.

Entrevistadora: Você acha que é a formação do jornalista? O que mais que são temas que influenciam quando você vai pautar questões assim?

Reinaldo: Acho que formação, mas não formação universitária, formação mesmo de vida. Acho que importa mais do que ((pausa)) Em geral, as pessoas das grandes redações são pessoas que já tem uma condição social pelo menos remediada desde o berço, sabe? Então a minha impressão é de que... Mas isso também não torna elas alheias a necessariamente a esse tipo de problema. Não. Tem gente que tem essa preocupação. Mas em geral eu vejo hoje cobrindo política.... Enfim, são pessoas que não conhecem a realidade que eu conheci cobrindo polícia. E aí que fica difícil, como é que essas pessoas vão fazer uma entrevista, porque são elas que fazem, sobre políticas de drogas com Ministro da Justiça?

Entrevistadora: Porque rola uma hipocrisia no Brasil, pensando nas políticas de drogas. As pessoas consomem drogas. Conversando com um dos meu entrevistadores que fez (), ele é ótimo, está aqui no Senado ele é assessor aqui da bancada do PT no Senado, ele fala: “A pergunta é: vão parar de usar droga? A sociedade vai parar de usar droga? Ele vai parar de usar droga? O ser humano vai parar de usar droga?” Não, provavelmente não. E aí, não parando de usar droga como que a gente resolve isso? Quem vai fornecer drogas para essas pessoas? A partir disso a gente pode começar a problematizar, se vai ser comercializado, como vai ser comercializado, se vai ter legislação, se vai ter tributação, entendeu? Porque muitas vezes fica nesse moralismo “Ah, porque não pode usar droga, porque droga é isso, droga faz mal, droga faz isso e etc.”, só que tem outros malefícios que tem gerado custo muito grande quando você criminaliza drogas. Que não é uma coisa só no Brasil, é uma problemática mundial aí, você está falando de tráfico internacional de drogas assim. Brasil é só um dos países. Mas assim, países como o nosso Brasil, Colômbia, têm pago um preço muito caro para manter o uso de drogas nos países de primeiro mundo. Isso é um tipo de problemática que um cara, jornalista tem que ter, o Ministro da Justiça com a bancada de Segurança Pública dentro do Congresso.

Reinaldo: Claro, claro.

Entrevistadora: A gente está aqui. Eu falo eu estou na UnB, eu estou na Asa Norte, galera de classe média usa droga, usa maconha, usa cocaína, usa êxtase, LSD. Mas e aí? O policial vai pegar o menino que está lá em Ceilândia, que está lá em Luziânia.

Reinaldo: Ah, claro. Sem dúvida. É isso. Mas dentro do fazer jornalístico, essa discussão tem as esferas em que ela cabe. Provavelmente não é na esfera de atuação do cara que cobre ((interrupção de fala))

Entrevistadora: Não, isso aí eu até entendo Turullo, mas assim um cara hoje um repórter, se ele tiver que pautar isso, ele vai ter essa dimensão? Porque assim, o que mais me preocupa enquanto pesquisadora, é claro é o meu lugar de fala, jovens negros estão morrendo e estão morrendo em decorrência dessa política. Que é uma política de extermínio a essa população e eu como pesquisadora uma das só noções o que eu tenho encontrado seja comparsas políticas. Não sei ainda se vai resolver o problema, mas é uma das formas. Porque a gente está tendo problemas, mas as vezes não chega para essa pessoa da classe média, porque não é o tipo de público que eles estão acostumados a lidar. Porque está longe, está na periferia, são dilemas que essas pessoas não têm que viver. Mas que é o problema do estado brasileiro e que tem o segmento que está cobrando. Enfim, são discussões de uma pesquisadora, mas a problemática está aí. Não é à toa que o jornalismo pauta todo ano o mapa da violência, atlas da violência você já foi em Alagoas, Nordeste aumentou muito criminalidade lá. Nordeste está foda, cara. Muito vulnerável. Você quer colocar mais alguma coisa? Nessa questão de segurança pública.

Reinaldo: Eu acho que era isso mesmo.

Entrevistadora: Mas se você quiser () pode me mandar por e-mail, muito bom te entrevistar.

ENTREVISTA MÁRIO THEODORO

Entrevistadora: Vamos lá, Mário. Deixa eu te fazer uma pergunta, eu sei que você já trabalhou com a questão racial há muito tempo, né? [Sim] Já que você está aqui no Senado, eu queria que você falasse um pouco de como está sendo a sua trajetória de trabalhar com essa pauta racial dentro do Senado e até desembocar agora nessa CPI que você trabalhou diretamente, entendeu?

Mário: Não, é uma pauta difícil em qualquer lugar, né, é uma pauta complicada, é uma pauta que você tem que o tempo todo estar convencendo as pessoas de que existe o problema, né – a maioria das pessoas, em geral, porque o Senado é tido assim como um local de trabalho como um trabalho super bem remunerado – então o pessoal que está aqui é a maioria de pessoas brancas, né, sobretudo na consultoria, então você tem que convencer as pessoas que não estão... tem a coisa do racismo existente na sociedade, mas também são as pessoas que não convivem, praticamente, com pessoas negra a não ser com suas empregadas domésticas, né, então não têm essa perspectiva de que existe um problema que tem que ser etc (ruído) no dia-a-dia.

Entrevistadora: Entendi. Você entrou quando no Senado?

Mário: Entrei em 2003.

Entrevistadora: 2003 você entrou no Senado, para ser funcionário aqui da casa?

Mário: Isso, para ser consultor aqui...

Entrevistadora: Você entrou para ser consultor?

Mário: Sim, sou consultor.

Entrevistadora: Ah tá, mas desde de 2003 você já teve oportunidade do seu trabalho de pautar isso ou foi uma coisa que você teve que conquistar um espaço para trazer a questão racial?

Mário: Não, na verdade, como o Senado, junto com a Câmara, é uma casa política, né, e reverbera as coisas, toda a questão racial que começa a ganhar fôlego no final do século passado e começo desse século, dos anos 2000, ela sente isso, reverbera isso. Então, por exemplo, a gente teve aqui alguns pontos importantes tipo o Estatuto da Igualdade Racial foi gestado aqui dentro, né, pelo senador Paim, primeiro ele fez na Câmara depois trouxe para cá. Então trabalhamos, na época, eu, Edson Cardoso – que era assessor do Paim – a gente trabalhou um pouco o Estatuto, a primeira versão do Estatuto, então tem coisa desse tipo, né. Até as cotas, né. O Senado ele se antecipou à Câmara e ao próprio Executivo na coisa das cotas, foi o primeiro a colocar uma lei para, um dispositivo legal interno, para que os concursos tivessem cota.

Entrevistadora: Ah é, eu não sabia, quando foi isso?

Mário: Isso foi 2010... 2011...

Entrevistadora: Nas seleções dentro do Senado já colocou as cotas raciais para ingresso.

Mário: Só que, de lá para cá, a gente não teve ainda nenhum concurso, né.

Entrevistadora: Entendi

Mário: Então a gente está agora, as pessoas sabem que eu trabalho com isso, então eu eustou ajudando a parte de seleção e de elaboração de editais a trabalhar essa coisa. Nós estamos trabalhando nisso [O recorte racial] Com recorte racial, alguns detalhes pequenos, por exemplo, consultoria legislativa, consultoria que é tida como, assim, talvez a função mais cobiçada pelos concurseiros aqui. Então consultoria ela tem uma questão que é: são quatro grandes áreas – área social, área econômica, área de direito e área de discurso – e dentro dessas áreas você tem sub-áreas. Então, por exemplo, na área de economia você tem a sub-área economia do trabalho, sub-

área economia, por exemplo, do desenvolvimento, economia das finanças, economia... pessoal da parte de política econômica e por aí vai. Então, às vezes, você tem uma vaga só, então como é que você vai dar cotas assim, né? Então a gente estabeleceu lá que a questão não vai ser por vagas nas pequenas mas nas grandes áreas [Entendi...] Sabe, esse tipo de coisa, se você não tem uma pessoa aqui, a resposta é sempre “ah, não dá pra fazer porque é muito difícil e tal”, você tem um pouco que cavucar...

Entrevistadora: Tem o levantamento de quantas pessoas negras hoje são funcionárias do Senado?

Mário: É, eu tenho isso, mas eu não sei. Tem um pessoal... tem aqui um comitê de equidade de gênero e raça, uma comissão, que trabalha muito essas coisas na medida quando a gente chama. O problema é que essa comissão ela, pela própria dificuldade de se encontrar negros no Senado, é mais de gênero do que de raça, embora elas tenham muita sensibilidade para isso, então chama, a gente conversa, fizemos aí umas gravações sobre questão racial, assim, alguns temas e tópicos etc. Enfim, a coisa está indo, eu acho que hoje tem, apesar do número pequeno e restrito de negros no Senado ainda, a coisa está melhor do que era em 2003, sem dúvida, sem dúvida nenhuma.

Entrevistadora: Focando no que eu tenho estudado especificamente, que é a questão da juventude negra, em que momento essa casa começa a discutir isso, assim, pensando políticas para juventude, pensando a questão realmente das mortes dos jovens negros ou tem sido transversal desde o momento que você está aqui, essa pauta da juventude negra tem sido sempre discutido aqui dentro, pensando as políticas para produção de igualdade racial?

Mário: Olha, na verdade o que acontece nessa casa aqui é que ela funciona muito em função de pressões, né, de um tempo para cá, o movimento negro começou a ser notado como um movimento de pressão, né, você tem um senador que é o senador Paulo Paim, que é um senador importante aqui, e que é sensível à questão racial, até por ser negro. Então algumas questões começaram a vir mais para o Senado, né, e você, se junta isso a questões que foram mal resolvidas na Câmara, e a da CPI dos jovens negros foi uma coisa assim. A CPI lá foi muito ruim, a CPI lá, enfim, ela... a expectativa que se tinha ela não se consumou na CPI, então...

Entrevistadora: Mas qual que era a expectativa que se tinha, quando abre uma CPI lá, que foi um pouquinho antes daqui do Senado, né, 2014 não foi tão concomitante?

Mário: É, um ano antes. A expectativa aqui é que você tivesse uma CPI que tivesse... que produzisse um documento a altura do problema que é: você tinha-se que mais de 20 mil negros morrem assassinados por ano no Brasil. Esse é um grande problema, isso é uma coisa que em outros países isso seria uma calamidade, né...

Entrevistadora: Mas assim, eu acabei te... também tem todo o trabalho, mas assim tem um levantamento sociológico da situação, fala que, realmente da perspectiva sociológica, o genocídio da população dos jovens negro principalmente, até fala que, né, o primeiro presidente a não citar nada racista foi o Fernando Henrique. Então, em termos de material realmente sociológico e atual, enquanto denúncia, eu acho que não difere muito do do Senado... Agora, na sua opinião, quais são as coisas realmente que são diferentes, na questão de proposições realmente?

Mário: Sim, no diagnóstico é sempre o mesmo, né, no diagnóstico nós somos todos a favor, no diagnóstico todo mundo acha que o Brasil é racista, no diagnóstico todo mundo acha que o racismo é absurdo, no diagnóstico todo mundo acha que as coisas tem que mudar etc., mas e na proposição? Essa é a grande questão, no diagnóstico a gente já ganhou, ninguém mais fala que o Brasil não é racista, ninguém mais fala que o racismo não é um problema, ninguém

mais fala que o racismo não deve ser combatido, não existe mais isso, não existe mais aquela coisa... ganhamos. Mas a questão não é o diagnóstico, a questão é: a partir do diagnóstico, o que fazer? O que nós vamos fazer com relação a isso? Quais são as propostas para acabar com isso? Quais são as propostas para combater isso? Essa que é a grande questão.

Entrevistadora: E quem traz essa pauta é o movimento negro, por conta da pressão do movimento negro?

Mário: Sim

Entrevistadora: E ela vem mais forte agora no âmbito de 2010 para cá?

Mário: Eu acho que o que aconteceu com o relatório, eu acho que o relatório ele é mais contundente justamente nas proposições, né, e também... nos dedos da ferida. Eu acho que assim, não sei se você lembra mas quando você ler talvez você concorde comigo, eu acho que o que aconteceu nesse aí foi uma confluência. Enquanto que o Senado estava discutindo a questão do impeachment, foi o primeiro ano do governo Dilma que, eh, essa CPI entrou, né, fim do último ano do governo, mas ela funcionou bem no primeiro ano do segundo governo. Eh, a CPI estava correndo, entendeu, ela correu na paralela, ela correu então sem a oposição dos setores mais conservadores, que estavam muito centrados na ideia do impeachment, enfim, dessas mobilizações etc. Então a gente teve essa possibilidade de fazer uma CPI que não tivesse a ingerência dos segmentos mais reacionários que estão no contrário. Por exemplo, você tem agora uma CPI que saiu, a CPI da... questão fundiária no Brasil, que saiu agora da Câmara, que é uma vergonha, essa CPI, né, essa CPI o que ela apontou como problema... quer dizer os grande problemas são a existência dos quilombolas, a existência do sem-terra, a existência de uma FUNAI e de um INCRA que defendem essas pessoa e essa CPI ela foi comandada pelo agronegócio. Então se... você tem a condição de fazer uma CPI que fique imune, de alguma maneira, a esses conservadores, que são a maioria aqui dentro, ela pode correr bem, que foi o caso que aconteceu com essa CPI.

Entrevistadora: Então você fala que o resultado dessa CPI se deu por não ter força de pensamentos contrários a essa questão do racismo e principalmente da política de segurança pública, que é o que vocês falam mesmo do aparato policial, da violência, dos autos de resistência?

Mário: A gente teve a sorte de correr numa seara livre porque os segmentos mais conservadores estavam todos juntos e unidos para o impeachment, para a derrubada da presidente, então essa coisa aconteceu paralelamente, né.

Entrevistadora: Mas ao mesmo que você coloca isso, eu percebi que foi 2015, na Câmara estava sendo discutido de novo recrudescer a pauta da redução da maioria penal. Então, enquanto estava acontecendo essa CPI aqui no Senado, a Câmara vota de novo, na época o presidente da Câmara Eduardo Cunha dá um jeito, faz uma manobra política, para tentar realmente reduzir para crime hediondo. Então assim, ao mesmo tempo que você não tem uma pressão aqui interna, como você falou do Senado que pôde chegar nesses resultados talvez, na opinião do movimento negro, mais factível da realidade do extermínio da juventude negra... [Que culpa a polícia, culpa grupos de extermínio] Isso, exatamente. Você tem, num outro lado, esse grupo conservador que não estava aqui dentro que pauta novamente a redução da maioria penal e consegue avançar, né.

Mário: Mas veja bem, o processo de conservadorismo e de aumento do conservadorismo se deu mais na Câmara do que no Senado, né, a entrada do Cunha, né, a eleição de uma bancada com muito dinheiro do empresariado. Então tudo isso na Câmara mudou mais do que no Senado. Porque veja bem o Senado você não muda todo o Senado, você muda o

Senado um terço dos terços né. Então o que acontece é que lá a mudança foi mais radical, a guinada conservadora foi maior e os caras aproveitaram a figura de um Cunha para passar um monte de coisa, além da questão do impeachment, eles passaram um monte de coisa.

Entrevistadora: Por que essa, já que você está falando dessa questão desses grupos conservadores, por que esses grupos conservadores, por exemplo, tendem, por exemplo, a enxergar, pensando no ECA por exemplo – né, o Estatuto da Criança e do Adolescente de 92, que a gente tem a perspectiva tanto, que nem eu conversei com um promotor, da questão do bem-estar do jovem e da criança que melhorou muito nessa questão de políticas públicas de acesso a educação, a escola, a perspectiva de direitos mudou muito, quer dizer, da promoção da igualdade de direitos, mas a questão da punição foi o que menos avançou, né, por isso que sempre recrudescer essa questão da maioria penal... [Punição você diz...] Quando... Pensando em um ECA na questão da punição quando um jovem comete algum delito, porque existe no Brasil... O que o senso comum, principalmente naquele momento falou, é que a gente não tinha nenhuma medida de punição a esse jovem, a gente tem uma medida [Tem, sócio-educativas] Exatamente, existe uma medida sócio-educativa, a partir dos 12 anos jovem que comete ato ele vai para uma vara, é julgado, dependendo da ação, ele pode realmente ir para o internato, mas isso não é debatido, né... Da sua opinião, qual que é a maior dificuldade dessa bancada conservadora entender que no Brasil a gente tem medidas realmente de punição, pensando esse jovem?

Mário: Bom, primeiro que eles não acreditam que seja medida de punição, eles não acreditam que medidas sócio-educativas sejam medidas de punição, eles acreditam que talvez tenha que voltar quase que um pelourinho, uma coisa assim, para ser uma punição.

Entrevistadora: Mas esses internatos são pelourinhos.

Mário: Mas eles acham que não são, eles acham que o que deveria ter era cadeia, como existiu no Brasil num determinado momento no Império, em que você, a partir dos 9 anos, você poderia ser preso, evidentemente, só negros que eram presos nessa condição. Então, você tem essa turma que acha que o estado gasta muito com essa pobreza e tentando reeducar essa pobreza. Tudo que é política social, todas as políticas sociais, sejam a políticas sociais, vamos dizer assim, proativas, para toda a população, sejam as direcionadas para algum grupo, mesmo a sócio-educativa, custa dinheiro. E esses caras não querem gastar dinheiro com a população pobre, nunca quiseram. Então, esse dinheiro que vai para uma boa política sócio-educativa, que deveria ir para uma boa política sócio-educativa, esses caras acham que poderia ser melhor gasto em outras coisas.

Entrevistadora: Eles têm dimensão que falta política pública, porque tanto o de vocês quanto os da Câmara fala né que são jovens, negros, em situação de periferia e o estado é ausente, a máquina pública não está lá na perspectiva de oferecer saúde, oferecer educação, eh, políticas públicas de lazer. Essa bancada conservadora que é a favor, muitas vezes, da redução da maioria penal tem dimensão de que falta política pública nesses espaços?

Mário: Veja bem, não é que ela ache que falte políticas públicas, ela não acredita nas políticas públicas, ela acha que o Estado não tem que se meter nessas coisas, ela acha que o Estado tem que deixar a iniciativa privada e esses meninos de 12, 13 anos de idade já iam estar começando a trabalhar e se eles trabalhassem eles teriam dinheiro, se eles tivessem dinheiro eles iriam poder comprar seu tênis, etc., etc.

Entrevistadora: Acreditam piamente na meritocracia?

Mário: E no mercado. Então, eles acham que o estado ele se imiscui muito em políticas onde ele não deveria se imiscuir...

Entrevistadora: Então o pensamento dessa elite é que o Estado não tem que estar nessas áreas?

Mário: Não tenho dúvida, não tenho dúvida disso. Ou o Estado que tem que estar nessas áreas é só o Estado policial, não o Estado de bem-estar, tá, é o Estado policial, é o que está indo mesmo, né, e o Estado de bem-estar não, o Estado de bem-estar é caro, ele leva as pessoas a não querer mais trabalhar porque você tem uma renda mínima, como se um salário mínimo fizesse você parar de ter vontade de trabalhar. Mas, enfim, essa é a crença. Então você está... o que a gente tem hoje e está aí é o debate entre dois projetos de país. Um projeto de país onde você tem a coisa de que o Estado deve ser mínimo, né, e o setor público tem que se colocar só nas questões básicas de, o famoso Estado heidegeliano, que é prover razoavelmente bem segurança, né, e algumas outras coisas, mas o resto deixar para o mercado, né. Até a previdência, no projeto de previdência, quando você vai ver, o que os caras estão fazendo é reduzir o espectro da previdência pública para abrir para a previdência privada, tudo é mercado. Então você tem esses projetos de país onde tudo é mercado, tudo se mercantiliza, né, e as pessoas tem que se adequar a isso e o pobres tem que ir para os seus empregos, para os seus bicos, e um outro projeto de país que é o projeto de país que é o projeto trago anteriormente que fala num estado social, que você tem que... o Estado tem que vir para cobrir algumas coisas, o Estado tem que entrar em grande parte, em alguns momentos, inclusive na seara econômica – o que eles detestam – porque algumas coisas não são feitas, por exemplo, você não vai ter um banco, eh, que tenha caráter social, a não ser um banco público porque se um banco público não tem caráter social, eu não vou esperar isso do Bradesco, mas tem que ter um banco com caráter social. Eles não acreditam nisso, acham que todos os bancos tem que ser o que são, inclusive o Banco do Brasil, Caixa, tem propostas que virem bancos... no perfil dos bancos privados, sem nenhum caráter social. Então são dois projetos de país. E a questão da segurança pública entra aí, de um lado, polícia capitão-do-mato, e outra, polícia como complemento de segurança pública com um Estado social que vai dar para essas pessoas condições de educação, de saúde, etc., via políticas públicas. Só que esses caras acham que política pública é muito caro e que o estado tem que fazer isso. É caro sim, mas nós somos cidadãos, a gente quer políticas públicas caras...

Entrevistadora: Mas o negro não é visto como cidadão.

Mário: Mas tem que ser visto, ele paga imposto, ele vota, ele paga o imposto, ele paga muito mais imposto que o branco, você sabia disso? Porque os impostos que nós pagamos, dos negros que é a maioria da população paga é o imposto direto, qualquer coisa que você compra, você paga no imposto direto uma alíquota muito grande. Então, a rigor, você está pagando quase que 30% da sua renda em imposto, o tempo todo, enquanto que o rico paga 0,0 alguma coisa da renda dele. Por quê? Porque grande parte da renda não é tributada. Então, além de pagarmos mais impostos do que a população mais rica, né, a gente tem de ser vistos como um cidadão e cidadão demanda políticas públicas que são caras, o Estado-social é caro, mas o Estado-social é a única forma que você tem para sair dessa desigualdade que está aí.

Entrevistadora: Eh, durante o governo anterior, a gente avançou em algumas pautas, você mesmo falou né, principalmente a questão das cotas raciais. E agora com esse avanço das cotas raciais nas universidades e nos concursos públicos, uma das coisas mais realmente relevantes do movimento negro tem que ser a denúncia do extermínio da juventude negra e proposições para mudar essa realidade. Coincidentemente, de 2003 até agora, foi o que mais aumentou no mapa da violência a morte dos jovens negros. Como se explica isso num governo

onde a política de Estado era a de bem-estar social? Como aumentou muito mais a vitimização dos negros, mesmo tendo um Estado que fez políticas, né, de bem-estar social?

Mário: Olha, eu tenho para mim que o governo Lula, diferentemente do governo Dilma, ele teve a perspectiva de que ele poderia avançar em alguns pontos sem que isso mexesse nos interesses das elites ou dos poderosos. O Lula percebeu, e esse eu acho que foi o grande avanço do governo Lula, ele percebeu que você tinha gorduras para queimar e que você poderia direcionar políticas e recursos para a população mais pobre. Você tinha um fundo de combate à pobreza, que tinha sido criado antes do Lula entrar, e esse fundo de combate a pobreza virou a fonte de recursos para programas sociais como o Bolsa Família, como Minha Casa Minha Vida, etc. Então, você tinha um espaço para crescer. Só que o governo Lula ele não confrontou, ele cresceu onde podia mas não mexeu onde não podia. O Lula teve a capacidade política por um lado, a agilidade política por um lado, a esperteza, mas também um certo grau de instinto de preservação, numa sociedade desigual como a nossa, de não tocar nas feridas, Lula não tocou em nenhuma ferida. A reforma agrária não avançou com Lula como a gente achava que devia avançar. Por quê? Porque avançar a reforma agrária é você mexer no latifúndio, é você mexer com os segmentos do agronegócio. Ele não avançou, ele deixou ali, fazendo aquelas coisas... “Ah, os quilombolas não avançaram”. Os quilombolas, apesar de você ter reconhecido, etc., você não fez nenhum tipo de contribuição porque você ia mexer também com grandes latifundiários. Então...

Entrevistadora: Na segurança pública, então, é a mesma leitura?

Mário: A segurança pública é um outro nicho que ele não avançou. Por quê? Porque é um nicho de polícias militares. Essas polícias militares têm, em alguns lugares, grande ligação com, de um lado, políticos muito poderosos, de outro lado, o tráfico. Tem as milícias. Você tem um conjunto aí de coisas que para você mexer com isso você tem que botar a mão na ferida mesmo.

Entrevistadora: Porque, pensando meu estudo, né, a segurança pública é um dos principais braços do Estado de extermínio dessa juventude.

Mário: Exatamente, mas para mexer com isso, você teria que mexer, primeiro, como a gente fala aí, extinção de polícia militar. Quem vai fazer com isso? O Lula toparia mexer com isso, mexer com os Estados, para extinguir polícia militar? Polícia militar é uma corporação muito forte, né, que você não mexe assim, não é uma coisa... Então, na minha maneira de ver é o seguinte, nós avançamos onde podíamos avançar, sem incomodar as pessoas que estavam no poder estabelecidas.

Entrevistadora: Mas isso incomodou [Oi?] Mas isso incomodou de alguma forma. Incomodou, de qualquer forma incomodou.

Mário: Claro, porque o Brasil é um país em que nunca se deveria perder absolutamente nada, nada..

Entrevistadora: Mesmo esse avanço que teve incomodou porque as pessoas não se conformavam de ver pessoas pegando avião, empregada doméstica ter os seus filhos na universidade.

Mário: Para você ver o tamanho da nossa reacionária. No momento seguinte, que é o governo Dilma, onde essas gorduras todas tinham sido queimadas e os avanços tinham que ser em cima de perdas, exatamente isso que aconteceu no governo Dilma. Aí a coisa começou a mudar de figura, aí a coisa começou a mudar de figura. É na Dilma que a gente vai pensar no problema da juventude negra, né, e na perspectiva de ir lá e mudar a realidade daquela sociedade, com políticas públicas, com serviços públicos, né, com equipamentos nas

comunidades. Isso nunca foi recusado, nunca. É em Dilma, por exemplo, que você vai falar no pré-sal, bilhões do pré-sal e vai falar “não, isso aqui [pra ir pra educação] vai para a educação e para a saúde”, então você mexeu no bolso dos caras. É em Dilma que ela fala “eu vou baixar essa taxa de juros, você mexeu no bolso dos ricos”. Não que você não tenha interesses, todos esses, aí você tem um quadro de derrubada. Sem um jogo de cintura...

Entrevistadora: No seu ponto de vista é no governo Dilma que você começa a mexer com uma estrutura escravocrata no Brasil?

Mário: Eu não tenho dúvida. Antes no governo Lula você teve o que queimar, você teve etapas para queimar antes de chegar no nervo, no sistema nervoso. Você tinha, digamos assim, anteparos que você podia aproveitar. Mas no segundo momento, quando você vai ter que mexer isso... como é que você vai ter uma país com milhões de pessoas sem terra na terra? Essas pessoas têm que ter terra e essa terra hoje está na mão dos latifundiários. Você vai ter que mexer, fazer a reforma agrária. Quilombo também, hoje você tem áreas quilombolas que estão ocupadas por grandes produtores, entendeu. E essas áreas estão lá delimitadas pelos antropólogos: “não, o quilombo vinha até aqui”. Como é que você vai mexer com isso sem acabar com esses interesses? Então, como diz o Tom Jobim, o Brasil não para... iniciantes, tá. Então você tem um país com vários interesses que se conjugam e que se conjugam de poderosos, e que esses interesses, na medida do possível, eles estão sendo... e tem um rapto de elite em que eles não querem perder, não gostam de perder e quando começam a perder dão o golpe.

Entrevistadora: Por que que o jovem negro está mais suscetível a essa violência, quando a gente pensa nessa política de Estado de bem-estar social que é ausente?

Mário: O racismo inclui a pobreza. A pobreza faz com que eles se coloquem em locais de periferia e o racismo faz com que as polícias, na medida em que mirem alguém, mirem sempre os negros. Na situação que você tem, e aqui você teve um caso, virou um filme, Preto fica, Branco sai. É isso, polícia chegou no local da festa, mandou os brancos saírem e bateu nos pretos. É isso. Então, assim, você tem além da questão social, você tem uma questão racial que justifica até a desigualdade. Quando que, por exemplo, um... qualquer um europeu qualquer, qualquer um alemão, tá, vai admitir que milhões de alemães morem no Lixão... É uma vergonha para a nação, uma vergonha para a nação você ter concidadãos como você morando em lixão. Nós temos um milhão e meio de pessoas morando no lixo e essas pessoas não falam nada. É naturalizado por quê? Porque são pretos e pobres. O único lixão branco que eu vi foi o da televisão, da novela, onde todos os atores eram brancos. Porque você vai no lixão para ver quem está lá. Então, tem uma questão do racismo que naturaliza a desigualdade e faz com que a sociedade não se movimente para acabar com a pobreza e a miséria.

Entrevistadora: As pessoas que a CPI deve ter ouvido, principalmente as mães, elas tem consciência disso. Os políticos da casa, os senadores, eles tem essa dimensão, que o racismo e a violência fazem com que esse jovem negro fique mais suscetível a essa violência?

Mário: Muito pouco.

Entrevistadora: Eles têm dimensão que a morte final com bala de fogo é o último estágio de um processo de exclusão que a gente tem desde a nossa concepção.

Mário: Tem essa dimensão, mas veja bem, essa história, você fala, ela tem dois lados. O fato de um jovem negro morrer por bala de fogo, para nós, é uma tragédia, para alguns outros, é uma solução, menos um bandido. Bandido bom é bandido morto, já ouviu isso? Então essa que é a grande tragédia de um país desigual. É que você tem dois pontos de vista e esses dois pontos de vista não dialogam.

Entrevistadora: Mas esse jovem negro é bandido por quê?

Mário: Ele é visto como bandido porque ele desde a concepção desse país, quando esse país nasceu, ou os pretos são escravos, ou são fugitivos e bandidos. Então, o que você tem aqui é uma classe média que ainda reproduz esses valores, que diz o seguinte “ah, matou mais um e vai matar”. Então, o que para a gente é uma tragédia - o fato de um policial levantar, abrir fogo e uma arma e matar um menino de 12, 13, anos - para outros segmentos da população é um alívio, porque eles acham que esse menino, se ele ainda não é bandido, ainda vai virar. E essa que é a nossa grande tragédia, porque quando você tem um país desigual as partes não conversam porque a distância é tão grande que elas não conseguem conversar. O que esse cara quer no campo é terra para ele, só isso, ele é pobre e quer terra para ele, o que esse cara quer no campo, que é o latifundiário, é expulsar todos eles. Por quê? Porque para ele isso aqui é inadmissível. Então, você não tem condição de diálogo porque o que é absurdo para um é o mínimo de sobrevivência para outro e vice-versa. Essa que é a nossa grande tragédia. A desigualdade faz com que a gente não consiga ter um projeto de país em que caibam todos, daí...

Entrevistadora: Mas só a desigualdade? Pensando no nosso processo de colonização, essa ideia realmente de que a gente tem, principalmente no final do século XIX, né, nessa ideia de civilização a partir do branqueamento e que os negros e indígenas são considerados subespécies, né, nós não somos detentores da razão, etc., isso também é muito complexo porque... a gente tem no segmento da nossa elite uma perspectiva de privilégio e de manutenção, pensando a branquitude, e você tem os outros segmentos que não são portadores desses privilégios porque eles não são considerados nem seres humanos. Então, nesse sentido, essa perspectiva, pensando como muitas alas conservadoras pensam, justifica essas mortes, justifica...

Mário: Claro, a gente está falando a mesma coisa. Só que eu estou falando o seguinte: o resultado desse racismo institucionalizado, desse racismo que você tira a alma dos outros que não são brancos e tal, é uma extrema desigualdade, e uma desigualdade naturalizada. Porque você tem um seguinte: um país, se você pega lá, vamos voltar lá na Alemanha, vamos pegar a Alemanha no final da guerra. No final da segunda guerra mundial a Alemanha estava destrozada, acabou como país, além disso, os dois anos seguintes – o Celso Furtado conta isso no livro dele – teve uma queda de safra na Europa, então não tinha comida. Então 45 acabou a guerra, 46 e 47 acabou a comida. Então você tinha em 1947, se você fosse fazer uma linha da pobreza, dessas tipo Banco Mundial, pelo menos 80% da população alemã estava abaixo da linha da pobreza, eram miseráveis, e isso era um desafio para o país. Isso era uma indignação para o país. O projeto de país deles não cabia miseráveis, no nosso cabe.

Entrevistadora: Porque naturaliza-se a pobreza...

Mário: No nosso projeto de país cabe miserável, cabe gente morando no lixão, cabe favela – favela tem dignidade, quem já subiu uma favela, vê o que é uma dignidade, aquelas pessoas que moram ali aquilo tem dignidade, aquelas vielazinha que você entra para subir centenas de degraus. Eu imagino uma senhora de 80 anos que mora lá em cima da favela, o dia que tiver um ataque cardíaco o que que vai fazer com uma senhora dessa? Essa indignidade que a gente naturaliza, só naturaliza porque (incompreensível) e essa indignidade que fazer com que, quando um menino morre assassinado, aquele grupo está aplaudindo a polícia.

Entrevistadora: Então nessa perspectiva a gente consegue, por exemplo, reduzir a morte desses jovens?

Mário: Claro que consegue, claro que consegue. Com muita força, com muito esforço e com muita batalha do movimentos para mostrar que são ignorados.

Entrevistadora: Mas por outro lado, você tem, por exemplo, jornais policiais de tarde que fica expondo o corpo dos jovens negros, dizendo que ele é bandido, o auto de resistência, se continuar essa bancada, pode ser aprovado, mesmo sabendo que a maior parte dos crimes hediondos que os jovens fazem é muito pequeno, é menos de 10%, o nosso problema é muito mais crime contra o patrimônio, em referencia a essa desigualdade que a gente tem do que de crime hediondo. Então, assim, como reduzir essas mortes?

Mário: É isso que está em pauta hoje. Veja só, quando a gente pensa no movimento negro, a gente pensa na população negra como uma coisa homogênea em contraposição à população branca. Não é bem assim, não é bem assim. A gente tem hoje, já, uma nascente classe média negra que está, de alguma maneira, se beneficiando de um conjunto de políticas públicas direcionadas pelo governo e, se você for ver bem, o que o governo fez até hoje foi beneficiar essa classe média negra. Com as cotas, porque negro pobre não chega ao segundo grau, o negro pobre ele para de estudar com 12 anos e vai para a rua para a informalidade. Então, quem chegou à beira da universidade é uma... esse início dessa classe média que a gente está vendo e são esses que vão ser beneficiados, tanto nas cotas para a universidade como depois na cotas de serviço público, porque o negro pobre também não vai fazer serviço público e, se fizer para o serviço público, é para um lugar que não precisa de cotas, que é para gari, né, é para servente, esses cargos. Então, se você observar bem, esses avanços que nós temos é para beneficiar uma classe média e tem que ser assim mesmo. Por quê? Porque ações afirmativa são para uma classe média. A gente tem que se dar conta que as políticas para pobre não são políticas de ações afirmativas, as políticas para pobre são políticas universais, de políticas sociais universais, que acabam com a pobreza. As cotas elas fazem o seguinte, os negros estão assim, as cotas fazem assim, aumenta a desigualdade entre os negros. Por quê? Porque beneficiam, sim, as ações afirmativa sempre beneficiam assim. Esses de baixo só sobem com políticas sociais universais, entendeu. Então, quando você fala na coisa da polícia, é porque os negros pobres não estão sendo nem beneficiados, não estão sendo.

Entrevistadora: Agora, é louco pensar a polícia, porque historicamente as forças armadas, o serviço de polícia, são negros que estão lá.

Mário: Mas os de alta patente são brancos, quem manda são brancos também, quem manda fazer são brancos também e quem introduz o ideário daquela corporação, o ódio a determinados grupos, a necessidade de combater a determinadas coisas tem sido os... O sargento e o soldado raso negros eles se assemelham muito ao capitão do mato, muito, que recebendo ordens de cima vai caçar o seu igual, então matava o negro e caçava o negro e acreditava e acreditava naquilo, de que estava... de que o negro era um fujão e era um safado e tinha que ser preso e ir para o pelourinho, então é um pouco isso que acontece hoje, não é muito diferente. Eh, os generais não são negros, os coronéis das polícias militares, com raras exceções, não são negros, então você tem uma corporação que na base é negra mas a alma é branca, no pior sentido da palavra

Entrevistadora: Complicado, complicado pensar isso. Continuando ainda na área de segurança pública, vamos falar dos autos de resistência [Sim] Que, aí, o movimento negro diz que realmente muito da não investigação dos casos de mortes, né, de homicídio dos jovens negros e é a questão dos autos de resistência que é um aparato administrativo usado na polícia para falar, né, nessa perspectiva da preservação da vida do agente policial e não ir para o Ministério Público para as denúncias... E vocês colocam ele aqui, explicam o que é o auto de resistência, falam dessa omissão e o preconceito e o fim dos autos de resistência. Tem um projeto de lei, não sei se chegou a ser aprovado, que fala do fim dos autos de resistência...

Mário: A gente incorpora esse... uma das sugestões é que esse projeto seja, enfim, aprovado...

Entrevistadora: Bom, primeiro, antes de falar dos autos de resistência, você até falou da questão da atuação da polícia. A polícia militar é uma coisa... eu sei que tem em alguns países, mas assim no Brasil é muito claro, porque a polícia militar ela faz um trabalho que preserva e protege um grupo e massacra, oprime e mata outro grupo, né. Então eu tenho uma leitura aí de polícia militar numa perspectiva tanto de manutenção de classe, né, e de seus privilégios junto a determinado segmento, né, e como agente realmente desse apartheid, desse racismo. Não sei se você também tem a mesma leitura, porque... até o trabalho agora do professor lá do direito né, o - ai, eu sempre esqueço o nome dele, meu Deus do céu, vou lembrar o nome dele – mas ele, eu li um trabalho que ele colocou agora, né, que eles tem um grupo que discute criminologia e racismo, entrevistando os policiais daqui até de Brasília – Brasília, Salvador, Curitiba – o policial fala porque a abordagem é diferente no Plano, porque a abordagem é diferente no Plano, e va ser uma abordagem diferente na Ceilândia, entendeu. Então, assim, o policial tem noção de como ele vai fazer uma abordagem aqui, então assim, por mais que muitas vezes o cara, o capitão do mato como você colocou, não tenha consciência de que ele está sendo um agente do racismo e da discriminação, ele sabe que naquele espaço de elite é uma conversa, é um diálogo, é um “por favor” com educação e na favela não né, já chega a pá pá.

Mário: Ué, ele faz parte dessa sociedade aqui, isso é polícia, está em todos os lados. Isso é justiça, isso é a forma como essas pessoas são tratadas dentro da repartição pública. Quando chega um sujeito engravatado, todo bonito, que entra em determinada repartição, ele é tratado de uma forma. Quando entra uma pessoa de chinelo, negra, ela é tratada de outra forma. Então, as polícias não fazem nada mais do que reproduzir as ações desse Estado, um pouco republicano, na área da segurança. Eu não vejo como um mal em si a polícia militar. Eu vejo como um mal em si o fato de que essa polícia reproduz com armas, tá, com armas, portanto, com mais virulência, uma prática que esse Estado reproduz em todas as horas.

Entrevistadora: o Estado é a sociedade.

Mário: Entende? Ele tá colado na sociedade. Então a sociedade, “olha com quem você está falando” e o policial sabe disso. O policial sabe que se ele chegar no filho do doutor, que ele tem muita chance de chegar aqui quando ele para um menino num carro aqui no plano piloto, esse menino tem muita chance de ser filho de um deputado, de um senador, governador. Ele sabe que ele não pode entrar de qualquer jeito. Enquanto que, por outro lado, em uma sociedade quase de um apartheid, ele sabe que um pretinho, lá da Ceilândia, nunca vai ser um filho de um governador e ele vai agir da forma como os comandantes dele falaram para ele agir. Então, a polícia, na verdade, ela tá na linha de frente desse apartheid e fazendo o jogo do apartheid. Claro, senão não seria polícia, não seria polícia do Brasil. Se ela fosse uma coisa diferente disso, a gente estaria em outro país. A gente tá nesse país porque ela respeita “o que te pega”. Não sei se você já ouviu falar do que te pega. Que é o menino da , pode entrar chutando, porque é o que te pega. Ou, por outro lado, ela sabe que o filhinho de papai, mauricinho que tá ali, então, (...) isso não acontece. Agora, tem também uma divisão entre polícia militar e polícia civil. Polícia militar é mais popular e polícia civil é mais aristocrática. Então o filho da classe média raramente vai pra polícia militar, se ele quiser ser policial ele vai pra polícia civil. Agora o filho da classe baixa, ele vai sentar a praça lá.

Entrevistadora: Se é que tá mudando isso também né, estão exigindo ensino superior agora para entrar na PM também.

Mauro: Sim, verdade. Mas não se esqueça que agora e já tem negro saindo do ensino superior justamente para fazer essas mesmas coisas, mas pode ser que não, to chutando.

Entrevistadora: Vamos falar do auto de resistência. A gente consegue acabar com o auto de resistência ou essa segurança pública, ou essa polícia vai realmente lutar para continuar?

Mauro: Acho muito difícil porque o auto de resistência, além de tudo, ele, a rigor, não dá essa cobertura toda que a gente vê na prática. Porque a cada auto de resistência, deveria ter, por parte do Ministério Público, uma investigação, mesmo sendo auto de resistência, e isso não acontece.

Entrevistadora: Então a investigação não acontece também porque os aparatos do judiciário também são racistas.

Mauro: Claro, claro. Então, eles engavetam, já é automático. Mas, num é, a lei não fala isso. A lei fala que, tudo bem, tendo auto de resistência, mas tem que ter uma investigação mínima sobre isso por parte do Ministério Público e não acontece isso. Então, é um jeitinho que, sob a justificativa do auto de resistência, a gente tá fazendo uma coisa e culpando o auto de resistência de uma coisa que não é não: é uma negligência por parte da polícia e do judiciário. É uma atitude negligente por parte da polícia e do judiciário travestida de uma atitude formal do auto de resistência e que não é cumprida formalmente como como deve ser. Eu não to defendendo o auto de resistência, não.

Entrevistadora: Mas, na sua opinião, vai além do auto de resistência, na verdade, é um judiciário que também é racista.

Mauro: Se o judiciário cumprisse as determinações, dentro do auto de resistência, a coisa não seria o que é porque você teria um mínimo de investigação. Você ia ver que o cara que falava “o menino veio e atirou em mim, eu tive que...” e aí você ia ver que o menino não tem marca de tiro, de pólvora, na mão. Ou que o cara disse que é resistência, mas o tiro é na nuca. Entendeu? Aí você pode ver que, com um mínimo de investigação, mesmo os autos de resistência, eles seriam constrangidos.

Entrevistadora: Porque não tem nenhum constrangimento.

Mauro: Então, a questão não é única “há..”. Não é não, é uma questão formal de adaptação à lei, que é muito jabuticaba brasileira, que a gente tem que ver isso porque senão você acaba com o auto de resistência e cria outra coisa, um “plimlim ai”, e esse plimlim vai continuar justificando o que é, por negligência.

Entrevistadora: Há um extermínio da juventude negra?

Mauro: Há, há um extermínio da juventude negra. Não tenho menor dúvida disso. Tenho medo que meu filho saia de noite na rua, porque ele não tem cara de filhinho de papai. E, por não ter cara de filhinho de papai, ele tem mais risco de ser abordado de uma forma violenta e, muitas vezes, até homicida, por parte de policiais. Eu tenho medo. E quem tem filho negro, que tem medo, sabe porque. E isso é o governo (não compreensível), é uma política de liberdade que, dependendo da cor da pessoa, você pode tratar ele de forma superviolenta com a conivência e com o beneplácito da sociedade. Achando que é isso mesmo.

Entrevistadora: Essa casa admite que tem um genocídio da juventude negra? um extermínio da juventude negra?

Mauro: Ela, pela primeira que se falou isso, foi, a primeira vez que se falou “genocídio da população negra” tá aí. O senador Plínio Breve, que é o relator, e a senadora Nite da Mádegra, que era a presidente, é, no início, eles eram muito resistentes a essa fala de extermínio, genocídio. E a gente falava, e isso como assessores falavam, e eles “não, não, acho muito

pesado”, mas depois de tudo que eles ouviram, das mães, de outros setores da sociedade, eles aceitaram, ou seja, eles acataram a ideia de que existe um genocídio.

Entrevistadora: Isso é uma forma do Estado brasileiro reconhecer realmente que tá tendo um extermínio;

Mauro: Eu não diria o Estado brasileiro, mas é o início de um reconhecimento oficial de que se tem que pensar nisso. Por exemplo, quando eu tava a servir a CAMEC, posso falar agora, a gente era proibido de falar isso. O Estado falava “não se fala em genocídio da população negra como um funcionário público graduado com nível de ministro ou secretário”.

Entrevistadora: Cê tá falando do governo Lula isso;

Mauro: Sim, no governo Lula.

Entrevistadora: Então teve um avanço nessa pauta nesses 15 anos;

Mauro: Não sei se teve um avanço

Entrevistadora: Não, um avanço assim. A gente, como movimento negro, conseguiu pautar a ponto de pressionar os agentes políticos a admitirem isso.

Mauro: Sim, isso eu acho que é um avanço. O primeiro documento tá aí, mas vai perguntar quem tá no governo se é um extermínio, um genocídio, vão falar que não. Então, ainda é uma porta a ser aberta.

Entrevistadora: Por isso a gente ainda não pode falar que é o Estado que está reconhecendo isso.

Entrevistadora: Quem ganha com esse modelo de segurança pública? Que vocês até colocam aqui também na CPI dentro dessa perspectiva que você falou né de você ter duas mentalidades no Estado na construção de um projeto de país: você tem uma elite, você tem uma população negra, indígena, pobre, que não tem o Estado de bem estar social, mas ce tem uma segurança pública que cada dia está ficando cada dia muito mais aparelhada, com dinheiro injetado, porém você não resolve esse sentimento de insegurança que a sociedade vive, e continua morrendo gente e, pensando a minha pesquisa, essa gente que morre é homem, jovem, negro, de 15 a 20 anos, eles têm um custo também muito grande para o Estado. Então, assim, esse projeto de segurança pública que você contrata mais policial, que você constrói mais presídio, mas que não resolve a questão de insegurança, porque todo mundo ainda tem esse medo, como você falou, tem medo de seu filho ser abordado também. Quem ganha com esse modelo de segurança pública, pensando numa perspectiva de Estado mesmo;

Mauro: Numa perspectiva de país, pouquíssima gente ganha, mas ganha. Quem ganha é quem, é aqueles poucos que têm interesse em manter um país desigual e como o Brasil. A lei dos que domina e tem o poder disso. Quem não ganha? Primeiro, os pobres e negros; segundo, a classe média, que acha que tá ganhando, mas tá perdendo. A classe média, ela tá guetizada, ela tá assustada, ela tá morrendo de medo de sair da rua. Por conta de quê? Por conta dos negros? Não, por conta da desigualdade. Uma sociedade desigual como essa não prospera, não prospera porque você não tem fraternidade entre as pessoas, você tem disputas, e essas disputas são violentas. Então, perde todo mundo, mesmo aqueles que acham que ganham, como a classe média que acha que “tem que ser isso mesmo”, tá perdendo. Tá perdendo qualidade de vida. A qualidade de vida que nossos avós tinham quando andavam nesse país, que era um país menos desigual doo que é hoje porque tinha menos renda - não pela desigualdade, mas porque tinha menos riqueza pra mal distribuir – então você andava na rua, você andava no bonde, você conversava com as pessoas. Hoje em dia você tá com medo daquela pessoa te roubar. O menino que saiu do colégio com o tênis Nike tem medo porque os meninos que não têm esse tênis podem roubar, com razão. Porque todo mundo fala pros meninos que não têm que o bom é ter

esse tênis. Então, você tem uma sociedade hoje extremamente consumista, onde mais da metade da população não tem dinheiro para o consumo, mas você coloca a coisa do consumismo para todo mundo. Então, o que vai acontecer? Você tem uma sociedade quebrada, fracionada. Então, enquanto você não resolver problema número 1, que é o problema da desigualdade, que só se resolve com problema número 0, que é o problema do racismo – enquanto você não resolver o racismo você está naturalizando a desigualdade. Para parar de naturalizar a desigualdade, a pessoa, branca, de classe média alta, tem que achar que é um absurdo existir um lixão e pra isso ela tem que achar que esse cara do lixão é igual a ela; enquanto ela achar que esse cara do lixão é preto pobre e preto pobre ele é menor, você não acaba com a desigualdade, ou seja, que para acabar com o problema número 1 você tem que acabar com o problema número 0. Enquanto você não fizer isso, você vai ter um país cindido e as polícias vão ter que ser violentas para que se mantenha isso aí, essa paz social.

Entrevistadora: Bem, falando especificamente da CPI, então a CPI nasce por conta de uma pressão do movimento negro?

Mário: Sim, sem dúvida. Sem dúvida, a gente acompanhou isso e a ministra Luísa Beyer ela levou... porque a história é mais ou menos o seguinte, a Dilma, quando entra no primeiro governo, ela faz o que ela chamou de câmaras, câmaras para discutir grandes problemas da sociedade. Então tinha câmara de infraestrutura, que aí os ministérios da infraestrutura, etc., etc., tinha a câmara, eh, mais ligada às questões ambientais, várias câmara. E ela queria uma câmara para tratar... (52:01)

Entrevistadora: Bem, falando especificamente da CPI então a CPI nasce por conta de uma pressão do movimento negro?

Mário: Sim. Sem dúvida, sem dúvida. A gente acompanhou isso. A ministra (Luiza Bairro) ela levou... Porque a história é mais ou menos a seguinte: A Dilma quando entra no primeiro governo, ela faz o que ela chamou de comissões... Câmaras. Câmaras para discutir grandes problemas na cidade. Então tinha Câmara de infraestrutura que aí juntava os Ministérios da Agricultura, etc., etc.. Tinha a Câmara mais ligada as questões ambientais, tinham várias Câmaras. E ela queria uma Câmara pra tratar os problemas não sociais de uma maneira geral, mas os problemas da população mais pobre e miserável e chamou SEPIR, Ministério da Educação, Ministério do Trabalho, Secretaria da Mulher, Secretaria de Direitos Humanos, Ministério da Justiça, tem algum (), gente, a gente precisa identificar os principais problema das populações mais pobres pra que a gente faça uma Câmara aqui e trabalhe os problemas. E aí a Ministra Luiza se antecipou e falou: “Eu tenho um problema aqui da população negra e pobre que eu acho que é um problema nacional que é o problema da mortalidade dos jovens negros por questões violentas, principalmente assassinato”. E a presidenta achou que era um bom tema pra começar. Então o guarda-chuva ficou (acima) na questão da população negra.

Entrevistadora: Então por isso que o Juventude Viva então já é lançado logo dois anos depois do primeiro Governo (Andara) que é 2012 né?

Mário: É. Então foi. Ele foi gestado durante esse tempo todo. Ele foi gestado em 2011 e saiu em 2012 porque ela foi...

Entrevistadora: Porque a Luiza Bairro já tinha essa pauta, já apresentou...

Mario: Só que o Juventude Viva era a junção de todas os serviços dados por esses Ministérios, por exemplo, Ministério da Saúde daria sei lá uma UPA ou um pequeno posto de saúde. O Ministério da Educação daria escolas aparelhadas. O Ministério do Esporte daria aqueles Centros Esportivos. O Ministério da Cultura colocaria um ponto de cultura. Então qual era a ideia? Você primeiro ver quais os mais que tinham mais violência...

Entrevistadora: E levar essas políticas públicas universais, universalistas que você falou.

Mario: Então assim, o bairro que tem maior violência, vamos supor, Acari no Rio de Janeiro, então a gente vai juntar políticas públicas e colocar em Acari no Rio de Janeiro. E ali você vai ter um ponto do Ministério do Trabalho pra ver tipo (cine) um mini (cine) que dá pra ver trabalho, na própria região. Um ponto de cultura, uma pratica de esporte isso ali dentro no olho do furacão. E também pra fazer isso você teria que pacificar (com) a polícia. Só que quando esse plano ele começa a ser gerido e começa a ver que política é dinheiro, o Ministério da Justiça saiu na frente e a maioria do dinheiro foi para a segurança pública. E as outras coisas foram sendo... Enfim, é uma aula de gestão pública deficiente, mas de um país eficiente em várias áreas e você tem essa questão. Então o Programa Juventude Viva era uma outra coisa e virou um programa de segurança pública. Tanto que depois o Juventude viva tem o pacto pela não violência, que sai (do) Juventude Viva. Mas isso tudo era pressuposto, o Ministério da Justiça ia entrar só para aplinar o terreno que as outras coisas entrem e o Juventude Viva era essas outras coisas e não...

Entrevistadora: Essas políticas (pouco) universalistas que são ausentes nesses espaços.

Mario: Mas como pra classe média e pra população maior o medo maior é a violência, então a Juventude Viva virou um programa pra acabar com a violência. E é isso.

Entrevistadora: Tá. E aí o Juventude Viva acabou mesmo não indo pra frente e quando vem a pauta pensando CPI, né, e aqui no Congresso (pensando)Congresso né que também teve uma CPI na Câmara de você realmente trabalhar esse extermínio que a gente já acompanha né em dados oficiais desde os anos setenta, mas evidentemente é como você mesmo falou é desde o período de escravidão, os negros são caçados, são maltratados violentado. Depois essa perspectiva que a gente vai para as favelas e não tem políticas públicas, então o nosso genocídio é uma coisa realmente do nosso processo de colonização e escravidão. Mas em termos de estatísticas a gente consegue já mesurar desde o final dos anos setenta né, o movimento negro unificado até você cita, é criado por conta da morte desse jovem em São Paulo né, pela polícia. Então assim, é uma coisa que a gente já tem denunciado então pelo menos a mais de quarenta anos mas que (chega) agora em 2015 aqui no Congresso Nacional né. Então em que momento já começa a pensar numa investigação por parte do parlamento desse extermínio?

Mario: Eu acho que primeiro o estatuto da igualdade racial, a discussão do estatuto da igualdade racial, ele, ele... Essa discussão ela traz pra dentro do parlamento uma discussão racial que não existia antes. Então o estatuto com todos os problemas, com todos os defeitos, com todas imperfeições, né, ele tem esse condão de trazer pra cá pra dentro a interlocução da questão racial. E quando ele traz pra cá pra dentro essa interlocução ele traz pra cá pra dentro pessoas que nunca vinham pra cá, que são militantes negros. Porque existe aqui a partir da constituição de 88, a constituição de 88 abriu a perspectiva de você ter audiências públicas tanto no Judiciário quanto no Legislativo, então se você tem uma dúvida você faz uma audiência pública. O Judiciário fez aquela das cotas né (e aquilo você pode fazer). Mas essas audiências públicas

nos primeiros anos era assim, sindicalistas que vinham, sei lá associação de moradores de bairro, padres, (índios), movimento negro não vinha porque a questão racial não era pautada. E o estatuto da igualdade racial ele traz a pauta a racial pra dentro também do Congresso. Muito timidamente, claro, não vai comparar com a pauta da Fiesp, etc., mas traz. E esse embrião que começa com o estatuto da igualdade racial ele cresce com a questão das cotas e ele vai ganhando um certo nicho, tem um nicho (aqui hoje sobre isso). E foi nesse nicho que saiu essa ideia da CPI. Alguns senadores já, (senador Paim, senadora Lídice, o próprio senador Lindberg) que tem uma base muito sólida () ele é muito ligado ao pessoal da CUFA, (quer dizer Da ONG) de favelas que o apoiam. Então assim, esses grupos eles se sentiram a vontade de...

Entrevistadora: De pautar e pautar eixo.

Mário: Então é isso.

Entrevistadora: Por que começar com o depoimento das mães?

Mário: Pra desburocratizar e pra mostrar... primeiro pra humanizar. O grande problema do racismo é que desumaniza as pessoas, os negros são desumanizados. Quando cento e onze pessoas morreram no presídio e cento e onze () a sociedade quase que não ligou, meses depois o sujeito vai em São Paulo, num shopping no cinema e mata cinco pessoas de classe média e a sociedade cai em prantos. Como é que pode isso? É a falta de humanização do negro. Então a gente começou com as histórias, porque você se humaniza quando você tem essa história contada, é um pouco isso que tentaram fazer com a gente quando acabaram com a história do negro foi uma forma de você desumanizar também (essa pessoa), esse grupo. Quando você diz a história do Brasil é a história do descobrimento dos índios, dos escravos e dos migrantes e acabou ali. É um pouco isso, é contar a história pra você humanizar e pra você mostrar que essa questão é uma questão para qual o país tem que olhar com muita determinação, muita dedicação (que não está) fazendo (até hoje), mas é uma tragédia. Os Estados Unidos em doze anos de guerra, é mais ou menos, você tem sessenta e três, dez anos de guerra do Vietnã, eles perderam cinquenta e dois mil americanos em dez anos de guerra. A gente perde isso a cada dois anos só de jovens negros e lá nos Estados Unidos o fato de ter perdido cinquenta e dois mil jovens cindiu a sociedade americana que entrou numa indignação muito grande, porque estava morrendo cinquenta e dois mil jovens americanos em dez anos. A gente perde cinquenta mil a cada dois anos e meio (quer dizer) não tem indignação ().

Entrevistadora: Falando em Estados Unidos é interessante falar isso. Lá você tem agora o reconhecimento do Black (inglês) que na minha opinião e acho que vou tratar isso na minha tese é um dos principais movimentos depois do (inglês), que a população está denunciando a violência policial e as vidas negras importam e você tem um engajamento... Porque assim a minha leitura é aqui também tem o Black (inglês) que são essas mães, que é o movimento negro que tem pautado há um genocídio da população negra como eu te disse, quando no teatro experimental do negro isso já era pautado. A questão da vadiagem, da capoeira, da abordagem policial, então isso na nossa história sempre foi pautado da violência policial. Porém agora você tem realmente uma pauta sistematizada que está sendo realmente reverberada pelos movimentos sociais por essas mães. Agora você não tem um engajamento social como você tem nos EUA de pessoas brancas também. Então assim, como a gente avança? Que nem você falou assim: você acredita que vai diminuir a morte desses jovens negros? Só que a gente não consegue estabelecer esse diálogo, esses dois pensamentos de Estado, de sociedade, não há um diálogo entre os brancos e negros então....

Mario: Mas você acha que a classe média negra mais alta também está engajada nessa luta sobre os jovens negros? Eu acho que muito pouco. Não estou falando dos militantes. Estou falando dos poucos negros que...

Entrevistadora: Ascendem.

Mario: A gente vai ter que fazer uma outra coisa. A gente vai ter que (revidar) essa sociedade, refundir, não é refundar, é refundir, fundir mesmo, fusão, entendeu? Quando uma coisa quebra você vai ter que jogar no fogo, refundir, juntar esse troço, porque está quebrado. As pessoas acham que o que acontece com o pobre miserável, () não tem nada a ver com o que acontece na sua vida. (O que tem)... O fato do menino estar na rua hoje engraxando sapato até meia noite, não causa indignação com ninguém. Uma sociedade fraturada e não só entre negros e brancos, o negro que ascende ele começa a buscar um pouco essa ideologia. Os artistas negros com raras exceções não falam sobre mortes (de jovens negros), não é problema deles. Então tem que ver uma coisa aí clivagem aí que não é só preto e branco não.

Entrevistadora: As vidas negras não importam também para os negros de classe média aqui no Brasil então.

Mario: Eu acho que não.

Entrevistadora: Aqui vocês colocaram né, os () que a gente já conversou um pouco, o tráfico de drogas e a violência contra a juventude. Não sei se é possível fazer essa pergunta, mas enfim, quem mata mais o tráfico de drogas ou a polícia? Quem mata mais esses jovem negro?

Mario: Olha eles têm uma grande sinergia de fazer um trabalho de grupo muito bem feito...

Entrevistadora: Porque o tráfico de drogas muitas vezes é o negro matando o próprio negro.

Mario: Mas, a polícia (também). A polícia (também). A questão é você não sabe até onde o policial e o tráfico estão juntos, tem interesses iguais, estão no mesmo barco. E quando não estão, na verdade, a tragédia é muito maior, a tragédia é negro matando negro, porque a gente está disputando migalhas, porque a gente não tem acesso nada maior do que aquela rua na favela pra brigar, seja traficante, policial ou o menino negro ali que está atravessando e toma um tiro. A tragédia é muito maior, a tragédia é tão grande que a gente não sabe nem quem é nosso algoz, a gente acha que é o policial negro que está matando (e não é). (Eu sou algoz do cara que está sentado lá em cima e está vendo isso aí tudo, essa briga).

Entrevistadora: Reforma da Segurança Pública, desmilitarizar reduz muito na sua opinião a morte desse jovens? Não usar nessa perspectiva, desmilitarizar aqui vocês trabalham na perspectiva de não portar arma de fogo?

Mario: Não, não. Não é isso. As policia nos outros países não são militares, são policia civis, são policia... O policial embora fardado ele não é militar, no sentido estrito da palavra como aqui. Então o policial militar ele é julgado pela justiça militar, ele não é julgado pela justiça civil, isso diz toda a diferença. A polícia tem que ser uma polícia cidadã. E pra isso ela tem que se desmilitarizar pra perder essa (hoste) de que os militares estão aqui pra corrigir a nossa sociedade. Ele não corrige nada, eles não estão aqui para corrigir e se (corrigir não numa ótica militar, porque não é ótica da sociedade). Então você tem aí que aprender um pouco a noção de policial como servidor, na verdade essa palavra não tem no Brasil (Civil Service) e isso o fato de servidor público, ele é um servidor civil que é o cara que está ali não é só para te dar tiro, o cara está ali pra te dar uma informação, é o cara que esta ali as vezes pra te ajudar a levar compra também, essas coisas. E que o policial é isso. Então desmilitarizar não (é só...), o

cara pode estar armado, mas ele não precisa aquela consciência e aquela coisa da intervenção militar não é por aí.

Entrevistadora: Eu não li ainda, o que seria esse ciclo completo de polícia, Mauro? Que está aqui que fala “ciclo completo de polícia, carreira policial única né”

Mario: É sim, você... o cara, o cara que está na frente ali num combate por exemplo, com o traficante, matou o traficante está caído e sai. Vem a polícia civil, a PM sai e aí vem a polícia civil pra fazer a investigação. Então você não tem um ciclo, aquele você vai dividindo...

Entrevistadora: Ah entendi. Hoje aqui no Brasil é dividido. Realmente.

Mario: Totalmente divido os processos, então no fundo você não tem um interlocutor. Porque dependendo da fase é um ou outro interlocutor. E é muito fácil você perder a noção do todo, como por exemplo, perder a noção do todo com o auto de resistência, culpando o auto de resistência apesar dele ser () mas ele não é tão (culpado) assim, por que? Porque um resiste ou outro vem e faz isso, o outro vem e.... Então quem decide fazer aquilo você não sabe quem é, o ciclo completo é isso. É você fazer com que a polícia, seja a polícia que vai, que enfrenta, que investiga e que leva o processo até o Judiciário, você tem tudo isso. Você saber quem é que está responsabilizando e quem é que é o responsável pelo ().

Entrevistadora: E é interessante que vocês aqui vocês encaminham algumas coisas para os tribunais de justiça pensando essa questão do judiciário porque é aquilo que você falou naquela resposta anterior, não é só questão do auto de resistência é um sistema judiciário também que é inoperante, ineficiente e racista. Então nessa questão de também saber, por que que o Judiciário não investiga essas mortes.

Mario: Eu não tenho nenhuma dúvida de que uma sociedade racista nunca vai criar instituições não racistas. Tá? (Onto)lógico. Uma sociedade racista não cria instituições não racistas. Ela não se autodestrói por () Então a nossa luta é aí também, mas por isso que eu digo que o papel do movimento negro é fundamental. Porque o único movimento que combate o que a gente tem de essencial nessa desigualdade. Tudo isso vai acontecer também em função a luta pelo racismo. Não vai ter juiz (), porque a gente fez acabar com o auto de resistência, nem policiais melhores porque a gente vai (dar) o ciclo completo. Se eles continuarem racistas, eles vão fazer da mesma forma.

Entrevistadora: Sim, sim. O que você acha que a gente avança com essa CPI no final? Tudo bem?

Mario: A gente põe o dedo na ferida, a gente põe o dedo na ferida o avanço agora é colocar isso, colocar em prática isso aí e colocar as instituições na parede, contra a parede com essa () que está aí. Você milhares de mãe no Brasil chorando seus filhos que morreram e que esses filhos morreram a maioria deles, uma grande parte deles não sei é inocentes, morreu (por ser) pretos. Então como é isso? Como é que você pode ter um país assim? Então é isso, põe o dedo na ferida.

Entrevistadora: E se você acha que tem que levar esse material para cortes internacionais?

Mario: O movimento negro, o movimento negro devia fazer um trabalho mais forçado com isso, porque (aí eu entro né), nem todo movimento negro tem a questão do assassinato como um problema, porque nem todo movimento negro sente na pele isso porque muita gente é classe média já. Mas isso aí deveria ser uma ponta de lança.

Entrevistadora: Não, mas assim, é complexo isso você falar, porque as vezes a gente trabalha nessa perspectiva de extermínio com a morte realmente dada, a morte final do

assassinato, do homicídio, agora se a gente pensar que todo nosso processo de existência é um processo de tentar os exterminar desde a concepção até a gente chegar a vida adulta, é um genocídio...

Mario: Claro que é, mas o que eu estou dizendo...

Entrevistadora: Eu entendo o seu argumento quando você fala que tem pessoas dentro do movimento negro que não trabalham nessa perspectiva que o nosso Estado é um Estado genocida.

Mario: Sim, sim nem todo mundo.

Entrevistadora: Que Abdias já colocava isso né, que é um estado genocida, porque claro a gente está trabalhando com uma realidade concreta que são essas mortes e a gente precisa trabalhar pra reverter esses dados porque os jovens negros estão morrendo. Mas a coisa é tão sistemática, o racismo é tão estrutural porque a partir do momento que uma pessoa negra está grávida já é negado pra ela todo políticas universais, direito à moradia, a saúde e educação. Direito a ter afeto, amor, carinho. Então nessa perspectiva é um genocídio em toda a nossa vida.

Mario: É claro que é, o que eu estou dizendo não é isso.

Entrevistadora: É, não eu entendo o que você está falando né, que o movimento negro não tem as vezes essa leitura também.

Mario: Muita gente não tem. Muita gente não acha que isso aqui é fundamental, muita gente acha que é fundamental é ().

Entrevistadora: Só pra gente finalizar, e aí trabalhar na minha área. Como os meios de comunicação podem ser os aliados? Como o jornalista principalmente assim? Porque pelo contrário o jornalismo tem feito um destrabalho quando continua realmente culpabilizando e responsabilizando o jovem negro como bandido, como infrator que tem que ser punido né. Então assim o que pensar estratégias pra gente também superar esse racismo dentro do jornalismo?

Mario: Bom, o jornalismo é como uma época que eu fui pra SEPPIR, aí o pessoal perguntou o que que o Estado ia fazer com relação a questão racial. Aí eu falei “primeiro parar de fazer gol contra, primeiro parar de ser motor de potencializar racismo, desigualdade para o estado brasileiro até hoje” e eu diria a mesma coisa em relação a questão dos meios de comunicação, dos profissionais de comunicação. Parar de fazer gol contra, parar de reforçar esses estereótipos. Parar de passar para a população essas verdades que fazem com que as pessoas pensem que o bandido bom é bandido morto e bandido bom e morto é bandido preto, na verdade é isso. Então esse primeiro momento seria esse, no segundo momento valorização né. Quando a gente conta história aqui, as pessoas começam a olhar essas mães com outros olhos. Quando você conta uma história de um negro e as pessoas começam a ouvir ele se humaniza, então tem que ter novelas pretas, tem que ter filmes de preto, tem que ter histórias de preto, tem que ter livro de preto. Ana Maria Gonçalves escreveu um () de cor, maravilhoso, esse (livro) tem que ser problematizado, tem que ser romanceado, coisas assim do tipo a gente tem que fazer, a gente tem que escrever peças para negros, a gente tem que escrever músicas pra negros. A gente tem que ter companhias de teatros para colocar negros. As pessoas brancas também. A gente no Brasil nunca viu () que maravilhoso, que só tem negros no palco, uma ópera de negro. A gente tem que fazer isso.

Entrevistadora: Você assistiu Dear White People? Da Netflix.

Mario: Qual é?

Entrevistadora: Cara gente branca.

Mario: Vi. ()

Entrevistadora: Não. E o Joelzito () no Fórum da Comunicação nesse final de semana ele falou assim que televisão brasileira aceitaria aquele Dear White People? Então ele falou assim que uma das alternativas pra gente é pensar conteúdo para a Netflix falando da gente.

Mario: No entanto, não sei se você percebeu, mas a Globo nesse último mês passou o “Eu não sou seu Negro” na... Na Globo não, desculpa. Na TV a cabo. Passou, passou “Eu não sou seu negro”. E passou um outro. Qual foi o outro? Passou dois programas assim sobre a questão racial americano evidente, assim...

Entrevistadora: Então, isso me incomoda muito. Eu acompanhei () eu fiz um artigo sobre () quando a morte do (Michael Brown) em agosto de 2014. Cara, muitos artigos falando, falando da tensão, o que aconteceu lá em (Missouri), conversando, o Globo e a Folha deslocaram jornalistas correspondentes para cobrir e saiu a matéria o mês todo, todos os dias. Por que que quando Cabula, o Cabula repercutiu uma nota na Folha da Chacina de Cabula. Ficou restrito a Salvador numa tarde e que não tem uma dimensão de discutir o racismo, trabalham na perspectiva factual.

Mario: Sem falar no discurso do Governador do PT lá que foi um horror, defendeu a polícia até comparou a polícia a um time de futebol, que no time de futebol tem que jogar duro pra conseguir ganhar... Governador do PT.

Entrevistadora: E mesmo agora em Costa () no final daquele ano também. Cento e onze tiros, nenhum dos meninos tinham antecedentes criminais. Toso eram pretos e pobres. E ai a polícia... Mesmo o jornalismo não trabalhou nessa pe... Assim, eu não sei se você concorda comigo, mas a gente tem muita dificuldade, aliás a gente não fala de racismo no nosso jornalismo.

Mario: Claro, (a gente) problematiza isso. Não problematiza mesmo sabendo que Globo não gosta de falar de racismo, a única vez que eu fui convidado pra falar no programa foi naquele () da TV a cabo. Aí era pra comentar uns dados () “mas por que que acontece isso?” “Racismo, meu caro” ((risos)). Eles não falam (nisso), eles não falam. Então eu vou falar e repetir, é racismo, isso aí é racismo. A gente tem que problematizar o racismo, nas músicas, nas peças, nos espaços que você tem, entendeu? Isso tem que ser feito pelos jornalistas negros, porque os brancos não vão fazer. Não vão fazer. Não é um problema pra eles, é uma solução. O racismo é uma solução. A qualidade de vida da classe média branca brasileira é muito maior do que a classe média branca europeia e americana, quem foi lá sabe. Porque tudo é muito barato aqui, você compra uma empregada por menos de um salário mínimo no Nordeste você tem três empregadas e paga um salário mínimo. Você tem um menino pra lavar seu carro por quinze reais. Você tem um cara pra guardar seu carro por dois reais, isso é cômodo? Isso não é um país cômodo (pra esses caras)? Quer dizer uma visão muito limitada da coisa, mas é.

Entrevistadora: Mas é complicado, por exemplo, quando a gente denuncia o racismo () fórum nacional () de comunicação com pessoas de esquerda e progressistas, como por exemplo, Lindberg () do PSOL, acha que a gente está de mimimi também, que o problema de classe suplanta a questão de raça.

Mario: Eu sei. Eles não leram Fanon. Os caras não sabem quem é Fanon, os caras não sabem que é Quijano, esse caras não tem ideia do que que é, inclusive, a discussão do marxismo dentro de uma perspectiva colonialista. Por que Marx quando vai estudar o capitalismo ele estuda numa Europa colonizadora, mas que lá dentro é uma Europa de brancos ele não estudou um sistema econômico de brancos e negros, como Fanon já vai perceber...

Entrevistadora: Que no século XX, quando Fanon já está mais...

Mario: Então quando os marxistas vem com essa história de classe que não tem raça e de uma ignorância, por que? Porque eles estão com uma fita métrica de uma Europa branca que não existe mais, que existia no século XIX e querem pegar essa fita métrica e trazerem para um país multirracial como a gente que sempre teve um problema de racismo como um problema crucial. Então a questão de classe e raça tem que ser vistas conjuntamente, se não você não vai entender absolutamente nada, quem não perceber a questão do racismo no Brasil como uma questão fundamental e eu falei isso lá na Anpocs, quem não entender a questão racial como uma questão fundamental no Brasil, não entende o Brasil. Então, 98% desses sociólogos aí não entendem coisa nenhuma. E esse é a nossa tragédia. Eu conheço especialistas em pobreza no Brasil por anos que nunca subiu em uma favela. Como é que você pode ser especialista se você não conhece uma favela? Que especialista é esse? Ah sabe fazer lá os cálculos das (), conhece nada, não entende nada. E vai reproduzir o que está aí. (esse é o nosso problema). Por isso que as cotas são fundamentais, as cotas vão ajudar a gente a pensar no negro pobre num segundo momento, porque o negro que for pra universidade não vai olhar o pobre favelado e o cara que está no lixão da mesma forma que esses especialistas em pobreza que tem aí vêm. Vêm como um objeto. A gente vê como pessoas.

Entrevistadora: É, porque mesmos as alas mais progressistas da esquerda ainda tem muita dificuldade, muita dificuldade de ver o racismo como estrutural no nosso país. E também de questionar seus privilégios, né. Enquanto pessoas brancas no sistema extremamente racista e desigual.

Mário: Até faz mal quando (eles) se acham privilegiados, aí quebra todo o paradigma de pensamento “aí, eu sempre (me senti) como pessoa”

Entrevistadora: Enfim, você quer colocar mais alguma coisa em relação a CPI?

Mario: Não. Foi ótimo

ENTREVISTA COM GABRIEL SAMPAIO

KELLY: ta, a minha primeira pergunta é em relação a sua trajetória profissional e como você começou a trabalhar com essa pauta, especificamente com relação a pauta da juventude negra.

GABRIEL: Bom, minha trajetória profissional começa logo que eu me formei pelo Mackenzie em 2005, né, passei a advogar em 2006. Sai do banco onde eu trabalhava durante a faculdade, trabalhei na Caixa Econômica e aí passei tanto a advogar para os movimentos sociais, que eu já tinha relação, fazer defesa jurídica em especial em matéria criminal que é a matéria que eu sempre tive relação e participei da gestão do sindicato dos advogados de São Paulo e passei a trabalhar na PUC de São Paulo, onde a gente tinha ali uma atuação junto com a Faculdade de Serviço Social e a Faculdade de Direito em Heliópolis no projeto social lá, a gente fazia defesa jurídica de jovens em situação de risco. Eu era advogado orientador do escritório modelo Dom Paulo Evaristo Arns e nós tínhamos um trabalho com a comunidade e com estudantes da faculdade, fazendo a defesa jurídica num serviço muito conceituado. Coordenação da Rosalina Santa Cruz Leite, já foi secretária de assistência social lá em São Paulo tem uma longa história durante a ditadura militar, enfim, então passei nessa tarefa mais de três anos quando recebi um convite para vir a Brasília trabalhar aqui no Ministério da Justiça na secretária de reforma do judiciário. Eu tinha tarefa do secretário Mário Oswaldo Pereira, secretário negro também que tem uma história fantástica também na área de tratar o código de processo penal. Estava numa discussão já aqui no Senado da reformulação do código de processo penal e eu fui então para a secretaria de reforma do judiciário para lidar, a princípio, com esta pauta e outras tantas que a secretaria tinha. Então ali já na secretaria de reforma do judiciário, a gente á criou uma referência até pelo histórico do trabalho do Mário Oswaldo no sistema de justiça de atuação com pauta social. Então não era só uma secretaria que fazia a análise normativa de textos legais, mas que se propunha fazer um diálogo para além de textos de projetos de lei, etc. Tanto é que ali a gente tinha também trabalhou em acordo de cooperação em defesa da população em situação de rua, fazendo um convênio com o sistema de justiça. Ainda ali não tinha, no final de 2010, o plano juventude viva. Ainda não tinha nascido, mas a gente sempre procurou na interlocução com o sistema de justiça tratar mais amplamente das agendas.

KELLY: você, assim, desde São Paulo, a tua relação com a juventude em situação de vulnerabilidade social. Qual que era esse perfil dessa juventude em situação de vulnerabilidade social que você teve acesso quando você foi advogar junto com a PUC em Heliópolis?

GABRIEL: já na PUC a população que estava ligado ao projeto ela era a população da comunidade de Heliópolis, então o perfil socioeconômico é todo o perfil que marca a comunidade de Heliópolis. Então atendíamos jovens de 14 a 24 anos, então você tinha, eu tive um contato muito forte, em especial com jovens do sistema socioeducativo. Muitos deles acabavam, por uma série de fatores, sendo internados, acusações de atos infracionais ligados a tráfico de drogas ou crimes patrimoniais, na maioria também esse perfil de criminalização do sistema penitenciário, do sistema de justiça, então sempre peguei e atuei com o público com essa característica socioeconômica, vulnerável não só pelos fatores socioeconômicos, mas por toda a situação que a sociedade praticamente impõe na comunidade de Heliópolis.

KELLY: sim, estrutura familiar.

GABRIEL: todo, todo tipo.

KELLY: famílias monoparentais a maioria?

GABRIEL: sim. Desde família monoparental, até jovens em situação de rua. Enfim, todo tipo de perfil. Jovem em situação de drogadição...

KELLY: Grau de escolaridade?

GABRIEL: Também dos mais diversos. Em Heliópolis você tinha, você até teve um trabalho, por uma série de entidades no sentido de trazer serviços ou buscar aproximar as pessoas do acesso

KELLY: à serviços básicos

GABRIEL: isso. Os projetos também faziam esse tipo de encaminhamento lá. Agora isso não era universal. Mesmo ali, mas em alguns casos, você tinha casos de jovens que até conseguiam estar ou através do projeto conseguir acesso a uma malha de serviços, mas que de todo modo tinham vulnerabilidades para além disso, então desde as psicológicas, que o serviço também tinha a parte de atendimento psicológico, até aquelas provocadas pelo próprio sistema de justiça. Então às vezes um menino com 14 anos entra no sistema socioeducativo por um ato infracional qualquer que fosse ele, mesmo que o jovem tivesse já acesso a algum tipo de serviço, a situação dele por ter entrado no sistema socioeducativo mudava completamente a vida ele. E aí uma vulnerabilidade que não vinha necessariamente da falta de acesso aos serviços básicos se tornava uma vulnerabilidade por conta na incidência no sistema de justiça.

KELLY: e talvez determinante por futuro dele.

GABRIEL: determinante, certamente. Foi uma experiência tão rica que eu acabei fazendo do meu mestrado um estudo de caso da comunidade, confrontando a realização dos direitos e garantias fundamentais que estão na constituição, no código de processos penal, nos tratados e tudo mais com os processos que esses meninos sofreram. No caso eu fiz um recorte do tráfico de drogas, porque enfim, o tráfico no Brasil ele tem todo um mundo, né? Mas toda a questão da criminalização do tráfico de drogas é algo interessante de ser estudado. O tanto que ele traz de injustiças desde o...

KELLY: você parte de qual hipótese? Que mesmo quando você tem serviços básicos garantidos, o fato de estar exposto às drogas, ao tráfico de drogas, você vulnerabiliza mais esse segmento social?

GABRIEL: é, a seleção que o direito faz do tráfico de drogas ele já, do crime de tráfico de drogas, ele já determina uma série de problemas. Inclusive na criminalização secundária desses jovens. Ele já é seletivo nesse paradigma. A nossa, a minha hipótese é a seguinte: o direito posto, o direito positivado hoje ele tem uma série de direitos e garantias fundamentais. Você tem direito à presunção de inocência, você tem direito a um julgamento com contraditório, com a defesa, em que a prisão preventiva deveria ser exceção e não a regra, uma série de questões que até se discute hoje, que já existem há muito tempo, mas que as violações sempre eram perceptíveis para qualquer pessoa que analisa um jovem vulnerável no sistema de justiça. É algo até um tanto famigerado de que o preto pobre da periferia dentro do sistema de justiça acaba tendo como resposta a prisão. Então eu quis fazer um estudo de caso para confrontar o direito posto, as séries de direitos e garantias fundamentais e aqueles jovens comprovadamente em situação vulnerável, sendo atendidos por um projeto social, conhecido pelo sistema de justiça, e como que então o sistema de justiça aplicada ou não ou direitos e garantias pra esse jovem.

KELLY: e quais foram as suas conclusões?

GABRIEL: a conclusão é que a gente esperava, enfim, mas com uma elaboração obviamente na análise de cada caso, mas que a efetivação dos direitos e garantias fundamentais, em especial as processuais penais que são as que mais me interessavam, elas acabavam não

sendo cumpridas como regra. Como materialmente você sempre tem no judiciário uma elaboração do discurso para que justifique a não aplicação de uma garantia, por exemplo, a presunção de inocência, a possibilidade de responder um processo em liberdade, você sempre tem um argumento do risco da ordem pública etc

KELLY: mas porque esse mero preto pobre já presume-se que ele é o culpado e não inocente?

GABRIEL: Eu não faço uma análise discursiva porque a inocência e a culpa nesse caso têm que ser analisada também diante do contexto do processo, por isso eu também fiz uma, introduzo a discussão pra que a gente também analise de forma crítica a punição por tráfico de drogas. Que hoje no brasil talvez seja um dos maiores problemas que geram a mortalidade da juventude negra. Hoje é qualquer dado disponível deixa claro pra todos nós que as drogas que mais são letais, isso é um dos discursos que fundamentam a punição por tráfico de drogas, por um lado as drogas mais letais são o álcool e o cigarro. O álcool e o tabaco são comprovadamente, qualquer pesquisa científica que analise a situação da saúde pública, vai demonstrar isso. E porque que hoje a criminalização não recai sobre essas drogas e recai fortemente sobre outras tantas como maconha, cocaína, craque, enfim, qual que é o critério que determina que umas sejam legais e gerem muitos lucros e outras sejam criminalizadas? Isso é um fator que a própria sociedade predetermina. Você cria um estereótipo de criminoso. Quer dizer, a pessoa que trafica, o tráfico de drogas faz que com que aquela autor do tráfico vire um monstro, um ser abjeto e criminoso

KELLY: você trabalhou com a perspectiva do nosso sistema judiciário ser um sistema racista, as teorias de Lombroso que as pessoas negras estão mais predispostas a cometer crimes? das teorias racialistas que a gente tem no final do século XIX. Isso na sua dissertação você não trabalhou?

GABRIEL: é, isso eu não consegui aprofundar. Procurei um confronto que teve...

KELLY: pensando mais o sistema judiciário mesmo e as peças

GABRIEL: isso

KELLY: entendi. É interessante. Depois você me passa? Porque eu quero ler, eu tenho trabalhado muito mais nessa vertente, não se se você já viu a dissertação da Ana Flauzina

GABRIEL: sim, claro.

KELLY: Então, eu tenho trabalhado mais nessa vertente do Evandro Piza que também discute racismo e criminologia porque eu acho que eles trabalham em uma perspectiva muito mais ampla do que específica como você fez né

GABRIEL: Sim, sim

KELLY: Eu acho que você trabalha com muita especificidade pegando casos concretos

GABRIEL: Isso, isso

KELLY: Não, mas é interessante pro que eu estudo. E ai assim, em que momento, já aqui em Brasília quando você veio pro MJ estudando a questão do sistema carcerário, interessante gente pensar nos jogos de força, por isso que eu to aqui conversando com você né. A gente tem na segurança pública uma perspectiva punitiva de aumento na realidade do efetivo policial, aumento de prisões, e em contrapartida há uma política universalista de garantia de direitos básicos, como você mesmo falou, pensando as comunidades como espaço que o estado não se fez presente e por conta disso as crianças e jovens ficam em uma situação de vulnerabilidade muito maior do que a classe média e a elite. Então assim, pelo que você falou você e, como era o nome?

GABRIEL: Marivaldo

KELLY: Começaram a trabalhar nessa perspectiva pensando o sistema carcerário, mas com garantia de direitos universais que não chegaram a esse público, é isso mesmo?

GABRIEL: Exato. E aí foi interessante porque em 2011 quando muda o governo nós passamos então para integrar a secretaria de assuntos legislativos, então a gente passou a estar diretamente em contato com a pauta legislativa, então é o sinal trocado né? Toda a sociedade reconhece que é preciso superar a crise do sistema penitenciário, que está superlotado, que virou uma universidade do crime. Todo mundo diz isso, por um lado. Por outro, você percebe que tem cada vez mais uma inflação de leis para punir cada vez mais as pessoas, então aumentar pena, aumentar o tempo das pessoas presas. Enquanto de um lado você reconhece que está inviável, de outro só uma inflação de iniciativas. E aí a gente foi captando, a partir disso, a tentativa de atuar de uma outra maneira. Buscar brechas na atuação do poder executivo junto ao congresso nacional para evitar que houvesse esse tipo de inflação de legislação de um lado, e de outro que se dotasse tanto o sistema de justiça quanto a nossa legislação como um todo por uma outra perspectiva pra lidar com o tema. É nesse cenário que a gente faz a discussão no juventude viva, aí já com uma bagagem toda e uma construção do movimento social de que seria prioridade, por exemplo, acabar com a figura dos autos de resistência

KELLY: isso em 2011. Quem traz isso pra vocês? Os movimentos sociais?

GABRIEL: os movimentos sociais

KELLY: o pessoal da juventude e do movimento negro

GABRIEL: isso. Sempre colocou olha, nós temos um problema grave com a figura dos autos de resistência, isso mata muitos jovens na periferia, não pode ser assim, isso sempre foi uma fala

KELLY: na sua dissertação você já percebeu isso?

GABRIEL: eu não abordei isso na dissertação, mas sempre foi uma questão crítica. Não foi objetivo dos processos que analisei porque eles já tratavam de um crime específico que era o tráfico de drogas, mas aí até me lembro que quando o movimento trouxe a primeira vez a demanda dos autos de resistência e de pensar uma alternativa pra isso, a gente sempre pensou alternativa com cursos de formação pros policias, uma agenda, mas a gente nunca conseguiu dar um passo posterior que era uma alteração legislativa, e o movimento sempre colocou olha: por mais que vocês se esforcem pelos caminhos de tentar pela política pública do convencimento, da formação etc, isso é insuficiente. O movimento colocou isso pra nós. A gente falava olha, a legislação não autoriza que isso seja feito. Qualquer intérprete ao ver a nossa legislação vai ser incapaz de fundamentar que as coisas aconteçam dessa forma, quer dizer, e os autos de resistência nada mais sistematizam porque a falta de investigação de uma morte violenta.

KELLY: Porque na verdade era um ato administrativo que a polícia usa, porém não impede que o MP faça as devidas investigações e o que ocorre, coloca o auto de resistência, o delegado arquiva e o MP não toma nenhuma medida

GABRIEL: exatamente. Então é como até fica no subtexto, nas entrelinhas que teria havido uma suposta legítima defesa naquela morte. Nem quero criminalizar dizendo que foi um homicídio doloso que sempre há um homicídio doloso, mas o que existe a morte violenta não importa de quem seja, é preciso investigar. Não importa quem seja o autor, quem seja a vítima tem que haver uma investigação do estado.

KELLY: e o argumento do movimento é que essas medidas de políticas públicas são incipientes porquê?

GABRIEL: mais do que isso, insuficientes. Porque? Você tem uma, isso acaba sendo a criminologia também traz esse elemento de compreensão, por mais que a gente tenha o discurso do estado democrático de direito, as regras do estado democrático de direito, há uma relação dialética com situações de barbárie, com situações que não correspondem a letra da lei. Então é natural que todo poder punitivo que seja ele armado, seja ele baseado em outros elementos de legitimação, que haja o abuso da atuação, então por mais que tenhamos a melhor doutrina para aplicação por parte dos agentes do estado, você tem uma atuação que extrapola a lei. Você sempre vai ter uma atuação em qualquer cenário. Então simplesmente trabalhar os elementos do convencimento, da formação, eles por regra já seriam insuficientes, e num país que a legislação mantinha até essa, vamos dizer, lacuna, pra quem tem uma visão sistemática ela é incapaz de ver essa lacuna, mas vendo a realidade nós percebemos que poderia ser sinalizado por uma legislação que aquilo não poderia acontecer da forma com que acontece, nós então redobramos o esforço de novo fizemos o pente fino na legislação e conseguimos construir um conjunto, levamos aos movimentos as propostas, acionamos uma série uma série de setores do sistema de justiça, promotores, juízes, defensores públicos, policiais que tem uma visão mais progressista e conseguimos conformar um projeto de lei para tramitação no congresso

KELLY: o projeto de lei do fim dos autos de resistência, isso em 2011?

GABRIEL: isso, em 2011

KELLY: que vocês formularam isso e jogou pra Câmara dos Deputados?

GABRIEL: Nós formulamos isso, e tivemos uma atuação combinada com o congresso nacional, então a câmara dos deputados iniciativa do deputado Paulo Teixeira, assinou junto com o Miro Teixeira com Luiza Erundina, com delegado Protógenes na época também o assinou o projeto então foi uma atuação conjunta. Depois, lá na frente, o projeto até avançou na tramitação na Câmara dos Deputados até chegar ao plenário. No plenário, que é a última etapa de tramitação, o projeto deixou de andar. Passou a ter uma inviabilidade

KELLY: mas ele não foi aprovado no final do ano passado??

GABRIEL: ele foi aprovado ainda esse ano na CCJ aqui do Senado, mas na Câmara ainda não foi aprovado em plenário. Quando a gente estava já em final do governo Dilma, enfim, quando o golpe já estava muito claro, a presidenta Dilma encaminhou o projeto já com base naquilo que foi o acúmulo do debate na câmara, mandou o projeto com urgência constitucional, que é um instrumento que o presidente da república tem para que o congresso dê..

KELLY: Prioridade pra votação

GABRIEL: só que aí o Temer pouco depois de assumir ele retirou a urgência do projeto. Tem lá também o projeto do executivo em tramitação mas parece que não tem urgência pela presidenta da república. O projeto lá na câmara foi inviabilizado, tá ali no plenário ainda e o senado federal quando criou a CPI para discutir a mortalidade de jovens no Brasil acabou incorporando, promovendo, propondo um projeto no Senado também com uma redação similar ao que tramitou na câmara, e esse projeto foi recentemente, faz um mês que foi aprovado na CCJ do senado. Também agora só falta o plenário do senado. Se o plenário do senado aprovar o texto, o plenário da câmara, o projeto muito rapidamente vai a sanção presidencial, eles sendo textos iguais, já tendo tramitado nas duas casas ele vai direto pra sanção. Então a gente conta ainda com esse trabalho, com esse esforço

KELLY: nossa, são seis anos de construção.

GABRIEL: parece que foi ontem, mas é muito tempo. Por várias articulações, então o projeto passa por comissões, por debates, ele é alterado do que foi apresentado originalmente pro que está agora. E essas alterações foram todas elas fruto de discussão, inclusive com setores policiais, progressistas que ajudaram o projeto a evoluir.

KELLY: qual que é o argumento dos setores policiais? Por exemplo

GABRIEL: pra aqueles policiais que zelam pelo cumprimento da lei, o projeto também passa a ser, pode ser também uma bandeira, ou seja demonstrar que a polícia também tem o compromisso com o cumprimento

KELLY: com a sociedade, né?

GABRIEL: com a investigação de toda a morte violenta, então a maioria dos policiais eu diria tem acordo com o projeto, as entidades que os representam por várias vezes demonstraram um acordo para que o projeto avançasse. Infelizmente alguns setores tem influído para que o projeto não caminhe hoje, agora até se for colocar para as entidades, pelo menos até onde eu acompanhei na câmara dos deputados, elas não se colocavam contra o projeto. Sempre algumas vezes aparece uma ou outra questão técnica que a câmara praticamente resolveu elas inteiramente, isso refletiu o texto que está no senado aqui, que foi pro plenário, então agora o momento da mobilização da sociedade pra aprovar a matéria. Então você tem uma parte dos órgãos públicos e das entidades que representam os agentes públicos um discurso muito incorporado nos setores que representam as entidades até a defesa do projeto. Como um elemento de conferir atividade de agente público maior legitimidade.

KELLY: entendi. Já que a gente tá falando na matéria dos autos de resistência, não foi concomitante, né? Mas é uma coisa que sempre tá na pauta do congresso nacional e sempre quando acontece um crime hediondo cometido por algum jovem volta a tona a questão da redução da maioridade penal. E não foi em 2011, mas em 2015 ela volta com muita força essa pauta dentro do congresso, ne? Na época o Eduardo Cunha desengaveta isso e isso volta novamente. E pensando nessa sua trajetória acumulado, trabalhando nessa questão, você trabalhou muito forte no sistema carcerário, segurança pública. De um lado você tem os autos de resistência dos movimentos sociais e a juventude tem denunciado como uma forma de impunidade desse alto nível de morte de jovens negros. Por outro lado, você tem uma parte da sociedade a favor da redução da maioridade penal mesmo a gente não tendo dados realmente empíricos suficientes que fale que essa juventude realmente comete crime hediondo. Há várias pesquisas, mas a maioria não coloca nem 10%, geralmente são 5 ou 8% de crimes hediondos. Os nossos jovens cometem crimes, como você falou, de tráfico de drogas e de crimes contra o patrimônio. Primeiro, porque essa matéria sempre recrudescer dentro do congresso nacional? Você que trabalhou muito no ministério da justiça até você vir aqui pro congresso, como que foi esse debate da redução da maioridade penal na sua trajetória?

GABRIEL: muito difícil. Era até meu dever de ofício atuar nessa matéria como te falei, trabalhava na secretaria de assuntos legislativos ao tempo da discussão passei a compor o conselho nacional de direitos humanos, ou seja, foi uma discussão muito intensa, acompanhando pelas duas frentes. Como conselheiro no conselho nacional de direitos humanos e pelo ministério da justiça. E a gente sempre frontalmente contrário e sempre foi um diálogo muito difícil, como te falei no começo, você tem hoje ainda quase que um sinal truncado, de um lado as pessoas reconhecem que há problemas penitenciário, mas de outro qualquer fato que gera algum tipo de comoção, qualquer coisa se pensa em um direito penal pra resolver. Então é cada vez mais as pessoas perdem a capacidade de aprofundar nos temas que geram os problemas e procuram as soluções mais fáceis. Então parece mais fácil dar uma solução do

aumento de uma pena, da redução da maioria penal, isso acaba parecendo uma resposta mais concreta mais popular, então no geral é muito difícil fazer um discurso contrário a isso, porque as pessoas procuram o que parece uma solução mais imediata, como se fosse uma mágica que você aumenta uma pena e as pessoas deixam de cometer crime. Você reduz a maioria penal as pessoas estão mais protegidas porque jovens vão deixar de praticar atos infracionais porque a redução da maioria penal aconteceu. Isso é um discurso muito enrustado na nossa sociedade, mesmo assim a gente enfrentou o debate, e acho é importante sempre fazer isso porque os problemas precisam ser encarados de forma mais complexa. Então a questão do tráfico de drogas hoje, que é uma das principais questões que muitas vezes impulsiona as pessoas a defenderem a redução da maioria penal, mas não se enfrenta a complexidade desse debate

KELLY: Reduzir a maioria penal não resolve nosso problema de segurança pública?

GABRIEL: Não resolve nenhum problema. Reduzir a maioria penal cria problemas. Amplia os problemas porque primeiro, é inconstitucional. Nós tivemos uma constituição de 1988 que reconheceu os direitos das crianças e dos adolescentes. Qual que é um dos principais reconhecimentos que a constituição dá? Encarar a criança e o adolescente como sujeito de direito, como pessoas que merecem uma especial atenção do estado pra realizar seus direitos e garantias e isso reconhecido até os 18 anos de forma que o estado tem que entrar na vida das crianças e do adolescente ou atuar na defesa dos direitos dessa criança e do adolescente. Promovendo educação, promovendo acesso a saúde, promovendo direitos pra essas crianças

KELLY: garantias básicas, né?

GABRIEL: isso foi considerado na constituição como uma cláusula pétrea, como um direito e garantia que não se pode retirar, reconheceu o adolescente então como um ser que demanda do estado efetivação de direitos e não atuação penal com menos de 18 anos é uma cláusula pétrea. Retroceder em uma cláusula pétrea, que a constituição federal deu um especial valor significa jogar a constituição de 88 fora. É pro direito da criança e do adolescente como qualquer outro direito. A constituição já diz que ela não pode ser alterada nesses temas. Então toda vez que você retrocede

KELLY: mas então como que o congresso conseguiria aprovar a redução da maioria penal?

GABRIEL: é a grande discussão que a gente faz que é a medida é inconstitucional. Então se for aprovado numa votação da câmara, mas se ela algum dia ver a ser aprovada de forma definitiva e promulgada, por exemplo, pelo congresso nacional, ela certamente vai ser objeto de uma ação direta de inconstitucionalidade. Inúmeros juristas defendem essa tese da inconstitucionalidade. Há poucos juristas que defendem que não é inconstitucional porque acham que, ou fazem uma defesa de que poderia ser alterado por não ser um direito imutável a maioria penal, mas então esse argumento que é um argumento formal inclusive ele foi amplamente suscitado tanto é que na primeira votação que foi feita na câmara dos deputados não se teve os votos necessários pra aprovar a PEC. Depois de um dia foi feita uma nova regimental pra que fosse feita uma nova votação.

KELLY: eu lembro disso. O Cunha fez isso mesmo.

GABRIEL: exatamente.

KELLY: agora eu não sabia que era uma causa impetrável que não poderia

GABRIEL: cláusula pétrea

KELLY: isso, por conta de ser um direito fundamental da constituição brasileira.

GABRIEL: e materialmente pensando no mérito da questão

KELLY: porque assim, pensando até nos jogos de força que eu entrevistei o Mário Teodoro tem uma ala que é extremamente conservadora e que não quer trabalhar nessa perspectiva de garantia de direitos. Bandido bom é bandido morto ou preso, então OK. Por outro lado, tem uma ala que pensa na perspectiva de construção de políticas pública, de construção de estado de direito, etc. então assim, você tem esses dois jogos dentro do congresso nacional. Agora, independentemente desses dois jogos que quando tem uma comoção pública, os meios de comunicação manipulam, a sociedade também e aí vem grupos dos direitos humanos e aí é galera é taxada de defensor de bandido e aquelas coisas que a gente já acompanha. Para além dessa discussão que a gente tem dentro da nossa sociedade, tem essa questão jurídica que é pouco dita, que é pouco debatida.

GABRIEL: Isso

KELLY: Que, pra mim, é um fato novo, que né, não tinha conversado com advogado ainda pensando juridicamente a peça maioridade penal dentro da nossa constituição brasileira. É interessante você me explicar melhor porque eu não sabia disso. Então não significa que passando pelo congresso nacional vá pro presidente votar e aí você, é uma lei nova como as outras leis que o congresso formula e que o presidente sanciona, não é tão simples assim.

GABRIEL: Não é tão simples. Por ser emenda constitucional é ela é até promulgada sem a manifestação do presidente, o próprio congresso promulga. E outra coisa que é pouco discutida é o seguinte. Tudo isso que eu te falei não significa que o jovem menor de 18 anos, a criança e o adolescente, em especial o adolescente

KELLY: Não tenha punição

GABRIEL: É.

KELLY: É, isso aí eu até conversei com o promotor e eu acho que a gente pode também discutir isso, porque assim o ECA trabalha com duas vertentes que era da promoção de direitos e de punição. E no Brasil a partir dos 12 anos o jovem pode ser punido.

GABRIEL: exato

KELLY: só que, não sei se você concorda comigo, o Anderson Andrade falou assim “a gente cresceu muito de 92 pra cá na promoção, na redução da mortalidade infantil, no acesso à educação, no acesso à saúde, então o ECA foi muito bem sucedido na promoção de direitos desse jovem, dessa criança que passou a ser vista como um cidadão que tem direitos. Agora na perspectiva da punição se avançou pouco, e pior do que se avançar pouco a discussão pra sociedade, pelo sendo comum é de que não há punição no Brasil.

GABRIEL: Exato

KELLY: Então não sei se você concorda com isso, que o senso comum acredita que não há punição. Que a medida socioeducativa não é uma punição. Você que trabalhou principalmente lá em Heliópolis com medida socioeducativa como você avalia o ECA no eixo punição

GABRIEL: o que acaba acontecendo com esse eixo, até prefiro o termo responsabilização porque esses jovens, acho que pra toda a sociedade, a dimensão da responsabilização ela é até mais complexa. Porque queiramos ou não faz parte da formação de um jovem com a idade a partir de 12, 13, 14, 15 anos que seja necessário compreender o ato que cometeu. Muitas vezes não tem uma real dimensão, não tem a mesma dimensão que tem pra uma pessoa de 19, 20 anos. Compreender o que é a responsabilização é até mais amplo do que a punição, mas pra sociedade valeu sempre um conceito mais restrito. Tem que ser a sociedades, setores da sociedade só se contentam com o sofrimento. Tem que se criar um

modelo em que haja sofrimento em que o autor do delito sofra um modelo de punição que seja medieval. Só isso que as vezes controla a senha de setores que estão no congresso e setores da sociedade. Então hoje o próprio sistema socioeducativo muitas vezes vive situação vive situação tão graves quanto o sistema prisional. Nós tivemos essa semana na Paraíba, 7 jovens sendo mortos numa unidade socioeducativa em que segundo as informações que a imprensa veicula, era uma unidade pra 40 jovens, tinha 200 jovens em situação de cumprimento de uma medida socioeducativa. Então pra sociedade, pro sistema socioeducativo ter responsabilização trouxe as mesmas pressões que infligem o sistema prisional. Ou seja, tem que promover o excesso de pessoas sendo responsabilizadas. Tem jovens muitas vezes que tá fora tráfico de drogas são usados como mulas, muitas vezes nem compreender sequer qual que é a complexidade do que eles tão fazendo, entregando droga pra um traficante. Então no sistema socioeducativo enchendo o sistema, ou por pequenas situações que colocam os jovens lá.

KELLY: então nosso sistema socioeducativo no ECA, na perspectiva do papel é uma coisa e na prática ele já gera esse sofrimento, que a maior parte da sociedade acha que não gera esse sofrimento.

GABRIEL: ou que é insuficiente, quer mais sofrimento ainda. Quer dizer, quer um nível de punição similar ao que tem no sistema para os maiores de 18

KELLY: nossa, mas isso beira a barbárie né

GABRIEL: é, infelizmente é a forma com que a gente trata esse sistema. Infelizmente. Porque as pessoas, pelo menos aqui no congresso não tem como alegar que não conhecem o fato da responsabilização hoje, pelo Estatuto da criança e do adolescente ocorrer. Há responsabilização. Você tem crianças que acabam sendo internadas, desculpa adolescentes que acabam internados e vivem essa condição

KELLY: o grau de ressocialização, até pela sua experiência, é pequeno? É grande? Como que você avalia?

GABRIEL: os dados que tratam de reincidência, que é a possibilidade de você aferir concretamente se aquela pessoa que um dia cometeu um ato infracional chegou a cometer um crime ou o maior de idade se ele volta a cometer crimes depois de sair da prisão, eles são muitos questionáveis do ponto de vista metodológico. Não dá pra aferir com rigor metodológico quais são esses dados de forma categórica, mas do que se tem conhecimento de mais avançado de estudo, que pode ser criticado, o sistema socioeducativo, com todos os defeitos que tem, aquele que é aplicado pros adolescentes, ele é muito mais eficaz em evitar reincidência do que o sistema de adultos. Porque ali você tem um modelo minimamente preparado pra tratar o conceito da responsabilização. Você tem aquela questão mais complexa, até pra nós seres humanos de lidar com o conceito que é mais racional, que busca trazer novos elementos no contexto pessoal e social e dali que tá promover algo que gere uma responsabilização, do que as masmorras que a gente tem hoje no sistema penal, que não tem qualquer espaço pra um trabalho de responsabilização ou de ressocialização que nós falamos. O sistema socioeducativo ele gera, ele é mais propício pra que você tenha algo diferente. Os dois cenários são ruins, mas o socioeducativo permitiria, ou permite mais condições e em geral promove mais bens e garantias

KELLY: entendi. O jovem negro está mais suscetível a ser agente de violência e vítima dessa mesma violência?

GABRIEL: posso dizer que pelos dados concretos, não vou trabalhar a parte subjetiva, vou falar o que é o resultado hoje da nossa sociedade. Objetivamente tá comprovado que os jovens negros são as maiores vítimas da violência, então isso é algo mais do que claro. De um

lado. De outro lado, quanto que a gente, que nós enquanto sociedade vemos de jovens inseridos nos grandes espaços de decisão do nosso país, ou os jovens negros inseridos nos grandes espaços de deliberação sobre os rumos nacionais, ocupando espaços de destaque no setor privado, nas grandes empresas, no setor público, seja no congresso nacional, seja no poder judiciário, no Ministério Público, na defensoria pública. Mesmo o sistema de cotas, todas as vezes que ele promoveu, ele ainda é insuficiente pra promover da forma adequada um espaço que seria um espaço pra um povo que construiu a história nacional como o povo negro construiu.

KELLY: então você acha que também falta, além da gente ser vítima, do jovem negro ser vítima, ele também sofre com a falta de representação

GABRIEL: sim, a falta de representação com certeza. Ela é flagrante, ela é clara, cristalina assim

KELLY: dava pra perceber isso quando você conversava com os meninos?

GABRIEL: totalmente, totalmente. Primeiro por ser um por muito tempo fui um jovem negro nesse espaço de direção, não sei se eu sou mais jovem, tão jovem, mas ocupei espaços de direção na administração pública, ainda jovem negro e enfim, com fenótipo que deixa claro, meu dread minha negritude e tudo mais, então isso em geral causava, muitas vezes causava uma estranheza nos interlocutores. Será que é mesmo um dirigente do ministério da justiça? Ou tem possibilidade de nos trazer uma posição no ministério? Isso é comum. As pessoas não vêm quantos hoje em dia, vamos pegar o atual governo federal, quantos negros fazem parte da direção desse governo? Quanto a negros hoje dirigem espaços importante do nosso país? Você tem um problema claro de representação ao passo que a sociedade foi ou vai reproduzindo os estereótipos, então é um estereótipo do negro traficante, é o estereótipo que foi trazido desde a nossa formação mais antiga, desde a escravatura, então a sociedade fixa esse estereótipo, reproduz esse estereótipo cotidianamente na TV, nos telejornais e sempre dá o destaque pra esse fator, estereotipado e que gera um problema ainda mais grave pra nossa população. Então é fato, são dados que estão amplamente disponíveis, que os jovens negros são as maiores vítimas da violência. Quanto a autoria né, são os maiores da violência ou dos crimes? Não há um dado pra dizer. Porque não há um dado pra dizer? Porque só tem hoje 8% dos homicídios que ocorrem no Brasil

KELLY: são cometidos por jovens

GABRIEL: não, pior, são solucionados. Você é capaz de identificar quem foi autor de um homicídio no país numa taxa média de 8%. Ou seja, os 92% você não sabe quem é o autor

KELLY: pelo fato de não ter investigação

GABRIEL: pelo fato da investigação não ser conclusiva, não enxergar o poder do fato. Então pra esse dado que é essencial pra dizer quem são os maiores autores da violência eu não tenho um dado seguro pra dizer, então sequer pode-se ter uma conclusão

KELLY: então essa ideia desse imaginário do “kit peba” que a polícia as vezes usa, de achar que o jovem negro já é suspeito à priori a gente não tem nem dados empíricos pra atestar que não

GABRIEL: são estereótipos. O sistema de justiça criminal reproduz esse tipo de estereótipo. O próprio tráfico de drogas, que a gente tá falando tanto aqui nessa nossa conversa. É fácil você chegar em Heliópolis e fazer um discurso do traficante perigoso. Agora se a gente for analisar a economia do tráfico de drogas alguém consegue dizer com um mínimo de certeza empírica que todos os recursos que são gerados pelo tráfico ficam nas comunidades, como Heliópolis, como morros cariocas ou periferias das cidades? Obviamente que não, tem uma

economia do tráfico que corre em regiões muito ricas das nossas cidades, com traficantes muito poderosos no sentido amplo da palavra que sequer passam perto do sistema de justiça. A quantidade de dinheiro movimentada em grandes bancos com certamente clara aquiescência de setores muito poderosos em várias áreas da sociedade e que envolvem então uma necessária criminalização das pessoas que nem existem. Então, quer dizer, o sistema seleciona propositalmente aquele jovem que está ali atuando em uma das pontas do Ice Berg que é o tráfico de drogas e tem um olhar negligente em relação ao restante do tráfico de drogas.

KELLY: essa coisa proposital, essa questão do estigma, essa questão da ineficiência do estado, pensando o judiciário principalmente que é sua área de atuação, isso pra você não é racismo?

GABRIEL: tem alguma forma de racismo, claramente uma forma de racismo, nitidamente uma forma de racismo

KELLY: se o judiciário tá proposto a pensar, você dialogou muito com os movimentos sociais, com certeza dialogou com o movimento negro

GABRIEL: sim

KELLY: movimento negro deve ter tido isso, principalmente quando tratou dos autos de resistência. O judiciário tá disposto a pensar esse racismo que tem no nosso sistema, onde o jovem negro é mais punido no sistema carcerário, onde ele é mais vide o nosso sistema prisional. Acho que 68% do nosso sistema tem pessoas negras. Estados Unidos é 80%, aqui eu acho que é 68%.

GABRIEL: sim

KELLY: a questão do extermínio da juventude negra, nossos corpos. Qual a dificuldade do nosso judiciário pensar esse racismo?

GABRIEL: eu até amplio assim tanto o judiciário, o Ministério Público, as polícias. Você sempre vai encontrar tanto setores progressistas, que abrem um diálogo, como setores que não conseguem encarar a profundidade que é o racismo. Algumas vezes as pessoas acham que o racismo praticado institucionalmente seria só o agente, só se enquadra na situação de um agente chegar e xingar, ofender uma pessoa e não consegue ter uma elaboração, uma compreensão do racismo institucional enquanto prática. Então hoje o sistema de justiça penal é racista na sua essência, desde a forma que ele escolhe e isso é natural pra todo o sistema penal. Se você abrir a nossa legislação penal toda a sociedade incorre o crime. É uma questão quase que natural. Se você pegar do primeiro ao último artigo da legislação penal você vai encontrar desde uma situação de injúria, que é você xingar o seu vizinho você pode estar cometendo um crime, e eu duvido que ninguém nunca fez isso, até as situações mais graves. O que o sistema escolhe determinadas condutas para serem punidas e determinadas pessoas? Isso é um dado empírico, um dado concreto. Porque tantos anos da criminalização do tráfico? Tantas pessoas presas o tráfico continua acontecendo e até se expandindo nos seus recursos e na sua abrangência. Porque ele tá fazendo errado

KELLY: tá, a gente tá fazendo errado, e tem dados que comprovam a criminalidade só aumentou, mas porque pra todos os entrevistados eu fiz essa pergunta “quem ganha com esse modelo de segurança pública?”

GABRIEL: é uma resposta por um lado difícil por outro lado fácil,

KELLY: porque é um sistema caro, é um sistema dispendioso, a sociedade continua com esse clima de insegurança, de risco, de medo e você não resolve o problema,

GABRIEL: será que o objetivo é resolver o problema? Qual é o problema? Essa é a questão. Você imagina uma sociedade, por exemplo, nós estamos usando muito o tráfico de drogas porque é onde teve uma maior explosão no sistema penitenciário.

KELLY: é, nos últimos anos.

GABRIEL: é, o dado que mais choca então estou usando esse exemplo, mas a gente poderia usar outros, mas alguém imagina uma sociedade livre de drogas? É inimaginável. Alguém abre mão de utilizar drogas lícitas como o álcool e o tabaco, acha razoável que a sociedade abra mão do consumo dessas drogas? E porque seleciona e quando começou a selecionar, por exemplo, a criminalização da maconha? Ou da cocaína, isso é historicamente colocado. Agora, bom, pra se criminalizar a cocaína ou a maconha que do ponto de vista da saúde pública geram gastos muito menos do que o álcool e o tabaco.

ENTREVISTA COM ARTHUR ARAÚJO

Entrevistadora: Para falar sobre isso já está excelente para mim, para o início (ruído).

Arthur: Então, eu cheguei na SEPPIR em 2012, janeiro de 2012, eh, fui a convite da Luíza Barros para trabalhar como um apoio da assessoria parlamentar.

Entrevistadora: Qual que é tua formação?

Arthur: Então, minha formação, eu tenho graduação em letras e gestão de políticas públicas pela UnB; tenho especialização naquele programa Gênero e Raça, né...

Entrevistadora: Ah, sei. Eu fui tutora desse curso em 2013 e 14...

Arthur: Eh, eu acho que minha formação eu acho que é por aí na turma também, junto com a professora Reniza né...

Entrevistadora: Ah é, eu era tutora desse curso.

Arthur: Exatamente gente. Eu, a Mariana, Ruth...

Entrevistadora: Então, exatamente, eu trabalhei com elas.

Arthur: Estava em casa então.

Entrevistadora: É, só que eu não te conhecia né. Eu fui tutora junto com a Mariana, com a Ruth, a Reniza era a coordenadora. Exatamente.

Arthur: Sim, então é isso. E eu estava mais na turma da Mariana [Ah, você era da turma da Mariana] Isso, que ela que estava ocupando mais perto. Então fiz essa especialização que foi legal assim também, né. E fiz um mestrado na USP em língua portuguesa na perspectiva do discurso e as relações raciais.

Entrevistadora: Você é de São Paulo?

Arthur: Sou de Brasília, mas fui para lá fazer o mestrado, só.

Entrevistadora: Você é de Brasília mesmo.

Arthur: Enfim, eu tenho essas quatro formações. Agora eu estou fazendo direito na UDF, né, só para... ainda meio para casa...

Entrevistadora: Você é do movimento negro de longa data?

Arthur: Sim, do movimento negro de longa data, desde o... Assim, eu não cheguei a ser da Enegrecer da UnB, né, que é bem lá 2003, né, por aí, mas todo mundo participou da formação da Enegrecer. Mas aqui, atualmente, eu estou no nosso coletivo negro, né, que tem juto Dalila e tal, então essa mais atua aqui no DF desde... formamos o coletivo a partir da (Mixcure) no STF que julgou a constitucionalidade da política de cotas ainda na universidade, né. Então ali em 2012, foi isso, a gente começou a se articular aqui na universidade, criamos esse grupo, e aí a gente atua no STF em defesa da política... E criamos o nosso jornal, que é o nosso jornal... onde teve algumas edições, né, mais para, naquela época, a gente pautar a nossa discussão, eh, fizemos uma edição específica sobre a questão da violência contra a juventude negra e tal. Até depois eu posso passar para você ou então você pode acessar nosso blog também, que lá tem uma edição especial, né, tratando da questão da juventude e nosso tema era "juventude negra quer viver", né, fazer uma ação e discussão. Então, conheci essa militância, que é uma militância política, né, e também na academia dos (incompreensível) da própria... essa questão das relações raciais.

Entrevistadora: Onde você conheceu a Luíza Barros?

Arthur: Luiza Bairros, eu... Primeiramente lendo os textos de ler, né, ler os textos dela e tal, mas eu cheguei até a Luiza, eu tinha uma grande admiração por ela, nós fomos participar do Ato 21 na Bahia, que foi em 2011 ou 10 eu acho, por aí. E eu conheci ela pessoalmente e a admiração por ela... já acompanhava os textos dela e tal. Conheci pessoalmente em 2011, 2010,

e depois eu mandei um documento para ela “sou do Banco do Brasil, que tem essa formação, essa trajetória. Queria ter a honra de trabalhar contigo”. E aí, ela recebeu meu e-mail, meu currículo, e comentou lá dentro na SEPPIR... Foi por aí que cheguei no professor Mário Teodoro, que ele era executivo dela na época, né. E aí eu fui conversar com o Mário Teodoro, aí ele falou “aqui é isso, vamos trabalhar com a assessoria parlamentar que está vinculado aí e tal”... E aí, então, a partir disso, começou por aí... Fui cedido pelo próprio banco, e daí, de... O processo foi muito demorado, quase um ano de tramitação, né, que eu fui cedido para a presidência da república, que à época a gente ainda estava cedido à presidência... fui cedido para a presidência. E aí, então, em janeiro de 2012, eu começo na SEPPIR, mais especificamente na... relação da SEPPIR com o Congresso Nacional.

Entrevistadora: Entendi, então nessa perspectiva de pensar políticas públicas?

Arthur: Exatamente. E com isso o tema da juventude o tema da juventude, o tema da violência, sempre foi muito presente, seja pela questão das chacinas – que era muito recorrente, né, quando se ocorria –, da violência policial, eh, e do alto índice da mortalidade da juventude negra, assim, né, de homicídios e tal. Então essa era uma agenda que sempre estava presente lá no Congresso.

Entrevistadora: Por conta da SEPPIR pautando isso?

Arthur: Exatamente. Da SEPPIR e do movimento negro também, das outras demandas que sempre apareciam no Congresso. Então você tinha uma audiência pública pautando isso, e aí, esse movimento social pautava, né, essas chacinas todas que eram semanalmente, praticamente, que ocorria um; a violência policial e a SEPPIR sempre era convidada para estar presente nas audiências públicas. Então, a partir disso que eu começo a... E aí tem a formulação do juventude e vida, você tinha mais no âmbito do Executivo no fórum... E aí, o (invcompreensível) que são as pessoas elaboram em cima da SEPIR, que fazem a articulação no Executivo e isso começa a ir para os municípios, né. Quando vai para os municípios, eh, tem um interesse dos parlamentares de trazer o Juventude Viva para sua base.

Entrevistadora: Antes de entrar no Juventude Viva, eu queria falar... Você me falou que a violência contra a juventude negra era uma pauta que estava sendo pautada pelo movimento negro, pela... a SEPPIR também pautava isso junto ao Congresso, tinha participação acho que também da juventude, né, não sei se a SNJ já ou se eram os fóruns de juventude que a gente tem por base, já estavam pautando. Eh, pensando política pública nessa perspectiva do diagnóstico, né, quais eram os documentos que vocês se baseavam para ter esses dados que a juventude negra estava mais exposta a violência? Era o mapa da violência, era o atlas de segurança pública?

Arthur: Então, o mapa da violência com o professor Julio Jacobo sempre foi a principal referência, né, esse... E aí quando... Na verdade você tinha dois movimentos, a mídia pautava alguma chacina muito forte ou alguma ação policial que conseguiu dar algum flagrante e isso então começava a pautar a mídia. Então os parlamentares se interessavam por isso também, porque ele queria, de alguma forma, uma forma de cobrar seja do comandante seja, sei lá, do diretor da polícia civil... dos órgãos daquele estado algum tipo de manifestação e de alguma conversa com o parlamento público. Então você tinha a mídia que pautava isso, e aí, quando surge então o requerimento, e aí a gente ajudava muitos parlamentares a formular requerimento, aí então a gente trazia essas principais referências na produção de dados, né, que era principalmente o IPEA, né, que trazia, que era o professor que é do Rio de Janeiro... Daniel Serqueira né, que ele é especialista no assunto, né, pelo IPEA, mas é do Rio de Janeiro, então ele sempre produzia isso junto do Atlas e tal, mas sempre fez vários estudos sobre essa questão.

Então, assim, a gente trazia o IPEA, trazia, eh, o professor Julio Jacobo que eram as duas principais referências de dados, e que ele apresentava como que estava evoluindo e como que ia, tal, a forma como isso aparecia, enfim, como que isso deveria ser a agenda, eh, política e da política pública com maior prioridade, né.

Entrevistadora: Essa pauta violência surge com mais força no governo Dilma? Se bem que coincide quando você entra, mas pelo histórico da SEPPIR, né, você acha que, desde 2003 era uma pauta forte ou passa a se constituir uma agenda depois da constitucionalidade das cotas, e aí passa a ser a principal bandeira dentro da SEPPIR, pensado a SEPPIR né?

Arthur: Então, esse assunto ele surgia, de vez em quando ele surgia, mas... não lembro bem ao certo, mas já s discursos do Abdias do Nascimento, quando ainda no Senado, isso já aparecia com muita força, com muita força, né...

Entrevistadora: É, a gente está falando os anos 90 né, 80, 90.

Arthur: Exato. 80, 90, que vem, mas o Abdias já pautava isso...

Entrevistadora: Não, eu li o Genocídio do Negro Brasileiro, é um livro dos anos 70, ele está no exterior, assim, né. Então é uma pauta que, evidentemente, o movimento negro sempre denunciou. Mas nessa perspectiva parlamentar é uma coisa muito recente na nossa história, né, de pensar políticas públicas no combate à morte desses jovens?

Arthur: É, acho que sim. Nessa, numa coisa mais institucionalizada, quando teve agora... porque teve várias iniciativas nesse aspecto e aí eu destaco duas que têm bastante divergência, mas que no âmbito do legislativo você teve duas CPI's em que investiram... eh, e aí vamos, assim, ser um pouco mais pragmáticos, mas assim teve o investimento concreto, eh, gasto para a realização dessas duas CPI's, eu não sei dizer ao certo, mas eu chutaria em torno de 800 mil reais, teria que ver isso, entre 800 e 1 milhão de reais.

Entrevistadora: Para fazer as duas CPI's, a CPI da Câmara e a CPI do Senado...

Arthur: Eu acho que valeria a pena ver isso, quer dizer, o quanto que teve de investimento. O que é que teve, seja as audiências dos estados...

Entrevistadora: Sim, eles receberam mães que foram participar das audiências públicas, foram ouvidas pelos senadores [Exato] Eu percebi que, realmente, teve uma logística muito grande. Eles também viajaram pelo Brasil inteiro...

Arthur: Exatamente. Então essas... as consultorias, quer dizer, você teve pessoas dedicadas exclusivamente para isso, embora com os consultores da Câmara e do Senado com a limitação de entender, né, o que que era isso que ele... como é que eu acho que ficou tão assustado com os dados de, eh, raça e gênero ainda mais, né, raça, gênero e a questão social e educacional, aí embaralha tudo. Mas, enfim, você teve um investimento alto do legislativo que aí esses foram... nesse sentido, acho que a única vez que teve esse esforço, esse investimento, para você dar um envolvimento do legislativo e dar um âmbito federal para essa pauta, e aí acho que sim...

Entrevistadora: Não, porque, não sei o senhor concorda comigo, mas o diagnóstico, e eu tenho trabalhado com o tema, desde o final dos anos 70, a partir do Mapa da Violência que não era nem institucionalizado pelo governo, já denunciava que o jovem negro era mais exposto à violência. Então o diagnóstico a gente já tem, pelo menos com dados empíricos, a mais de 30 quase 40 anos [Exatamente] Agora, na perspectiva de pensar políticas públicas, a gente começa realmente agora na década de 10 aqui dos anos 2010.

Arthur: Exato, exato. Eu acho que é isso, você conseguiu sistematizar bem. Porque quando, então, você tem as duas CPI's e começa...

Entrevistadora: As CPI's são recentes... A CPI agora é de 2014 – 2014, 2015 – e o Juventude Viva começa em 2012. Ele é lançado em 2012 no estado de Alagoas como forma de combater o estado que mais mata o jovem negro, né. Então, como que foi essa construção?

Arthur: Então, aí eu vou ficar te devendo essa parte (risos), porque... eu acompanhei mais a partir do momento quando tem essa interface do Legislativo com o Executivo, entendeu, essa que é minha contribuição mais... Eu acompanhei mais de perto isso, né, porque quando 2012 começa, aí se tem uma queixa muito forte. Então você – 12, 13, 14, né, vamos dizer – e aí você começa “ah, não está dando resultado”... O Juventude Viva ele começa a usar, ele começa a ir para o parlamento, numa voz de discordância da eficiência do Juventude Viva, né. Porque, assim, meio que você tem dois anos ou você vai lá para Alagoas, “o que que é isso? O que que é o Juventude Viva?”. Esse é o questionamento que então vai para o Juventude Viva... vai para o parlamento. E os deputados começam a questionar: o diagnóstico ok, nós temos o diagnóstico ele é inquestionável, que, assim, tem que ser feita alguma coisa, a juventude negra está morrendo, e aí o debate se tem genocídio ou extermínio, quer dizer, esse é um debate que ele vai [permear, né, todas essas discussões] toda a discussão e tal, mas ele chega lá em 2014... porque dizendo “qual é o resultado prático do Juventude Viva?”. Um segundo passo é “não, eu independente do resultado, o deputado ele quer o Juventude Viva no seu município”, mas eles começam a constatar que é só, além da narrativa da denúncia, o que que isso vai interferir nos índices de homicídio lá naquelas regiões. Lá em Arapiraca foi, de fato, mudou alguma coisa depois que o Juventude Viva chegou lá, de diminuição do número de mortes de jovens... houve alguma coisa nessa escalada dos dados e tal. Esse é o grande...

Entrevistadora: 2014, então, ele já começa a cobrar prestação de contas?

Arthur: Exatamente, 2014 começa a prestação de contas e aí entra a questão, né, por que que se gasta tanto na propaganda do Juventude Viva? E aí começa, a prestação de contas, óbvio, você tem que passar por duas coisas que são essenciais, né. Primeiro é porquê se gasta tanto em propaganda do Juventude Viva? E depois, por que se gasta esse acordo que se tem com a Fiocruz, que não sei se você já viu e tal que eram os articuladores, acho que tinham os articuladores do Juventude Viva... se fez um convênio, então, com as secretarias da Fundação Fiocruz, eh, para implementar o Juventude Viva nos municípios. Então essas duas questões elas passam-se muito forte, quer dizer, dessa relação da Fiocruz, da relação com o governo, o que que isso muda realmente lá no impacto e o que isso é para além da narrativa do Juventude Viva que é só o diagnóstico que todo mundo já sabe, quer dizer...

Entrevistadora: Agora, o Juventude Viva foi estruturado como a união de vários ministérios, dos ministérios colocarem a disposição serviços, né, ou projetos que eles já tinham lá dentro em territórios de vulnerabilidade social. É isso, a grosso modo é isso né? [É isso] Então você tinha lá o Ministério do Esporte que trabalhava nessa perspectiva de promover atividades de esporte, você tinha Ministério da Justiça, você tinha Ministério da Educação, Ministério da Saúde, então você tinha vários ministérios que já têm projetos em determinadas áreas que iam ser colocados em espaços de vulnerabilidade social e começou em estados com os maiores índices de morte dos jovens negros. Foi possível, porque dois anos é muito pouco tempo pensando em políticas públicas [Exato], foi possível chegar a algum resultado?

Arthur: Não, então, não é possível, até porque dois anos é o tempo de maturar... o processo em fase ainda de elaboração, poderíamos dizer né... Eh, e para além disso, teve o problema da falta, eh, de poder mesmo – e aí esse era uma coisa que o parlamento ele começou a ajudar, os parlamentares começaram a ajudar no seguinte sentido: o ministério tem uma política, vamos supor, o projeto Segundo Tempo, né, vamos supor, o projeto Segundo Tempo

de inserção do jovem com o esporte, que dá uma bolsa, que faz não sei o que lá... e tem de Ministério da Cultura de fazer DJ's ali... de ensino de DJ's, por exemplo. Esse tipo de projetos eles eram ofertados no centro da cidade, mas o problema que estava se vendo era em Arapiraca, sei lá, em determinado local que era uma periferia nesse local de vulnerabilidade, então precisaria deslocar esses instrumentos daqui para cá, que é onde realmente a bala está comendo. O ministério ele não dava muita bola para... “não”... para a SEPPIR, né, que é essas queixas que a gente recebia. Não dava muita queixa para a SEPPIR porque essa questão de raça e tal atende todo mundo lá que é pobre mesmo e todo mundo lá é atendido, então nós não vamos mudar...

Entrevistadora: Trabalhava numa perspectiva de política universalista.

Arthur: De política universalista, quer dizer, nós não vamos mudar os nossos instrumentos para esse local por uma série de razões. E aí eu acho que entra o outro jogo que não... né, é a relação do prefeito com o parlamentar tal, com a comunidade tal, que não sei o quê e que aquela comunidade ali está sendo atendida por aquele instrumento, não necessariamente como nosso diagnóstico que dizia: essas regiões aqui georreferenciadas – que eu acho que o Juventude Viva dá essa grande contribuição – esses municípios aqui precisam de ter um certo tipo de atenção melhor. Então, às vezes... e aí se tinha a relação entre os ministérios que eu acho que, né, talvez, o Filipe, o Paulo Vitor, vai te dizer melhor, que é dizer como é que era essa relação entre os ministérios. Quando as coisas não andavam, e aí o parlamentar ele entrava num circuito muito forte nisso, por exemplo, o Paulão – que é um deputado que eu acho que vale a pena, que é lá de Alagoas né e tal – ele entrava no circuito, ele ia lá, assim, ia no ministério, nos outros ministérios, para tentar ajudar no diálogo na relação institucional entre os vários órgãos para que o Juventude Viva tivesse uma voz de peso nas decisões ali naquela determinada política e tal e fosse realmente georeferenciado como eles estavam definindo. Então, tinha esse jogo da disputa, né, SEPPIR, a CNJ, com os ministérios, para ver onde que direciona, quem que é o protagonista da pauta, quem que é o protagonista dessa agenda, como que a gente faz para reunir todas essas políticas em um local e que realmente possa atender aquelas comunidade ali e tal. Então tinha esse jogo aí, que eu acho que o seu trabalho vai ajudar a gente a entender né (risos). Mas era muito patente, né, a gente não conseguia, eh, saber bem qual era o jogo de força que estava ali, assim, então esse era o grande desafio, como é que faz para articular essas outras políticas públicas para ir para aquele local e para atender essa juventude negra como prioritária.

Entrevistadora: Chegou a ir, Arthur?

Arthur: Não sei te dizer bem, mas isso era muito recorrente. Era muito recorrente, assim sabe, de...

Entrevistadora: Chegou a algum espaço de você trabalhar o Juventude Viva nessa perspectiva que ele foi desenhado...

Arthur: Exato, eu acho que... aqueles três bairros, que eu acho que Arapiraca, não sei o quê e... esses três, eu acho que eles tiveram um trabalho mais incisivo, né. Primeiro que você tinha o Paulão, que é deputado do estado, e que ele entendeu, ele conseguiu entender, a missão do Juventude Viva, ele conseguia mobilizar as pessoas em torno dessa agenda, então teve muito empenho dele, sabe. E aí acho que, se teve um estado que eu acho que é como (que êxito) para ajudar a avaliar bem, acho que são esses municípios que pode saber se de fato aconteceu, é para além da narrativa e da denúncia e dizer que os dados ou da entrega, vamos dizer, né... A entrega do Juventude Viva ela não era só a questão do Mapa da Violência do Julio Jacobo, quer dizer,

e também não podia ser só a propaganda nos meios de comunicação “juventude negra está morrendo”, quer dizer, acho que...

Entrevistadora: Mas por que dizer... Você falou que os parlamentares, chegou um momento, começaram a reclamar de que era muita divulgação na mídia, era muita propaganda. Por quê? Eles estavam acompanhando, eles estavam vendo que nos resultados não estava conseguindo diminuir os índices... Baseados em que vinham essas falas, né, assim, da divulgação do Juventude Viva?

Arthur: Vinha por meio do movimento social, né, do movimento negro e as audiências públicas. Aí então você tinha a audiência pública...

Entrevistadora: Na realidade, então não era dos parlamentares, era da sociedade civil representada aí pelo movimento negro?

Arthur: Claro, exato. Aí vem a sociedade civil trazer em audiência pública e começa, então, a martelar nisso.

Entrevistadora: Que era mais propaganda do que efetivo.

Arthur: Do que efetivo, porque não está mudando os dados, não está mudando nada. Então esse discurso ele começa a pegar no âmbito do... no âmbito do Congresso. Quer dizer, realmente, que programa é esse, o que que ele faz, o que que definitivamente o que que ele é além do Juventude Viva? Então isso começa a ser consolidada no discurso... E o jogo, então, ele acaba sendo intensificado nessa disputa, né, quer dizer... Aí entra: ele é muito novo para ele dar resultado ainda; ele não é – e aí começa a se dizer – ele não é... o Juventude Viva não é para diminuir o número de mortes, ele é para sensibilizar os gestores, sensibilizar a agenda pública da problemática dos homicídios da juventude negra.

Entrevistadora: Ah, mas assim, quando ele foi desenhado ele foi desenhado para reduzir a morte desses jovens ou para sensibilizar os gestores públicos?

Arthur: É, (risos) eu acho que... Mas, assim, esse é o grande debate que se estabelece no âmbito do Congresso para responder.

Entrevistadora: Porque, assim, quando eu acompanho o Juventude Viva e eu escrevo um artigo até sobre isso, em 2013, a minha leitura era “ele vai ser um programa que vai contribuir para a redução da morte desses jovens”, entendeu, não nessa perspectiva de sensibilizar os gestores públicos. A minha leitura era que ele indo num espaço de vulnerabilidade social, dando oportunidades para um segmento que historicamente não teve oportunidade, vai ajudar na redução dessas mortes, né.

Arthur: É, eu acho que vale... O Filipe ele tem uma leitura, eu acho que ele tem uma resposta porque esse é o ponto central da questão, ele vai ajudar a gente a entender bastante coisa. Então eu acho que a resposta mais segura... eu acho que é bom o Filipe, como ele participou da formulação, etc. e tal e aí essa é uma questão. Porque a minha leitura, como eu acompanhei do lado de lá do Congresso, mesmo estando na SEPPIR, mas no Congresso, é o seguinte... o Juventude Viva ele foi planejado para uma coisa e estavam cobrando dele de outra coisa. Então a resposta é dizer é exatamente era nesse sentido que ele... Aí eu dizia “não, a juventude fase 2 aí nós vamos passar a responder isso que é mudar esses indicadores, aí nós vamos ajudar”... E aí realmente o Juventude fase 2 ele vai mudar os indicadores. O Juventude ele não é...

Entrevistadora: Para sensibilizar os gestores quanto à questão da prática do racismo.

Arthur: É, é a denuncia, é a gente dar mais relevância para os dados, é a gente criar essa narrativa e conseguir construir essa narrativa junto à sociedade da questão da violência. E

aí os parlamentares eles começam a ver o seguinte, quando... “Então tá bom, então já que é isso vamos estudar”...

Entrevistadora: Que tipo de parlamentar que a gente está falando, que até conversando com o Mário Deodoro, a gente tem vários parlamentares, tem vários parlamentares que estão ligados à bancada evangélica, bancada da bala, né, tem alguns que tem mais afinamento com essas pautas ligadas a direitos humanos. Então que tipo de parlamentar... Porque, assim, o meu trabalho eu também estou me deparando com a questão da segurança pública, né, então você tem vários deputados ligados à chamada bancada da bala que é contra essas políticas, por exemplo, de, eh, não ter mais autos de resistência por exemplo, né... Trabalhar nessa perspectiva de Juventude Viva para eles muitos deles não tem esse entendimento que esse jovem vai para a delinquência por falta de oportunidade, devido à vulnerabilidade social. A leitura é que é bandido [Sim], e se é bandido, tem que ser morto. Então que tipo de parlamentar que você trabalhava?

Arthur: Perfeito. Não, assim, esses parlamentares de esquerda, pode-se dizer. Aí tem PT, PCdoB, PSOL e um ou outro que mesmo no partido de centro ele ainda...

Entrevistadora: Tem então alguns do PMDB...

Arthur: Exato, raro, assim, alguém da Rede, você tinha do PSB, né, dos partidos centrais um ou outro que tinha ainda alguma... que acompanhava essa pauta, mas se tinha.

Entrevistadora: Você tem uma dimensão de, mais ou menos, quantos deputados daria isso?

Arthur: Acho que chega a uns 20, entre uns 20 parlamentares.

Entrevistadora: Isso é muito pouco, né?

Arthur: Muito pouco, é muito pouco. Entre 20 e 30...

Entrevistadora: A gente tem 546 deputados, é isso?

Arthur: 513.

Entrevistadora: 513. De 20 a...

Arthur: 20 a 30 no máximo. O máximo, máximo. Dependendo da situação em que você pega uma... fica muito, eh, feio se ele não aparecer na agenda, então ele vai e aparece, né. Disso de deputados. De Senado, aí de 81 vamos cair para uns seis, mais ou menos, que tem [Dá até para falar os nomes, né] Exato, é Lídice, entendeu, é Pain, é Lindbergh, é um ou outro assim que 6 a 8, no máximo, que tem, digo, comprometimento. É o que você vai chegar lá, vai perguntar e ele vai saber que você está falando, ele sabe o que que é... e tal, ele vai conseguir interagir contigo e sabe... a importância dessa pauta. Quer dizer, ainda assim esses eles...

Entrevistadora: Aqui do DF, por exemplo, aqui no entorno tem um índice muito grande. Qual deputado que tinha um engajamento com essa pauta?

Arthur: Não, é só a Erica né, só salva só a Erica, o resto nem aparecia.

Entrevistadora: Mesmo o DF tendo um dos maiores... o DF entre uns 10 primeiros?

Arthur: Exatamente. Mesmo tendo...

Entrevistadora: Santa Maria, Brazlândia, todo esse entorno com um alto índice de morte de jovens negros.

Arthur: É. Do Goiás, que aí você podia pegar o entorno aqui e tal, que toda essa região, nenhum lá de Goiás comparecia, acompanhava, eh, tratava dessa pauta e tal. Você tem o Lincoln, o deputado Lincoln, que ele, na verdade, ele fazia um desserviço, né, ele até negava que ele era da bancada de policiais e aí ele acabava, eh, refutando tudo aquilo que a gente dizia, né, “não, morre é porque é bandido mesmo, é briga entre bandidos e tal, não tem... e se morrer é porque alguma coisa estão devendo”. Não falava explicitamente assim, né, mas essa era...

Entrevistadora: A visão ideológica dele.

Arthur: A visão ideológica de que se morria é porque estava devendo, né, então era bandido... era bandido contra bandido, então essa era um pouco da visão. Então esse era o Senado. Então esse tipo de deputado era o escracho assim, mas o movimento ia, pressionava e tal. Quando ele falava alguma coisa, era um pouco escrachado assim, o movimento que ia na audiência ele não tinha coragem de ir lá e falar esse tipo de coisa ou, quando falava, o movimento mesmo ia para cima e tal e denunciava e tal.

Entrevistadora: Você chegou a trabalhar nessa perspectiva, desde que você começou a trabalhar, né, no Legislativo dentro da SEPPIR com os autos de resistência... era uma pauta que você trabalhava? Como que é esse diálogo nesse avanço, porque chegou-se hoje a um projeto de lei, realmente né, para a polícia parar de usar os autos de resistência, você mesmo citou chacina, várias chacinas que, muitas vezes, usam o auto de resistência, né, para justificar aquela morte e depois a não investigação por parte do Ministério Público e do Judiciário. Como que foi esse trabalho, pensando os autos de resistência?

Arthur: Os autos de resistência, os conselhos... ele teve os conselhos – o Conselho Nacional da Juventude e o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – teve um papel fundamental na articulação dessa pauta, né, junto ao Congresso, porque se precisava, eh, trazer uma legislação em que realmente mudasse essa questão do auto de resistência e para isso...

Entrevistadora: Você citou dois atores que, no meu trabalho agora midiático, eu não estou vislumbrando na pauta jornalística. [Sério?] Que você fala do Conselho Nacional da Juventude e o Conselho Nacional da Igualdade Racial. Na imprensa, agora que eu estou pesquisando autos de resistência na Folha de S. Paulo, o organismo de direitos humanos que aparece é a Anistia Internacional.

Arthur: É mesmo? Nossa, gente. É, isso é uma... injustiça, né, com esses conselhos, porque eles foram, assim, eles foram na verdade protagonistas da pauta, né, de... nessas horas, até mais do que os próprios órgãos, muito mais do que os órgãos, porque tanto o SLJ quanto a SEPPIR, a gente sabia que tinha conflito dentro do Congresso por conta dessa pauta, a bancada da bala muito poderosa, e a gente – e também já com o governo Dilma muito frágil – assim, na verdade a gente não conseguiu fazer nada, né. A partir de janeiro de 2015, quando foi janeiro de 2015, né, que o Cunha tomou posse, já não foi. Mas antes, em 14 ainda, que o Henrique Alves também, que era o presidente da Câmara a época, ele... entendia a questão, achava que era importante fazer alguma coisa porque o número era alarmante e tal, e que precisava... votar a matéria. Então teve o Paulo Teixeira, que foi um dos..., o Ministério da Justiça que também acho que eles foram muito atuante, e aí acho que entra com a figura do Gabriel Sampaio e tal, o Ministério da Justiça com o Paulo Teixeira que era o relator e que, aliás, ele foi o autor, né, o Paulo Teixeira foi o autor junto com um grupo de parlamentares – e aí tem parlamentares da bancada da bala, que acho que passa o Eurico é um deles, dos coautores desse projeto de lei. Eles então começam a fazer essa agenda no Congresso. Os conselhos foram fundamentais porque eles iam lá, toda reunião de conselho, ou de um ou de outro, eles iam lá para o Congresso, conversavam com os líderes, conversavam nas comissões, pediam audiência com o presidente da Câmara, falavam que iam votar e tal, e sempre tentando, eh, construir uma narrativa dizendo que essa lei ia ser bom para os bons policiais, né. Eles já mudando “para o policial bom não tem nenhum problema, o problema vai ser para o policial mau que você também são... vocês não protegem esses policiais e etc. e tal”.

Entrevistadora: Que interessante ouvir essa narrativa, que é uma construção diferente do que a gente tem dentro dos movimentos sociais [Exato, e num âmbito...] e no fundo com o objetivo de persuasão.

Arthur: Exatamente. E no âmbito do Congresso era isso que dizia... que foi muito trabalho nesse sentido e tal, né, e usando outras legislações que a Polícia Federal acho que chegou a implementar... eh, teve algumas alterações, assim, que eu não lembro ao certo, que foram usadas bastante. Acho que o Ministério Público teve algumas recomendações à Polícia Federal e nos estados tinha um ou outro – acho que São Paulo também teve alguma iniciativa nesse sentido – de mudar o texto da redação do auto de resistência para um, eh, para trabalhar na redação. Então, os conselhos eles foram fundamentais, construíram isso, faziam as audiências públicas, conversavam com os líderes, conversava com presidentes. Nisso, conseguiam ser aprovados em todas as comissões.

Entrevistadora: Os direitos humanos também participavam, os conselhos de direitos humanos também?

Arthur: Hum, muito pouco. Muito pouco, assim, eu não lembro... CNJ e o (CNPIR) eles eram mais atuantes assim, muito atuantes. Direitos humanos eu confesso que eu não me recordo bem, assim, pelo menos nessa atividade. Então eles foram fundamentais para articular isso. Nas comissões passou, o problema foi no plenário. Chegou a entrar uma tentativa de votação no plenário, acho que umas duas vezes, mas eles fizeram uma alteração de texto que era muito... que, ainda em 2014, que era muito... descaracterizava completamente o auto de resistência, né, então eles não... E aí a gente achava que não era bom votar do jeito que está, que podia ficar ainda pior do que estava. Da redação que estava, da alteração que eles estavam votando no plenário, era pior do que estava atualmente, né. E aí a gente, não, então era melhor retirar e vamos então recompor as forças e tentar fazer...

Entrevistadora: Por isso que não foi aprovado naquele período?

Arthur: Por isso que não foi aprovado.

Entrevistadora: E vocês... Aí começou o segundo governo Dilma, e aí não teve mais cenário para avançar com essa pauta?

Arthur: Exatamente. Nessa época, a bancada da bala era muito poderosa, muito poderosa. Em 2015, já voltou ainda mais poderosa, muito mais articulada e toda e qualquer... As associações de polícias também, elas fizeram um trabalho muito forte contra, né, porque ela achava que isso era criminalizando a atividade da polícia. Então, nós enfrentamos ali as associações de polícia civil, militar de todo tipo, Polícia Federal e o escambau, de delegado e tudo, eh, os próprios parlamentares da bancada da bala que também tinha muita força, a ponto de dizer o seguinte “oh, esse tipo de coisa vocês não votam ou então nós vamos fazer uma greve das polícias em tal estado, assim e assado” e aí o governo... a essas alturas o governo, a gente, já estava muito frágil, não tinha poder nenhum de força, né, de fazer nenhum tipo de pressão junto à bancada da bala. Então, o assunto foi ficando... adormeceu, acabou morto na Câmara, mas teve um outro movimento que aí... não muito estardalhaço que, via Senado, essa matéria, não sei assim, ela foi aprovada no plenário também. O mesmo texto, a mesma redação, a mesma coisa.

Entrevistadora: No Senado não teve alteração?

Arthur: Não teve alteração. Então foi como um projeto inicial, foi para o Senado, e lá tramitou, e aí acho que não sei se o... Isso tem questão de duas semanas, acho, um mês no máximo, eh, e ela vinha tramitando bem antigamente, que a nossa articulação era “vamos para aprovar essa matéria na calada, sem fazer barulho, no Senado e aí quando ela voltar para a

Câmara ela já é pensado junto ao projeto da Câmara, na última fase do plenário”, e aí a gente já conseguiria uma matéria muito mais... enfim, aprovaria sem barulho, porque o nosso diagnóstico no final foi essa questão de estar fazendo muito barulho, dando muita repercussão para a matéria e com isso a gente conseguiria avançar nessa matéria (interrupção). Então teve uma movimentação no Senado da mesma matéria, foi aprovado no Senado, e na Câmara parou porque a bancada da bala não deixava avançar nada.

Entrevistadora: Entendi. Então vamos buscar agora essa aprovação no Senado para ver como é que estar sendo, né... Eh, eu tenho pesquisado os autos de resistência, né, que é um enquadramento administrativo dentro da polícia, e eu tenho visto ele numa perspectiva de como ele está entrando como (valor-notícia), né, que é meu campo de atuação, né, e uma das coisas que me chamou atenção, realmente, o que você falou foi... não aparecer, por exemplo, os dois conselhos, aparecer Anistia Internacional, então já tinha reparado isso; e tem me chamado também uma atuação muito mais forte da Secretaria de Direitos Humanos na época, né, que tinha status de ministério, né, com a, na época, ministra Maria do Rosário e eu não vejo uma presença tão forte do movimento negro e da SEPPIR nessa pauta. Mas você tem me dito que não, vocês realmente tiveram uma presença muito forte com essa pauta do auto de resistência, diferente da forma com que o jornalismo enquadrou, né, no caso?

Arthur: Eu cheguei a fazer um estudo, um artigo até, lá na... porque eu estava fazendo uma pós lá no (SEFOR) da Câmara, curso de formação da Câmara, e aí eu cheguei a escrever, era Participação Social e Poder Legislativo, e aí eu cheguei a escrever um artigo... ficou bem assim, bem textão, mas eu fiz sobre essa participação dos conselhos na questão... Não, não, eu fiz sobre a lei de cotas.

Entrevistadora: É, sobre os autos de resistência.

Arthur: É, não, foi autos de resistência. Mas nesse processo, eu lembro que eu tinha pego umas fotos e aí eu fiz um... várias fotos que têm esses momentos, né, do Conselho com – eu posso pesquisar ainda, que pode ser que eu tenha em algum lugar – mas eu tenho a reunião dos conselhos, várias reuniões, dos conselhos com as lideranças e com o presidente da Câmara sobre essa questão. No site da Câmara é bem provável de encontrar, porque aí eu acho que tem uma mídia mais... mais independente, que reporta mesmo, seja na agenda. Acho que, se você não achar lá no site da Câmara – é isso, acho que é melhor porque dá mais segurança na sua pesquisa –, no site da Câmara colocar Conselho Nacional da Juventude e aí você vai ver que várias notícias aparece a questão do auto de resistência e coloca SEPPIR também...

Entrevistadora: Legal, vou dar uma buscada sim, até para ver essa questão mesmo, né.

Arthur: Porque você tem Folha de S. Paulo, Estadão, etc. e tal talvez não deu tanta repercussão, mas nos leitos de notícia da Câmara vai aparecer, com certeza, bastante.

Entrevistadora: Você acha que a nossa mídia discute essa questão dessas ações, dos autos de resistência, pensando os delitos que os jovens cometem? Você mesmo falou que você entra no momento em que ocorriam várias chacinas e que a mídia pautava isso e que os deputados ficavam... em pavoroso, né. Para você, a forma com que a mídia brasileira trabalha isso é uma forma que atende isso que você viveu, dialogando junto com os parlamentares dentro da SEPPIR?

Arthur: Na verdade, acho que é extremamente negativo, sabe, a forma como a mídia pauta esses temas quando surgiram. Assim, ela surgia, mas a mídia mostrava mais como uma banalização, é essa a sensação que eu tenho, banalização do corpo negro que está ali, que não se tem tanta... uma cobertura mais fidedigna, né, é tratado mesmo como um marginal, né, como é esse senso comum. Porque eles constroem, né, eu acho que até a mídia é responsável de

construir essa... esse estereótipo, né, de que o corpo negro estendido no chão é de bandido... ele tem alguma coisa, ou ele está devendo e se ele morreu não é à toa. E isso...

Entrevistadora: Aí você destacou a questão da denúncia.

Arthur: Pois é ... aí eu estou sendo bem generoso, entende, assim, generoso no sentido... quando eu pego isso e quando eu quero convencer o parlamentar a ele entrara nessa pauta nossa, né.

Entrevistadora: Ah, é uma estratégia também de persuasão.

Arthur: Exato, é uma estratégia de persuasão para os deputados.

Entrevistadora: Vocês usavam a mídia para convencer o deputado?

Arthur: Para convencer o deputado, mas no fundo, quando a gente estava mesmo nos meandros, não era uma boa cobertura assim, sabe, se tinha...

Entrevistadora: Vocês usavam que tipo de referência para, pensando internamente, esses jornais policiais de tarde ou vocês costumavam até pegar os jornais, né, de cobertura clássica, né: Folha, O Globo, Estadão?

Arthur: É, então, na época ali, eu não lembro bem como isso... Primeiro, que eu acho que tinha... tinha o nosso (clipping), né, de notícias, né. Nosso (clipping) de notícias ele, não sei como ele era feito então, mas eu já recebi esse (clipping) de notícias com esse recorte já específico. Então isso ajudava a gente a pautar, né, isso ajudava a gente a pautar. (interrupção)

Entrevistadora: Eh, me fala, pensando essa questão da representação da mídia realmente, esse (clipping) , como que aparecia? Como que a pauta, né, da SEPIR aparecia nesse (clipping) de notícias?

Arthur: Então, a gente tinha... Eu acho que tinha algumas palavras-chaves que eu acho que aparecia lá na busca – não sei como é que funciona lá o pessoal da comunicação – mas tinha uma série de palavras-chaves, temas, que monitorava diariamente e tal. Então nisso, a questão... E aí estava, né, na nossa questão de chacina, de juventude, quer dizer, de população negra e tal, então isso sempre com as nossas palavras-chave – e aí eu acho que tinha um serviço ali acho que especializado em fazer bem o filtro – tinha uma boa repercussão nos blogs, saía bastante, né, você tinha... na mídia alternativa. Esses grandes jornalões assim, não era tão recorrente, saía mais da chacina mesmo, né, que aí não tinha como... aparecia e tal, mas a mídia alternativa ela é a que dava boa repercussão, né, então isso eu já estabelecia. Então eu pegava nisso, separava o que tinha nosso interesse especificamente e eu já circulava com os gabinetes, com os parlamentares, para eles acompanharem a pauta que estava rolando. Já era separado por região, já via que ele ali ele tinha...

Entrevistadora: Você fazia esse trabalho?

Arthur: Eu fazia esse trabalho. Checava o geral e “não, aqui eu tenho que...”

Entrevistadora: E aí você fazia o filtro do jornal por região e encaminhava para o gabinete do deputado?

Arthur: Exato. Então ali ele tem interesse nessa... Quando teve a questão a chacina do Corinthians, lá na sede do Corinthians, então a gente já tinha ali, então, tem deputado de São Paulo, ali tem pessoal do... que é mais vinculado à questão do futebol e tal. Então dali a gente falou assim “óh, vai ter tal atividade, teve tal repercussão, tem como a gente ajudar nessa discussão assim assado”, então com isso era um instrumento, sim, que nos ajudava a pautar essas ações, essas agendas na verdade, no parlamento, sabe.

Entrevistadora: Você lembra, por exemplo, de como foi a repercussão da chacina de Cabula e de Costa Bairros, porque você ainda estava dentro do governo, isso é 2015?

Arthur: Olha, do Cabula... Do Cabula foi uma que ofereceu muito assim, ele teve muita repercussão dentro do Congresso, tanto é que a gente teve algumas audiências públicas sobre isso e uma delas levou os familiares do Cabula que foi... que teve lá na audiência pública, eh, falando sobre isso; aí teve o pessoal do REAJA, o Amilton do REAJA, esteve lá também para discutir isso. Porque o Congresso ele acabou sendo um instrumento para questionar tanto o Ministério Público quanto a Polícia Civil à investigação do Cabula, porque não estava dando em nada, né, então ele acabou sendo... usando esse espaço.

Entrevistadora: E no final eles foram até absolvidos, né?

Arthur: Foram absolvidos.

Entrevistadora: Em julho de 2015, mas aí recorre. Acho que o Ministério Público Federal que recorre da decisão do Ministério Público estadual da Bahia.

Arthur: Exato. Então teve um jogo, que eu não me lembro bem assim, mas de utilizar os requerimentos ali da Câmara... Porque aí a CPI ele é obrigado a responder sob pena de cometer crime e tal de não responder os convites, não responder aos requerimentos, ele responder criminalmente por alguma omissão que ele possa ter. Então teve alguns pedidos de informações sobre a questão do Cabula, sobre o inquérito, sobre tal, e aí já deu uma certa pressão para encima dessa investigação. Então teve a repercussão mais com o pessoal ali da Bahia, assim com preocupação ali para apoiar, embora tinha uma preocupação de... que realmente o que que aconteceu ali? Porque teve uma onda de achar que era envolvido com o tráfico e que...

Entrevistadora: O mote é que, num primeiro momento, a polícia fez uma investigação, aquele grupo ia assaltar um banco, e aí para abortar o assalto ao banco eles matam os jovens. E aí, no primeiro momento, parece que não sei quantos jovens já tinham antecedentes criminais e no final só, dos 12, acho que 2 tinham antecedentes criminais.

Arthur: Pronto. E aí acho que esse foi um período que eles estavam ali, eu acho que isso “e aí... o que realmente aconteceu nisso tudo? Quem eram esses jovens?”, e aí começam a sair os laudos e aí tiro na nuca, né, e tal e aí de pouca distância...

Entrevistadora: Eu não sei, agora eu tenho dúvida, até eu teria que buscar na minha pesquisa, mas acho que no primeiro momento tentou-se colocar autos de resistência, para forjar até, mas aí depois eu não sei...

Arthur: É, eu sei que isso teve muita repercussão, né, eu acho que isso foi muito comovente, né. Foi um dos casos até que foi pedido a federalização, que eu acho que aí entrou o Ministério Público Federal porque não poderia... A gente pediu a federalização porque, como no estado estava tudo corrompido, a polícia e tal, nada passava, então “não, vamos federalizar”. Essa foi uma das teses aí, (por isso que eu lembrei). Então, vamos tentar federalizar a questão de Cabula, porque aí você dá uma investigação federal e você dá um outro peso na investigação e tal. E aí o parlamento, os parlamentares, eu digo, mais de esquerda estavam então no diálogo com o MPF, não só do Cabula mas alguns outros casos também de...

Entrevistadora: Você chegou a acompanhar um pouco de perto o Costa Bairros que já foi no final de 2015? Ele também já estava naquela discussão do impeachment da presidenta Dilma.

Arthur: Eh, não, do Costa Bairros essa eu não lembro dessa, acho que essa não chegou a entrar nos... Sei que teve 10 casos emblemáticos.

Entrevistadora: Você lembra, né, [Sim] que foi 5 jovens, 111 tiros.

Arthur: Exato, lembro sim, mas acho que esse não chegou porque talvez... foi no final de 2015, né? [Isso] É, então ali a gente já estava encerrando uma CPI e o do Senado estava

quase encerrando também a do Senado, mas meio que o escopo estava meio que definido. Porque, na real, a chacina, a gente tentou depois fazer uma CPMI só sobre chacinas, né, “não, vamos fazer uma sobre chacinas”, porque são muito recorrentes assim né, praticamente semanalmente se brincar tem uma chacina...

Entrevistadora: Arthur, por que isso? Eu estava nos Estados Unidos, acompanhei o Black Lives Matter lá, no período que eu estava morreu um jovem negro, até numa segunda de carnaval lá em New Orleans – eles comemoram – uma das coisas que o Mauro Porto, meu orientador lá, sempre falava é: “se a morte de um ou dois jovens negros ou Estados Unidos, cai secretário de segurança aí pelos Estados Unidos”. Por que os nossos jovens morrem 18, na época agosto de 2015, a chacina lá em Barueri/Osasco, 12 em Cabula, 5 em Costa Bairros, e não mexe com as estruturas?

Arthur: É muito difícil, né, gente. Eu confesso que eu, não tenho resposta, assim, não tenho para além da resposta do racismo institucional, desse nosso processo histórico né que não foi resolvido, acho que é o extermínio mesmo que não é admitido mas dá.

Entrevistadora: Você acredita nisso, nesse extermínio?

Arthur: Racismo, extermínio da juventude negra, né. Eh, acho que a naturalização dessa violência, né, não tem... Esse estereótipo de que o corpo caído no chão, negro, é porque bebe, é porque é bandido, é porque teve... é porque tem culpa no cartório. E eu acho que realmente...

Entrevistadora: Então a única explicação que você coloca é o racismo institucional?

Arthur: É o racismo institucional, né, assim, não tem... Porque, veja, quando o Estado quer resolver ele resolve, veja o caso da dengue, né, do mosquito Chikungunya. Então gente, isso virou uma questão

Entrevistadora: E foi 2015, né? 14, 15, final da Copa do Mundo, 2015 ficou mais forte.

Arthur: Exato... Veja como o Estado agiu na questão do Chikungunya, ele resolveu rapidamente. Bem que bocou o exército, colocou no orçamento, colocou na mídia, foi, fazia as campanhas, mobilizava todo mundo, foi e resolveu. Isso em pouco tempo, né, quer dizer...

Entrevistadora: É, porque no ano passado já não teve isso, a polêmica foi em 2015.

Arthur: Exatamente, mas em pouco tempo, em questão de meses, 3, 4 meses o Estado entrou e resolveu a questão. E aí, o que a gente... Eu acho que isso ia mudar se, por exemplo a questão da impunidade parasse, assim, se nós parássemos com a impunidade, se não fosse banalizada, naturalizada. Olha o seguinte, o que nós pactuamos lá nessas duas CPI's, vamos pegar aqui 10 casos emblemáticos e vamos responsabilizar e vamos apurar até o final. Aí era o caso doo Amarildo, Cabula, não sei o quê, não sei o quê... Esses casos aqui vamos resolver, porque... tudo bem, não dá para 50.000 mortes investigar todas porque a questão é a impunidade, não se investiga nada. Na minha concepção se tem o extermínio e a impunidade, porque se você nunca investiga é mais fácil, uma das conclusões a que nós chegamos é o seguinte: é mais vantajoso matar do que roubar. Se você matar, você não vai ser investigado e não vai ser punido, se você roubar, não... a polícia vai investigar, vai encontrar e você vai ser preso. Então...

Entrevistadora: Você concorda com o Gabriel? O Gabriel eu perguntei isso, o jovem negro está mais suscetível a ser agente e vítima dessa mesma violência. Ele falou vítima por conta do dado do Mapa da Violência dá até para testar, mas a gente não dá nem para saber porque 8% só dos casos de homicídio conseguem investigar nesse país, não tem investigação. Você acha que você concorda com ele, você acha que não dá para falar que o jovem negro é agente da violência?

Arthur: Exatamente, não dá para se dizer isso porque não se investiga nada, tudo é arquivado e tal. Teve aquele documentário do, que nós chegamos a comentar, gente, a conversar com o Caco Barcelos que é do Profissão Repórter, só sobre a questão do homicídio. Você chegou a ver esse programa?

Entrevistadora: Eu vi, eu vi o ano passado. Saiu agosto do ano passado, foi bem interessante.

Arthur: Ele foi fantástico. Fantástico, porque, assim, mostra o descaso que tem, eh, do sistema...

Entrevistadora: Ele chegou a ir na Bahia entrevistar várias pessoas que tinham sido assassinadas acho que em 2014 e que o Ministério Público não fez a investigação.

Arthur: Exato. Quer dizer, na delegacia mesmo é arquivado na delegacia

Entrevistadora: É arquivado na delegacia, é verdade, aquele programa fala isso.

Arthur: Então eu acho que... essa grande questão é o Estado brasileiro, né, o racismo institucional e eu acho que o extermínio da juventude negra pelo Estado, sim, é com a intenção de matar. E aí eu acho que tem que formular um pouco melhor isso, né, porque conceitualmente tem uma diferença, diz que não, no caso lá dos judeus né.

Entrevistadora: Porque os relatórios finais dos dois lugares acabaram usando o extermínio da juventude negra, tanto o da Câmara quanto o do Senado.

Arthur: Na verdade, não, estou confundindo, é o genocídio na verdade. O genocídio...

Entrevistadora: É, o genocídio tem essa polêmica.

Arthur: Exato, de ser... e tal. Mas sabe, no final, o... teve uma operação ali ainda, uma preocupação, do governo, tipo o governo “ah não, gente, não pode colocar”.

Entrevistadora: Quem usa genocídio é o movimento negro?

Arthur: Exatamente, o movimento negro. Extermínio é o governo, entendeu. E aí, eu ia dizer o seguinte...

Entrevistadora: E os documentos oficiais, tanto da SEPPPIR quanto da Câmara e do Senado, sai como extermínio?

Arthur: Sai como extermínio, né. Agora, teve uma preocupação aí, qual era nossa jogada ali, e aí a gente matava mais como militante do que como governo: não, vamos colocar genocídio para o Estado ser responsabilizado nas cortes internacionais.

Entrevistadora: Então a SEPPPIR colocava genocídio?

Arthur: Exatamente, a gente tentava [colocar genocídio]. Óbvio que a gente não podia admitir isso, né, porque a SEPPPIR é Estado também, né, então ela... Isso coloca então, e aí você tinha quem acompanhava o governo assim – vou falar o governo alto e tal, da cúpula e tal – então “não pode, que vocês vão ferrar com a gente né”, então quer dizer, vai ferrar o Estado brasileiro, não é nem o governo, vai ferrar é o Estado brasileiro se admitir isso. Então por isso que não pode colocar. Nós fizemos essa articulação meio que junto com os movimentos: “olha, vocês têm que insistir nisso aí, tenta bater nisso, vamos ver se cola, mas a SEPPPIR não pode institucionalmente admitir isso porque e tal”. Mas, no fundo, a gente queria fazer essa jogada, entende: não, é o genocídio e aí a gente leva para as cortes internacionais, é só assim que a gente vai resolver o problema né.

Entrevistadora: Esse jovem não importa para o Estado brasileiro?

Arthur: Pois é, não né. Pelo que está colocado pelos dados aí, que eles só aumentam né, como a boca do jacaré né... quer dizer, enquanto do negro vai aumentando subindo mais, a do branco vai diminuindo, né. Os dados revelam que não, não importa para o Estado, né, ele pode sim ficar do jeito que... morrer, ser morto do jeito que estão sendo aí e não é feito nenhum

tipo de... nem investigação, nem apuração. Se eu tirar esse jovem e deixar ele, porque o Juventude Viva eu acho que ele tem esse propósito “não, vamos tirar esse jovem daqui dessa região, vamos dar ocupação para ele, vamos dar educação, porque do jeito que esse jovem está morrendo ele não tem educação mesmo, e vamos tirar desse risco de vulnerabilidade” é uma coisa. Outra coisa é “vamos apurar essas 50 mil mortes”, é outra coisa. Nem uma das duas é feita, né, a coisa vai acontecendo. Agora a minha esperança é uma denúncia internacional o Brasil ser condenado internacionalmente por algum...

Entrevistadora: Chegou a fazer alguma denúncia a SEPPIR?

Arthur: Não, porque a SEPPIR não pode fazer, né, o Legislativo poderia fazer. Aí a articulação ali a gente estava sem dar as caras, mas fazendo com que o parlamento levasse a essa denúncia e o parlamento, o deputado, poderia fazer a denúncia internacionalmente.

Entrevistadora: Entrevistando o Mário, o Mário falou assim, que agora a ideia era isso: pegar o relatório do Senado e andar o Brasil afora e o mundo, fazer denúncias nas cortes internacionais.

Arthur: Exato. Então acho que foi feito... a Câmara entrou nesse movimento de levar isso para as cortes. Então isso, de alguma forma, era um pouco da estratégia, né, porque você estava um pouco mais sistematizado (interrupção da entrevista). Então é o que poderia ajudar. Então os relatórios, a participação do Legislativo, ajudou a documentar muito isso, o que ajuda na denúncia internacional. O REAJA acho que chegou a fazer especificamente sobre o caso de Cabula e tal, foi para a corte internacional, mas acho que ainda não tem nenhum veredito.

Entrevistadora: Você chegou a trabalhar com a redução da maioria penal?

Arthur: Ah sim, trabalhamos bastante também, né.

Entrevistadora: Também, junto com os parlamentares?

Arthur: Junto com os parlamentares.

Entrevistadora: E 2015 teve aquela... de novo reacendeu a polêmica...

Arthur: Exatamente. Então ali nós fizemos e tal... Mas aí foi ruim, sabe, essa atuação do governo foi muito ruim, aí sim direitos humanos participou muito bem, porque... Aí já não tinha mais governo, né, a gente realmente já estava rifado, não tinha força para nada. O máximo... Porque entrou naquela história de alterar o ECA para ficar 10 anos, de internação com 10 anos, quer dizer, para crimes hediondos... 12 para 10 para crimes hediondos e tal. A SEPPIR ela não tinha força, ela era muito... falava, mas era pauta dos direitos humanos e que a questão da raça “ah, são uns meninos negros mesmo, mas na verdade aqui é outro debate que a gente quer fazer” e quem foi o protagonista da pauta aí sim foi Conselho de Direitos Humanos, eles tocaram essa agenda e tentaram fazer essa divulgação. Foi, ainda na Câmara né, teve a derrota do plenário que foi a única derrota do Cunha, que foi lá mas foi derrotado, e ainda assim ele fez uma emenda alterando tudo e votando mais uma vez para conseguir fazer o que ele queria, né. E no Senado que aí foi trágico, quando chegou no Senado realmente a gente já tinha que se retirar da pauta, né, de que era na verdade um retrocesso. Se vocês vão alterar o ECA para ficar 10 anos lá em crimes hediondos e se ele quiser saber aqui o que que é o tráfico de drogas, nesse aspecto Luíza Bairros ela foi fundamental, não tinha outra como Luísa, né. Tanto a questão do auto de resistência quanto a questão da maioria penal, e aí quando ela via assim “olha gente, isso aqui é melhor vamos se retirar disso porque não vai ter minha digital num negócio desse que ele é pior do que já está”. No auto de resistência em que ele descaracteriza, você tira tanta coisa do nosso projeto original e que ele fica todo descaracterizado e de um projeto desse aí de redução da maioria penal que se quer trabalhar com crimes hediondos, deixar 10 anos para esses meninos aí, então nós realmente não vamos ser quadjuvantes. Vamos

lá e tal, mas não é para dar tanto as caras, porque esse Estado e esse governo que está preocupado em sofrer derrota de agradar bancada da bala ou seja lá quem, nós já estamos do outro lado. Então a gente vai ter que...

Entrevistadora: Então a Luísa tinha essa visão. Quando tinham que ceder muito nessas pautas ligadas à negritude, ela falava “não, não vamos então intervir, não vamos participar porque se a gente mexer vai ficar para a gente”?

Arthur: Exatamente. Então são ações muito emblemáticas assim dela, que ela participou, atuou, era muita preocupação e tal... Mas ela chegou a um ponto que ela falou “gente, vamos tirar nosso time de campo aos pouquinhos e deixa aí o povo tocar que... direitos humanos, essa coisa aí que... mais universalista e tal e que nem sempre vai atender o que a gente está...”

Entrevistadora: Tinha esses debates entre a SEPPIR e direitos humanos das políticas redistributivas específicas e as políticas universais?

Arthur: Claro, claro. Teve com a juventude também era outra coisa, né. Ainda na época da aprovação do Estatuto da Juventude que foi outra coisa, que isso permeia tudo, você vê como tudo está muito entrelaçado né. E aí essa questão “não, a juventude... contempla a juventude porque a juventude de tabela... juventude negra... direitos humanos só contempla e agrada todo mundo”. Então você tinha, era óbvio, por questão muito mais interna, mas isso ela evidenciava quando se tinham as pautas como essa por exemplo, quer dizer, quem é o protagonista da pauta e como é que nós vamos articular isso conjuntamente, né. Então, a nosso ver, essa questão ela tinha que estar no nosso... na linha de frente a questão do racismo e do processo histórico do Brasil que está hoje ainda no encarceramento em massa da nossa população negra, né.

Entrevistadora: Se 20 a 30 deputados trabalhavam na perspectiva de direitos humanos, quantos que trabalhavam com a questão racial?

Arthur: Não, não. Isso eu digo 20 a 30 da questão racial.

Entrevistadora: Ah, questão racial mesmo?

Arthur: É, questão racial.

Entrevistadora: Ah tá, então até é relativo... É, assim, não é tão grande perto dos 513, mas 20 a 30 é interessante.

Arthur: Direitos humanos é bem mais ampla assim... porque tem a questão do menor, né, que também já atua, as mulheres e tal, então acaba sendo uma [você tem outras pautas que abrange mais, né]

Entrevistadora: Dentro, vocês discutiram as pautas da segurança pública? Com os parlamentares vocês trabalhavam nessa perspectiva?

Arthur: Sim, nós trabalhávamos, embora aí quem comandava mais era o Ministério da Justiça né, mas a gente chegou a participar, por exemplo, da reforma do Código de Processo Penal, do código penal, do próprio código penal quando tratava da lei, a reforma do código, teve dois grupos que foram criados, né, grupo interministerial. E na Câmara e no Senado teve... sempre tinha Câmara, sempre tinha grupo de atualização, então a gente era chamado para participar, mas aí essa fala não tinha tanto peso assim na hora da negociação, mas a gente queria atuar. De execução penal era uma outra forma que a gente sempre estava ali presente. Na formação dos policiais, a gente queria também discutir, por isso que tinha completamente a ver com o racismo institucional da polícia e isso da violência contra a população negra. Então a gente tentava entrar ali na brecha, de alguma forma tentar atuar na pauta assim e tal né. Então isso ajudava e não tinha muito peso nas decisões né. Então, na reforma do código penal mesmo – e que aí mexeu bastante nas nossas leis, nas leis anti-racistas – a gente ainda conseguiu ainda

ter um pouco de voz especificamente nesses artigos e tal, mas nas outras questões eles não... achavam que a gente não tinha muito a contribuir, né. Por exemplo, a desmilitarização da polícia, que é uma grande pauta né e Luíza, por exemplo, pedia para a gente investir muito nisso e tal, depois de décadas não decolou e a gente pouco participou né, assim, como voz mais ativa.

Entrevistadora: Não, e a desmilitarização impactaria diretamente no número de homicídios, né, dos jovens, porque uma polícia desarmada você diminui a morte por arma de fogo.

Arthur: Exato... E a questão própria do Estatuto do Desarmamento era outra coisa que a gente via também... Porque isso tudo interferia na nossa pauta, então a gente chegava “olha gente, queremos contribuir aqui mesmo com a nossa limitação, porque a gente sabe que às vezes não é...” para tentar ali abrir uma brecha para poder participar do debate, né, mas atuávamos mesmo que no final o resultado era pouco assim porque não tinha tanta força.

Entrevistadora: Você acha que alguém acaba ganhando com a segurança pública que a gente tem no Brasil, hoje pensando aumento do número de policiais, armas, construção de presídios?

Arthur: Francamente, eu acho que não, sabe, eu acho que realmente todo mundo perde, eu acho que ninguém ganha, sabe. Teve uma CPI sobre sistema carcerário, acho que é esse, sistema carcerário e que também acho que queria né... porque você tem um número de homicídios muito grande também dentro do sistema carcerário e tal, e tentamos acompanhar a CPI, mas quando a gente viu era para atender o capital só né e privatizar os presídios, de tudo, tudo da questão do desarmamento também, que acabou entrando lá também, que era poder comprar uma arma na padaria, isso é o que os caras queriam né – esses parlamentares aí de direita – e isso ficou muito nítido assim, sabe. Mesmo eles que, no capital direto, eles não têm a ganhar muito com essa questão. Na verdade, todo mundo perde, mas eles não têm a sensibilização, a compreensão, a questão aí muito forte do racismo, a questão muito forte né.

Entrevistadora: A gente está na reta final já Arthur, deixa eu te falar um negócio. Por mais que a gente tenha tido a criação da SEPIR em 2003, criação das cotas raciais, você teve políticas públicas pensando questões raciais, o nível de vitimização da juventude negra aumentou, a juventude negra continuou morrendo e morrendo muito, né. Então uma das hipóteses que eu estou vendo agora nas minhas análises é que uma redução da pobreza não impactou diretamente na redução da morte desses jovens negros. Como a gente explica isso?

Arthur: É muito triste né, muito triste, realmente é coisa que a Luíza... Lembro que a gente, depois da eleição, outubro, novembro, dezembro, [2014?] 2014 e a gente fala assim: “o que nós fizemos, né? Aí, o que nós fizemos de balaço, teve isso, teve aquilo, teve as duas leis principais, teve a questão da doméstica e tal”, mas, ela falou, “tem duas coisas que a gente está devendo e que eu realmente não sei como é que nós vamos resolver isso, que é a questão da juventude, esse índice de violência, que nós vamos ter que ter uma formulação muito mais refinada, vamos ter que chegar muito mais profundo para que a gente possa de alguma forma contribuir efetivamente para isso né; e para a questão da intolerância religiosa né, que é outra pauta também que realmente foi uma tragédia, está pior do que esses estados mais talibã, né, dos atentados que tem contra os templos e tal”... E aí acho que essa era uma coisa que já nos angustia e eu acho que é fantástico o seu trabalho porque ajuda a entender o que fazer numa situação como essa, para além do diagnóstico, para além da apuração, da investigação e tal, o que é possível fazer para parar esse índice de violência.

Entrevistadora: Você acredita que a mídia possa ser um campo que nos ajude a mudar essa realidade, pensando o jornalismo?

Arthur: Ah, eu acho que sim. Eu acho que a gente precisa... E o exemplo do Chikungunya né, eu acho que é um bom exemplo, a mídia pautou isso tanto, deixou aterrorizada as pessoas né.

Entrevistadora: Eu gosto muito do exemplo da, pensando a questão mesmo de mortes, a questão que a gente teve nos anos 2008, 2007, da lei do trânsito, da lei seca. A lei seca impactou drasticamente na morte do jovem branco, que também morre muito, a opinião pública encampou nisso porque a mídia também fez muita divulgação e a gente não consegue o mesmo impacto na morte dos jovens negros. Então, eu já fiz um artigo sobre isso assim, o Juventude Viva quando foi lançado não foi amplamente divulgado pelos meios de divulgação, né. Eu realmente via a divulgação na rodoviária, no ônibus, cheguei a ver no metrô, né, mas eu não via uma repercussão assim...

Arthur: Agora você veja, por exemplo, um programa desse do Profissão Repórter, né, agora com essa ampla divulgação do Atlas da Violência, né, que teve também e aí já com o diagnóstico que a gente já sabia, eu fico me perguntando o que isso muda lá na ponta. Eu não sei o que tem que fazer ainda, se tem que insistir mais, se tem que fazer disso um caso muito... eu não sei se isso não dá mídia também, né, porque também as pessoas será que quer ouvir falar de morte, se quer...

Entrevistadora: Eu tenho, as minhas análises têm colocado: a morte do jovem negro entra como valor-notícia na perspectiva da divulgação factual. O professor Júlio Jacobo divulga o mapa da violência, sai... vai sair na Folha, vai sair no Estadão, vai sair no Globo, vai sair em todos os jornais. O jornal nacional vai pautar, como saiu na semana passada pelo Instituto de Segurança Pública, o atlas da violência, o que vai pautar. O meu trabalho tem sido discutido assim, mas, além de divulgar, porque divulgar é muito factual, é debater. Por que a gente não chega na outra ponta? Que é o debate? Para além da divulgação, a gente não consegue o debate? Porque o debate gera mobilização. Mobilização a gente realmente consegue pressionar legislativo, pressionar o Estado, o executivo, para a gente pensar em políticas públicas, né? Porque quando a gente pensa em pautas de crime hediondo, pensa em várias pautas, geralmente teve uma mobilização social que fez com que o legislativo propusesse uma lei porque a população começou a reivindicar aquilo. A pauta da juventude negra, a gente não conseguiu chegar nessa mobilização, porque não consegue chegar nesse nível de debate.

Arthur: Sim, e você vê a lei Maria da Penha... O que é a Lei Maria da Penha? Que ela é um belo exemplo disso, da denúncia, da mobilização, do debate, da condenação do Estado na Corte Internacional, e é uma lei que pega e que vem com toda a força e que realmente revolucionou tudo assim...

Entrevistadora: E você vê que, mesmo com a maria da penha, você continua tendo violência contra a mulher. Então, assim, a questão da violência é muito sistêmica, não se resolve de uma forma muito simplista. Mas você, pelo menos, conseguiu criar uma lei, você tem grupos de mulheres, né, você tem, então, hoje toda uma cadeia de personalidades, personagens, Estado, vários campos da sociedade civil mobilizadas em prol disso... e ainda assim, é difícil, porque é extremamente cultural. Na questão do genocídio da juventude negra, a gente não chegou nem nesse nível ainda.

Arthur: Exato, não chegou ainda. A tentativa da CPI foi buscar o seguinte: oh nós vamos cobrar do judiciário, vamos cobrar do judiciário, porque é o seguinte você tem um responsável por isso, né, você tem 50 mil mortes e você não tem nem 5 mil inquéritos, gente,

de apuração disso... Então, vamos cobrar dos delegados, do Secretário de Segurança Pública, vamos cobrar do juiz federal, vamos cobrar dessas pessoas porque eles não estão fazendo nada. Mesmo assim, tem uma coisa que é até um descaso, quer dizer, não gera o senso de responsabilização dessas pessoas que devem pelo menos apurar. Então, é o seguinte, porque eu acho que a política pública é um nível até dois, assim. Vamos imaginar mais ou menos, estamos aqui na fase dois, para a gente criar uma política pública, para mim, isso já seria uma grande vitória.

Entrevistadora: Mas o Juventude Viva foi a tentativa de criar essa política pública. Eu tenho muito claro, não sei se você concorda com isso. O Juventude Viva foi realmente uma política pública pensada em que seja reduzir ou sensibilizar os gestores públicos, foi dessa perspectiva...

Arthur: Mas você veja como ela é pontual. Tanto é que você vê o tempo que ela demora... 2 anos... 4 anos.. né? Não sei hoje, hoje ela existe ainda? Não? Deve ter... deixou morte matada, deixou morrer por morte morrida... Retira todo mundo, tira o orçamento, que aí você não tem... como é que fica de orçamento pra isso né? De orçamento pro Juventude Viva, seja orçamento pra qualquer coisa, né? De carro, de uma estrutura minimamente, e tal. E eu acho que isso tinha que tá de baixo, numa situação dramatizada como essa, tinha que tá diretamente na sala do Presidente da República porque, aí sim, eu acho que as pessoas iam respeitar mais, ia ter um pouco mais de atenção com essas demandas que chegam. Oh isso tá vindo diretamente do gabinete presidencial, tiraria até mesmo desses órgãos que não têm prestígio, que não têm capacidade, que não têm força, que não têm cargo, que não têm orçamento, que não têm nada... a meu ver, essa foi uma grande limitação, acho de verdade... tem que botar lá, dentro... nos Estados, coloca na sala do governador. Isso é uma coisa do governador, o governador lá, não, isso aqui é meu. Então, quando chega lá o governador - estou pedindo pra resolver isso aí -, eu acho que teria outro nível de atenção ou de responsabilização, porque, da forma como tá, não ia render. E no judiciário, porque eu acho que aí é uma coisa, como é que a gente faz pro judiciário começar a ser responsabilizado ou dar algum tipo de consequência pra essas mortes? Em tese, seriam duas coisas simples, pra gente resolver o arame: no judiciário, a gente já sabe quem é o responsável, tem que cobrar dele porque investigou ou não investigou e no executivo, a política pública tem que ficar dentro, pela gravidade da situação, na sala do comandante máximo da estrutura de poder, e tal. Eu acho que só isso mudaria. É óbvio que, se a imprensa pauta, eu acho que ajuda a não deixar morrer, eu acho que deixa o assunto manter e gerar um capital político, um capital social em torno disso. Querendo ou não você tá resolvendo essa questão porque atinge a todo mundo, não é só a pessoa que morre, tem a família, quer dizer, tem uma cadeia que é afetada por isso tudo, por essa questão do genocídio.

Entrevistadora: Então, você acha que, nessa realidade, hoje, a gente podia continuar nessa linha de trabalhar com o judiciário, do judiciário investigar esses crimes, esses 50 mil crimes que não são investigados?

Arthur: É, eu acho que tem que pegar para investigar porque isso é uma forma de...

Entrevistadora: Que é a questão da impunidade.

Arthur: É a impunidade, eu acho que essa é uma grande questão que tá rolando e que tem que buscar uma forma de chegar lá. Quer dizer, como é que a gente lida com as amarras da burocracia, do judiciário, e consegue cobrar, responsabilizar, enfim, e dar algum tipo de consequência, né? E no executivo, tem que ir no alto comando, ou seja, virar uma agenda de Estado, ser uma agenda prioritária, não uma agenda...

Entrevistadora: Mas como a gente faz isso, ser uma agenda de Estado, com um Estado racista?

Arthur: Pois é, difícil, né? Difícil, muito difícil. Eu acho que ainda a Dilma tinha uma sensibilidade pra essa pauta. Mas a galera que estava ali, os burocratas que estavam ao redor, eram uma galera que não tinha essa visão, achava que não, que o racismo era coisa da sua cabeça, na verdade. Na verdade, a gente precisa tratar o pobre, que não tem estudo...

Entrevistadora: E você está falando de um campo progressista, de esquerda, né?

Arthur: Isso, não... dentro do PT, do PCDB, entende? Dentro assim...

Entrevistadora: Não queria trabalhar com raça, continuava insistindo na questão de classe.

Arthur: Exatamente.

Entrevistadora: Não que a questão de classe esteja resolvida, mas não trabalhava nessa perspectiva da interseccionalidade.

Arthur: Exatamente, direitos humanos é a prova disso né? A esquerda não tem dúvida dos valores, da visão, estão junto, tamo junto, mas quando pauta a questão de raça, aí então... tá, gente, é o seguinte pois então vamos seguir aqui... Aí, opa! Né? Tanto é que, por exemplo, eu acho que houve até um debate que era... juventude negra nem coube nem no nome Juventude Viva, então, assim, não era, não coube no nome do programa, sabe? Tinha uma discussão nesse sentido...

Entrevistadora: Ah, eles queriam botar juventude negra e não colocou. Teve que colocar juventude só.

Arthur: Nós sabemos gente que são os negros que morrem e tal, “vocês concordam? Concordam. Então vamos botar Juventude Negra Viva, qual o problema? Não, não sei o quê”. Então, essas coisas que, às vezes, óbvio que se for para... isso é racismo institucional, você está aqui reproduzindo o mesmo racismo. Não vai admitir, vai achar que a gente está querendo dividir e tal. Então esses são os dilemas do racismo institucional, né, como é que a gente enfrenta isso, né, como é que se desconstrói isso e tal...

Entrevistadora: Esses embates que você devia ter eram cruéis, né? Eram tensos, né?

Arthur: Muito difícil, nossa.

Entrevistadora: Porque era com uma galera da direita, mas também com a galera progressista, que não entendia essa questão de raça.

Arthur: Exatamente. É isso que eu colocava: “olha gente, qual é o problema aqui, você não está vendo isso então”

Entrevistadora: Nossa, o Gilberto Freyre foi muito eficaz ao construir essa tese da democracia racial e como isso é introjetado no nosso imaginário realmente?

Arthur: É, é uma ideologia muito forte que a gente acaba sendo... pensa em alguns momentos que ela é indestrutível, né. Ela rapidamente se recompõe, se reconfigura, se redesenha. Nisso, as pessoas acreditam mesmo naquilo, “acho que você...”, o problema está todo com a gente que está dizendo isso.

Entrevistadora: O problema sempre está com a gente.

Arthur: É, né. Então acho que essa é uma questão muito triste, mas acho que tem sido sustentável, né. Quer dizer, acho que o país acho que vai chegar uma época que ele vai ter que parar para pensar. Veja agora com esse plano de segurança pública que teve aí, lançado agora nesse governo golpista, eles trazem a questão do novo pacto de segurança pública e aí fala que a prioridade vão ser as mulheres, os jovens e não sei o quê lá, quer dizer, mesmo depois que

mostra todos os dados que os negros estão morrendo e tal, falam que a prioridade vai ser a mulher, o jovem e não sei o quê lá. Para você ver que realmente não tem...

Entrevistadora: Recorte racial não entra.

Arthur: Não entra em hipótese alguma, quer dizer, aí teve aquele momento que foi o presidente do SFT, no tempo o Alexandre de Moraes e não sei quê, para falar do pacto, um pacto na verdade que é uma verdadeira reprodução do racismo institucional mesmo e que tem um projeto do extermínio mesmo da juventude negra em andamento...

Entrevistadora: Você considera que agora o nosso maior desafio então seria isso?

Arthur: Eu acho que sim.

Entrevistadora: Pensando o movimento negro, pensando-se uma Secretaria de Políticas da Igualdade Racial, a violência da juventude negra.

Arthur: Com certeza, acho que essa é a principal pauta, né. E a questão da intolerância religiosa, né, que também a gente não conseguiu avançar em nada, né, na verdade teve um retrocesso enorme assim, você tem as casas de Candomblé sendo atingidas, praticamente, diariamente, né, sendo massacradas. E a questão quilombola, então nem se fala né, que também é outra que está invisibilizada totalmente né. Quer dizer, nossa pauta é tão frágil, que ela andou mas ela andou muito pouco, né gente, você tem as duas leis... nem a SEPIR já, porque você vê que hoje ela, institucionalmente, é tão frágil né. Não teve um concurso público, não tem um orçamento, não tem nenhuma capilaridade, qualquer abalo numa república ela desaparece, né. Então eu diria que essas duas leis são as que hoje, nós vamos dizer, mais palpáveis, que de alguma forma está dando algum resultado, está impactando alguma coisa, mudando aí. Embora já mudaram, já colocaram agora as cotas para deficiente junto com as cotas raciais, né, na questão do ensino né. E de concurso público eu não sei, mas de ensino sim. Hoje já tem lá dentro das cotas, quer dizer, a gente já tem lá 20%, mas não é 20 porque a gente tira a de deficiente também, quer dizer, essa já sofreu o reverso nesse pouco tempo, um ano, que teve. Então, assim, realmente a gente está numa encruzilhada difícil, né, para chegar, né. Mas não pode perder a fé, né. (risos)

ENTREVISTA COM CLÁUDIA MACIEL

Entrevistadora: Então Claudia, você estava contando para mim essa história da sua vida e tudo – para mim a parte mais difícil vai ser entrevistar pessoas que tiveram entes queridos, deixo muito claro. Eu queria falar, me conta um pouco assim da sua trajetória, enquanto movimento social, para depois a gente falar efetivamente do Matheus.

Claudia: Então, essa preocupação, a gente que mora aqui no Guará e é preto, a gente fica meio se olhando aqui, né, porque, por exemplo, quando o nêgo chegou, a gente passeando na rua de mãos dadas é muito estranho para as pessoas (interrupção). Aí a gente passeia na rua é estranho para as pessoas. Eles olham para a gente assim meio...

Entrevistadora: Você cresceu aqui no Guará?

Claudia: Nasci e cresci nessa casa, nunca mudamos.

Entrevistadora: Então você cresceu nesse bairro de classe média?

Claudia: Exato.

Entrevistadora: E classe média branca?

Claudia: E classe média branca. Então aqui, na minha rua, só tem a nossa família e a família do Marquinho que é preta. Tinha também a tia Nivalda que ela também pegava garotos para criar, pessoas jovens, crianças, para criar. Então tinha também a dona Nivalda que foi embora logo, não ficou muito tempo aqui porque a condição financeira daqui começou, né, a crescer demais, para ela não dava ainda mais tendo um orfanato praticamente e a gente e a família do Marquinho. Ficou nossas duas famílias.

Entrevistadora: E você estudou em colégios de pessoas brancas?

Claudia: Adventista.

Entrevistadora: Teu colégio era particular.

Claudia: Particular, Adventista, também só era gente branca. Era raro. Assim, tinha, até nas minhas fotos de formatura você vê, só tinha dois pretinhos: eu e o Claudecir. O Claudecir ele era de bolsa, ele era sobrinho da moça que era servente. Então assim... e eu porque meu pai é bombeiro e a minha mãe é servidora pública.

Entrevistadora: Teus pais, o dois são servidores públicos.

Claudia: Exato. Então, para mim, não é que foi fácil. Ralava, porque o salário de bombeiro na época não era como é hoje e a minha mãe ganhava mais, mas, assim, tínhamos três e mais uma casa e a minha avó e o meu avô moravam aqui, já eram aposentados, meu avô era aposentado e minha avó não tinha aposentadoria. Então, a minha mãe também era lá e cá. Então, assim, toda essa estrutura que a gente... que eu tive foi disso, mas foi criado num bairro assim, classe média mesmo, né, que a gente tinha assim a oportunidade de ir um pouco mais além. Mas essa questão de ser preto a gente sentia muito, porque quando a gente saía para brincar na rua, que a gente chegava na rua, “ah, apagaram as luzes”. Era bem assim, chegamos, “apagaram as luzes”

Entrevistadora: Desde criança?

Claudia: Desde criança. Só que a gente, a minha irmã, você vê como ela é né, ela não deixa nada para amanhã, então assim ela enfiava a porrada na galera.

Entrevistadora: Você é a mais velha, mas...

Claudia: Ela que é a mais velha, ela é sete anos mais velha que eu. Ela que rebentava o povo e, tipo assim, quando a gente saía na rua era mais tranquilo. Agora o Marquinho, ah, o Marquinho eu via, porque ele não tinha o irmão mais velho para poder ir lá e contornar. Porque a minha irmã arrebatava os caras tudinho. Até hoje, tudo que tiver que cair no pau ela vai, faz

os caratês lá, as artes marcial dela todas, o que for para cima dela está enrolado. E aí era a mesma coisa quando era pequeno. Então, assim, as pessoas nos respeitavam pelo medo, não era porque respeitava a gente. Aí, partindo disso, fui para uma escola, fui para a escola Adventista. Aí minha irmã estudava lá também e foi expulsa. O Luisinho estudava lá também e foi expulso (risos). Aí depois eu fui para lá.

Entrevistadora: Eles são mais velhos e você é a mais nova?

Claudia: Sou a mais novos. Aí eles...

Entrevistadora: Eles não se adaptavam com a metodologia do Adventista?

Claudia: Na verdade, eles eram bagunceiros mesmo, né, não era do Adventista não (risos). Eles eram bagunceiros mesmo, porque depois a minha irmã foi para o Rogacionista, que é católico, foi expulsa. O Luisinho não chegou a ser expulso de lá, mas o Luisinho também aprontava muito, o Luisinho chegou a ser expulso de umas três escolas, ele era muito difícil. E aí eu fiquei aqui... eu, de nós três, acho que talvez por ser a mais nova, eu sempre fui muito criada muito no mundo da Alice mesmo, assim, né, tudo enfeitado, a minha irmã tinha todo o cuidado da minha mamadeira, de tudo, porque a minha mão trabalhava, meu pai trabalhava, eu ficava na minha avó – quando eu não estava na minha avó, eu estava na minha irmã. E ela por ser sete anos mais velha, ela se sempre deu conta disso tudo. E o Luizinho sempre meu parceirinho, porque ele é... Luizinho são três anos de diferença, então a gente tinha mais né.

Entrevistadora: Então a () cuidava de vocês dois, basicamente.

Claudia: Exatamente. Aí, beleza, nós () na adventista ficava observando.

Entrevistadora: Na adventista a questão racial também foi em pauta pra você?

Claudia: Foi. Foi não da, não da questão de dentro de sala assim, na minha sala. Eu só observava que não tinham pessoas como eu. Eu observava que minhas amigas tinham franja e eu não tinha, e eu queria ter, e aí eu cheguei pra minha mãe um belo dia e falei: “Mãe eu quero ter franja”. E aí a gente frequentava uma cabeleira, que era a dona Marina, que ela era, ela só fazia cabelo de preto, pente quente, aquele negocio todo que a gente passa, aquele negocio assim...

Entrevistadora: beibilis, que fazia.

Claudia: Exato. () bá bá bá e eu falei pra ela, minha mãe que queria fazer uma franja. E a minha mãe disse assim: “Deixa de ser ridícula, porque você não tem como ter franja minha filha, lembra!” Porque minha mãe era realista, assim, ela jogava limpo. “Minha filha deixa de ser ridícula, não dá, acabou.”

Entrevistadora: Mas na adventista você passou por racismo? Por exemplo...

Claudia: Passei. No futebol, eu jogava futebol e handebol, eu gostava muito de esporte, gostava muito de estudar também. Mas eu gostava muito de esporte, então eu era sempre o jogador preto, todas as vezes que a gente estava jogando, logo surgia o apelido do jogador preto, aí tinha que ser aquele jogador preto que tinha, por exemplo, o que me chamava era de Tonhão, pra me irritar, porque sabia que eu não gostava. E o Tonhão era terrível, era um negão feião, todo estranho, era o mais estranho que eles podiam botar, não que o preto fosse feio, mas assim, o mais fora do padrão na minha cabeça na época, era isso, que eles queriam me colocar. Então não necessariamente dentro da estrutura da escola, no sentido professores e etc, não, porque pra ser uma escola religiosa até, e eles... o adventista preza muito pela igualdade, tanto que você não pode usar brinco, você não se diferenciar pelo brinco, pelo meu brinco, pode ser de plástico e o dela de ouro, sendo assim ela já é melhor do que eu. Às cores dos tênis era igual, a meia era igual, o casaco era igual, tudo era igual o de todo mundo.

Entrevistadora: Lá não tem essa questão de classe.

Claudia: Exato.

Entrevista: Pautado entre vocês.

Claudia: Entre a gente. Teve um tempo que mexia até com cabelo. A gente tinha ir todo mundo de cabelo igual. Coisa assim que eu falava “Está exagerando.” Na minha formatura coloquei o brinco, pronto e acabou. E entramos na capela com brinco (), hoje eu entendo que não (devia ter feito isso)... E aí não tive. Aí fui para o Centrão. Por que que eu fui para o Centrão? Porque eu fui estudar na escola adventista do plano e eu vivendo nesse mundo de Alice, que eu... Me sentia diferente pela minha cor, eu não chegava/ porque eu queria fazer coisas que as minhas amigas brancas faziam e eu não podia.

Entrevistadora: Que tipo de coisa?

Claudia: Principalmente estética. Era o meu... porque eu era muito vaidosa. Eu não deixei de ser não, mas hoje eu estou bem largadas, mas estético. Eu queria colocar aquele batom vermelho sinistro e tipo assim antigamente, uma preta botar um batom vermelho, minha filha, aí tu estava de sacanagem. Minha avó me chamava de máquina de trem. “Está parecendo aquelas máquinas de trem”. Aquele negócio vermelho, () beija, ainda falava assim. “Pô, vô.” E eu me achava assim muito feliz, queria botar, não podia, mas as minhas amigas brancas, pô, ficava lindas né. Então assim, era mais estética mesmo a preocupação, por que? Porque o meu mundo de Alice, era mundo de Alice de verdade. Não se via violência, não se via...

Entrevistadora: Falta de comida, essas coisas. Você cresceu numa família bem estruturada. Você cresceu numa família bem estruturada, então não te faltou comida, não te faltou casa, não te faltou afeto, carinho, não era um ambiente violento.

Claudia: Aqui tudo era muito... A gente ia pra rua, era muito tranquilo. Aí beleza. Mas eu tinha isso comigo, eu ouvia essas coisas e isso me irritava, mas passei. Aí eu ia pra escola do Plano, a Adventista do Plano, porque minha mãe sempre gostou da gente ir e viu que eu me adaptei muito bem lá.

Entrevistadora: Dos três foi a única que se adaptou, né?

Claudia: Exato. Por que? Porque eu sempre tive esse extinto mais disciplinar. A disciplina na faculdade foi interessante, assim como você achou que eu sou mais velha do que ela e tenho certeza que se espantou porque a diferença é muito grande, sete anos. Mas na faculdade também, porque a professora falou assim. Eu estava no semestre pra frente, ela foi fazer faculdade bem depois, acho que foi dois, três semestres atrás “Você tem que ajudar sua irmã, sua irmã ela... é que ela dá muito trabalho, né?” Que ela é muito agitada né. Aí eu peguei e falei assim “Mas tem que ajudar ela, você é mais velha.” Disse: “Não, não sou mais velha não professora, ela é sete anos mais velha do que eu”. Aí todo mundo espanta. Mas não é por isso, não é só questão de aparência não. É questão de disciplina, questão de foco. Não é por que ela é artista, que ela não tem foco, ela tem foco. Só que as personalidades no foco são diferentes. As formas de encarar as coisas são diferentes. O meu mundo de Alice teve algum momento de eu tive essa raptura, aí eu vou te contando como que foi.

Entrevistadora: Você foi para o Centrão... Você foi para o Centrão fazer o que? Me explica. Segunda parte do Ensino Fundamental... Ah, não você foi fazer o segundo grau já.

Claudia: Isso.

Entrevistadora: Ficou da primeira a oitava série aqui na adventista?

Claudia: Do jardim até a oitava na adventista. Aí eu fui no segundo grau lá por que? Porque a minha mãe me achava muito boba e era verdade.

Entrevistadora: infelizmente ((risos))

Claudia: Minha mãe me achava muito boba pra eu ir para o plano e era cinco e meia da manhã que eu tinha que levantar pra chegar lá na L2, pra eu subir isso aqui sozinha eu tinha treze anos, né, porque eu ainda era adiantada. Aí ela falou assim: “Não, você é muito boba, você não vai fazer isso, não quero fazer isso com você. Você vai estudar aqui, porque aqui você vai estudar perto do seu irmão.” Meu irmão reprovou três séries: Quinta, sexta e sétima. E aí a gente estava fazendo a oitava juntos, só que eu estava fazendo na adventista e ele no Centro 8 e aí eu fui fazer lá no centrão junto com ele.

Entrevistadora: O centrão é lima escola pública?

Claudia: É.

Entrevistadora: Sua mãe te tirou da adventista e te mandou para uma escola pública pra você fazer mais esperta?

Claudia: Pra eu ficar mais esperta e pra eu estudar com ele pra ver se ele melhorava, pra ver se ele entrava no eixo de escola. Que ele não tinha mais tempo, ele já estava com 18. E ele ia servir no primeiro ano. Ele já ia servir, aí minha mãe disse: “Não, vai pra lá.” Eu fui estudar no 1º F, eu tinha 13 anos. Eu ia para o 1º F pra poder estar com ele, sendo que era pra eu estar no 1º A. Aí...

Entrevistadora: Pra você foi um choque aquilo?

Claudia: Foi. Foi porque, pô, aquele pessoal largado, aquele negócio todo. Não era assim, não o ambiente que eu estava acostumada, não era. Garoto espremendo furunco no meio da aula ((risos)) Coisa assim. Louca. Ficava lá e tudo... A aula acontecendo e eu sentava lá na frente. Aí Luizinho sentava lá atrás. Aí o Luizinho sentava lá atrás, mas no dia de prova ele sentava atrás de mim. Luizinho esse ano ele não copiou uma letra de qualquer coisa do quadro. Ele tinha uma namorada, a namorada dele pegava meu caderno e ia lá e copiava no caderno dele. Luizinho não escreveu uma linha. Sentava atrás de mim toda prova. Quem fazia trabalho era a namorada dele, tudo. E queria ser sempre do meu grupo, porque eu fazia e ele ficava né...

Entrevistadora: Mudou o Luizinho, pelo menos hoje como homem?

Claudia: Agora mudou. Luizinho formou em Direito. Fez pós graduação em Segurança Pública. Tudo motivado pela minha trajetória, por conta da morte do Matheus também. Aí foi... Tipo assim foi um divisor. Aí beleza, fui pra escola choquei, falei “Meu deus e agora? Que merda é essa, né,”. Nunca tinha dado beijo na boca, não tinha nada disso, dessas coisas não tinha acontecido comigo.

Entrevistadora: Ninguém falava de sexualidade, lá na adventista. Falava?

Claudia: Flava em termos, né. Era uma coisa assim, papai, mamãe, reprodução. Não era sexo prazer, sexo...

Entrevistadora: Não, e nem era a questão da puberdade mesmo, explicar o que estava acontecendo. Hormônio, desejos sexuais, nada disso era problematizado.

Claudia: Não, quando botava o corpo humano que botava a foto do pênis e da vagina já era um motivo de todo mundo baixar a cabeça. Era horrível, nesse sentido. Mas de resto...

Entrevistadora: Muito puritano.

Claudia: Muito. E o ensino religioso ali é, ferrenho. Toda quinta-feira a gente estava na capela, ferrenho. Nada muito... Nada livre. Aí beleza, fui para o centrão, “pá” deu esse choque, quando deu esse choque eu comecei a andar com a Priscila. Priscila já tinha 18 anos e eu com 13. Aí Priscila já namorava, tinha um namorado que era pichador, (chicóco) não sei o que e bábábá... Aí eu...

Entrevistadora: Nossa, super huts.

Claudia: Super, total. Aí eu falei “Beleza, vou andar com a Priscila, porque é a única que me deu ideia, né, porque os outros nada a ver comigo”.

Entrevistadora: Negra ela ou não?

Claudia: Não. Ela era índia. Ela era índia. Aí eu falei...

Entrevistadora: Mas no centrão aumentou o numero de pretos.

Claudia: Lá no (centrão você só via preto). Lá na minha sala tinha o Dandinho, o Jacinto que () o negócio, tinha meu irmão. Entendeu? Tinha. Aí eu me sentia assim, pelo menos com essa parte estava tranquila, porém essa bagunça não era...

Entrevistadora: Não foi onde você cresceu, né. Se sentia fora do lugar, o não lugar.

Claudia: Era outra... Aí eu peguei e comecei a andar com a Priscila, () num sei o que namoradinho. Aí viu... isso eu andava com as meninas da rua aqui, mas elas que são minhas amigas até hoje, minha comadre e etc., mas assim a gente também (ia) muito nessa marcha né. Tinha uma ou outra que era um pouquinho mais saliente, mas mesmo assim todos mundo era marcha pra trás.

Entrevistadora: Tranquilinhas, né. Não estava pensando ainda em ficar, nada disso.

Claudia: Aí quando veio a Priscila, pronto. Aí dei o primeiro beijo, aí já arrumei o primeiro namorado. Aí tinha o outro que morava que era a fim de mim e foi dizer para o meu irmão que esse meu namorado fez sexo comigo. Isso eu já tinha catorze né. Aí meu irmão “o que?” Aí contou para os meus pais, disse que fiz na cama da minha mãe quando minha mãe viajou.

Entrevistadora: E você era virgem ainda, né?

Claudia: Virgem, virgem, virgem. Aí eu falei “que merda, vei, você está acabando com a minha reputação, que merda é essa”. Aí meu irmão foi bater nesse namorado, acabou esse namoro, foi uma merda. Aí logo em seguida, aí minha mãe falou: “Eu não quero saber de você mais namorando, não quero saber de nada disso, não que mais saber nada disso, porque eu vou arrancar encrenca com seu pai”. Porque meu pai é bravo, meu pai é xarope. Aí eu peguei e falei “Tá bom, mas eu continuo andando com a Priscila”. E a Priscila estava cheia dos namorados e não ia ficar segurando vela para ninguém. Aí tinha um menino que era amigo de cocó que eu conheci, e aí eu namorei cinco anos. Aí meu pai até pegou a gente na rua, quando pegou a gente na rua, eu vinha na frente “Mãe, papai viu. Eu estava com meu namorado ali na rua, mas ele é meu namorado, mãe, vou ter que () aqui”. Aí minha mãe “é, a partir de então tu fica aí na porta então e se der problema e não sei o que, e blábláblá.” E a minha mãe também nunca foi aquela pessoa que ela falasse assim ó () “sexo não pode”. Acabou e forçava barra nisso. “Não quero ninguém grávida aqui se não vou arrebrantar vocês no pau”, e aí deixava assim (a gente bem...) Aí a gente sempre também com medo. E aí era época de muita gravidez na adolescência também, aí eu ficava imaginando, imagine. Aí eu já pensava assim: imagine eu preta, grávida, papapa, isso não vai dar certo, não vai ficar bom. E aí levei o meu namoro numa boa. Demorou foi muito, né, pra eu poder chegar esse ápice, né. E aí, foi indo, foi indo, foi indo, foi indo. E eu já me sentindo... aí eu já comecei a aflorar essa questão de eu ser preta.

Entrevistadora: No caso foi no colégio?

Claudia: Foi no colégio. Meu cabelo era muito grande, meu cabelo era imenso. Não... Aí ela não mexia mais no meu cabelo, eu não deixava. Minha mãe/ inclusive ela não gostava muito de alisar. A minha avó só passava o pente quente, mas não pra alisar pra sempre, ela passava o pente quente pra eu de vez em quando estar com a cara diferente. Mas elas gostavam muito de fazer as trancinhas e os coques, mas não de alisar, alisar, alisar. Aí, eu alisei depois de grande e burra e assim mudando de cabelo de 11 para 12 também porque eu quis. Não é porque

minha mãe colocou. Aí eu peguei com esse cabelão imenso eu falei assim... Antes ele era imenso contido. “Aí eu fiquei “o que? Agora eu vou deixar pompunzasso.” Aí foi quando eu já estava andando com a Rafaela, essa que você conheceu aqui e com o Emerson. Andava nós três juntos. A Rafaela é mais velha também. A Rafaela tem uns 37 anos, a Rafaela.

Entrevistadora: Tu tem quanto? 30?

Claudia: Vou fazer 32 agora em novembro. E o Emerson tem a minha idade. A gente nasceu o mesmo ano e tudo mais. E a gente andando junto, eu falei ele é muito branco, ela não é branca, porque ela lembra os traços de negro, ela tem o cabelo crespo, mas ele é muito branco. Aí a gente, eu falei assim “não, meu cabelo é esse”. Aí saía com meu pompomzão e pô eles achavam o máximo “é isso aí mesmo”. E aí comecei né. Aí terminamos o segundo grau. Aí eu disse assim “Mãe, e quero fazer uma faculdade”. Aí minha mãe falou assim e era a época do Lula né, então deu. Aí minha mãe falou assim “mas nenhum irmão teu tem faculdade”, porque todos eles são mais velhos sabe. “Nenhum irmão tem faculdade, isso vai me dar problema”. Falei: “Problema é deles que não (fizeram faculdade)”. Eu tinha 17 anos né. Aí ela falou assim “É, então faz o vestibular, minha filha, vai lá”. Eu falei “Me dê o dinheiro aí”. Eu fui e fiz o vestibular no ICESPE. Por que que eu fiz no ICESPE? Porque era perto de casa, dava pra eu ir andando e aí eu escolhi a faculdade que eu poderia fazer aqui, aí eu escolhi jornalismo. Aí, menina, aí aflorou mais, tudo que eu via na faculdade era disso. Por que? Porque a minha turma tinha 86 alunos e preto era só eu, a Flávia que me acompanha até... eu e a Flávia...

Entrevistadora: Mesmo sendo uma particular.

Claudia: Particular. Eu e a Flávia a gente foi até o final, mas tinha também a Lídia que morava na Ceilândia e o outro camaradinho que também morava na Ceilândia. Os dois também eram pretos.

Entrevistadora: De 86, 4 pretos.

Claudia: E o Ronaldo era índio, o resto era tudo branco mesmo. Branco mesmo de você, assim não é branco de cabelo enrolado. É branco, né. Não era loiro, mas era branco. Aí eu peguei e comecei a notar isso, principalmente nas aulas de Sociologia que tinha um professor de Sociologia que trazia muito a cena hip hop pra dentro do negócio...

Entrevistadora: Você não cresceu nesse espaço então.

Claudia: Não. NÃO cresci. Aí veio a faculdade e ele trouxe muito essa cena de hip hop aí...

Entrevistadora: Você não cresceu na periferia, você não cresceu ouvindo rap.

Claudia: Não. Eu, na verdade com, acho que eu tinha 15 anos, o Jamica estava fazendo utopia, né. “To só observando”, porque é daqui de Brasília. “Daqui eu vejo uma luminosidade, um tiro”. Então a gente ia para as festas juninas e tocava. E o Luizinho, meu irmão, ouvia. Mas ouvia assim, naquele jeito playboy de ser, tipo estou ouvindo Racionais, os playboys curtem assim, entendeu? Era nisso, no jeito playboy de ser, não na consciência de que aquilo era uma periferia, o que que representava aquilo. Até esse tempo, até os meus 17 anos meu pai morava com a gente. E eu nem sonhava que eu tinha novos irmão. E aí, ninguém sonhava né, e aí a gente está ali vivendo essas atividades.

Entrevistadora: Você sofria com o racismo evidente, mas você não sabia que era racismo?

Claudia: Não, eu não sabia. Eu me incomodava porque...

Entrevistadora: Racismo direto, quando as pessoas eram preconceituosas aqui na rua, na escola. Mas você não entendia porque você estava naquele espaço branco, pessoas brancas e só você geralmente, ou um ou dois no máximo...

Claudia: É, eu não entendia, mas eu me incomodava, porque eu queria todo mundo tivesse. E eu ficava, como jornalista, mesmo assim antes eu assistia muita televisão eu ficava muito vidrada naquilo que estava se passando. E foi bem na época que estava surgindo a CUFA, né. E aí eu ficava acompanhado, porque aí eu comecei a observar. E depois o professor de Sociologia da comunicação ele trazendo essa cena hip hop eu passei a prestar atenção no MV Bill, aí eu vi que tinha a questão do negro, vi quem era do rap aqui em Brasília. Comecei a prestar atenção no movimento. A Flávia também ouvia desse jeito que a gente ouvia. E o (Pada) que hoje é da Ruas, também morava na Ceilândia, mas ele como morava na Ceilândia, mas ele é branco, como ele morava na Ceilândia e eu conversava com ele a gente trocava essa parada assim e ele era muito inquieto para melhorar a Ceilândia. Aí eu não tinha esse amor pela Ceilândia ((risos)), mas eu queria fazer alguma coisa por alguém. Porque eu sempre tive isso “não, mas porra eu sou preta e tal e as pessoas olha como é que está, estou vendo na televisão aói esse negócio do tráfico, isso aí está tudo errado e bababa”. Aí foi então quando eu cheguei no fim da faculdade que eu falei assim, falei pra Flávia, eu e a Flavia a gente fez “Flavia, olha só. Vamos fazer sobre esse negócio dessa Cufa aí ó, () essa parada é massa.” Aí a Flávia “É mesmo né, porque a gente é preta e tal e não sei o que.” Eu disse: “É, lembra que o professor falou isso, a gente está ali vendo...” Aí ela...

Entrevistadora: Então a militância começa a surgir no espaço da Universidade pra você?

Claudia: Na Universidade. Aí a gente foi pra Cufa, fomos fazer a nossa monografia lá. Aí ficamos na casa da minha tia uma vez e na casa da tia dela outra. Porque a família dela também é do Rio. E aí a gente foi pra Utus, que era o maior festival de rap que a Cufa fazia, e aí a gente foi conhecer isso tudo, e a gente ver esse pessoal preto e tudo, que a gente não via, eu só via quando ia pra praia né. Mas mesmo assim, a praia lá no Rio de Janeiro é branca. Nos espaços, Cabo Frio, que a gente ia a praia do Cabo não é a negritude que é em Rocha Miranda, que é Madureira, que a Cufa era Madureira. E também na Cidade de Deus. Então eu comecei a entender ali, aí eu falei “É isso”, olha só, era tudo isso que eu sabia que eu falei, não sei o que...” Mas mesmo assim ainda pensava que o cara que vinha viver a vida em Brasília ele tinha mais era que ficar lá para a cidade dele. Porque é o seguinte, ele ia pegar um espaço de terra que era meu, porque eu como nascida e criada em Brasília... ((interrupção)) Aí a gente como tinha direito a um pedaço de terra, era uma lei aí...

Entrevistadora: A lenda de quem chegou aqui da época dos candangos, né.

Claudia: Exato, aí eu achava “pô o cara veio pra cá e está roubando meu espaço, pela CDS”, loucura. Aí achava isso, aí a gente fazendo o trabalho na Cufa, aí o Celso Ataíde pegou e falou assim “Olha só, vou falar uma parada, vocês são universitários?” O celso queria () Cufa até na (). Aí ele disse assim “Vai lá e procura o Japão, que o Japão é um rapper lá. O Japão vai abrir um Cufa lá e vocês podiam trabalhar, porque eu estou vendo que vocês até sabem fazer alguma coisa”, falou desse jeito, ele fala assim mesmo. Aí então beleza. Aí eu cheguei aqui, peguei o telefone do Japão com ele, cheguei aqui liguei para o Japão “Jão, não sei o que, por causa da Cufa, não sei o que, vamos te entrevistar...”

Entrevistadora: Japão mora aonde?

Claudia: Japão morava na Ceilândia. Na Expansão. O Japão é o Viela 17, que é do rap. Aí ele pegou e falou assim “Ah, então vamos, vamos conversar aí, vamos ver o que que é”. Aí eu disse “Japão, qual é a...” Conversando e tal ele disse “Ah, beleza, vou chamar um camarada aqui que entende mais desse assunto, porque meu lance é música mas eu também gosto muito de fazer social”. Aí chamou Max, Max Maciel que é o coordenador da Ruas, né. Aí o Max veio

e a gente somou e tinha o Bira, tinha Renato... Não, Renato não veio agora não. Aí tinha o Pado que queria fazer as coisas na Ceilândia, o Dennis () era do Viela 17. Juntou o grupo e o Celso disse assim “Já que tem aí um pessoal, vem pra cá todo mundo que vai ter um reunião geral da Cufa de todos os estados. Aí beleza. () Max, aí Max pegou... ((interrupção))

Entrevistadora: Aí ele falou que ia ter essa reunião?

Claudia: Isso, aí ele foi pra lá. Aí ele voltou, porque o Celso falou assim “Eu quero que todo mundo faça basquete de rua nas suas cidades. Como é que vocês vão fazer? Se quiser pega uma cesta de lixo e joga lá, eu só sei que precisa ter um basquete de rua porque (vou vender) a liga brasileira de basquete de rua”. Aí foi quando começou. Aí a gente começou aqui lutar, só a nossa militância depois que eu fui pra galera da Ceilândia era por pobres, porque o Max não era preto, o Japão é Japonês mesmo, em termos né.

Entrevistadora: Ah, o apelido dele é Japão porque ele é japonês mesmo? A ascendência dela é japonesa?

Claudia: É. Mais ou menos. Eles são nordestinos, mas é que ele tem um olho muito puxado. Mas eles são nordestinos. Só aparência mesmo né. O Japão, ninguém ali era preto, ninguém tinha esse viés preto. E a Cufa também não tinha, porque a Cufa rolava “eu sou movimento negro”, “eu não sou o movimento negro, eu sou preto e movimento”, por que “eu não sou o movimento negro, eu sou preto e movimento”? Porque o movimento negro na época eles achavam radicais e o que que ele queria fazer? O contrário disso, ao invés da gente ficar só de discurso radical a gente age, a gente é o preto em movimento, a gente faz as coisas, a gente faz o dinheiro chegar no bolso desse preto, a gente... Só que aí o que que acontece? O dinheiro chegava, mas cadê o empoderamento? Então ambos os lados estavam fazendo coisas erradas. O movimento negro da época para o Céus e eu não vivia isso, ele era na época um movimento que só falava e não fazia. E ele dizia que ele fazia e ficava esse negócio.

Entrevistadora: () preto?

Claudia: É.

Entrevistadora; O Mv Bill só tem () no pólo social mundial em 2005.

Claudia: É mesmo?

Entrevistadora: Mas o Celso Ataíde eu não conheço.

Claudia: Ele é uma figura. () Vale a pena, meia hora de conversa com ele você vê () pra ele. Vende não, dá. Ele faz você entender que você tem que dar as (calcinhas) pra ele e você dá. Ele é muito assim. Ele tem a lábia, né. Ele diz que na vida você tem que ter duas coisas: a marra e o caô. A marra pra você já chegar bancando e o caô pra tu sustentar sua marra. E aí nesse caô você vai chegar com a verdade, é a mesma lógica do Eike Batista ele vendeu que tinha muito petróleo aí e não tinha petróleo nenhum, mas ele ficou rico. ((ricos)). Então assim, a ideia que o Celso trazia pra gente era bem essa. Mas ele, por outro lado, a gente sentia um pouco, e principalmente quem vinha do movimento negro que tinha uma inquietude por causa de ser preto...

Entrevistadora: Não é o caso, você não vinha do movimento negro. Mas você trazia a inquietude por ser mulher e preta.

Claudia: Você sentia pressionada demais, você sentia magoado por umas falas deles. Porque ele falava assim “Preto é isso mesmo, preto tem que ser comandado por branco, porque fica fazendo essas merdas aí”. O lance dele é na pressão, ele queria que a gente se movimentasse, mas ele pressionava a gente de uma forma horrível, era mais racista que... do que o próprio branco, porque ele falava “bom, porque preto não sei o que, preto tem que ser comandado por branco, porque fica fazendo essas merdas aí, se fosse branco já tinha feito o que

tinha pra ser feito”. Porque ele queria que a gente fizesse vários movimentos nacionais e a gente não tinha dinheiro pra fazer. Não só a Cufa Df, mas como as outras. Só que a Cufa DF até tinha, porque todo mundo da Cufa DF era formado, todo mundo. O Max era pedagogo, eu era jornalista, a Flávia jornalista, o Pado foi preso, mas ele chegou a fazer a monografia, não terminou, mas ele teve na faculdade. Então todo mundo era formado. A Renata era formada, eu não me lembro mais em que, mas era formada. Todo mundo tinha uma formação. As outras não. As outras eram gente mesmo que estava ruim, ruim, ruim e estava ali naquela dependência. E o dinheiro da gente não, a gente sabia desenrolar. Aí...

Entrevistadora: Você começou a trabalhar efetivamente em que parte assim? Você começou na Cufa, trabalhou com o que efetivamente?

Claudia: Eu sempre trabalhei na comunicação.

Entrevista: Sempre na comunicação?

Claudia: Na comunicação que era o que eu sabia fazer. Assessoria de imprensa primordialmente. Então assim, os nossos primeiro passos da Cufa aqui... Central única das favelas chegou ao DF, saiu no coletivo, saiu em um monte de lugar ((interrupção de fala))

Entrevista: Mandava para os cliques que você tinha...

Claudia: Exato, porque eu trabalhava na assessoria de imprensa inclusive lá na assessoria de imprensa eu sofri um outro racismo que eu passei a enxergar quando ((interrupção de fala))

Entrevistadora: Na Cufa? Vocês estava na Cufa? Você era assessora de imprensa na Cufa. O que que aconteceu?

Claudia: Na Cufa. Não, na assessoria de imprensa da Casa da Redação que eu passei isso. Foi quando a gente estava trazendo a Cufa pra coisas. Aí eu já comecei a perceber. O que que acontecia? A Maíra Brito, sabe quem é? Maíra ela era estagiária antes de mim, ela que me ensinou o que eu tinha que fazer lá nessa Casa da Redação. As duas jornalistas elas são ótimas, mas elas são sem noção nisso mesmo. Por exempli, tinha uma outra estagiária que era a Érica, ela era loira. Érica ia junto com os clientes, ela ia paras as festas juntos com os clientes, fazia recepções, faziam as coisas todas.

Entrevistadora: () esse povo?

Claudia: Exato. Eu só ficava ali mandando e-mail, e-mail, e-mail fazendo só coisa de escritório, me mandava ir lá concertar o notebook delas e mandava... Aí lia o jornal e jogava no chão. Eu tinha que catar os jornais do chão pra jogar no lixo. A Érica não fazia. Outra coisa: o filtro era aqui atrás. E a mesa dela bem aqui e a minha mesa lá ((interrupção e fala))

Entrevistadora: Você nessa época já era formada. Já estava trabalhando como jornalista.

Claudia: Não. Eu já estava no oitavo semestre, terminando.

Entrevistadora: Estava fazendo estágio.

Claudia: Exato. Aí eu sentava na mesinha um pouquinho mais a frente, porquinha coisa, mas elas estavam aqui atrás. O filtro era... A Flávia era só virar, botar água aqui. () O que que elas me faziam levantar pra colocar agua pra elas. Botava agua pra elas. Estava me cansando ((interrupção de fala))

Entrevistadora: Você tinha percepção?

Claudia: Estava percebendo tudo. “Esse negócio está me incomodando, não estou gostando não”. Aí só que eu tinha que ficar ali, pela experiência e segundo porque eu tinha que pagar minha ida pra lá para o Celso né. Aí a gente... Montei a CUFA, iniciei a CUFA no DF trabalhando lá. E u fui lá, eu fui no Celso, descobri tudo pápápá voltei. Quando voltei eu

estruturei essa Central Única das Favelas no DF. Quando eu formei em 20017 eu peguei a CUFA em pé, porque a gente começou em 2006, aí a CUFA já estava fazendo basquete de rua, aí falei: “Falou, valeu, vou embora”. Aí eles falaram “não menina, eu queria te contratar”. Aí “Mas eu não quero não. Vou embora, vou embora eu não quero nem ver sua cara”. E saí. Falei mesmo assim chateada, deixei assim... Não falei pra elas que elas fizeram racismo, não falei nada disso, mas fui enfática que eu não queria ficar ali, não gostei. Aí saí fui pra CUFA e aí eu comecei a trabalhar efetivamente. Mas não pra preto, a nossa ideia era pra pobre. Pobre, pobre.

Entrevistadora: E a CUFA () na Ceilândia?

Claudia: É, na Ceilândia. Mas na verdade aí era na Ceilândia, a gente fazia eventos na Ceilândia, mas a gente tinha escritório lá no Setor Bancário. Porque a Renata que era única preta que depois veio, mas ela também tinha menos ainda percepção ((interrupção de fala))

Entrevistadora: que você ((risos))

Claudia: O pai dela é médico e outra é uma família, todos são loiros e ela é adotada. Ela foi descobrir que ela era preta na escola, porque o irmão dela o pessoal falando “Ah, como é irmão, não sei o que...”. “Renata, aonde que esse cara é seu irmão, minha filha, olha sua cor e olha a cor do teu irmão”. Porque eles são loiros dos olhos azuis mesmo, nórdicos. E ela preta. Aí ela chegou em casa chorando em prantos. “Não, papai, nossa senhora, por acaso que não sou irmã do meu irmão?”. Aí foi quando foram contar pra ela direitinho. Ela sempre ouviu que ela era filha do coração, mas ela nunca entendia, porque ela não era, ela não vivia isso. Aí foi assim que ela se descobriu. Mas aí ela descobriu e começou também a trabalhar. Ela trabalhou no pegadas, trabalhou em alguns projetos aí, mas a gente não trabalhava com preto na CUFA, a gente trabalhava com preto, mas com outra lógica.

Entrevistadora: Nessa perspectiva do movimento, de vocês fazer as coisas para mudar a realidade social, a pobreza, mas a questão racial não era debatida.

Claudia: Não era. Depois passou-se um tempo, passou-se um bom tempo, eu peguei e... Aí o pessoal da CUFA DF entrou para o PT, por quê? Porque o Lula estava na situação e era Tássio Genro que era o cara que estava no Ministro da Justiça. E era Reinaldo Gomes junto com o André Noblá, eles são petistas, tinha um grupo chamado esquerda plural e aí o pessoal da CUFA DF, Max tal e num sei o que, falava “Ah, é importante a gente migrar para esse movimento político também.” Por que? O que acontece? Isso aí foi feito a cabeça, né. O Roberto que era da Secretaria de Cultura, o Roberto Neivas, fez lá um bem bolado queria botar todo mundo no PT, aquele negócio todo. E eu longe de mim querer de partido político, porque pô, o meu negócio era querer fazer alguma coisa pela pessoa ali, política já era um outro viés, ainda não estava entrando... Eu terminei a faculdade eu tinha 20 anos, muito nova, então assim estava entrando no eixo dessas coisas todas. Aí onde surge o Matheus, fim da faculdade. Eu estava fazendo a minha formatura, minha formatura mesmo, chega no Orkut né. Era foto do Léo, meu irmão mais velho lá, pergunta para o seu pai quem sou eu. Aí eu peguei e falei, vou perguntar. Só que ele não morava mais aqui ((ruídos))... Tinha 17 anos. Aí eu peguei e foi lá, meu pai tinha chegado, passou aqui do nada naquele dia, era pra acontecer. Aí eu falei “Pai”, abri a porta do Léo no Orkut “Quem é esse menino aqui”. Aí ele me olhou branco, verde, rosa “É meu filho, mas não conta pra sua mãe não” “Ah, tá, tudo bem”. Aí falei isso, mas na hora que ela botou o pé “Mãe, olha o filho do papai”, eu falei na hora. Aí ele pegou e falou assim pra mim... Aí “Ah, mas é só esse?” Aí eu falei assim “ () Léo, é só você?”. “Não, tem eu, tem o Matheus e tem o Ian”.

Entrevistadora: Eles já eram grandes?

Claudia: Não. O léo tinha 16, o Matheus tinha 11 e o Ian tinha 2.

Entrevistadora: Foram no período que ele ainda estava com sua mãe?

Claudia: Foi. O léo, foi mais ou menos. Porque quando eu tinha quatro anos que o Léo e eu temos de diferença, a minha mãe eles tinham separados, e ele foi morar lá em Samambaia que foi onde o Léo, Matheus e o Ian moram. E aí, mas meu pai retornou. Mas ele não desfez o caso lá e voltou pra casa. A verdade o fruto da traição mesmo é o Matheus. (Não existe mais, né, o Matheus, infelizmente). E o Ian foi quando ele já tinha ido embora que ele só tinha dois anos. Então ele já tinha ido embora.

Entrevistadora: Com a mesma mulher?

Claudia: Com a mesma mulher.

Entrevistadora: Os três?

Claudia: O três. E aí também nessa época a gente descobriu que ele tinha dois já no Rio de Janeiro, que são mais velhos que a minha irmã. Então assim já eram oito contando comigo.

Entrevistadora: Sua mãe sabia disso?

Claudia: Não. Não sabia de nada disso. Pra ela também... Por que...

Entrevistadora: Teu pai nunca foi assim... ()

Claudia: de falar? A gente sempre foi, só a gente não sabia.

Entrevistadora: Não. Assim, mas isso não é uma pauta no casamento deles.

Claudia: Não, não era uma pauta.

Entrevistadora: E você de criança não via tensões entre os dois, claro, os pais são discretos ()...

Claudia: A tensão tinha pelo alcoolismo.

Entrevistadora: A tensão era o alcoolismo, mas não era a infidelidade?

Claudia: Não. O alcoolismo era coisa assim que era tensa. Mas não a questão da infidelidade. Isso nunca foi pautado. Aí descobrimos que tinha eles, aí os meninos. Aí eu perguntei, perguntei, perguntei. Aí quando eu cheguei lá, aí eu quis conhecer () lálálá quis conhecer, peguei e quando vi o Matheus, pronto. Que menino lindo. Que menino mais ((interrupção de fala)). Onze anos que ele tinha, ele indiozinho “Ah, eu quero meu pai”. Nossa, cabelo lisinho, aquele negócio todo. Meu Deus, é porque eu não tenho mais foto dele, tive que apagar, né. Aí eu só tem no *Facebook*. Aí eu peguei e falei, fiquei apaixonada por aquele menino, gostei muito do Léo também, mas eu fiquei fascinada no Matheus. Longe de mim que tudo isso ia acontecer. Então assim, tinha os eventos ele jogava basquete, aí a gente fazia o basquete, eu levava ele para o basquete, ele foi conhecer os (), porque a gente trouxe os (). Tirou foto com ()... Tudo era o Matheus na vida. Aí pronto, larguei os meus irmãos. Aí “só tem Matheus” reclamando né. E era isso. Só que aí isso estava dando um problema muito grande, mas eu continuava lá fazendo minha militância e tudo mais. E aí o lance do PT. Aí foi uma ruptura em tudo. Rompi com a CUFA no DF, por conta desse negócio desse problema do PT e rompi com essa nova família. Rompi com esse lance do PT e tudo mais, por que? O que estava acontecendo na minha cabeça? Todo mundo estava indo para o governo que estava indo... Sair todo mundo da CUFA e foi para o governo, porque o Reinaldo e o André Noblá oportunizou isso. E ficaram gatos pingados lá. E os que estavam comigo ali disseram que eu não tinha perfil pra assumir uma carga (de ganhar seis mil) lá como todo mundo. Aí eu falei “Tem alguma coisa errada né.” Eu era única preta, eu e a Renata. Só que a Renata era o que? Era colada lá, ela tinha né. Agora eu não tinha. Então eu fiquei pra trás. Isso me magoou, saí, xinguei eles todos, baixaria. E falei assim: “Vou largar a merda dessa filiação desse partido e ainda vou passar na bunda”. Peguei, fui lá ((interrupção de fala))

Entrevistadora: Você chegou a ser filiada ao PT.

Claudia: Aí fui desfiliei tudo, mandei todo mundo para o inferno e vim pra minha casa reiniciar tudo. Aí lá ao mesmo tempo estava rolando o que? A mãe deles, a mãe do Léo, do Ian e do Matheus vinha aqui pra nossa... Aliás, os meninos vinham, o Léo, o Léo vinha pra olhar aqui o que a gente tinha. Eu tinha um tênis com um preço muito alto, aí ele falava pra mãe dele “Olha, Claudia tem um tênis...” () porque lá achava que meu pai que dava. Quando eu já trabalhava, mas também tudo que a gente tinha, tudo que a gente tem () Ana Cristina. () Eu tenho carro, eu tenho... proporcionado pela minha mãe. Eu fiz a faculdade toda paga pela minha mãe, ele paga pensão pra mim, né, até hoje até () ele paga, mas só porá mim também, porque ele me ama, isso eu sei. Mas a pensão não era nada perto da faculdade que eu tinha que comer e o estilo de vida que eu vivia aqui. Então, não era ele. Era a minha mãe. E aí ela começou a conflitar, aí ele ficou bravo comigo. “Pô, você fica dando ousadia pra esses moleques e aí fica dando problema pra mim”, aí era uma briga constante minha com ele, por causa dos meninos minha com ele. Chegou minha formatura. Aí na minha formatura o que aconteceu? Léo foi e ele não foi, meu irmão que eu tinha acabado de conhecer foi pra formatura e meu pai disse “Se ele for eu não vou”, que eu não ia poder levar o Matheus embora eu quisesse, nem o Ian, só o Léo. Aí eu falei assim “Beleza, você que está dizendo que não vai, o seu convite está aqui, se você quiser ir bem, se não quiser fica aí, mas o Léo também vai”. Aí, menina, beleza levei o Léo ele não foi.

Entrevistadora: Me fala uma coisa, já que você está falando do Matheus. Como que é a trajetória do Matheus? Que você conhece, porque você não cresceu com o Matheus. Você começa ter contato com o Matheus com 11 anos.

Claudia: E eu tinha 21, 20 por aí.

Entrevistadora: Como que é esse envolvimento dele, como que foi o Matheus na escola?

Claudia: Então, aí o que que acontece? Eu conheci o Matheus com 11 anos, segui ele até os 12. Por conta dessa confusão ouve essa quebra. Um, não vou mais nem falar com esse pessoal pra não arrumar problema, embora amasse o Matheus, larguei o Matheus, larguei o Léo, larguei todo mundo. O Ian eu nunca fui com a cara dele mesmo. Ai é meu irmão, mas me desculpe, meu deus. E aí era na verdade nunca fui por ciúme, porque ele era novinho e tal, tal, tal e meu pai ficava () e eu ficava com ciúme do meu pai. Mas aí eu não acompanhei, eu fiquei 11 para 12, mas ele sempre foi um menino muito aplicado na escola, porque depois quando eu comecei acompanhar já foi tarde. Mas nesse período de 11, 12 anos ele foi muito aplicado, ele era muito bacana, futebol, basquete, era o cara do esporte. Porém ((interrupção de fala))

Entrevistadora: O espaço social possibilitava ele cresceu aonde? Tinha políticas públicas, tinha acesso a esporte, lazer?

Claudia: Mais ou menos. Mia ou menos. Tipo, tinha o time de futebol lá da Samambaia, no Caic da Samambaia e tem um campo de futebol lá e o basquete também foi no CID. No ((interrupção de fala))

Entrevistadora: Ele sempre gostou de basquete?

Ckaudia: Sempre. Aí ele ia para o CID e etc.

Entrevistadora: Como ele era na escola, porque o Luizinho você disse que não era muito bom, assim. Ele foi aplicado, mas ele teve dificuldade de aprendizado...

Claudia: Não, não teve. O Matheus era muito esperto, onde ele foi burro foi nesse momento. Mas ele sempre foi muito espero. Tanto que com 11 anos ele vinha pra cá de metro, eu pegava ele ali e ele vinha. Pergunta se ele dava moral pra alguém do lado? Nem um, nem

dois, nem três. Ficava na dele. Eu pedi pra um amigo dele buscar ele no metrô, pergunta se o Matheus foi. “Só vou sair daqui quando a Ana Claudica chegar!” Mas isso era dele, não era que alguém tinha... Era dele. E aí eu cheguei e ele veio se não ele não ia entrar no carro com o cara. E ele pegou e estava lá. Ele tinha esse negócio, ele era aplicado, ele era um moleque mais...

Entrevistadora: Dentro de casa você não sabia como funcionava com a mãe dele e com seu pai?

Claudia: Muito tranquilo. Meu pai nunca morou com eles né. Meu pai nunca morou com eles. Meu pai foi embora pra Samambaia depois quando eu tinha 17 anos foi morar sozinho até hoje.

Entrevistadora: Ele não foi morar com a mãe dos filhos dele?

Claudia: O sonho dela era isso. Nunca, nunca, nunca. Ele levava ela lá pra casa dele pra comer ela. Tinha acabado... muito reto e direto, ele sempre foi muito reto e direto. () Muito reto e direto. Aí eu peguei...

Entrevistadora: Então os meninos nunca tiveram a oportunidade de ter o pai dentro de casa?

Claudia: Nunca tiveram.

Entrevistadora: Você acha isso influenciou o Matheus?

Claudia: Muito, muito. Porque aí o que que o Matheus fazia? Chegava pra ele e dizia assim “Pai, me dá um negócio?”. Aí meu pai é assim fica falando um monte de merda, um monte de merda quando bebe principalmente e ele ficava meio que humilhando né. Aí o Matheus teve um dia que ele voltou e disse assim “Você é mendigo, você é um mendigo”, o Matheus, falou pra ele. Depois disso o Matheus revoltou muito. Ele não queria mais ter que pedir, ele queria ter o dinheiro dele. Isso tudo eu comecei a vivenciar. Ele queria ter o dinheiro dele. Aí quando... Eu comecei a ouvir só da boca do meu pai que ele era rebelde, que não sei o que até chegar aos 14 anos, que foi o fático momento que eu soube que ele fumava maconha. Aí eu no movimento social, né, “Ah, fumar maconha é normal, ruim é cheirar cocaína, usar crack, não sei o que, tátátá e saia que...((interrupção de fala))

Entrevistadora: Mas você relativizou naquele momento.

Claudia: Relativizei. “Não, todo mundo fuma maconha, pai.”. Aí ele “Todo mundo quem? Tu fuma maconha?”. “Não, eu não fumo maconha não, pai.” Mas não era assim, não era maconheira né.

Entrevistadora: Mas você também naquele momento não conseguiu perceber o risco que o Matheus estava envolvido? Porque uma coisa é você fumar maconha num espaço de classe média, universitária, já formada, andando com a galera do movimento social, mulher, adulta, né. Você não tem mais 14, 15 anos.

Claudia: Exatamente. E não vivi contexto de periferia. Eu passei a observar, não vivi Ceilândia, passei a estar lá, mas eu não vivi aquele contexto, eu não cresci.

Entrevistadora: E você não tem amigos que passaram por isso de infância, né?

Claudia: De infância não.

Entrevistadora: Ali na juventude, você passa a ter quando você vai para o movimento. Você começa a ter contatos com essas histórias, você não tem pessoas do seu convívio de infância e juventude que passaram por isso.

Claudia: Os que passaram, que usaram drogas do morreram, tal, tal, mas era coisa de pichação, era outra coisa. Era outra coisa. Não era esse contexto de drogação que a pessoa... Porque que se a gente viu uma pessoa drogada a gente é doido, não é drogado é doido. Essa pessoa é doida, fica perto dela não. Era assim. Não era esse contexto que o Matheus vivia. E aí

o que acontece, deu essa queda lá na Ruas, aí eu meio que afastei lá deles, só que eu fui para uma agencia de publicidade eu trabalhava com clientes piores ainda, que eram clientes que olhavam para o próprio umbigo: Michelline Jóias, uma série de outros ambiente que eu falei “Meu deus do céu ()” Peguei e pedi arrego lá e eles me chamaram pra fazer o aniversário de Brasília de 53 anos e eu fui me afastando e voltando. E aí a minha chefe lá ((interrupção de fala))

Entrevistadora: Isso foi lá na CUFA?

Claudia: Na CUFA. E aí a gente já estava virando RUAS, aí já estava a quebra com o Celso Ataíde, eu já tinha largado o PT e eles estavam meio aborrecido, eles tinham rachado lá também, aí o pessoal que sobrou a gente voltou na afinidade de novo. E aí, nisso eu ainda deslocada do Matheus quando chegou esse fatídico dia que com 14 anos ele ((ruído)) maconha e aí ele foi preso a primeira vez.

Entrevistadora: Ele foi preso.

Claudia: Foi preso, foi para o ((interrupção de fala))

Entrevistadora: O que ele fez?

Claudia: Ele estava vendendo droga, foi preso. Aí meu pai pegou e me ligou. “Está vendo, esse vagabundo, eu estou falando pra você que ele usa droga e você está falando que não. Maconheiro, fumaça ((ruído)) fica lá”. () por mim não fica não. Aí peguei ele... Não, aí ele pegou e saiu. Ficou dois, três dias, né. Aí na hora que ele saiu, eu peguei e corri, eu corri pra poder ir lá ver ele. Aí eu falei assim “acabou todas as rixas, acabou meu pai vai dizer que eu “não estou preocupada com o Matheus”, porque eu amei esse garoto desde que eu vi, e agora eu não deixar de amar. Eu amo esse menino”. Aí eu fui, era uma sexta-feira a gente ia viajar para Cabo Frio no sábado, eu e meu pai de avião, minha mãe e meu irmão de carro. Porque eles iam para o aniversário da filha da sobrinha do meu pai. Aí meu pai não estava com ninguém, não ia. Aí eu ia depois com ele de avião. Aí o que que eu fiz? Bati lá na sexta-feira. Falei... fiquei plantada lá na porta da casa dele esperando ele chegar, aí fiquei esperando ele chegar, aí quando ele chegou, eu lembro como se fosse agora. Ele vindo da esquina assim, aquele sorriso do Matheus era a coisa mais linda do mundo. Aí ele deu aquele sorriso quando me viu tipo, parece que de 11 a 14 anos não deu esse tempo todo. Ele veio já correndo pra me abraçar e tipo “Minha linda irmã, não sei o que”, já era malandrinho. Ele já era aquele menino com bigodinho, não era o menino que eu vi e com aquelas roupas coloridas da MCD, era outro menino. Malandrinho assim, né, pra mim era meu irmão.

Entrevistadora: Mas assim, né, ele já estava no meio...

Claudia: Já estava. Já vendia, era aquele esquema todo. ((interrupção de fala))

Entrevistadora: Já estava no rolê?

Claudia: É. Já usava rupinol, não sei o que. Aí ele fez 15. Porque foi assim, isso foi em dezembro, em Janeiro ele fez 15. Fevereiro a gente viajou. Aí eu peguei e falei assim pra ele “Você não pode fazer isso, rapaz. Porra, eu te dou toda condição...”, porque eu ganhava bem lá na RUAS. “Eu te dou todas condições, o que você quer? Você quer o que, um casaco? Um tênis? Eu te dou, o que você precisar eu te dou. Se você quiser o mundo eu estou aqui para te dar, mas eu não quero que você fique nisso”. Aí ele disse assim “Claudia, eu quero o meu dinheiro, eu não quero depender de ninguém, porque olha só eu não acho certo ficar dependendo de ninguém. E assim, eu não tenho idade para trabalhar ainda, então ninguém vai me empregar, mas lá onde estou o povo me emprega, então eu vou fazer isso até o dia que eu puder trabalhar”. Que era os 16 anos sonhados. “E quando eu tiver 18 eu vou para o exercito”. Aí eu peguei e falei assim “Não, Matheus, mas enquanto isso você está correndo muito risco”. “Que essa

galerinha aí, dá nada não sou de menor”. Aí eu falei “Matheus, não faz isso”. “É, minha mãe me falou até que meu pai falou que até me levaria para o Rio, disse que ele vai viajar aí, né...”. “É ele falou isso?”. “Falou”. “Então vamos fazer o seguinte você vai comigo para o Rio?”. Aí ele “Ah, vou, vou, mas quando?” “Hoje”. Porque a gente estava já para sair. “Hoje?” Eu falei “é. Arrume logo suas coisas que eu estou te esperando”. “Ah, mas eu tenho que falar com minha mãe”. “Pois vamos esperar ela chega e (), porque eles vão sair de madrugada”. Pegou, ele arrumou as coisinhas dele, direitinho, a mãe dele chegou e pra você ver como ele já estava independente. “Mãe, eu vou para o Rio de Janeiro com a Cláudia, tá?” Aí a mãe dele “Como assim, Matheus?”

Entrevistadora: Com 15 anos?

Claudia: Com 15. “Como assim, Matheus?”. “Como assim, estou indo, estou indo, porque é o seguinte, estou afim de ir para lá.” Aí ela “Negativo, porque você acabou de ser preso.” Aí o Léo era o mais velho, aí o Léo “Eu se eu fosse a senhora não deixava ir.” Eu falei “Para, cala a boca, Leonardo, cala a boca que você só está com ciúmes, porque tu nunca foi”. E é também. “Cala sua boca. Ô dona Rosilene é o seguinte eu vou levar ele precisa sair desse negócio aqui, dessa área aqui, ele foi preso, você já viu , então assim a gente precisa conversar com ele, etc., levar ele, tiar daqui e a gente resolver essa história”. Beleza. Peguei ele, botei no carro e fomos. Aí meu irmão e minha mãe levaram ele, minha mãe amava o Matheus, amava o Matheus. Ela não vai com a cara do Léo, nem do Ian, mas o Matheus ela, não é porque morreu, ela porque sempre gostou. Desde pequenininho ela sempre gostou. E aí agente foi para o Rio de Janeiro e ela foi feliz. Chegou lá, ele estava sem roupa nenhuma, por que? Porque eles trocavam roupa o tempo inteiro e a mãe já não estava comprando nada, porque toda eles trocavam as coisas e ficava aquele negócio. Aí minha mãe chegou lá no Rio de Janeiro, minha mãe comprou todas as roupas pra ele poder () aí chegou no pai e falou assim “ó, eu quero que você me pague o dinheiro, porque o filho é teu”. “Eu não mandei tu comprar nada”. “Ah é? Beleza”. Não pagou ela. Aí eu falei tudo bem, eu banco ele aqui no Rio. Eu realmente banquei, só que chegou um... e ele não queria pedir um real para o meu pai, por que? Por causa desse problema que o meu pai fica de sacanagem. Mas só que chegou um dia que o Luizinho, meu irmão foi né, aí o Luizinho queria andar de banana, porque o Luizinho nunca tinha andando de banana. Aí falou assim “Vamos andar de banana, Claudia, mas o dinheiro que eu estou aqui é pouco, eu tenho que ir lá na cidade pra tirar mais dinheiro”. Aí ele, o Luizinho “pede para o papai então, Matheus, pra ele te dar aí pra poder completar aqui”. Aí o Matheus chegou pra mim assim “Cláudia, você pede para o papai pra mim?”. “Peço, pode deixar. Não fique você incomodado não que tudo que for fazer pra você eu vou fazer”. Aí eu cheguei “Pai, eu preciso de dez reais”, porque era pra completar, eu já cheguei assim preciso de dez reais. “Pra que?”. “Pra gente andar na banana ali” que eu sou desse jeito também. “Pra gente andar na banana ali”, porque se você der muita explicação ele começa dar esse show. Aí ele pegou e falou assim “É...” ele já ficou puto né, porque ele sabia que o dinheiro era para o Matheus e porque o Matheus não pediu para ele. Aí ele pegou, tirou o dinheiro e deu. Aí voltamos da banana, Matheus estava com fome e a minha mãe estava sem dinheiro e eu estava zerada. Eu precisa tirar o dinheiro. ((interrupção))

Claudia: Aí o que que acontece? Aí a gente...

Entrevistadora: Aí teve que pedir dinheiro o seu pai para comprar comida para o Matheus?

Claudia: Pois é, porque ele queria comer uma pizza. Aí na hora que ele quis comer essa pizza aí ele falou “Eu vou pedir, Claudia, porque você já pediu.” Aí ele pediu. Aí meu pai

deu um escândalo na praia. “O que? Você...” Quis dar um monte de lição de moral nele, no momento em que, primeiro não tinha nada a ver, e depois ele não tinha moral nenhum para fazer isso. Aí minha filha eu enchi lá na praia que eu ia derramar, ia enlouquecer com ele ali na praia mais minha mãe. Aí na hora que ele fez isso eu olhei para ela, calei a boca. Na hora que eu calei a boca ele levantou e foi tomar banho lá no mar aí eu peguei e falei “Eu vou embora”. Aí ela “ Você não vai embora, porque é tudo que ele quer.” “Eu vou embora, porque se eu não for embora, você vai ver o problema aqui nessa praia hoje”. Aí ela pegou e falou “Não vai”. Aí levantou, foi pra lá praia com ele, quando eles dois voltaram eu falei bem alto “Eu estou a fim de cagar, e eu vou embora”. Aí o Matheus “Então eu vou com você”. Aí Matheus foi comigo e eu fui calda, porque quando eu estou muito indignada eu calo a boca e não falo mais nada. Aí o Matheus olhava pra minha cara e disse assim “Nossa, você está brava em?” Aí eu disse “Como não fico?”. Aí ele falou assim “Menina, esquento não. Relaxa com esse velho aí. Deixa ele pra lá.” Porque pra ele era velho, não era o pai. Aí eu peguei e falei assim “Não, Matheus, não é assim não. Ele está errado, ele fez errado. Eu fiquei chateada, ele não devia fazer isso”. ((interrupção)) Aí o que que acontece ele pegou e falou assim... Aí a gente foi pra lá e eu quando meu pai chegou lá na casa, a gente teve uma discussão muito feia, que eu botei o dedo na cara dele e disse assim “Se tu falar mais uma palavra eu vou embora e vou largar você aqui. Você está pensando...”, porque eu sou atrevida, na hora que eu me irrita, na hora que eu me irrita o bagulho pega. Aí ele Baixa a bola dele, baixou a bola dele, calou a boca e tal. Mas ele começou ficar implicando com pequenas coisas, por exemplo, o Matheus quis comer um sucrilhos, daí eu fui lá comprar o sucrilhos pra ele. Aí ele pegou e falou assim “Tem que tomar com leite. Aí eu falei “Não, vamos tomar com iorgute, porque leite não”. “Claudia, deixa de ser criada com vó, a gente toma sucrilho lá na quebrada é com leite”. Tá bom, fomos chegando lá na casa pra pegar o leite e meu pai “Porque está bebendo o leite todo e aí amanhã a gente toma mijo”. Aí eu peguei e falei “Ah, é?” Aí sabe o que eu fiz? Faltavam três dias pra gente ir embora “Comprei uma caixa com 12 leites e joguei lá em cima da mesa. E aí ele foi e ele observando aquilo tudo, no ultimo dia, quando a gente... na madrugada da gente sair meu pai foi falar um monte de merda pra ele. Foi a ultima vez que meu pai foi falar um monte de merda pra ele. Ele falou a merda que ele quis, eu queria ir lá me meter e minha “não”, e me segurou. Foi a ultima vez que ele falou isso. Eu vim com ele pra casa, eu vim com ele pra casa abraçada, vim abraçada com ele no carro que a gente voltou de carro. Vim com ele no meu colo dormindo o tempo inteiro, o tempo inteiro, o tempo inteiro, o tempo inteiro. Cheguei em casa. Cheguei lá entreguei ele pra mãe dele falei “Ele está bem”, estava até gordinho, porque ele estava seco.

Entrevistadora: Ficou quanto tempo no Rio?

Claudia: Um mês. E a gente conversando com ele. ((interrupção))

Cláudia: Deixei ele lá, falei pra mãe dele olha, realmente a viagem não foi como eu esperava, porque o papai aprontou e tudo mais. Ele voltou um pouco mais chateado como o meu pai, mas eu acho que deu pra ele absorver bastante coisa, ele parar de ser mais, acho que ele vai mudar. Depois que ele me viu aqui ele aqui gostou muito, ele falou “po minha irmã muito obrigada” e me amou muito. “Eu só precisava de conhecer o Rio de Janeiro, agora eu não preciso nem mais de sair da samambaia”. Ele tinha sonhos muito pequenos assim. Ele “preciso nem de viajar mais não, agora já tô de boa, já conheci o Rio de Janeiro era o meu sonho e você já me proporcionou isso, agora tô de boa”. Aí eu peguei e falei assim " beleza, mas você vai conhecer mundo ainda meu filho, tem muita coisa pra você" e isso eu continuava indo lá na boca todo, pelo menos três vezes por semana, e isso tava me adoecendo, sabe? Eu comecei a

entrar numa crise depressiva de ver ele desse jeito, e mais todas as situações de vida, né? e ai meu filho.

Pai de Cláudia: boa semana

Cláudia: porque tu vai embora?

Pai de Cláudia: tem que ir filha

Cláudia: mas podia estacionar aí

(interrupção - despedida - inaudível)

Pai de Cláudia: ele vai lá né? Eu tô cansadão, fiz de tudo pra vocês hoje, certo?

Cláudia: certo. Então fechou. Vou ver, pego vocês e levo lá em casa pra vocês.

Pai de Cláudia: Michele, seu tio.

Cláudia: um beijo, até terça-feira

Entrevistadora: prazer

Pai de Cláudia: prazer foi meu

Entrevistadora: tudo de bom pro senhor

Pai de Cláudia: vem cá, posso ser um... o que vocês estão planejando aí?

Cláudia: então, ela tá fazendo o trabalho dela de conclusão de curso, né?

Entrevistadora: doutorado

Cláudia: é, e ela é doutora e aí ela tá falando sobre a questão da juventude negra e tal
aí a gente tá falando sobre isso

Pai de Cláudia: e onde entra eu?

Cláudia: você?

Pai de Cláudia: é, 66 anos, negão, eu sei mais do que vocês

Cláudia: com certeza, mas é que o seguinte, na verdade a gente tá falando do Mateus
aqui

Pai de Cláudia: porra, meu filho não, não fala não. Não fala não, aí porra me quebra,
né?

Cláudia: porque a situação infelizmente

Pai de Cláudia: filhinha, você sabe

Cláudia: olha, a asinha tá ali te esperando

Pai de Cláudia: tá

Cláudia: vai lá

Entrevistadora: beijo, tudo de bom

Pai de Cláudia: beijo filhinha. Mas não fala sobre isso não, isso é passado

Cláudia: aí né

Entrevistadora: você viajou com ele quando, em que ano?

Cláudia: em 2015

Entrevistadora: um ano antes

Cláudia: um ano antes, que ele morreu em 2015. Eu viajei com ele em 2014 e ele
morreu em 2015. Ele tinha 15 anos quando a gente viajou e ele morreu com 16 anos e 15 dias.

Entrevistadora: ele, dessa viagem pra cá ele foi se afundando mais na questão do
tráfico, de virar traficante?

Cláudia: foi, aí ele se afundou legal e eu não só questão de vender, mas de usar
também. Tava cheirando uns pó lá tão sinistro que o nariz dele por dentro tava todo comido

Entrevistadora: só o Mateus que foi isso, o Leo não foi pra essa vida?

Cláudia: o Leo foi, mas saiu fora antes.

Entrevistadora: ah, o Leo fez o esquema que ele pensava em fazer? Ficar só um tempinho e aí arrumou um emprego formal

Cláudia: isso

Entrevistadora: e saiu fora?

Cláudia: e o Yan ainda não teve tempo, que agora o Yan tem 11. Agora o Yan tem 11, mas o Yan eu espero que ele não, né? Que a gente reza pra que não, mas aí o Mateus ele pegou

Entrevistadora: nesse um ano depois da viagem

Cláudia: foi, o último ano dele de vida e o não que ele foi mais ele começou a entrar

Entrevistadora: ele foi preso de novo depois?

Cláudia: foi. Foi preso de novo e além disso ele muita droga, os caras os PM bateram nele, até botaram ele uma vez de cabeça pra baixo dentro do bueiro. Isso tudo me incomodava muito. Eu ia em cima pra tentar resolver, e eu tava lá pelo menos umas três vezes por semana, mas adoecendo

Entrevistadora: e só você? Teu pai não intervia

Cláudia: ninguém, só eu ia.

Entrevistadora: nem a mãe dele? Você era a mãe

Cláudia: eu era a mãe aí eu queria arrumar um psicólogo pra ela eu queria pra ele eu queria tudo, resolver o problema de uma família inteira porque eu me sentia muito responsável por aquilo, e vivendo aquele negócio.

Entrevistadora: seu pai não se sentia responsável?

Cláudia: ele falou que vagabundo tinha que morrer ou ficar preso. Era essa a..
(interrupção externa)

Entrevistadora: porque você se sentia tão responsável, Cláudia?

Cláudia: porque eu amava ele, por que eu achava que ele era meu filho. O ideal de filho que eu queria ter era ele era com aquele jeito, com aquela feição, com aquela cara, com aquele jeito. Era isso que eu queria.

Entrevistadora: nesse momento você já entendia melhor a bagagem adquirida com a CUFA tudo, você já conseguia entender e elaborar melhor porque o Mateus tava vivendo aquilo?

Cláudia: exato. Aí eu entendi que era questão de jovens negros da periferia e que a gente era a situação que os pretos de periferia viviam e que só tinha preto ali no redor dele. O melhor amigo dele que também chamava Mateus que também já morreu

Entrevistadora: antes dele?

Cláudia: depois. O meu irmão morreu em janeiro e o outro Mateus foi em maio. O outro Mateus foi dia 31 de maio. Também com 16 e poucos também. 16 anos e poucos dias, porque ele fez aniversário 25 de abril e em maio foi assassinado

Entrevistadora: visitando o Mateus você foi conhecendo os amigos dele também?

Cláudia: todo mundo

Entrevistadora: e todos eram jovens negros também?

Cláudia: todos

Entrevistadora: pobres?

Cláudia: morreram 16. Morreram 16 jovens de janeiro a julho dos amigos dele. O menino que foi contar pra polícia quem foi que matou meu irmão já tinha sido morto dias depois, e todo mundo foi morrendo, morrendo, morrendo, morrendo

Entrevistadora: 16 jovens em 6 meses?

Cláudia: exato, lá na samambaia. Naquelas quadras da 314 e na 100 que desse lado é 300 e desse lado é 100. Tanto que o menino que matou meu irmão é da 110 e ele morava na 314.

Entrevistadora: o menino que matou seu irmão ele era cobrança de dívida?

Cláudia: não, era menina, por causa de menina. Porque o meu irmão, modéstia à parte ele era muito lindo, e esse moleque era feio pra cacete. E a menina queria porque queria ficar com o Mateus porque eles cresceram juntos e aí ela era namorada dele lá. E outra coisa também é que o Mateus e o outro Mateus, os dois Mateus eles era muito, muito, muitos sagazes na venda. Eles eram muito sagazes na venda e eles eram temidos assim pra faminha que eles tinham pouco ali, mas era temidos. Não porque matavam porque.. porque eles eram o bandido bom. O Mateus sempre me falava assim "eu jamais eu roubo alguém, porque no outro dia eu tava com os moleques e eles foram roubar e era uma tiazinha, a tiazinha largou o chinelo, largou tudo e saiu correndo num medo que eu fico pensando se fosse a minha mãe ali" aí ele outra coisa que ele fazia também era comprar coisa roubada. Entrava muito. Eles compraram uma moto roubada, aí o amigo assumiu sozinho, se não ele tinha sido preso de novo por receptação, e esse amigo hoje é vivo porque assumiu essa receptação e não morreu nesse período.

Entrevistadora: estava preso?

Cláudia: estava preso porque esse período foi bem assim, posso dizer desse período porque foi com o que eu acompanhei, porque depois eu não tinha mais saúde pra isso. E aí ele me guiou naquele negócio

Entrevistadora: e como eram essas conversas nesse período com o Mateus? Esse período que você sempre estava lá

Cláudia: eu falava "po meu irmão", não adiantava, mas eu falava pra ele "sai dessa vida". Eu estava aguardando, eu só queria que ele comesse, botasse um casaco e se ficasse sóbrio. Os meus deveres eram esses. Ir lá pra ver se ele tava vestido, se tava com casaco, se ele já tinha jantado e se ele não tava usando droga. Era essa a minha função que eu assumi pra esperar o tal dos 16 anos que eu já tava com um estágio pra ele na Caixa

Entrevistadora: ah, tava esperando ele fazer 16 pra começar um estágio.

Cláudia: é, o que é o jovem aprendiz. Tava aguardando o 16. só que o que acontece, nesse meio período ele pegou e falou assim pra mim "po, você tá atrapalhando as minhas vendas, você podia vim menos né porque você tá atrapalhando aqui, o meu pessoal fica me chamando de playboy porque você chega de carro, me pega aqui aí os caras fica falando um monte de merda não sei o que" aí eu falei "eu não tô nem aí" aí "não faz isso não. eu amo você, mas não faz isso não." e isso eu ia me entristecendo mais ainda e eu ficava mais e eu tomando remédio, que eu tava tomando remédio controlado por causa disso

Entrevistadora: estava ficando angustiada? Já tava prevendo que ia acontecer uma merda com seu irmão?

Cláudia: com certeza, em algum momento alguma coisa de tão ruim ia acontecer

Entrevistadora: você vivia em estado de alerta

Cláudia: exato. e o meu estado e do meu pai lá e minha mãe aqui. Porque? Porque eu to com um moleque que tá ali na eminência de morte e eu me expondo ao risco também. tanto que ele morreu na esquina e eu podia tá ali, só não estava porque? Ai eu digo onde é deus. 8 de novembro meu aniversário fizemos o elemento em movimento. Aí veio o Emicida veio um monte de gente, pá, aí eu peguei assim "Max, eu quero colocar o Mateus pra trabalhar aqui"

Entrevistadora: você tinha um programa de rádio, né? na EBC.

Cláudia: tinha, na EBC também. O rádio acontecia independente de tudo isso né? O rádio era RAP, era outras coisas.

Entrevistadora: você começou quando nesse programa Claudia?

Cláudia: em 2009

Entrevistadora: nossa, bastante tempo seu programa de rádio

Cláudia: foi, bastante tempo. Foram 8 anos

Entrevistadora: caramba.

Cláudia: 2009. aí eu falei "Max, eu quero que o Mateus trabalhe aqui pra ele desenganar daquela parada que você tá vendo que isso tá me incomodando, isso tá me deixando doente" aí ele falou "não, beleza"

Entrevistadora: o Max era o que? era produtor?

Cláudia: era o coordenador. Ainda é né. Ai eu peguei e ele falou "não, beleza, chama ele aí". Aí eu marquei com ele de pegar ele meio dia, só que não deu, porque eu tive as outras coisas pra resolver. Aí eu fui lá cinco horas da tarde. Quando eu cheguei lá cinco horas da tarde o Mateus já tinha tomado todos rupinol do mundo. Aí eu levei ele rupinado assim mesmo pra lá porque eu falei assim

Entrevistadora: o que que é rupinol?

Cláudia: rupinol é uns comprimido que deixa a língua roxa.

Entrevistadora: ah! é droga?

Cláudia: é droga, mas na verdade é remédio pra quem é meio ruim da cabeça. É a mesma coisa pra questão da depressão. É remédio antidepressivo. Só que aí você toma um né, não toma cinco, seis como eles tomava pra ficar mesmo doido. E o efeito do rupinol é horrível porque a pessoa parece que não tem alma ali, parece que a alma se recolhe e fica só o corpo ali. A pessoa mata a outra sem nenhum problema porque ela não tá ali. E se pa, porque também dá muito sono, a pessoa pode adormecer no ambiente do lado do corpo do morto, não tem problema nenhum, e acordar com o corpo ali. Isso já aconteceu, já foi televisionado até. Aí levei ele pra lá falei assim "Max, queria que tu conversasse com ele porque (...inaudível) começou a conversar com ele. o Max falou com ele um tempão aí ele "aham" porque ele não é de discutir "tá certo, tá certo, tá certo", mas não era ele que tava falando, não era nada. Ele não tava ali.. tanto que no dia seguinte ele não lembrou nem que o Max conversou com ele. Dia seguinte ele tava numa ressaca horrorosa, tava mal humorado. Eu fui e peguei ele pra trabalhar assim mesmo, mal humorado. "Porque se o Emicida tá chegando eu tenho que pegar a mala dele? vou pegar a mala do Emicida nada. eu?" falei assim "mas Mateus, esse é seu trabalho, por isso "quero saber desse cara não, to aqui. saco" aí deixei ele lá no carro tal, era permissiva até certo ponto. porque? Porque eu não queria perder a confiança dele. Eu queria ele ali pra mim, seguro até ele fazer os 16. Aí ele pegou e não foi, não fez e falou "ah Claudia, vamos chamar meu amigo Mateus também pra ele trabalhar também?" isso depois que ele já tava melhor né aí eu fui lá e peguei o amigo dele Mateus e ele quando você pensa que não esses cara tá cheio de droga dentro do meu carro. Ou seja, sai da Samambaia pra Ceilândia cheia de droga no meu carro. Aí todo hora eles viam em mim e falavam "Cláudia, abre o carro lá pra mim que eu tenho que pegar um negócio" aí beleza. abri uma, abri duas, na quarta

Entrevistadora: no evento você sacou eles tavam traficando?

Cláudia: quando saio na quarta eu falei "não vou abrir não. o que tá acontecendo?" aí que eu vi o tanto de pedra de crack e o Mateus, o meu irmão vomitando, vomitando, vomitando. " eu não vou abrir mais nada, acabou" e fiquei indignada, fiquei indignada porque na hora eu pensei "se eu tivesse parado na blitz que eles tão com esse bando de droga eu ia tá como

traficante, como aliciadora de menor e uma série de situações que ia sujar pra mim e eu sem saber”. Aí eu peguei e falei assim, eu fiquei muito brava com ele, mas não briguei, só falei "eu não vou abrir mais o carro coisa nenhuma, não quero saber de nada" e aí minha cabeça assim como eu já não tava mais vendo o meu irmão ali eu já pensei "eles moleque quebrar o vidro do meu carro pra pegar essa merda aí dentro?" mas não fez, porque ele tinha ainda o amor, não fez. Ai beleza, acabou o evento e botei os dois dentro do carro, e ele ia dormir na casa do meu pai comigo. Mandei pra casa, deixei ele lá na casa da mãe dele. Aí o Leo abriu a porta "o que você tá trazendo o Mateus, ele não ia dormir com você?" "porque é melhor" e não falei nada não. Sai, aí ele entrou e também não falou nada, porque ele não contava não o que ele fazia. Ficava assim, todo mundo sabia que ele traficava e isso ele assumia. Se você perguntasse ele assumia. Agora ele ficar falando não falava. Ai cheguei lá na casa do meu pai, ainda tava com o camarada lá da Bahia que veio vender, fazer as vendas deles pegou e falou assim ... ai pegou e falou "cadê o Mateus?" aí o Vital pegou e falou assim, o Vital logo jogou "seu filho fez isso, isso isso e aquilo" aí ele ficou doido, né? “Botando minha filha em risco, que vagabundo!” como se ele não fosse filho dele né? Ele já falava assim "botou a MINHA filha em risco" como se

Entrevistadora: teu pai faz uma diferença, né? Entre você e os outros?

Cláudia: faz, total, uma diferença. O Leo, por exemplo, ele nem queria ir no casamento do Leo. Eu tive que fazer das tripas coração pra ele ir no casamento do Leo.

Entrevistadora: os filhos oficiais são vocês?

Cláudia: é

Entrevistadora: do casamento com a sua mãe.

Cláudia: exato. Ele deixa isso bem claro.

Entrevistadora: os outros são os bastardos.

Cláudia: não, ele não chama de filho. Aí ele falou que meu filho, porque assim já bebeu todas e etc. mas assim, comumente se ele tivesse de cara, assim que ele é. "ah, porque que ta falando disso?" Aqui ele falou "ah, meu filho... po não fala disso não". Mas se fosse de cara..

Entrevistadora: ele assume responsabilidade? Da morte do Mateus

Cláudia: é ruim! Quando morreu ele falou assim "é, tinha que morrer mesmo" porque eu ia ter a vergonha de ta preso, dos dois um. E morto pelo menos não tá dando trabalho. Bem taxativo. aí

Entrevistadora:então, quando acontece a morte dele?

Cláudia: então, ai foi aí.

Entrevistadora: novembro, aí foi janeiro que ele morreu?

Cláudia: em janeiro. Aí ele pegou em novembro aí teve essa ruptura. Aí meu pai foi e falou uma monte de merda pra mãe dele, mas ele foi lá a noite no evento depois disso e foi conversar comigo. Ele me chamou lá e falou assim "não, porque meu pai falou que você ficou chateada" falei assim "Mateus, você não agiu certo né?" "não" "mas eu não sei ficar chateada com você, porque você sabe que eu amo você, mas po, você não agiu certo" aí ele "é, não agi não, mas po não fica chateada comigo não pelo amor de deus. tá, eu agi errado mas por favor" beleza, aí ele pegou e foi pra casa eu falei assim "eu vou um ajuda nele. Eu vou dar um gelo nele porque ele não pode fazer isso. Dentro do meu carro não rola. o que aconteceu? Mais que depressa ele pegou e tratou de vir aqui depois de um tempão, em dezembro, final de dezembro pra pegar o Yan, e ele veio aqui "po, porque você não tem ido lá me ver? você ia sempre" aí eu falei "eu não vou porque eu tô muito ocupada Mateus" mas ele tava sentindo isso, mas essa quebra, esse distanciamento aconteceu porque tinha que acontecer, porque ele ia morrer e eu ia

tá lá e eu poderia morrer. Eu sinto que é mão de Deus aí. E é mão de Deus também quando ele morre porque ele poderia ter ido de uma forma bem pior e ter feito a família dele toda, assim como eu mais outras pessoas bem pior

Entrevistadora: né? De entrar em casa, machucar outras pessoas. Era uma coisa que você pensava também Cláudia?

Cláudia: só pensei isso depois que eu voltei pra religião. Porque na hora não era isso, na hora era aquela indignação. Aí eu peguei, ele pegou e eu cortei esse contato. Quando eu fui ter contato com o Mateus de novo foi dia 11 de janeiro, que era o aniversário dele. Peguei e falei, fui ligar "oi, tudo bom? o Mateus tá aí?" "não, tá não ele tá lá na rua, tá ná onde tu sabe" eu peguei e desliguei. Aí ele foi em casa e mandei falar "Cláudia ligou aí pra você" aí ele respondeu assim "se ela quiser falar comigo ela sabe onde me encontra". Aí eu liguei de novo e ela me deu esse recado. Aí eu falei "beleza, só que eu não vou não". E calei a boca. Aí eu falei com ele no facebook e conversei com ele, falei "você sabe que eu amo você, né?" aí ele "eu sei, mas tá sumida, amo você" e não sei o que lalala. Isso foi dia 11 de janeiro. Dia 21 de janeiro ele foi assassinado, eu tava sentadinha lá no escritório, daqui a pouco minha irmã liga. Minha irmã tava em Natal e eu não tava nem querendo ver a cara dela. Aí o telefone tocou e eu vi que era ela eu fiz "deu merda". Alguma coisa aconteceu, porque pra ela tá me ligando. Atendi, aí ela "Cláudia, o Mateus tomou um tiro, o Yan acabou de me ligar, então você vê o que tá acontecendo" aí beleza, já comecei a chorar enlouquecida. Porque ela falou um tiro na cabeça porque foi na cabeça. Aí eu já comecei a chorar, já comecei a me tremer aí eu peguei e falei assim pros meninos "o Mateus tomou um tiro na cabeça" aí o Quinho, que tava o Quinho e o Roberto. O Quinho olhou pra mim "e agora Cláudia?" e agora é a minha pergunta" aí eu peguei e corri pra

Entrevistadora: você foi de carro? Alguém foi com você?

Cláudia: foi, mas só que é muito difícil eu fazer as coisas sem a minha mãe, né? Aí eu falei "Quinho a gente tem que passar lá pra pegar a minha mãe". Ai a gente veio. Minha mãe não tava eu esperei ela. Ela tava pra chegar, esperei ela chegar, peguei ela, peguei meu sobrinho que também tava, o filho do meu outro irmão e descemos pra samambaia. ali de frente pro bombeiro na samambaia

Entrevistadora: eu não sou daqui, né? eu sou de São Paulo, você sabe. Não conheço direito

Cláudia: aí ali de frente pro bombeiro tava ali o corpo dele estendido porque ele

Entrevistadora: o corpo dele tava estendido no chão?

Cláudia: ele foi morto, ele foi assassinado ele na verdade tomou o tiro na esquina perto na casa dele, mas os dois tiros dele removeram pra ver se dava tempo de levar pro hospital, só que aí porque a ambulância tava demorando pra chegar. Só que aí o carro dele e o da ambulância se cruzaram na frente do bombeiro, aí ele vindo que ele tava já desfalecendo aí chamou a ambulância, e ela fez o atendimento nele ali, mas falou "já foi". Aí eles embalsamaram a cabeça dele na atadura e deixou ali estendido

Entrevistadora: até o IML chegar

Cláudia: e levar. Só que isso era meio dia, o IML chegou seis e meia e isso, eu cheguei lá era duas e meia quase três e foi uma coisa assim muito horrível, porque eu fiquei ali vendo e ai a única coisa que eu fiz foi pegar aqui, e tava muito quente ainda. E ai foi tenso. Eu fiquei em choque, eu queria chorar mas não sabia o que fazer, e meu irmão e a minha mãe muito preocupados comigo porque sabiam que essa ligação, esse meu negócio com ele. Tanto que eles não queriam deixar eu atravessar a rua pra ir lá perto, mas dei um dribble neles e cheguei, e

foi aquele negócio, aquela sensação, e aí meu irmão foi chamar meu pai, e meu pai chegou assim e falou "ah, vou lá não". E aí depois ele apareceu com um outro amigo, já tinha bebido todas, apareceu lá com esse amigo e aí ele ficou, aí tem até uma foto de um sem noção que tava tirando foto da gente lá né, e aí eu recebi as fotos, eu tava abraçada com meu pai de frente aí ele falando. Aí ele falando essas coisas que ele falou, só que ao mesmo tempo eu ficava achando tá em choque, tá bêbado, deve tá falando bosta né, mas quando ele ficou bom ele falou a mesma coisa. Aí beleza, foi aquele momento, aí nós fomos pra casa dele, e eu dormi lá com ele porque ele tem 67 anos né, agora, mas ele tinha 65 aí eu peguei e falei assim "vou dormir aqui mãe, porque fica mais fácil pra eu resolver pra ir no IML, pra ir lá fazer tudo que tem que fazer, porque eu me senti responsável de fazer isso. Aí dormi lá também pra tomar conta dele, só que eu não dormi, eu fiquei acordada e observando e as pessoas escrevendo lá o tempo inteiro no facebook "ah Mateus" "ah que não sei o que" "lalalala" aquele negócio todo e eu a madrugada toda vendo aquilo sem dormir, sem nada, aquele negócio todo quando a gente foi pro.. Aí no dia seguinte eu levantei cedo, eu tava esperando o Luizinho porque eu tava lá de carro, mas eu não tava com essa condição psicológica pra direção. Aí o Luizinho demorava, demorava, demorava e já tava dando dez horas e o Leo também agoniado também na casa dele e eu também não queria que o Leo dirigisse porque o Leo é mais bolha de todos. Aí eu peguei e falei assim

(interrupção)

Entrevistadora: já estamos acabando aqui.

Cláudia: aí eu peguei e fui e aí o vizinho, enfim chegou já era onze e pouco, o Leo louco aí partimos pro IML, aí na hora que eu cheguei lá eu falei "eu quero ver o Mateus" todo mundo, nenhum deles queria. Aí fui eu, meu pai, o Luizinho e o Leo. Nenhum deles queria, aí o Luizinho "cê tá maluca, cê quer ver ele? o cara fica pelado" aí eu falei "e daí que ele tá pelado? agora tá pelado tá pelado" "não" "você quer ver Leo?" aí o Leo "não, não quero não" aí eu falei "você são muito é cagões" e fui, tomei a frente e fui lá, fiz a certidão de óbito, fiz tudo que tinha pra fazer. Como fui eu que fiz a certidão de óbito então eu que tinha que reconhecer, então eu fui lá ver e fiz tudo do jeitinho, aí fui lá na funerária e meu pai passou lá pra ir também, mas acabou que a gente foi lá pra funerária só eu e o Leo e depois ele chegaram aí eu fiquei resolvendo a funerária também e o meu pai foi ver a cova. Aí eu escolhi a roupa e tal, caixão, escolhi tudo, e aí o que acontece, ele gosta muito de dinheiro, gosta de ostentar, ele vai ter os melhores. Então peguei o caixão de luxo, peguei tudo que era melhor eu peguei. Porque meu pai é bombeiro e ia ganhar o dinheiro por conta desse enterro, então eu não ia tá nem pagando. Então botei tudo do bom e do melhor.

(interrupção)

Cláudia: aí o que acontece, peguei e fui, fiz tudo, olhei ele e tal. Só que aí eu percebi que eu estava na funerária, porque eu tinha que ir lá reconhecer o corpo, aí eu fui com o cara da funerária reconhecer o corpo, peguei o corpo e aí eu estava no carro da funerária e não tinha ninguém para me pegar e me levar, então o que acontece? Eu fui lá, vi o corpo, vim trazendo o corpo para a funerária clínica que ia ficar fazendo a arrumação dele. Acabei ficando lá fazendo a arrumação dele. Então eu fiz a arrumação, botar roupa, botar um monte de coisa e etc., fazer a costura da boca, porque a língua ficou pra fora, eu fiz tudo. Aí ela quis tirar o bigode dele e eu falei "Jamais". Então todos os detalhes, tudo, tudo, tudo (tive que me submeter), pergunta se eu derramei uma lágrima? Nenhuma. Ali. E eu detesto defunto. Então assim, () assim "Eu não acredito que ela que está fazendo isso tudo". Aí minha mãe "Pois é". Aí eu peguei, fui para o enterro, depois que o corpo dele estava pronto. Fui no carro da funerária no enterro, fiquei lá com o corpo o tempo inteiro com ele. Aí quando entreguei ele lá para a família, pessoal todo

estava lá, parecia até Corpus Christi, tanta gente, tão lotado que estava, foram ônibus pra esse negócio, ônibus e mais ônibus. E aí eu entreguei e tipo assim aí assentei falei “Cumpri”. Quando cumpri que eu voltei pra casa que eu comecei, “agora está batendo, amanhã não tem Matheus”. Aí fui indo. Minha filha eu não saía do quarto. Meu quartinho era aqui e eu ficava ali nesse quarto e nunca mais. () Minha irmã ficava me puxando e aí eu prostrei e tinha que trabalhar, mas pergunta se eu ia. Quando eu ia, eu ia 16 horas da tarde pra vim embora 18. Não queria saber de mais nada e fiquei nessa depressão, essa coisa toda, até chegar nesse período, chegar nesse terço que aí pra fazer essa virada, enfim.

Entrevistadora: Então a religião te resgatou pra passar do luto da morte do Matheus?

Claudia: Porque foi muito difícil. E aí lá no Emicida quando eu estava lá, ele estava fazendo o clipe da música (chapa). Pra você ver que eu fiquei tão assim que eu tinha foto dele morto, dele assassinado, ele tinha tomado o tiro, lá fotografou a cara dele, o tiro que foi bem aqui estava ali, eu tinha essa foto tinha me mandado () me mandou. E eu não apagava, eu apagava fotos dele rindo, mas não apagava essa no celular. Eu tinha todas as outras fotos dele eu apagava, mas essa eu nunca apaguei. Ficava com ela. E aí, estava lá fazendo esse negócio do clipe do chapa, porque o chapa é o cara que morreu e tal e aí falou “Vamos fazer com as mães de maio, porque...” e tal. Aí o menino Erick que ia fazer o clipe, ele pegou e falou assim “Então, estou com uma ideia de fazer um clipe preto e branco...”. Falei assim “Rapaz, porque preto e branco? Se a pessoa morre, morre colorido também.”. aí ele falou assim “não”. Aí eu falei “Está aqui”. Aí na hora que ele bateu o olho, falou... ficou né “como assim tu tem a foto de uma pessoa morta com um tiro? Tipo, é seu irmão, se fosse outra pessoa tudo bem, mas esse é o seu irmão. Que cavernosa, que louca.” Aí falei assim “É, é porque eu não consigo me desfazer, mas olha é colorido também, não é assim que funciona, tal, tal, tal” e comecei a conversar com eles. E falei pra eles “O cerne da questão dessa morte desse jovem preto é o depois dessa morte, porque todo mundo fica desnorteado depois disso, todo mundo enlouquece depois disso, todo mundo fica e agora, que faço?” A mãe dele também ficou “e agora o que faço?”, o Léo ele até hoje é meio “e agora o que faço?” Ele casou, eu acredito que ele casou pra sair de lá, por que? Porque ele mora num cômodo que nem essa sala, é uma casa bem grande, mas são muitos irmãos cada um tem seu quarto. Então aqui era o quarto do Léo, do Matheus, do Ian e da mãe dele, a cama do Matheus, a cama do Ian, da mãe. O Léo casou assim “bum”, bem na sequencia. Por que? Porque eu tenho certeza que ele não aguentava mais entrar num quarto que não vê o irmão. E o Ian sofre de ficar vendo um monte de vulto pela casa, ele fica vendo vulto, fica vendo não sei o que, uma coisa de louco. Aí... ((interrupção de fala))

Entrevistadora: Então pra você o cerne não é nem só o contexto social que o Matheus cresceu, a falta do seu pai, mas esse luto agora depois que ele foi embora?

Claudia: Exato, porque todo mundo ficou “e agora, o que eu faço?” A família “e agora o que faço?”. E assim, o que que está levando todo mundo a superação disso? A fé em Deus, a fé cristã mesmo. Porque eles são da Universal, mas também é Cristo. E eles também se engajaram ali e estão ali firmes. Então a mãe, o Léo, o Ian e eu com a minha fé Católica. E aí na minha fé católica eu consigo enxergar que, eu preciso ter as lembranças boas e não posso ficar achando que eu não posso impedir que a pessoa parta, porque é egoísmo. Uma série de situações que eu passei compreender depois. Mas eu compreendi também que tudo isso é o contexto que ele estava. Nunca que essa realidade passou por mim. Por que essa realidade não passou? Porque eu não vivi isso.

Entrevistadora: Porque você cresceu num espaço de classe média.

Claudia: Exato.

Entrevistadora: Não só faz parte de classe média, mas por crescer com sua mãe com seu pai, estrutura familiar, coisas que foram negadas para o Matheus e para os seus outros irmão. Isso passou nos noticiários?

Claudia: Passou, passou na Record.

Entrevistadora: E aí como que foi? Como que foi no jornalismo, você sendo jornalista? Você chegou a ver essa matérias? Como você analisa como a imprensa retratou a morte do seu irmão?

Claudia: Eu via eu ela fazendo a matéria, fez com um tio dele que estava sentado, que não saiu do lado do corpo dele, que era um tio bem ligado também. Ela só queria saber por que morreu, o que que houve? Dane-se o resto. E aí, morreu por que? E ele fazia o que pra ele estar aqui morto? Porque naquele dia, naquele dia, inclusive estava na mesma funerária tinha morrido três jovens na Samambaia, e o Matheus era o terceiro que o Samu foi pegar, por isso que o Samu só chegou 18:30. Tinha um que estava na funerária com o Matheus tinha tomado 22 tiros. O moleque estava... E o pai e a mãe não tinha condição, aí o pessoal da funerária teve que quebrar ele pra ele caber dentro do caixão. Nessa que quebrou ele, ele inchou muito, aí teve que botar luva para poder conter pra não explodir, uma coisa louca. Aí jogou uma tinta rosa na cara dele pra tentar dar uma cara de saudável, porque estava feio demais. E jogaram a tinta rosa nele e ficou assim fora do contexto assim, não tinha nada a ver aquela tinha rosa ali sabe? Porque foi um tinta rosa. E o Matheus estava lindo, normalzinho do jeito dele. Foi na cabeça, mas as flores cobriram, né, então assim... O que você perguntou mesmo?

Entrevistadora: Como a imprensa retratou isso né? Que você é jornalista também, a gente tem os noticiários que sempre mostram, né, a violência contra os jovens negros, traficantes que é preto, aquela coisa que a gente sabe, né, infelizmente. Como a notícia, principalmente os telejornais de tarde, né?

Claudia: Só (disse isso), né? Eles só queriam saber se ele era vagabundo e por que ele morreu.

Entrevistadora: mais nada?

Claudia: Mais nada.

Entrevistadora: Problematizar, entender o que tinha acontecido, a dor de vocês...

Claudia: Aí falou: “Por que ele morreu?”. “Ah, foi assassinado”. “E ele fazia o que?”

Entrevistadora: tem que ter um motivo.

Claudia: Exato. Aí ele falou “Não, foi numa briga de namorada”, o tio disse. Mas tanto o Matheus quanto o cara eram traficantes, (também tinha esse detalhe), né, que ele estava no crime;

Entrevistadora: Uhum. Teve uma mobilização?

Claudia: Teve. Depois disso a gente fez um bonezaço, motivado por isso também, mas também motivado por a gente vê e ter tido aquele problema do PM que matou um outro jovem por causa do boné, que falou que o boné “Não, está vendo ele está de boné, ele é bandido”. Então a gente fez o bonezaço também pelo Matheus... ((interrupção de fala))

Entrevistadora: Junto com o pessoal da Ruas?

Claudia: Exato, e mais essa questão. E o amigo dele, Matheus, que foi morto logo em seguida participou do bonezaço também. A gente tem até a foto. Era o Gabriel Medina né, o Secretário de Juventude da época, ai está eu, Gabriel Medina, o Matheus amigo dele que já foi morto e meu irmão Léo e o Max. No dia desse bonezaço. Falei assim “vem, vem, porque a gente vem pelo Matheus e também pela Juventude...”, aí ele foi. Mas foi pra lá, ficou de boa, mas logo arrumou dois vagabundinho lá, amiguinhos dele ((interrupção de sala))

Entrevistadora: Como o Matheus foi assassinado, o amigo do seu irmão?

Claudia: Tiro também. Só que meu irmão foi um tiro só na cabeça, foi uma arma com 32, o garoto veio por trás. Meu irmão estava assim, né, os moleques na esquina ficam assim né, aí ele estava aqui assim e o moleque veio aqui e “pum”, deu um tiro encostou a arma na () aqui. Aí ele sempre estava com a bicicleta dele, e aí montaram na bicicleta dele e saíram. Então o que aconteceu? E o menino um tinha 18, o que matou mesmo tinha 18 e o outro tinha 16. O Marcos Wendel que matou, ele foi pra papuda e o Lucas Sousa ((interrupção de fala))

Entrevistadora: Ele está vivo?

Claudia: Todos os dois estão. O Lucas Sousa foi para Unidade do recato das Emas e aí eles...((interrupção de fala))

Entrevistadora: teve investigação então.

Claudia: Foi, teve. O menino foi lá, o que já morreu também, foi lá e contou quem foi que matou o Matheus. Ele foi lá e falou... ((interrupção de fala))

Entrevistadora: Aí já prenderam o menino...

Claudia: Aí prenderam na mesma noite, na mesma noite foram lá, prenderam ele e já levaram. Aí o...

Entrevistadora: O Matheus, o que aconteceu com o Matheus, amigo do seu irmão que depois veio a morrer, né?

Claudia: O amigo do meu irmão foi o seguinte. Depois que meu irmão morreu ele também começou cair numa depressãozinha, eles dois eram colados desde que nasceram. Aí o Matheus começou a ficar dentro de casa também por medo, né, porque ele estava vendo os outros morrerem. Aí chegou uma vizinha dele lá, aí ele tinha uma namoradinha chaava Nininha, aí ele levou a Nininha na parada de ônibus e voltou pra casa. Aí essa vizinha Milena viu que ele estava em casa chamou ele , porque o outro menino que morava no Santo Antônio do Descoberto estava na (posse lá) pra poder matar ele numa praça lá na cento e ((interrupção de fala))

Entrevistadora: Por dívida de tráfico?

Claudia: Não. Por a rixa dele lá. Aí, por que? Porque o Matheus começou a falar demais, começou a ficar falando demais, que ia matar não sei quem, que ia matar porque não estava certo fazer isso com meu irmão que era o amigo dele, o irmão dele e não sei o que e começou a falar. E aí esse menino foi lá e matou esse Matheus e foi com quatro tiros. Foi 31 de maio, eu saí daqui de casa, a gente tinha acabado de sair da casa do meu pai em Samambaia, eu cheguei em casa, cheguei aqui o Léo falou “Olha, mataram o Matheus”, aí eu desci lá de novo. Foi bem pior que o meu irmão porque foram 4 tiros.

Entrevistadora: Claudia, você viveu na pele o extermínio da juventude negra.

Claudia: Fui lá ver.

Entrevistadora: Porque estou na academia e eu estou tendo dificuldade de usar, até já me convenci, () me ajudou bastante, mas eu tiver muita resistência do meu orientador usar genocídio. Porque eles trabalham nesse genocídio que nem aconteceu com os judeus na segunda guerra, entendeu? Sistêmico, perseguição de um povo e etc. Mas a academia não vê que está tendo extermínio da juventude negra. E você em seis meses viu de 6 jovens, dos quais, sei lá, todos você conhecia se duvidar e dois você tinha um irmão e o outro amigo dele.

Claudia: Assim, estava sempre ali. Porque os dois... ((interrupção de fala))

Entrevistadora: Realmente você não tem dúvidas que teve extermínio da juventude negra?

Claudia: Não, dúvidas não tenho não. Dúvida nenhuma. E, mas assim eu enxergo que tem muito mais motivos do que só o extermínio pelo extermínio. “Ah, eu não gosto de preto”.

Entrevistadora: Não é só a questão do racismo?

Claudia: Não é só. É a questão também espiritual de todas as pessoas, não é só a questão espiritual daqueles meninos que estão ali. A sociedade em si vive essa doença da violência. A doença, por que? Porque aquele que não está ali apara matar, mas quer que morra. Hoje a gente estava num encontro de casal e a gente tocou nesse assunto e o cara falou assim “pô, mas tu quer que eu goste de bandido?”.

Entrevistadora: A vida humana tem valores diferentes.

Claudia: Exato. Então assim, ainda mais pesa se for a questão de ser for um jovem pretinho sentado ali.

Entrevistadora: da periferia...

Claudia: O jovem pretinho ali sempre vai estar fazendo alguma coisa errada. Porque quando o jovem pretinho está passando e o Matheus falava muito isso, quando ele estava passando todo mundo ficava com medo da sua bolsa, tirava a bolsa, colocava pra cá. As tias ele mesmo falava assim “Tia, pode ficar tranquila que eu não vou te fazer nada não”. Ele por que? Porque o jeito a gente tem o estereótipo, como eu mesmo te disse quando o Matheus chegou, não era mais aquele menino de 11 anos, já era aquele malandrinho. Por que? Porque a roupa é aquilo, o bigodinho é aquilo, aquela forma de andar e também a pele, e também a pele. É determinantes para que você tenha medo, pra que você fique... E aí eu não tenho duvida,

Entrevistadora: Então o extermínio você acha que é uma coisa mais conjuntural. Tem vários fatores.

Claudia: Vários fatores.

Entrevistadora: E você acredita que é uma coisa que já é negada ao nascer, assim... A morte do seu irmão é um ápice de sucessão de coisas que foram acontecendo durante a trajetória dele, não só dele como dos outros rapazes. Acredita nisso ou não?

Claudia: Acredito, porque são coisas, são instituições que falham para que (chegue naquele buraco, né). Primordial é a família.

Entrevistadora: Para você a família vem até antes da educação?

Claudia: Total. Por que? Quem tem que educar de fato é a família, lá na escola eles ensinam. É outra coisa. Educação, aí eu acho que os termos estão trocados, dentro da escola você aprende profissionalismo, você aprende o beaba, aquele negócio todo que tem que ser. Agora educação mesmo tem que vir de casa. E o que eu tenho visto, principalmente nessa juventude que veio do meu irmão que faria 18 esse ano, que fez né, 18 não que faria, eles foram a geração que foi jogada pra escola educar. E a escola não estava preparada para educação, a escola estava preparada pra te ensinar as formulas e hoje os professores estão reclamando inclusive “Nós somos professores, não somos educadores dos seus filhos, os bons modos eles têm que aprender em casa”.

Entrevistadora: E nesse sentido você acha que tem então teu pai tem responsabilidade em cima disso?

Claudia: Claro! Muita. Muita, porque assim a família desestruturada é como eu faço, eu trabalho nas unidades de internação, estou agora no recanto morrendo de medo de encontrar o menino, né. E, porque eu os conheço, eu os vi. Morro de medo só pelo contato, eu não sei qual será minha reação. Nem a dele.

Entrevistadora: Como que são esses meninos né de medida socioeducativa.

Claudia: E os meninos de medida socioeducativa todos que você conversa, você vai sentir que tem problema familiar. É muito difícil de não ser família. Eu trabalhei dois anos com as meninas, todas as meninas estão lá, primeiro por um problema familiar; segundo.. e depois a outra indicativa é namorado. E os meninos a maioria é um problema com o pai ou com a mãe. Tem um que é muito gracinha que é o Pedro Henrique Bispo, a gente vai lançar um CD deles aí agora, e ele canta na música dele como ele entrou pra essa vida foi quando a mãe falou “Não aguento mais o seu pai, a gente vai ter que sair fora.”. Aí ele falou assim “mas, mãe, a gente vai viver de que?”. Aí o pai ouviu e falou assim “Eu quero mesmo é que vocês fiquem embaixo da ponte e que vocês morram embaixo da ponte, sem nada”. Então assim, ele tem muita raiva do pai dele, e essa fala do pai dele foi determinante pra tudo. Foi determinante porque ele a partir disso, quer suprir o dinheiro que falta, só que a mãe não acha certo, obviamente, que ele faça esse tipo de coisa então o que ele fez? Ele foi morar fora na rua, mas ele quer dar o dinheiro em casa. E o Matheus era a mesma coisa, ele todos os dias ele comprava o lanche do Ian de levar para o escola, todos os lanches que ele nunca levou quando pequeno o Ian levava pra escola. Mas a mãe dele dizia “eu não quero dinheiro sujo, dinheiro porco”, mas ele queria ajudar em casa. Ele queria... Aí ele comprava os tênis lá, as roupas, não sei o que, tatata. Ele queria fazer. Então assim, o pilar principal é a família.

Entrevistadora: Me fala uma coisa pra gente terminar. Quem ganha com esse sistema?

Claudia: Ninguém. Ninguém ganha.

Entrevistadora: Pensando esse modelo que você trabalha com projetos sociais, você está trabalhando, a gente tem uma bancada de bala forte que quer mais polícia, mais arma, mais presidio. A sociedade com essa sensação de insegurança e não respeitando a vida também porque “bandido bom, é bandido morto”. Você perdeu seu irmão, você está vendo pessoas do seu trabalho, amigos do seu irmão, você trabalha diretamente com jovens negros, você eles morrendo e presos. Quem ganha com isso?

Claudia: Pra mim na minha visão ninguém. Porque até esse cara que quer ver o moleque morto, ele vai perder lá na frente, por que? Porque esse jovem vai crescer, vai pagar previdência, vai fazer o ciclo girar, vai trabalhar para esse cara que vai ficar velho. Então assim, se ele acha que existe, que você quebrou e matou o cara aqui e que essa morte não vai influenciar a vida dele, porque ele não é um cara que está no teu cotidiano, está muito enganado. Então ninguém, ninguém, Porque é bem o que a gente diz é a sociedade, não é só ele. Não é singularidade, é a sociedade. Então cada jovem que a gente perde ninguém ganha, ninguém. Nem o racista ganha, nem o homofóbico, nem o que se for lá todos os preconceitos, ninguém ganha. E ainda mais o que mais se perde ainda são amis familiares, por que? Porque o que acontece? Esse jovem morre, olha como é que fica a cabeça da mãe. O seu irmão se é mais novo como o Ian, por exemplo, o Ian presenciou depois que aconteceu tudo isso com o Matheus, ele viu o corpo do Matheus, viu essas coisas todas. Ele presenciou depois do lado dele, do lado um garoto sendo esfaqueado, esfaqueado que é bem pior, o tiro batei caiu. Agora a faca “tumtum” até cair e ficar agonizando. O Ian presenciou isso e a polícia quer que ele seja testemunha e ele tem 11 anos. O caso que aconteceu saiu na televisão, passou na televisão. Foi pego um e o outro estava em investigação, eles querem que ele testemunhe para dizer se era aquele mesmo. Um criança de 11 anos. Aí eu falei pra mãe dele “aciona o conselho tutelar, porque o conselho tutelar ao mesmo tempo que ele toma ele de você, ele protege ele. Então aciona o conselho tutelar, porque a polícia não pode fazer isso não”. Então, pra ele, para o Ian, olha como a cabeça fica, ele pode estar vendo vulto, né, não sei, mas ele enxerga vulto depois disso. Ele não dorme direito depois disso e aí vê isso do lado da casa dele. E acontecendo e morreu também, ele viu

outro. E o Léo que quebrou a ruptura de família, foi casar pra poder fugir daquilo. A mulher dele tem 19 anos, ele tem 25.

Entrevistadora: Então foi uma fuga realmente.

Claudia: Foi uma fuga. A mãe que ficou meio abestada, né, perdeu um filho, o outro casou...

Entrevistadora: Está com o filho agora na () e ainda não sabe como vai ser o futuro do Ian...

Claudia: Fica essa coisa.

Entrevistadora: Tensão, né.

Claudia: Tensão. E assim, por mais que meu pai não diga ele se sente culpado sim. Se sente culpado sim, porque por mais que ele...

Entrevistadora: negue no discurso.

Claudia: E formule essas teorias todas, primeiro porque deles três o que ele gostava ainda era do Matheus, porque o Matheus, é difícil quem não fosse gostar do Matheus. Começa daí. Era muito difícil não gostar do Matheus. E ele por mais que fizesse isso tudo, meu pai começou a criar bronca dele quando ele começou a fazer isso, porque meu pai ele é muito, ele enche a cara aí, ele faz essas gracinhas toda, mas você não vê... Meu pai jamais, falou de maconha perto dele ele enlouquece. Aí eu falo, engraçado, mas bebida não é droga? Falo pra ele. Aí ele “mas você pode beber”. Aí eu falo “mas quem que mais destrói família?” é a bebida ou a maconha, aí trago, embora tudo seja um contexto. E aí assim ninguém ganha, ninguém ganha. Porque se você não perde um afeto, você perde mão de obra, você perde uma pessoa pra gerar lá na frente.

Entrevistadora: Uma vez o IPEA a pouco tempo lançou o quanto que a gente perde com a morte dos jovens no Brasil.

Claudia: Exatamente. A gente está vivendo agora uma época que a nossa população está envelhecendo. Está tendo... Aí eles vêm com essa falácia da previdência, não precisa também fazer essa merda que eles estão fazendo. Eles estão fazendo isso porque eles roubaram o dinheiro da previdência, é bem diferente do que ainda está dando pra pagar a previdência legal. Não tem nada a ver uma coisa com a outra.

Entrevistadora: Mas agora você está tendo uma sociedade que está envelhecendo e esses jovens sendo mortos, né.

Claudia: exato. E aí sim, lá na frente vai faltar, lá na frente vai faltar. Então o que que acontece essas perdas ninguém ganha, Penso eu que vão supor que o Bolsonaro ((interrupção de fala))

Entrevistadora: Nem ele você acha que ganha?

Claudia: Pois é. Não.

Entrevistadora: Nem esses políticos da bancada da bala, nem eles na sua opinião ninguém ganha?

Claudia: Não. Ninguém ganha. Não ganha, por que? Porque ele vai envelhecer também, agora ele acha que é um ganho, mas lá na frente... Ninguém ganha. E outra pode dizer “Ah, os caras estão mortos e tal e num sei o que, olha ali a sua cidade pacífica”, dizer que tem uma sensação de segurança, quando não tem. Quando a gente sabe que não tem, não é porque o jovem preto está morrendo que a gente está seguro. E não é porque o cara sai no saidão que a gente está inseguro. A gente tem seguro... a falta de segurança é nossa mesmo, porque os nossos problemas psicológicos a cada dia se agrava, a cada dia se agrava. A gente tem em São Paulo,

você sabe, né, terceira cidade em que as pessoas mais enlouquecem no mundo. Sabia desse detalhe?

Entrevistadora: Não.

Claudia: É. O Emicida que me contou até. Ele mesmo faz tudo terapia lá. Por que? Por conta desse cotidiano que a gente vive. Então assim não é, agora isso já está acontecido. Eu já perdi, as mães de maio já perderam, um monte de gente já perdeu, e já tem um monte de gente doente. E não é só questão da morte, é também a questão da vida, porque como se manter? Porque inclusive as mortes estão acontecendo por causa da vida. Então assim a gente... Ninguém está ganhando. Esses caras também estão adoecendo mentalmente, por que? Porque uma hora eles vão sentir o peso de quantas mortes eles provocaram, porque a ficha cai. Pra mim quando eu estava ali, o Matheus estava aqui fora eu estava vendo eu não derramei nenhuma lágrima, quando ele desceu ali na cova que eu voltei pra casa, pronto, o meu mundo caiu. Enquanto ele estava aqui fora e eu estava vendo estava tudo de boa, eu não chorei nada, eu vi que ele estava morto e tudo. Mas ele estava ali. Ele estava ali. Depois que eu comecei entender “não vou mais ver”, aí depois esse cara começa a entender “caraca, como eu vou viver, como meu país vai se manter?”

Entrevistadora: Foi difícil pra caramba falar com você , mas foi excelente.

ENTREVISTA COM BERNARDO MONTEIRO

Bernardo: Minha história de vida. E assim, super sensacionalista de “Ah, jovem carente de um lugar...”, assim colocando como se estar na Estrutural já te condicionasse ((interrupção de fala)) a você não conseguir alguma coisa.

Entrevistadora: Não ser bem-sucedido.

Bernardo: Aí fizeram uma chamada mesmo bem sensacionalista e o nome da série era “série superação” que era mostrar pessoas que superaram de alguma forma tudo que colocava ela contra o espaço que ela está. Então assim, nesse sentido é interessante falar o que possibilitou, porquê de alguma maneira...

Entrevistadora: Você não entrasse para as estatísticas que já te davam condenadas ao nascer.

Bernardo: Isso, sim. Como eu estava falando, assim eu venho do Rio Grande do Norte...

Entrevistadora: Chegou aqui com quantos anos?

Bernardo: Com mais ou menos cinco, seis anos, algo assim. Mas mais nessa idade. E assim, eu vim de uma família de pai negro e mãe branca. E eu vim com minha mãe. Minha mãe sofreu violência doméstica com meu pai e veio para cá e encontrou esse companheiro branco. E aí eles tiveram relação e tudo mais e eles estão até hoje. E disso eu vim para cá para a Estrutural. E assim, para mim sempre foi muito gritante essa relação de eu vim de lá para cá muito jovem e tudo mais. Mas aos poucos eu fui me apegando muito a cidade, a comunidade, porque uma coisa que é muito particular na Estrutural é que até por ser uma cidade muito negra, as pessoas também têm um sentimento de comunidade muito maior do que outros espaços. Então, por exemplo, aqui no Guará eu não conheço os vizinhos, não sei, a gente conhece muito pouco, a gente vai à padaria, vai ao mercado e tudo mais. Mas na Estrutural não, você realmente era o vizinho que ouvia reggae alto, era outro que ouvia rap do outro lado, era irmã da igreja. Então assim, tinha esse sentimento de comunidade muito forte. Dentro dessa minha trajetória, eu vi outros jovens negros sendo assassinados ou meninas pretas virando mãe muito cedo, se submetendo a violências inúmeras...

Entrevistadora: Pela sua mãe ser branca e você veio morar com cinco anos aqui com um padrasto branco, como você constrói a sua identidade racial? Como você se percebe enquanto um menino negro?

Bernardo: Então assim, eu sempre construí em torno dessa diferença.

Entrevistadora: Você era o diferente na casa?

Bernardo: Exatamente. Então assim, por ser a única criança negra dentro daquela família, isso sempre me condicionou também a me perceber enquanto negro desde muito cedo.

Entrevistadora: Mas para você era claro que você era negro?

Bernardo: Era. Não tinha discussão em torno disso.

Entrevistadora: Mas essa diferença era por causa da casa ou, por exemplo, você sofreu racismo no espaço da escola, por exemplo, para você entender que você também era negro?

Bernardo: Acho que até dentro de casa mesmo, situações que meu padrasto já me violentou e tudo mais descaradamente mesmo. Então, as minhas histórias de infância são muito calcadas em torno desse discurso ((interrupção de fala))

Entrevistadora: Pela prática racista dentro de casa.

Bernardo: Pela prática racista dentro de casa mesmo. Porque morávamos eu, minha mãe, esse companheiro dela e um filho dele. E assim, era sempre essa tentativa de criar uma unidade de família entre nós. Mas, eu e esse meio irmão, a gente discutia bastante, a gente brigava muito, a gente não se gostava e os outros filhos do meu padrasto também me odiavam, então assim eles querem me bater, querem me matar. Enfim, eles sempre tiveram esse discurso muito violento.

Entrevistadora: Você era o menor deles?

Bernardo: Sim. E assim, situações em que o companheiro da minha mãe mesmo já teve uma situação que ele...

Entrevistadora: Mas é muito mais claro da parte do seu padrasto e da sua mãe não?

Bernardo: Não, da minha mãe não.

Entrevistadora: Você não via essa diferenciação? A tua mãe não tinha essa demarcação racial?

Bernardo: Não. Minha mãe não. Inclusive assim, minha mãe sempre foi muito cuidadosa comigo. Mas eu sentia que as vezes acontecia muitas situações em casa e ela tentava mais ou menos colocar de baixo dos panos para que isso não contaminasse em outros sentidos. Então de repente se ela via algum tipo de violência praticada contra mim ela preferia... Eu falava, eu chorava para ela e ela preferia fingir que nada tinha acontecido para que isso não, inclusive, a prejudicasse.

Entrevistadora: Mas aí ela estava tentando na verdade, preservar a relação dela com teu padrasto...

Bernardo: Sim, exatamente. Exatamente.

Entrevistadora: A relação que ela tinha com o companheiro, pensando homem e mulher...

Bernardo: Sim. Exatamente, inclusive pensando que como ela foi uma vítima da violência doméstica praticada pelo meu pai biológico, então ela sempre tentou criar várias estratégias para que ela não desse motivos para que isso se repetisse mais uma vez. Então para ela estar com um companheiro que não a agredia já era o suficiente. Agora se esse companheiro me agredir ou se () necessariamente ela estava a salvo de um certo modo.

Entrevistadora: Em casa você via essa diferenciação que você era um negro no ambiente de pessoas brancas. Na comunidade não, você já não via isso? Porque você falou que lá na Estrutural tem muitas pessoas negras.

Bernardo: Isso. Exatamente. O que talvez tenha sido mais gritante foi o espaço da escola mesmo. Porque todas as histórias de jovens negros que estudaram e viveram na Estrutural/ A gente nunca teve escola lá, então eu estudei na primeira escola que foi fundada em 2006, 2007.

Entrevistadora: A primeira escola da Estrutural é inaugurada em 2006?

Bernardo: Isso. Que era uma escola de Madeirit que quando chovia molhava tudo, alagava e tudo mais.

Entrevistadora: Você estava em que série?

Bernardo: Eu estava... Não, é bem antes. Acho que 2004, 2003. Deixa eu ver. Eu cheguei em 2002... É acho que foi entre 2003 e 2004 que eu estava assim no Ensino Fundamental, eu lembro disso.

Entrevistadora: Mas assim, foi no primeiro ano? Você começou no primeiro ano mesmo? Você não precisou estudar em outra escola do bairro para depois começar a estudar na escola da Estrutural?

Bernardo: A minha primeira escola foi aqui no Guará, na Escola Classe 03. Aí eu fiz o primeiro ano. Aí depois eles me mandaram para a Estrutural quando ((interrupção de fala))

Entrevistadora: Então no primeiro ano não tinha ainda escola na Estrutural (que foi) primeiro ano você estudou aqui no Guará.

Bernardo: Foi, estudei no Guará e depois eu fui...

Entrevistadora: No segundo ano que inaugurou uma escola e aí você foi.

Bernardo: Isso.

Entrevistadora: Então as crianças de 2004, 2003 para trás não estudavam na Estrutural porque não tinha escola?

Bernardo: Não, não. Inclusive a realidade de crianças que realmente estudaram na Estrutural isso é bem mais recente, 2010, 2008. Que aí realmente tinham outras escolas que aí foi quando a cidade foi em tese regularizada, mas antes disso não. Todo mundo tinha que estudar no Guará. Eu estudei por seis meses nessa escola da Estrutural. E esse foi todo o período que eu estudei lá, depois disso eu estudei no Guará e no Cruzeiro.

Entrevistadora: Ah, de qualquer forma você não estudou lá na Estrutural. Você estudou fora.

Bernardo: Não, não. Eu estudei fora, porque não tinha escola suficiente para todo mundo. Então o governo cedia um ônibus e esse ônibus levavam para onde eles quiserem () escola em tese. Então aqui no Guará tem história de escolas que são consideradas mais violentas que são as escolas que abrigam sobretudo jovens vindo da Estrutural. Então aqui na 38, 42 tem Escola Classe 05, CEF05 aqui que recebe majoritariamente pessoas da Estrutural. Tem o CED04 que foi onde eu estudei que também é majoritariamente pessoas da Estrutural e o CEF01 que também recebe majoritariamente pessoas da Estrutural.

Entrevistadora: Mas qual que é a relação de ser da Estrutural e violência?

Bernardo: Então, assim normalmente essas escolas, eu não sei qual critério eles usam, quais escolas eles selecionam necessariamente para atender essas crianças e jovens. Mas de alguma forma o que se tem dentro do imaginário tanto de moradores do Guará quanto de moradores da Estrutural é que se você tiver uma proporção maior de moradores da Estrutural ela vai ter/ são pessoas violentas, meninos baderneiros, crianças que são mal-educadas. Então assim tem todo esse imaginário construído em torno disso.

Entrevistadora: Então a criança já entra com esse estereótipo?

Bernardo: Exatamente. E aí, por exemplo, no CEF01 que foi uma das primeiras escolas que eu estudei nessa primeira fase do Ensino Fundamental as histórias era recorrentemente essas de que eram alunos que brigavam bastante, que eram alunos desorganizados, revoltados, pessoas realmente/ A imagem que se construía era de realmente pessoas muito selvagens. Aí eu estudei lá por quatro anos ((interrupção de fala))

Entrevistadora: E como as professoras lidavam com você e com seus amigos da Estrutural?

Bernardo: Então, teve uma professora que foi uma das professoras que talvez seja mais marcante dentro do imaginário das crianças que estudaram no CEF01 que foi a professora Cristiane, que também era negra. Mas que não morava na Estrutural. E ela tratava assim com bastante carinho, mas as outras professoras normalmente elas rejeitavam os alunos, não eram

carinhosos e sobretudo nessa fase aí da primeira infância. Então, normalmente a professora ((interrupção de fala))

Entrevistadora: Você se lembra por exemplo de situações principalmente na questão da alfabetização, como que as crianças que tinham dificuldades eram tratadas? Não sei se você tinha já essa percepção. E também se você consegue fazer no seu avanço cronológico dentro da escola se você foi aumentando o número de pessoas negras conforme as séries que foram passando ou se essas pessoas negras foram ficando pelo caminho, foi diminuindo? Não sei se você consegue perceber isso.

Bernardo: Então, o que eu consigo perceber é que já no CEF01, era gritante e talvez é isso que é mais marcante dentro dessas trajetórias, não só minha, mas de qualquer pessoa que/ qualquer estudante da Estrutural. É que a escola era dividida racialmente por dois grupos. Então assim, tinha um grupo de alunos negros que eram alunos da Estrutural e o grupo de alunos brancos que eram do Guará e eles tinham realmente rixas assim. Então tinha gangue dos estudantes da Estrutural contra gangue de quem era do Guará. E eram brigas motivadas por cunho racista já demarcado. Então isso foi algo que a gente já absorveu e já lidou com isso desde a primeira infância. Então...

Entrevistadora: Xingavam vocês?

Bernardo: Xingavam ou então, por exemplo, quando alguém perguntava onde a gente morava a gente tinha muito medo de falar que era da Estrutural, porque se falasse que era da Estrutural eles queriam realmente bater.

Entrevistadora: Sem nenhum motivo?

Bernardo: Sem nenhum motivo. Então isso foi o que marcou muito no CEF01. Já nesse momento teve um projeto na 4ª série, eu já estava saindo da escola, que um empresário lá da Asa Norte chamado... Mas ele é dono de açougue, ele criou um projeto chamado “sede de cultura”. E isso também foi uma coisa que me marcou bastante dentro dessa trajetória, é de que constantemente tinham pessoas querendo ajudar assim. Até nesse espírito meio benevolente, “Ah, nós somos muito humanos, somos caridosos”, então constantemente ou era alguém da igreja que trazia roupa, trazia comida, trazia sopa, trazia... ((interrupção de fala))

Entrevistadora: Para dentro da escola ou da Estrutural?

Bernardo: Da Estrutural e da escola em alguns casos. Ou de pessoas de repente que vem de outra realidade, que se sensibilizaram com alguma história e querem contribuir. E aí o primeiro foi essa “sede de cultura”. Então era um projeto que partiu dentro da escola e a gente tinha aulas de músicas, de teatro, assim algo que era um privilégio para a gente da Estrutural

tendo acesso a isso. Mas eles de algum modo peneiravam os estudantes da estrutural que tinham que ir para esse projeto. Normalmente a seleção era por melhores notas. Agora assim, uma coisa que me confortava dentro da escola e algo talvez que (a gente tem percebido) desde muito cedo, é que a escola era o único espaço que me protegia de algum modo em relação as violências. Então para mim, estudar sempre foi mais confortável, porque estudar para mim ou me tirava da bolha da homofobia, que desde cedo, enfim isso foi algo que também me marcou quanto pela questão racial que eu sofria dentro de casa, então assim...

Entrevistadora: A questão da homofobia também aparece para você desde a primeira infância?

Bernardo: É de algum modo sim, mesmo que delicado, mas já aparece assim, as vezes no ambiente da escola.

Entrevistadora: Você tinha (já) trejeitos, alguma coisa nesse sentido que evidenciava?

Bernardo: Não necessariamente na primeira infância, na primeira infância foi mais a questão racial. Agora já partindo para o Ensino Médio, entrando para adolescência.... Então assim...

Entrevistadora: Eu queria pensando essa questão da escola ainda, você me falou que tinha um estigma por parte da sociedade em relação a Estrutural. Estudante da Estrutural chegavam aqui estigmatizados e as professoras reproduziam esses estigmas até na hora de educar, de alfabetizar?

Bernardo: Sim.

Entrevistadora: E você tem clareza disso que tem várias professoras reproduziram isso?

Bernardo: Sim.

Entrevistadora: Mas porque, por exemplo, não foi reproduzido com você? Claro, evidente deve ter sido reproduzido. Mas por que, por exemplo, você conseguiu ser alfabetizado e outras crianças talvez não? Você tem clareza disso?

Bernardo: Então, eu acho que até pelo... Tem vários fatores assim mas para mim o que é mais delimitador é a questão da personalidade assim. Então eu sempre fui uma criança muito dócil, muito paciente, muito comportado. Então assim, se você era uma criança negra da Estrutural, mas era dócil e comportada, você tinha um tratamento, agora se você não era você tinha outro comportamento diferente. Então assim, a gente tinha os nossos amigos da Estrutural, crianças negras que já eram mais rebeldes, nesse sentido e que a professora realmente não olhava. Então tinha essa repulsa. Agora para essas crianças mais dóceis, essas crianças que

realmente pareciam mais até numa leitura dessas pessoas assim que não demonstravam ser dessa comunidade para elas era muito mais confortável de educar, de alfabetizar e de cuidar de um certo modo.

Entrevistadora: Então crianças que tivessem mal comportamento, déficit de atenção transtorno alguma coisa as professoras realmente se recusavam a ter um trabalho melhor de educação?

Bernardo: Isso. Inclusive, normalmente essas crianças que eram mais rebeldes e menos dóceis, eram as que viviam uma situação de vulnerabilidade extrema. Normalmente era crianças em situação de fome extrema, realmente. Ou a gente tinha história de crianças que era violentada ou que já tinham que trabalhar desde muito cedo e eram essas crianças que normalmente...

Entrevistadora: Isso você está falando da primeira infância? Então 8, 7...

Bernardo: Isso, exatamente. Que era a criança que vinha suja, que era a criança que vinha malcuidada, que de repente era a irmã mais velha que levava para ir para a escola. Porque a gente tinha que pegar ônibus, então tinha que levar. Enfim...

Entrevistadora: Não era já o pai e a mãe que levava para pegar o ônibus, era uma irmã mais velha.

Bernardo: Não. Era exatamente. Então assim, era essa criança, a mais suja, a menos cuidado. Então assim, eram crianças que já vinham com histórias de vulnerabilidade de dentro de casa e que isso se reproduzia dentro da escola e aí assim...

Entrevistadora: aí os professores também fazem uma forma de reforçar.

Bernardo: É. Exatamente. Inclusive a fama do CEF01 do Guará antes pelo menos nessa minha época no começo dos anos dois mil, mais ou menos assim era de ser uma escola de crianças rebeldes que ninguém queria cuidar. Então assim, realmente as professoras já iam desesperançosas e não queriam fazer nada de indiferente. É tanto que dentro desse percurso a única professora que me marcou foi a professora Cristiane, na quarta série e ela é negra. Então assim, ela foi a única que pensou diferente e a turma da professora Cristiane era uma turma diferenciada que realmente era uma turma que ela queria, enfim... Ela cuidava e todo mundo queria ir para sua turma ((interrupção de fala))

Entrevistadora: Estimulava...

Bernardo: Estimulava, exatamente.

Entrevistadora: Ensinava...

Bernardo: Isso. E eram com coisas muito simples assim. Então de repente ela trazia presente para a gente, trazia doce, trazia alguma coisa que era um comportamento muito diferente para o que se esperava das professoras de lá. E aí depois eu fui para o CEF04 do Guará que é perto do hospital. E aí lá já era uma escola diferenciada, porque era uma escola que tinha/ Assim, CEF01 eu vou colocar 80 % da Estrutural e 20% de alunos do Guará ou de outras regiões próximas. O CEF04 do Guará já tinha 60% de alunos do Guará e 40 da Estrutural.

Entrevistadora: Ou seja, tinham mais alunos do Guará. E esses alunos do Guará sempre em sua maioria brancos?

Bernardo: Sim, em sua maioria brancos.

Entrevistadora: Brancos de classe média?

Bernardo: Isso. Exatamente. Então assim, as histórias também que perpassam o CEF04...

Entrevistadora: E aí assim, esse pessoal do CEF01 fica nesse, por exemplo, de você sair do CEF01 para CEF04, você teve amigos que pararam de estudar? Você lembra de pessoas que pararam de estudar nessa fase?

Bernardo: Eu não lembro especificamente do CEF01 para o CEF04 eu não lembro. Mas teve pessoas que permaneceram no CEF01 por um tempo, mas que não conseguiram chegar no Ensino Médio. Então assim, tem realmente essas histórias.

Entrevistadora: Pararam de estudar durante até chegar a oitava série.

Bernardo: Isso, inclusive assim o fato de eu ter saído do CEF01 para o CEF04 foi porque minha mãe acreditava que o CEF01 era um lugar realmente que não dava muito resultado. Então era interessante que eu saísse de lá e fosse para outra escola.

Entrevistadora: Não, o CEF01 tinha o Ensino Fundamental inteiro?

Bernardo: Sim, tinha até a sexta série.

Entrevistadora: Ah, tinha até a sexta série. E aí, você termina a quarta série a tua mãe te tira de lá?

Bernardo: Isso, exatamente.

Entrevistadora: Porque ela não acredita no ensino daquele espaço.

Bernardo: Isso. Exatamente. Aí eu fui para ((interrupção de fala))

Entrevistadora: A tua família sempre te viu como bom aluno?

Bernardo: Sim.

Entrevistadora: Você sempre foi um bom aluno?

Bernardo: Sim, sim. Inclusive entendendo assim, como que ser um bom aluno também me possibilitava outros caminhos.

Entrevistadora: Você tinha essa percepção, Bernardo?

Bernardo: Eu não sei se desde a primeira infância, depois que fui entendendo que de repente assim ((pausa)) é obvio que não desde a primeira infância, mas depois eu fui entendendo que estudar era o caminho, de um certo modo. De que não necessariamente seria um caminho que me levaria até a Universidade, porque a Universidade só veio muito depois, mas o estudo as vezes de repente está em casa com livro, lendo alguma coisa, isso já tinha resultado dentro de casa.

Entrevistadora: Mas você tinha um estímulo da sua mãe, do seu padrasto?

Bernardo: Tinha, tinha. Minha mãe não completou o Ensino Médio ela entrou no Ensino Médio, mas ela não... Ela chegou no Ensino Médio.

Entrevistadora: Quantos anos sua mãe tem hoje?

Bernardo: Hoje ela tem 45 eu acho. Ela conseguiu chegar até o Ensino Médio, ela teve filha muito jovem, com 15 anos ela teve filha. Nordestina, então assim as histórias no Nordeste são muito comuns. O meu padrasto perdeu o pai já muito cedo e decidiu se aventurar pelo mundo. Então assim, para eles essa trajetória da educação sempre foi muito importante, porque sempre foi muito negada. Então eles queriam tranferir para os filhos.

Entrevistadora: Entendi, então isso sempre foi uma coisa pautada dentro da sua casa?

Bernardo: Isso.

Entrevistadora: Você sempre foi para a escola, sempre foi estimulado. Por exemplo, se ele ainda na primeira infância ele estiver estudando junto com você, te ajudando na alfabetização, isso teve?

Bernardo: É, não minha mãe me ajudar com os deveres de casa ((risos)), mas eles sempre apoiavam para a gente ir para a escola. Isso era uma coisa assim, a gente não podi8a faltar lá em casa. Podia acontecer o que acontecesse a gente ia para a aula.

Entrevistadora: E aí tua mãe te tira e te manda para o CEF04?

Bernardo: Isso.

Entrevistadora: E ainda tinha esse estigma com as pessoas da Estrutural no CEF04?

Bernardo: Tinha. Tinha. Ainda se mantinha. Mas a vantagem de estudar com outras pessoas da Estrutural é que a gente acabava criando os nossos guetos ((interrupção de fala))

Entrevistadora: A questão da comunidade que você fala? Foi criado naquele espaço.

Bernardo: Isso. Então, os meus amigos que eu cultivei desde o CEF04 até mais tarde ele vem desse momento mesmo. São jovens e crianças da Estrutural, a gente montava o nosso grupinho e virou um grupo de amigos que se protegiam de algum modo. Agora, já no CEF04, uma coisa que talvez... a questão racial era realmente forte, mas nem tanto como no CEF01. Porque assim, no CEF01 já era um nível mais avançado de violência, então se você falasse que era da Estrutural as pessoas te batiam, no CEF04 não. Agora no CEF04 uma coisa que marcou muito foi a questão da sexualidade. Então assim, normalmente esse grupo que se formou era grupo de homens gays ou mulheres lésbicas e tudo mais, mas também negros.

Entrevistadora: E aí nesse processo de alfabetização como os professores (vão tratar) vocês? É a mesma lógica? O fato de você ser uma pessoa mais amigável, facilitava o aprendizado, os adolescentes que já tinham comportamento mais agressivo eles eram colocados de lado. Você consegue perceber isso também ou não no CEF04?

Bernardo: Sim.

Entrevistadora: A prática continua aparecendo?

Bernardo: Sim, mas também as professoras do CEF04 tinham essa postura mais militarizada, mais rígida em relação a educação que era diferente do CEF01. O CEF01 era desesperança e o CEF04 era uma educação um pouco mais rígida. Então a disciplina estava realmente muito mais forte no CEF04. E aí assim, já nesse momento a gente já identificando pessoas que já estavam assim aos poucos indo, seguindo outro caminho. Então eu tenho uma amiga que eu conheci no CEF04 que foi a Joelma e a Joelma é uma mulher negra, eu tinha na época 11, 12 anos e ela já era um pouco mais velha, ela tinha 15, 16. E era discrepante assim.

Entrevistadora: Ela era repetente?

Bernardo: Ela era repetente e depois o governo criou uma ação para reduzir o nível de evasão ou de repetência. E aí ele fez o projeto que colocou todas as pessoas repetentes na mesma turma e fizeram um intensivão. E aí foi quando ela saiu da turma na sexta série e ela fez sexta, sétima e oitava no mesmo ano. Então assim, em três meses ela viu tudo que era de sexta série, três... Enfim. Mas a Joelma também já era essa pessoa que vivia em situação de vulnerabilidade extrema e tudo mais. Não extrema, mas uma situação assim realmente diferente da minha. A mãe dela é catadora e aí eu não lembro se ela trabalhava também como catadora. Essas histórias de catadores também eram sempre recorrentes, mas as pessoas normalmente preferiam não falar, até porque tinha o estigma do catador. Você não podia falar que seu pai era catador, sua mãe era catadora, porque isso te condicionava a um tipo de violência, a um outro tipo de violência. Eu só fui descobrir que ela era filha de catadora um pouco mais tarde. E depois disso,

no CEF04 tinha essas () de cunho mais homofóbico mesmo, que aí já era para adolescente ((interrupção de fala))

Entrevistadora: O que acontece com a Joelma me interessou saber?

Bernardo: Ah sim. Então a Joelma ela fez esse curso, o intensivo. Depois ela saiu da escola, eu continuei e ela fez o Ensino Médio no EJA e depois não voltou mais. E aí depois ela saiu da escola e foi morar no Recanto das Emas com o pai dela e chegando na casa do pai, morava só ela e o pai, ela precisou já começar a trabalhar muito cedo. E aí nesse processo enquanto ela estava na escola e até o momento de ela realmente sair ela começou a trabalhar como catadora com a mãe. Então assim, ela chegava, a gente conversava muito pouco na escola, ela não tinha muito tempo para as coisas. Então ela não tinha muito tempo para estudar e se dedicar realmente. Aí foi quando ela saiu da escola foi morar com o pai no Recanto das Emas e ela já começou a trabalhar e depois ela teve uma relação com um rapaz que veio a falecer e está seguindo a vida.

Entrevistadora: Ela chegou ao colegial?

Bernardo: O Ensino Médio que você fala? Ela chegou no primeiro ano, mas ela não terminou. Ela não terminou o primeiro ano e aí já começou a trabalhar. Porque, inclusive assim, quando ela chegou no primeiro ano ela já tinha 16, 17 anos.

Entrevistadora: Que tipo de emprego ela tem hoje, você sabe?

Bernardo: Situação de subemprego assim. Então eu lembro que ela estava comentando que ela estava trabalhando numa loja e aí depois ela saiu dessa loja, mas aí eu não sei onde ela foi parar. Mas assim, hoje pelo que eu entendo, a gente ainda está no facebook, ainda é minha amiga no facebbok, vez ou outra eu mando mensagem para ela. Mas pelo que estou entendendo ela está dependente do pai ou se submetendo a situação inúmeras para se manter na vida.

Entrevistadora: Ela não teve gravidez precoce?

Bernardo: Não, não teve. Até onde sei não ou se teve eu não sei qual foi o desfecho. Outra pessoa que também teve uma situação muito parecida foi a Rita que também é uma menina preta. E a Rita sim, do grupo ela era a pessoas mais escura. Então a gente sempre via situações de racismo mais explícito com ela, situações inclusive de dentro do nosso grupo tinha um menino branco, o único menino branco do grupo também foi ((interrupção de fala))

Entrevistadora: Morava na Estrutural?

Bernardo: Morava na Estrutural e que vinha da Samambaia, mas que também a gente de modo ou de outro revelava para ele que ele era um menino branco e que a gente né... então tem situações, brincadeiras assim de eu e a Joelma um dia chegar nele e falar “Olha, a gente

não gosta de você. Você é muito chato, sai daqui a gente não quer mais você no nosso grupo” e enfim. Mas ali a gente já entendia inconscientemente que existia uma diferença entre ele e a gente. E uma vez a gente foi fazer um trabalho na casa do Lucas e o Lucas sempre foi uma pessoa melhor de vida do que a gente. Então assim, na minha casa a gente tinha pouquíssima coisa, pouco ou nada até de comida mesmo, enquanto ele já tinha o celular da moda, já tinha roupa x, y e z. Então sempre foi uma família... o imaginário da família do Lucas era de uma família muito bem-sucedida desde muito cedo. Inclusive ele originalmente não vinha da Estrutural, ele vinha de Samambaia. Isso para ele era um status, ele veio da Samambaia e não da Estrutural. Então ele não dizia que era da Estrutural, ele era da Samambaia. E a gente não entendia muito bem aquilo.

Entrevistadora: E a menina, a Rita?

Bernardo: A Rita a gente foi para a casa do Lucas fazer um trabalho, ele tinha uma irmã criança menor que a gente, uma menina branca também, toda a família do Lucas branca e ela viu a Rita e essa criança é muito racista, ela viu a Rita e soltou uma piada muito... Não uma piada, soltou uma ofensa racista assim que a gente na hora ficou muito puta com ela. *Ela virou assim e falou “Ah, a Rita essa nega preta nojenta que ninguém gosta?!”*

Entrevistadora: A menina tinha quantos anos?

Bernardo: A menina tinha uns sete, oito anos.

Entrevistadora: E a Rita na época?

Bernardo: A Rita na época tinha 14, 15 anos. E tipo assim foi uma situação que ela achou que a Rita estava saindo, mas a Rita ainda estava perto da gente. A Rita ouviu tudo. E a gente ficou muito magoado com isso e o Lucas tentou abafar, mas não conseguiu. E aí teve uma outra situação que também foi... A gente já estava um pouco mais adolescente, eu tinha 15 anos na época. E a gente foi na casa do Lucas também fazer uma outra atividade e o irmão dele soltou uma piada também super racista, virou assim e falou “Ah, porque eu acho que o Bernardo tem o pinto muito grande, um cobraão.” Como é que ele falou? “Um pinto negro e grande”, aí falou assim. Aí a gente começou a rir na hora, mas depois isso foi me marcando durante algum período.

Entrevistadora: O que que aconteceu com a Rita? A Rita também parou de estudar?

Bernardo: A Rita parou de estudar, ela tem quase a mesma história que eu, que o Luc e a Joelma. Ela fez o intensivão com a Joelma também, ela era repetente. E aí depois ela parou de estudar, saiu do Ensino Médio, não conseguiu completar e ela também vive em situação de subemprego. Ela começou a trabalhar num salão de beleza, aí não conseguiu se manter lá, pelo

que ela explicou tinha muito conflito, e eu imagino que seja pela questão racial já a dona do salão ser realmente muito racista, não aceita-la. E eu conversei com ela e ela está parada. Ela não está trabalhando, não está fazendo faculdade, não está fazendo nada. Então ela está em casa e enfim, mais uma assim, ela e a Joelma.

Entrevistadora: Deixa eu te falar uma coisa. Você tem falado muito da questão da Estrutural e da relação na escola e aí você falou de algumas que são muito emblemáticas, que é a questão dos estereótipos, dos estigmas que vocês sofrem por ser da Estrutural. Pensando a questão de infraestrutura mesmo do bairro, você tinha espaço de esporte, lazer...?

Bernardo: Não. Não tínhamos. O que a gente tinha ((interrupção de fala))

Entrevistadora: Pensando em políticas públicas, o que tinha na Estrutural nesse período até você entrar na adolescência?

Bernardo: Tinha um posto de saúde e essa escola de Madeirit.

Entrevistadora: Que foi criada só em 2003, 2004.

Bernardo: Isso, foi. Inclusive assim, para que a gente conseguisse esse posto de saúde a gente teve que fechar a via estrutural. Porque assim, pela história da Estrutural, ela fica as margens de uma via muito importante que é das pessoas que saem da Ceilândia, Taguatinga e vão para o Plano, então normalmente as manifestações políticas da comunidade era sempre fechando a via, então colocavam pneu, tudo e fechava. E a comunidade fez isso em 2003, 2004 pressionou o governo e conseguiriam uma escola e um posto de saúde.

Entrevistadora: Isso nos anos dois mil? E a Estrutural começou a se formar quando?

Bernardo: Isso. Década de 60, década de 70. Já tem histórias inclusive de na verdade a Estrutural não é onde hoje ela é. Antes era na Cidade dos Automóveis. Já com o lixão também () do lixão. E aí na época do Governador Cristovam Buarque fizeram uma operação, chamada “operação tornado” e varreram todos os pobres e pretos que eram de lá e foram para onde hoje é a Estrutural. E onde varreram segundo o discurso que era área ambiental, porque fica perto do parque nacional que é uma reserva construíram a Cidade do Automóvel com o maior polo de vendas de automóveis da América Latina. Então assim a gente conseguiu depois desse conflito a construção da escola e do posto.

Entrevistadora: E veio só nos anos dois mil?

Bernardo: Isso.

Entrevistadora: Mas assim, historicamente a Estrutural não é um espaço que tem esporte, lazer...?

Bernardo: Não. A gente veio ter um pouco mais tarde e aí quando a gente realmente teve políticas públicas efetivas e órgãos públicos na Estrutural foi no Governo Arruda, que depois foi enfim, pela questão da corrupção e tudo mais. Mas só que assim, o Arruda tem um imaginário/ a construção do imaginário do Arruda na Estrutural é diferente de qualquer outro lugar que você for, porque ele realmente para as pessoas da Estrutural foi ele que pavimentou as ruas, foi ele que construiu a escola que era de Madeirit e virou de alvenaria, o posto de saúde também. Aí de repente começou o CRAS, o CREAS, o restaurante comunitário que também foi super importante.

Entrevistadora: Ou seja, o Estado chega com o Arruda para a Estrutural?

Bernardo: Isso, chega com Arruda. Isso já era mais ou menos 2009, 2010 a gente estava saindo do Ensino Fundamental e entrando no Ensino Médio.

Entrevistadora: E me fala uma coisa, como que você vê a questão do afeto na sua casa? Como que é essa relação que você tem, acho que você já deve ter falado disso dessa questão violência que você sofreu do seu padrasto e tudo, mas isso você acha que te influenciou a se dedicar mais a escola? Como que você hoje, revisitando isso, como que você vê essa questão do afeto? Você até comenta que tem outras crianças que passou por situação muito mais vulnerável que a sua. Então comparado com o que você tinha em casa, você acha que isso foi suficiente? E comparado com teus amigos que viveram também essa situação de vulnerabilidade.

Bernardo: Então, de algum modo assim, em relação as outras crianças eu vivia numa situação até confortável assim, mas não confortável luxo, era um confortável básico. Então, teve uma época que a gente realmente teve uma situação muito difícil em casa, situação de fome, extrema mesmo, a gente não teve o que comer e minha mãe ficar desesperada ((interrupção de fala))

Entrevistadora: O que sua mãe e seu padrasto faziam?

Bernardo: Então, o meu padrasto ele trabalhou com muita coisa assim. Primeiro como profissão ele diz que é pintor, então ele pinta casas e tudo mais. Mas aí depois ele começou a trabalhar com ferro velho, ele criou um ferro velho, trabalhou com bar e trabalhou com mercearia, essas coisas assim.

Entrevistadora: E a tua mãe?

Bernardo: E a minha mãe ficava em casa ou contribuía com o que ele propunha.

Entrevistadora: Ah, então sua mãe não tem o histórico de trabalhar fora?

Bernardo: Não, não. Depois foi que ela um pouco mais tarde ela virou empregada doméstica e aí trabalhou durante uns anos durante algumas casas. Mas ele também é muito ciumento com a minha mãe, então assim ele não deixa ela trabalhar fora, porque ele achava que um cara poderia vim e tomar ele dela. Então ela não usava esmalte, não usava maquiagem durante um período por conta disso. Mas ela sempre estava assim. Ela fora com ele fazendo uns corres e eu ficava em casa cuidando. Então normalmente ((interrupção de fala))

Entrevistadora: Então você que cuidava da casa?

Bernardo: É. Era eu que cuidava da casa.

Entrevistadora: Teus irmãos maiores assim, meios irmãos por parte de padrasto, o que eles faziam?

Bernardo: Eles moravam com a mãe. Então morava só eu e esse meu irmão. Eles moravam com a mãe e morávamos nós quatro.

Entrevistadora: Ah, então ele só ficava só com um filho dele? E a mãe desse filho não quis ficar com ele?

Bernardo: não, não. É porque na verdade, na distribuição das guardas ele preferiu ficar com (Belchion). Inclusive o histórico do Belchion é o contrário, em tese era para eu ser o Belchion e o Belchion ser eu. Porque o Belchion é um menino branco, mas por vários percursos ele entrou no tráfico e depois foi preso, foi detido, foi adolescente em conflito com a lei e hoje ele está preso.

Entrevistadora: Por que que você era pra ser o Belchion?

Bernardo: ((risos)) exatamente por essa lógica do racismo, em tese Belchion que deveria ter se ascendido e ter chegado até a Universidade e não eu. Mas enfim, por fatores outros ele está na prisão e eu na Universidade.

Entrevistadora: Belchion não estudava tanto quanto você, Belchion gostava de estudar?

Bernardo: Não. Não. Não.

Entrevistadora: E como que foi a educação assim? Do afeto eu já entendi um pouco a dinâmica, mas essa questão teu padrasto e tua mãe eram disciplinadores, tinha limite? Você sempre foi uma pessoa mais dócil, amigável? Belchion também era assim ou não?

Bernardo: Não. Belchion era o contrário. Era aquele menino danado, era aquele menino que fugia de casa, que fazia muita coisa.

Entrevistadora: E não tinha nenhum mecanismo para tentar lidar com toda essa imperatividade que o Belchion tinha?

Bernardo: Sim. Ele apanhava muito dentro de casa. Então ele sempre foi... Ele era o filho que apanhava e eu era o filho que não apanhava.

Entrevistadora: Não, mas para além da violência... Sei lá, não tinha (outra opção) de colocar ele no esporte, no judô para extravasar essa violência dele?

Bernardo: Não tinha como. Inclusive assim, é isso que eu estou explicando. O que a gente entendia como coisa para além da escola, era vindo através de projetos. Então os projetos ou eram da igreja ou era de uma outra instituição, enfim.

Entrevistadora: Mas na Estrutural não tinha?

Bernardo: Não tinha. Então ((interrupção de fala))

Entrevistadora: E teus pais, estou colocando seu padrasto como seu pai também nessa perspectiva que educaram você, eles também não tinham essa percepção que esse Belchion precisava disso?

Bernardo: Não tinham. Inclusive assim, por ele ser realmente mais rebelde ele não conseguia esses projetos, ou ficar em um lugar, ninguém gostava dele, ele era realmente essa pessoa que ninguém gostava.

Entrevistadora: Então consequentemente ele não era selecionado?

Bernardo: Isso, ele não era selecionado e tudo mais.

Entrevistadora: Só que ele era uma pessoa que precisava.

Bernardo: Sim, precisava. É tanto que normalmente o que a gente tinha de lazer naquela época era ir para a igreja no domingo, para a escola dominical. Então a gente ia para a escola dominical ((interrupção de fala))

Entrevistadora: Tua família é evangélica?

Bernardo: É. O meu padrasto é ex-pastor da Assembleia de Deus, depois a gente entrou numa outra igreja. Mas assim, ele não ia ((interrupção de fala))

Entrevistadora: Um histórico de evangélico mesmo desde criança?

Bernardo: isso, exatamente.

Entrevistadora: Nem a igreja ajudou o teu meio irmão?

Bernardo: Não, não. E aí assim ((interrupção de fala))

Entrevistadora: Ele parou de estudar quando?

Bernardo: Ele parou de estudar no final do Ensino Fundamental, ele foi uma situação, enfim. Ele deveria ir para a escola e como eu falei, meus pais sempre foram muito rígidos com essa coisa de ir para a escola. E por acaso passou uma criança na frente de casa, porque

aconteceu a professora chamou atenção e tudo mais e aí meu padrasto descobriu que ele estava fugindo da escola para roubar bicicleta.

Entrevistadora: Ele tinha quantos anos mais ou menos nessa época?

Bernardo: Ele tinha 13, 14 no máximo.

Entrevistadora: E como seu padrasto lidou com essa situação?

Bernardo: Ah, foi pau ((risos)). Lá em casa foi peia. Eu acho até o fato de ver esse exemplo inverso do Belchion também me fez ((interrupção de fala))

Entrevistadora: A diferença entre vocês é de quanto tempo?

Bernardo: De três meses.

Entrevistadora: Nossa, vocês têm a mesma idade.

Bernardo: É. Ele tem 22 também. Ele também tem 22. Então assim, veio esse exemplo inverso do Belchion e fez também pensar diferente assim, em relação a não querer ser como ele. Não querer apanhar. Então de repente Belchion queria sair de casa. Ele sempre foi essa pessoa muito... Querer sair de casa, não querer ficar, queria ir fazer outra coisa, sair e tudo mais. E eu não, já queria ficar em casa, ajudar minha mãe fazer uma coisa aqui e quando parasse poder estudar. Porque inclusive isso, se os meus pais pensavam que a escola possibilitaria de algum modo agrada-los, então era a escola que era o melhor para mim e não o contrário. Então, mostrar para eles que eu era estudioso era muito melhor do que mostrar que eu não era estudioso. Então nesse sentido eu já tive essa percepção deles.

Entrevistadora: E você e Belchion conseguiram dialogar ou não?

Bernardo: Não. A gente se odiava ((risos))

Entrevistadora: Vocês nunca se deram bem?

Bernardo: Não. Nunca nos demos bem. Inclusive ((interrupção de fala))

Entrevistadora: Principalmente por que?

Bernardo: Eu acho que por essa disputa de afeto mesmo. Assim, porque já era muito bem demarcado. Agora diferente do que poderia ser o Belchion recebia mais carinho do que eu. Então normalmente sei lá quando a gente ia assistir todo mundo junto eu ficava no sofá menor e o Belchion ficava com minha mãe e meu padrasto no mesmo sofá.

Entrevistadora: No meio deles?

Bernardo: No meio deles. Então assim, eu sempre fui de algum modo compreendido como rejeitado. Inclusive por isso, por eu vim de lá e vim para cá e enfim, a imagem do bastardo para mim era muito claro, já desde cedo, inclusive o bastardo preto. E depois, Belchion foi descoberto e blábláblá e aí ele ((interrupção de fala))

Entrevistadora: E o Belchion continuou nesse ciclo de violência?

Bernardo: Foi, ele continuou. Depois dos 14 aí enfim ((interrupção de fala))

Entrevistadora: Ele começa a usar drogas ou ele começa a traficar primeiro?

Bernardo: Ele começou a usar drogas primeiro. Na verdade, ele começou roubando, roubando coisas pequenas, ele roubou bicicleta e depois foi roubando outras coisas e a partir daí começou a se envolver com drogas. E aí foi o momento que ele foi detido e ele cumpriu medida socioeducativa durante um ano.

Entrevistadora: Ah, então menor de idade ele já cumpriu medida socioeducativa.

Bernardo: Cumpriu duas vezes. Aí ele conseguiu um saídão, aí fugiu. Aí foi se envolver em outra confusão, em outra situação. Aí foi detido mais uma vez, cumpriu outra medida. Aí saiu com 18 e foi enquadrado por tentativa de latrocínio, depois já com 18 anos, aí está cumprindo pena até hoje. Então assim, a adolescência foi grande parte do tempo cumprindo medida.

Entrevistadora: Ele não voltou mais para a escola?

Bernardo: Não. Não voltou mais.

Entrevistadora: Ele nunca teve um emprego formal?

Bernardo: Não. Nunca teve.

Entrevistadora: E todas as vezes que ele sai ele volta para casa?

Bernardo: Assim, ele nunca quer voltar para a casa dos meus pais, porque enfim eles têm uma postura muito rígida. E essa postura até de tentar curá-lo. Mas só que o modo de curar é muito mais violento.

Entrevistadora: A relação deles com... Essa relação conflituosa, né?

Bernardo: É. Conflituosa.

Entrevistadora: Entre seus pais e ele.

Bernardo: É, inclusive assim, pela própria dinâmica num pensamento até forte da cultura nordestina meu padrasto não aceita ter um filho que seja ladrão, não aceita. Então para ele é muito difícil lidar com tudo isso e na verdade começou antes do Belchion, começou com as irmãs dele. E aí no final todos os irmãos já estavam nessa situação e o menor ((interrupção de fala))

Entrevistadora: Todos os filhos do seu padrasto foram para a criminalidade?

Bernardo: Sim.

Entrevistadora: Ele tem quantos filhos?

Bernardo: Tem 5.

Entrevistadora: Os cinco foram para a criminalidade?

Bernardo: Uhum. E aí o menor deles foi assassinado () essa história. Ele foi assassinado dentro da casa dele com um colega.

((pausa))

Entrevistadora: Tenso. Eles não são pretos?

Bernardo: Não.

Entrevistadora: São brancos?

Bernardo: Uhum. Inclusive assim, na Estrutural tem três caminhos. Tem o caminho da igreja, o caminho do tráfico e o caminho da escola. Essas são as três possibilidades que você encontra. Tem gente que se encontra na igreja realmente e a igreja é o espaço, é Deus que te conforta, é Deus que te possibilita, é Deus que... E tem realmente pessoas que imaginam que o traficante é o grande herói e tem pessoas que pensam nem melhor, nem pior, mas pensam diferente. Não em relação a igreja, nem em relação ao tráfico, mas pensando realmente nesse espaço da escola e no que a escola pode possibilitar. E inclusive assim não no pensamento sofisticado, mas no pensamento de que eu teria um bom emprego, de que de repente você estudando você consegue ser um pouco mais rico do que o outro. E aí nesse sentido você tem acesso a outras coisas.

Entrevistadora: O que que você atribui a morte, o fato dos cinco terem ido para a criminalidade? Por que aí não houve componente racial.

Bernardo: Eu não consigo pensar assim num fator comum, a única coisa que inclusive que possa ser um motivo, mas aí realmente, enfim... é pensar de como essa figura paterna sempre foi muito ausente. Então assim, os cinco sempre demandaram muito essa questão de afeto paterno, então eles sempre foram muito ligados a isso. Agora para mim, inclusive como eu já tinha sido meu pai biológico já era ausente e já desde criança eu já tinha esse imaginário também do meu pai, um imaginário repulsivo dele por ele bater na minha mãe e tudo mais, para mim a figura paterna foi sempre menos importante, para mim era a materna. E eles tinham um afeto materno, mas não tinham um paterno e aí para eles verem outra mulher vindo de outro lugar com um filho negro tomar ou roubar o pai deles, isso para eles sempre foi muito marcante. E isso é o que eu associo que tem de comum. Agora outro fator que ((pausa)) É eu não consigo pensar em outra coisa além disso assim. Porque é difícil também quando a gente olha para algo que nos toca, para dentro. A gente não consegue.

Entrevistadora: Eu sei que não deve estar sendo fácil para você contar a sua história. Porque realmente você tem que olhar para dentro de si, das dinâmicas familiares para entender

o que acontece. E você está diretamente relacionado com aquilo. E para além dos seus familiares, isso aí já teu meio irmão, você já teve amigo preso ou assassinado?

Bernardo: Amigo preso ou assassinado? Deixa eu ver aqui na minha memória. É, vizinhos no máximo.

Entrevistadora: Mas que não tinha essa relação afetiva com você como as meninas por exemplo, numa situação (ora de) subemprego, etc.

Bernardo: Isso. No máximo vizinho. Então sempre, toda semana morria um jovem preto na Estrutural, isso já era comum. A gente não tinha espaço para muita emoção e relação a isso. Então já era fadado isso.

Entrevistadora: Mas também você nunca se aproximou de pessoas que depois foram se caminhando para o caminho do tráfico, por exemplo?

Bernardo: Não. Não.

Entrevistadora: Desde quando você está no CEF01. CEF01 né?

Bernardo: CEF01, É.

Entrevistadora: Seus amiguinhos sempre foram amiguinhos parecidos com você?

Bernardo: Isso. É. Porque normalmente assim, o grupo que se consolidou, o meu grupo de amigos, acabou sendo ou esse grupo de pessoas que queriam estudar, que não sei, mas por algum fator a grande maioria é LGBT. Então era isso. De um modo o grupo renegado dentro dessa comunidade.

Entrevistadora: E aí nesse grupo renegado, hoje você tem uma leitura que são pessoas homossexuais, você não perdeu amigos presos ou assassinados. O que aconteceu na realidade foi evasão escolar por conta do sistema e aí por isso hoje eles e elas estão em situação de subemprego.

Bernardo: Uhum, isso.

Entrevistadora: Entendi. O que você acha que a polícia pensa sobre você?

Bernardo: ((risos)) Olha, é difícil de falar. É difícil de falar assim. Porque....

Entrevistadora: Você já teve batida policial?

Bernardo: Já.

Entrevistadora: Quantos anos você tinha quando aconteceu a primeira vez?

Bernardo: A primeira vez que eu levei um “bacu” eu tinha 15 anos. Primeira vez e depois eu levei um outro “bacu” quando eu morava na Asa Norte. Não o “bacu”, o modo baculejo, mas um policial (me abordou) na época que eu estava ((interrupção de fala))

Entrevistadora: A primeira vez foi na Estrutural?

Bernardo: Foi, foi.

Entrevistadora: Teve diferença?

Bernardo: Teve.

Entrevistadora: Como foi a abordagem na Estrutural?

Bernardo: Então, a abordagem assim, né, comparando a abordagem da Estrutural e da Asa Norte, na Asa Norte os policiais eram até mais educados do que na Estrutural. Normalmente policial na Estrutural não é nenhum pouco educado, é sempre muito intransigente, muito arrogante. Quer falar com você acha que você é... Enfim. Não liga muito para o que você quer falar ou não.

Entrevistadora: Eles já chegam apontando armas?

Bernardo: Alguns casos sim, outro não. Por exemplo: A minha já teve um fúsil apontado para a cabeça dela uma época. Inclusive foi isso que motivou ela sair da Estrutural, porque realmente foi bem...

Entrevistadora: Ah, hoje seus pais não moram mais lá?

Bernardo: Não, não moram lá. Não moram mais na Estrutural. Decidiram sair de lá e foram para uma outra região, morar numa chácara e tudo mais. Mas isso foi o que motivou.

Entrevistadora: Então, lá na Estrutural eles foram mais incisivos, grosseiros.

Bernardo: Exatamente, foi.

Entrevistadora: O que você estava fazendo?

Bernardo: A gente estava jogando um futebol com uns amigos...

Entrevistadora: Que horário que era?

Bernardo: Acho que era final da tarde e começo da noite. Porque teve uma época que eu morei numa rua na Estrutural que a gente tinha mais amigos que aí minha mãe já deixava a gente sair um pouco mais na rua. E aí ((interrupção de fala))

Entrevistadora: Ah, você não foi uma criança criada na rua?

Bernardo: Não. Não fui. Durante um tempo não, que inclusive era isso. A gente tinha muito/ A Estrutural, quando dava 18 horas no começo dos anos 2000 ninguém saía de casa. Porque tinha medo ou de a polícia matar ou de bandido e traficante querer pegar.

Entrevistadora: Era toque de recolher?

Bernardo: Era.

Entrevistadora: Institucionalizado ou Foi uma prática que a comunidade desenvolveu?

Bernardo: Era uma prática que a gente tinha desenvolvido mesmo. Então, por exemplo, dava 18 horas da noite minha mãe não deixava ninguém sair de casa.

Entrevistadora: Não saia o seu padrasto, não saia você, o teu irmão, ninguém.

Bernardo: Ninguém. Ninguém saia. Aí aos poucos a medida que a cidade foi se desenvolvendo aí a gente foi conseguindo sair um pouco mais. Mas assim, para eu brincar na rua mesmo eu já tinha 12, 13 anos. E foi nesse momento que eu já brincava na rua conheci outros...

Entrevistadora: Outros adolescentes.

Bernardo: E a gente ficava brincando na rua jogando bola. E algumas vezes a gente ia para o SIA que é um pouco mais perto para a gente jogar num campo de futebol e esse () polícia parava quando a gente estava.....

Entrevistadora: O SAI é o Setor de Industria Automobilística?

Bernardo: Mas só que é perto da Estrutural. Que tem uma parte do SIA que é perto e outra mais distante que a gente atravessava a via Estrutural e ia para o SIA jogar futebol. E aí...

Entrevistadora: E aí nessas que a polícia abordou vocês?

Bernardo: isso foi. Aí abordou o grupo todo.

Entrevistadora: Você teve medo?

Bernardo: É, por um lado sim. A gente sempre teve muito medo da polícia na Estrutural, a gente nunca teve familiaridade (assim do tipo...) a gente sempre via os canas era sempre muito essa imagem violenta.

Entrevistadora: A policia para vocês nuca foi para proteger?

Bernardo: Não. Nunca foi para proteger. Inclusive é porque a postura é realmente essa. A gente só via polícia num primeiro momento ou quando tinha essas manifestações e a polícia vinha com tudo varrendo mesmo sem nenhum diálogo. Ou vez ou outra quando a gente chegava da escola e via que a polícia estava em alguma operação e sempre saia no jornal. E as operações eram assim: Eles vinham nas viaturas como se tivesse num cavalo de corrida e passavam pela Estrutural e muito mais e a gente tinha muito medo. Porque a cidade tinha um clima muito pesado quando a polícia estava com força assim. Aí não era só viatura, eram inúmeras viaturas, camburão e enfim o escambal todo para (em nome) dessa operação.

Entrevistadora: Pediu o documento, mas não apontou arma para você nem para os meninos?

Bernardo: Não. Na verdade, inclusive, ele não pediu documento, ele perguntou o que que a gente estava fazendo e a gente falou que estava jogando bola e tudo mais e tinha um adulto com a gente que era o nosso treinador que ele chegou um pouco mais tarde e ele conseguiu abafar a situação. E aí na Asa Norte a situação foi8 quando eu estava indo aplicar

uma prova do Enem, era um sábado de manhã eu morava lá na Asa Norte, eu morava na Casa do Estudante aí eu fui pegar um ônibus para vim aqui para o Guará aplicar a prova, isso acho que era 7 horas, e a polícia chegou (e aí assim, né, “a polícia está chegando) o que que vai acontecer”? E aí ele perguntou ((interrupção de fala))

Entrevistadora: A polícia chegou aonde? Você estava no ponto de ônibus?

Bernardo: Eu estava na parada sozinho, não tinha ninguém. Aí a viatura começou a parar assim e eu já falei “Bom, se não tem ninguém aqui eles vão me abordar de alguma maneira”, aí ele pegou e perguntou o que que estava fazendo lá e aí eu falei que eu morava na Colina e tudo mais. Aí ele “Não, é só porque roubaram um carro aqui e a gente está vendo aí, averiguando e tudo mais”. Aí nessa hora eu fiquei muito nervoso. Aí nisso chegou a moça que o carro havia sido roubado e ela falou “não, não, não! vamos ver se a gente consegue ir para outro lugar”. Aí nisso o ônibus chegou e eu entrei e saí assim meio apavorado. Aí eu liguei para o (Alan) nessa época a gente estava junto, aí liguei para o (Alan) meio que sem entender muito. O (Alan) ficou desesperado, ele estava morando em Curitiba “E aí amor, o que que...” Aí eu “não, ele de algum modo foi até um pouco mais educado. Mas era isso. Muito mais educado ((interrupção de fala))

Entrevistadora: Agora, e agora foi recente, né, o passado?

Bernardo: Foi, foi.

Entrevistadora: 15 anos você não tinha muito (), você só tinha medo da polícia porque você cresceu num espaço que é estigmatizado pela polícia, né. O ano passado quando a polícia para e depois a menina... e aí eles falam essa questão de falar do carro roubado, você já entendeu a abordagem?

Bernardo: Sim, aí eu já tinha entendido a abordagem. Ali eu já tinha entendido.

Entrevistadora: E o que que é esse entendimento?

Bernardo: Então, o entendimento de que aquele espaço não era meu, de que eu sempre tive muita dificuldade de me pertencer aquele espaço da Asa Norte. Então assim, as vezes eu conversava com o Alan de que eu ia no mercado e não me sentia bem, embora tivessem pessoas negras também. Mas, para mim sempre foi uma coisa que estava relacionada a outros fatores que não pela questão racial assim, de repente a minha roupa, a gola que estava amassada, alguma coisa assim. Mas eu não me sentia bem e não me sentia confortável lá. E aí ((interrupção de fala))

Entrevistadora: Você se sentia vigiado lá? Controlado de alguma forma?

Bernardo: Não necessariamente assim. Eu não me sentia controlado, até porque assim saía consideravelmente pouco, porque a quadra próxima de onde eu morava era uma quadra de muitos estudantes da UnB e que alguns deles eram negros inclusive. Então assim ou era o bar e o bar normalmente, por ser um bar na Asa Norte, normalmente os policiais não vão ter nenhum tipo de postura, (tipo de) vigilância ((interrupção de fala))

Entrevistadora: Mas eu não estou falando só da polícia, porque você falou assim dessa questão da roupa, da comunidade exatamente da galera da Asa Norte.

Bernardo: Sim, sim. Então...((interrupção de fala))

Entrevistadora: A questão do não lugar se dava por que?

Bernardo: Então, esse meu desconforto assim, eu não sei, mas era muito meu, acho que até porque eu ter morado muito tempo na Estrutural e aí de repente eu me dar conta de que eu estou morando na Asa Norte, de que eu estou indo para o mercado comprar tal coisa e tudo mais, isso para mim sempre me incomodou bastante. Eu não via necessariamente uma vigilância muito apurada, quando eu passava as pessoas ficavam me olhando, não muito assim nesse sentido. Até porque eu imagino que como especificamente esse mercado perto da UnB então tem muito estudante negro também vai lá. Mas esse meu desconforto era exatamente de repente não sei uma situação que acontecia no mercado, mas não uma situação necessariamente, enfim, sei lá de repente um cara branco e rico estava pegando as coisas e que queria furar fila e que queria encher o saco, que queria comprar logo a cerveja dele, então coisas (não) nesse sentido. E aí assim, nessa abordagem policial lá na Asa Norte o que me chamou mais atenção foi exatamente ele querer me perguntar o que que eu estava fazendo lá. E aí eu fiquei meio assim, “mas gente, por que que ele me perguntou o que que eu estou fazendo aqui?” Eu imagino que se fosse uma pessoa branca ele não perguntaria. Se estivesse vestido de outra maneira ou não sei. Não sei se ele perguntaria o que que a pessoa estava fazendo ali. Mas enfim.

Entrevistadora: Você chegou a ouvir falar do (Programa) Juventude Viva?

Bernardo: Sim, sim. Eu ouvi falar. A primeira vez que eu ouvi falar foi numa reunião do Fórum, que a gente estava na reunião do Fórum e aí a gente foi para uma viagem lá em Serra no Espírito Santo e tinha uma representante do Juventude Viva e até então eu não sabia de nada. ((interrupção de fala))

Entrevistadora: Você tinha dimensão que, por exemplo, acho que talvez você estivesse () sua história de vida lá na Estrutural. Mas que assim, o jovem negro morre mais?

Bernardo: Sim, sim. ((interrupção de fala))

Entrevistadora: Você entra na () cidade já com essa ideia ou Não?

Bernardo: Não muito bem construída. Porque inclusive assim, tendo parâmetro de que eu morava numa comunidade negra e de que essa comunidade negra tinha mortes constantemente de pessoas negras e tudo mais para mim era uma questão territorial, não era uma construção racial até certo ponto. Então o que distinguia a Estrutural da Asa Norte não era necessariamente uma questão racial, era uma questão de que lá tinham pessoas pretas e pardas e que elas morriam mais do que na Asa Norte por situações x, y ou z. Mas nesse sentido eu já não conseguia elaborar sofisticadamente essa leitura de que era a questão racial que realmente estava demarcada ali. Mas isso eu fui percebendo um pouco mais tarde. Entrei na Universidade, tive contato com outros movimentos e aí conheci outras pessoas já atuando dentro da militância. Na verdade, eu comecei militando mesmo não na questão racial, eu participei de um projeto, um projeto de adolescentes que pensava direitos humanos para criança e adolescente. E aí entrando a gente já tinha assim alguns debates até muito interessantes, de falar sobre a questão do direito a educação, do direito a saúde e tudo mais. E a questão racial não era o foco necessariamente do projeto.

Entrevistadora: Mas aí você só começa a trabalhar dentro do movimento de direitos humanos e juventude?

Bernardo: Isso, exatamente. Aí depois eu conheci a figura da Layla que é nossa irmãzona e aí ela que começou a puxar realmente esse debate racial. E a gente estava num encontro de pessoas desabrigadas pela copa do mundo, a gente estava discutindo sobre os efeitos da copa no Brasil. E aí ela me chamou e falou do Fórum e foi aí que eu comecei a me inserir (dentro dos espaços de) movimento negro. E ela me falou do Fórum, disse que o projeto tinha o intuito de discutir a questão racial, a questão do jovem negro, debater as pautas que são pertinentes. Aí nesse momento ((interrupção de fala))

Entrevistadora: Você tinha dimensão até contando agora a história da sua vida, dos seus irmãos e amigos, você tinha dimensão da complexidade do que é ser jovem negro numa periferia como a Estrutural?

Bernardo: Eu não sei te responder necessariamente assim se eu já tinha dimensão.

Entrevistadora: A vivência veio antes da teoria para você?

Bernardo: É. No fundo foi isso. Depois é que a gente vai rememorar assim, relembrar de coisas que aconteceram com colegas, com pessoas próximas, com vizinhos que a gente vai começando a dimensionar realmente até que ponto o racismo chega. Ou enfim, até quando essas violências de cuinho racial vão se perpetuando perante essas famílias. Mas não era uma pegada assim realmente “olha, algo aconteceu e eu me dei conta”.

Entrevistadora: Foi uma construção?

Bernardo: Foi uma construção.

Entrevistadora: Entendi. Sobre autos de resistência você também ouviu falar dentro do Fórum?

Bernardo: Foi antes, um pouco antes. O auto de resistência teve uma época que atuando nesse projeto eu comecei a estagiar com a assessora política desse coletivo, com a Cléo. E aí lá, a gente tinha algumas pautas que eram dialogadas diretamente com o Congresso Nacional. E eu estava no lançamento do projeto de lei, PL ((interrupção de fala))

Entrevistadora: Para o fim dos autos de resistência?

Bernardo: Isso, exatamente. Inclusive, porque assim como a gente tinha um produto que era uma revista de direitos humanos, aí eu fiquei responsável pela pauta de extermínio da juventude negra e eu comecei a pesquisar sobre coisas e descobri ((interrupção de fala))

Entrevistadora: Quando foi isso?

Bernardo: Isso foi e eu já estava na UnB foi em 2012, 2013. Aí fui pesquisar sobre isso, aí descobri que tinha um projeto de lei e aí na época a Ministra era a (Luiza) () e aí eu fiz uma entrevista com ela inclusive falando sobre isso, entrevista rápida assim no Congresso. Uma assessora falou “Olha, ela que é a ministra da questão racial, da SEPPIR e tudo mais”, eu não entendia muito bem o que era SEPPIR e tudo. Eu conversei com ela e falei “Então, sobre os autos de resistência, a gente está aqui”, ela fez uma fala rápida e eu coloquei na revista. Aí foi aí que eu descobri.

Entrevistadora: Aí você já conseguiu relacionar os autos de resistência com a realidade da Estrutural?

Bernardo: Sim, depois aí foi realmente.... Nesse momento eu não lembro, eu acho que eu era jovenzinho, tipo eu tinha 16,17 anos. Não conseguia realmente dimensionar o que que um auto de resistência era concretamente dentro da vivência. Mas aí depois eu fui começando a entender, né.

Entrevistadora: Você fez o que na UnB?

Bernardo: Letras- Francês.

Entrevistadora: Ah, você fez Letras francês.

Bernardo: Isso, foi.

Entrevistadora: Você não terminou de falar. Como você vai para a Universidade? Você faz o (PAS)?

Bernardo: Eu saí do CEF04, fui para o CED04 perto do metrô que também era outra escola que tinha essa fama. Aí do CED04 eu mudei para o Cruzeiro, que aí já era uma ascendência de algum modo, porque aí no Cruzeiro aconteceu de ser 90% pessoas brancas e 10 % pessoas negras, porque o Cruzeiro é um bairro de classe média e essa escola não, ela já tinha outros projetos. Então tinha um projeto que eles chamam de projeto de altas habilidades, normalmente alunos que se destacam eles chamam e querem que a gente faça algum tipo de projeto. E aí eu era bom em química, matemática e tudo mais e aí a professora me convidou: “então Bernardo, você não quer dar reforço para os seus colegas? ”. Aí eu decidi fazer isso e eles falaram “Em contrapartida você passando no vestibular no final do segundo ano você está liberado”. Aí eu consegui, durante um período eu dei aula de reforço de química e de matemática para os meus colegas. E fiz o vestibular para a UnB Letra francês e passei. Nessa época eu fiz Francês aqui no Guará no (Cilg) que é onde eu trabalho hoje. Chegaram lá na escola no CED04 e falaram “olha, a gente abriu agora curso de idiomas e tudo mais para vocês fazerem”. Aí eu consegui lá a vaga, aí fiz francês e daí foi surgindo a vontade de fazer Letras francês. Aí fiz, entrei em 2012 e terminei em 2015. Aí terminando a Graduação eu já queria fazer o mestrado, aí comecei e termino no final desse ano.

Entrevistadora: Ah, você já está no mestrado.

Bernardo: Sim, sim.

Entrevistadora: Está terminando o mestrado?

Bernardo: Isso.

Entrevistadora: Do teu círculo quem entrou na faculdade, pensando esse grupinho que você formou?

Bernardo: Eu, a Cristiane, o Fábio e o Lucas.

Entrevistadora: De quanto?

Bernardo: De seis, sete pessoas.

Entrevistadora: Seis, sete pessoas quatro. Todos negros?

Bernardo: Não. Três negros e um branco. O Lucas é o branco (da história da irmã).

Entrevistadora: Os outros três entraram por cotas raciais na UnB? Foi na UnB ou não?

Bernardo: Foi, foi na UnB.

Entrevistadora: Os três entraram na UnB também?

Bernardo: Foi.

Entrevistadora: E o que eles fizeram?

Bernardo: A Cris ela começou com pedagogia, mas ela agora está fazendo Ciências Contábeis e não foi por cotas raciais. Eu entrei por cotas. O Fábio eu não sei se ele entrou por cotas, mas acho que não. Ele está fazendo Geografia. E o Lucas entrou para Pedagogia, desistiu e agora está em Arquitetura e Urbanismo.

Entrevistadora: Entendi. Você me falou agora na reta final da sua fala que você começou, já sabia do extermínio da juventude negra. Você acha que há um extermínio da juventude negra?

Bernardo: Sim. Sim. Depois inclusive, depois que eu tive contato com essas pesquisas e esses números e tudo isso e aí a palavra extermínio surge, um pouco mais tarde aqui no DF um amigo puxou a marcha contra o Genocídio do povo negro e aí o debate do extermínio da juventude negra já estava dado. E aí a gente foi puxando, foi resgatando isso durante um tempo a pauta do extermínio também foi a pauta do próprio Fórum. Então a gente realmente puxava debates relacionados a isso e para mim as coisas foi realmente fazendo muito mais sentido dentro dessa lógica do ((interrupção de fala))

Entrevistadora: O que que é o Fórum? Explica para mim.

Bernardo: Então, o Fórum é um coletivo que em tese se propõe a ((interrupção de fala))

Entrevistadora: É Fórum Juventude...

Bernardo: É Fórum de Juventude Negra.

Entrevistadora: Do DF?

Bernardo: Do DF e entorno. É um coletivo que se propõe a aglomerar coletivos, pessoas, movimentos que debatam a questão da Juventude negra na perspectiva de direitos humano, educação popular e tudo mais. E criar pautas políticas e discutir, pensar em incidência em relação a isso. E aí eu conheci através da Layla e a gente foi se envolvendo dentro desses processos.

Entrevistadora: Quando você entrou no Fórum?

Bernardo: Entrei em 2013, por aí.

Entrevistadora: Entendi. E vocês se reúnem sempre?

Bernardo: Depende. É porque na verdade assim, o Fórum tem uma instância que é nacional e que está fragilizada. E assim, em tese só o Fórum DF que está realmente atuando assim e aí as meninas estão atuando (), Alan, Layla, Marlene, Diarla, Helena e Carlos, somos em sete hoje. Mas a Layla está puxando o projeto com o (Inesc) que foi onde eu estagiei, onde a Diarla trabalha que é com mulheres pretas que é o afro () que a Marlene também faz parte. A Marlene, a Diarla e a Helena. A gente não se reuni com muita frequência, por dificuldade até

mesmo pessoais e tudo mais, de organização mesmo assim. Mas a gente já se organizou muito, normalmente eram nos sábados os encontros e a gente... Enfim, de repente era na minha casa ou era na casa da Diarla. Enfim, teve um período que a gente teve muito incidência lá na Estrutural, por eu a Diarla e a Ritinha sermos da Estrutural.

Entrevistadora: Entendi. Mudou muito a Estrutural você acha de quando você era criança para cá?

Bernardo: Mudou. Mudou muito. Mudou muito mesmo.

Entrevistadora: Você acha que diminuiu a violência?

Bernardo: Eu não sei se diminuiu, mas assim hoje eu consigo pensar que outras crianças têm outros acessos que eu não tive. Então estudar na própria comunidade que é uma coisa muito importante, uma coisa que nem eu e nem a minha geração vivenciou. De repente tem um referencial de pessoas da comunidade que também pensaram em outras possibilidades. Ter acesso a outros recursos e tudo mais isso realmente foi o que mudou. Agora de violência eu não conseguiria dimensionar quão violento era e o quão violento é hoje. Mas eu sei que a violência ainda se mantém lá.

Entrevistadora: E você acha que as pessoas ainda têm o estereótipo que você viveu de ser da Estrutural, esses estereótipo negativos, você acha?

Bernardo: Com menos frequência, com menos frequência eu imagino. Inclusive assim, porque pensando num outro comparativo, o que se pensa da favela da rocinha era o que se pensava da Estrutural na época da minha infância. Então para eles só tinham pessoas traficantes ou pessoas que comiam lixo, tinha realmente esse estereótipo. Hoje esses estereótipos ainda se mantêm. Então se de repente você encontrar alguém da estrutural, um adolescente da Estrutural que vai para o shopping, por exemplo, quem entra no shopping ele vai ser realmente seguido, as pessoas vão olhar para ele e vão ter um tipo de leitura estigmatizada. Mas eu imagino que menos do que antes. Eu imagino.

Entrevistadora: E por que que você acha que você deu certo em relação por exemplo aos seus irmãos? Pensando seus amigos que não entraram na faculdade...? Porque, num contexto de violência, de exclusão social, de estereótipos, o que te fez hoje chegar onde você chegou? Você acha que realmente por ter escolhido esse caminho da escola? Você acha que se realmente tivesse escolhido caminho da igreja você teria chegado nesse lugar?

Bernardo: então, é difícil assim de falar qual motivo pode ter possibilitado. Para mim eu acho que tem vários fatores, não tem realmente da escolha, mas tem a questão dessa proteção vigiada até mesmo disciplinatória que meus pais tiveram. De um outro modo, a minha

relação com as pessoas que me educaram também foi uma coisa que me possibilitou (de algum modo algum) outro meio. E os projetos que eu sempre participei. Então de repente o que eu não conseguia na Estrutural, sei lá, não conseguia... Não tinha acesso a segurança alimentar, então em casa a gente não comia nada, mas eu consegui comer de repente num projeto, aí na igreja distribuía tal coisa e no projeto “sede de cultura” tinha um lanche melhorzinho, então isso ia fascinando. Então assim, eu percebo que eu tive alguns acessos que foram diferentes dos meus meio irmãos, então ter conseguido encontrar outros espaços que me confortavam foi muito bom para eu conseguir me sentir seguro em relação a outras coisas assim. E perceber realmente essa coisa da escola, do estudo e de tudo mais. Gostar de estudar para mim foi uma vantagem gritante assim em relação a outras pessoas mesmo. Gostar de estudar e conseguir aproveitar a aula que escola poderia proporcionar e aproveitar não nesse sentido meritocrático de merecia estar lá, mas de algum modo sacar que poderia conquistar tal coisa, tal coisa aqui, acolá, coisas mínimas. Como eu falei a coisa do lanche mesmo que é diferente.

Entrevistadora: Para fechar, pensando principalmente segurança pública essa é uma pergunta que eu tenho feito com várias pessoas. A estrutura que a polícia é, o número de armas, o número de presídios que a gente tem no Brasil, esse estigma principalmente do jovem negro, a pessoa (negra) () você também que trabalhou um pouquinho agora com a questão dos autos de resistência já ouviu falar do juventude viva que () foi pra frente, mas assim... Quem ganha com esse sistema? Com esse sistema de violência, com esse sistema que você mesmo falou assim de várias pessoas morrerem na Estrutural. Você cresceu vendo essas pessoas morrendo. Quem ganha com esse sistema? ((pausa)) Alguém ganha?

Bernardo: Ganha. Ganha quem não está na mira desse ataque assim. Na minha leitura a polícia sempre existiu para proteger um grupo, para que de outro modo dentro desse sistema de proteção atacar outro. Então eu imagino que tem pessoas que ganham sim. Então para mim, por exemplo, a polícia no Guará representa uma limpeza de pessoas que não são daqui, que as pessoas do Guará não querem, por exemplo, ou da Asa Norte, que é diferente da polícia na Estrutural. A polícia na Estrutural nunca teve o intuito de proteger, de querer cuidar, nada nesse sentido, sempre foi de realmente atacar. Então nesse sentido quando ela não protege ela não está querendo beneficiar o grupo que ela não queira proteger. Mas eu imagino que tenha sim alguém que ganha. Agora materializar isso em nome ou em grupo especificamente eu imagino que seja o grupo de pessoas brancas, grupo de pessoas brancas não periféricas.